

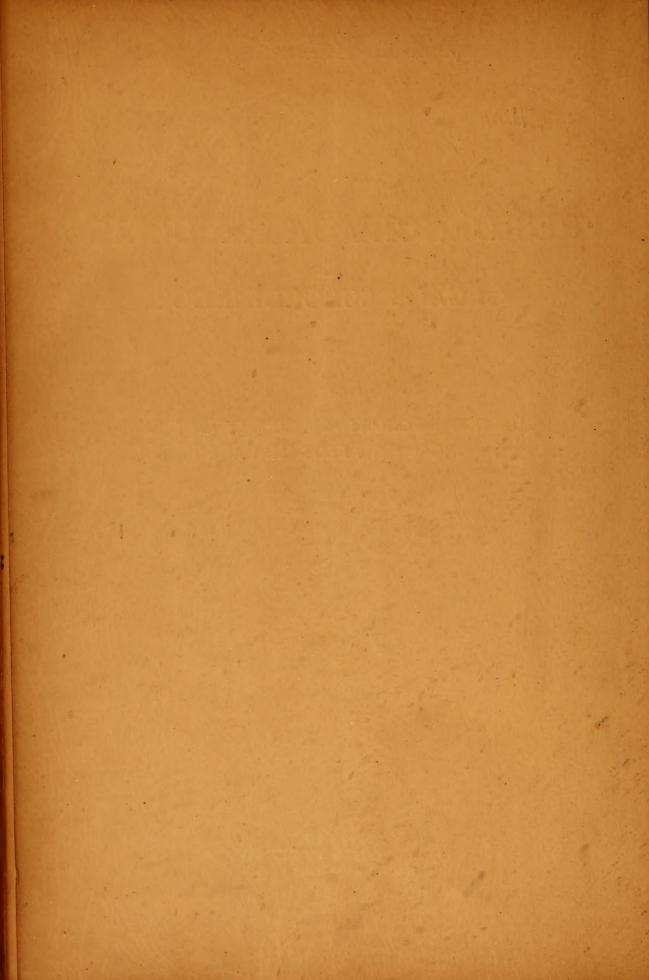
MINISTERIO DA FAZENDA COMISSÃO DE ORCAMENTO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ÓRGÃOS SUBORDINADOS

QUADROS INFORMATIVOS COMPLEMENTARES DO ORÇAMENTO FEDERAL PARA 1945



IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - BRASIL



MINISTÉRIO DA FAZENDA COMISSÃO DE ORCAMENTO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ÓRGÃOS SUBORDINADOS.

ONLY | | ONLY | |

QUADROS INFORMATIVOS COMPLEMENTARES

DO ORÇAMENTO FEDERAL PARA 1945



1945 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - BRASIL





REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1945

DECRETO-LEI N. 7.191
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

1944 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - BRASIL



DECRETO-LEI N.º 7.191 - de 23 de dezembro de 1944

Orçamento Geral da República para o exercício de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

- Art. 1.º Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1945, o Orçamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, discriminado pelos Anexos de ns. 1 a 22, integrantes dêste Decreto-lei, sendo a Receita estimada em oito bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros (Cr\$ 8.232.399.000,00) e a Despesa fixada em oito bilhões, duzentos e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e onze cruzeiros (Cr\$ 8.205.297.811,00).
- Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na fórma da legislação respectiva e das especificações do Anexo n. 1, sob os seguintes grupos:

RENDA ORDINÁRIA	·Cr\$	Cr\$
I — RENDAS TRIBUTÁRIAS. 6	5.637.200.000,00	
II — RENDAS PATRIMONIAIS.	79.200.000,00	
III — RENDAS INDUSTRIAIS.*	409.415.000,00	
IV — DIVERSAS RENDAS	341.238.000,00	7.467.053.000,00
RENDA EXTRAORDINÁRIA		765.346.000,00
TOTAL DA RECEITA		8.232.399.000,00
Art. 3.º — A Despesa, na fórma do com a satisfação dos encargos da União serviços públicos, sob a seguinte distribu	e com o custeio e	a manutenção dos
Anexo n. 2 — Presidência da Repúblic	a	2.846.200,00
Anexo n. 3 — Departamento Adminis	strativo do Ser-	10 040 100 00
viço Público		18.248.100,00
Anexo n. 4 — Departamento de Impre	nsa e Propaganda	14.165.160,00
Anexo n. 5 — Instituto Brasileiro de	Geografia e Esta-	10 155 (00 00
tística		19.137.600,00

tística.....

DECRETO-LEI N. 7.191 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

Anexo n. 6 — Conselho Federal de Comércio Exterior.	1.834.340,00
Anexo n. 7 — Conselho de Imigração e Colonização	676.600,00
Anexo n. 8 — Conselho Nacional de Águas e Energia	2, 2, 2, 2, 2, 2
Elétrica	1.520.600,00
Anexo n. 9 — Conselho Nacional do Petróleo:	50.021.000,00
Anexo n. 10 — Conselho de Segurança Nacional	514.440,00
Anexo n. 11 — Coordenação da Mobilização Econômica.	10.288.500,00
Anexo n. 12 — Comissão Central de Requisições	342.100.00
Anexo n. 13 — Ministério da Aeronáutica	619.950.143.00
Anexo n. 14 — Ministério da Agricultura	311.355.092.00
Anexo n. 15 Ministério da Educação e Saúde	595.700.110.00
Anexo n. 16 — Ministério da Fazenda	2.668.000.000,00
Anexo n. 17 — Ministério da Guerra	1.577.765.721.00
Anexo n. 18 — Ministério da Justiça e Negócios Inte-	1.077.700.721,00
	127 724 562 00
riores	427.724.562,00
Anexo n. 19 — Ministério da Marinha	616.224.778,00
Anexo n. 20 — Ministério das Relações Exteriores	85.428.000,00
Anexo n. 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Co-	
mércio	315.627.000,00
Anexo n. 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas.	867.927.765,00
	007.727.700,00
TOTAL DA DESPESA	8.205.297.811.00

Art. 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito, que se tornarem necessárias, por antecipação de Receita, até o máximo de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00).

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

Getulio Vargas.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

P. de Leão Veloso,

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

RECEITA E DESPESA

SUMÁRIO

RECEITA ESTIMADA

			-0-	
RENDA	OD	\mathbf{n}	VAR	TΑ

1 _	PENDAS	TRIBUTA	RIAS

Renda	2.592.083.000.00	
Consumo		
Sêlo		
Importação	851.685.000,00	
Territórios	10.922.000,00	6.637.200.000,00

[] — RENDAS PATRIMONIAIS

Renda de capitais nacionais	65.000.000,00	
Laudêmios	8.500.000,00	
Outras rendas patrimoniais	5.700.000,00	79.200.000,00

III - RENDAS INDUSTRIAIS

Departamento dos Correios e Telégrafos	285.000.000,00	
Estradas de ferro	101.340.000,00	
Imprensa Nacional	12.000.000,00	
Outras rendas industriais	11.075.000,00	409.415.000,00

IV — DIVERSAS RENDAS

Taxa de Previdência Social	70.000.000.00			
Taxa de Educação e Saúde	62.000.000.00			
Emolumentos Consulares	35.000.000.00			
Loterias	35.000.000.00			
Montepio Civil e Militar	18.850.000.00			
Taxa sôbre a exportação do quartzo	15.000.000,00			
Renda do Departamento Nacional de	20.000.000,00			
Educação	12.160 000,00			
Impôsto sôbre farinha de trigo, etc	12.000.000,00			
Outras rendas	81.228.000.00	341 23	S 000 0	0 7 467 053 000

RENDA EXTRAORDINÁRIA

Impôsto sôbre lucros extraordinários	240.000 000.00
impostos da municipalidade	193 000 000,00
Diferenças de câmbio	
Eventuais	80 000 000,00
Cohranca da divida etima	58.000.000,00
Cobrança da dívida ativa.	57 000 000,00
Taxas de água e de exgoto	53.000 000,00
rarte dos Estados no servico de juros e amortização etc	30.707.000,00
Adicional de 10% s/ tarifas ferroviárias	15.000 000.00
Indenizações	15.000 000.00
1 444 JUUIC UICUS COMINISTIVEIS & CAPTISA AGA	12.000.000.00
Outras rendas extraordinárias	
	11.639.000,00
TOTAL DA PECEITA	
TOTAL DA RECEITA	

8.232.399.000,00

765.346.000,00

DESPESA FIXADA

I — PESSOAL		
Permanente	1.624.776.187,00	
Extranumerário	817.283.200,00	
Vantagens	215.912.935,00	
Indenizações	• 54.685.860,00	
Outras despesas com pessoal	204.407.046,00	
Pessoal adido e em disponibilidade	842.343,00	
Inativos	355.070.000,00	
Pensionistas	91.879.060,00	
Etapas e auxílios	243.405.435,00	3.608 262.066,00
I — material		
Permanente	292.237.003,00	•
De consumo	. 997.973.433,00	
Diversas despesas	211.749.453,00	
. Outras despesas com material	50.653.600,00	1.552.613.489,00
I — serviços e encargos		•
Abono familiar	50.000.000,00	
Auxílios, contribuições e subvenções	586.004.696,00	
Acordos	18.350.000,00	
Comissões e despesas no exterior	22.440.000,00	
Diferenças de câmbio	80.000.000,00	
Fundo nacional do ensino primário	15.500.000,00	
Reposições e restituições	12.000.000,00	
Remessas para o exterior	38.000.000,00	
Prêmios, diplômas, condecorações e medalhas	26.416.000,00	
Previdência social	131.033.000,00	
Propaganda e difusão cultural	8.241.000,00	
Sentencas judiciárias	23.000.000,00	
Serviços contratuais	189.656.030,00	
Serviço de transporte postal	33.700.000,00	
Serviços de sondagem	49.760.000,00	
Serviços educativos e culturais	7.478.000,00	
Serviços de saúde e de higiene.	18.860.000,00	
Estradas de ferro mantidas em regimes especiais	7.600.000,00	1 420 797 501 00
Outros serviços e encargos	102.348.775,00	1.420.387.501,00
V — eventuais		3.455.000,00
V — DÍVIDA PÚBLICA	•	
Consolidada		
Consolidada Interna 510.376.980,00	950.469.755,00	•
Flutuante	670.110.000,00	1.620.579.755,00
TOTAL DA DESPESA	No.	8.205.297.811,00
•	:	27.101.189,00
C ',		27.101.107,00
Superavit TOTAL		8.232.399.000,00



Trulos-Capítulos-órgãos- parágrapos-rubricas-alíneas	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)					
0 0 000 0 00 0	ALÍMBAS	RUBRICAS	PARÁGRAPOS	ónglos	CAPÍTULOS	TÎTULOS
6,0,000.0.00.0 — RECEITA GERAL						8.232.398
1,0,000,0.00,0 — RENDA ORDINÁRIA						7.467.058
1.1.000,0.00.0 — Rendas Tributárias			•		6.637.200	
1.1.104.0.00.0 ministério da parenda				0.637.200	-	
1,1.104,1.00,0 — Impôrto de importação e afins			851.685		'	
01.0 — Direitos de importação para consumo e adi- cionais		848.700				
1 — Direitos de importação para consumo	785.000					
2 — Adicional de 1.7%	62.000					
despachados com isenção de direitos de importação	1.700		•			
02.0 — Expediente das capatasias	1.700	185				
03.0 — Armazenacen		100				
04.0 — Impôsto de docas		100 2.600				
1.1.104.2.00.0 — Impôsto de consumo			2 319 529			
01.0 — Fumo		700,000				
02.0 — Bebidas e adicionais		438.400				
1 — Bebidas	400,000 19 200					
3 — Adicional para o ensino primário	19.200					
03.0 Álcool		15,000				
04.0 — Fósforos		115,000 24,000				
06.0 — Calcados		95 000				
' 07.0 — Perfumarias e artigos de toucador		85.000				
08.0 — Especialidades farmacêuticas		58.000 45.000	1			
09.0 Conservas		25.000		e		
11.0 — Velas		3.600	1			
12.0 — Tecidos		• 250.000 78.000				
14:0 - Papel e seus artefator	£.	10.000				
15.0 — Cartas de jogar		2,630	1			
16.0 — Chapéus e bengalas		12.200				
18.0 — Ferragens (artefatos de ferro e outros metais)		12.000				
19.0 — Café torrado ou moido e chá		20,300	1			
20.0 — Banha, manteiga e sucedânece	.,	9,300 36,000	1			
22.0 Armas de fogo, munições e fogos de artifício		3.100	1			i
23.0 — Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos		13,800	1 100			
24.0 — Queijon e requeijons		9.400 18.400	1 3 1			
26.0 — Tintas o vernisos		32.000				
27 0 — Leques		170				
28.0 — Artefatos de borrecha		3.700				
20.0 — Pentes, escôvas, espanadores o vassouras		8.800				
31.0 — Brinquedos		4.000	1			
82.0 — Artefatos de couro e outros materiais		13 800				

TÍTULOS-CAPÍTULOS-ÓRGÃOS-PARÁGRAFOS-RUBRICAS-ALÍNEAS ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZ					CRUZEIROS	EIROS)		
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	PUBRICAS	PARÁGBAFOS	6RGÃOS	CAPÍTULOS	TÍTULOS		
.1.104.2.33.0 — Jóias e obras de ourives		15,200						
34.0 — Bijuterias, objetos de adôrno e de utilidade e relógios		5.600		4.				
35.0 — Gasolina, nafta, óleos e carbureto de cálcio. 36.0 — Ladrilhos, mosaicos, azulejos, aparelhos sanitários, etc.		7,200						
37.0 — Instrumentos de música		2.006						
gráfico		2.500 500						
40.0 — Cimento	-	40,000 7,700 62,000						
43.0 — Emolumentos de escritórios comerciais 44.0 — Selagem de estoque		3.700			4			
45.0 — Depósitos fechados	•	750						
1.104.3.00.0 — Impôsio de renda e proventos de qualquer na- tureza			2.592.083			1		
01.0 — Impôsto sôbre a renda de possoas físicas, e adicionais		948.122						
1 — Impôsto sôbre a renda de pessoas físicas 2 — Adicional para proteção à família	920.000 28.122	1 044 000						
C2.0 — Impôsto sôbre a renda de pessoas jurídicas. O3.0 — Impôsto sôbre os rendimentos, arrecadado nas fontes (inclusive sôbre lucros fortúitos,		1.045.000						
valores distribuídos em sorteios por clubes de mercadorias, prêmios concedidos em								
sorteios mediante pagamento em pres- tações, por associações construtoras) 04.0 — Impôsto sobre prêmios de seguros marí-		490.000						
timos e terrestres, de seguros de vida, pensões, pecúlios, etc		107.130						
05 0 — Impòsto proporcional sòbre capitais empre- gados em hipotecas		1.831						
1 104 4 00 0 — Impôsto do selo e afins			862 990					
01 0 — Impôsto do sélo		\$60 000 2 900						
03 0 - ampôsto sôbre vales para brindes		90						
förios			10,922					
01.0 — Território do Acre	_	250						
4 — Impôsto de vendas e consignações 5 — Impôsto de exportação de mercadorias 7 — Rendas diversas	250							
03.0 — Território do Amapá	64	1,142						
Impôsto de transmissão de propriedade causa mortas Impôsto de transmissão de propriedade	3							
3 — Impèsto de transmissão de propriedade imovel inter tiros. 4 — Impôsto de vendas e consignações	25 450	1						
5 — Impôsto de exportação de mercadorias 6 — Impôsto de indústrias e profissões	600							
7 — Rendas diversas		_	1					

				RUBRICAS ALÍNEAS					CRUZEIROS	
0	0	000	0	00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgios	CAPÍTULOS	tiresc
104.5	5.03.2	- Impôsto d	le transmiss	são de propriedade						•
				20 de maniedade	-					
	3 -			ão de propriedade	_					
	4 -			onsignações	_					
	5 -	Impôsto d	e exportação	de mercadorias .	-					
				e profissões	-					
					-	2.373				
				edade territorial	22	2.010				
				ão de propriedade						
		causa me	ortis		6					
	3 -			ão de propriedade						
					65 700					
				de mercadorias	1 500					
				profissões	80					
					-					
						3 465				
				dade territorial	500					
	2 -			de propriedade cau-	15					
	3.			são da propriedade	10					
					500					1
	4			nsignações	\$20					
				de mercadorias	1 300					j
				profissões	330					
		— Kendas du — Território				3 645				
				edade territoria'	350	0 010				
				ão de pro xiedade						1
				: :	. 30					
	3			são da propriedade						
					1.300					
				nsignaçõesde mercadorias	415					
	0			profimões	300					
					- 600					
	07.0	- Território	do Rio Branc			47				
				edade territorial	9					
	2			são de propriedade						
				anno da propriedade				1		
	·				8					
	4			nsignações	. 6		1			
				de mercadorias	2					
				profisation	22			1		
	7	- Rendas dr	VPIEMS							
2.000.	0.00.0	- Rendas	Patrimon	iais					79 200	
						•				
1.104	0 00 0	— waranina	O DA FASEND	M			1	79.200	į	
								1		
	01.0	_ 12	Carrierio No.	ciònalii	1	65 000		1	1	
				acionais		3.000				
				marinha e seus acres-	1					
						1.250	1			
						8.500				
	05.0			terrenos de marinha		1 000		1		1
		e arren	damen to dos	terrenos de mangue.		1 (8)6	1	1		1

Tífulos-capífulos-órgãos-parágra/os-rubricas-alíneas		ESTIMATIVA	S (EM MIL	HARES DE	CRUZEIROS)
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	BUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.2.104.0.06.0 — Quota de arrendamento das estradas de						
ferro de propriedade da União		450				
1.3.000.0.00.0 Rendas Industriais					409.415	
1.3.008.0.00.0 conselho nacional do petróleo				5.000		
01.0 — Produto da venda de gás e petróleo		5.000				
1.3.101.0.00.0 — ministério da aeronáutica				85		
01.0 — Renda da Diretoria de Aeronáutica Civil.		85				
.3.102.0.00.0 —MINISTÉRIO DA AGRICULTURA				258		
01.0 — Renda do Instituto de Química Agrícola. 02.0 — Renda do Laboratório da Produção Mineral		8 25 0				
.3.103.0.00.0 — ministério da educação e saúde				2.345	,	
. 01.0 — Renda das Escolas Técnicas e Industriais. 02.0 — Renda do Instituto Nacional de Surdos-		130				
Mudos		35 180				
gotos		2.000				
3.104.0.00.0 — MINISTÉRIO DA FAZENDA				1.600		
01.0 — Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias de						
seguros nacionais, estrangeiras, e outras. 02.0 — Renda da Casa da Moeda		1.100				
03.0 — Renda do Laboratório Nacional de Análises		400 100				
3.106,0,00.0 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTE-				12.037		
. C1.0 — Renda do Depósito Público do Distrito Fe- deral		15				
02.0 — Renda do Gabinete de Fisioterapia e Radio- logia da Policia Militar		22				
03.0 — Renda da Imprensa Nacional		12.000				
3.109.0.00.0 - MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E						
сомы́ксіо				450		.*
01.0 — Renda do Instituto Nacional de Tecnologia		450				
3.110.0.00.0 — ministério da viação e obras públicas.				387.640		
01,0 — Renda do Departamento dos Correios e Te-			,			
légrafos		285.000 4.000				
03.0 — Renda da Estrada de Ferro de Bragança 04.0 — Renda da Estrada de Ferro Central do Rio		2.000				
Grande do Norte		6.200				
05.0 — Renda da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina		14 000				
06.0 — Renda da Estrada de Ferro de Goiaz		14.000				
67.0 — Renda da Estrada de Ferro Madeira-Ma- moré						

	pítulos-órgãos-pabágrapos rubricas-alíneas		ESTIMATIVA	S (EM MILI	HARES DE	CRUZEIROS)
0	0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAPOS	ÓEGÃOS	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1 2 110 0 0	8.0 — Renda da Estrada de Ferro São Luis a						
1.5.210.0.0	Teresina		4,000				
	9.0 — Renda da Estrada de Ferro Tocantina		40				
1	0.0 — Renda da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas.		500				
1	1.0 — Renda do Pôrto de Natal, administrado pela		520				
	União		780				
	2.0 — Renda da Rêde de Viação Cearense 3.0 — Renda da Viação Férrea Federal Leste Bra-		10.000				
-	sileiro		43.000				4
1 4 800 0 0	0.0 — Diversas Rendas					241 020	
						341.238	
1.4.003.0.0	0.0 — DEPARTAMENTO DE IMPPENSA E PROPAGANDA				1.210		
0	1.0 — Renda proveniente da locação de filmes ofi-						
0	ciais. 2.0 — Taxa de censura cinematográfica, teatral,		450	9			
0.	etc		760				
	-						
1.4.101.0.0	0.0 — MINISTÉRIO DA ARRONÂUTICA				1.100		
0.	1.0 — Montepio da Aeronáutica		1.100				
1 .4.102.0.0	0.0 — Ministério da agricultura				66.460		
U	1.0 — Impôsto de Cr\$ 0,60 sôbre cada saca de 44 quilogramas de farinha de trigc impor-						
	tada ou produzida no país com grão de pro-						
	cedência estrangeira.		12.000				
	2.0 — Renda dos Aprendizados Agrícolas 3.0 — Renda da Divisão de Águas		40 90				
	4.0 → Renda da Divisão de Caça e Pesca		400				
٠. 0	5.0 — Renda da Divisão de Defesa Sanitária						
0	Animal		450				
	Vegetal		520				
0	7.0 — Renda da Divisão do Fomento da Produ- ção Animal		450				
'5 0	3.0 — Renda da Divisão do Fomento da Produ-		730				
	ção Mineral		180	-			
U	9 0 — Reuda da Divisão do Fomento da Produ- ção Vegetal		2.450				
1.1	0.0 — Renda da Divisão de Terras e Colonização		1.050				
	1.0 — Renda da Escola Agrícola de Barbacena.		130				
	3.0 — Renda da Escola Nacional de Agronomia 3.0 — Renda da Escola Nacional de Veterinária.		50	1			
1	4.0 — Renda do Instituto de Biologia Animal		11				
1	5.0 — Renda do Instituto de Experimentação Agrícola		110				
1	6.0 — Renda do Instituto de Fermentação (an-		110				
	tigo Laboratério Central de Enologia)		1.800				
	7.0 — Renda do Serviço Florestal		65				
	go Serviço de Informação Agricola)		55				
	9.0 - Renda do Serviço de Meteorologia		• 5				
2	0.0 — Renda da Superintendência do Ensino Agricola e Veterinário						
2	1.0 — Sêlo Pró-Fauna		2.800				
2	2.0 — Taxa ad-sulorem sôbre a exportação do						
2	quartzo		15 000				
	zação da exportação do algodão		600			1	

TÍTULOS-CAPÍTULOS-ÓBGÃOS-PARÁGRAFOS-RUBRICAS-ALÍNEAS		ESTIMATIVA	AS (EM MIL	HARES DE	CRUZEIROS)
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	ómoZos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.4.102.0.24.0 — Idem, idem do cacau		180				
25.0 — Idem, idem do café		2.700				
26.0 — Idem, idem da cêra de carnaúba		220				
domésticos		150				
28.0 — Idem, idem de frutas cítricas		100				
29.0 Idem, idem da semente de mamona		280				
30.0 — Idem, idem do pinho		600				
32.0 — Idem, idem de produtos não padronizados.		1.100				
33.0 - Taxa de desinfecção		220				
34.0 — Taxa de expansão da pesca		350				
35.0 — Taxa de fiscalização do comércio de fa- rinhas		0.000				
36.0 — Taxa fito-sanitária		2.000 3.400				
37.0 — Taxa de inspeção sanitária		5.000				
38.0 — Taxa sôbre a produção efetiva das minas.		5.700				
39.0 — Taxa de registo de exportadores e classifi-						
cadores de produtos agrícolas e pecuários 40.0 — Taxa de utilização, fiscalização, assistência		40				
técnica e estatística para a exploração de						
energia elétrica		6.000				
4 100 0 00 0						
.4.103.0.00.0 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE				78.553		
01.0 — Renda da Biblioteca Nacional		15				
02.0 — Renda do Colégio Pedro II		1.100				
03.0 — Renda do Conservatório Nacional de Canto						
Orfeônico		20				
cação		12.160				
1 — Divisão de Educação Física	30	12.100				
2 — Divisão do Ensino Comercial.	1 430					
3 — Divisão do Ensino Secundário	9 800					
05.0 — Renda da Escola Nacional de Belas Artes.	900	60				
06.0 - Renda da Escola Nacional de Educação		82				
Física e Desportes		22				
07.0 — Renda da Escola Nacional de Engenharia.		450				
08.0 — Renda da Escola Nacional de Minas e Me- talurgia						
09.0 — Renda da Escola Nacional de Música		150				
10.0 — Renda da Escola Nacional de Química		25				
11.0 — Renda da Faculdade de Direito de Recife.		160				
12.0 — Renda da Faculdade de Medicina da Bahia 13.0 — Renda da Faculdade de Medicina de Pôrto		275				2
Alegre		000				
14.0 - Renda da Faculdade Nacional de Direito.		340				
15.0 — Renda da Faculdade Nacional de Filosofia		140				
16.0 — Renda da Faculdade Nacional de Medicina		520	1			
17.0 — Renda da Faculdade Nacional de Odon- tologia.						
18 0 Renda do Instituto Nacional de Cinema		90				
Educa		15				
19.0 — Renda do Instituto Nacional de Surdos- Mudos (jóias e pensões de alunos)						
20.0 — Renda do Instituto de Psicologia		10				
21.0 — Renda do Museu Histórico Nacional		4				
22.0 — Renda do Museu Imperial						
23.0 — Renda do Serviço Nacional de Doenças						
Mentais		100				

títulos-capítulos-órgãos-parágrapos-rubricas-alíneas		ESTI MATI VA	S (EM MIL	HARES DE	CRUZEIROS)
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAPOS	ÓRGÃOS	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.4 103.0.24.0 — Renda do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina		120 62 000		,		•
26.0 — Taxa de expurgo das embarcações 1 4 104 0.00.0 — MINISTÉRIO DA FAZENDA		450		48.795		
 01.0 — Classificação e avaliação de pedras preciocas 02.0 — Contribuição para fiscalização bancária 03.0 — Contribuição para fiscalização geral de lo- 		1.100 8 500				
terias	٠.	3.900 3.900		•		•
06.0 — Quota fixa anual e impôsto de 5% sôbre loterias		35.000	ŋ			
09.0 — Renda do Serviço do Patrimônio da União 1 4 105.0.00.0 — MINISTÉRIO DA GUERRA		5		12.000		
01.0 — Montepio da Guerra		11 200 800				
1.4.106.0.00.0 — ministério da justiça e negócios interiores 01.0 — Custas judiciais		- 930		13.810		
porteiros dos auditórios sôbre o produto das vendas de bens móveis e imóveis 03.0 — Prêmios de depósitos públicos	-	40 40		-		
04.6 — Renda do Departamento Federal de Segu- rança Pública	200	2,000	•	6		,
2 — Rendas diversas	1.800	9,200 1°.600				
1.4 107 0 00.0 — MINISTÉRIO DA MARINHA				2.650		
1.4 108.0.00.0 — ministério das relações extericres		2.650		85,000		:
01.0 — Emolumentos consulares	75	35.000				
comércio				. 81,010	•	
01.0 — Renda do registo das associações e insti- tuições de auxiliça mútuos e outras or- ganizações de previdência social 02.0 — Taxa sôbre a quota de previdência das Caixas e Institutos de Aposentadoria e		10				
Pensões		9.000 70.000 2.000				

Títulos-capítulos-órgãos-parágrapos-rubricas-alíneas		ESTIMATI	VAS (EM MII	HARES DE (CRUZEIROS)	
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
	1	1		1	1	1
1.4.110.0.00.0 — ministério da viação e obras públicas.				650		
01.0 — 5% da renda especial da Comissão de Marinha Mercante,		650				
2.0.000.0.00.0 — RENDA EXTRAORDINÁRIA						765.346
2.0.103.0.00.0 — MINISTÉBIO DA EDUCAÇÃO E SAÓDE				53.000		
01.0 — Taxa de água		45,000 8,000				
2.0.104.0.00.0 ministério da fazenda				694.346		
01.0 — Taxa sôbre óleos combustíveis e carvão, importados e de produção nacional 02.0 — Impostos da Municipalidade	43.000	12,000 193,000				
cantis) 03.0 — Diferenças de câmbio	150.000	80.000				
. Ihes foram cedidas por empréstimo 05.0 — Produto da cobrança da dívida ativa da União		. 30.707 57.000				
1 — Do imcôsto de renda	49.000 8.000	280				
07.0 — Produto da venda de gêneros e próprios nacionais		1.000				
03.0 — Indenizações		15.000				
10.0 — Tôdas e quaisquer rendas eventuais		58.000 1.200 240.000			-	
13.0 — Quota anual do Estado do Amazonas para amortização de empréstimo que lhe foi con- cedido pela União		6.150				
2.0.109.0.00.0 — MINISTÉRIO DO TRABÁLHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO				3.000		
01.0 — Renda de Imigração		3.000				
2.0.110.0.00.0 ministério da viação e obras públicas				15.000		100
01.0 — Taxa adicional de 10% sôbre as tarifas de transporte das estradas de ferro da União		15.000				

ESQUEMA DEMONSTRATIVO DO CÓDIGO DA RECEITA RECEITA GERAL

Títulos 1.º algarismo 0	Capítulos 2.º algarismo 0	Órgão 3.º, 4.º e 5.º algarismos 000	Parágrafos 6.º algarismo 0	Rubricas 7.º e 8.º algarismos 00	Alíneas 9.º algarismo 0
					Direitos de importação para
			Impôsto de importação e afins	Direitos de importação para consumo e adicionais 1.1.104.1.01.0	1.1.104.1.01.1 Adicional de 10 % 1.1.104.1.01.2
	rias .0		1.1.104.1.00.0	Expediente das capatasias	Adicional relativo, etc. 1.1.104.1.01.3
	Rendas Tributárias 1.1.000.0.00.0	Ministério da Fazenda	Impôsto de consumo 1.1.104.2.00.0	1.1.104.1.02.0 Sal 1.1.104.2.05.0	\
3	endas (1.1.104.0.00.0	,	Impôsto sôbre a renda de pessoas jurídicas	
	, Re		1.1.104.3.00.0 Impôsto do sêlo e afins	I.1.104.3.02.0 [Impôsto sôbre operações a	
			1.1.104.4.00.0	têrmo 1.1.104.4.02.0	(
			União nos Territórios 1.1.104.5.00.0	Território de Fernando de Noronha 1.1.104.5,03.0	Impôsto s/ a propriedade territorial 1.1.104.5.03.1
3	niais .0			Renda de Capitais Nacio- nais 1.2.104.0.01.0	1
	atrimo	Ministério da Fazenda		Renda dos Próprios Nacio-	
Renda Ordinária 1.0.000.0.00.0	Rendas Patrimoniais 1,2,000,0,00	1.2.104.0.00.0		Foros de terrenos de ma-	
nda Or ,000.	Rei	(0 11 22 1 1 2 1		rinha, etc. 1.2.104.0.03.0 Produto da venda de gás	
Rei 1.0	riais . 0	Conselho Nacional do Pe- tróleo 1.3.008.0.00.0		e petróleo 1.3.008.0.01.0	
	Rendas Industriais 1.3.000.0.00.0		[Renda do Departamento dos Correios e Telégrafos	
	endas	Ministério da Viação Obras Públicas 1.3.110.0.00.0		Renda da Viação Férrea Fe-	
`	2			deral Léste Brasileiro 1.3.110.0.13.0	
		Departamento de Imprensa		Renda proveniente da lo- cação de filmes oficiais	
	80	e Propaganda 1.4.003.0.00.0		Taxa cinematográfica, tea-	
	Rendas .0.00.0			tral, etc. 1.4.003.0.02.0	
	.000	Ministério da Educação e Saúde	<u></u>	Renda do Departamento Nacional de Educação	Divisão de Educação Física 1.4.103.0.04.1 Divisão do Ensino Comer
	Div 1.4	1.4.103.0.00.0		1.4.103.0.04.0	cial 1.4.103.0.04.2
		Ministério da Viação e Obras Públicas		5% da renda especial da Co- missão de Marinha Mer- cante	<u> </u>
ai (Ministério da Educação e		Taxa de água 2.0.103.0.01.0	\
Renda Extraordinária 2.0.000.0.00.0		Saúde 2.0.103.0.00.0		Taxa de esgôto 2.0.103.0.02.0	
Extra		Ministheir J. F.		Taxa sôbre óleos combus- tíveis, etc.	
Renda 2.0		Ministério da Fazenda 2.0.104.0.00.0		Produto da cobrança da Dívida Ativa da União	Do Impôsto de Renda 2.0.104.0.05.1
				2.0.104.0.05.0	De outras origens 2.0.104.0.05.2



LEGISLAÇÃO DA RECEITA

Relacionada em ordem alfabética por alíneas, rubricas e parágrafos

- A		AEBONÁUTICA, Montepio da	1.4.101.0.01.0
ACRE, Território do	1.1.104.5.01.0	Decreto 595 - 28-8-1893	
	1.1.101.0.01.0	Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.0	
Constituição Federal, art. 20. inciso I, letra /		Decreto-lei 736 - 23-9-1938, art. 1.0	
Decreto 22.061 — 9-11-1932		Decreto 3.695 — 6-2-1939, art, 1.0	
Decreto 22.443 — 8-2- 1933		Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36			
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27		ÁGUA, Taxa de	2.0 103.0.01.0
Decreto-lei 915 — 1-12-1938		11 Octobra Company	2.0 103.0.01.0
Decreto-lei 1.071 — 24-1-1939		Decreto-lei 2.646 1-10-1940, art. 1.0	
Circular n.º 8 — 24 - 4-1939, da Diretoria das		Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º	
Rendas Internas		Decreto 9.490 27-5-1942, art. 3.0	
Acadas Internas		Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943	
ACCUAR, Impôsto de consumo sobre	1.1.104.2 42.0	ÁGUAS E ESGOTOS, Renda do Serviço Federal de	1.3 103.0.04.0
Decreto-lei 4.878 27-10-1942	4.1.101.2 12.0		1.0 100.0.04.0
Decreto-lei 5.678 17-7-1943		Decreto 12.866 — 6-2-1918	
		Decreto 24.532 — 2-7-1934	
		Decreto 24.623 — 9-7-1934	
ADICIONAL PARA A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	1.1.104.2 02 2	Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.º	
A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	1.1.104.2 02 2	Decreto-lei 3.748 — 23-10-1942, arts. 1.º e 2.º	
Lei 4.984 31-12-1925, art, 57		Decreto 9.490 27-5-1942, art. 3.º	
Decreto 5.058 — 9-11-1926, art. 28		Decreto-lei 5.614 24-6-1942	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 242			
Decreto-lei 3.013 — 1-2-1941		álcool, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.03.0
Decreto-let 3.015 1-2-1941		Doggeto loi 720 - 94 0 1020 10 9 - 4 - 6 0 -	
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 3 e 4.º § 3.º Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942	
ADICIONAL DE 10% (sôbre direitos de importação para		Decreto-lei 5.998 — 18—11-1943	
consumo)	1.1.104.1.01.2	Decreto-tel 5.995 1811-1943	
		ALGODÃO, Taxa de classificação comercial e fiscalização da	
Decreto 24.343 5-6-1934, art. 2.0		exportação do	1 4 100 0 00 0
Decreto 24.577 4-7-1934, art. 1.º		exportação do	1.4.102.0.23.0
Decreto 24.599 6-7-1934, arts. 17 e 19		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º 3.º e 5.º	
Decreto-lei 2.619 - 24-9-1940, arts. 2.º, C.º e 4.º		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 2.878 18-12-1940, art. 2.º		Decreto-lei 6.186 — 28-8-1949	
Decreto-lei 5.329 18-3-1943		2000-1000	
		AMAPÁ, Território do	1.1.104.5,02.0
ADICIONAL PARA O ENSINO PRIMÁRIO	1 1 104 2 02 2	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
		Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.º	
Decreto-lei 6.785 11-8-1944		Decreto-les 5.839 - 21-9-1943, art. 13	
		Decreto-lei 6 269 — 14-2-1944	
		Decreto-lei 6.550 - 31-5-1944	
adicional para proteção à família	1.1.104.3.01.2	Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
Decreto lei 3,200 19-4-1941, arts. 32 a 26		AMAZONAS, Quota anual do Estado do para amorti-	
		zação do empréstimo que lhe foi concedido pela	
		União	3 0.104.0.13.0
ADICIONAL RELATIVO A MERCADORIAS E MATERIAIS DES-		· ·	3 0.101.0.10.0
PACHADOS COM ISENÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO	1.1.104 1.01.3	Decreto-lei 6.763 — 3- 8-1944, art. 16	
Decreto-lei 300 — 24-2-1938		AMORTIZAÇÃO, Parte dos Estados no serviço de juros e	
		das obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas	
anômo, Impôsto de consumo sôbre bijuterias, objetos de		por empréstimo	2 0 104 0 04 0
	1.1.104:2.34.0		
The state of the s	3.1.107.2.01.0	Decreto 19.412 19-11-1930	
Dometa lei 720 94 0 1000		Decreto 19.503 — 17-12-1930	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 34 e 4.º §		Decreto 19.584 — 13-1-1931	
07		Decreto 19.648 30-1-1931	

AMORTIZAÇÃO, Quota anual do Estado do Amazonas para do empréstimo que lhe foi concedido pela União	2.0,104.0.13.0	ARRENDAMENTO DOS TERRENOS DE MANQUE, Taxa de ocupação dos terrenos de marinha e	1.2.104.0.05.0
Decreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16		Decreto 14.595 — 31-12-1920 Decreto 14.596 — 31-12-1920 Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941	
ANÁLISES, Renda do Laboratório Nacional de	1.3.104.0.03.0	Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943	
Lei 813 23-12-1901, art. 5.°			
Decreto 4.050 — 13-1-1920		ARTEFATOS DE BORRACHA, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.28.0
Decreto 14.167 — 3-12-1943		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 28 e	
ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da exportação de couros e peles de	1 4.102 0.27.0	4.° § 28	
orden and the organization of public do	1.21222.402.40		
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		ARTEFATOS DE COURO E OUTROS MATERIAIS, Împôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.32.0
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7°.			
Decreto 8.165 — 5-11-1941		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 32 e 4.º § 32	
APABELHOS ELÉTRICOS, Impôsto de consumo sôbre lâm-		7. 9 J2	
padas, pilhas e	1,1,104,2,23,0		
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º		ARTEFATOS DE FERRO E OUTROS METAIS, Impôsto de con- sumo sôbre ferragens	1.1.104.2.18.0
§ 23			
ADAPUT TOO GAMES CARE TO CARE A COMMENT OF THE COMM		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e	
APARELHOS SANITÁRIOS, Impôsto de consumo sôbre la- drilhos, mosáicos, azulejos, etc.	1.1.104,2,36,0	4.0 § 18	
Decreto-lei 739 — 24- 9-1938, arts. 1.º n.º 36 e	2.1.101,2.00.0		
4.º, § 36		ARTEFATOS DE TECIDOS E DE PELES, Impôsto de consumo	
APOSENTADORIA E PENSÕES, Taxa sôbre a quota de previ-		sôbre	1.1.104.2.13.0
dência das caixas e institutos de	1.4.109.0 02.0	Decreto-lei 730 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e	
Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.º		Decreto-lei 1.404 6-7-1939	
Decreto 22.096 — 16-11-1932, art. 3°. Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35		0.000	
		ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, Adicional para a	1.1.104.2.02.2
APRENDIZADOS AGRÍCOLAS, Renda dos	1.4.102.0.02.0		
Decreto 23.979 8-3-1934		Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 57	
Decreto 14.252 — 10-12-1943		Decreto 5.058 — 9-11-1926, art. 28 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 242	
		Decreto-lei 3.013 1-2-1941	
AQUECEDORES, Impôsto de consumo sôbre fogões, foga-			
gareiros e	1.1.104.2.39 0	ASSOCIAÇÕES, Renda do registo das e instituições de	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º		auxílios mútuos e outras organizações de previdência	
§ 39		social	1.4.100.0.01.0
ARMAS DE FOGO, Impôsto de consumo sôbre, munições		Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 29 § 6.0	
e fogos de artifício	1.1.104.2.22.0		
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º		AVALIAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS, Classificação e	1.4.104.0.01.0
§ 22			,,
		Decreto-lei 466 4-6-1938, art. 21	
ARMAZENAGEM	1.1.104.1.03.0		
Decreto 24.324 — 1-6-1934, arts. 1.º e 2.º		AZULEJOS, Impôsto de consumo sôbre ladrilhos, mo-	9
Decreto 24.508 — 29-6-1934, arts. 3.º, 5.º e 21		801000	1.1.104.2.36.0
Decreto 24.511 — 29-6-1934, arts. 1.0 6 7.0		December 1st mine on a second	
Decreto-lei 3.982 30-12-1941 Decreto-lei 5.369 1-4-1943		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 36 e	
Decreto-lei 5.994 — 16-11-1943			
		- B -	
ARRENDA MENTO DAG EGGLADA			
ARRENDAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de	1 9 104 0 44	BANHA, Impôsto de consumo sôbre, manteiga e su-	
	1 2.104.0.06.0	andêman.	1.1.104.2.20 0
Decreto 15, 152 2-12-1921		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 20 e	
Decreto-lei 6.698 — 17-7-1944		4. § 20	

REBIDAS E ADICIONAIS, Impôsto de consumo sôbre	1 1.104.2.02.0	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 61 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.º	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 2 c 4.°,			
§ 2.º Decreto-lei 829 — 28-10-1938, art. 1.º		CAVÉ, Taxa de classificação comercial e fiscalização da	
Decreto-lei 2.347 - 27-6-1940, art. 1.º		exportação do	1,4,103,0,25.0
Decreto-lei 3.013 — 1-2-1941 Decreto-lei 4.582 — 13-8-1942		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
Decreto-lei 4.695 — 16-9-1942		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 4.878 27-10-1942			
Decreto-lei 5.317 — 11-3-1943 . Decreto-lei 5.678 — 17-7-1943		CAVÉ TORRADO OU MOIDO, Impôsto de consumo sôbre	
Decreto-lei 6.785 — 11-8-1944		e chá	1.1.104.2.19.0
Adicional para a assistência hospitalar	1.1,104,2.02,2	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.°, n. 19 e	
Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 57		1010	
Decreto 5.058 9-11-1926, art. 28			4
Decreto-lei 739 24- 9-1938, art. 242 Decreto-lei 3.013 1 2-1941		CALKAS E INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, TAXA	1 4 100 0 00 0
		sôbre a quota de previdência das	1.4.109.0.02.0
Adicional para e ensino primário	1.1.104.2.02.3	Decreto 20.465 — 1-10-1931, art. 8.º	•
Decreto-lei 6.785 11- 8-1944		Decreto 22.096 — 16-11-1932, art. 3.• Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35	
BENGALAS, Impôsto de consumo sôbre chapéus e	1.1.104.2.16.0	9	1 1 104 0 00 0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, u. 16 e		CALÇADOS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.06.0
4.9, § 16		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts., 1.º, n. 6 e 4.º,	
Decreto-lei 1.867 — 13-12-1939		§ 6.°	
BIBLIOTECA NACIONAL, Renda da	1.4.103.0.01.0	Decreto-lei 5.317 — 11-3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21-6-1943	
DIDAVIBLE RECIONAL, ACIDA CA	1.1.200.0.01.0	Decreto-let 5.595 21-0-1945	
Decreto lei 6.732 — 24-7-1944 Decreto 16.167 — 24-7-1944, art. 12 n. 5		самвю, Diferenças de	2.0.104.0.03.0
autreras, Impôsto de consumo sôbre, objetos de adôrno e de utilidade e relógios	1 1 104.2.34.0	Decreto 23.801 - 25-1-1934, art. 5.º	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, -n. 34 e . 4.°, § 34		CAPATAZIAS, Expediente das	1.1.104.1.02.0
Total and the selection of	1 1 104 0 00 0	Lei 3.070 - A 31-12-1915	
BORRACHA, Impôsto de consumo sôbre artefatos de	1.1 104.2,28.0	Decreto 24.508 — 29-6-1934, art. 25, § 2.° Decreto 24.511 — 29-6-1934	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 28 e 4.°, § 28		D00000 22.011 20 0 1001	
norous, Impôsto de consume sobre linhas, cordonlha .e	1.1 104 2 41.0	CAPITAIS EMPREGADOS EM HIPOTECAS, Împôsto proporcional sôbre	1,1,104,3,05,0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º, n. 41 e 4.º, § 41		Decreto 21.949 12-10-1932	
anindes, Impôsto sôbre vales para	1.1.104.4.03.0	CAPITAIS NACIONAIS, Renda de	1.2.104.0.01.0
Lei 4.440 — 31-12-1921, art. 21		Decreto-lei 867 - 17-11-1938, arts. 14 e 15	
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45			
1001 - 01-16-1620, at 65, 08 C 10		CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre ga-	
		solina, nafta, óleos e	1.1.104.2.35.0
BRINGGEDO., Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.31.0	D	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, aris. 1.4, n. 31 e		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.9, n. 35 e 4.9, § 35	
4.5 § 81		Decreto-lei 2.615 - 21-9-1940, art. 3.º	
-c			
		CARNAÚBA, Taxa de classificação comercial e fiscali- zação da exportação da cêra de	1.4.102,0.26.0
• CAU, Taxa de classificação comercial e fisealização da		anjao da caportajao da cora de	
exportação do	1.4.102.0.24.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5,739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto lei 334 15-3-1938, añta, 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 7,444 - 25-6-1941, art. 11	

CARTAS DE JOGAR, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.15.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização de exportação do cacau	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 15 e 4.°, § 15		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0	1.4.102.0 24.
<i>*</i>		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
CARVÃO, Taxa sôbre óleos combustíveis e, importados		Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.0	
e de produção nacional	2.0.104.0.01.0		
		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização de	
Decreto-lei 2.667 3-10-1940, art. 13		erportação do café	1 4.102.0.25.
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º, letr. b Decreto-lei 3.837 — 18-11-1941, art. 1.º		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto-lei 6.771 7-8-1944, art. 13		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
CASA DA MOEDA, Renda da	1.3.104.0.02.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da	
		exportação de cêra de carnaúba	1.4.102.0.26.0
Decreto 22.269 28-12-1932, art. 30		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.7, 3.0 e 5.0	
		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82 ;	
CENSURA CINEMATOGRÁFICA, TEATRAL, ETC., Taxa de	1.4.003.0.02.0	Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11	
Decreto-lei 1,949 — 30-12-1939, art. 59		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	
Decreto-lei 2.541 — 29-8-1940, art. único		exportação de couros e peles de animais domésticos	1.4.102 0.27.0
cêra de carnaúba, Taxa de classificação comercial e		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
	1.4.102.0.26.0	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.0	
7		Decreto 8.165 5-11-1941	
Decreto lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82			
Decreto 7.444 25-6-1941, art. 11		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da	
		exportação de frutas cítricas	1.4.102.0.28.0
CHÁ, Impôsto de consumo sôbre café torrado ou moído e 1	1.1,104.2.19.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81.e 82	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 19 e 4.º. § 19		Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64	
CHAPÉUS, Impôsto de consumo sôl p e bengalas 1	.1.104.2.16.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de outros produtos padronizados	1 4 102.0.31.
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 16 e 4.°,		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
9 16		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts, 81 e 82	
Decreto-lei 1.867 — 13-12-1939		Decreto 6.226 — 31-8-1940, art. 5.º (piaçaba) Decreto 6.226 — 4-9-1940, art. 5.º (oiticica)	
		Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de linho)	
CIMENTO, Impôsto de consumo sôbre	.1.104.2.40.0	Decreto 6.630 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
•	.1.102.2.20.0	Decreto 6.824 7-2-1941 (paco-paco)	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 40 e 4.º, § 40		Decreto 6.825 — 7-2-1941 (juta) Decreto 6.826 — 7-2-1941 (guaxima)	
Decreto-lei 4.588 15-8-1942		Decreto 6.827 — 7-2-1941, art. 11 (papoula de São	
Decreto-lei 5.085 — 14-12-1942		Francisco)	100
		Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	
Grand and a second		Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de animais silvestres)	
CINEMATOGRÁFICO (material), Impôsto de consumo sôbre material ótico, fotográfico e		Decreto 7.260 - 28-5-1941, art. 12 (feijāo)	
1.	1.104.2.38.0	Decreto 7.261 — 28-5-1941 (batatinha)	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º		Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)	
§ 38		Decreto 7:263 — 29-5-1941 (babaçú) Decreto 7:264 — 29-5-1941, art. 8.º (piretro)	
		Decreto 7.265 29-5-1941 (alpiste)	
TI ASSISTED OTO COUNTY OF		Decreto 7.266 - 29- 5-1941 (amendoim)	
CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação do algodão		Decreto 7.267 - 29-5-1941 (cebola)	
1.4	4.102.0.23.0	Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada) Decreto 7.436 — 25- 6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0 3.0 e 5.0		Decreto 7.676 - 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts 21 a 22		Decreto 7.677 19- 8-1941, art. 19 (abacavi)	
Decreto 6.186 28-8-1940		Decreto 7.710 — 22- 8-1941 (babaçu) Decreto 7.784 — 3- 9-1941, art. 10 (abacate)	

Decreto 7.785 - 3- 9-1941, art. 7.º (farinha de		confincto ne partieras, Taxa de fiscalização do	1 4 102 0 35 0
mandioca,		Decreto-lei 3.445 21-7-1941, art. 1.º	
Decreto 7.786 — 3- 9 1941, art. 9.º (cumarú)			
Decreto 7. \$19 10 9 1941, art. 8.º (castanha do			
Pará)		COMESSÃO DE MARINHA MERCANTE, 5% da renda especial da	1.4 110.0.01.0
Decreto 7.902 24- 9-1941, art. 16 (erva-mate) Decreto 7.903 24- 9-1941 (ja:ias)		D 4 11 0 400 T 0 4040	
Decreto 7,958 30- 9-1941 (gapoti)		Decreto-lei 3.100 — 7-3-1941, arts. 8.º e 13	
Decreto 7.959 - 30- 9-1941 (couchas)		Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.º	
Decreto 7.960 - 30- 9-1911, art. 0.º (bucho de			
peixe)		COMPANHIAS DE SEGUROS, Contribuição das companhiase	
Decrete 8.164 - 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farele)		ou emprésas de estradas de ferro e das as-	
Decreto \$.178 6-11-1941 (aveia)		cionais, estrangeiras, e outras	1.3.104.0.01.0
Decreto 8.174 6-11-1941, art. 5.º (timbó)		· ·	2,5.164.0.01.0
Decreto 8.175 — 6-11-1941 (lentilha)		Lei 126-A 21-11-1892, art. 1.º	
Decreto 8.176 7-11-1941 (ervilba)			
Decreto 8.177 7-11-1941, art. 10 (gergelim)			
Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol)		COMPANHIAS OU EMPRÉSAS DE METRADAS DE FERRO, COD-	
Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)		tribuição das e das companhias de seguros, na-	
Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio)		cionais, estrangeiras, e outras ,	1.3 104 0 01.0
Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)			
Decreto 8.616 — 28- 1-1942 (guaraná)		Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º	
Decreto 8.678 — 5- 2-1942, art. 1.º (charque)			
Decreto 8.983 — 12- 3-1942 (cêra e mel de abelha)			
Decreto 9.618 — 10 - 6-1942 (batatinha)		CONSERVAS, Impústo de consumo sobre	1.1 104 2 09 0
Decreto 9.779 - 24- 6-1942, art. 13 (óleo esencial			
de citrus)		Decreto-lei 739 24-9-1938, arta. 1.º n. 9 e 4.º,	
Decreto 10.054 — 22 — 7-1942 (cebols)		\$ 9.0	
Decreto 10.218 — 12- 8-1942 (tabaco em folha, da Bahia)			
Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)			
Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyae)		CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO, Renda do	1 4.103.0.03.0
Decreto 15,398 27- 4-1944 (piretro)			
Dareto-lei 6.604 - 19-6-1944, art. 22 (lä de ovino)		Decreto-lei 4.993 26-11-1942, art. 7.º	
Decreto 17.140 — 16-11-1944 (chá preto)			
Dec 11-19-1 (ens preto)			
20-11-1344 (cna preto)			
		consignações, Vendas e — (Impostos da Municipalidade)	2 0 104 0 02.0
assaptoa, to comercial, Taxa dee fiscalização da			2 0 104 0 02.0
	1.4.102.0.30.3	Decreto 22,061 — 9-11-1932, art. 25	2 0 104 0 02.0
esportação do pinho	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29	2 0 104 0 02.0
esportação do pinho Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º	2 0 104 0 02.0
ASAIPICA, 10 COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação do pinho Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º	2 0 104 0 02.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 374 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto-lei 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º	2 0 104 0 02,0
ASAIPICA, 10 COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação do pinho Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º	2 0 104 0 02,0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 374 — 27-5-1940, arts. 11-e 12 Decreto 5.714 — 29-5-1940, arts. 81-e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.°	2 0 104 0 02,0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.°	2 0 104 0 02,0 1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943	1.4.102.0.30.3	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constonações, Impôsto de vendas e (Nos Territórios Federais	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º C. Decreto-lei 915 — decreta e (Noe Territórios Federais Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.716 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 185-2104 (10 COMBRITAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-ku 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-ku 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-ku 140 — 29-12-1938, art. 1.º Decreto-ku 140 — 29-12-1938, art. 1.º C MARGORA, Împôsto de vendas e (Nos Territórios Federais Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra f	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra f Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 374 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.° Decreto 14.249 — 9-12-1943 1.35***IGAÇÃO COMBRICIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-5.739 — 29-5-1940		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra f Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.720 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 LESTRICAÇÃO COMBRICIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1933, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 22, inciso I, letra 4 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 LESTRICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra f Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.720 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 LESTRICAÇÃO COMBRICIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1933, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º		Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra 4 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ANSONICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, srt. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra 4 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 374 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.° Decreto 14.249 — 9-12-1943 LESTRICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.° ASSIDICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra / 1 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21-9 1943, art. 13	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto-lei 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.° Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 346 — 6-9-1940, art. 5.° 2480190247 to Comercial, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1940, arts. 81 e 82	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, srt. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra 4 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 374 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.° Decreto 14.249 — 9-12-1943 LESTRICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.° ASSIDICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra / 1 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21-9 1943, art. 13	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 354 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto-lei 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.° Decreto 14.249 — 9-12-1943 ASSISTAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não pudronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.° ASSISTAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-6.255 — 11-9-1940	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra 4 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.830 — 21-9 1943, art. 13 Constituats, fundamentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.720 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.° Decreto 14.249 — 9-12-1943 LISTERIONO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de prodotos não pudronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1933, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 6-9-1940, art. 5.° ASSIPICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-6.255 — 11-9-1940 Decreto-8.982 — 12-3-1942	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra / 1 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 13 CONSULARES, fundamentos	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.720 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ASSURGAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de prodotos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ASSURGAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decret. ei: 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSURICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PROVÂNDOS.	1.4 102.0 32 0 1.4 102.0.29.0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra 4 Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.830 — 21-9 1943, art. 13 Constituats, fundamentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ANNIONO COMERCIAN, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ANNIONO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-sis 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 11 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ANNIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PROVÂNDO, Taxa de registo de exportadores e	1.4 102.0 32 0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 113 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º C Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º C Decreto-lei 915 — 1-12-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1933 Decreto-lei 915 — 1-12-1933 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21-9 1943, art. 13 CONSULARES, Far olumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.056 — 8-2-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.720 — 29-5-1940, arts. 12 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ANNUALEMENTAL Taxa de e fiscalização da exportação de prodotos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ANNUALEMENTAL TAXA de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decret	1.4 102.0 32 0 1.4 102.0.29.0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 113 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra 4 Decreto-lei 915 — 1-19-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1939 Decreto-lei 915 — 1-12-1939 Decreto-lei 5.839 — 21-9 1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21-9 1943, art. 13 Constituats, fundamentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ASSESSACCIO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 234 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ASSESSACAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSESSACAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PROVÂNSOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940	1.4 102.0 32 0 1.4 102.0.29.0 1.4.102 0 39.0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, srt. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra / Decreto-lei 915 — 1-19-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 13 Consularis, fundimentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.056 — 8-2-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.183 — 2-4-1940, art. 1.º Decreto-lei 3.163 — 2-4-1941, art. 1.º Decreto-lei 3.163 — 2-4-1941, art. 1.º Decreto-lei 7.611 — 12-8-1941	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ANNIONO COMERCIAN, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ANNIONO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-sis 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 11 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ANNIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PROVÂNDO, Taxa de registo de exportadores e	1.4 102.0 32 0 1.4 102.0.29.0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra / 1 Decreto 22.061 — 11-0-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 13 Consulares, fundamentos Decreto-lei 2.056 — 8-2-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.º Decreto-lei 12.275 — 19-4-1943	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto-lei 34. — 15-3-1943 ASSURICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não pudronizados Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ASSURICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.982 — 12-3-1940 Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940 Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940	1.4 102.0 32 0 1.4 102.0.29.0 1.4.102 0 39.0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra f e 24, inciso I, letra f e 24, inciso I, letra f e 25, inciso I, letra f e 26, inciso I, letra f e 27, inciso I, letra f e 28, inciso I, letra f e 29, i	1.1.104 5.00,4
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.730 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º Decreto 14.249 — 9-12-1943 ASSESSACCIO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação de produtos não padronizados Decreto-lei 234 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º ASSESSACAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação da semente de mamona Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSESSACAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PROVÂNSOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940	1.4 102.0 32 0 1.4 102.0.29.0 1.4.102 0 39.0	Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23, inciso I, letra / 1 Decreto 22.061 — 11-0-1932, art. 26 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 5.812 — 13-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 13 Consulares, fundamentos Decreto-lei 2.056 — 8-2-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.º Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.º Decreto-lei 12.275 — 19-4-1943	1.1.104 5.00,4

```
1.1.104.1.01.1 CORREIOS ENTELÉGRAFOS, Renda do Departamento des 1.3.110.0.01.0
  consumo, Direitos de importação para
      Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940
                                                                               Decreto 11.520 - 10-3-1915
                                                                               Decreto 14.722 - 16-3-1921
      Decreto-lei 2.878 - 18-12-1940
      Decreto-lei 4.061 — 28- 1-1942
                                                                               Decreto 18.164 — 18-3-1928
      Decreto-lei 4.512 -- 23- 7-1942
                                                                               Decreto 20.859 -- 26-12-1931
      Decreto-lei 4.553 — 6- 8-1942
                                                                               Decrete 23,807 -- 29-1-1934
      Decreto-lei 4.773 - 1-10-1942
                                                                               Lei 537 — 11-10-1937
      Decreto-lei 4.834 - 15-10-1942
                                                                               Decretc-lei 919 -- 1-12-1938, art. 1.º
      Decreto-lei 5.329 -- 18- 3-1943
                                                                               Decreto-lei 1.076 - 26-1-1939, art. 1.º
      Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943
                                                                              Decreto-lei 1.081 -- 30-1-1939, art. 1.º
      Decreto-lei 6.462 -- 2- 5-1944
                                                                              Decreto-lei 1.995 - 1-2-1940, arts. 1.º e 2.º
      Decreto-lei 6.686 — 13- 7-1944
                                                                              Decreto-lei 2.621 -- 24-9-1940, art. 5.º
     Decreto-lei 7.116 - 4-12-1944
                                                                               Decretc-lei 2.979 -- 28-1-1941
                                                                              Decreto-lei 3,830 -- 17-11-1941, art. 2.º
 CONSUMO, Impôsto de
                                                       1.1.104,2.00.0
                                                                              Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único
                                                                              Decreto-lei 4.525 — 28-7-1942
     Decreto-lei 739 - 24- 9-1938
                                                                              Decreto-lei 5.014 — 1-12-1942
     Decreto-lei 826 — 28-10-1938
                                                                              Decreto-lei 6.613 - 22-6-1944
     Decreto-lei 828 — 1-11-1938
Decreto-lei 887 — 24-11-1938
                                                                          COURO E OUTROS MATERIAIS, Impôsto de consumo sôbre
     Decreto-lei 934 -- 8-12-1938
                                                                              artefatos de
                                                                                                                                 1.1.104.2.32.0
     Decreto-lei 1.404 — 6- 7-1939
     Decreto-lei 1.950 - 30-12-1939
     Decreto-lei 1.981 -- 26- 1-1940
                                                                              Decreto-lei 739 -- 24-9-1938, arts. 1.º n. 32 e 4.º, § 32
     Decreto-lei 2.300 --- 10- 6-1940
     Decreto-lei 2.347 - 27- 6-1940
     Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940
                                                                         COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classi-
     Decreto-lei 2.818 -- 2-12-1940
                                                                            ficação comercial e fiscalização da exportação de 1 4.102.0.27.0
     Decreto-lei 2.898 - 23-12-1940
     Decreto-lei 2.929 -- 31-12-1940
                                                                              Decreto-lei 334 -- 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º
     Decreto-lei 3.013 - 1- 2-1941
                                                                              Decreto 5.739 -- 29-5-1940, arts. 81 e 82
     Decreto-lei 3.178 — 8- 4-1941
                                                                              Decreto 6.588 -- 11-12-1940, art. 7.º
     Decreto-lei 3.687 — 3-10-1941
                                                                              Decreto 8.165 - 5-11-1941
    Decreto-lei 3.729 — 17-10-1941
    Decreto-lei 3.862 -- 22-11-1941
    Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942
                                                                         CUSTAS JUDICIAIS
                                                                                                                                 1.4.106.0.01.0
    Decreto-lei 4.045 - 22- 1-1942
    Decreto-lei 4.177 --- 13-- 3-1942
    Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942
                                                                              Decretc-lei 2.506 -- 20-8-1940
    Decreto-lei 4.583 - 13- 8-1942
                                                                             Decreto-lei 3.108 - 12-3-1941, art. 1.º
    Decreto-lei 4.698 - 17- 9-1942
                                                                             Decreto-lei 3.749 - 23-10-1941, art. 2.0
    Decreto-lei 4.878 -- 27-10-1942
    Decreto-lei 5.317 --- 11- 3-1943
                                                                         CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba
    Decreto-lei 5.598 - 21- 6-1943
    Decreto-lei 5.678 -- 17- 7-1943
                                                                                                                                1.1.104.2.29.0
    Decreto-lei 5.729 - 5- 8-1943
    Decreto-lei 5.998 - 18-11-1943
                                                                             Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.on. 29 e 4.o § 29
    Decreto-lei 6.486 -- 11- 5-1944
    Decreto-lei 6.662 - 7-7-1944
    Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944
                                                                                                       -- D --
                                                                         DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0
Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas
  DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS,
  ESTRANGEIRAS, E OUTRAS
                                                                             Decrete 11.520 - 10-3-1915
                                                     1.3.104.0.01.0
                                                                             Decreto 14.722 - 16-3-1921
    Lei 126 A -- 21-11-1892, art. 1 °
                                                                             Decreto 18.164 - 18-3-1928
                                                                             Decreto 20.859 - 26-12-1931
                                                                             Decreto 23.807 - 29-1-1934
CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA
                                                                             Lei 537 — 11-10-1937
                                                   1.4.104.0.02.0
                                                                             Decreto lei 919 -- 1-12-1938, art. 1.0
                                                                             Decreto-lei 1.076 - 26-1-1939, art. 1.0
    Decreto-lei 1.880 -- 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º
                                                                             Decreto-lei 1.081 -- 30-1-1939, art. 1.0
                                                                             Decreto-lei 1.995 - 1-2-1940, arts. 1.º e 2.º
CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS 1.4.104.0.03.0
                                                                             Decreto-lei 2.621 - 24-9-1940, art. 5.º
                                                                             Decreto-lei 2.979 - 28-1-1941
    Decretc-lei 6.259 -- 10-2-1944
                                                                             Decreto-lei 3.830 - 17-11-1941, art. 2.º
                                                                             Decreto-lei 3.867 - 29-11-1941, art. único
Фовроміна, Impôsto de consumo sôbre linhas,...e botões 1.1.104.2.41.0
                                                                             Decreto-lei 4.525 - 28-7-1942
                                                                             Decreto-lei 5.014 - 1-12-1942
    Decreto-lei 739 -- 24-9-1938, arts. 1.º n. 41 e 4.º, § 41
                                                                             Decreto-lei 6.613 - 22-6-1944
```

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SECURANÇA PÚBLICA, Renda		Adicional de 10%	1 1.104 1.01.9
de	1.4.106.0.04.0		
•		Decreto 24.343 5-6-1934, art. 2.º	
Renúa de policiamento interno de empresas e estabeleci-		Decreto 24.577 — 4-7-1934, art. 1.0	
mentos particulares .	1.4.106.0.04.1	Decreto 24.599 — 6-7-1934, arts. 17 e 19	
		Decreto-lei 2.619 — 24-9-1940, arts. 2.0, 3.0 e 4.0	
Decretc-lei 7.013 1-11-1944		Decreto-lei 2.878 - 18-12-1940, art. 2.0	
		Decreto-lei 5.329 — 18-3-1943	
Rendas diversas	1.4.108.0.04.2		
Decreto 24.531 — 2- 7-1934, arts. 361 a 368		Adicional relativo a mercadorias e materiais desparhados	1.1.104.1.01.3
Decreto-lei 6.378 — 28- 3-1944		com isenção de direitor de importação	2.1.101.1.01.0
2001000-101 0.019 80- 0 1011		Decreto-lei 300 — 24-12-1938	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Renda do	1,4,103,0,04,0	Decreto-let 500 - 24-12-1956	
Dat the date and a second standard and	***************************************	DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL, Renda da	1.3.101.0.01 0
Decreto 24,734 14-7-1934		DIRECTOR DE ARRONAUTRON COTON, Section de	1.0.10010.10
Lei 378 13-1-1937, art. 96		Decreto 16.983 22-7-1925	
Decreto-lei 421 11-5-1938. art. 22		Decreto 20.914 6-1-1932, art. 36	1
		Decreto-lei 2.961 - 20-1-1941, art. 14	
DEPÓSITO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, Renda do	1.3.106,0.01,0	Decreto-lei 3.730 18-10-1941, art. 70, § 8.0	
Lei 490 — 16-12-1897, art. 2.º § 2.º n. VII		pívida ativa da união, Produto da cobrança da	2.0 104.0.05.0
Decreto 2.818 → 23-2-1898			
Decreto 23.303 — 30-10-1933, art. 2.0		Do imposto de renda	2.0,104.0.05.1
DEPÓSITOS ABANDONADOS, (Dinheiro o objetos de valôr)		Decreto 4.536 — 28-1-1922	
Produto de	1.4.104.0.05.0	Decreto 5.426 7-1-1928	
and the same of th		Decreto 23.150 — 15-9-1933	
Lei 370 — 4-1-1937		Decreto-lei 960 — 17-12-1938	
Decreto 1.508 17-3-1937, art. 2.0		Decreto-lei 5.844 23-9-1943	
		De outras origens	2.0 104.0.05.2
DEPÓSITOS FECHADOS — Impôsto de consumo	1,1,104,2,45.0	The district or spents	2.0 101.01001
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 11		Decreto 4.536 - 28-1-1922	
19816to fet 138 - 24-9-1938, art. 11		Decreto 5.426 - 7-1-1928	
P. 1	1 4 100 0 00 0	Decreto 23.150 — 15-9-1933	
percerros réblicos, Prêmios de	1.4.106.0.03.0	Decreto-lei 960 — 17-12-1938	
Lei 99 - 31-10-1835, art. 11 n. 51			
Instrução 131 — 1-12-1845		DIVISÃO DE ÁGUAS, Renda da	1 4.102.0.03.0
Decreto 498 — 22-1-1847		•	
Decreto 2.551 - 7-3-1860, art. 76		Decreto-lei 1.498 — 9-8-1939	
Decreto 2.846 19-3-1898		P 1 1	1 4.102 0.04.0
Lei 3.979 — 31-12-1919, art. 1.º n. 46		DIVISÃO DE CAÇA E PESCA, Renda da	1 4,102 0.04.0
		Decreto-lei 794 — 19-10-1938	
DESINYECÇÃO, Taxa de	1.4.102.0.33.0	Decreto-lei 5.894 — 20-10-1943	
		Decelerate 0.001 - at 10 10	
Decreto 24.548 30-7-1934, art. 42		DIVINÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, Renda da	1.4.102.0.05.0
Decreto-lei 194 21-1-1938, art. 2.º			
Decreto-lei 5,421 — 22-4-1943		Decreto 23.979 — 8-3-1934	
DIPERENÇAS DE CÂMBIO	2.0,104.0.03.0	divisão de defesa sanitária vegetal, Renda da	1.4.102.0.06 0
	*		
Decreto 23 801 — 25 ·1 ·1934,art. 5.°		Decreto 23.979 — 8-3-1934	
		Decreto 4.438 — 26-7-1939	
DIRECTOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO, E ADICIONAIS	1 1.104.1.01.0	Decreto-lei 2.009 — 9-2-1940, arts. 14 c 15 Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.°	
Dissilar de imperiorie pero consume	1 1 104 1 01 1	Decreto-let 5.200 12-0-1841, att. 0.	
Direites de importação para consumo	1.1.104.1.01.1	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DEPARTAMENTO NACIONAL	
Decreto-lei 2.615 21- 9-1940		DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0 04.i
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940			
Decreto-lei 4.061 — 28- 1-1942		Decreto 24.734 — 14-7-934	
Decreto-lei 4.512 - 23- 7-1942		Lei 378 - 12-1-1937, art. 96	
Decreto-lei 4.553 — 6-8-1942		Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22	
Decreto-lei 4.773 1-10-1942			
Decreto-lei 4.834 15-10-1942		DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL (DEPARTAMENTO NACIONAL	
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		DB EDUCAÇÃO), Renda da	1 4 103 0 04 2
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943			
Decreto-lei 6.462 — 2- 5-1944		Decreto 24.734 — 14-7-1934	
Decreto-lei 6.686 — 13- 7-1944		Lei 378 — 13-1-1937, art.96	
Desreto-lei 7.116 — 4-12-1944		Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22	

divisão de ensino secundário (departamento : cional de educação), Renda da	NA- 1.4.103.0.04.3	EMOLUMENTOS CONSULARES	1.4.108.0.01.0
The state of the s	1,1,100,0,01,0	Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939	
Decreto 24.734 14-7-1934		Decreto 4.219 7-6-1939	
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto-lei 2.006 — 8- 2-1940, art. 1.0	
Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22		Decreto-lei 2.121 — 9-4-1940, art. 1.0 Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.0	
		Decreto 7.611 12-8-1941	
DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR (DEPARTAMENTO NACION DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0.04.4	Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942 · Decreto 12.275 — 19-4-1943	
Daniel 04 704 14 7 4004		Decreto-lei 5.569 — 10-6-1943	
Decreto 24.734 — 14-7-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto-lei 6.465 — 2-5-1944	
Decreto-lei 421 11-5-1938, art. 22		emolumentos de escritórios comerciais — Impôsto o	
		consumo	
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL, Renda o	da 1.4.102.0.07.0		1.1.104.2.43.0
Decreto 23.979 8-3-1934		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3,° e 11	
Design To the control of		EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS, Montepio dos	1.4.104.0.04.0
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL, renda o	da 1.4,102.0.08.0	Decreto 942-A 31-10-1890, art. 12	
Decreto-lei 300 — 24-2-1938, art. 27		Decreto 22.414 — 30-1-1933, art. 1.0 Lei 436 — 23-5-1937, art. 1.0	
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL, Renda d	la 1 4 102 0 00 0	EMPRÊSAS DE ESTPADAS DE FERRO, Contribuição das com-	. 4
Lei 199 — 23-1-1936	2.2.102 0.00.0	panhias ou e das companhias de seguros nacio-	
-		nais, estrangeiras e outras	1.3.104.0.01.0
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO, Renda da	1.4.102.0.10.0	Lei 126-A — 21-11-1892, art. j.e	
Decreto 23,979 — 8-3-1934		EMPRÉSTIMO, Parte dos Estados no serviço de juros	
Decreto 4.438 26-7-1939, art. 16 Decreto-lei 2.009 9-2-1940, arts. 14 e 15		e amortização das obrigações do Tesouro que lhes	
2-2-1940, arts. 14 e 15		foram cedidas por	2.0.104.0.04.0
DOCAS, Impôsto de			2.0.102.0.04.0
	1.1,104.1.04.0	Decreto 19.412 19-11-1930	
Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mêsa	g	Decreto 19.503 — 17-12-1930	
de Rendas, 13-4-1894, art. 574	~	Decreto 19.584 — 13- 1-1931 Decreto 19.648 — 30- 1-1931	
-E-		EMPRÉSTIMO, Quota anual do Estado do Amazonas para	
		amortização do que lhe foi concedido pela União	9.0.104.0.19.0
EDUCAÇÃO E SAÚDE, Taxa de	1 4 100 0 00 0	on the same of contentato pera oniao	2.0.104.0.13.0
	1.4.103.0.25.0	Decreto-lei 6.763 3-8-1944, art. 16	
Decreto 21.335 29-4-1932, art. 1.0		2023, 210, 20	
Decreto-lei 4.655 — 3- 9-1942, art. 111		ENERGIA ELÉTRICA, Taxa de utilização, fiscalização, as-	
Decreto-lei 6.694 14- 7-1944		sistência técnica e estatística para exploração de	1.4.102.0.40.0
Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art. 28			X.2.105.0.20.0
Premium Profit		Decreto-lei 2.281 — 5-7-1940, arts. 2.º e 11	
ELETRICIDADE, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.25.0	Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944	
Devreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 25 e 4.°, § 25		ENSINO PRIMÁRIO, Adicional para o	1.1.104.2.02.3
		Demeta lai 6 795	h.
EMBARCAÇÕES, Taxa especial sôbre cobrada nas al-		Decreto-lei 6.785 — 11-8-1944	
fândegas	2.0.104.0.06.0	and the second s	
	2.0.104.0,00,0	ESCOLA AGRÍCOLA DE BARBACENA, Renda da	1.4.102.0.11.0
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.0 e 5.0		Decreto-lei 982 — 23-12-1938	
Decreto-lei 4.003 — 8- 1-1942, arts. 2.º e 3.º		Decreto 14.253 — 10-12-1943	
		200000 11.200 10-12-1943	ŕ
embarcações, Taxa de expurgo das	1.4.103.0.26.0	ESCOLA NACIONAL DE AGRONOMIA, Renda da	1.4.102.0.12.0
Decreto-lei 3.761 25-10-1941, art. 5.0		Decreto 23.857 — 8-2-1934, art. 18	9
Decreto-lei 4.003 — 8- 1-1942		Decreto-lei 6.349 — 17-3-1944	
embarcações nos fundeadouros, Taxa de visita a		ESCOLA NACIONAL DE BELAS ANTES, Renda da	4:109 0 0
Taxa de visita a	1.4.104.0.07.0 .	hales, Reitus (8	1.4.103.0.05.0
Decreto-lei 3.761 25-10-1941		Decreto 19.852 — 11-4-1931	
Decreto-lei 4.003 — 8 - 1-1942		Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	
		Lei 452 — 5-7-1937	

ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS.			
		Decreto-lei 739 24 9-1938, arts. 4.º e 244	
Renda da . 1.4	.103.0.06.0		
D 4 1 4 040 SE 4 4000 W 40		ESTRADA DE FERRO BARIA E MINAS, Renda da	1 3 110 0.02 0
Decreto-lei 1.212 17-4-1939, art. 43			
Dela di Control de la control	100 0 00 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA, Renda da 1.4	. 103 . 0 . 07 . 0	Decreto 19.964 — 8-5-1931	
Decreto 24.738 — 14-7-1934		Decreto 570 — 31-12-1935, art. 1.2	
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 — 5-7-1937		ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA, Renda da	1.3.110.0.03.0
1%: 409 0-1-1891		Decrete 10 700 10 0 1001	
ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA, Renda da 1.4.	103 0 08 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
2.3.	200.0.00.0	Decreto 914 19-6-1936	
Decreto 24.738 14-7-1934			
Lei 378 — 13-1-1937, art.96		ESTRADA DE PERRO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE,	
Lei 452 5-7-1937		Renda da	1 2 110 0 04 0
		24,1100 00	1.3.110.0.04.0
ESCOLA NACIONAL DE MÓSICA, Renda da 1.4.	. 103 . 0 . 09 . 0	Decreto 19.702 13-2-1931	
ESCULA MACIONAL DE MUSICA, MONTA CAS	103.0.09.0	Decreto 19.964 — 8-5-1931	4
Decreto 19.851 11-4-1931		20.002	
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 — 5-7-1937		ESTRADA DE FERRO D. TERESA CRISTINA, Renda da	1.3.110.0.05.0
201 102 - 0-1-1001		· ·	-1.0.110.0.00.0
escola nacional de quínica, Renda da 1.4.	. 103 . 0 . 10 . 0	Decreto-lei 2.074 — 8-3-1940	
2.2.	100.0.10.0		
Decreto 24.738 — 14-7-1934		ESTRADA DE FERRO DE GOIAZ, Renda da	1 3.110.0.06.0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 — 5-7-1937		Decreto, 19.702 13-2-1931	
		Decreto 19.964 - 8-5-1931	
ESCOLA NACIONAL DE VETERINÁRIA, Renda da 1.4.	. 102 . 0 . 13 . 0		
		ESTRADA DE FERRO MADEURA-MAMORÉ, Renda da	1.3.110.0.07.0
Decreto 23.858 8-2-1934, art. 18			
Decreto-lei 6.349 — 17-3-1944		Decreto 19.702 — 13-2-1931	
		Decreto 24. 596 - 6-7-1934, art. 2.º	
ESCOLAS TÉCNICAS E INDUSTRIAIS, Renda das . 1.3.	103.0.01.0	Decreto 1.547 — 5-4-1937	
		Decreto-lei 6.504 — 17-5-1944	
Lei 378 13-1-1937, arts. 37 e 96			
Decreto-lei 4.127 — 25-2-1942			
		ESTRADA DE FERRO SÃO LUIS A TEREZINA, Renda da	1.3.110 0.08.0
recovas, Impôsto de consumo sôbre pentes espana-			
dores e vassouras 1.1.	104.2 30.0 .	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
		Decreto 19.964 — 8-5-1931	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º		Decreto-lei 4.255 — 15-4-1942	
§ 30 .		Decreto-lei 4.332 23-5-1942	
escritórios comerciais, Impôsto de consumo —		estrada de perbo tocantins, Renda da	1.3.110.0.09.0
	104.2.43.0	ESTRADA DE PERBO TOCANTINS, Renda da	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1.		ESTRADA DE FERBO TOCANTINS, Renda da Decreto 19.702 — 13-2-1931	1.3.110.0.09.0
		Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11.	104.2.43.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.0	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11.		Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Esgôro, Taxa de . 2.0.	104.2.43.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.0	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Esgêro, Taxa de . 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º	104. 2. 43. 0 103. 0. 02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1. Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Escêro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934	104. 2. 43. 0 103. 0. 02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Escêro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.º	104. 2. 43. 0 103. 0. 02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERBO, Contribuição das companhias ou cunprêsas de e das companhias de seguros nacio-	
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.°	104. 2. 43. 0 103. 0. 02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou	1.3.110.0.09.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.°	104. 2. 43. 0 103. 0. 02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DB FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras	
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. Escôro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10.1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.° Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.°	104. 2. 43. 0 103. 0. 02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERBO, Contribuição das companhias ou cunprêsas de e das companhias de seguros nacio-	
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.°	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º	
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Escêro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.846 — 1-10.1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-0-1943	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DB FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota	1.3,104,0,01.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Escêro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.646 — 1-10·1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, es-	104.2.43.0 103.0.02.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º	
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Escêro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.646 — 1-10·1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, es-	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das º	1.3,104,0,01.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 2-7-1934, art. 3.º Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1.	104.2.43.0 103.0.02.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DB FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota	1.3.104.0,01.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. Escêro, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.646 — 1-10·1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, es-	104.2.43.0 103.0.02.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.° Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou cinprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.° ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto 16.152 — 2-12-1921	1.3,104,0,01.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.° Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.° Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.° n. 30 e 4.° § 30	104.2.43.0 103.0.02.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto 18.152 — 2-12-1921 Decreto-lei 6.098 — 17-7-1944	1.3,104,0,01.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.632 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.° n. 30 e 4.° § 30 ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, Impôsto de consumo	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto 15.152 — 2-12-1921 Decreto-lei 6.098 — 17-7-1944 ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO, TAXA adicional de 10%	1.3.104.0.01.0 1.2 104.0.06.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.632 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.° n. 30 e 4.° § 30 ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, Impôsto de consumo	104.2.43.0 103.0.02.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto 18.152 — 2-12-1921 Decreto-lei 6.098 — 17-7-1944	1.3,104,0,01.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.° e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.° Decreto 24.632 — 2-7-1934 Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.° Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.° Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.° n. 30 e 4.° § 30 ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, Impôsto de consumo	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprêsas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto 15.152 — 2-12-1921 Decreto-lei 6.098 — 17-7-1944 ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO, TAXA adicional de 10%	1.3.104.0.01.0 1.2 104.0.06.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.º n. 30 e 4.º § 30 ESPECIALIDADES FARMACÉUTICAS, Impôsto de consumo sôbre	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.º Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou emprésas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto-lei 6.698 — 17-7-1944 ESTRADAS DE FERRO BA UNIÃO, Taxa adicional de 10% sobre as tarifas de transporte das	1.3.104.0.01.0 1.2 104.0.06.0
emolumentos de 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11. ESGÔTO, Taxa de 2.0. Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.º Decreto 24.532 — 2-7-1934 Decreto 24.532 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.º Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.º Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º Decreto 9490 — 27-5-1942, art. 3.º Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943 ESPANADORBS, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas, e vassouras 1.1. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º § 30 ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, Impôsto de consumo sôbre 1.1.	104.2.43.0 103.0.02 0	Decreto 19.702 — 13-2-1931 Decreto 19.964 — 8-5-1931 Decreto 21.263 — 8-4-1932, art. 1.° Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944 ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou cimpresas de e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.° ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, Quota de arrendamento das Decreto 18.152 — 2-12-1921 Decreto-lei 6.098 — 17-7-1944 ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO, Taxa adicional de 10% sobre as tarifas de transporte das Decreto 16.842 — 24-3-1925, art. 3.°	1.3.104.0.01.0 1.2 104.0.06.0

*			
EVENTUAM, Tôdas e quaisquer rendas	2.0.104.0.10	Jan Talle Land Land Land Land Land Land Land Land	
Lei 4.440 — 31-12-1921		de classificação comercial e fiscalização da	1.4.102.0.3
Decreto-lei 4.177 — 13-3-1942		Departs 1:1 004 and access	
Decreto-lei 6.562 — 7-6-1944		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
A		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 c 82	
		Decreto 6.206 — 31-8-1940, art. 5.º (piacaba)	
EXPANSÃO DA PESCA, Taxa de	1.4.102.0.34.	Decreto 6.226 — 4-9-1940, art. 5.º (oiticica)	
		Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de linho) Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º		Decreto 6.824 7-2-1941 (paco-paco)	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º		Decreto 6.825 - 7-2-1941 (juta)	
		Decreto 6 998 7 9 1941 (
EXPEDIENTE DAS CAPATAZIAS	1.1.104.1.02.	Decreto 6.827 - 7-2-1941, art. 11 (papoula de	
Lei 3.070-A 31-12-1915		São Francisco)	
Decreto 24.508 — 29-6-1934, art. 25 § 2.0		Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	
Decreto 24.511 - 29-6-1934		Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de ani-	
Decreto 24.011 28-0-1994		mais silvestres)	
		Decreto 7.260 28-5-1941, art. 12 (feijão)	
EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, Taxa de utilização		Decreto 7.261 — 28-5-1941 (batatinha)	
fiscalização, assistência técnica e estatística para a	1.4:102.0.40.0	Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)	
		Decreto 7.263 - 29-5-1941 (babaçú)	
Decreto-lei 2.281 5-6-1940, arts. 2.º e 11		Decreto 7.264 — 29-5-1941, art. 8.º (piretro)	
Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944		Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste)	
		Decreto 7.266 29-5-1941 (amendoim)	
EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO, Taxa de classificação come	er-	Decreto 7.267 29-5-1941 (cebola)	
cial e fiscalização da	1.4.102.0.23.0	Decreto 7.268 — 29-5-1941 (cevada)	
		Decreto 7.436 25-6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 7.676 — 19-8-1941 art. 11 (côco)	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.677 - 19-8-1941, art. 19 (abacaxi)	
Decreto 6.186 28-8-1940		Decreto 7.710 - 22-8-1941 (babacú)	
		Decreto 7.784 - 3-9-1941, art. 10 (abacate)	
EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de classificação comercia	.1	Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 7.0 (farinha de man-	
e fiscalização da		dioca)	
v mountayav tra	1.4.102.0.24.0	Decreto 7.786 — 3-9-1941, art. 9.º (cumarú)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 7.819 - 10-9-1941, art. 8.º (castanha do	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	C	Pará)	
Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.0	•	Decreto 7.902 24-9-1941, art. 16 (erva mate)	
7		Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina)	
		Decreto 7.958 — 30-9-1941 (sapoti)	
EXPORTAÇÃO DO CAPÉ, Taxa de classificação comercial	6	Decreto 7.959 — 30-9-1941 (conchas)	
fiscalização da	1.4.102.0.25.0	Decreto 7.960 — 30-9-1941, art. 6.º (bucho de peixe)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia)	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
		Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha)	
		Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha)	
EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA, Taxa de classifi-		Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	100
cação comercial e fiscalização da	1.4.102.0.26.0	Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol)	
		Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0		Decreto 8.322 - 3-12-1941 (centeio)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.485 27-12-1941 (chá preto)	
Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11.		Decreto 8,616 — 28-1-1942 (guaraná)	
		Decreto 8.678 5-2-1942, art. 1.º (charque)	
SUSANIE STA AN ALLES		Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha)	207
EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉS-		Decreto 9.618 10-6-1942 (batatinha)	
ricos, Taza de classificação comercial e fiscalização da		Decreto 9.779 - 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial	
us .	1,4,102,0,27,0	· de citrus)	8
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e.82		Decreto 10.218 - 12-8-1942 (tabaco em folha, da	
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.0		Bahia)	
Decreto 8.165 5-11-1941		Decreto 14.249 9-12-1943 (pinho)	
3 2 1041		Decreto 14.269 15-12-1943 (agaves e fourcrovae)	
		Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro)	
exportação de protas cirricas, Taxa de classificação		Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (15 de ovince)	
comercial e fiscalização da	1 4 100 0 00 0	Decreto 17.149 16-11-1944 (chá preto)	
4	1.4.102.0.28.0	EXPORTAÇÃO DO PINHO, Taxa de classificação comercial e	
Decreto-lei 834 — 15-3-1938, arts. 20 20 a 50		IISCALIZAÇÃO de	****
Decreto-lei 884 — 15-3-1988, artz. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.789 — 29-5-1940, artz. 81 e 82		riscalização da , 1.4.	102.0.30.0
Decreto-lei 834 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64		IISCALIZAÇÃO de	102.0.30.0

Decreto 5,739 - 29 5 1940, arts. 31 e 32		PACULDADE NACIONAL DE DIRETTO, Renda da	1 4 103 0 14 0
Decreto 6.197 28-8 1940, art. 1.º			
Decreto 14 249 - 9-12-1943		Decreto 19.852 — 11-4-1931	
		Decreto 20,902 - 31-2-1931, art. 7.º	
a manage manage		Decreto 23,609 — 20-12-1933, arts. 176 e 176	
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS, TATA do	1.4.102.0.32 0	Lei 378 18-1-1937, art. 96 Lei 452 8-7-1937	
classificação comercial e fiscalização da	1.4.100.0.02	Fig. 409 cm 0-1 (199)	
Decreto-lei 384 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, Renda da	1 4.103 0.15 0
Decreto 5,739 — 29-5-1940			
Decreto 6.246 - 6-9-1940, art. 5.º		Decreto-lei 1.190 - 4-4 1939,art. 55	
		FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA, Renda da	1,4 103.0.16.0
EXPORTAÇÃO BO QUARTEO, Taxa ed-ealorem sóbre a	1.4.102.0.22.0	5	
		Decreto 19.852 11-4-1931	
Decreto-lei 3.076 - 26-2-1941, art. 9.º		Decreto 20.865 — 28-12-1931, art. 260	
		Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937	
exportação da semente de mamora, Taxa de classi-		Tel 432 - 3-1-1991	4
ficação comercial e fiscalização da	1.4.102.0.29.0	FACULDADE NACIONAL DE ODONTOLOGIA, Renda da	1.4.103 0.17.0
Ticação como com o socialidade do		FACULDADE NACIONAL DE ODONIOLOGIA, REMUS GE	1.4.103 0.17.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 8.º e 5.º		Decreto 19.852 11- 4-1931	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 23.512 28-11-1933	
Decreto 6.255 — 11-9-1940		Lei 378 — 13- 1-1937, art. 96	
Decreto 8.982 — 12-3-1942		Lei 452 - 5- 7-1937	
		PAMILIA, Adicional para proteção à	1.1.104.3.01.2
EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS. Impôsto de (Nes Terri-			
EXPORTAÇÃO SE MERCABORIAS, EMPOSTO OS (1/08 27/7-	1.1.104 5 00 5	Decreto-lei 3.200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36	
lorics Peteruse)		7	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e		PARIMEA DE TRIGO, Impôsto de Cr\$ 0,60, sôbre cada	
art. 22, inciso I, letra o		saca de 44 quilogramas de importada ou produ- zida no país com grão de procedência estrangeira	1 4 102 0 01 0
Decreto 22 443 — 8-2-1933		rids no base com grao de procedencia estrangena	1.4.103.0.01.0
		Lei 470 — 9-8-1937, art. 8.º § único	
EXPORTADORES E CLASSIFICADORES DE PRODUTOS AGRÍ-		Decreto-lei 72 - 16-12-1937	
colas a raculatos, Taxa de registo de	1.4 102 0 39 0	Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940	
Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940		FARINHAS, Taka de fiscalização do comércio de	1.4.102.0.35.0
EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES, TEXA do	1.4.103.0.26 0		
BAL CORP. SHE SERVICE STORY		Decreto-lei 3.445 21-7-1941, art. 1.º	
Decreto-lei 3.761 - 25-10-1941, art. 5.0		PARÓE, Impôsto de	1.1.104.1.05.0
Decreto-lei 4 003 8-1-1942		FAROM, Imposto de	1.1.104.1.00.0
		Decreto-lei 5.406 — 14-4-1943	
EXTRAORDINÁRIOS, Impôsto sóbre lucros	2.0.104.0.12.0	PERNANDO DE NORONEA, Território de	1,1,104,5,03,0
Decreto-lei 6. 224 — 24-1-1944			
Decreto 15 028 — 13-3-1944		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Deticio 10 ore - 15 0.1944		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2 •	
F		Decreto-lei 5.718 3-8-1943	
		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
PACULDADE DE BEREITO DE RECIPE, Renda da .	1.4.108.0.11.0	Decreto-lei 7.192 13-12-1944	
The second secon		PERRAGENS (ARTEPATOS DE PERRO E OUTROS METAIS), Îm-	
Decreto 24.103 10-4-1934		pârte de consumo sôbre	1.1.104.2.18.0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 463 — 8-7-1937	-6	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º	
		§ 18	
PACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da	1.4.103.0.12.0		
Daniel 04 700 - 11 7 1004 - 1 010		VILMES OFICIAIS, Renda preveniente da locação de	1.4.000.0.01.0
Decreto 24.792 11-7-1934, art. 313 Loi 378 13-1-1937,art. 96		Danielo 6 077 - 90-19 1090 ant 0 0 lates	
Lei 452 5-7-1937		Decreto 5.077 20-12-1939, art. 8.*, letra s	
23 200 0 1 3001		PISCALIZAÇÃO BANCÁRIA, Contribuição para	1.4.104.0.02.0
		The state of the s	
PACULDADE SE MEDICINA DE PORTO-ALEGRE, Renda da	1.4,103.0 13.0	Decreto-lei 1.880 - 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 24.463 — 25-6-1034, art. 200		PIECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PARIMEAS, TARA de	1.4 102 0.35,0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		D. 4-1-1 2 448 01 7 1049	
Lei 482 8-7-1037		Decreto-lei 3.445 - 21-7-1941, art.1.	

piscalização da exportação do algodão, Taxa de clas-		Decreto 7,267 — 29- 5-1941 (cebola)	
gificação comercial e	1.4.102.0.23.0	Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada)	
		Decreto 7.436 - 25- 6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.9, 3.0 e 5.0		Decreto 7.676 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.677 — 19- 8-1941, art. 19 (abacaxí)	
Decreto 6.186 28-8-1940		Decreto 7.710 — 22- 8-1941 (babaçú)	
		Decreto 7,784 3- 9-1941, art. 10 (abacate)	
		Decreto 7.785 - 3- 9-1941, art. 7.º (farinha d	е
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de clas-		mandioca)	
sificação comercial e	1,4,102,0,24.0	Decreto 7.786 - 3- 9-1941, att. 9.º (cumarú)	
onition of the control of the contro		Decreto 7.819 - 10- 9-1941, art. 8.º (castanha d	0
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Pará)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.902 - 24- 9-1941, art. 16 (erva mate)	
Decreto 6.284 14-9-1940, art. 8.º		Decreto 7.903 24- 9-1941 (jarina)	
200,000 0.202 12 0 1020, 400 00		Decreto 7.958 30- 9-1941 (sapotí)	
fiscalização da exportação do capé, Taxa de classifi-		Decreto 7.959 - 30- 9-1941 (conchas)	
cação comercial e	1,4,102,0,25.0	Decreto 7.960 - 30- 9-1941, art. 6.º (bucho de	
Cayar Commercial	212123273133	peixe)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 8.164 - 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo)
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia)	
2000000 0000 20 0 2020, 00000 02 0 02		Decreto 8.174 - 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DA CÊBA DE CARNAÚBA,		Decreto 8.175 - 7-11-1941 (lentilha)	
Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.26.0	Decreto 8.176 - 7-11-1941 (ervilha)	
Take to described to mercial c	2.2.200.0.20.0	Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelin)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio)	
Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11		Decreto 8.485 — 27-12-1941(chá preto)	
Decided 1.122 NO U LOTI, and IL		Decreto 8.616 28- 1-1942 (guaraná)	
		Decreto 8.678 - 5- 2-1942, art. 1.º (charque)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE		Decreto 8.983 — 12- 3-1942, cêra e mel de abelha)	
ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial		Decreto 9.618 — 10- 6-1942 (batatinha)	
e	1.4.102.0.27.0	Decreto 9.779 — 24 - 6-1942, art. 13 (óleo essencia	
·	1.4.102.0.21.0	de citrus)	t
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 10.054 22- 8-1942 (cebola)	
Decreto 5.739 29- 5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 10.218 — 12- 8-1942 (tabaco em folha, d	la .
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.0		Bahia)	136
Decreto 8.165 — 5-11-1941			
0 11 1021		Decreto 14.249 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 15-12-1943 (agaves e four	
		Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four croyas)	
piscalização da exportação de frutas cítricas, Taxa			
de classificação comercial e	1.4.102.0.28.0	Decreto 15.398 — 27- 4-1944 (piretro)	
we visite to a constitution to	1.4.102.0.20.0	Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944, art. 22 (la de ovinos)
Decreto-lei 334 15- 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	
Decreto 5.739 29- 5-1940, arts. 81 e 82			
Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64			
20 12 10 10 0 0 0 0		FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO, Taxa de classi-	
		ficação comercial e	1.4.102.0.30.0
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PA-			
DRONIZADOS, Taxa de classificação comercial e	1 4 109 0 91 0	D 1100	
	1.4.102.0.31.0	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts.2.0, 3.0 e 5.0	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0		Decreto 5.714 — 27- 5-1940, arts. 11 e 12	
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 6.206 — 31- 8-1940, art. 5.º (piaçaba)		Decreto 6.187 — 28- 8-1940, art. 1.º	
Decreto 6.226 — 4— 9-1940, art. 5.º (phayaba)		Decreto 14.249 — 9-12-1943	
Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de linho)			
Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)		PISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRO-	
Decreto 6.824 — 7- 2-1941 (paco-paco)		NIZADOS, Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.32.0
Decreto 6.825 — 8- 2-1941 (juta)			
Decreto 6.826 — 8- 2-1941 (guaxima)		D-11-11-0041-4-1	
Decreto 6.827 — 8- 2-1941, art. 11 (papoula de		Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
São Francisco) . (papoula de		Decreto 5.739 — 29-5-1940	
Decreto 7.063 — 4- 4-1941 (banana)		Decreto 6.246 6-9-1940, art. 5.0	
Decreto 7.136 — 8- 5-1941 (couros e peles de ani-			
mais silvestres)			
Decreto 7.260 — 28- 5-1941, art. 12 (feijão)		FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA,	
Decreto 7.260 — 28— 5—1941, art. 12 (feijšo) Decreto 7.261 — 28— 5—1941 (batatinha)		Taxa de classificação comercial e	E 4 100 0 00 0
Decreto 7 262 28_5_1041 (Come do classificação comerciat e	1.4.102.0.29.0
Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz) Decreto 7.263 — 2)- 5-1941 (babagú)			
Decrete 7 264 - 20 5 1041 (babaçu)		Decreto-lei 334 — 15-/3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto 7.264 — 29- 5-1941, art. 8.º (piretro) Decreto 7.265 — 29- 5-1941 (alpiste)		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 7.266 - 29- 5-1941 (amendoim)		Decreto 6.255 11-9-1940	
January (amendoin)		Decreto 8.982 — 12-3-1942	

PECALITAÇÃO GERAL DE LOTERIAS, Contribuição para	1.4.104 0.03.0	- G	
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944		CABINETE DE FISIOTERAPIA E RADIOLOGIA DA POLICIA MI- LITAR, Renda do	1.3.106.0.02.0
PITO-SANITÁRIA, Taxa	1.4 102 0 36.6	Decreto 3.494 — 27-12-1988, art. 119	
Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.• Decreto-lei 3.426 — 16-7-1941		cás, Produto da venda de e petróleo	1.3.008.0.01.0
		Decreto-lei 538 — 7-7-1938, art. 13 Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28	
POGARRIBOS, Impôsto de consumo sôbre fogões, e			
aquecedores Decreto-lei 739 24-9-1938, arts, 1.º n. 39 e 4.º	1.1.104.2.39.0	GASOLINA, Impôsto de consumo sôbre, nafta, óleos e carbureto de cálcio	1.1.104.2.35.6
§ 39		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1º n. 35 e 4º. § 35 Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940, art. 3º.	
rogos, Impôsto de consumo sobre, fogarciros e aque- cedores	1.1.104.2.39.0	ofineros, Produto da venda de e próprios nacionais	2.0.104.0.07.0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º		F-1 0 000 A 01 40 400	
\$ 39		Lei 3.070 - A 31-12-1915 . Lei 3.644 31-12-1918 .	
, ,		Decreto-lei 6.117 — 16-12-1943, art. 13	
rocos de artificio, Impôsto de consumo sôbre armas de		GUAPORÉ, Território do	1.1.104.5.04.0
fogo, munições e	1.1.104.2.22.0		***************************************
and the second s		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º		Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0	
§ 22		Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13	
		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
PARAL DE CERRONAL DE MARIE DE COMPANION DE C		Decreto-lei 6.550 31-5-1944	
POROS DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS	1.2.104.0.03.0	Decreto-lei 7.192 23-12-1944	
Decreto-lei 2.490 — 16- 8-1940, art. 23 Decreto-lei 3.438 — 17- 7-1941, art. 4.0		GUERRA, Montepio da .	1.4,105,0,01.0
Decreto-lei 3.964 20-12-1941		Decreto 695 — 28-8-1890	
Decreto-lei 4,120 21- 2-1942		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.0	
Decreto-lei 5.666 — 15- 7-1943		Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.0	
		Decreto-lei 3.864 — 24-11-1941, art. 75 § 2.0	
		Decreto-lei 6.280 — 17-2-1944	
rómonos, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.04.0	Decreto-lei 7.060 21-11-1944	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 4 e 4.º § 4.º		- H-	
Decreto-lei 2.929 31-12-1940		HERANÇAS JACENTES	2.0.104 0.11.0
		Decreto-lei 1.907 - 28-12-1939, art. 4.º	
'orognifico (MATÉRIAL), Impôsto de consumo sôbre ma-		Decreto-lei 2.859 12-12-1940, art. 10.	
terial ótico, e cinematográfico	1.1.104.2.38.0		
		HIPOTECAS, Impôsto proporcional sôbre capitais empre-	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º		gados em	1.1.104.3.05.0
. § 38		Decreto 21.949 — 12-10-1932	
RUTAS CÍTRICAS, Taxa de classificação comercial e fisca-		-1-	
lização da exportação de	1.4.102.0.28.0		
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		IGUAÇO, Território do	1.1.104.5.05;0
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto 6.629 - 20-12-1940, arts. 63 e 64		Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	
		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
"160, Impôsto de consumo sôbre	1 1 101 0 01 0	Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
The state of communic some	1.1.104.2.01.0	Decreto-lei 6.550 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 23-12-1944	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 1 e 4.º § 1.º			2.0.100.0.01.0
Decreto-lei 5.317 11-3-1943		imigração, Rendade	2 0.109.0.01.0
Decreto-lei 6.662 — 7-7-1944		Decreto-lei 406 - 4-5-1938, arts. 71 e 72	
. 1012		Decreto-lei 639 — 20-8-1938	
'NDO DE GARANTIA DO REGISTO TORREDE .	2 0 104.0.09 0	Decreto 3.010 - 20-8-1938, art. 215	
		Decreto-lei 809 26-10-1938, art. 1.º	
Decreto 451-B 31-5-1890, arts. 60 e 61		Decreto-lei 1 966 — 16-1-1940, art. 4.º	

Decreto-lei 2.537 - 27-8-1940, art. 1.0		Decreto-ld 887 — 24-11-1938	
Decreto-lei 3.082 — 28-2-1941, arts. 5.º e 7.º		Decreto-lei 934 — 8-12-1938	
Decreto-lei 4.051 — 22-1-1942, art. 2.º		Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939	
Decreto-lei 4.180 13-3-1942		Decreto-lei 1.950 — 30-12-1939	
Decreto 9.398 16-5-1942		Decreto-lei 1.981 — 26- 1-1940	
Decreto-lei 5.438 — 30-4-1943		Decreto-lei 2.300 — 10- 6-1910	
Decreto-lei 5.448 — 30-4-1943		Decreto-lei 2.347 - 27- 6-1940	
Decreto 16.676 - 28-9-1944		Decreto-lei 2.615 21- 9-1940	
		Decreto-lei 2.818 2-12-1940	
IMPORTAÇÃO, Adicional relativo a mercadorias e		Decreto-lei 2.808 — 23-12-1940	
materiais despachados com isenção de direitos de	1.1.104.1.01.3	Decreto-lei 2.929 31-12-1940 -	
		Decreto-lei 3.013 — 1- 2-1941	
		Decreto-lei 3.178 8- 4-1941	
Decreto-lei 300 — 24-2-1938		Decreto-lei 3.687 3-10-1941	
		Decreto-lei 3.729 17-10-1941	
		Decreto-lei 3.862 — 22-11-1941	
IMPORTAÇÃO E AFINS, IMPÔSTO DE	1.1.104.1.00.0	Decreto-lei 4.038 19- 1-1942	
		Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942	
		Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942	
Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas			
de Rendas — 13-4-1894, art. 574		Decreto-lci 4.266 — 17- 4-1942	
Lei 3.070-A 31-12-1915		Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942	
Decreto 24.324 1-6-1934		Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942	
Decreto 24.343 5-6-1934		Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942	
Decreto 24.508 29-6-1934		Decreto-lei 5.317 11- 3-1943	
Decreto 24.511 — 29-6-1934		Decreto-lei 5.598 21- 6-1943	
Decreto 24.577 — 4-7-1934		Decreto-lei 5.678 17- 7-1943	
Decreto 24.599 — 6-7-1934		Decreto-lei 5.729 5- 8-1943	
Decreto-lei 300 — 24 – 2-1938		Decreto-lei 5.998 18-11-1943	
Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940		Decreto-lei 6.486 11- 5-1944	
		Decreto-lei 6.662 7-7-1944	
Decreto-lei 2.619 24-9-1940		Decreto-lei 6.785 11- 8-1944	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940			
Decreto-lei 3.982 30-12-1941		IMPÔSTO DE CR\$ 0,60 SÔBRE CADA SACA DE 44 KG. DE	
Decreto-lei 4.061 — 28-1-1942		FARINHA DE TRIGO IMPORTADA OU PRODUZIDA NO PAÍS	
Decreto-lei 4.512 23-7-1942		COM GRÃO DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA	
Decreto-lei 4.553 — 6-8-1942		COM GRAO DE PROCEDENCIA ESTRANGEIRA	1.4.102.0.01.0
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942			
Decreto-lei 4.834 15-10-1942		T 1 480 0 0 4008 1 0	
Decreto-lei 5.329 — 18-3-1943		Lei 470 — 9-8-1937, art. 8.0	
Decreto-lei 5.369 1-4-1943	•	Decreto-lei 72 — 16-12-1937	
Decreto-lei 5.406 14-4-1943		Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940	
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943			
		IMPÔSTO DE DOCAS	1.1.104.1.04.0
Division I			
importação para consumo, Direitos de	1.1.104.1.01.1	Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesa	3
		de Rendas — 13-4-1894, art. 574	
Decreto-lei 2.615 21-9-1940			
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940		IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS	
Decreto-lei 4.061 28-1-1942		(Nos Territorios Federais)	1.1,104.5.00.5
Decreto-lei 4.512 — 23- 7-1942			
Decreto-lei 4.553 — 6- 8-1942			
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	
Decreto-lei 4.834 — 15-10-1942		art. 23, inciso I, letra e	
		Decreto 22.443 8-2-1933	
Decreto-lei 5.329 18- 3-1943		Decreto-lei 4.102 — 9- 2-1942, art. 20	
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943		Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 20	100
Decreto-lei 6.462 — 2- 5-1944			
Decreto-lei 6.686 — 13-7 - 1944		Decreto-lei 5,839 21- 9-1943, art. 13	
Decreto-lei 7.116 — 4-12-1944		1	
		'IMPÔSTO DE FARÓIS	1.1 104.1.05.0
		December 1.1 17 400 44 4 4000	
tuphono me EOV obness come		Decreto-lei 5.406 - 14- 4-1943	
IMPÔSTO DE 5% SÔBRE LOTERIAS, Quota fixa anual e	1.4.104.0.06.0		
D. 4. 1. 0.050		IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO E AFINS	1,1,104,1,00,0
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944			
Decreto-lei 6.820 — 24- 8-1944		Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e	
		Mesas de Rendas, 13-4-1894, art. 574	
		Lei 3.070-A 31-12-1915	
IMPÔSTO DE CONSUMO	1.1.104.2.00.0	Decreto 24.324 — 1- 6-1934	
		Decreto 24.343 — 5 6-1934	
Decreto-lei 739 — 24- 9-1938		Decreto 24.508 29- 6-1934	
Decreto-lei 826 — 28-10-1938			
Decreto-lei 828 - : 1-14-1938		Decreto 24.511 — 29- 6-1934	
		Decreto 24.577 — 4-7-1934	

Decreto 24.599 — 6-7-1934	Impôsto de renda e proventes de qualquer natureza	1.1.104.3.00.0
Decreto-lei 300 — 24- 2-1938		
Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940	Decreto 15,589 29-7-1922, art. 42	
Decreto-lei 2.619 24- 9-1940	Decreto 19.957 — 6-5-1931	
Decreto-lei 2.878 18-12-1940	Decreto 21.949 — 12-10-1932	
Decreto-lei 3.982 30-12-1941	Decreto-lei 3,200 — 19-4-1941	
Decretc-lei 4.061 — 28- 1-1942	Decreto-lei 5.844 23-9-1943	
Decreto lei 4.512 — 23- 7-1942	Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943	
Decreto lei 4.553 6- 8-1942	Decreto-lei 6.340 — 11-3-1944	
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942	Decreto-lei 6.577 9-6-1944	
Decreto-lei 4.834 15-10-1942		
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		
Decreto-lei 5.369 — 1- 4-1943	IMPÔSTO SÔBRE A BENDA DE PESSOAS FÍSICAS E ADICIONAIS	1.1.104.3.01.0
Decreto-lei 5.406 — 14- 4-1943		
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943		
	Impôsto sobre a renda de pessoas físicas	1.1.104.3.01.0
IMPÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES (Nos Territórios	Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 1.º a 26,	
Federais) 1.1.104.5.00.6	45 a 50, 60, 61 e 63 a 94	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra j e	Adicional para proteção à família	1.1.104.3.01.2
art. 23, inciso I, letra e	Decreto-lei 3.200 19-4-1941, arts. 32 a 36	
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27		
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942	IMPÔSTO SÔBRE A RENDA DE PESSOAS JURÍDICAS	1.1.104.3.02.0
Decreto-lei 5.812 13- 9-1943		
Decreto-lei 5.839 21- 9-1943	Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 27 a 44,	
2 Carett at 01000 27 0 to 10	51 a 59 e 63 a 94	
	Decreto-lei 6.071 6-12-1943, arts. 1.º e 2.º	
IMPÔSTO SÔBRE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS 2.0.104.0.12.0	Decreto-les 0.0/1 - 0-12-1945, arts. 1.º 6 2.º	
IMPOSTO SOBRE LUCROS EXTRAORDINARIOS 2.0.104.0.12.0		
D 1 1 0004 04 1 1044	IMPÔSTO SÔBRE RENDIMENTOS, ARBECADADO NAS FONTES	
Decreto-lei 6.224 — 24 1-1944		
Decreto 15.028 — 13- 3-1944	(Inclusive sobre lucros fortúitos, valores distribuídos	
	em sorteios por clubes de mercadorias, prêmios conce-	
	didos em sorteios mediante pagamento em prestações,	
IMPÔSTO SÔBRE OPERAÇÕES A TÊRMO 1.1.104.4.02.0	por associações construtoras)	1.1.104.3.03.0
	got appoint to the manney ,	
Lei 4.984 31-12-1925, art. 16	Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 95 a 107	
Decreto 17.537 — 10-11-1926, art. 2.º ·	Decreto-lei 6.340 — 11-3-1944, arts. 1.º, 2.º e 3.º	
Decreto 20.116 17- 6-1931, art. 10		
	Decreto-lei 6.577 — 9-6-1944, art. 1.0	
	A	1 1 104 4 01 0
IMPÔSTO SÔBRE PRÊMIOS DE SEGUROS MARÉTIMOS E TER-	TMP6STO DO SÉLO	1.1.104.4.01.0
RESTRES, SEGUROS DE VIDA, PENSÕES, PECÚLIOS, ETC. 1.1.104.3.04.0	D . 1: (ARE 0 0 1010	
	Decreto-lei 4.655 — 3-9-1942	
Decreto 15.589 29- 7-1922, art. 42	Decreto-lei 4.785 — 5-10-1942, arts. 2.º e 4.º	
	Decreto-lei 5.808 3-9-1943	
Decreto 19.957 — 6-5-1931	Decreto-lei 6.394 — 31-3-1944	
	Decreto-lei 6.659 — 7-7-1944	
	Decreto-lei 6.755 31-7-1944	
IMPÔSTO PROPORCIONAL SÔBRE CAPITAIS EMPREGADOS EM	Decreto-lei 7.038 10-11-1944, art. 27	
HIPOTECAS . 1.1.104.3.05.0		
Decreto 21.949 12-10-1932	impôsto do sêlo e afins	1.1.104.4.00.0
The same of the sa		
IMPSÔTO SÔBRE A PROPRIEDADE TERRIPORIAL (Nos Terri-	Decreto-lei 4.655 - 3-9-1942	
tórios Federais) 1.1,104.5.00.1	Decreto-lei 4.785 5-10-1942, aris. 2.º e 4.º	
111,101,001,1	Decreto lei 5.808 — 3-9-1943	
Constituição Federal, art. 20. inciso I, letra f e	Decreto-lei 6.394 — 31-3-1944	
art. 23, inciso I, letra a	Decreto-lei 6.659 7-7-1944	
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	Decreto-lei 6.755 — 31-7-1944	
Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0	Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art. 27	
	2-curcount 1.000 10 11 1033; 84% 21	
Decreto-lei 5.830 — 21-9-1943, art. 13		
	IMPÔSTO DE TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE COUST-MORIE	
Turning on one. Builde 1 1 1 16 12 14		1.1.104 5.00,2
IMPÔSTO DE RENDA, Produto da cobrança da dívida ativa	(Nos Territórios Federais)	1.1.104 3.00.2
da União do 2.0.104.0.05.1	•	
Marine and the second s		
Decreto 4.536 — 28-1-1922	Constituição Federal art. 20, inciso I, letra f e art. 23,	
Decreto 5, 426 - 7-1-1928	inciso I, letra b	
Decreto 23.150 - 15-9-1933	Decreto-lci 1.071 24-1-1939	
Decreto-lei 960 17-12-1938	Circular n. 8 - 24-4-1939, da Diretoria das Rondas	
Decreto-lei 5 844 — 23-9-1943	Internas	
Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943	ZM4.15000	

104 15-1

104 5 + . 1

impsôto de transmissão da propriedade imóvel inter-		Decrető-lei 5.718 — 3- 8-1943	
vivos (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.3	Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943	
		Decreto-lei 5.839 21- 9-1943	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art. 23,		Decreto-lei 6.269 — 14- 2-1944	
inciso I, letra c		Decreto-lei 6.550 — 31- 5-1944	
Decreto-lei 1.071 24-1-1939		Circular n. 8 — 24- 4-1939, da Diretoria das Rendas	
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942, art. 2.		Internas	
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.º		P 1 1	1 0 200 0 00
Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13		IMPRENSA NACIONAL, Renda da	1.3.106.0.03.0
Circular n.º 8 24-4-1939 da Diretoria das Rendas In	ternas	D 04 500 90 8 1024 and 69	
		Decreto 24.500 — 29- 6-1934, art. 58 Decreto 5.963 — 16-7-1940	
	1.1.104.4.03.0	Decreto 9,903 10-1-1940	
IMPÔSTO SÔBRE VALES PARA BRINDES	1.1.101.4.00.0		
Lei 4.440 31-12-1921, art. 21		INDENIZAÇÕES	2.0.104.0.08.0
Decreto 15.524 — 14-6-1922			
Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45		Lei 317 21-10-1843, art 25, n. 44	
		To a de de Manie de la	2 0 104 0 00
impôsto de vendas e consignações — Impostos do Mu-		INDÚSTRIAS E PROFISSÕES — Impostos da Municipalidade	2.0.104.0.02.1
nicipalidade	2.0.104.0.20.2	Decreto 5, 142 27-2-1904, art. 2°	
		Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º. § 7.º	
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25		Lei 3.070A — 31-12-1915, art. 22	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 29		Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.º § 19	
Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º		Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32	
Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.°		Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31	
Decreto-let 915 — 1-12-1956, art. 1		2010.012 02 28 2020, 08 07 08	
	•	INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, Impôsto de (Nos Territórios	
IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES (Nos Territórios		Federais)	1.1.104.5.00.6
Federais)	1.1.104.5.00 4		
		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art.		art. 23, inciso I, letra f	
23, inciso I, letra d		Lei 366 30-12-1936, art. 27	
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942, art. 2.º			
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art 2.º			
Decreto-lei 5,839 — 21- 9-1943, art. 13		inspeção sanitária, Taxa de	1.4.102.0.37.0
		Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º	
IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE	2.0.104.0.02.0	Detection of I as a to the second of the sec	
Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32	2.0.104.0.02.1	inspetoria federal de obras contra as secas, Renda	
		da	1.3.110.0.10.0
Indústrias e Profissões		D 10 PO2	
		Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5°	
Decreto 5.142 27- 2-1904, art. 2.º		Decreto-let 1.996 — 2-2-1940, art. 3	
Lei 2.919 31-12-1914, art. 2.° § 7.°		INSTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das	
Lei 3.070 A — 31-12-1915, art. 22		associações e e outras organizações de previdência	
Lei 3.213 — 30-12-1916, art 2.º § 19		social	1.4.109.0.01.0
Lei 3.446 31-12-1917, art. 32			
Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31		Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 29 § 6.º	
Vendas e Consignações	2.0.104.0.02.2		
renade o consignações	2.0.104.0.02.2	INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do	1.4.102.0.14.0
Decreto 22.061 9-11-1932, art. 25		D 1 00 000 0 0 0001	
Lei 187 — 15 1–1936, art. 29		Decreto 23.979 — 9- 3-1934	
Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º '		Decreto-lei 982 23-12-1938	
Decreto-lei 140 29-12-1937, art. 1.º			
Decreto-lei 915 1-12-1938, art. 1.º		INSTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do	1.4.102.0.15.0
•		TOTAL DE SIN MANAGEN AGRICOMA, INCHES NO	1,2,102.0.10.0
MADOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERE	wai nina	Decreto 23.979 8- 3-1934	
IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERR	HTORIUS	Decreto-lei 982 — 23-12-1938	
	1.1.104.5.00.0		
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f			
Decreto 22 061 — 9-11-1932		INSTITUTO DE FERMENTAÇÃO (antigo Laboratório Central	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36		de Enclogia), Renda do	1.4.102.0.16.0
. Lei 366 — 30-12-1936, art. 27			
December 1st 015 1 10 1000			
Decreto-lei 915 — 1-12-1938		Lei 549 — 20-10-1937, arts. 21 e 23	
Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 1.071 — 24— 1-1939 Decreto-lei 4.102 — 9— 2-1942, art. 29		Lei 549 — 20-10-1937, arts. 21 e 23 Decreto-lei 826 — 28-10-1938 Decreto-lei 4.327 — 22- 5-1942, art. 6.•	

Decreto-lei 4.695 16-9-1942		Decreto 539 19-12-1898	
Decreto-lei 6.155 30-12-1943, art. 6.°		Decreto 3.312 17-6-1899, art. 4.	
		Lei 3,644 31-12-1918, art. 117	
		Lei 4,230 31-12-1920, art. 120	
INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO, Renda do	1.4.103.0.18.	Lei 4.625 — 31-12-1922, art. 27	
Decreto-lei 4.064 29 - 1-1942, art. 2.0		Lei 5.053 — 6-11-1926, art. 45	
D601010101 2:002 20 : 10121		Decreto-lei 6 16-11-1937	
		Decreto-lei 2.035 — 27-2-1940	
INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS (Jóias e Pensões			
de alunos), Renda do	1.4.103.0.19.0	JUNOS E AMORTIZAÇÃO, Parte dos Estados no serviço de	
		de obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas por	
Decreto 9.198 — 12-12-1911, art. 122		empréstimo	2.0.104.0.04.0
		embresenno	
Lei 378 — 13- 1-1937, art. 96		Decreto 19.412 — 19-11-1930	
		Decreto 19.503 17-12-1930	
NSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA, Renda do	1.3.109.0.01.0	Decreto 19.584 13- 1-1931	100
		Decreto 19.648 — 30- 1-1931	
Decreto-lei 778 8-10-1938, arts, 1.º e 8.º		The second secon	
Decreto 3.139 — 8-10-1938			
		JUSTIÇA LOCAL DO DISTRITO PEDERAL, TAXA judiciária	
		federal e da	1.4.106.0.06.0
INSTITUTO OSWALDO CRUZ, Renda do	1.3.103.0.03.0	1606191 6 00	
		Decreto 225 20-15-1204 art 26	
Decreto 20.043 - 27- 5-1931, art. 87		Decreto 225 — 30-11-1894, art. 2.6	
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto 2.163 — 9-11-1895, art. 5.°	
		Decreto 539 — 19-12-1898	
		Decreto 3.312 17-6-1899, art. 4.º	
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, Renda do	1.4.103.0.20.0	Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 117	
		Lei 4.239 - 31-12-1920, art. 120	× 1
Lei 452 5-7-1937		Lei 4.625 31-12-1922, art. 27	
200 200		Decreto 5.053 6-11-1926, art. 45	
INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA, Renda do	1.3.102.0.01.0	Decreto-lei 6 — 16-11-1937	
I INDICATE OF GUILLIA AGRICOLA, ICHGO GO	1.0.103.0.01.0		
: D		Decreto-lei 2.035 27-2-1940	
Decreto-lei 982 — 23-12-1938		-L-	
INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL, Participação da			
União nos lucros do	1, 4, 109, 0, 04, 0	LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISES, Renda do	1.3,104.0.03.0
Citizo nos ideitos do	2,0 2 . 000 . 0 , 0 2 . 0		
D4- 1-: 0.004 07 10 1044		Lei 813 — 23-12-1901, art. 5.	
Decreto-lei 9.964 — 27-10-1944		Decreto 4.050 13-1-1920	
		Decreto 14, 167 - 3-12-1943	
INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, Taxa sôbre		2000000 121200	
	1.4.109.0.02.0	LABORATÓRIO DA PRODUÇÃO MINERAL, Renda do	1.3.102.0.02.0
a quosa de previdencia cuis caixas e	1,4.108.0.04.0	LABORATORIO DA PRODUÇÃO MINERAL, MONIOS CO	2.0.00
D 4 00 402 4 10 1004 - 4 0.0			
Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.º		Decreto 23.978 — 8-3-1934	
Decreto 22.096 — 16-11-1932, art. 3.°		Decreto-lei 982 — 23-12-1938	
Decreto-lei 1.346 — 15- 6-1939, art. 35			
		LADRILHOS, Impôsto de consumo sôbre, mosaicos,	
INSTRUMENTOS DE MÚSICA, Impôsto de consumo sôbre	1 1.104 2.37.0		1.1.104.2.36.0
		azulejos, aparelhos sanitários, etc.	1,1,101,2,00.0
Decreto-lei 739 24- 9-1938, arts. 1.º n. 37 e		Decreto-lci 739 24-9-1938, arts. 1º. n. 36 e 4.º § 3	16
4.0 \$ 37		Decreto-ici /59 24-9-1956, arts. 15. ii. 50 e 4.5 g	
J		Lâ HPADAS, Impôsto de consumo sôbre , pilhas e	
		aparelhos elétricos	1.1.104.2.23.0
And the second s	4 4 104 5 55	spareings cieuricos	
JOIAS & OBRAS E OURIVES, Impôsto de consumo sôbre	1,1,104,2,33,0	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 33 o 4.º		§ 23	
§ 33			1.2:104.0.04.0
		LAUDÉMIOS	3,2,101,0.01.0
JUDICIAIS, Custas	1.4.106.0.01.0		
Customas, Custac	1, 1, 100, 0, 01, 0	Decreto-lei 2.490 16-8-1940, arts. 23 e 26	
December 1st 0, 806, 00, 0, 1010		Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941	
Decreto-lei 2.506 — 20- 8-1940		Decreto-ki 5.666 — 15- 7-1943	
Decreto-lei 3.108 — 12- 3-1941, art. 1.º			
Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2.º			1.1.104.2.27.0
		Tumbala da consumo ofilmo	1,1,101.6.6/.0
		LEQUES, Impôsto de consumo sôbre	
· ·			
JUDICIARIA FEDERAL, Taxa e da Justiça local do		Decreto-lei 739 — 24-9-1038, arts. 1.º n. 27 e 4.º § 27	
JUDICIÁRIA PEDERAL, Taxa e da Justiça local do Distrito Federal	1.4.108.0.08.0		
	1.4.108.0.06.0	Decreto-lei 739 24-9-1038, arts. 1.º a. 27 e 4.º § 27	
Distrito Federal	1.4.106.0.06.0	Decreto-lei 739 24-9-1038, arts. 1.º a. 27 e 4.º § 27	
	1,4,108,0,08.0		1,1,104.2,41.

02.0 % I

Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 41 e4.º § 41		MARINHA, Taxa de ocupação dos terrenos de e arren-	
, pecieto-iei 105 24-5-1500, atts. 1. ii. 41 ct. 3 41		damento dos terrenos de mangue	1.2.104.0.05.0
		dalletto dos erroldos de mangas	1.2.101,0.00,0
	4 4 000 0 04 0	Decreto 14,595 31-12-1920	
LOCAÇÃO DE FILMES OFICIAS, Renda proveniente da	1.4.003.0.01.0	Decreto 14.596 — 31-12-1920	
		Decreto-lei 2.490 16-8-1940	
Decreto 5.077 — 29-12-1939, art. 8.º letra a		Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941	
		Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943	
LOTERIAS, Contribuição para fiscalização geral de	1.4.104.0.03.0		
Decreto-lei 6.259 10-2-1944		MARINHA MERCANTE, 5% sobre a renda especial da Co	
		missão de	1.4.110.0.01.0
LOTERIAS, Quota fixa anual e impôsto de 5% sôbre	1.4.104.0.06.0	Decreto-lei 3.100 — 7-3-1941, arts. 8.º e 13	
	C	Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.º	
Decreto-lei 6.259 10-2-1944			
Decreto-lei 6,820 — 24-8-1944			
the state of the s		MATERIAL ÓTICO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO, Im-	
		pôsto de consumo sôbre	1 1.104.2.38.0
LOUÇAS, Impôsto de consumo sôbre e vidros	1.1.104.2.17.0		
boogles, amposio do communo somici e signos	1.1.104.2.11.0	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º § 38	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 17 e 4.º §		200100 20100 22 0 1000 2011 11 000 21 3 00	
The state of the s	•		
17		ammanana Tanàsa da amantany da	
		MERCADORIAS, Impôsto de exportação de	
		(Nos Territorios Federais)	1.1.104.5.00.5
LUCROS EXTRAORDINÁRIOS, Impôsto sôbre	2.0.104.0.12.0		
· ·		Consituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art. 23,	
Decreto-lei 6.224 - 24-1-1944		inciso I, letra e	
Decreto 15,028 13-3-1944		Decreto 22.443 8-2-1933	
M -		•	
		MILITAR, Taxa	1.4.105.0.02.0
MAMONA, Taxa de classificação comercial e fiscalização da		Decreto 8.981 — 12-3-1942	
exportação da semente de	1.4.102.0.29.0	Decreto 9.424 20-5-1942	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°			
Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82		MINAS, Taxa sôbre a produção efetiva das	1.4.102.0.38.0
Decreto 8.982 — 12-3-1942		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	1.4.102.0.00,0
20 2020	-	Decrete lei 1 005 90 1 1040 est 91 8 8 0 e 9 e	
		Decreto-lei 1.985 — 29-1-1940, art. 31 § § 2.º, 3.º e 4.º e arts. 68 e 69	
MANGUE, Taxa de ocupação dos terrenos de marinha e ar-			
damento dos terrenos de		Decreto-lei 2.081 — 8-3-1940, art. 1.0	
damento dos terrenos de	1.2.104.0.05.0	Decreto-lei 2.266 — 3-6-1940, art. 1.º	
Decreto 14.595 31-12-1920		Decreto-lei 5.247 — 12-2-1943	
		Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944	
Decreto 14.596 — 31-12-1920			
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940			
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941		MONTEPIO DA AERONÁUTICA	1.4.101.0.01.0
Decreto-lei 5.666 15-7-1943			
		Decreto 695 28-8-1890	
		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	
MANTEIGA, Impôsto de consumo sôbre banha, e su-		Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.º	
cedâneos	1.1.104.2.20.0	Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.0	
		Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941,	9
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 1.º n. 20 e 4.º § 20		Decreto-lei 3.730 18-10-1941	\$"-
3 20		2001010101 0.100 10-10-1941	
MABINHA, Foros de terrenos de e seus acrescidos	1.2.104.0.03.0	WORKS DOS HARDEN AND A STATE OF THE STATE OF	
actescions	1.2.104.0.03.0	MONTEPIO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS	1.4.104.0.04.0
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940, art. 23		D	
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941, art. 4.0		Decreto 942-A - 31-10-1890, art. 12	
		Decreto 22.414 — 30-1-1933, art. 3.º	
Decreto-lei 3.964 — 20-12-1941		Lei 436 — 23-5-1937, art. 1.º	
Decreto-lei 4.120 — 21-2-1942			
Decreto-lei 5.666 15-7-1943		MONTEPIO DA GUERRA	1.4.105.0.01.0
		Decreto 695 28-8-1890	
MARINHA, Montepio da	1.4.107.0.01.0		
		Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.0	
Decreto-lei 196 22-1-1938, art. 1.0	P.		
Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.0		Decreto-lei 3.864 24-11-1941, art. 75 § 2.0	
Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.0		Decreto-lei 6.280 — 17-2-1944	4
		Decreto-lei 7.060 — 21—11—1944	

MONTEPIO DA MARINHA	1.4.107.0.01.0	- 0 -	
Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.9 Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.9		OBRAS DE CUTELARIA, Impôste de consumo sôbre pincéis para barba e	1,1,104,2,29,0
Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.9			
		Decreto lei 730 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 29 c 4.º § 29	
MOSAICOS, Impôsto de consumo sôbre ladrilhos,, azulejos, aparelhos sanitários, etc.	1.1.104.2.36.0	OBRAS DE OURIVES, Impôsto de consumo sôbre jóias e	1.1.104.2.83.0
		Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1,° n. 33 c 4.°	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 36 e 4.º § 36		§ 33	
мо́увіз, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.21.0	OBRIGAÇÕES DO TESOURO, Parte des Estados no serviço de juros e amortização de que lhes foram cedidas	
Decreto-lei 730 24-9-1938, arts. 1.º n. 21 e 4.º § 21		por empréstimo	2.0.104.0.04.0
		Decreto 19.412 - 19-11-1930	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2.0.104.0.02.0	Decreto 19.503 — 17-12-1930	
MUNICIPALIDADE, Impostos da	2.0.104.0.02.0	Decreto 19.584 — 13- 1-1931	
Decreto-lei 96 22-12-1937, art. 32		Decreto 19.648 — 30- ,1-1931	
Indústriae e Profissões	2.0.104.0.02.1	ocupação dos terrenos de marinea, Taxa de e arrendamento des terrenos de mangue	1,2,104.0.05.0
Decreto 5.142 — 27-2-1904, art. 2.º		Decreto 14,595 31-12-1920	
Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.°		Decreto 14.596 31-12-1920	
Iei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22		Decreto-lei 2,490 — 16-8-1940	
Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.º § 19		Decreto lei 3.438 17-7-1941	
Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32		Decreto-lei 5.666 — 15-7-1942	
Lei 3.644 — 31-12-1918, art 31			
Vendus e Consignações	2.0.104.0.02.2	óleos, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, e carbureto de cálcio	1.1.104.2.35.0
Decreto 22.061 9-11-1932, art. 25		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.º n. 35 e 4.º	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 29		§ 35	
Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º		Decreto-lei 2.615 21-9-1940, art. 3.°	
• Decreto-lei 140 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 1-12-1938, art. 1.º			
Detreto-ret 910 1-12-1950, art. 1,		óleos adequados à alimentação, Impôsto de consumo	
		sôbre vinagre e	1,1,104,2,10.0
munições, Impôsto de consumo sôbre armas de fôgo,			
e fogos de artifício	1.1.104.2.22.0	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 10 e 4.º	
Decreto-lei 789 — 24-9-1938, arts, 1.º n. 22 e 4.º		§ 10	
§ 22		Decreto-lei 826 28-10-1938	
MUSEU EISTÓRICO NACIONAL, Renda do	1.4.103.0.21.0	óleos combustiveis, Taxa sôbre e carvão, impor-	
Decreto 24 735 — 14-7-1934		tados e de produção nacional	2.0.104.0.01.0
Lei 378 13-1-1937, arts. 47 e 96			
Decreto-lei 2.114 — 5-4-1940, art. 1.º		Decreto-lei 2.667 — 8-10-1940, art. 13 Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º letia t	
		Decreto-lei 3.837 — 18-12-1941, art. 1.º	
: MUSEU IMPERIAL, Renda do	1.4.103.0.22.0	Decreto-lei 6.771 - 7-8-1944, art. 13	
Decreto-lei 2.096 — 29-3-1940, art. 1.° Decreto 5.474 — 3-4-1940, art. 22		OPERAÇÕES A TÊRMO, Împôsto sôb.e	1,1,104,4.02.0
		Lei 4.984 31-12-1925, ârt. 16	
-N-		Decreto 17.537 10-11-1926, art. 2.° Decreto 20.116 17- 6-1931, art. 1.°	
NAPTA, Impôsto de consumo sôbre gasolina, , óleo	8		
e carbureto de cálcio	1.1.104.2.35.0	ORGANIZAÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Renda do registo das associações e instituições de auxílios mútuos e.	4.109.0.01.01
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 35 e		outras	
4.° § 35			
Decreto-lei 2.615 - 21-9-1940, art, 3.0		Decreto 24.784 14-7-1934, art. 29 § 6.º	

6rico (material) ,Impôsto de consumo sôbre material		PESSOAS FÍSICAS, Impôsto sôbre a renda de e adicionai	s 1.1.104.3.01.
fotográfico e cinematográfico Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1º n. 38 e 4º § 3	1.1.104.2. ³ 8.0	Impôsto sôbre a renda de pessoas físicas	1.1.104.3.01.
— P —		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943. arts. 1.º a 26, 45 a 50	
PAPEL E SEUS ARTEFATOS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.14.0	60, 61, 63 a 94	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 14 e 4.º §		Adicional para proleção à familia	1.1.104.3.01.
		Decreto-lei 3.200 19-4-1941, arts. 32 a 36	
PARTE DOS ESTADOS NO SERVIÇO DE JUROS E AMORTIZAÇÃ DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO QUE LHES FORÂM CEDII		201200 10: 8,200 10 x 1011, at al. 02 a 30	
POR EMPRÉSTIMO	2.0.104.0.04.0	PESSOAS JURÍDICAS, Impôsto sôbre a renda de	1,1,104.3.02.
Decreto 19.412 — 19-11-1930		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 27 a 44, 51 a 5	9,
Decreto 19.503 17-12-1930		63 a 94 Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.° e 2°	
Decreto 19.584 — 13- 1-1931 Decreto 19.648 — 30- 1-1931		Detreto-let 0.071 - 0-12-1343, arts. 1.0 6 20	
		PETRÓLEO; Produto da venda de gás e	1.3.008.0.01.
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NOS LUCROS DO INSTITUTO DE	4 3 400 0 04 0	Daniel 1: 700 N. W. 4000 (40	
RESSEGUROS DO BRASIL	1.4.109.0.04.0	Decreto-lei 538 — 7-7-1938, art. 13 Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28	
Decreto-lei 6.964 - 17-10-1944		, and the state of	
PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Serviço do	1.4.104.0.08.0	PILEAS, Impôsto de consumo sôbre lâmpadas, e apa-	
, and the state of	1.4.104.0.05.0	relhos elétricos	1.1.104.2.23.4
Decreto-lei 6.871 15-9-1944		Decreto-lei 739 — 24–9–1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23	,
PECÚLIOS, Impôsto sôbre prêmios de seguros marítimos		and the same of th	
e terrestres, de seguros de vida, pensões,, etc.	1.1.104.3.04.0	PINCÁIS PARA BARBA, Impôsto de consumo sôbre e obras de cutelaria	1.1,104,2,29,0
Decreto 15.589 — 29- 7-1922, art. 42 Decreto 19.957 — 6- 5-1931		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, árts. 1.º n. 29 e 4.º § 29	
PEDRAS PRECIOSAS, Classificação e avaliação de	1.4.104.0.01.0	ргино, Таха de classificação comercial e fiscalização da	
Decreto-lei 466 — 4- 6-1938, art. 21		exportação do	1.4.102.0.30.0
PELES, Impôsto de consumo sôbre artefatos de tecidos	c	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
e de	1:1.104.2.13.0	Decreto 5.714 27-5-1940, arts. 11 e 12	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.0 n. 13 e 40 §	13	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.0	
Decreto-lei 1.404 6-7-1939		Decreto 14.249 — 9-12-1943	
PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação			
comercial e fiscalização da exportação de couros e	1.4.102.0.27.0	POLÍCIAº MILITAR, Renda do Gabinete de Fisioterapia e Radiologia da	1.3,106,0.02,0
Decreto-lei 334 15 3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0		Decreto 3.494 — 27-12-1938, art. 119	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 70		Detretto 3.494 — 27-12-1955, art. 119	
Decreto 8.165 5-11-1941		POLICIAMENTO INTERNO, Renda do de emprésas e es-	
		tahelecimentos particulares	1.4.108.0.04.1
Penitenciário, Sêlo	1.4.106.0.05.0	Decreto-lei 7 013 — 1-11-1944	
Decreto 24.797 — 14-7-1934			
Decreto 1.441 — 8-2-1937 Decreto-lei 1.726 — 1-11-1939		PONTA FORÃ, Territór.o de	1.1.104.5.06.0
PENSÕES, Impôsto sôbre prêmios de seguros maritimos		. Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
e terrestres, seguros de vida,, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0	Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.0	
Decreto 15.589 — 29-7-1922, art. 42 Decreto 19.957 — 6-5-1931		Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13 Decreto-lei 6.269 14-2-1944	
	σ,	Decreto-lei 6.550 31-5-1944	
PENTES, Impôsto de consumo sôbre, escôvas, espa-		Decreto-lei 7.192 23-12-1944.	
nadores e vassouras	1.1.104.2.30.0	PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS, 10% sôbre a percentagem per-	
Decreto-lei 739-24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º § 30		cebida pelos sôbre o produto das vendas de bens	
		móveis e imóveis	1.4.106,0.02.6
PERFUMARIAS, Impôsto de consumo sôbre e artigos de toucador	1 1 101 2	Decreta loi 1 808 19 0 1000	
Decreto-lei 739—24-9-1938, arts. 1.° n. 7 e 4.° § 7.°	1.1.104.2.07.0	Decreto-lei 1.608 — 18-9-1939, art. 1.049 § único	2
PESCA, Taxa de expansão da	1.4.700.0.00	PÔETO DE NATAL (Administrado pela União), Renda do	1.3.110.0.11.0
	1.4.102.0.34.0	Decreto 21.995 — 21-10-1932	
Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º		Decreto 21.995 — 21-10-1932 Decreto 24.508 — 29-6-1934	
10-12-194U, art. Z.	1. 1. 1. 1. 1.	Decreto 24.511 - 29-6-1934 ·	

13 91

11.3 01

4.3 (2

1 2 23.1

1,2,23 (

2.0.30

0 02 6

0.04

5.06.0

,0.00 0

0 11 0

1			
	PRÈMIOS DE DEPÓSITOS PÚBLICOS 1 4.106 0 03 0	PRODUTO DA VENDA DE GÁS E PETRÓLEO	1 3 008 0.01 0
н	Lei 99 — 31-10-1835, art. 11 n. 51	Decreto-lei 538 7-7-1938, art. 13	
П	Instruções 131 — 1-12-1845	Decreto-lei 3.236 — 7- 5-1941, art. 28	
ı	Decreto 498 22-1-1847	200000000000000000000000000000000000000	
ı	Decreto 2.551 — 7-3-1860, art. 76		
1	Decreto 2.846 — 19-3-1898	PRODUTOS AGRICOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de	
1	Lei 3.979 - 31-12-1919, art. 1.º n. 46	exportadores e classificadores de	1.4.102,0.39.0
п	,		1.1.102.0.05.0
п		Decreto-lei 2,527 - 23 - 8-1940	
н	prêmios de seguros marítimos e terrestres, Impôsto		
0	sôbre, de seguros de vida, pensões, pecúlios, etc. 1.1.104.3.04 0		
н		PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS, Taxa de clas ificação co-	5
ı	Decreto 15.589 — 29-7-1922, art. 42	mercial e fiscalização da exportação de	1.4.102.0.32.0
п	Decreto 19.957 — 6-5-1931		
п		Decreto-lei 334 15- 3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
п		Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82	
0	PREVIDÊNCIA, Taxa sôbre a quota de das Caixas e	Decreto 6.246 6- 9-1940, art. 5.º	
п	Institutos de Aposentadoria e Pensões 1 4.109 0 02.0		
н		PRODUTOS PADRONIZADOS, Taxa de classificação confercial	
	Decreto 20.465 - 1-10-1931, art. 8.9	e fiscalização da exportação de butros	1.4.102.0.31.0
	Decreto 22.036 — 16-11-1932, art. 3.º	Decreto-lei 334 — 15- 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
J	Decreto-lei 1.346 15-6-1939, art. 35	Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82	
"]		Decreto 6.206 — 31- 8-1940, art. 5.º (piassava)	
1	PROPERTY PORTER PORTER AS ASSESSED TO THE PROPERTY OF THE PROP	Decreto 6.226 — 4-1-1940, art. 5.º (oiticica)	
	PREVIDÊNCIA SOCIAL, Renda do registo das associações de auxílios mútuos e outras organizações de 1.4.109 0.01 9	Decreto 6.529 — 20-I1-1940 (sementes de linho) Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
Н	de auxílios mútuos e outras organizações de . 1.4.109.0.01 9	Decreto 6.824 - 7-2-1940, art. 10 (caroa)	
0	Decreto 24.784 14-7-1934, art. 29 § 6.	Decreto 6. 825 — 7- 2-1941 (juta)	
1	Decree 24.701 - 14-7-1554, art. 27 g 0.5	Decreto 6.826 7- 2-1941 (guaxima)	
п		Decreto 6.827 7- 2-1941, art. 11 (papoula de	
П	PREVIDÊNCIA SOCIAL, Taxa de 1.4.109 0 03 0	S. Francisco)	
п		Decreto 7.063 4-4-1941 (banana)	
0	Lei 159 30-12-1935, art. 6.°	Decreto 7,136 8-5-1941 (couros e peles de ani-	
ı	Decreto 591 15-1-1936, arts. 4.º e 5.•	mais silvestres)	
н	Decreto 643 14-2-1936, art. 1.º	Decreto 7.260 - 28- 5-1941, art. 12 (feijāo)	
п	Decreto 890 9-6-1936	Decreto 7.261 28- 5-1941 (batatinha)	
	Decreto-lei 2.878 → 18-12-1940, art. 2.º, letra b	Decreto 7.262 - 28- 5-1941 (arroz)	
	Decreto-lei 3.832 — 18-11-1941, art. 14	Decreto 7,263 — 29- 5-1941 (babaçú)	
١		Decreto 7.264 - 29- 5-1941, art. 8.º (piretro)	
П	PRODUÇÃO EPETIVA DAS MINAS, Taxa sôbre a 1.4 102 9 38 0	Decreto 7.265 — 29- 5-1941 (alpiste)	
. 1		Decreto 7.266 — 29- 5-1941 (amendoim)	
1	Decreto-lei 1.985 29-1-1940, arts. 31 § § 2.°,	Decreto 7.267 — 29- 5-1941 (cebola)	
	3.º e 4.º, 68 e 69	Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada)	
Н	Decreto-lei 2.081 — 8-3-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.266 — 3-6-1940, art. 1.°	Decreto 7.436 — 25- 6-1941, art. 16'(milho)	
ı	Decreto-lei 5.247 — 12-2-1943	Decreto 7.676 — 19- 8-1941, art. 11 (côco) Decreto 7.677 — 19- 8-1941 art. 19 (abacaxi)	
ı	Decreto-lei 6.603 19-6-1944	Decreto 7.710 22- 8-1941 (babaçú)	
ı	4	Decreto 7.784 — 3- 9-1941 art. 10 (abacate)	
и	PRODUTO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO 3.0.104.0.05.0	Decreto 7.785 - 3- 9-1941 art. 7.°, (farinha de	
н		mandioca)	
0	Da imposto de renda 2 0 104 0.95 1	Decreto 7.786.— 3- 9-1941, art. 9.º (cumarú)	
		Decreto 7.819 - 10- 9-1941, art. 8.º (castanha do	
ı	Decreto 4.536 28-1-1922	Pará)	
	Decreto 5.426 — 7-1-1928	Decreto 7.902 24- 9-1941, art. 16 (erva mate)	
ı	Decreto 23.150 15-9-1933	Decreto 7.903 - 24- 9-1941 (jarina)	
	Decreto-lei 960 17-12-1935	Decreto 7.958 — 30- 9-1941 (sapoti)	
	Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943	Decreto 7.959 30- 9-1941 (conchas)	
1	Province 1.1	Decreto 7.960 - 30- 9-1941 art. 6.º (bucho de	
	De outras origens 2.0.104.0.05.2	peixe)	
	December 4 828 09 1 1000	Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo)	
	Decreto 4.536 28-1-1922 Decreto 5.426 7-1-1928	Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia)	
1	Decreto 0.420 — 7-1-1928 Decreto 23.150 — 15-9-1933	Decreto 8.174 - : 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
	Decreto-lei 960 17-12-1938	Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (crvilha)	
1	10-14-1900	Decreto 8.177 — 7-11-1941 (ervina) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	
ı	PRODUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (dinheiro e objetos	Decreto 8.178 — 7-11-1941, art. 10 (gergonia)	
	de valor) 1.4,104.0.05.0	Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	
		Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio)	
	Lei 370 — 4-1-1937	Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)	
	Decreto 1.508 - 17-3-1937, art. 2.	Decreto 8.616 — 28- 1-1942 (guaraná)	

Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.º (charque)		PRÓPRIOS NACIONAIS, Renda dos	1.2.104.0.02.0
Decreto 8.983 — 12- 3-1942 (cera e mel de abelha)		7	
Decreto 9.618 10- 6-1942 (batatinhas)		Decreto 22.005 24-10-1932	
Decreto 9.779 - 24- 6-1942, art. 13 (óleo essencial		Lei 251 — 21-9-1936	
de citrus)		Decreto-lei 6.874 — 15-9-1944	•
Decreto 10.054 — 22- 7-1942 (cebola)		Decreto 16.604 15-9-1944	
Decreto 10,218 12- 8-1942 (talaco em folha, da		2002 2002	
Bahia)			
Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)		property & preserve Adiabanal page	1.1.104.3.01.2
		PROTEÇÃO À FAMILIA, Adicional para,	1.1.104.3.01.2
Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas)		5	
Decreto 15.398 — 27- 4-1944 (piretro)		Decreto-lei 3.200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36	
Decreto-lei 6.604 — 19- 6-1944 (la de ovmos)			
Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)			
		Q	
		The observation of the control of th	4 4 400 4 40
pró-yauna, Selo ,	1.4.102.0.21.0	QUARTEO, Taxa ad-valorem sôbre a exportação do	1.4.102.0.22.0
		75 1 1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
Decreto-lei 5.894 20-10-1943		Decreto-lei 3.076 — 26-2-1941, art. 9°.	
PROFISSÕES, Impôsto de Indústrias e (Impostos da Mu-		QUEIJOS E REQUEIJÕES, Împôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.24.0
nicipalidade)	2.0.104.0.02.1		
		Decreto-lei 739 24- 9-1938, arts. 1.º n.º 24 e	
Decreto 5.142 - 27- 2-1904, art. 2.0		4.0 § 24	
Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º § 7.º			
Lei 3.070-A 31-12-1915, art. 22		QUOTA ANUAL DO ESTADO DO AMAZONAS PARA AMORTIZAÇÃO	
Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.º § 19		DO EMPRÉSTIMO QUE LHE FOI CONCEDIDO PELA UNIÃO	2 0 104 0 12 0
		No sustandino dos pue sos conceptos Leng Onido	2.0.102.0.13.0
Lei 3.446 31-12-1917, art. 32			
Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31		Decreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16	
		QUOTA DE ARRENDAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO DE	
PROFISSÕES, Impôsto de Indústrias e (Nos Territorios Fe-		PROPRIEDADE DA UNIÃO	1.2.104.0.06.0
derais)	1.1.104.5.00.6		
		Decreto 15.152 2 -12-1921	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		Decreto-lei 6.698 — 17-7-1944	
inciso I, letra e		Decreto-tel 0.000 11-7-1044	
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27			
		QUOTA FIXA ANUAL E IMPÔSTO DE 5% SOBRE LOTERIAS	1.4.104.0.06.0
PROPRIEDADE Causa-Mortis, Impôsto de transmissão de			
(Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.2	Decreto-lei 6.259 — 10- 2-1944	
		Decreto-lei 6.820 — 24- 8-1944	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,			
inciso I, letra b		QUOTA DE PREVIDÊNCIA, Taxa sôbre a das Caixas e	
Decreto-lei 1.071 — 24- 1- 1939		Institutos de Aposentadoria e Pensões	1.4.109.0.02.0
Circular 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas			
Internas		Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.0	
Internas		Decreto 22.096 - 16-11-1932 art. 3.0	
		Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35	
PROPRIEDADE IMÓVEL Inter-vivos, Impôsto de transmissão		20 0 10001 att. 00	
da (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.3		
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		R	
inciso I, letra c			
Decreto-lei 1.071 — 24- 1-1939		RÊBE DE VIAÇÃO CEARENSE, Renda da	1 2 110 0 10 0
		TAYNO OBARDROD, RUNGE UE	1.3.110.0.12.0
Circular 8 — 24- 4-1939, da Diretoria das Rendas Internas			
Internas		Instruções regulamentares aprovadas por portaria	1"
		do M. V. O. P., de 27-8-1919, art. 82	
PROPRIEDADE TERRITORIAL, Impôsto sôbre a (Nos Ter-			
ritórios Federais)	1.1.104.5.00.1	· ·	
	4.1.102.0.00.1	REGISTO DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE AUXÍLIOS	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		MÚTUOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	
inciso I, letra c		SOCIAL, Renda do	1.4.109.0.01.0
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942, art. 2,0			2, 5, 102, 0, 01, 0
		Decreto 24.784 14-7-1934, art. 29 § 6.0	
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.0		22 (-1902, art. 29 8 0.0	
Decreto-lei 5.839 21- 9-1943, art. 13		REGISTO DE EXPORTADORES	
		REGISTO DE EXPORTADORES E CLASSIFICADORES DE PRO-	
PRÓPRIOS NACIONAIS, Produto da venda de gêneros e	2.0.104.0.07.0	DUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de	1.4.102.0.39.0
the working the same of the sa	-10.101.0.01.0	Decreto-lei 2.527 — 23- 8-1940	10 m 10 m
Lei 3.070-A 31-12-1915			
Lei 3.644 — 21-12-1918		RECISTO TORRENS, Fundo de garantia do	2.0.104.0.09.0
Decreto-lei 6.117 — 16-12-1943, art. 13			
		Decreto 451-B 31-5-1890, arts. 60 e 61	

RELÓGIOS. Impôsto de consumo sôbre bijuterias, objetos		- s	
de adôrno e de utilidade e	1,1,104,2,34,0		
de adoitio e de attindade c	1,1101.2.01.0	aal, Impôsto de consumo sôbre	1,1,104,2,05.0
Decreto-lei 739 24 9-1938, arts, 1.º n. 34 e 4.º			
§ 34		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. δ e	
		4.0 § 5.0	
		Decreto-lei 0.486 11-5-1944	
RENDA ESPECIAL DA COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE,			
5% sôbre a	1.4.110.0.01.0		
		sucursos, Contribuição das companhias ou emprêsas de	
Decreto-lei 3.100 - 7-3-1941, arts. 8.º e 13		estradas de ferro e das companhias de nacionais,	
Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.º		estrangeiras, e outras	1,3,104,0,01,0
		Lei 126 A 21-11-1892, art. 1.º	
RENDA DE PESSOAS FÍSICAS, Impôsto sôbre a	1.1.104.3.01.1		
		7 A Ab 2-i d	
Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 1.º a 26, 45		SEGUROS DE VIDA, Impôsto sôbre prêmios de seguros ma-	1 1 104 2 04 0
a 50, 60, 61 e 63 a 94		rítimos e terrestres,, pensões, pecúlios, etc.	1.1.109.5.09.0
		Decreto 15.589 29-7-1922, art. 42	•
umfasasa Tennânto sâbro a	1.1.104.3.02.0	Decreto 19.957 6-5-1931	
RENDA DE PESSOAS JURÍDICAS, Impôsto sôbre a .	1.1.104.0.02.0	Detter 18, 801 - 0-0-1801	
Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 27 a 44. 51 a			
59, 63 a 94		SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES, Impôsto sôbre prêmios	
Decreto-lei 6.071 6-12-1943, arts. 1.º e 2.º		de, seguros de vida, pensões, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0
D-01000-101 0.011 0 12 10305 4 101 11 0 4.			
		Decreto 15.589 29-7-1922, art. 42	
RENDA DO POLICIAMENTO INTERNO DE EMPRÊSAS E ESTA-		Decreto 19.957 6-5-1931	
BBLECIMENTOS PARTICULARES	1.4.106.0.04.1		
Decreto-lei 7.013 — 1-11-1944		SELAGEM DE ESTOQUE - Impôsto de consumo	1,1,104,2,44.0
RENDAS DIVERSAS (Nos Territórios Federais)	1.1.104 5.00.7	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 4° c 244	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		stro, Impôsto do	1.1.104.4.01.0
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º			
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13		Decreto-lei 4.655 — 3- 9-1942	
		Decreto-lei 4.785 - 5-10-1942, arts. 2.° e 4.°	
'		Decreto-lei 5.808 — 13- 9-1943	
RENDAS EVENTUAIS, Todas e quaisquer	2.0.104.0.10.0	Decreto-lei 6.394 — 31- 3-1944 Decreto-lei 6.659 — 7- 7-1944	
		Decreta-lei 6.755 31- 7-1944	
Lei 4.440 — 31–12–1921		Decreto-lei 7.038 10-11-1944, art. 27	
Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942, arts. 5.º e 8.º		Detectives 1.000 - 10-11-10-15 at 6. at	
Decreto-lei 6.562 — 7-6-1944			
	1.5	SÊLO PENITENCIÁRIO	1.4.106.0.05.0
RENDIMENTOS, Impôsto sôbre, arrecadado nas fontes	1 1 104 2 02 0		
ESADIMENTOS, Imposoo gobie, ariccadado nas tontes	1.1.102.0.00.0	Decreto 24.797 — 14-7-1934	
Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 95 a 107	-0	Decreto 1.441 8-2-1937	
Decreto-lei 6.340 — 11- 3-1944, arts. 1.°, 2.° e 3.°		Decreto-lei 1.726 1-11-1939	
Decreto-lei 6.577 9-6-1944, art. 1.0		· ·	
,	1		
		SÊLO PRO-FAUNA .	1.4.102.0.21.0
REQUEIJÕES, Impôsto de consumo sôbre queijos e	1.1.104.2.24.0		
		Decreto-Ici 5.894 20-10-1943	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 24 e 4.º		SEMENTE DE MAMONA, Taxa de classificação comercial e	
§ 24		ficalização da exportação da	1.4.102.0,29.0
		11000100940 GE ORPOTTINO WIL	
nesseguros do Brasil, Participação da União nos lucros		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5 º	
do Instituto de	1.4.109.0.04.0	Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Port I cons		Decreto 6.255 — 11-9-1940	
Decreto-lei 6.964 — 17-10-1944		Decreto 8.982 12-3-1942	
PIO PRANCO Torritório do	1,1,104,5,07.0		
BIO BRANCO, Território do	1.1.104.5.07.0		
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	3 5	SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO (antigo Serviço de In-	
Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0		formação Agricola), Renda do	1.4.102.0.18.0
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13			
Decreto-lei 6.269 14-2-1944		Decreto-lei 2.094 — 28-3-1940	
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944		Decreto-lei 2.094 — 28-3-1940 Decreto-lei 6.254 — 9-2-1944	

SERVIÇO FEDERAL DE ÁGUAS E ESGÔTOS, Renda do	1.3.103.0.04.0	TAXA DE CENSURA CINEMATOGRÁFICA, TEATRAL, ETC. 1	4.003.0.02.0
Doggeto 19 966 C 0 1010		Decreto-lei 1.949 30-12-1939, art. 59	
Decreto 12.866 — 6- 2-1918			
Decreto 24.532 — 2-7-1934		Decreto-lei 2.541 — 29- 8-1940, art. único	
Decreto 24.623 — 9-7-1934			
Decreto-lei 2.646 — 11-10-1940, art. 1.º			
Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º	•	TAXA DE CLASSIPICAÇÃO COMERCIAL E PIECALIZAÇÃO DA	
Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.° Decreto-lei 5.614 — 24-6-1942		EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO 1	4.102.0.23.0
		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
		Decreto 5.739 29 -5-1940, arts. 81 e 82	
SERVIÇO FLORESTAL, Renda do	1.4.102.0.17.0		
Decreto 4.439 — 26-7-1939			
		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	1.4.102.0.24.0
SERVIÇO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO, Parte dos Estados no		EXPORTAÇÃO DO CACÁU	
de obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas por		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º 5.º	
empréstimo	2.0.104.0.04.0	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
	40	Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8°	
Decreto 19.412 19-11-1930			
Decreto 19.503 17-12-1930			
Decreto 19.584 - 13- 1-1931		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
Decreto 19.648 — 30- 1-1931	1000		4.102.0.25.0
		•	
		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°	
SERVIÇO DE METEOROLOGIA, Renda do	1.4.102.0.19.0	Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 5.995 17-11-1943, art. 6.º			
		TAKA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
		EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA 1.	4.102.0.26.0
SERVIÇO NACIONAL DE DOENÇAS MENTAIS, Renda do	1.4.103.0.23.0		
		Decreto lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°	
Decreto 19.852 — 11-4-1931		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 3.171 — 2-4-1941, art. 3.º n. 5		Decreto 7.444 25-6-1941, art. 14	
	• .		
ferviço nacional de siscalização da medicina, Renda		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E PISCALIZAÇÃO DA	
do	1.4.103.0.24.0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.	4.102.0.27.0
Decreto 20.377 — 8-9-1931		Donata lei 224 15 2 1020 ant - 20 20 - 50	
		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 8° e 5°	
		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7 °	
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do	1.4.104.0.08.0	Decreto 8.165 5-11-1941	
Decreto-lci 6,871 — 15-9-1944		Decreto 9'100 — 9-11-1841	
201110-111 0.011 - 10-5-1944			
		TAXA DE CLASSIPICAÇÃO COMERCIAL E PISCALIZAÇÃO DA	
SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO,		EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.	4.102.0.28.0
Renda da	1.4.102.0.20.0		
		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°	
Decreto-lei 982 23-12-1938, art. 16		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 2.832 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º		Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64	
_			
- T -			
TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPORTE		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO	
DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO	2.0.110.0.01,0	DA EXPORTAÇÃO DO PINHO	1.102.0.30.0
The state of the s		Decrete lei 224 15 2 1020 0 - 0 - 1	
Decreto 18.842 - 24-3-1925, art. 3.0		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3.° e 5.°	
Decreto-lei 5.228 5-2.1943		Decreto 5.714 27-5-1940, arts. 11 e 12	
Decreto-lei 5.750 16-8-1943		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art.1.0	
		Decreto 14.249 — 9-12-1943	
TAXA ad-valorem sobre a exportação do quartzo	1,4,102,0,22,0		
		TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
Decreto-lei 3.076 — 26-2-1941, art. 9.•			1.102.0.31.0
SHANDA BOD Come			
TAXA DE ÁGUA	2.0.103.0.01.0	Decretc-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
Degrata lai 2 842		Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.6		Decreto 6.206 — 31-2-1940, art. 5.º (piassaba)	
Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.0 e 2.0 Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.0		Decreto 6.226 - 4-9-1940, art. 5. (oiticica)	
Decreto-lei 5.614 - 24-6-1943		Decreto 6.529 — 20-11-1940 — (sementes de	
22 0 1910		linho)	

Decreto 6.630 20-12-1940, art. 10 (caroá)		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL & FISCALIZAÇÃO DA	
Decretc 6.824 — 7-2-1941 (paco-paco)		EXPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA	1 4.102.0.29.0
Decreto 6.825 — 7-2-1941 (juta)			
Decreto 6.826 7-2-1941 (guaxima)		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°., 3°. e 5.°	
Decreto 6.827 — 7-2-1941, art. 11 (papoula de São Francisco)		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
		. Decreto 6.255 — 11-9-1940	
Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	9	Decreto 8 982 — 12-3-1942	
Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de animais silvestres)			
		A .	1.4.102.0.33.0
Decreto 7.260 — 28-5-1941, art. 12 (feijão)		TAXA DE DESINFECÇÃO	1.4.102.0.00.0
Decreto 7.261 — 28-5-1941 (batatinha) Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)		Thomas 04 P40	
Decreto 7.263 — 29-5-1941 (babaçú)		Decreto 24.548 — 3-8-1934, art. 42 Decreto-lei 194 — 21-1-1938, art. 2.°	
Decreto 7.264 29-5-1941, art. 8° (piretro)		Decreto-lei 5.421 — 22-4-1943	
Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste)		2	
Decreto 7.266 29-5-1941 (amendoim)			
Decreto 7.267 — 29-5-1941 (cebola)		TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	1.4,103.0.25.0
Decreto 7.268 — 29-5-1941 (cevada)		The DE RECORDED E CONTROL	
Decreto 7.436 - 25-6-1941, art. 16 (milho)		Decreto 21.335 29-4-1932, art. 1.º	
Decreto 7.676 — 19-8-1941, art. 11 (côco)		Decreto-lei 4.655 — 3-9-1942, art. 111	
Decreto 7.677 — 19-8-1941, art. 19 (abacaxi)		Decreto-lei 6.694 — 14-7-1944	
Decreto 7.710 — 22-8-1941 (babaçú) Decreto 7.784 — 3-9-1941, art. 10 (abacate)		Decreto-lei 7.038 - 10-11-1944, art 28	
Decreto 7.785 - 3-9-1941, art. 70 (farinha de			
mandioca)		*	
Decreto 7.786 — 3-9-1941, art. 9° (cumarú)		TAXA DE ESGÔTO	2.0.103.0.02.0
Decreto 7.819 10-9-1941, art. 8° (castanha do		4	
Pará)		Decreto 12.366 — 6-2-1918, art 1.0	
Decreto 7.902 — 24-9-1941, art. 16 (erva mate)		Decreto 24.532 - 2-9-1934	
Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina)		Decreto 24.623 9-7-1934, art. 3.0	
Decreto 7.958 — 30-9-1941 (sapotí)		Decreto-lei 2.646 1-10-1940, art. 2.0	
Decreto 7.959 - 30-9-1941 (conchas)		Decreto-lei 3.748 23-10-1941, arts, 1.º e 2.º	
Decreto 7 960 - 30-9-1941, art. 6° (bucho de		Decreto 9.490 — 27-5-1942. art. 3.°	
peixe)		· Decreto-lei 5.614 24-6-1943	
Decreto 8.164 - 5-11-1941, art. 1º (trigo, farelo)			
Decreto 8.173 6-11-1941 (aveia)		TAXA ESPECIAL SÔBRE EMBARCAÇÕES, COBLADA NAS AL-	
Decreto 8.174 6-11-1941, art. 5° (timbó)		PÂNDEGAS	2.0.104.0.06.0
Decreto 8.175 - 7-11-1941 (lentilha)		A SALTONIA CONTRACTOR OF THE SALTONIA CONTRACTOR	
Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha)		Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.°	
Decreto 8.177 — 7.11-1941, art. 10 (gergelim)	۰	Decreto-lei 4.003 8-1-1942, arts. 2.° e 3.°	
Decreto 8.178 — 7-11-1941 (giraseol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	. 0		
Decreto 8.322 3-12-1941 (centeio)			
Decreto 8.485 29-12-1941 (chá preto)	_	TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA	1.4.102.0.34.0
Decreto 8.616 - 28-1-1942 (guaraná)	·		
Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1º (charque)	2	Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 8.983 12-3-1942 (cêra e mel de		Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º	
abelha)			
Decreto 9.618 10-6-1942 (batatinha)			
Decreto 9.779 - 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial		TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES	1.4.103.0.26.0
de citrus)			
Decreto 10.054 22-7-1942 (cebolas)		Decreto-lei 3.761 25-10-1941, art. 5.°	
Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha,		Decreto-lei 4.003 8-1-1942	
da Bahia)			
Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)			
Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-	.0	TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS	1.4.102.0.35.0
croyas)			
Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro)		Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.º	
Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos)			
Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto).		TAXA PITO-SANITÁRIA	1.4.102.0.36.0
		Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.º	
XA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	4 109 0 29 0	Decreto-lei 3.426 — 16-7-1941	
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS 1.	4,102.0.32.0		
	7	TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA	1.4.102.0.37.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 8.0 e 5.0		sava de Atoroyao dante da	
Decreto 5.739 29-5-1940			
Decreto 6.246 - 6-9-1940, art. 50.		Decreto-lei 921 - 1-12-1938, arts. 1.º e 2.º	

TAXA JUDICIÁRIA FEDERAL E DA JUSTIÇA LOCAL DO DIS-		taxa de utilização, fiscalização, assistência técnica	
TRITO FEDERAL	1.4.106.0.06.0	E ESTATÍSTICA PARA EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉ-	1 4 100 0 40 0
Decreto 225 - 30-11-1894, art. 2.º		TRICA	1.4.102.0.40.0
Decreto 2.163 — 9-11-1895, art. 5.º		Decreto-lei 2.281 5-6-1949, arts. 2.º e 11	
Decreto 539 — 19-12-1898		Decreto-lei 6.860 — 8 9-1944	
Decreto 3.312 — 17-6-1899, art. 4.º			
. Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 117			
Lei 4.230 — 31-12-1920, art. 120		TAXA DE VISITAS A EMBARCAÇÕES NOS FUNDEADOUROS	1 4.104 0 07.0
Lei 4.625 — 31-12-1922, art. 27			
Decreto 5.053 6-11-1926, art. 45		Decreto-lei 3.761 25-10-1941	
Decreto-lei 6 16-11-1937 Decreto-lei 2.035 27-2-1940		Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942	
Decreto-12.000 2/ 2 1010			
TAXA MILITAR	1.4.105.0.02.0	TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre	1 1.194 2.12.0
Decreto 8.981 — 12-3-1942		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º	
Decreto 9.424 20-5-1942	* *	§ 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939	
		Decreto-lei 4.266 — 17-4-1942	
TAXA DE OCUPAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA E ARREN-		200000000000000000000000000000000000000	
DAMENTO DOS TERRENOS DE MANGUE	1.2.104.0.05.0		
		TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e	
Decreto 14.595 — 31-12-1920		de peles	1 1.104.2.13.0
Decreto 14.596 31-12-1920 .			
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 13 e 4.°	
Decreto-lei 3.438 17-7-1941		§ 13	
Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943		Decreto-lei 1.404 6-7-1939	
TAXA SÔBRE ÓLEOS COMBUSTIVEIS E CARVÃO, IMPORTADOS			
E DE PRODUÇÃO NACIONAL	2.0.104.0.01.0	TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e	1.3 110 0.01.0
December 1-1 0 007			
Decreto-lei 2.667 — 3-10-1940, art. 13 Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º letra b		Decreto 11.520 10-3-1915	
Decreto-lei 3.837 — 18-11-1941, art. 1.º		Decreto 14.722 16-3-1921	
Decreto-lei 6.771 7-8- 1944, art. 13	•	Decreto 18,164 — 18-3-1928	
		Decreto 20.859 — 26-12-1931	
		Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937	
TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.4.109.0.03.0	Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0	
T -: 150 90 10 1097 1 0 0		Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0	
Lei 159 — 30-12-1935, art. 6.° Decreto 591 — 15-1-1936, arts. 4.° e 5.°		Decreto-lei 1.081 - 30-1-1939, art. 1.º	
Decreto 643 — 14-2-1936, art. 1.0		Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 890 - 9-6-1936		Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.0	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º letra b		Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941	
Decreto-lei 3.832 — 18-11-1941, art. 14		Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.0	
		Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único Decreto-lei 4.525 — 28-7-1942 (taxas terminais)	
MAYA SARRE A RECORDED TO THE SARREST OF THE SARREST	4 4 400 0 00 0	Decreto-lei 5.014 — 1-12-1942	
TANA SÔBRE A PRODUÇÃO EFETIVA DAS MINAS	1.4.102.0.38.0	Decreto-lei 6.613 — 22-6-1944	
Decreto-lei 1.985 29-1-1940, art. 31 § § 2.0,			
3.º e 4.º e arts. 68 e 69		TERRETOR DE MANORE TORON TORON	
Decreto-lei 2.081 8-3-1940, art. 1.0		TERRENOS DE MANGUE, Taxa de ocupação dos terrenos de marinha e arrendamento dos	1.2.104.0.05.0
Decreto-lei 2.266 3-6-1940, art. 1,0		and the description of the second of the sec	1.2.104.0.00.0
Decreto-lei 5.247 — 12-2-1943		Decreto 14,505 - 31-12-1920	
Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944		Decreto 14.596 — 31-12-1920	
		Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940	
TAXA SÔBRE A QUOTA DE PREVIDÊNCIA DAS CAIXAS E INS-		Decreto-lei 3.438 17-7-1941	
TITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES	1.4.109.0.02.0	Decreto-lei 5.666 15-7-1943	
Davids 00 405			
Decreto 20.465 — 1-10-1931, art. 8.0		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Decreto 22.096 — 16-11-1932, art. 3.0 Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35		TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS, Foros de	1.2.104.0.03.0
10-0-1959, art. 35		Dometa 1.: 0 400 40 - 10 - 10 - 10	
		Decreto-lei 2 490 — 16-8-1940, art. 23	
TAKA DE REGISTO DE EXPORTADORES E CLASSIFICADORES		Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941, art. 4.0 Decreto-lei 3.964 — 20-12-1941	
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS	1.4.102.0.39.0	Decreto-lei 4.120 — 21-2-1942	
December lei O FOR on one		Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943	
Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940			

TERRENOS DE MARINHA, Taxa de ocupação dos . e ar-		TERRITÓRIO DO RIO BRANCO	1.1.104,5.07.0
rendamento dos terrenos de mangue	1.2 104.0.05 0		
December 14 EOF 21 10 1000		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto 14.595 — 31-12-1920 Decreto 14.596 — 31-12-1920		Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	
Decreto-lei 2,490 — 16-8-1940		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 3,438 — 17-7-1941		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944	
Decreto-lei 5.666 15-7-1943		Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
		4	
TERRITORIAI, Impôsto sôbre a propriedade (nos Terri-		The fate of the same of the sa	1 1 104 0 02 0
tórios Federais)	1,1,104,5,00,1	TINTAS E VERNIZES, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.26.0
Constituição Federal, arts. 20, inciso 1, letra f e 23,		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 26 e 4.º	
inciso I, letra a		\$ 26	
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º		Decreto-lci 5,729 5-8-1943	
Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.°			
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art.13		TORBENS, Fundo de garantia do registo	2,0,104.0.09.0
TERRITÓRIO DO ACRE	1 1 104 5 01 0		4
IBARTIONIO DO ACAD	1 1 107 3 07 0	Decreto 451-B 31-5-1890, arts. 60 e 61	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f			
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 26		,	
Decreto 22.443 — 8- 2-1933		TOUCADOR. Impôsto de consumo sôbre perfumaria e ar-	
Lei 187 15-1-1936, art. 36		tigos de	1.1.104.2.07.0
Lei 306 30-12-1936, art. 27		457.9	
Decreto-lei 915 — 1-12-1938 Decreto-lei 1.071 — 24- 1-1939		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 7 e 4.º	
Circular n.º 8 - 24-4-1939, da Diretoria das		§ 7.°	
Rendas Internas			
		TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE causa mortis, Impôsto	
TERRITÓRIO DO AMAPÁ	1.1.104 5.02.0	de (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.2
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f			
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º		('opstituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13		inciso I, letra b Decreto-lei 1.071 — 24-1-1939	
Decreto-lei 6.269 14-2-1944		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.0	
Decreto-lei 6.550 31-5-1944		Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.°	
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		Decreto-lei 5.839 - 21-9-1943, art. 13	
	1 1 104 5 09 0	Circular n. 8 - 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
TERLITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA	1.1.104.5 03 0	Internas	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		and an arrange arter than	
Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º		TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL inter-vivos, Impôsto de (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.3
Decreto-lei 5.718 3-8-1943		Imposto de (110s retraurtos resortais)	1.1.104.0.00.0
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944		Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		inciso I, letra c	
TERRITÓRIO DO GUAPORÉ	1.1.104, 5.04.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	
and the second s	2.1.100,01.0	Decreto-lei 5.812 - 13-9-1943, art. 2.º	
Constituição Foderal, art. 20, inciso I, letra f		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º		Circular n. 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13		Internas — V —	
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944		V	
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		VALES PARA BRINDES, Impôsto sôbre	1.1.104.4.03.0
, 2000000000000000000000000000000000000		VALES PARA BRIADES, Emposio sour	2.1.101.1.00.0
TERRITÔRIO DO IGUAÇÚ	1,1.104.5.05 0	Lei 4.440 31-12-1921, art. 21	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		Decreto 15.524 — 14-6-1922	
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º		Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45	
Decreto-lei 5.839 - 21-9-1943, art. 13			
Derreto-lei 6.269 14-2-1944			
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944		VASSOURAS, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas,	
Decreto-lei 7.192,23-12-1944 -		espanadores e	1,1,104,2,30 0
		4	
TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ	1.1.104.5.06 0	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º	
Constituição Federal, art. 20, inciso 1, letra f		§ 30	
Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.º		The Code de computer of the	1.1.104.2.11.0
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13		VELAS, Impôsto de consumo sôbre	2.1.102.2.11.0
Decreto-lei 6.289 — 14-2-1944		December 1st 720 - 24 0 1020 auto 10 a 11 a 44	
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 11 e 4.º § 11	
2012 1011		8 11	

VENDA DE GÁS E PETRÓLEO, Produto da	1.3.008.0.01.0	Decreto-iei 4.102 - 5-9-1942, art. 2.º	
		Decreto-lei 5.812 - 13-9-1943, art. 2.º	
Decreto-lei 538 — 7-7-1938, art. 13 Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		VERNIEES, Impôsto de consumo sôbre tintas e	1.1.104.2.26.0
venda de gêneros e próprios nacionais, Produto da	2.0.104.0.07.0	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 26 e 4.º § 26	
Lei 3.070-A - 31-12-1915		Decreto-lei 5.729 5-8-1943	
Lei 3.644 31-42-1918			
Decreto-lei 6.117 - 16-12-1943, art. 13			
		viação férrea federal léste brasileiro, Renda da	1.3.110.0.13.0
VENDAS E CONSIGNAÇÕES (antigo Vendas Mercantis)		Decreto 24.321 — 1-6-1934	
Impostos da Municipalidade	2.0.104.0.02.2	Decreto 570 31-12-1935	
		Lei 312-A 21-11-1936	
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25		Decreto-lei 1.039 — 11-1-1939	
Lei 187 15-1-1936, art. 29		Decreto-lei 2.964 20-1-1941	
Decreto-lei 118 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º	5		
Decreto-lei 140 29-12-1937, art. 1.º		•	
Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º		vidros, Impôsto de consumo sôbre louças e	1.1.104.2.17.0
		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 17 e	
VENDAS E CONSIGNAÇÕES, Impôsto de (nos Territórios		4.0 § 17	
Federais)	1.1.104,5.00.4		
		VINAGRES, Impôsto de consumo sôbre e óleos	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra d		adequados à alimentação	1.1.104.2.10.0
Decreto 22.061 — 11-9-1932, art. 26		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 10 e	
Lei 187 15-1-1936, art. 36		4.º § 10	
Decreto-lei 915 1-12-1938		Decreto-lci 826 — 28-10-1988	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

Relação dos decretos e decretos-leis baixados durante o exercício de 1944

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA	PUBLICAÇÃO NO D. O.	EMENTA
Decreto-lei	6.155	30-12-43	3-1-44	Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, de Ministério da Agricultura.
Decreto-lei	6.224	24-1-44	26-1-44	Institui o impôsto sôbre lucros extraordinários.
Decreto-lei	6.254	9-2-44	11-2-44	Autoriza a venda de filmes e publicações do Serviço de Informação Agrí cola, do Ministério da Agricultura.
Decreto-lei	6,259	10-2-44	18-2-44	Dispõe sôbre o serviço de loterias.
Decreto-lei	6.269	14-2-44	16-2-44	Dispõe sôbre a administração fisçal nos territórios federais do Amapá Rio Branco; Guaporé, Ponta Porã, Iguaçú e Fernando de Noronha
Decreto-lei	6.280	17-2-44	19-2-44	Dispõe sôbre contribuições para o montepio militar.
Decreto-lei	6.340	11-3-44	15–3–44	Modifica dispositivos do Decreto-lei 5.844, de 23-9-43 (Impôsto de renda).
Decreto	15.028	13-3-44	15-3-44	Aprova o regulamento que dispõe sôbre a execução dos Decretos-leis 6.224 e 6.225, de 24-1-44 (Impôsto sôbre lucros extraordinários).
Decreto-lei	6.349	17-3-44	20-3-44	Cria a tava de validação de diploma de agrônomo e veterinário.
)ccreto-lei	6.378	28-3-44	6-4-44	Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública.
)ecrèto-lei	6.394	31-3-44	3-4-44	Restabelece, com modificações, as disposições contidas nos arts. 50 a 55 do Decreto 1.137, de 7-10-36 (Impôsto do sélo).
ccreto	15.398	27-4-44	29-4-44	Suspende a execução do disposto nos arts. 2.º, 3.º e 4.º das especificações para a classificação de <i>piretro</i> e autoriza o Ministério da Agricultura a organizar novas especificações.
Jecreto-lei	6.462	2-5-44	4-5-44	Deva os direitos aduaneiros sôbre a importação de lâminas de vidro branco, lisas.
coreto-lei	6.465	2-5-44	4-5-44	Reduz a taxa de emolumentos consulares.
lecreto-lei	6.486	11-5-44	13-5-44	Prorroga por mais 12 meses a vigência do Decreto-lei 5.626, de 28-6-43 (sal estrangeiro).
ecreto-lei	6.504	17-5-44	19-5-44	Dispõe sôbre a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
recreto-lei	6.550	31-5-44	5-6-44	Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, de Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçú.
ecreto-lei	6.562	7-6-44	9-6-44	Revoga o Decreto-lei n.º 3.773, de 29–10–41 (Dispõe sõbre o material de gasogênio adquirido pelo Ministéfio da Agricultura, para revenda, e dá outras providências).
recreto-lei	6.577	9–6–44	12-6-44	Dispõe sôbre a cobrança prevista no art. 98 do Decreto-lei 5.844, de 23-9-43 (Impôsto de renda).
ecreto-lei	6.603	19-6-44	21-6-44	Asrescenta dispositivos ao Decreto-lei 5.247, de 12-2-43 (Produção efstiva das minas).
ecreto-lei	6.604	19-6-44	21-6-44	Estabelece a classificação comercial da la de ovino e dispõe sôbre o co- mércio dessa matéria-prima.

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA	PUBLICAÇÃO NO D. O.	EMENTA
Decreto-lei	6.613	22-6-44	24-6-44	Dispõe sôbre a remessa de valores pertencentes à União, por intermédia do Departamento dos Correios e Telégrafos.
Decreto-lei	6.659	· 7-7-44	9-7-44	Dispõe sôbre o pagamento do impôsto do sêlo nos títulos de venda mediante sorteio.
Decreto-lei	6.662	7-7-44	10-7-44	Modifica a incidência do impôsto de consumo sôbre o fumo.
Decreto-lei	6.686	13-7-44	15-7-44	Suspende, pelo prazo de 6 meses, a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sôbre a penicilma.
Decreto-lei	6.694	14-7-44	15-7-44	Eleva a taxa de educação e saúde de Cr\$ 0,20 para Cr\$ 0,40.
Decreto-lei	6,698	17-7-44	18-7-44	Autoriza a modificação do contrato de arrendamento assinado com a "The Great Western of Brazil Railway Company Limited".
Decreto-lei	5.732	24-7-44	26-7-44	Dispõe sôbre a finalidade e funcionamento da Biblioteca Nacional e dá outras providências.
Decreto	16.167	24-7-44	26-7-44	Aprova o Regimento da Biblioteca Nacional.
Decreto-lei	6.755	31-7-44	2-8-44	Dispõe sôbre o prazo e selagem de contrato de câmbio (Impôsto do sêlo).
Decreto-lei	6.763	3-8-1944	5-8-1944	Autoriza a União a liquidar dívidas do Estado do Amazonas.
Decreto-lei	6.771	7-8-44	9-8-44	Dispõe sôbre a distribuição de carvão mineral produzido no país.
Decreto-lei	6.785	11-8-44	16-8-44	Cria um adicional de 5% sôbre as taxas do impôsto de consumo que incidem sôbre as bebidas.
Decreto-lei	6.860	8-9-44	11-9-44	Dispõe sôbre a cobrança da taxa sôbre quilowatts.
Decreto-lei	6.871	15-9-44	18-9-44	Transforma a Diretoria do Domínio da União em Serviço do Patrimônio da União.
Decreto-lei	6.874	15-9-44	18-9-44	Dispõe sôbre o aluguel de próprios nacionais ocupados por servidores civis da União.
Decreto	16.604	15-9-44	189-44	Dispõe sôbre o limite de aluguéis devidos pelos servidores civis da União, pela ocupação de próprios nacionais em caráter de residência obrigatória.
Decreto :	16.676	28-9-44	30-9-44	Suspende a cobrança da taxa mencionada na tabela a que se refere o art. 215 do Decreto n.º 3.010, de 20-8-38 (Renda de imigração).
Decreto-lei	6.914	29-9-44	2-10-44	Transforma o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Azricultura em Serviço de Documentação.
Decreto-lei	6:964	17-10-44	19-10-44	Dispõe sôbre o recolhimento ao Tesouro Nacional, pelo Instituto de Resseguros do Brasil, das contribuições previstas no art. 109 dos seus estatutos.
Decreto-lei	7.013	1-11-44	4-11-44	Dispõe sôbre o policiamento interno de emprêsas e estabelecimentos particulares.
Decreto-lei	7.038	10-11-44	13-11-44	Dispõe sôbre a sindicalização rural (Impôsto do sèlo).
Decreto.	17.149	16-11-44	18–11–44	Aprova as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização do comércio de chá preto.
Decreto-lei	7.0 60	21-11-44	23-11-44	Dispõe sôbre os contribuintes civis do Montepio Militar.
Decreto-lei	7.116	4-12-44	6-12-44	Modifica a taxa cobrada sabre a lã em bruto e em fio.
Decreto-lei	7.173	19-12-44	21-12-44	Transfere a administração de Estrada de Ferro Tocantins para a Fun- dação Brasil Central.
Decreto-lei	7.192	23–12–44	27-12-44	Dispõe sôbre a administração fiscal dos territórios federais.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VERBAS	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
— Pessoal	313.200	933.000	1.246.200
TOTAL	313.200	2.533.000	2.846.200

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável . Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal I — Pessoal Permanente. II — Pessoal Extranumerário. II — Vantagens.	313.200	205.000 700.000	313.200 205.000 700.000
V — Outras Despesas com Pessoal TOTAL DA VERBA 1 VERBA 2 — Material	313.200	933.000	1.246.200
I — Material Permanente		480.000 385.000 735.000	480.000 385.000 735.000
y *		0 "	

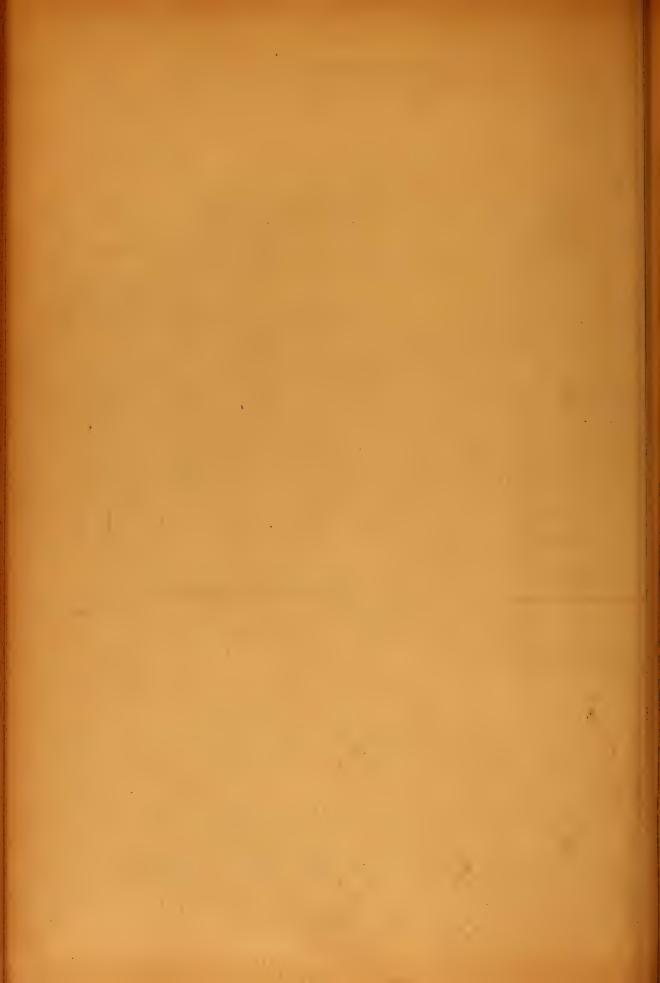
VERBA 1 -- PESSOAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I Pessoal Permanente		
01 — Pessoal Permanente	313.200	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I:	313.200	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
06 — Diaristas		183.90
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços		21.100
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		205.000
CONSIGNAÇÃO III— Vantagens		
17 — Gratificação de representação de Gabinete		700.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		700.000
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
27 — Outras despesas		
03 — Salário-família		28.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		28.000
	313.200	933.006
TOTAL DA VERBA 1	1.246	. 200

VERBA 2 — MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente	1.2
02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para ex- tinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas	1
01 — Automóveis de passageiros	300.0 00
04 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios	50.000
13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação tecelagem de sêda	130.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	480.000

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo	
17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição, fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	1
19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	
28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	160.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	4385.000
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
55 — Despesas miúdas de pronto pagamento, ,,	525.000
37 — Iluminação, fôrça motriz e gás	80.000
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	
02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis	70.000
12 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	60.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	735.000
	1.600.000



VERBAS	fika	variável	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1 — Pessoal 2 — Material 3 — Serviços e Encargos 4 — Eventuais TOTAL	7.073.400	6.046.700 2.183.000 2.915.000 30.000	13.120.100 2.183.000 2.915.000 30.000 18.248.100

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal	. °-	9	
I — Pessoal Permanente. II — Pessoal Extranumerário	6.792,000 281.400	5.520.000 47.500 200.000 279.200	6.792.000 5.520.000 328.900 200.000 279.200
TOTAL DA VERBA 1	7.073.400	6.046.700	13.120.100
VERBA 2 — Material I — Material Permanente		325.000 440.000 1.418.000 2.183.000	325.000 440.000 1.418.000 2.183.000
VERBA 3 — Serviços e Encargos I — Diversos	-,	2.915.000	2.915.000
VERBA 4 — Eventuais			
I — Diversos		30.000	30.000
TOTAL DA VERBA 4		30.000	30.000

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente	FIXA Cr\$	VARIÁVEI.
CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente	1	Cr\$
01 — Pessoal permanente.	6.792.000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	6.792,000	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
04 — contratados		
08 — Serviço de Administração		1.041.600
05 — MENSALISTAS 08 — Serviço de Administração		3,811,200
06 — diaristas		
08 — Serviço de Administração		367.200
08 — novas admissões fara atender ao desenvolvimento dos serviços		
08 — Serviço de Administração		300,000
Sound Date Control of the Control of	-	5.520,000
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
9 — FUNÇÕES GRATIFICADAS (Decreto-lei 5.083, de 12-12-42)		
08 — Serviço de Administração	281.400	
12 — GRATIFICAÇÃO FOR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO		
08 — Serviço de Administração		32.500
3 — GRATIFICAÇÃO FOR TRABALHO TÉCNICO OU CIENTÍFICO		
08 — Serviço de Administração		15.000
	281.400	47.500

	DOTA (em cru	
	FIXA Cr\$	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
— AJUDA DE CUSTO		
08 — Serviço de Administração		100.000
— DIÁRIAS		
08 — Serviço de Administração		100.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		200.000
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
— substituições	,	
08 — Serviço de Administração		78.000
diferença de vencimentos.		
08 — Serviço de Administração.		1.200
— OUTRAS DESPESAS		
03 — Salário - família		
08 — Serviço de Administração		200.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		279.200
	7.073.400	6.046.700
TOTAL DA VERBA 1	13.120.	100

VERBA 2 — MATERIAL

		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
		VARIÁVEL Cr\$
	CONSIGNAÇÃO I.— Material Permanente	
-	LIVROS, FICHAS BIBLIOGRÁFICAS IMPRESSAS, DOCUMENTOS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS DESTINADAS À BIBLIOTECA OU COLEÇÕES	
	09 — Serviço de Documentação	75.000
	MÓVEIS E ABTIGOS DE ORNAMENTAÇÃO; MÁQUINAS, AFARELHOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO, BIBLIOTECA, LA- BORATÓRIO, GABINETE CIENTÍFICO OU TÉCNICO E PARA TRABALHOS DE CAMPO; APARELHOS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, REFEITÓRIO, DORMITÓRIO E ENFERMARIA; MATERIAL DE SERICICULTURA, INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÊDA	
ı	08 — Serviço de Administração	250.000
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1,	325.000

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo	
17 — ARTIGOS DE EXPEDIENTE, DESENHO, ENSINO E EDUCAÇÃO; ARTIGOS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO; FICHAS E LIVROS DE ESCRITURAÇÃO; IMPRESSOS E MATERIAL DE CLASSIFICAÇÃO, INCLUSIVE FICHAS BIBLIOGRÁFICAS	
E DE REFERÊNCIA 08 — Serviço de Administração	300.000
9 — COMBUSTÍVEIS; MATERIAL DE LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA DE MÁQUINAS; MATERIAL PARA CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES, DE MÁQUINAS E DE APARELHOS; SOBRESSALENTES DE MÁQUINAS E DE VIATURAS; ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO	
08 — Serviço de Administração	40.000
8 — vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; te- cidos e artefatos	
08 — Serviço de Administração.	100.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	440.000
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
29 — ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM; ARMAZENAGEM, CARRETOS, ESTIVAS E CAPATAZIAS; TRANSPORTE DE ENCO- MENDAS, CARGAS E ANIMAIS; ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DÊSTES E DE SEUS TRATADORES EM VIAGEM; SE- GUROS DE TRANSPORTE	
08 Serviço de Administração	80.000
00 — ÁGUA E ARTIGOS PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO; SERVIÇOS DE ASSEIO E HIGIENE; LAVAGEM E ENGOMAGEM DE ROUPAS; TAXAS DE ÁGUA, ÉSGÔTO E LIXO	
08 — Serviço de Administração	120,000
31 — ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS; FOROS, SEGUROS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	
08 — Serviço de Administração	460.000
32 — ASSINATURA DE ÓRGÃOS OFICIAIS	
09 — Serviço de Documentação	10.000
33 — ASSINATURA DE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	10.000
09 — Serviço de Documentação	12,000
35 — DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO 08 — Serviço de Administração	36.000
37 — iluminação, fôrça motriz e gás	
08 — Serviço de Administração	40.000

[Verba 2 — Consignação III — Diversas Despesas — Conclusão]	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	variável Cr\$
8 — publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	
09 — Serviço de Documentação	30.000
0 — ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	1
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	
08 — Serviço de Administração	
02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis	
10 — Divisão de Edifícios Públicos	310,000
II — PASSAGENS, TRANSPORTE DE PESSOAL E DE SUAS BAGAGENS	
08 — Serviço de Administração	200.000
12 — telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	
08 — Serviço de Administração	120.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	1.418.000
TOTAL DA VERBA 2	2.183.000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

					DOTAÇÃO (em cruzeiros)
					variável Cr\$
	CONSIGNAÇÃO I	— Diversos			
— SELECÃO, APERPRICO	AMENTO E ESPECIALIZAÇÃO	DE PESSOAI.			
01 — Seleção	ANIELTO D ESTECIALISMON				
07 — Divisão de	Seleção				
a)	Despesas de qualquer natu cursos e provas no Distri			1.000.000	
02 — Aperfeiçoamento	o e especialização de pessoal				
01 — Divisão de	Aperfeiçoamento		•		
a)	Despesas de qualquer nat cursos legalmente institt coamento e especialização	uídos e com outras i	nodalidades de aperfei-		1.800.000

Cr\$ 06 — Auxílios, contribuições e subvenções 01 — Auxílios 03 — Divisão do Material a) À Associação Brasileira de Normas Técnicas, de acôrdo com o decreto-lei n. 7.103, de 30-11-944	[Verba 3 — Consignação I — Diversos — Conclusão] (DOTAÇÃO (em cruzeirca)
01 — Auxílios 03 — Divisão do Material a) À Associação Brasileira de Normas Técnicas, de acôrdo com o decreto-lei n. 7.103, de 30-11-944		variável Cr\$
03 — Divisão do Material a) À Associação Brasileira de Normas Técnicas, de acôrdo com o decreto-lei n. 7.103, de 30-11-944	06 — Auxílios, contribuições e subvenções	
a) À Associação Brasileira de Normas Técnicas, de acôrdo com o decreto-lei n. 7.103, de 30-11-944	01 — Auxílios	
de 30-11-944. 16 — exposições 08 — Serviço de Administração. 25 28 — recepções, excursões, hospedagens e homenagens 01 — Divisão de Aperfeiçoamento. 3 42 — prêmios pela elaboração de trabalhos de reconhecido valor sôbre serviço público, mediante autorização do presidente da república 01 — Divisão de Aperfeiçoamento. 3 44 — custeio da "revista do serviço público", do boletim do D.A.S.P. e publicação de trabalhos avulsos, de traduções e de quaisquer obras que visem o aperfeiçoamento do serviço público, compreen-	03 — Divisão do Material	
25 28 — RECEPÇÕES, EXCURSÕES, HOSPEDAGENS E HOMENAGENS 01 — Divisão de Aperfeiçoamento. 3 42 — PRÊMIOS PELA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE RECONHECIDO VALOR SÔBRE SERVIÇO PÚBLICO, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 01 — Divisão de Aperfeiçoamento. 34 44 — CUSTEIO DA "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO", DO BOLETIM DO D.A.S.P. E PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS AVULSOS, DE TRADUÇÕES E DE QUAISQUER OBRAS QUE VISEM O APERFEIÇOAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO, COMPREEN-		100.000
28 — RECEPÇÕES, EXCURSÕES, HOSPEDAGENS E HOMENAGENS 01 — Divisão de Aperfeiçoamento. 3 42 — PRÊMIOS PELA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE RECONHECIDO VALOR SÔBRE SERVIÇO FÚBLICO, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 01 — Divisão de Aperfeiçoamento. 3 44 — CUSTEIO DA "REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO", DO BOLETIM DO D.A.S.P. E PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS AVULSOS, DE TRADUÇÕES E DE QUAISQUER OBRAS QUE VISEM O APERFEIÇOAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO, COMPREEN-	16 — exposições	
01 — Divisão de Aperfeiçoamento	08 — Serviço de Administração	250.000
42 — prêmios pela elaboração de trabalhos de reconhecido valor sôbre serviço público, mediante autorização do presidente da república 01 — Divisão de Aperfeiçoamento	28 — recepções, excursões, hospedagens e homenagens	
RIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 01 — Divisão de Aperfeiçoamento	01 — Divisão de Aperfeiçoamento.	30.000
44 — custeio da "revista do serviço público", do boletim do D.A.S.P. e publicação de trabalhos avulsos, de traduções e de quaisquer obras que visem o aperfeiçoamento do serviço público, compreen-		
DE TRADUÇÕES E DE QUAISQUER OBRAS QUE VISEM O APERFEIÇOAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO, COMPREEN-	01 — Divisão de Aperfeiçoamento	35.000
	DE TRADUÇÕES E DE QUAISQUER OBRAS QUE VISEM O APERFEIÇOAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO, COMPREEN-	
, 09 — Serviço de Documentação	, 09 — Serviço de Documentação	700,000
TOTAL DA VERBA 3	TOTAL DA VERBA 3	2.915.000

VERBA 4 — EVENTUAIS

	DOTAÇÃO (em cruzeiros) VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
01 — DESPESAS IMPREVISTAS NÃO CONSTANTES DAS TABELAS	
08 — Serviço de Administração. TOTAL DA VERBA 4.	30.000

ANEXO 4 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

VERBAS	fixa Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
1 — Pessoal	933.600	2.422.560 3.609.000 7.200.000	3,356,160 3,609,000 7,200,000
TOTAL	933.600	13.231.560	14.165.160

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal		9	
I — Pessoal Permanente. II — Pessoal Extranumerário. III — Vantagens. IV — Indenizações. V — Outras Despesas com Pessoal.	808.800 124.800	2.106.800 25.000 70,000 220.760	808.800 2.106.800 149.800 70.000 220.760
TOTAL DA VERBA 1	933.600	2.422.560	3.356.160
VERBA 2 — Material			
I — Material Permanente		910.000 1.315.000 1.384.000	910.000 1.315.000 1.384.000
total da verba 2		3.609.000	3.609.000
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
I — Diversos		7.200.000	7.200.000
total da verba 3		7,200.000	7.200.000
			11.1

VERBA 1 — PESSOAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente		
01 — Pessoal permanente	808.800	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1	808.800	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
05 — Mensalistas		1.626.000
06 — Diaristas		394.800
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços		86.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		2.106.800
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — Funções gratificadas (Decretos-leis ns. 1915, de 27-12-39; 2425, de 18-7-40 e 3679, de 2-10-41)	66.000	
12 — Gratificação por serviço extraordinário		25.000
14 — Gratificação de representação (Decreto-lei n. 2322, de 20–6–40)	57.600	
19 — Auxílio para diferenças de caixa.	1.200	
	124.800	25.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	149.8	00
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
22 — Ajuda de custo:		40.000
23 — Diárias		30.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		70.000
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
25 — Substituições		25,000
26 — Diferença de vencimentos.		5.760
27 — Outras despesas		
03 — Salário-família.		190.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		220.760
	933.600	2.422.560
TOTAL DA VERBA 1	3.356.1	60

VERBA 2 - MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I Material Permanente	
- Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas	
a biblioteca ou coleções	50.00
- Máguinas, motores, aparelhos, seus accesórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafía, de televisão, de	
refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios	600.00
 Material de ensino e educação; material artístico; insígnias e bandeiras; instrumentos de música Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, ga- 	60.00
- Móveis e artigos de ornamentação; maquinas, apareinos e utensilios de escritorio, diolideca, labolatorio, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório,	
dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	200.00
	-
. TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	910.00
CONSIGNAÇÃO II Material de Consumo	
- Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escri-	
turação; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	400.00
- Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de	
máguinas e de aparelhos; sobressalentes de máguinas e de viaturas; artigos de iluminação	180.00
- Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a qualquer transformação	600.0
- Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; adubos em geral e corretivos; inseticidas e fun-	00.0
gicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios em geral	90,0
- Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e ar-	45.0
tefatos tefatos	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 11	1.315.00
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
- Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas,	
cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte.	50.0
— Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas	60.0
de água, esgôto e lixo	60.0
- Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis	24.0 2.0
- Assinatura de órgãos oficiais	80.0
- Assinatura de recortes de publicações periódicas	18.0
— Despesas miúdas de pronto pagamento	200.0
Huminacao, iorca motriz e gas	
Ligalings reportes adaptações conservação de bens móveis e imáveis	
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis	
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	150.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis	150.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	80.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	80.0 720.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	80.0 720.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	80.0 720.0 1.384.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	80.0 720.0 1.384.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	150.0 80.0 720.0 1.384.0 3.609.0
— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e iméveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	720.0 1.384.0

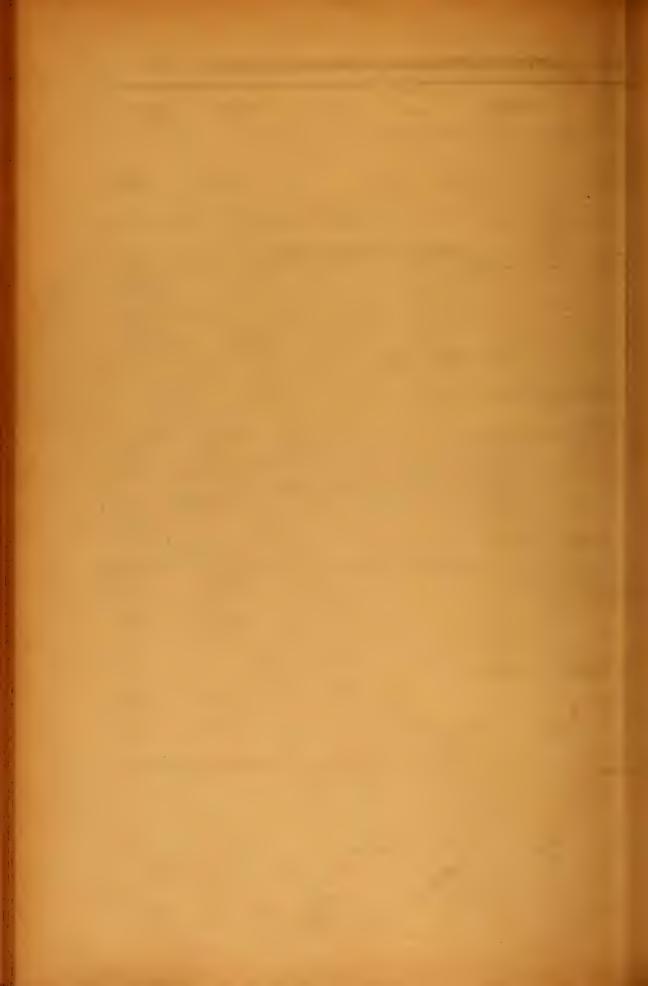
•	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
47 — Propaganda e difusão cultural	7.200.000
TOTAL DA VERBA 3	7.200.000



VERBA	FIXA	variável	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
3 — Serviços e Encargos	·	19.137.600	19.137.600

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

	4
	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
6 — AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES É SUBVENÇÕES	
01 — Auxílios	
a) Auxílio a ser concedido na forma do decreto n. 24.609, de 6-7-934	
a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico	
c) Para o recenseamento geral da República	19.137.600
TOTAL DA VERBA 3.	19,137.600



VERBAS	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
1 — Pessoal. 2 — Material. 4 — Eventuais.	279.000	1.146.800 388.540 20.000	1.425.800 388.540 20.000
TOTAL	279.000	1.555.340	1.834.340

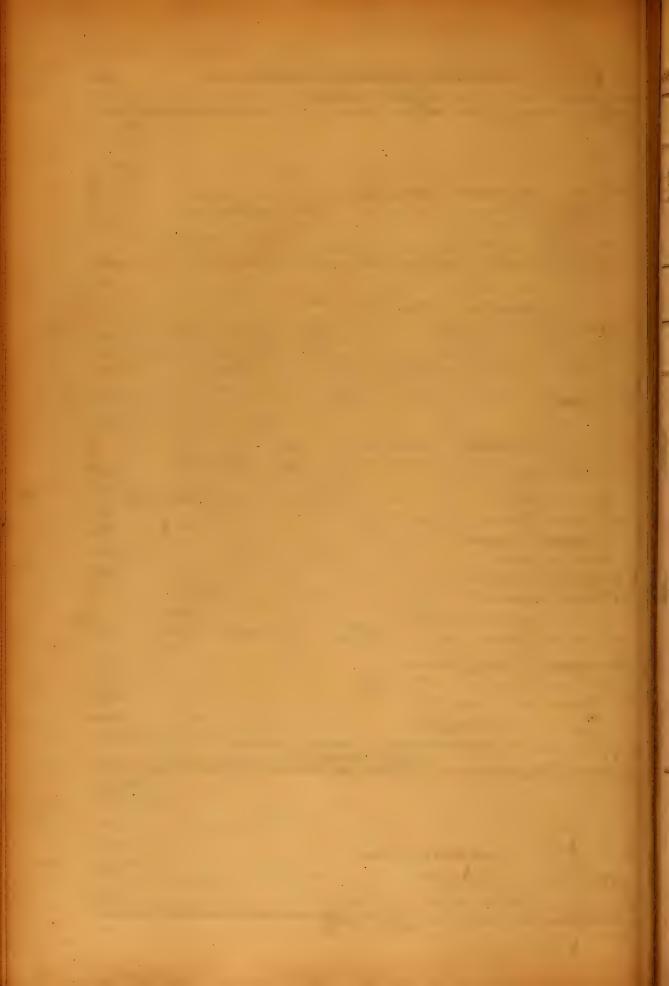
			4
CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 Pessoal			
I — Pessoal Permanente	66.000	1.062.800	66.00 1.062.80
II — Vantagens V — Indenizações. V — Outras Despesas com Pessoal	213.000	19.500 24.500 40.000	232.50 24.50 40.00
TOTAL DA VERBA 1	279.000	1.146.800	1.425.800
VERBA 2 — Material			
I — Material Permanente II — Material de Consumo II — Diversas Despesas		80.000 72.000 236.540	80.00 72.00 236.54
TOTAL DA VERBA 2		388.540	388.54
VERBA 4 — Eventuais			
I — Diversos		20.000	20.000
TOTAL DA VERBA 4		20.000	20.00

VERBA 1 - PESSOAL

	DOTA (O	
	PIXA Cr\$	Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente		
01 — Pessoal permanente	66 000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1	66 000	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extr numerário		
04 — Contratados.		148 800
05 — Mensalistas		724 200
06 — Diaristas		147 000
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços.	h. 4.	42 500
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO H) 052 800
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — Funções gratificadas (Decreto-lei n. 2.355, de 1-7-940)	47.400	ė.
12 — Gratificação por serviço extraordinário.		
14 — Gratificação de tepresentação (Decreto-lei n. 2.355, de 1-7-940)	166.600	
	213 000	29.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	232.	50
CONSIGNAÇÃO IV Indenizações		
CONSIGNAÇÃO IV Indenizações		
22 — Ajuda de custo		1316
25 — Diárias	1	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		20.00
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
27 — Outras despesas	1	
03 Salário-família	4	4ñ (1 0 0
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V	-	40 000
-	279.000	
TOTAL DA VERBA 1	1 .425	.8(
		27

VERBA 2 — MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente	
- Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	50.000
- Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de seda	30.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	80.000
. CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo	
The state of the s	
- Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	45.000
- Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; inaterial para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	12.000
- Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos.	15.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	72.000
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
- Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	10.000
– Assinatura de órgãos oficiais	540
- Assinatura de recortes de publicações periódicas	5,000
- Despesas miúdas de pronto pagamento	12,000
- Iluminação, força motriz e gás	12.000
- Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	130.000
- Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	
02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis	35.000
- Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	10,000
Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	22.000
	236.540
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	
TOTAL DA VERBA 2	388.540
VERBA 4 — EVENTUAIS	
	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
0 – Despesas imprevistas não constantes das tabelas	20.000
TOTAL DA VERBA 4	20.00
	1



FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
122.400	252,300 182,900 119,000	374,700 182,900 119,000
122.400	554.200	676.600
	Cr\$	Cr\$ Cr\$

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal	. ,		
II — Pessoal Extranumerário III — Vantagens	122.400	147.300 13.000 80.000 12.000	147.300 135.400 80.000 12.000
TOTAL DA VERBA 1	122.400	252.300	374.700
VERBA 2 → Material			
I — Material Permanente	1	25.000 16.000 141.900	25.000 16.000 141.900
TOTAL DA VERBA 2		182.900	182.900
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
I — Diversos		119.000	. 119.000
TOTAL DA VERBA 3		119.000	119.000

VERBA 1 — PESSOAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
•	FIXA Cr\$	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
04 — Contratados		33,600
05 — Mensalistas:		84.600
06 — Diaristas		17.100
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços		12.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		147.300
A _p a *		
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — Funções gratificadas (Decreto-lei n. 1273, de 17-5-939)	21,600	
12 — Gratificação por serviço extraordinário		13,000
14 — Gratificação de representação (Decreto-lei n. 406, de 4-5-38 e decreto n. 3 010, de 20-8-38)	100.800	
	122.400	13.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	135.4	100
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
22 — Ajuda de custo		40,000
23 — Diárias		40.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		80,000
CONSIGNAÇÃO V. O		
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
27 — Outras despesas		
03 — Salário-família		12,000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V	• -	12,000
	122.400	252.300

VERBA 2 - MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I Material Permanente	
5 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas	
a biblioteca ou coleções	10.00
— Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório, e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de seda	1
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	25.00
CONSIGNAÇÃO II— Material de Consumo	
Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	12.00
- Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	4.00
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	16 00
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
- Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; Lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	2.40
— Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis	72.00
Assinatura de órgãos oficiais.	30
- Assinatura de recortes de publicações periódicas	3.00
- Despesas miúdas de pronto pagamento	3.60
— Iluminação, força motriz e gás	3.00
- Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	5.00
- Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
	3.60
01 — Adapatações, consertos e conservação de bens móveis	
	40.00
- Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	
Ol — Adapatações, consertos e conservação de bens móveis. — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens. — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	9.00

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

VERBA 3 - SERVIÇOS E ENCARGOS

	DOT: TO
	VAR EL
CONSIGNAÇÃO I — Diverses	
12 — Diligências, învestigações, serviços de caráter secreto ou reservado	9.000
28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	1,000
45 — Custeio da Revista de Imigração e Colonização, compreendendo material, impressão, colaboração e traduções	1.000
TOTAL DA VERBA 3	'),000

VERBAS	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$	TOTAL Cr\$
1 — Pessoal	425.200	758.900 316.500 20.000	1.184.100 316.500 20.000
TOTAL	425.200	1.095.400	1.520.600

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal			
I — Pessoal Permanente II — Pessoal Extranumerário. III — Vantagens IV — Indenizações V — Outras Despesas com Pessoal	259.200 166.000	704.500 6.500 30.500 17.400	259.200 704.500 172.500 30.500 17.400
TOTAL DA VERBA 1	425.200	758.900	1.184.100
. VERBA 2 Material			
I — Material Permanente		103,000 39,300 174,200	103.000 39.300 174.200
TOTAL DA VERBA 2		316.500	316.500
VERBA 4 — Eventuais			
I — Diversos		20.000	20.000
TOTAL DA VERBA 4		20.000	20.000

VERBA 1 — PESSOAL

	DOTA (em cru	
	FIXA Cr\$	variávet. Cr\$
CONSIGNAÇÃO I Pessoal Permanente		
01 Pessoal permanente	259.200	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	259.200	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
04 — Contratados.		318.000
05 Mensalistas		·
06 — Diaristas		333,600
		29.700
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços	-	23,200
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		- 704.500
~		
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — Funções gratificadas (Decretos-leis πs. 1699, de 24-10-39 e 3111, de 12-3-41)	22.800	
12 — Gratificação por serviço extraordinário		6.500
14 — Gratificação de representação.(Decretos-leis ns. 1699, de 24-10-39 e 3669, de 1-10-41)	143.200	
	166.000	6.500
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	172.5	600
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
22 — Ajuda de custo		12.500
23 — Diárias		18.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV	-	30.500
	-	
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
25 Substituições		2.400
27 — Outras Despesas		
03 Salário-família.		15.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		17.400
	425.200	758.900
TOTAL DA VERBA 1	1.18	4 300

VERBA 2 - MATERIAL

CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente 02 — Automóveis de passageiros: auto-cominhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de trasporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de inendio; avides e acessóros; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas 01 — Automóveis de passageiros. 05 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistar e outras publicações especialisadas, destinadas a bibliografica motorea, aparelhos, seus acessórios, material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material totográfico, material cinematográfico e de filinagem; ferramentas e uterulilos. 15 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabiacte científico ou técnico e para trabelhos de campo; aparelhos e utensílies de copa, curinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de acticultura, indiatria, de fiação e tecelagem de séda. 105. CONSIGNAÇÃO II — Material de Consume 17 — Artigos de expediente, desenho, emino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência. 19 — Combustiviria; material de lubrificação e impesa de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas a de aparelhos; sobresalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação. 22 — Vastafrios, uniformes e equipamento; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos. 23 — Vestafrios, uniformes e equipamento; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e de faso, esgólo e lino. 34 — Asinatura de recorte de publicações periódicas. 35 — Despesas miidas de pronto pagamento. 36 — Asinatura de recorte de publicações periódicas. 37 — Asinatura de recorte de publicações periódicas. 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; cichês. 39 — Ligeiros reparos, adapt		
CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente 22 — Automóveis de passageiros; auto-cominhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de tranporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extingão de incéndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas 31 — Automóveis de passageiros; auto-cominhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material farevoiário de tração de incéndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas 32 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistar e outras publicações especialisadas, destinadas a biblioteca ou coleções		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
02 — Automóveis de passageiros; auto-cominhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário da tração e de tranporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para estinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras visturas 01 — Automóveis de passageiros. 55.6 05 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistar e outras publicações especialisadas, destinadas a biblioteca ou coleções 12.6 04 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios, material clétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensilios. 15 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensilios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensilios de copa, coninha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de erricultura, indústria de fiação e tecelagem de séda. 105.6 CONSIGNAÇÃO II — Material de Consume 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impresso e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência. 19 — Combustíveis; material de labrificação e limpesa de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de limmação. 14.3 25 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos. 16.6 17.7 18.6 18.6 19.6 19.6 19.6 10.6		
02 — Automóveis de passageiros; auto-cominhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário da tração e de tranporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para estinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras visturas 01 — Automóveis de passageiros. 55.6 05 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistar e outras publicações especialisadas, destinadas a biblioteca ou coleções 12.6 04 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios, material clétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensilios. 15 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensilios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensilios de copa, coninha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de erricultura, indústria de fiação e tecelagem de séda. 105.6 CONSIGNAÇÃO II — Material de Consume 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impresso e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência. 19 — Combustíveis; material de labrificação e limpesa de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de limmação. 14.3 25 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos. 16.6 17.7 18.6 18.6 19.6 19.6 19.6 10.6		
de tração e de tranporte; tratoresa equipamentos medanicos para estradas de rodagem; material para castinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem outras viaturas of tratores e de conservação de incêndio; aviões e aresidente de dragagem; outras viaturas obbliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especialisadas, destinadas a biblioteca ou coleções. 55.0 55.0 55.0 55.0 55.0 55.0 55.0 55.0 55.0 6.0 6	CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente 😚	
03 — Livros, fichas bibliográficas impreasas, documentos, revistar e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	de tração e de tranporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para	
biblioteca ou coleções 12.0 Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios, material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios 5. Móveis e artigos de ornamentação; material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios, de campo; aparelhos e utensílios de copa, coninha, refeitórico, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda TOTAL DA CONSIONAÇÃO I CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo 17. Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 20.0 19. — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 28. — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos. TOTAL DA CONSIONAÇÃO II CONSIGNAÇÃO III. — Diverses Despesas 30. — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 7. — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros: seguros de bens móveis e imóveis 32. — Assinatura de recortes de publicações periódicas 33. — Assinatura de recortes de publicações periódicas 34. — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 35. — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 36. — Publicações; serviços conservoção de bens móveis e imóveis e imóveis 01. — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 02. — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 2. — Source de la conservação de bens móveis e imóveis 39. — Source de la conservação de bens móveis e imóveis 30. — Adaptaç	01 — Automóveis de passageiros	55.000
refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios 6.6 15 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cosinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sercicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	12.000
binete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, coaimha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda		6.000
CONSIGNAÇÃO II — Material de Consume 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 20.6 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpesa de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 14.3 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos 70 — Aconsignação III — Diverses Despesas CONSIGNAÇÃO III — Diverses Despesas 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, eigôto e lixo. 70 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis 100.4 22 — Assinatura de órgãos oficiais. 20 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 20 — Assinatura de frecortes de publicações periódicas 20 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 60 — Cigeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens móveis 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens móveis 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis 03 — 2,000 — 10.10 — 10 — 10 — 10 — 10 — 10 — 1	binete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitóric,	30,000
17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência		103.000
crituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	CONSIGNAÇÃO II Material de Consume	
máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	20.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III — Diverses Despesas CONSIGNAÇÃO III — Diverses Despesas 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	14.300
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgóto e lixo		5.000
30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lizo		39.300
de água, esgôto e lixo	CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
de água, esgôto e lixo	30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas	
32 — Assinatura de órgãos oficiais	de água, esgôto e lixo	7.000
35 — Assinstura de recortes de publicações periódicas. 36 — Despesas miúdas de pronto pagamento. 37 — Iluminação, fôrça motris e gás 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 8,000 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis 2.46 6.5 6.7 6.8 6.9 18.0 10.0		800
35 — Despesas miúdas de pronto pagamento		2.400
38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	36 — Despesas miúdas de pronto pagamento	4.000
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	37 — Iluminação, fôrça motris e gás	18.000
02 Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis	40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
02 Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens indoveis.	04 — Adaptaques, conservos e conservação de ocis moveis	10.000
20.4	52 — Digerros, adaptações e conservação de ochs indovers.	10.000
41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	20.000 5.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	TOTAL DA CONSIONAÇÃO III	174.200
TOTAL DA VERBA 2		716 600

VERBA 4 — EVENTUAIS

CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	DOTAÇÃO (em cruzeiros) VARIÁVEL Cr\$
01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas	20.000
TOTAL DA VERBA 4	20.000

FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
258.000	3.000	261.000 49.760.000
258.000	49.763.000	50.021.000
	258,000	Cr\$ Cr\$ 3.000 49.760.000

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal		. 9	
I — Pessoal Permanente	186.000 72.000	3.000	186.000 72.000 3.000
TOTAL DA VERBA 1	258.000	3.000	261.000
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
I — Diversos	1.1	49.760.000	49.760.000
TOTAL DA VERBA 3	00	49.760.000	49.760.000

VERBA 1 - PESSOAL

		AÇÃO uzeiros)
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente		
01 — pessoal permanente		
01 — Comissão Executiva — Decreto-lei n. 842, de 9-11-938	186.000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	186.000	
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens	e	
I4 — gratificação de representação		
a) Aos membros do Conselho, conforme Decreto-lei n. 842, de 9-11-938.	72.000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	72.000	
CONSIGNAÇÃO V Outras Despesas com Pessoal		-
27 OUTRAS DESPESAS		
03 — Salário-família		3.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		3.000
	258.000	3.000
TOTAL DA VERBA 1	261.0	000

VERBA 3 - SERVIÇOS E ENCARGOS

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	P
50 — serviço de sondagem	
a) Para despesas de qualquer naturera com os serviços gerais de sondagem, inclusive para ocorrer às de que trata o Decreto-lei n. 1143, de 9-3-939	49.760.000
TOTAL DA VERBA 3	49.760.000

VERBAS	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
1 — Pessoal	84.000	178.200 102.240 150.000	262.200 102.240 150.000
TOTAL	84.000	430.440	514.440

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável Cr\$, TOTAL Cr\$
	. ,	ý.	
VERBA 1 — Pessoal			
II — Pessoal Extranumerário	84.000	166.200	166.200
V — Outras Despesas com Pessoal.	84.000	12.000	84.000 12.000
TOTAL DA VERBA 1	84.000	178.200	262.200
VERBA 2 Material			
I`— Material Permanente II — Material de Consumo III — Diversas Despesas		31.500 26,500 44.240	31.500 26.500 44.240
TOTAL DA VERBA 2		102.240	102.240
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
I — Diversos		150.000	150.000
TOTAL DA VERBA 3		150.000	150.000

VERBA 1 - PESSOAL

VERBA 1 — PESSUAL		
	DOTA (em cru	
	FIXA Cr\$	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
05 — mensalistas		
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras		129.0
06 — diaristas		
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras		37.1
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		166.2
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
CONSIGNAÇÃO III — Validação		
14 — GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (DECRETO-LEI N. 5.084 A, DE 14-12-942)		
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	84.000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	84.030	
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
27 — OUTRAS DESPESAS		
05 — Salário-familia		
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras		12.0
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		12.0
	84.000	178.1
TOTAL DA VERBA 1	262	200
VERBA 2 — MATERIAL		
		DOTAÇÃO
		VARIÁVEL
		Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente		
	,	
03 — LIVROS, FICHAS BIBLIOGRÁFICAS IMPRESSAS, DOCUMENTOS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS, DESTINADAS A BIBLIOTECA OU COLEÇÕES	100	
	1	
01 — Scoretaria Geral	12,000	

15.0

[Verba 2 — Consignação I — Material Permanente — Conclusão]		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
		VARIÁVEL Cr\$
13 — MÓVEIS E ARTIGOS DE ORNAMENTAÇÃO, MÁQUINAS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO, BIBLIOTECA, LABORATÓRIO, GABINETE CIENTÍFICO OU TÉCNICO E PARA TRABALHOS DE CAMPO; APARELHOS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, REFEITÓRIO, DORMITÓRIO E ENFERMARIA; MATERIAL DE SERICICULTURA, INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SEDA		
01 — Secretaria Geral	15.000	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	1.500	16.500
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1		31.500
CONSIGNAÇÃO II Material de Conquino		
17 — ARTIGOS DE EXPEDIENTE, DESENHO, ENSINO E EDUCAÇÃO: ARTIGOS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO; FICHAS E LIVROS DE ESCRITURAÇÃO; IMPRESSOS E MATERIAL DE CLASSIFICAÇÃO, INCLUSIVE FICHAS BIBLIOGRÁFICAS E DE REFERÊNCIA		
01 - Secretaria Geral.	15.000	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	8.000	23.000
28 — vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos		
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras		3.500
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		26,500
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas		
30 — água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo		
01 — Secretaria Geral	5.000	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	5.000	10.000
52 — assinatura de órgãos oficiais		
01 — Secretaria Geral	300	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	140	440
3 — ASSINATURA DE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS		
01 — Secretaria Geral		1.200
5 — DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO		
01 — Secretaria Geral	7.000	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	3.000	10.000

[Verba 2 — Consignação III — Diversas Despesas — Conclusão]		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
		variável Cr\$
38 — publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês		
01 — Secretaria Geral	3.000	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	10,000	13.00
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis		
01 Adaptações, consertos e conservação de bens móveis		
01 — Secretaria Geral	3.000	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	3.000	6.00
42 — TELEFONE, TELEFONEMAS, TELEGRAMAS, RADIOGRAMAS E PORTE POSTAL		
01 — Secretaria Geral	1.800	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	1.800	3.60
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		44.24
TOTAL DA VERBA 2		102.24

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

	DOTAÇÃO (em cruzeiros.
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	• =
12 — diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou reservado	
02 — Comissão Especial de Faixa de Fronteiras	
a) Para quaisquer despesas reservadas, diligências, investigações e sin- dicâncias	150,00
TOTAL DA VERBA 3	150.00

VERBAS	FIXA	variável	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1 — Pessoal 2 — Material 3 — Serviços e Encargos 4 — Eventuais TOTAL		6.436.000 2.282.500 1.500.000 70.000	6.436.000 2.282.500 1.500.000 70.000

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal			
'II — Vantagens		336.000 100.000 6.000.000	336.000 100.000 6.000.000
TOTAL DA VERBA 1		6.436.000	6.436.000
VERBA 2 — Material			
II — Material de Consumo		250.000 2.032.500	250.000 2.032.500
TOTAL DA VERBA 2		2.282.500	2.282.500
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
· I — Diversos	-	1.500.000	1.500.000
TOTAL DA VERBA 3		1.500.000	1.500.000
VERBA 4 — Eventuais			
I — Diversos		70.000	70.000
TOTAL DA VERBA 4		70.000	70.000

VERBA 1 — PESSOAL

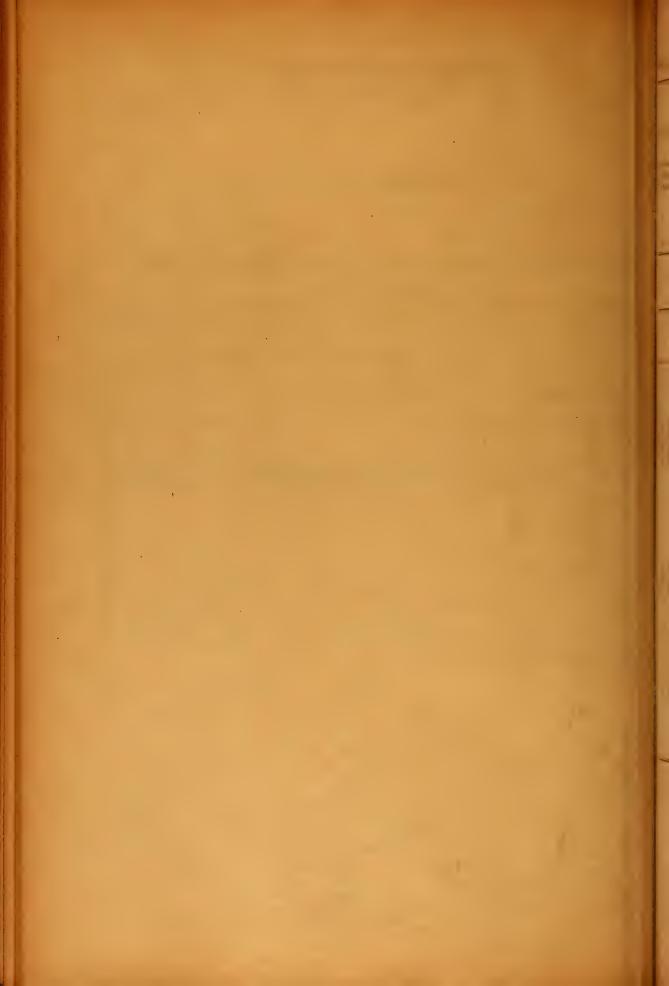
	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
14 — Gratificação de representação		36.000
17 — Gratificação de representação de Gabinete		300.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		336.000
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
22 — Ajuda de custo		30.000
23 — Didrias		70.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		100.000
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
27 — Outras despesas		
04 — Outras despesas.		6.000.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		6,000,000
TOTAL DA VERBA 1		6.436.000

VERBA 2 - MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo	
17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	200.000
19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	50.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	250,000
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	100.000
51 — Aluguel ou arrendamento de imóveis: foros; segaros de bens móveis e imóveis	1.500.000
52 — Assinatura de órgãos oficiais.	2.500
53 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	30.000
57 — Iluminação, fôrça motriz e gás	60.000
41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	250.000
42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	90 000
total da consignação III	2.032.500
TOTAL DA VERBA 2	2.282.50

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
53 — Instalação e manutenção de Sctores, Serviços e Contrôles	1.500.00
TOTAL DA VERBA 3	5 1.500.000
VERBA 4 — EVENTUAIS	1
VERBA 4 EVENTUAIS	4
VERBA 4 — EVENTUAIS	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
VERBA 4 — EVENTUAIS	(em cruzeiros) VARIÁVEL
	(em cruzeiros)
	(em cruzeiros)



VERBAS	FIXA	VARIÁVEL	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
— Pessoal.	84.000	133.600	217.600
— Material.		109.500	109.500
— Serviços e Encargos.		15.000	15.000
TOTAL	84.000	258.100	342.100

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$	Cr\$
VERBA 1 — Pessoal			
II — Pessoal Extranumerário. II — Vantagens. V — Indenizações. V — Outras Despesas com Pessoal.	84.000	87.600 38.000 8.000	87.600 84.000 38.000 8.000
TOTAL DA VERBA 1	84.000	133.600	217.600
VERBA 2 — Material			
I — Material Permanente I — Material de Consumo I — Diversas Despesas		23.000 45.000 41.500	23.000 45.000 41.500
TOTAL DA VERBA 2	_	109.500	109.500
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
I — Diversos		15.000	15.000
TOTAL DA VERBA 3		15.000	15.000

VERBA 1 - PESSOAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
05 — Mensalistas		87,600
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO U		87.600
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — Funções gratificadas (Decreto-lei n. 5.717, de 31-7-43)	84.000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	84.000	
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
22 — Ajuda de custo		20.000
23 — Diárias		18.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		38,000
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
27 — Outras despesas		
03 — Salário-família		8.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		8.000
	84.000	133.600
TOTAL DA VERBA 1	217	. 600

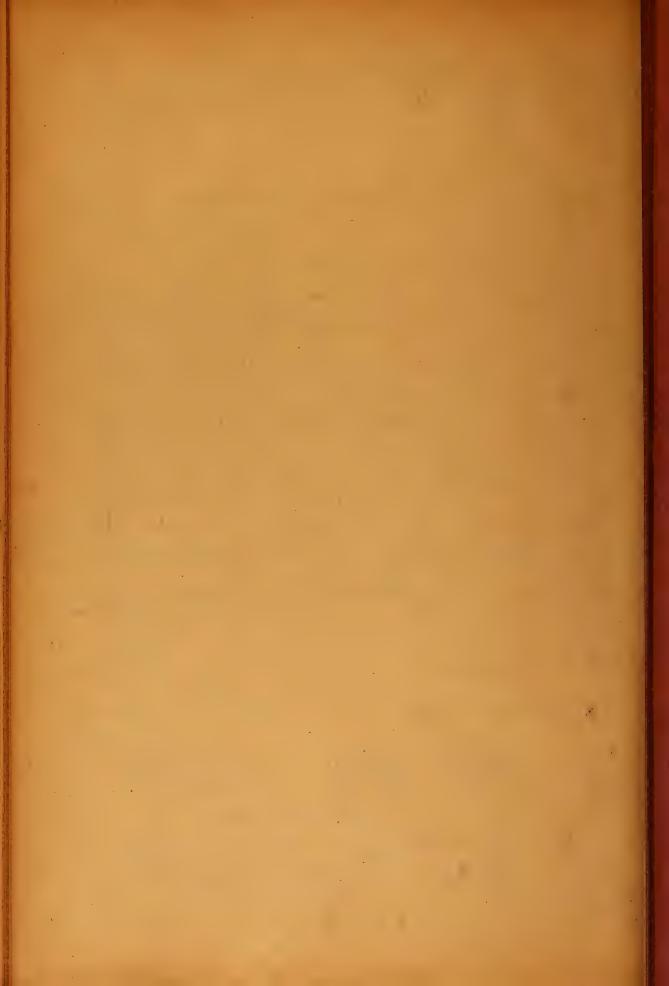
VERBA 2 - MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I Material Permanente	
03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	3.000
13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	20.000
· • TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	23,000
CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo	
17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	25.000
19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para contervação de instalações, . de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	15.000

15.000

	91
· Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo — Conclusão]	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
- Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	5.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	45.000
CONSIGNAÇÃO III Diversas Despesas	
— Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	43.000
— Assinatura de órgãos oficiais.	500
— Assinatura de recortes de publicações periódicas	2.000
— Despesas miúdas de pronto pagamento	6.000
- Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
01 - Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	5.000
- Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	20.000
- Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	5.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	41.500
TOTAL DA VERBA 2	109.500
VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	
	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
- Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	15.000

TOTAL DA VERBA 3.....



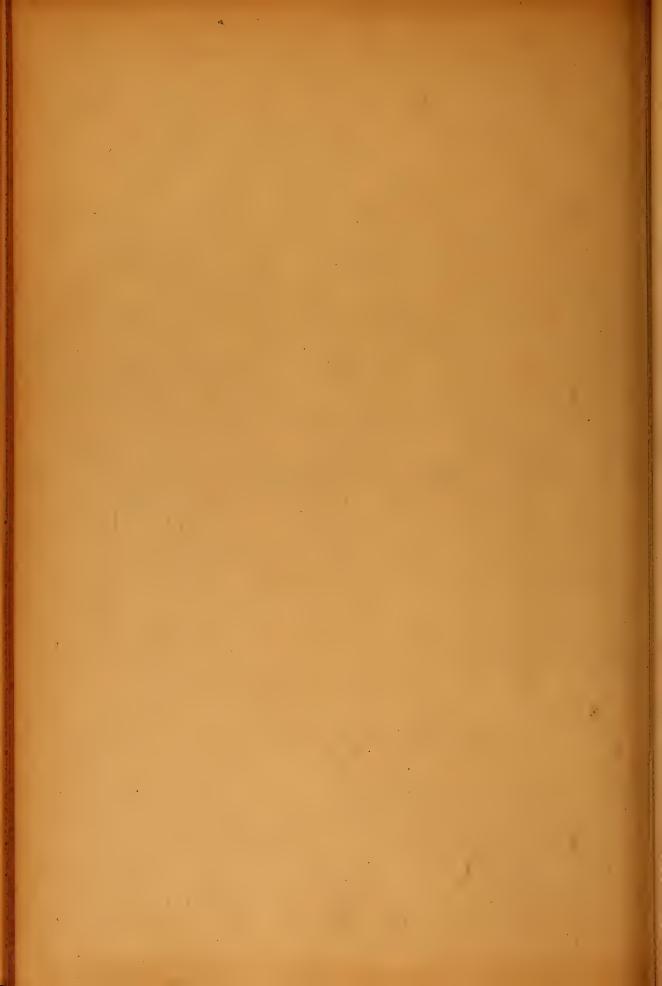
DESPESA PÚBLICA

Discriminação, por Unidades Administrativas, da Despesa Federal para 1945

(Parte referente à Presidência da República e Órgãos subordinados)



NOTA EXPLICATIVA



O RELATÓRIO que acompanhou a proposta orçamentária para 1944, a Comissão de Orçamento, apoiada em argumentos de ordem doutrinária e de ordem pragmática, defendeu a tese de que o Orçamento deve ser apresentado por unidades administrativas e não, como tem acontecido nos últimos anos, preponderantemente, por objeto (pesoal, material, serviços e encargos e dívida pública). Entretanto, uma brusca mudança da estrutura orçamentária poderia apresentar alguns inconvenientes, dentre os quais, apenas para exemplificar, salientam-se os seguintes:

- a) os servidores que, ordinàriamente, lidam com assuntos orçamentários, talvez não pudessem, de pronto, alcançar todos os reflexos que sôbre seus procedimentos habituais teria a nova forma de apresentação da lei de meios e dos respectivos quadros discriminativos;
- b) a contabilização das despesas, a cargo da Contadoria Geral da República, e a distribuição e redistribuição de créditos, feitas pelo Tribunal de Contas, teriam que sofrer sensíveis modificações.

Em face dessas e de outras razões, considerou a Comissão de Orçamento que, antes de se alterar a estrutura da lei de meios e dos quadros de discriminação da despesa, seria prudente publicá-los, com a forma projetada, durante alguns exercícios, mas apenas a título de experimentação e em caráter meramente exemplificativo. Assim, em 1944, e como 2.º volume do seu Relatório, editou os "Quadros de Discriminação da Despesa". Nessa publicação, a despesa aparece, preliminarmente, dividida em totais correspondentes às repartições, e, vinculadas a estas, seguem-se, devidamente classificadas por objeto, as parcelas que constituem cada total.

Ao reproduzir sua tentativa, com as despesas, porém, fixadas para 1945, a Comissão de Orçamento reconhece a existência, ainda, de algumas lacunas no seu trabalho. As mais importantes são:

a) falta de caracterização nítida das despesas de pessoal permanente, por unidades administrativas; essas despesas aparecem englobadas nos órgãos de pessoal, em virtude da legislação

vigente determinar o agrupamento dos funcionários públicos num restrito número de Quadros, correspondentes aos vários Ministérios:

b) inclusão de algumas despesas representativas de encargos gerais da União nas dotações de determinadas unidades administrativas, de modo que estas, aparentemente, surgem com um

excessivo volume de créditos.

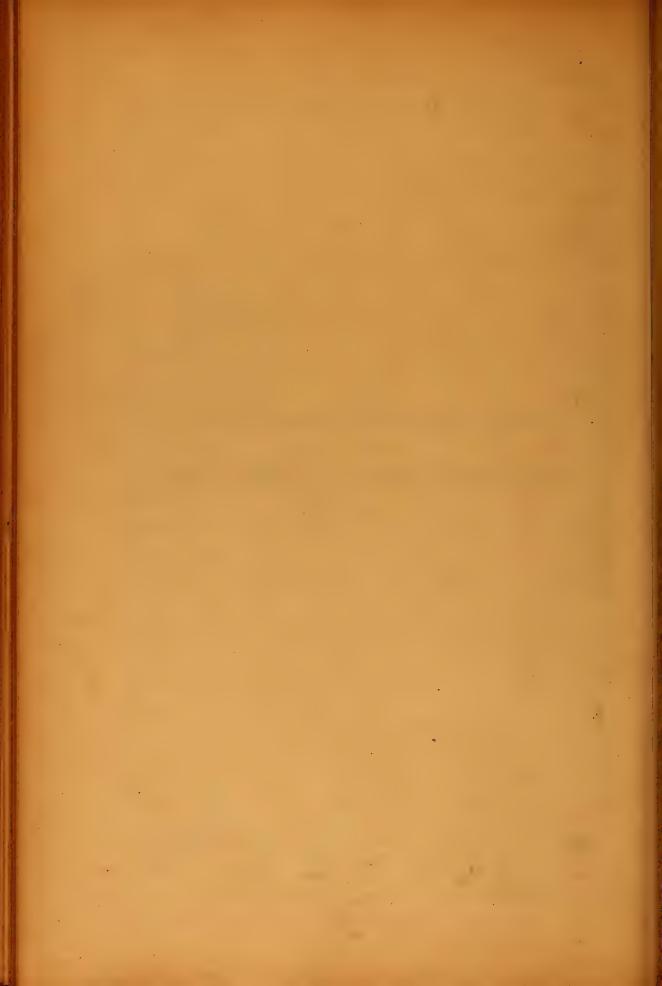
c) falta de uniformidade na caracterização das atribuições e do campo de ação de diversas unidades administrativas e principalmente, na maioria delas, ausência de elementos informativos

a respeito de seus programas de trabalho.

Diante da explicação contida nas alíneas a e b, acima, adverte-se que seria imprudente deduzir dêstes quadros de discriminação o custo dos serviços executados pelas repartições federais. Além disso — não tendo os quadros que compõem êste volume qualquer fôrça mandatória (uma vez que não decorrem de lei, mas constituem, apenas, recapitulações) — há a possibilidade, no transcurso do ano, de se redistribuirem várias dotações, aproveitando-se os saldos existentes em determinadas repartições em benefício de outras, cujos quantitativos não tenham sido suficientes.

E' oportuno esclarecer que, nos Ministérios civis, adiante do nome de cada unidade administrativa, está escrito o total de suas dotações; em seguida, aparece o resumo de suas atribuições, com a súmula do programa de trabalho (sempre que foi possível incluir êsse elemento), e finalmente vem o quadro de discriminação da despesa. Em relação aos Ministérios Militares, porém, não se pôde proceder dessa forma, porque o Decreto-lei n.º 4.185, de 16-3-42, estabelece que todos os créditos destinados aos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha — tanto orçamentários como adicionais — sejam automàticamente distribuídos aos respectivos Servicos de Fundos ou de Fazenda. Essa determinação legal criou um regime financeiro especial para os Ministérios militares, em virtude não só da natureza de seus serviços, que exigem a máxima flexibilidade e presteza na utilização dos créditos, como, também, da situação atual, que desaconselha a divulgação ampla das suas despesas por unidades administrativas. a fim de que não sejam reveladas, até certo ponto, medidas que devem ser mantidas em sigilo, em benefício da segurança nacional. Por conseguinte, tôdas as dotações orçamentárias dos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha, aparecem, no Orçamento Geral da República e no Plano de Obras e Equipamentos para 1945, atribuídas, respectivamente, ao Serviço de Fazenda da Aeronáutica, à Diretoria de Intendência e à Diretoria de Fazenda. Internamente, cada um dêsses Ministérios, de acôrdo com a lei, elabora um orçamento analítico de sua dotações, para fins administrativo-militares, submetendo-o à aprovação do Presidente da República.

QUADROS DE DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — CR\$ 2.846.200,00

Os serviços da Presidência da República foram organizados pelo Decreto-lei n.º 920, de 1-12-38, e regulamentados pelo Decreto n.º 3.371, da mesma data.

São distribuídos por um Gabinete Civil e um Gabinete Militar.

Além do secretário particular do Presidente e de oficiais e auxiliares de Gabinete, integram o Gabinete Civil, sob a chefia do Secretário da Presidência:

- a) Diretoria do Expediente;
- b) serviços auxiliares: Intendência, Mordomia, Serviços Telegráfico e Telefônico e
 Serviço de Transportes.

Ao Gabinete Civil compete:

- a) o preparo, o recebimento e a expedição de todos os atos e ordens do Presidente da República que não forem da atribuição do Gabinete Militar;
 - b) as relações presidenciais com as autoridades, excetuados os assuntos militares.

O Gabinete Militar é constituído por um Chefe, um Sub-chefe, ajudantes de ordens e mais:

- a) Serviço de Segurança dos Palácios Presidenciais;
- b) Şerviço Rádiotelegráfico.

Funções do Gabinete Militar:

- a) o preparo, a redação e a expedição dos atos militares do presidente da República;
- b) a guarda e a representação do Presidente da República;
- c) as relações presidenciais com as autoridades militares e navais;
- d) a segurança imediata dos Palácios Presidenciais;
- e) o serviço de radiotelegrafia;
- f) o contrôle das usinas eletricas.

VERBA 1 — PESSOAL		consignação III — vantagens	
CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMA- NENTE		17 — Gratificação de representação de Gabinete	700.000
01 — Pessoal permanente	313.200	Total da Consignação III	700.000
Total da Consignação I	313.200	CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		COM PESSOAL 27 — Outras despesas	
06 — Diaristas	183.900	03 — Salário-família	28.000
der ao desenvolvimento dos serviços	21.100	Total da Consignação V	28.000
Total da Consignação II	205.000	Total da Verba 1	1.246.200

VERBA 2 MATERIAL		19 — Combustíveis; material de	
VERDA 2 — MATERIAL		lubrificação e limpeza de	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL	•	máquinas; material para con-	
PERMANENTE		servação de instalações, de	
		máquinas e de aparelhos;	
02 — Automóveis de passageiros;		sobressalentes de máquinas	
auto-caminhões, caminhone-		e de viaturas; artigos de ilu-	
tes, ônibus e auto-bombas;		minação	180.000
material ferroviário de tra-		28 — Vestuários, uniformes e	
ção e de transporte; tratores;		equipamentos; artigos e	
equipamentos mecânicos		peças acessórias; roupa de	
para estradas de rodagem;		cama, mesa e banho; tecidos	
material para extinção de in-		e artefatos	160.000
cêndio; aviões e acessórios;			
embarcações, material flu-		Total de Consissação XX	205 000
tuante e' de dragagem; outras viaturas		Total da Consignação II	385.000
01 — Automóveis de passa-		CONSIGNAÇÃO III DIVERSAS	
geiros	300.000	DESPESAS	
	300.000	a and and an	
04 — Máquinas, motores, apare-		35 — Despesas miúdas de pronto	
lhos, seus acessórios; mate-		pagamento	525.000
rial elétrico, de telefonia, de		37 — Iluminação, fôrça motriz e	020.000
telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-		gás	80.000
gráfico, material cinemato-		i de la companya de	80.000
gráfico e de filmagem; ferra-		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
mentas e utensílios	50,000	consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-		01 — Adaptações, consertos	
lhos, e utensílios de escri-		e conservação de bens	0.00
tório, biblioteca, labora-		. móveis	25.000
tório, gabinete científico ou		02 — Ligeiros reparos, adap-	
técnico e para trabalhos de		tações e conservação	
campo; aparelhos e utensí-		de bens imóveis	45.000
lios de copa, cozinha, refei-			
tório, dormitório e enferma-		Total da s/c 40	70.000
ria; material de sericicul-			
tura, indústria de fiação e		42 — Telefone, telefonemas, tele-	
tecelagem de sêda	130.000	gramas, radiogramas e porte	
		postal	60.000
Total da Consignação I	480.000	1	
		Total da Consignação III	735.000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL			
DE CONSUMO		Total da Verba 2	1 600 000
		. Total da verba 2	1.600.000
17 - Artigos de expediente, dese-			
nho, ensino e educação; arti-		RESUMO	
gos escolares para distribui-			P.
ção; fichas e livros de escri-		Verba 1 — Pessoal	1.245.200
turação; impressos e mate-		Verba 2 — Material	1.600.000
rial de classificação, inclu-			
sive fichas bibliográficas e		Total	2.846.200
de referência	45.000		

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO — CR\$ 18.248.100,00

Previsto no art. 67 da Constituição, foi o D.A.S.P. organizado pelo Decreto-lei n.º 579, de 30-7-38. Este diploma legal constituiu-o dos seguintes órgãos : Conselho Deliberativo, Divisão de Organização e Coordenação, Divisão do Funcionário Público, Divisão do Extranumerário, Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, Divisão do Material e Serviços Auxiliares : Biblioteca, Serviço de Comunicações, Serviço de Mecanografia, Serviço de Material e Serviço de Publicidade. Várias leis posteriores introduziram alterações nesta estrutura, a saber:

- a) Decreto-lei n.º 2.039, de 27-2-40: transformou o Serviço de Publicidade em Serviço de Documentação;
- b) Decreto-lei n.º 2.143, de 22-4-40: criou, na Divisão do Material, o Serviço de Obras, que posteriormente, pelo Decreto-lei n.º 4.630, de 27-8-42, passou a subordinar-se diretamente ao Presidente do D.A.S.P.;
- c) Decreto-lei n.º 3.627, de 18-9-41: desdobrou a Divisão de Seleção e Aperfeicoamento em Divisão de Seleção e Divisão de Aperfeiçoamento;
- d) Decreto-lei n.º 4.128, de 25-2-42: transformou as Divisões do Funcionário e a Divisão do Extranumerário em Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal e Divisão de Estudos do Pessoal, respectivamente;
- e) Decreto-lei n.º 4.198, de 24-3-42: transformou os Serviços Auxiliares do D.A.S.P. em Seções (de Comunicações, de Mecanografia, de Material e de Documentação) as quais, juntamente com a Biblioteca, passaram a constituir o Serviço de Administração no qual foram incluídas duas novas Seções criadas por êste decreto: a do Pessoal e a do Orçamento:
- f) Decreto-lei n.º 4.506, de 22-7-42: criou o Serviço de Documentação, constituído pela Biblioteca, pela Seção de Documentação e pela Revista do Serviço Público, já existentes no Departamento, e mais por uma Seção de Estatística Administrativa, que êste Decreto-lei instituiu;
- g) Decreto-lei n.º 5.993, de 16-11-43: transformou o Serviço de Obras em Divisão de Edifícios Públicos.

Tem o D.A.S.P. seu regimento aprovado pelo Decreto n.º 11.101, de 11-12-42. Ressalva-se aqui já não estar o regimento atualizado, pois à época de sua publicação não ocorrera, ainda, a transformação do Serviço de Obras em Divisão de Edifícios Públicos.

De acôrdo com a legislação mencionada acima, é a seguinte a atual estrutura do D.A.3.P.:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Divisão de Organização e Coordenação;
- c) Divisão de Estudos do Pessoal;
- d) Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal;
- e) Divisão de Seleção;
- f) Divisão de Aperfeiçoamento;
- g) Divisão do Material;
- h) Divisão do Orgamento (ainda não instalada);
- i) Divisão de Edifícios Públicos;
- j) Serviço de Documentação;
- 1) Serviço de Administração;
- m) Consultor Jurídico.

Por intermédio dêsses órgãos o D.A.S.P. tem a seu cargo a execução das seguintes atribuições legais:

a) estudar, pormenorizadamente, as repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o tim de determinar, do ponto de vista dá economia e eficiência, as modificações

a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orgamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

- auxiliar o Presidente da República no exame de projetos de legislação e na coordenação das atividades administrativas;
 - c) inspecionar os serviços públicos civis;
- d) estudar e propor sistemas de remuneração, classificação dos cargos e funções e planos de assistência e previdência;
 - e) orientar e fiscalizar a execução da administração do pessoal civil da União;
- f) selecionar candidatos a cargos e funções, excetuados os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;
- g) promover o treinamento, adaptação, readaptação e aperfeiçoamento dos servidores civis da União;
 - h) colaborar no treinamento dos candidatos a cargos e funções;
 - i) estudar e fixar padrões e especificações de material, para os serviços públicos:
- i) estudar e propor normas para aquisição, requisição, guarda, abastecimento, distribuição, uso e recuperação do material, bem como para a venda do considerado inaproveitável;
 - 1) orientar a construção, remodelação ou adaptação dos edifícios públicos;
- m) examinar projetos, orgamentos e contratos de construção, remodelação ou adaptação dos edifícios públicos utilizados pelos serviços civis;
 - n) fiscalizar, direta ou indiretamente, as obras em edifícios públicos;
- o) organizar projetos, a fim de promover a instalação das repartições em prédios adequados às suas finalidades, tendo em vista a economia e as conveniências do serviço e do público em geral;
- p) opinar sôbre os planos de aparelhamento, equipamento e instalação de serviços do Govêrno Federal;
- q) colaborar, quando solicitado, no estudo e aperfeigoamento dos servigos públicos estaduais e municipais, bem como das entidades paraestatais;
- r) organizar, anualmente, de acôrdo com as instruções do Presidente da República, a proposta orgamentária, a ser enviada por êste à Câmara dos Deputados;
- s) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade de suas instruções, a execução orçamentária.

Afora os órgãos mencionados acima, funcionam, junto ao D.A.S.P., conforme estabelecem as leis que os criaram, dois Conselhos: o de Administração do Material e o de Administração do Pessoal.

O primeiro, instituído pelo Decreto-lei n.º 5.715, de 31-7-43, tem por finalidade promover melhor coordenação e maior eficiência dos órgãos interessados na administração de material do serviço civil federal, e se compõe dos seguintes membros:

- a) o Diretor da Divisão do Material do D.A.S.P. que é o Presidente do Conselho;
- b) o Diretor Geral do Departamento Federal de Compras;
- c) um dos Diretores de Divisão do Departamento Federal de Compras, designado pelo Diretor Geral;
 - d) os Diretores das Divisões do Material dos Ministérios;
 - e) um representante do Instituto Nacional de Tecnologia;
 - f) um representante da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- O Conselho de Administração do Pessoal criado pelo Decreto-lei n.º 5.937, de 23-10-43, tem por finalidade promover melhor coordenação e maior eficiência dos órgãos interessados na administração do pessoal do serviço civil federal. Compõe-se êle:
- a) dos Diretores das Divisões de Orientação e Fiscalização, de Estudos, de Seleção e de Aperfeiçoamento, do D.A.S.P.;
 b) dos chefes ou diretores dos órgãos de pessoal civil dos Ministérios.
- O Presidente do Conselho é um dos seus membros, designado pelo Presidente do D.A.S.P.

VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	
consignação i — pessoal permanente		04 — Contratados 05 — Mensalistas 06 — Diaristas 08 — Novas admissões para aten-	1.041.600 3.811.200 367.200
01 Pessoal permanente	6.792.000	der ao desenvolvimento dos serviços	300.000
Total da Consignação I	6.792.000	Total da Consignação II	5.520.000

The state of the s		19 — Combustíveis; meterial de	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		lubrificação e limpeza de	
09 — Funções gratificadas	281.400	máquinas; material para con-	
12 — Gratificação por serviço		servação de instalações, de	
extraordinário	32.500	máquinas e de aparelhos;	
13 — Gratificação por trabalho		sobressalentes de máquinas	
técnico ou científico	15.000	e de viaturas; artigos de ilu- minação	40.000
	229 000	28 — Vestuários, uniformes e	
Total da Consignação III	328.900	equipamentos; artigos e	
THE THE PROPERTY OF THE PROPER		peças acessórias; roupa de	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		cama, mesa e banho; tecidos	100 000
22 — Ajuda de custo	100.000	e artefatos	100.000
23 — Diárias	. 100.000	Total da Consignação II	440.000
20			
Total da Consignação IV	200.000	CONSIGNAÇÃO III DIVERSAS	
		DESPESAS	
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS		29 — Acondicionamento e embala-	
COM PESSOAL		gem; armazenagem, carretos,	
05 Substituições	78.000	estivas e capatazias; trans-	
25 — Substituições	1,200	porte de encomendas, cargas	
26 — Diferença de vencimentos	1.200	e animais; alojamento e ali-	
27 — Outras despesas		mentação dêstes e de seus	
03 — Salário família	200.000	tratadores em viagem; se-	00 000
		guros de transporte	80.000
Total da Consignação V	279.200	30 — Água e artigos para limpeza	
		e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e	
Total da Verba 1	13.120.100	engomagem de roupas; taxas	100
Zotal da volou z viv,		de água, esgôto e lixo	120.000
		31 — Aluguel ou arrendamento de	
VERBA 2 — MATERIAL		imóveis; foros, seguros de	
		bens móveis e imóveis	460.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		32 — Assinatura de órgãos oficiais	10.000
PERMANENTE		33 - Assinatura de recortes de	
		publicações periódicas	12.000
03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re-		35 — Despesas miúdas de pronto	
vistas e outras publicações		pagamento	36.000
especializadas, destinadas a		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
biblioteca ou coleções	75.000	gás	40.000
13 - Móveis e artigos de orna-		38 — Publicações; serviços de im-	
, mentação; máquinas, apare-		pressão e de encadernação;	
lhos, e utensílios de escri-		clichês	30.000
tório, biblioteca, labora-		40 — Ligeiros reparos, adap-	
tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de		, tações, consertos e conservação de bens móveis e	
campo; aparelhos e utensí-		imóveis	
lios de copa, cozinha, refei-		01 — Adaptações, consertos	
tório, dormitório e enferma-		e conservação de bens	
ria; material de sericicul-		móveis	60.000
tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	250.000	02 — Ligeiros reparos, adap-	
tocolagons at boda		tações e conservação de bens imóveis	250.000
Total da Consignação I	325.000	de bens movers	
		Total da s/c 40	310.000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE			
CONSUMO		41 — Passagens, transporte de pes-	200,000
17 — Artigon de expediente dese		soal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele-	200.000
17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti-		gramas, radiogramas e porte	
gos escolares para distribui-		postal	120.000
ção; fichas e livros de escri-			
turação; impressos e mate-		Total da Consignação III	1.418.000
rial de classificação, inclu-		Trans de Vanhe 2	2.183.000
sive fichas bibliográficas e	300 000	Total da Verba 2	2.103.000
de referência	300.000		

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS		28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000
consignação i — diversos		trabalhos de reconhecido valor sôbre serviço público,	
02. — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal		mediante autorização do Presidente da República 44 — Custejo da "Revista do Ser-	35.000
01 — Seleção		viço Público", do Boletim do	
a) Despesas de qualquer na- tureza e proveniência com a realização de con- cursos e provas no Dis- trito Federal e nos Esta-		D.A.S.P. e publicação de trabalhos avulsos, de tradu- ções e de quaisquer obras que visem o aperfeiçoa-	
dos	1.000.000	mento do serviço público, compreendendo material.	
02 — Aperfeiçoamento e es- pecialização de pes-		impressão e colaboração	700.000
soal a) Despesas de qualquer na-		Total da Verba 3	2.915.000
tureza e proveniência com a manutenção de	82	VERBA 4 — EVENTUAIS	
cursos legalmente insti- tuídos e com outras mo-	**	CONSIGNAÇÃO 1 — DIVERSOS	
dalidades de aperfeiçoa- mento e especialização de pessoal	800.000	01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas	30.000
Total da s/c 02	1.800.000	Total da Verba 4	30.000
06 — Auxílios, contribuições e subvenções	*	RESUMO	
01 — Auxílios		Verba 1 — Pessoal	13.120.100
a) À Associação Brasileira		Verba 2 — Material	2.183,000 2.915,000
de Normas Técnicas, de		Verba 4 — Eventuais	30.000
acôrdo com o Decreto-lei	1		
n.º 7.103, de 30-11-944 16 — Exposições	100.000 250.000	Total	18.248.100

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA CR\$ 14.165.160,00

Criado pelo Decreto-lei n.º 1.915, de 27-12-39, teve seu regimento aprovado pelo Decreto n.º 5.077, de 29-12-39.

Subordina-se diretamente ao Presidente da República e se compõe, atualmente, dos se-

- a) Divisão de Divulgação;
- b) Divisão de Radiodifusão;
- c) Divisão de Cinema e Teatro;
- d) Divisão de Turismo;
- e) Divisão de Imprensa;
- f) Serviço de Administração.
- O Departamento de Imprensa e Propaganda tem por funções:
- a) coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna e externa e servir como órgão auxiliar de informações dos Ministérios e entidades públicas e privadas;
 - b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo;
 - c) fazer censura de teatro, cinema, esporte, radiodifusão e imprensa;
 - c) estimular a produção de filmes nacionais;
- e) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os poderes públicos, no sentido de maior aproximação da mesma com os fatos de interêsse nacional;
- f) colaborar com a imprensa estrangeira a fim de evitar infermações nocivas ao crédito e à cultura do país;
 - g) servir ao intercâmbio intelectual;
- h) organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística.

VERBA 1 — PESSOAL	consignação III — vantagens
CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMANENTE 01 — Pessoal permanente 808.800	69 — Funções gratificadas 66.00 12 — Gratificação por serviço extraordinário 25.00 14 — Gratificação de representação 57.60
Total da Consignação I 808.800 CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	19 — Auxílio para diferenças de caixa
05 — Mensalistas	CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES 22 — Ajuda de custo
Total da Consignação II 2.106.800	Total da Consignação IV 70.00

CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS		25 — Matérias primas e produtos	
COM PESSOAL		manufaturados ou semi-	
OF Cubatituições	25,000	manufaturados destinados a qualquer transformação	600.000
25 — Substituições	5.760		000.000
27 — Outras despesas		26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odon-	
03 — Salário-família	190.000	tológicos; adubos em geral e	
		corretivos; inseticidas e fun-	
Total da Consignação V	220.760	gicidas; artigos cirúrgicos e	
		outros de uso nos laborató-	
Total da Verba 1	3.356.160	rios em geral	90.000
		28 — Vestuários, uniformes e	
VERBA 2 — MATERIAL		equipamentos; artigos e	
V 22222 4 11222		peças acessórias; roupa de	
consignação i — material		cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	45.000
PERMANENTE		e arteratos	45.000
		Total da Consignação II	1.315.000
03 — Livros, fichas bibliográficas			
impressas, documentos, re- vistas e outras publicações		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
especializadas, destinadas a		DESPESAS	
biblioteca ou coleções %	50.000	00 4 11 1	
04 - Máquinas, motores, apare-		29 — Acondicionamento e embala-	
lhos, seus acessórios; mate-		gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-	
rial elétrico, de telefonia, de		porte de encomendas, cargas	
telegrafia, de televisão, de		e animais; alojamento e ali-	
refrigeração; material foto-		mentação dêstes e de seus	
gráfico, material cinemato-		tratadores em viagem; se-	
gráfico e de filmagem; ferra- mentas e utensílios	600.000	guros de transporte	50.000
09 — Material de ensino e edu-	000.000	30 — Água e artigos para limpeza	
cação; material artístico; in-		e desinfecção; serviços de	
sígnias e bandeiras; instru-		asseio e higiene; lavagem e	
mentos de música	. 60.000	engomagem de roupas; taxas	
13 - Móveis e artigos de orna-		de água, esgôto e lixo	60.000
mentação; máquinas, apare-		31 — Aluguel ou arrendamento de	
lhos, e utensílios de escri-		imóveis; foros, seguros de	
tório, biblioteca, labora-		bens móveis e imóveis	24.000
tório, gabinete científico ou		32 - Assinatura de órgãos oficiais.	2.000
técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí-		33 — Assinatura de recortes de	
lios de copa, cozinha, refei-		publicações periódicas	80.000
tório, dormitório e enferma-		35 — Despesas miúdas de pronto	
ria; material de sericicul-		pagamento	18.000
tura, indústria de fiação e		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
tecelagem de sêda :	200.000	gás	200.000
Total da Consignação I	010 000	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
Total da Consignação 1	910.000	consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
consignação ii — material		5	
DE CONSUMO		01 — Adaptações, consertos e conservação de bens	
177		móveis	102.000
17 — Artigos de expediente, dese-		02 — Ligeiros reparos, adap-	102.000
nho, ensino e educação; arti-		tações e conservação	9
gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-		de bens imóveis	48.000
turação; impressos e mate-		777 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	
rial de classificação, inclu-		Total da s/c 40	150.000
sive fichas bibliográficas e		41 — Passagens, transporte de pes-	
de referência	400.000	soal e de suas bagagens	80.000
19 — Combustíveis; material de		42 — Telefone, telefonemas, tele-	50.000
lubrificação e limpeza de		gramas, radiogramas e porte	
máquinas; material para con- servação de instalações, de		postal	720.000
máquinas e de aparelhos;			
sobressalentes de máquinas		Total da Consignação III	1.384.000
e de viaturas; artigos de ilu-		Total da Verba 2	3 600 000
minação	180.000		3.609.000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	RESUMO	
47 Propaganda e difusão cultural 7.200.000	Verba 1 — Pessoal	3.356.160 3.609.000 7.200.000
Total da Verba 3	Total	14.165.160

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CR\$ 19.137.600,00

Criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6-7-34, subordina-se diretamente ao Presidente da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, e da iniciativa particular, promover 9 fazer executar, ou orientar tècnicamente, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro.

O sistema de estatística obedece à orientação do Conselho Nacional de Estatística. O

geográfico, à orientação do Conselho Nacional de Geografia.

O sistema dos serviços censitários — de caráter transitório — compõe-se de órgãos deliberativos: a Comissão Censitária Nacional e Comissões Censitárias Regionais e Municipais; e de órgãos executivos, cujo conjunto é denominado Serviço Nacional de Recenseamento, com uma Direção Central, Delegacias Regionais, Secionais e Municipais, além de um Corpo de Recenseadores. Atualmente, acham-se em atividade apenas os órgãos centrais, porisso que estão em fase final de apuração os sete censos iniciados em setembro de 1940.

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS 06 — Auxílios, contribuições e subvenções 01 — Auxílios a) Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n.º 24.609, de 6	b) Ao Conselho Nacional de Geografia e Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica
de julho de 1934: a) Ao Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e res- pectivo Serviço Gráfico. 5.500.000	Verba 3 — Serviços e Encargos . 19.137.600 Total

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

CR\$ 1.834.340,00

Criado pelo Decreto n.º 24.429, de 20-6-34, subordina-se diretamente ao Presidente da República.

Até que se instale o Conselho da Economia Nacional, compete ao Conselho Federal de Comércio Exterior desempenhar as funções de coordenação e, fomento da produção nacional que, pela sua natureza especial, não sejam exercidas por outros órgãos do Govêrno.

Incumbe-lhe estudar a coordenação dos diferentes institutos e conselhos de produção já criados, bem como a criação de novos.

Cabe ainda ao Conselho, como órgão informativo do Presidente da República:

- a) dar parecer sôbre questões internas ou externas relacionadas com os interêsses econômicos do país;
- b) propor as medidas, de ordem nacional ou internacional, que lhe paregam suscetiveis de promover o desenvolvimento das exportações e da produção mais fâcilmente exportável;
- c) fornecer informações colhidas por meio de inquéritos e investigações junto às repartições federais, estaduais e municipais, assim como junto às associações de classe ou organizações particulares, pertinentes à economia nacional;
- d) por em contacto as associações, instituições, emprêsas ou firmas comerciais e industriais brasileiras com as estrangeiras, fornecendo-lhes informações e diretrizes para o estabelecimento de correntes diretas de intercâmbio mercantil;
- e) manter o Museu Comercial do Brasil e elaborar os projetos de participação da União e dos Estados em exposições e feiras estrangeiras, assim como os pianos de propaganda internacional dos produtos brasileiros;
- f) promover a publicação de um boletim de informações econômicas e do "Anuário Econômico do Brasil".

VERBA 1 — PESSOAL	consignação III — vantagens	
CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMA- NENTE	09 — Funções gratificadas	47.400
01 — Pessoal permanente 66.000	12 — Gratificação por serviço extraordinário	19.500
Total da Consignação I 66.000	14 — Gratificação de representação.	165.600
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	Total da Consignação III	232.500
04 — Contratados 148.800 05 — Mensalistas 724.200 06 — Diaristas 147.000	consignação iv — indenizações	
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos	22 — Ajuda de custo	12.500
serviços 42.800	23 Diárias	12.000
Total da Consignação II 1.062.800	Total da Consignação IV	24.500

CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
27 — Outras despesas 03 — Salário família	40.000	30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	
Total da Consignação V	40.000	asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	10.000
Total da Verba 1	1.425.800	32 — Assinatura de órgãos oficiais.	540
VERBA 2 — MATERIAL		33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	5.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE		35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	12.000
· 03 — Livros, fichas bibliográficas		37 — Iluminação, fôrça motriz e	12.000
impressas, documentos, re- vistas e outras publicações		38 — Publicações; serviços de im- pressão e de encadernação;	
especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	50.000	clichês	130.000
13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-		40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de		01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	20.000
campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma-		02 — Ligeiros reparos, adap- tações e conservação de bens imóveis	
ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e		Total da s/c 40	35.000
tecelagem de sêda	30.000		33.000
Total da Consignação I	80.000	41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	10.000
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL ; DE CONSUMO		42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte	22 000
17 - Artigos de expediente, dese-		Total da Consignação III	22.000
nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui-		•	230.340
ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-		Total da Verba 2	388.540
sive fichas bibliográficas e de referência	45.000	VERBA 4 — EVENTUAIS	
19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de		consignação i — diversos	
máquinas; material para con- servação de instalações, de máquinas e de aparelhos;		01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas	20.000
sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu-		Total da Verba 4	20.000
, minação	12.000	RESUMO	, 5
equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de		. Verba 1 — Pessoal	1.425.800
cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	15.000	Verba 2 — Material	388.540 20.000
Total da Consignação II	72.000	Total	1.834.340

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO CR\$ 676.600,00

Foi criado pelo Decreto-lei n.º 406, de 4-5-38, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, o qual foi, posteriormente, regulamentado pelo Decreto n.º 3.010, de 20-8-38, que em seu artigo 225 lhe cometeu, entre outras, as seguintes incumbências:

- a) estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia;
 - b) proceder a estudos de colonização geral;
- c) fomentar o estudo, nos Estados do Brasil, de tôdas as questões relativas à entrada, hospedagem, encaminhamento, localização, adaptação e assimilação do estrangeiro, organizando estatísticas, publicações e tôdas as fontes de informações que se fizerem necessarias ao desenvolvimento dessas atribuições.

Com a abertura das hostilidades, em 1939, muito se ressentiu a corrente imigratória para o Brasil, chegando mesmo quase a paralisar-se por completo. Contudo teve o Conselho de Imigração e Colonização suas atividades aumentadas no decurso do ano de 1943, em diversos sentidos.

A situação anormal que atravessa o mundo fer surgir numerosos casos complexos, para todos os serviços intimamente ligados ao registro e fiscalização de estrangeiros, casos esses que foram e continuam sendo canalizados, pelas respectivas autoridades, para este Conselho.

Na qualidade de órgão encarregado de solver dificuldades de interpretação e aplicação ia legislação sôbre estrangeiros e para dar andamento não só ao seu vultoso expediente relacionado com os requerimentos de retificação de menção de nacionalidade, embarque de menores, e outros, de natureza vária, como também ao número de consultas que diáriamente dão entrada na Secretaria, é indispensável da parte de seu pessoal, um esfôrço quase dobrado e, não raras vezes, vê-se o Conselho na necessidade de aumentar o número de suas reuniões, a fim de tomar conhecimento, em sessão, de casos urgentes e determinar medidas adequadas para sua pronta solução. Sôbre os vários assuntos tratados têm sido baixadas, em forma de resoluções e circulares, instruções a fim de uniformizar e orientar êsses serviços, tanto quanto possível, em todo o território nacional.

Como órgão de estudo e consulta em matéria de legislação sôbre estrangeiros e sôbre colonização, o Conselho de Imigração e Colonização está atualmente elaborando uma nova legislação no sentido de corrigir falhas que foram observadas na prática e procurando suprir omissões notadas, tendo em vista, com esse trabalho, alcançar major perfeição e rapidez em atender ao movimento imigratório que se iniciará no perfodo de após guerra.

O Conselho de Imigração e Colonização publica a "Revista de Imigração e Colonização", criada pelo artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto número 3.691, de 6-2-39.

Essa publicação destina-se a fomentar e divulgar todos os assuntos relativos à imigração e colonização, bem como orientar e incentivar as pesquisas desses estudos, de muita importância para o Brasil. ...

CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE CONSUMO	
04 — Contratados	33.600	17 Artigos de expediente, dese-	
05 — Mensalistas	84.600	nho, ensino e educação; arti-	
06 — Diaristas	17.100	gos escolares para distribui-	
08 — Novas admissões para aten-		ção; fichas e livros de escri-	
der ao desenvolvimento dos		turação; impressos e mate-	
serviços	12.000	rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e	
		de referência	12.000
Total da Consignação II	147.300	28 — Vestuários, uniformes e	12.000
		equipamentos; artigos e	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		peças acessórias; roupa de	
		cama, mesa e banho; tecidos	
09 — Funções gratificadas	21.600	e artefatos	4.000
12 — Gratificação por serviço			
extraordinário	13.000	Total da Consignação II	16.000
14 — Gratificação de representação.	. 100.800		
		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
Total da Consignação III	135.400	DESPESAS	
		20 16	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		30 — Água e artigos para limpeza	
,		e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e	
22 — Ajuda de custo	40.000	engomagem de roupas; taxas	•
23 — Diárias	40.000	de água, esgôto e lixo	2.400
20 Dianas	40.000	31 — Aluguel ou arrendamento de	2.400
Total da Consignação IV	80.000	imóveis; foros, seguros de	
3 312 21 1111		bens móveis e imóveis	72.000
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	
· CCM PESSOAL			300
OOM I DOOME		33 — Assinatura de recortes de	0.000
27 — Outras despesas		publicações periódicas	3.000
		35 — Despesas miúdas de pronto	
03 — Salário-família	12.000	pagamento	3.600
Total da Consignação V	10,000	37 — Iluminação, fôrça motriz e	
Total da Consignação V	12.000	gás	3.000
Total da Verba 1	374.700	38 — Publicações; serviços de im-	
		pressão e de encadernação;	
VERBA 2 — MATERIAL		clichês	5.000
VERDA 2 — MATERIAL		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
~		consertos e conservação de	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		bens móveis e imóveis	
PERMANENTE		01 Adaptações, consertos e conservação de bens	
03 — Livros, fichas bibliográficas		3	2 600
impressas, documentos, re-		móveis	3.600
vistas e outras publicações		41 — Passagens, transporte de pes-	
especializadas, destinadas a		soal e de suas bagagens	40.000
biblioteca ou coleções	10.000	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
13 — Móveis e artigos de orna-		gramas, radiogramas e porte	0.000
mentação; máquinas, apare-		postal	9.000
lhos, e utensílios de escri-		Total da Consignação III	141.900
tório, biblioteca, labora-			141.500
tório, gabinete científico ou		Total da Verba 2	182.900
técnico e para trabalhos de			· ·
campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei-			
mos de copa, cozilila, reiel-		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
tório, dormitório o enforme		ENCARGOS	
tório, dormitório e enferma-			
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-		CONSIGNACIO 4	
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e	15 000	CONSIGNAÇÃO ≠ — DIVERSOS	
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e . tecelagem de sêda	15.000		
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e	15.000	CONSIGNAÇÃO — DIVERSOS 12 — Diligências, investigações, serviços de caráter secreto ou	

28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000	RESUMO	
45 — Custeio da "Revista de Imi-	30.000	Verba 1 — Pessoal	374.700
gração e Colonização'', com- preendendo material, im- pressão, colaboração e tradu-		Verba 2 — Material	182.900
ções	64.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	119.000
Total da Verba 3	119.000	Total	676.600

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA — CR\$ 1.520.600,00

Criado pelo Decreto-lei n.º 1.285, de 18-5-39, subordina-se diretamente ao Presidente da República e se compõe, atualmente, de:

- a) Divisão Técnica;
- b) Consultoria Jurídica;
- c) Secção de Contabilidade;
- d) Secção de Comunicações e Documentação.

O campo de ação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica compreende:

- a) o exame das questões relativas ao racional aproveitamento hidráulico do país;
- b) o estudo dos assuntos pertinentes à indústria da energia elétrica e sua exploração;
- c) a resolução, em grau de recurso, das questões suscitadas entre a administração, os contratantes ou concessionários de serviços públicos, e os consumidores.

Embora seja o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica um órgão sediado na capital da República, e sem nenhum desdobramento ou ramificação em qualquer Estado, o seu campo de ação se estende por todo o território nacional; para isso, tem assegurada por leis a colaboração da Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, como seu órgão informativo (art. 12 do Decreto-lei n.º 1.699, de 24-10-39) e, também, a de repartições federais, estaduais e municipais, que exerçam atividades relacionadas com as suas, de acôrdo com o previsto no Decreto-lei n.º 5.287, de 26-2-43.

VERBA 1 — PESSOAL		consignação III — vantagens	
CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMA- NENTE	,	09 — Funções gratificadas 12 — Gratificação por serviço	22.800
01 — Pessoal permanente	259.200	extraordinário	6.500 143.200
Total da Consignação I	259.200	Total da Consignação III CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	172.500
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO · *		22 — Ajuda de custo	12.500 18.000
04 — Contratados,	040 000	Total da Consignação IV	30.500
05 — Mensalistas	318.000 333.600	CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	
06 — Diaristas	29.700	25 — Substituições	2.400
der ao desenvolvimento dos serviços	23.200	03 — Salário-família Total da Consignação V	15.000
Total da Consignação II	704.500	Total da Verba 1	1.184.100

VERBA 2 — MATERIAL	, 28	- Vestuários, uniformes e	
127127		equipamentos; artigos e	
		peças acessórias; roupa de	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		cama, mesa e banho; tecidos	
PERMANENTE		e artefatos	5.000
02 — Automóveis de passageiros;		The total of Considering II	39.300
auto-caminhões, caminhone-		Total da Consignação II	39.300
tes, ônibus e auto-bombas;		CONSIGNAÇÃO, III - DIVERSAS	
material ferroviário de tra-		DESPESAS	
cão e de transporte; tratores;		DIST LONG	
equipamentos mecânicos	30	- Água e artigos para limpeza	
para estradas de rodagem;		e desinfecção; serviços de	
material para extinção de in-		asseio e higiene; lavagem e	
cêndio; aviões e acessórios;		engomagem de roupas; taxas	
embarcações, material flu-		de água, esgôto e lixo	7.000
tuante e de dragagem; outras	31	- Aluguel ou arrendamento de	
viaturas		imóveis; foros, seguros de	•
01 — Automóveis de passa-		bens móveis e imóveis	100.500
geiros, 55		- Assinatura de órgãos oficiais	800
03 — Livros, fichas bibliográficas	33	Assinatura de recortes de	2.00
impressas, documentos, re-		publicações periódicas	2.400
vistas e outras publicações	35	— Despesas miúdas de pronto	
especializadas, destinadas a		pagamento	4.000
biblioteca ou coleções 12	.000 37	- Iluminação, fôrça motriz e	6 500
04 — Máquinas, motores, apare-		gás	6.500
lhos, seus acessórios; mate-	38	- Publicações; serviços de im-	
rial elétrico, de telefonia, de		pressão e de encadernação;	18.000
telegrafia, de televisão, de	40	clichês	10.000
refrigeração; material foto-	40	Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de	
gráfico, material cinemato-		bens móveis e imóveis	
gráfico e de filmagem; ferra-	6.000	01 - Adaptações, consertos	
	.000	e conservação de bens	
13 — Móveis e artigos de orna-		móveis	8.000
mentação; máquinas, apare-		02 — Ligeiros reparos, adap-	
lhos, e utensílios de escri-		tações e conservação	
tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou		de bens imóveis	2.000
técnico e para trabalhos de	}		
campo; aparelhos e utensí-		Total da s/c 40	10.000
lios de copa, cozinha, refei-			
tório, dormitório e enferma-	41	- Passagens, transporte de pes-	00.000
ria; material de sericicul-		soal e de suas bagagens	20.000
tura, indústria de fiação e	42	— Telefone, telefonemas, tele-	
tecelagem de sêda 30	0.000	gramas, radiogramas e porte	F 000
		postal	5.000
Total da Consignação I 103	.000	man and on the same and	174.200
		Tôtal da Consignação III	174.200
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE		Total da Verba 2	316.500
CONSUMO	i	Iotal da Verba 2	
		VERBA 4 — EVENTUAIS	
17 — Artigos de expediente, dese-		72.2.	
nho, ensino e educação; arti-		CONSIGNAÇÃO 1 — DIVERSOS	
gos escolares para distribui-			
ção; fichas e livros de escri-	01	- Despesas imprevistas não	
turação; impressos e mate-		constantes das tabelas	20.000
rial de classificação, inclu-			
sive fichas bibliográficas e	000	Total da Verba 4	20.000
	0.000		
19 — Combustíveis; material, de		RESUMO	
lubrificação e limpeza de		1 1 Present	1.184.100
máquinas; material para con-		erba 1 — Pessoalerba 2 — Material	316.500
servação de instalações, de máquinas e de aparelhos;		erba 4 — Eventuais	20.000
sobressalentes de máquinas	V	CIDA 4 - Dienetals	
e de viaturas; artigos de ilu-		Total	1.520.600
	1.300		

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

CR\$ 50.021.000,00

Criado pelo Decreto-lei n.º 395, de 29-4-38, subordina-se diretamente ao Presidente da República.

Tem como principais atribuições:

- a) autorizar, regular e controlar o abastecimento nacional do petróleo;
- b) processar os pedidos de autorização de pesquisas e lavra de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e piro-betuminosas;
- c) fiscalizar as operações das destilarias nacionais; manter um serviço estatístico;
 d) pesquisar, lavrar e refinar petróleo; preparar a distribuição da cota arrecadada do Impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais e fiscalizar o seu emprêgo.

O programa de trabalho para 1945 compreende:

- a) manutenção e ampliação da exploração de jazidas petrolíferas e beneficiamento de seu produto no território nacional;
 - b) prosseguimento dos serviços de pesquisa de petróleo e gás natural;
- c) trabalhos nos poços produtores de petróleo ou gás natural que venham a ser completados com sucesso;
 - d) trabalhos de destilaria e outros que se tornem necessários;
 - e) estudos de geologia e pesquisas geofísicas;
- f) conservação e prosseguimento dos serviços de estatística e de fiscalização do abastecimento nacional do petróleo.

VERBA 1 — PESSOAL CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMANENTE		VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
01 — Pessoal permanente	186.000	50 — Serviço de sondagem	
Total da Consignação I	186.000	a) Para despesas de qual- quer natureza com os serviços gerais de sonda-	2
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		gem, inclusive para	
14 — Gratificação de representação.	72.000	ocorrer às de que trata o Decreto-lei n.º 1.143,	
Total da Consignação III	72.000	de 9-3-939	49.760.000
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM FESSOAL		Total da Verba 3	49.760.000
27 — Outras despesas		RESUMO	
03 — Salário-família	3.000	Verba 1 — Pessoal	261.000
Total da Consignação V	3.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	49.760.000
Total da Verba 1	261.000	Total	50.021.000

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL CR\$ 514.440,00

Foi instituído pelo Decreto n.º 17.999, de 29-11-27, e organizado pelo Decreto n.º 23.873, de 15-2-34, sob a denominação de Conselho da Defesa Nacional.

O Decreto n.º 7, de 3-8-34, modifica a denominação do Conselho da Defesa Nacional e de seus órgãos componentes. E o Decreto n.º 991, de 27-7-36, organiza a Comissão de Estudos de Segurança Nacional.

O Decreto-lei n.º 5.163, de 31-12-42, dispõe sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo Presidente da República e constituído pelos Ministros de Estado e pelos Chefes dos Estados Maiores do Exército, Armada e Aeronáutica, tendo por objetivo precípuo o estudo de tôdas as questões relativas à segurança nacional.

Além do Conselho Pleno, são órgãos componentes do Conselho de Segurança Nacional: a Secretaria Geral, a Comissão de Estudos e a Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa das Fronteiras. As Seções de Segurança Nacional dos Ministérios civis são têcnicamente subordinadas ao Conselho. Pelo Decreto-lei n.º 6.746, de 8-5-44, passou a integrá-lo a Comissão de Planejamento Econômico, que se acha em organização.

VERBA 1 — PESSOAL CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	
EXTRANUMERÁRIO		tório, biblioteca, labora-	
05 — Mensalistas	129.000 37.200	tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí-	
Total da Consignação II	166.200	lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e	
14 Gratificação de representação	84.000	tecelagem de sêda	16.500
Total da Consignação III	84.000	Total da Consignação I	31.500
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		consignação 11 — material de consumo	
27 — Outras despesas . 03 — Salário-família	12.000	17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui-	
Total da Consignação V	12.000	ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	
Total da Verba 1	262.200	rial de classificação, inclu- sive fichas, bibliográficas e	
VERBA 2 — MATERIAL.		de referência	23.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE		28 — Veatuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de	
03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re-		cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	3.500
vistas e outras publicações especializadas, destinadas a		Total da Consignação II	26.500
biblioteca ou coleções	15.000		

CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS
32 — Assinatura de órgãos oficiais 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 1 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS 12 — Diligências, investigações, 440 serviços de caráter secreto ou reservado 200 a) Para quaisquer despesas reservadas, deligências, investigações e sindicân- cias
imóveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens , móveis	RESUMO
gramas, recrogramas e porce	Verba 1 — Pessoal
Total da Consignação III 44.	240 Verba 3 — Serviços e Encargos 150.000
Total da Verba 2 102.	240 Total 514.440

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA CR\$ 10.288.500.00

Criada pelo Decreto-lei n.º 4.750, de 28-9-42, é um órgão destinado a atender à situação de guerra, subordinado diretamente ao Presidente da República e se compõe, atualmente, das seguintes dependências: Gabinete do Coordenador, Assistentes Especiais, Setores, Contrôles, Serviços e Comissões.

São atribuições da Coordenação da Mobilização Econômica:

- a) orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, com a máxima eficiência, os materiais e produtos mais necessários e urgentes;
 - b) controlar, através da Carteira de Exportação e Importação, do Banco do Brasil, a importação e a exportação de matérias primas, produtos semi-manufaturados e manufaturados, atendendo às conveniências e necessidades das fôrças armadas, do serviço público e do povo;
 - c) coordenar os transportes no território nacional e para o exterior;
 - d) planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia;
 - e) intervir no mercado de trabalho, determinando a utilização da mão de obra, no tempo e lugar próprios;
 - f) investigar o custo, os preços e os lucros das mercadorias, materiais e serviços;
 - g) fixar os prêços máximos, mínimos e básicos, ou os limites de prêço pelos quais as mercadorias ou materiais devam ser vendidos, ou os serviços devam ser cobrados;
 - h) proibir a compra, venda ou fornecimento em base diferente da dos prêços fixados;
 - i) determinar as condições de venda de mercadorias;
 - j) exigir dos produtores, fabricantes e demais negociantes e fornecedores de mercadorias, as licenças que se fizerem necessárias;
 - fixar ou limitar a quantidade de qualquer mercadoria a ser vendida, fornecida ou distribuída ao consumo público, bem como dos serviços a serem prestados;
 - m) levantar e coordenar dados estatísticos relativos a prêços, custos e estoques de mercadorias:
 - n) estudar e propor qualquer medida tendente a assegurar a defesa da economia da Nação.
 - E ainda, de acôrdo com a prévia autorização do Presidente da República, tem as seguintes atribuições :
 - a) baixar normas para o exercício das atividades da administração pública ou das entidades privadas, assumindo a direção destas, quando necessário;
 - b) promover a aquisição, empréstimo ou locação de materiais e equipamentos necessários à instalação de novas indústrias ou à manutenção e expansão das atuais;
 - c) requisitar mercadorias ou serviços, premovendo a distribuição daquelas pelos centros de consumo ou retendo-as para formação de estoque;
 - d) promover a mais estreita colaboração entre os órgãos da administração pública, inclusive paraestatais e autárquicos, federais, estaduais e municipais, bem como desses com as organizações privadas;
 - e) executar todos os atos necessários e próprios à salvaguarda do interêsse popular e so major rendimento das utilidades e recursos econômicos.

VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
~		, DESPESAS	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		30 — Agua e artigos para limpeza	
14 — Gratificação de representação	36.000	e desinfecção; serviços de	
17 — Gratificação de representa-		asseio e higiene; lavagem e	
ção de Gabinete	300.000	engomagem de roupas; taxas	400.000
Total da Consignação III	336.000	de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de	
consignação iv — indenizações		bens móveis e imóveis 32 — Assinatura de órgãos oficiais	1.500.000
22 — Ajuda de custo	30.000	33 — Assinatura de recortes de	
23 — Diárias	70.000	publicações periódicas; 37 — Iluminação, fôrça motriz e	
Total da Consignação IV	. 100.000	gás	
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		soal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte	250.000
27 Outros James		postal	90.000
27 — Outras despesas	6 000 000	Total da Consignação III	2.032.500
04 — Outras despesas	6.000.000	Total da Verba 2	2.282.500
Total da Consignação V	6.000.000	VERBA 3 — SERVICOS E	
Total da Verba 1	6.436.000	ENCARGOS E	
VERBA 2 — MATERIAL		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO		53 — Instalação e manutenção de Setores, Serviços e Contrôles	1.500.000
17 - Artigos de expediente, dese-		Total da Verba 3	1.500.000
nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui-		VERBA 4 — EVENTUAIS	
ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-		consignação i — diversos	
rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e de referência	200.000	01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas	70.000
19 — Combustíveis; material de		Total da Verba 4	70.000
lubrificação e limpeza de máquinas; material para con- servação de instalações, de		RESUMO	
máquinas e de aparelhos:		Verba 1 — Pessoal	6.436.000
sobressalentes de máquinas		Verba 2 - Material	2.282.500
e de viaturas; artigos de ilu- minação	50.000	Verba 3 — Servicos e Encargos	1.500.000
	50.000	Verba 4 — Eventuais	.70.000
Total da Consignação II	250.000	Total	10.288.500

COMISSÃO CENTRAL DE REQUISIÇÕES CR\$ 342.100,00

Criada pelo Decreto-lei n.º 4.812, de 8-10-42, é um orgão destinado a atender a problemas decorrentes da situação de guerra e subordina-se diretamente ao Presidente da República.

Tem por finalidade a orientação e a fiscalização da prática de requisições de bens móveis e de serviços pessoais, assim como a fiscalização da ocupação temporária da propriedade particular, sempre que isso for necessário à defesa ou à segurança do Estado.

A Comissão Central de Requisições estão têcnicamente subordinadas as Comissões e as Subcomissões de Avaliação de Requisições. A organização das Comissões foi deixada a cargo dos Ministros de Estado aos quais, por lei, tenha sido especificamente atribuído o direito de requisição. A organização das Subcomissões, destinadas a funcionar nos Municípios dos Estados e dos Territórios, cabe à Comissão Central de Requisições.

A orientação que a Comissão Central de Requisições deve exercer, em relação às requisições, é feita através da sua função de elaborar instruções para o funcionamento das Comissões e das Subcomissões de Avaliação de Requisições. A fiscalização se processa principalmente através da obrigação que tem a Comissão Central de escriturar todas as requisições feitas.

VERBA 1 — PESSOAL	. '*	VERBA 2 — MATERIAL	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE	
05 — Mensalistas	87.600	03 — Livros, fichas bibliográficas	
Total da Consignação II	87.600	impressas, documentos, re-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		vistas e outras publicações especializadas, destinadas a	
09 — Funções gratificadas	84.000	bibloteca ou coleções	3.000
Total da Consignação III	84.000	13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		lhos, e utensílios de escri-	
22 — Ajuda de custo	20.000	tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou	
Total da Consignação IV	38.000	técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí-	
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	•	lics de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma-	
27 — Outras despesas 03 — Salário-família	8.000	ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e	
Total da Consignação V	. 8.000	. tecelagem de sêda	20.000
Total da Verba 1	217.600	Total da Consignação I	23.000

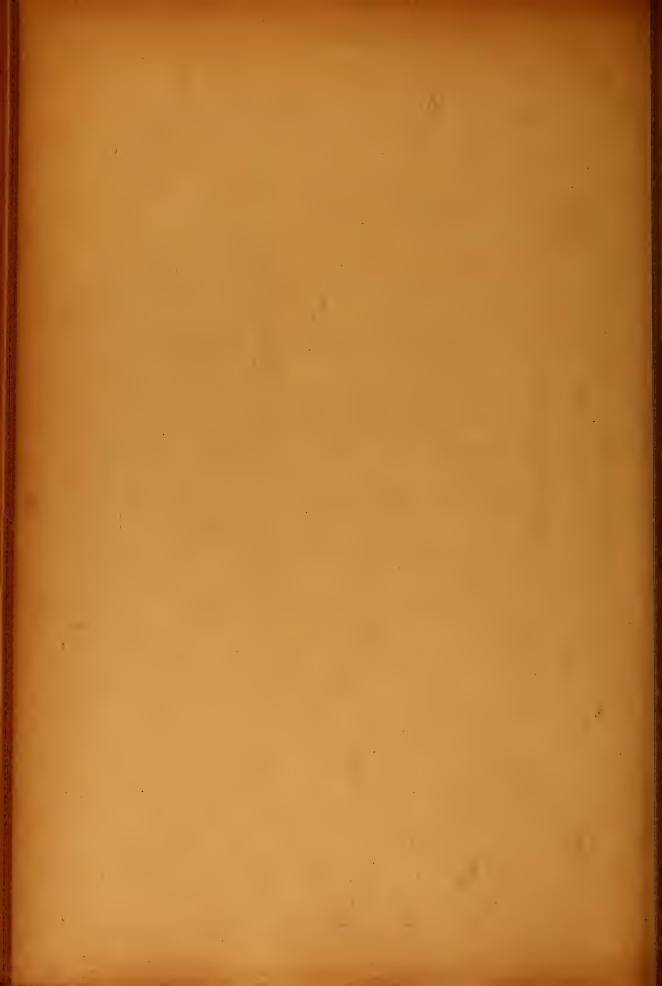
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL	35 — Despesas miúdas de pronto
DE CONSUMO	pagamento 6.000
	40 — Ligeiros reparos, adaptações,
17 Artigos de expediente, dese-	consertos e conservação de
nho, ensino e educação; arti-	bens móveis e imóveis
gos escolares para distribui-	01 — Adaptações, consertos
ção; fichas e livros de escri-	e conservação de bens
turação; impressos e mate-	móveis 5.000
rial de classificação, inclu-	
sive fichas bibliográficas e	41 — Passagens, transporte de pes-
	000 soal e de suas bagagens 20 000
19 — Combustíveis; material de	42 — Telefone, telefonemas, tele-
lubrificação e limpeza de	gramas, radiogramas e porte
máquinas; material para con-	postal 5.000
servação de instalações, de	
máquinas e de aparelhos;	Total da Consignação III 41.500
sobressalentes de máquinas	
e de viaturas; artigos de ilu-	Total da Verba 2 109.500
	000
28 Vestuários, uniformes e	VERBA 3 — SERVICOS E
equipamentos; artigos e	ENCARGOS
peças acessórias; roupa de	
cama, mesa e banho; tecidos	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS
e artefatos 5.	000
	28 — Recepções, excursões, hospe-
Total da Consignação II 45.	000 dagens e homenagens 15.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	Total da Verba 3
DESPESAS	
	DECUMO
30 — Água e artigos para limpeza	RESUMO
e desinfecção; serviços de	Vosho 1 Daniel
asseio e higiene; lavagem e	Verba 1 — Pessoal
engomagem de roupas; taxas	Verba 2 — Material 109.500
de água, esgôto e lixo 3.	000 Verba 3 — Serviços e Encargos 15.000
32 — Assinatura de órgãos oficiais	500
33 — Assinatura de recortes de	Total 342.100
publicações periódicas 2.	000

1 — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
CONSIGNAÇÃO I — Obras	
01 — ESTUDOS E PROJETOS; OBRAS A SEREM INICIADAS NO EXERCÍCIO E SUA FISCALIZAÇÃO	
01 — Estudos e projetos	
10 — Divisão de Edifícios Públicos	200.000
TOTAL GERAL	200,000

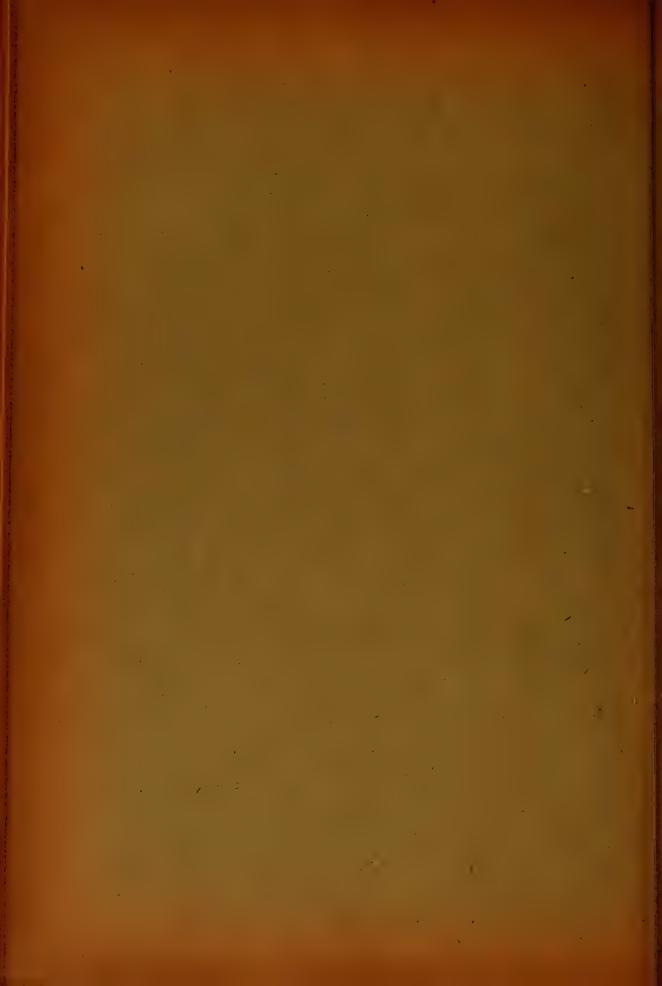
2 — CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
CONSIGNAÇÃO 111 — Disponibilidades	
05 — DOTAÇÃO DESTINADA ÀS DESPESAS DECORRENTES DE PROJETOS NOVOS OU ALTERAÇÃO DE PROJETOS, OBRAS A SEREM INICIADAS OU EM PROSSEGUIMENTO, EQUIPAMENTOS DIVERSOS, DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, SEGUNDO AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	15.000.000
TOTAL GERAL	15.000.000



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA E ÓRGÃOS SUBORDINADOS

QUADROS INFORMATIVOS COMPLEMENTARES



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Pessoal Permanente

		11
ubsidio do Presidente		40.000,00
Pargos Ocupados		73.200,00
DOTAÇÃO FIXADA		313.200,00
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	DO SERVIÇO PÚBLICO	
Pessoal Permanen		
		687,800,00
Cargos Ocupados		04.200,00
DOTAÇÃO FIXADA		92.000,00
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA	A E PROPAGANDA	
Pessoal Permanen	te	
Cargos Ocupados		808.800,00
CONSELHO FEDERAL DE COM	ÉRCIO EXTERIOR	
Pessoal Permanen		
		66,000,00
Cargos Ocupados		
CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS I	E ENERGIA ELÉTRICA	
Pessoal Permanen	ite e e	
Cargos Ocupados		259.200,00
CONSELHO NACIONAL DI	E PETRÓLEO	
Pessoal Permaner	ite .	
		185.000,00

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA VERBA 1 — CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA	04 CONTRATADOS Cr\$	05 MENSALISTAS Cr\$	06 DIARISTAS Cr\$	08 Novas Admissões Cr\$	TOTAIS Cr\$
Presidência da República		-	183.900	21.100	205.06
Departamento Administrativo do Serviço Público	1.041.600	3.811.200	367.200	300.000	5.520.00
Departamento de Imprensa e Propaganda	- Mirrora	1.626.000-	394.800	86.000	2.106.80
Comissão Central de Requisições		87.600		_	87.60
Conselho de Segurança Nacional					
Comissão Especial de Faixa de Fronteiras.	-	129.000	37,200		166.20
Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.	318.000	333.600	29.700	23.200	704.50
Conselho de Imigração e Colonização	33.600	: 84.600	17.100	12.000	147.30
Conselho Federal de Comércio Exterior	148.800	724.200	147.000	42.800	1.062.80
TOTAIS	1.542.000	6.796.200	1.176.900	485.100	10.000.20

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — funções gratificadas		
Decreto-lei n.		
5 083 (12-12-1942)		
Secretário do Presidente (1)	6.600	6.600
Auxiliar do Presidente (2)	5.400	10.800
Chefe de Secção (23)	6.600	151.800
Diretor da Revista (1)	6,600	6,600
Chefe da Secretaria dos Cursos de Aperfeiçoamento (1)	6,600	6,600
Secretário de Diretor de Divisão (6)	5.400	32.400
Chefe de Secção (7)	5.400	37.800
Chefe-de Biblioteca (1)	5.400	5.400
Secretário de Diretor de Serviço (3)	4.200	12,600
Secretário do Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento (1)	4.200	4.200
Secretário do Conselho Deliberativo (1)	5.400	5.400
Para atender a alteração prevista durante o exercicio	3.400	1.200
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III.		281.400

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

	PARGIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — FUNÇÕES GRATIFICADAS		
Decreto-lei n.		
2 355 (1-7-1940)	I	
Secretário de Câmara (3)	4.200	12.600
Secretário da Junta de Coordenação (1)	A	4.200
Secretário do Conselho Pleno (1)		4.200
Secretário do Diretor da Secretaria (1)	1	6.600
Chefe do Secção (3)		19.800
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		47.400

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		,
09 — funções gratificadas		
Decretos-leis números:		
1 915 (27-12-1939)		
2 425 (18- 7-1940)		
3 679 (2-10-1941)		
Secretário do Diretor Geral (1)	6.600	6.600
Secretário de Diretor de Divisão (4)	5.400	21.600
Chefe de Secção (7)	5.400	57.800
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		66.000
TOTAL DIE CONTROLLY IN THE CONTROL	1	

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
. CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		The second second second
— punções gratificadas		
Decretos-lei números:		
1 699 (24–10–1939)		
3 111 (12- 3-1941)		
Secretário da Presidência (1)	6.600	6,600
Chefe de Secção (3)	5.400	16.200
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		22.800

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
10.800	10.800
5.400	10.800
	21.600
	Cr\$

COMISSÃO CENTRAL DE REQUISIÇÕES

	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$	
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens			
- FUNÇÕES GRATIFICADAS			
Decreto-lei n.			
5 717 (31-7-1943)			
Diretor da Divisão Técnica (1)	10.800	10.800	
Diretor da Divisão de Processos (1)	10.800	10.800	
Diretor do Serviço de Administração (1)	7.800	7.800	
Secretário do Presidente (1)	5.400	5.400	
Chefe da Secção de Controle das Requisições (1)	5,400		
Chefe da Secção de Orientação des Comissãos - Sul		5.400	
(4)	5.400	5.40Q ¹⁰	
Chefe de Secção de Estudos das Coisas Requisitáveis (1)	5.400	. 5.400	
Chefe da Secção de Jurisprudência e Publicação (1)	. 5.400	5.400	
Chefe da Secção de Redação e do Expediente (1)	5.400	5.400	
Chefe da Secção de Preparo de Processos e Diligências (1)	5.400	5.400	
Chefe da Secção de Comunicações (1)	4.200	4.200	
Chefe da Secção de Mécanografia (1)	4.200	4.200	
Chefe da Secção de Pessoal e Material (1)		4.200	
Chefe de Arquivo (1).	4.200	4.200	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III		84.000	

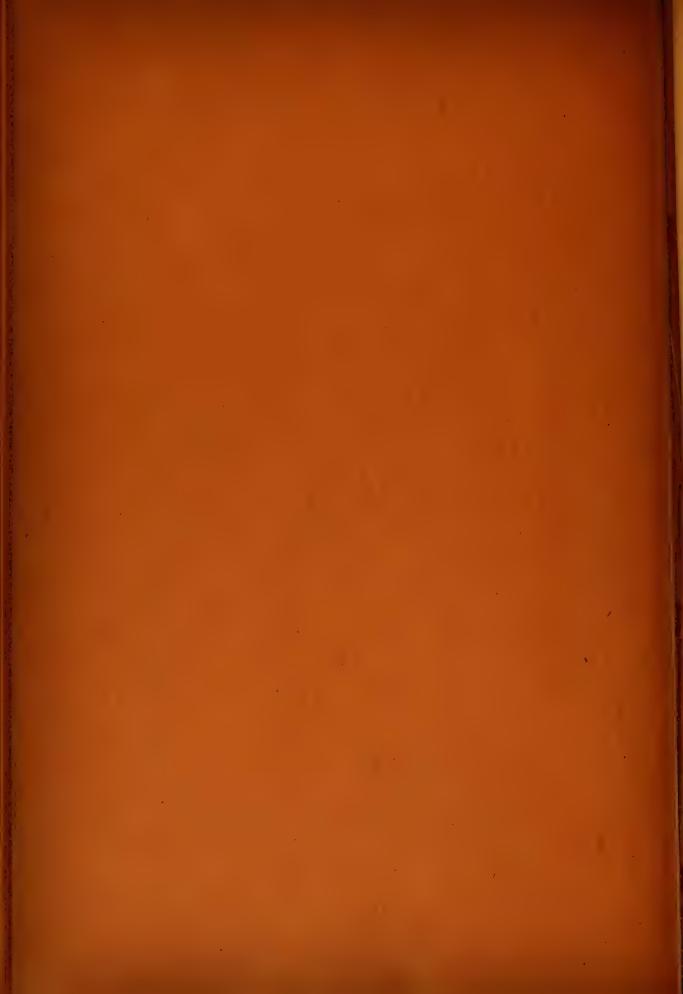


MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

1945 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO — BRASIL



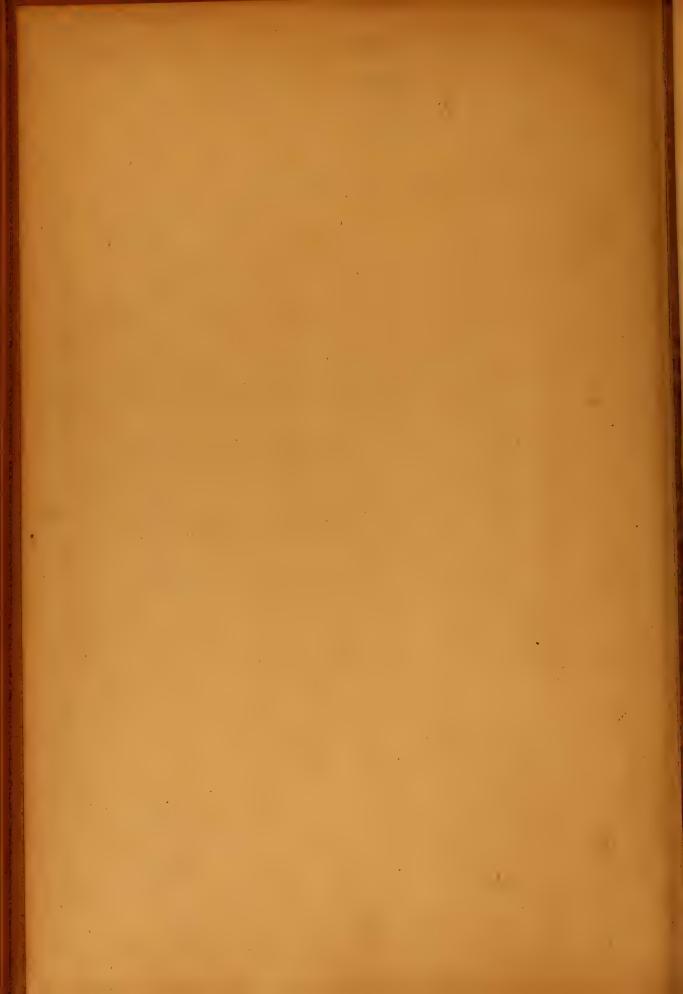


MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- ANTECEDENTES DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS
 - 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
 - 2. SUGESTÕES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.
 - 3. DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29-12-43, INSTITUINDO O PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS.
- ORÇAMENTO DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA 1945

DECRETO-LEI N.º 7.213, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944.



ANTECEDENTES DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

- 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
- 2. SUGESTÕES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.
- 3. DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29-12-43, INSTITUINDO O PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DA FAZENDA

- N. 2.733 Excelentíssimo Senhor Presidente da República.
- 1. Na conformidade das instruções que me foram transmitidas por Vossa Excelência no sentido de proceder êste Ministério aos necessários estudos para a instituição de um novo "Plano de Obras", para vigorar por cinco exercícios, a partir de 1944, incumbi dessa importante tarefa a Comissão de Orçamento, que se houve da melhor forma no desempenho dela, apresentando-me, agora, o resultado de seus trabalhos, consubstanciado no relatório anexo, que justifica, plenamente, os inclusos projetos de decretos-leis, elaborados pelo referido órgão e revistos por esta Secretaria de Estado.
- 2. A experiência demonstrou que o sistema estabelecido pelo "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", a extinguir-se em 31 do mês corrente, deve continuar a ser aplicado, embora com algumas modificações, aconselhadas pela prática.
- 3. As quantias previstas no Plano para as indústrias básicas e as obras públicas de caráter civil poderão, juntamente com as dotações da verba 5—"Obras", do Orçamento Ordinário, constituir orçamento especial, paralelo ao Orçamento Geral, enquanto que as despesas relacionadas com o aparelhamento da defesa poderão ser atendidas mediante créditos extraordinários ou especiais.
- 4. As vantagens de um orçamento especial para obras públicas poderão, em resumo, ser assim enumeradas, como ressaltou o referido órgão dêste Ministério:
- a) as obras públicas civis gozariam de regime contábil uniforme e mais compatível com as despesas dêsse gênero;

- b) as obras públicas ficariam enquadradas em regime contábil especial até que estudos posteriores indicassem regime próprio e definitivo;
- c) evitar-se-ia que o respeito a uma falsa anualidade orçamentária concorresse para conservar certas obras públicas sob métodos de realização opostos às exigências da técnica de construção;
- d) como as obras públicas constituem inversões de capital, que materialmente enriquecem o patrimônio público, e muitas delas são de caráter reprodutivo, sua realização pode, em parte, ser custeada por meio de operações de crédito, quando as receitas atribuídas ao Plano não forem suficientes para seu financiamento;
- e) a exclusão das obras públicas do Orçamento Geral proporcionaria um razoável e imediato equilíbrio entre as rendas normais e as despesas de custeio da administração do Estado; e
- f) tornar-se-ia possível o que me parece de alta relevância — a elaboração de um só plano nacional para as obras civis federais, em vez de planos parciais e dispersos.
- 5. As receitas atribuídas ao Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, ora em seu último ano de vigência, montam a Cr\$ 600.000.000,00 anuais. Para fazer face às despesas do novo plano de obras e equipamentos, ter-se-á, evidentemente, de contar com recursos provenientes de operações de crédito. Todavia, a arrecadação daquelas receitas vem atingindo quantias superiores à cota anual estabelecida em 1939, ao ser instituído o Plano. Contando-se, pois, com essas obras, com os

- 6. Isto pôsto, poderá o Govêrno:
- a) admitir a existência de um plano geral de obras públicas e equipamentos, de duração qüinqüenal, com a despesa total de Cr\$ 5.000.000.000,00;
- b) determinar que no Orçamento Geral as despesas de custeio da Administração, excluídas as obras públicas, se realizem dentro dos limites da receita normal, o que, desde já, isto é, para 1944, é perfeitamente realizável;
- c) atender às despesas de caráter militar atinentes a operações de guerra por meio de créditos extraordinários, enquanto durar o conflito em que o País se empenha; e
- d) estabelecer para o novo plano quinquenal normas excepcionais de distribuição, aplicação e contrôle dos créditos, semelhantes às admitidas no Plano que se vai extinguir, com as modificações que a experiência veio aconselhar.
- 7. As receitas necessárias à cobertura das dotações serão as atualmente atribuídas ao Plano Especial em extinção, acrescidas dos saldos eventuais do orçamento ordinário, dividendos de capitais da União classificados na renda patrimonial e, tanto quanto preciso, do produto de operações de crédito, além de outras receitas que, eventualmente, venham ser atribuídas ao "Plano".
- 8. Dêsse modo, o financiamento do Plano de Obras e Equipamentos será estudado em conjunto com o orçamento ordinário, ambos sob a orientação da Comissão de Orçamento. O plano sugerido tem caráter de continuidade, mas não pretere as demais atividades do Estado. O esquema da distribuição das suas receitas e despesas é o seguinte:

- 1) As receitas do Plano Especial instituído pelo Decreto-lei n.º 1.058, de 19 de janeiro de 1939, serão transferidas ao novo Plano de Obras e Equipamentos.
- 2) As despesas do Plano Especial passarão a ser autorizadas:
- a) pelo plano ora sugerido as destinadas a obras, edifícios civis e criação de indústrias básicas;
- b) por créditos extraordinários ou especiais as dotações anteriormente destinadas aos ministérios militares e ao Ministério da Fazenda para aquisição de material bélico e aparelhamento e de defesa;
- 3) As despesas que constituíam a Verba 5 Obras, do Orçamento Geral da União, serão transferidas para o novo plano e ali discriminadas de acôrdo com os projetos e programas prèviamente aprovados;
- 4) Além dos créditos discriminados, haverá, para os órgãos que eram contemplados pelo antigo Plano Especial, uma dotação global destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alterações de projetos, obras a serem iniciadas, de prosseguimento de obras, equipamentos, segundo programa que no decorrer do exercício forem prèviamente aprovados por Vossa Excelência.
- 9. As inovações introduzidas no novo "Plano" podem ser assim resumidas:
- a) a aplicação dos recursos se fará sob a forma de orçamento especial, obedecidas as tabelas discriminativas;
- b) os créditos a aplicar serão distribuídos pelo Tribunal de Contas às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas por êste Ministério;
- c) quando forem celebrados, para a realização de despesas do "Plano", contratos ou ajustes de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00, ficarão tais atos sujeitos ao registo prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor, achando-se ainda prevista a hipótese de recusa de registo e a forma por que será examinada a execução dos contratos e ajustes; e

d) O Tribunal de Contas, procederá, também, ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos que, para êsse fim, serão anexados ao relató-

rio circunstanciado concernente à prestação de contas das operações do "Plano".

10. Para a primeira etapa do novo "Plano" foram estimadas as seguintes receitas:

	Cr\$
1 — Taxa sôbre operações cambiais	300.000.000,00
 2 — Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação 3 — Produto de cambiais provenientes do ouro reme- 	150.000.000,00
tido para o exterior	20,000,000,00
 4 — Juros das contas do Plano no Banco do Brasil 5 — Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista e autarquias 	30.000.000,00
de exploração comercial e industrial	50.000.000,00
6 — Produto de operações de crédito	200.000.000,00
7 — Saldos que forem apurados em Balanços 8 — Eventuais	270.000.000,00
Total da Receita	1.000.000.000,00

A despesa está fixada em igual importância, distribuída da seguinte forma:

	Cr\$
1 — Departamento Administrativo do Serviço Público	200.000,00
2 — Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000,00
3 — Ministério da Aeronáutica	90.000.000,00
4 — Ministério da Agricultura	83.212.210,00
5 — Ministério da Educação e Saúde	113.461.589,00
6 — Ministério da Fazenda	10.865.000,00
7 — Ministério da Guerra	81.400.000,00
8 — Ministério da Justica e Negócios Interiores	31.524.778,00
9 — Ministério da Marinha	15.220.000,00
10 — Ministério das Relações Exteriores	3.500.000,00
11 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1.500.000,00
12 — Ministério da Viação e Obras Públicas	554.116.423,00
Total da Despesa	1.000.000.000,00

11. Diante do exposto, tenho a honra de, ao submeter o assunto à deliberação de Vossa Excelência, propor a expedição dos anexos projetos de decretos-leis, o primeiro, que institue o "Plano de Obras e Equipamentos" e dá outras providências; o segundo, que orça a receita e fixa a despesa dêsse novo "Plano" para o exercício de 1944.

12. Vossa Excelência, todavia, dignarse-á de resolver como julgar mais acertado.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943. — A. de Sousa Costa.

Aprovado. — G. VARGAS. Em 30-12-943.

(Assinados Decretos-leis ns. 6.144 e 6.145, em 29 de dezembro de 1943.



Sugestões apresentadas, em 13 de dezembro de 1943, pela Comissão de Orçamento ao Sr. Ministro da Fazenda, sôbre o financiamento e contrôle das obras públicas

Senhor Ministro:

Esta Comissão vem, há muito tempo, empreendendo estudos e pesquisas a respeito do financiamento e contrôle das obras públicas e dos meios próprios para a unificação destas em plano nacional.

O PRIMEIRO PLANO QÜINQÜENAL

- 2. Por fôrça da lei que o instituíu, o "Plano Especial de Obras Públicas e Apa relhamento da Defesa Nacional" deverá extinguir-se a 31 de dezembro de 1943. A experiência demonstrou, porém, que o sistema por êle estabelecido deve continuar a ser aplicado, com algumas modificações. Em princípio, o Plano foi instituído, como seu nome indica, para atender não só às obras públicas como também aos empreendimentos que visassem ao aparelhamento da defesa nacional, inclusive instalação e exploração de indústrias básicas. Todavia êsse objetivo inicial não foi plenamente atingido. A criação das indústrias básicas nem sempre foi atendida pelo Plano. As obras públicas, por não obedecerem a programa prévio, obtiveram, através do Plano Especial, créditos para sua execução que pràticamente importavam em reforçar dotações para o mesmo fim constantes do orçamento ordinário. Quanto ao aparelhamento da defesa nacional, pode-se depreender que, em grande parte, a intenção visada foi sațisfeita, porque o total dos créditos anualmente distribuídos para êsse fim correspondeu, aproximadamente, a 64% dos recursos do Plano.
- 3. A declaração do estado de guerra veio exigir para as despesas referentes à defesa nacional principalmente para as que mais de perto se prendem às ope-

rações militares — a abertura de créditos extraordinários. Ora, a presente situação é diferente daquela que precedeu a declaração de guerra quando o Govêrno tinha diante de si apenas um processo de preparação de seus órgãos de defesa, em virtude da cotrida armamentista que ia pelo mundo. Agora, em plena beligerância, as despesas que à conta do Plano eram realizadas pelos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha e pelo Ministério da Fazenda, também poderão ser, doravante, atendidas por meio de créditos extraordinários.

4. Destarte, as quantias previstas no Plano para as indústrias básicas e as obras públicas de caráter civil poderão, juntamente com as dotações da Verba 5 — "Obras" do Orçamento Ordinário, constituir orçamento especial paralelo ao Orçamento geral. Este orçamento especial de obras públicas substituiria o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que se vai extinguir em 31 de dezembro próximo.

NOVO PLANO QÜINQÜENAL

- 5. As vantagens do orçamento especial ora sugerido podem ser assim enumeradas, em resumo:
- 1 as obras públicas por êle custeadas gozariam de regime contábil uniforme e mais compatível com as despesas dêsse gênero do que o aplicado às demais despesas da administração;
- 2 as obras públicas ficariam enquadradas em regime contábil especial até que estudos posteriores indicassem regime próprio e definitivo;
- 3 evitar-se-ia que o falso respeito
 à anualidade orçamentária concorresse,

como frequentemente acontece, para que as obras públicas continuassem a executar-se sob as complicadas comprovações dos adiantamentos;

- 4 como as obras públicas constituem inversões de capital, que materialmente enriquecem o patrimônio público, e muitas delas são de caráter reprodutivo, sua realização pode, em parte, ser custeada por meio de operações de crédito, quando a receita ordinária não fôr bastante para seu financiamento;
- 5 a exclusão das obras públicas do Orçamento Geral proporcionaria um razoável e imediato equilíbrio entre as rendas normais e as despesas de custeio da administração do Estado;
- 6 tornar-se-ia possível a elaboração de um só plano nacional para as obras federais em vez de planos parciais e dispersos.
- 6. As despesas com obras públicas já estimadas no Orçamento Geral para 1944 alcançam, em números redondos, a Cr\$ 780.000.000,00. Adicionando-se a esta importância a parcela de Cr\$ 220.000.000,00, que no Plano Especial tem correspondido, aproximadamente, às obras públicas e emprendimentos industriais de caráter civil, poder-se-á admitir um total de Cr\$ 1.000.000.000,00, para ser empregado, em 1944, na realização de obras públicas e equipamentos diversos.
- - 8. Isto pôsto, poderá o Govêrno:
- b) determinar que no Orçamento Geral as despesas de custeio da Administração, excluídas as obras públicas, se realizem dentro dos limites da receita normal,

- o que, desde já, isto é, para 1944, é perfeitamente realizável;
- c) atender às despesas de caráter militar que vêm sendo efetuadas pelos Ministérios da Fazenda, Aeronáutica, Marinha e Guerra, por meio de créditos extraordinários, enquanto durar a guerra;
- d) estabelecer para o novo plano quinquenal disposições de caráter excepcional relativas à distribuição, aplicação e controle dos créditos semelhantes às já admitidas no Plano que se vai extinguir, até que estudos posteriores indiquem um regime mais adequado às obras públicas.

NECESSIDADE DE PLANIFICAÇÃO

- 9. É fato incontestável que o sistema orcamentário brasileiro vem sendo aperfeiçoado nos últimos anos. As verbas Pessoal e Material já encontram uma sistematização destacada. Entretanto, a Verba 5 — "Obras" é das que estão a exigir alterações fundamentais. O Plano Especial concorreu para salientar suas imperfeicões estruturais e trouxe a demonstração da necessidade de regimes diferentes dos que se acham em vigor para as obras públicas. Foi em boa parte a preocupação de evitar as dificuldades de distribuição, aplicação e contrôle dos créditos, impostas pelas leis de contabilidade em vigor, que levou o Govêrno quando elaborou o Plano Especial à adoção do regime excepcional que o caracteriza. Essa atitude pode ser compreendida como indicativa de um movimento orientado contra normas obsoletas.
- 10. Por outro lado os inconvenientes mais comumente apontados no atual regime de execução das obras públicas federais podem ser assim resumidos:
- 1 falta de planejamento geral capaz de interrelacionar as necessidades públicas que as várias obras e construções visam satisfazer;
- 2 dificuldades surgidas para o emprêgo em tempo útil das dotações, do que resultam retardamento e interrupção das construções autorizadas.
- 11. A eliminação dêsses inconvenientes está a exigir a implantação de regras gerais novas. Na primeira hipótese exige-se o que modernamente se vem chamando planificação. De acôrdo com êsse

princípio a realização de qualquer obra pública é posta em função do problema geral que ela integra. Por exemplo: o plano de combate às sêcas inclui os problemas de transporte e os de colonizacão. Este é o caso em que um setor a cargo de um órgão não pode funcionar inteiramente desligado de setores a cargo de outros órgãos. Um caso mais simples é o de duas providências da mesma natureza, executadas em regiões distantes uma da outra, oferecem a aparência de falta de coordenação. Um pôrto que se melhora no Norte pode refletir a necessidade do melhoramento de um pôrto do Sul. O carvão e o minério de ferro mostram, por sua relevância, a interrelação que não se pode descurar.

- 12. A segunda hipótese prende-se ao orçamento por projeto e não por exercício financeiro. Autorizada uma obra, exequível em 2, 3 ou 5 anos, não convém deixar pendente de discussões o montante a ser gasto em cada ano. O projeto compreende a inversão de capital em vários exercícios. Uma vez aprovado pela autoridade competente, deve-se ter como estabelecido que os orçamentos dos exercícios seguintes serão automàticamente onerados das quantias que o projeto prevê para cada ano.
- 13. Nesse particular é preciso progredir na técnica orçamentária até que se chegue a romper com o regime básico de créditos anuais. As quantias previstas para cada ano em projeto aprovado devem ser consideradas devidas e indiscutíveis tanto quanto o são as prestações contratuais. Iniciada a construção, qualquer obra só deve ser interrompida ou suspensa mediante autorização superior, concedida em face de justificação plena, mediante ato revestido de formalidades próprias inclusive a publicação.
- 14.É claro que tais normas podem sofrer as exceções oriundas dos fatores incontroláveis. O que se impõe é a anulação dos males capazes de serem previstos. Esses males aumentam na proporção em que o Estado assume responsabilidades cada vez maiores e alarga sua esfera de prestação de serviços econômico-sociais. Os cânones inspiradores do atual regime de contabilidade pública talvez atendessem aos modestos serviços

- que o Estado se atribuia há anos passados. Hoje, um grande esfôrço de aperfeiçoamento se torna imprecindível, a fim de que o Estado não continui a sofrer as críticas, às vêzes justas, que o acoimam de incapaz para as realizações impostas por sua própria evolução.
- 15. Segundo os "consideranda" do Decreto-lei n.º 1.058, de 1939, o Plano Especial foi instituído tendo em vista os seguintes objetivos:
 - a) criação de indústrias básicas;
 - b) execução de obras públicas;
- c) prover a defesa nacional de elementos necessários ao seu desenvolvimento;
- d) execução dêsses empreendimentos com recursos próprios, sem prejuízo do equilíbrio das receitas e despesas públicas.
- 16. Entretanto, a criação de indústrias básicas, a execução de obras públicas e o aparelhamento da defesa continuaram financiados também pelo orçamento ordinário. A instituição do plano presumiu acertadamente que aqueles três empreendimentos não precindiam de planificação em prazo inferior a 5 anos e que essa planificação seria dificultada pelo regime de contabilidade vigente. Em síntese, o Plano Especial significou a intenção de planificar sob regime orçamentário adequado à planificação. É êste o sistema que parece deva ser concretamente defendido. O Plano prestes a extinguir-se, como qualquer plano de obras, supõe a ocorrência de empreendimentos que só podem ser executados mediante conjuntos de projetos racionalmente entrelaçados. Parece ainda que as obras públicas civis federais, devendo influir sôbre todo o território nacional e sôbre tôda a estrutura econômico-social do País, não podem ser desmembradas em seu planejamento. Não se concebe um grupo de obras planificadas e outro não dentro do território nacional.
- 17. Sem levar em consideração os programas industriais, de fato só podem existir dois planos um de obras civis e outro de obras militares. Fora dêsses dois grupos só se admitem as obras de pequena extensão, de influência adstrita a zonas e grupos sociais a que execpecionalmente se destinem. Seriam as obras civis locais e de urbanismo, a cargo dos

- municípios, as obras eventuais de reparação, de festejos, etc. e as extraordinárias determinadas pelas calamidades, guerra e crises.
- 18. Estes são os motivos por que a Comissão de Orçamento propõe que se reunam, doravante, em um só sistema os créditos do Plano Especial destinados a obras civis e os créditos da Verba "Obras" do orçamento ordinário.
- 19. A aplicação do Plano Especial, em extinção, durante cêrca de cinco anos sugere a impossibilidade de executar planos parciais de fundo nacional. É essa impossibilidade que vem dando a alguns créditos desse Plano a aparência de dotações esparsas. Quando as dotações não assumem êsse caráter suplementam os créditos do orçamento ordinário. O que de novo ocorreu foi a execução de obras e trabalhos sob regime excepcional de financiamento. Foram obras úteis e tão bem concebidas quanto o têm sido as custeadas pelo orçamento ordinário e não se contesta que a execução de várias delas foi facilitada pelo regime financeiro que as favoreceu.
- 20. Os problemas assim apresentados requerem soluções que se resumem em três ítens:
- 1) a necessidade da elaboração de um só plano para as obras públicas;
- a substituição do atual regime orçamentário por um outro adequado à presente fase da evolução do serviço público brasileiro;
- 3) a atribuição a um órgão central de planejamento, dependente de estudos posteriores, de competência para elaborar o plano, velar pela sua realização e atender às alterações que se tornarem necessárias.
- 21. Os dois motivos centrais já referidos com que se procura justificar a renovação de sistema do Plano Especial são atendidos na presente proposta. O argumento da imperiosidade do plano é satisfeito pela admissibilidade da planificação. Os argumentos a favor de medidas excepcionais sempre expressaram as imperfeições do atual regime contábil. Não se cogitou de normas excepcionais mas sim condizentes com a evolução dos serviços públicos.

- 22. É imprecindível promover estudos para a elaboração de normas novas. Enquanto estas não forem instituídas convém aperfeiçoar a experiência alcançada com o Plano Especial e promover a instituição de um novo plano quinquenal de que se excluam as obras de defesa militar.
- 23. Quasi todos os males atribuídos ao sistema de financiamento de obras públicas são comuns ao regime ordinário da Verba 5 "Obras" e ao extraordinário do Plano Especial. Tanto na "Verba "Obras" como no Plano Especial não se encontram, rigorosamente, salvo algumas exceções, a sistématização e a previsão a tempo longo. O estudo das obras públicas leva diretamente aos métodos racionais de planificação. Nêsse sentido não há o que inovar, mas utilizar a experiência alheia e a nossa própria experiência no emprêgo daqueles métodos.
- 24. Planificar um setor da economia privada significa estabelecer domínio sôbre as forcas cegas dessa economia, em que não se interfere eficazmente sem algo cortar da iniciativa individual e da livre concorrência. Mas, a Administração Pública exclui, por sua natureza, a existência dêstes dois atributos. Tôdas as atividades do Estado visam fins gerais. Quando êle intervém, é para regular a procura ou impedir os males da concorrência livre. Se seus fins são gerais no espaco e no tempo, sem subordinação ao lucro e ao êxito imediato, suas atividadas são, por natureza, atividades globais, genéricas e coletivas, que forçosamente devem obedecer a plano prèviamente concebido.
- 25. Pouco importa que os Governos não tenham sempre corporificado suas atividades em planos conhecidos como tais. Apenas se pode alegar que seus programas não foram racionalmente elaborados. Foram concebidos mediante os processos que agora se pretende superar, ditados pelas iniciativas isoladas de repartições ou de interêsses não coordenados. Isto acontece quando indivíduos ou grupos solicitam e as repartições propõem aos órgãos incumbidos da distribuição dos recursos públicos ou quando as próprias repartições, bem intencionadas, solicitam e fazem pressão sôbre aqueles órgãos. Se

as repartições os convencem a atendê-las, sem que se meca o grau de utilidade dos servicos propostos, tem-se a atividade dispersiva e anti-econômica, e tais dispersões, surgidas sob a forma de planos individuais, podem ser evitados com um plano nacional de obras públicas. Os projetos em qualquer caso sempre têm que partir de órgãos interessados em traçar caminho racional para o aproveitamento das possibilidades econômicas nacionais. Mas, ao se propor o aproveitamento. por exemplo, do Rio São Francisco, antes se deve pesquisar para saber se a conjuntura econômica mostra o aproveitamento daquele rio, e não um outro empreendimento, como o meio mais útil para o emprêgo dos capitais do Estado. Não se pode inverter somas vultosas por motivos de ordem sentimental. Neste sentido o País não é divisível em zonas, classes ou grupos sociais.

26. Para sistematizar, dentro dêsses imperativos, a aplicação dos capitais de que o Govêrno disponha, é imprecindível trabalhar com tôdas as variáveis suscetíveis de observação científica, tendo em vista tôdas as fôrças que definem o sentido do desenvolvimento econômicosocial. Este desenvolvimento é agora conduzido por influências que anteriormente não o atingiam. Vamos entrar na fase da industrialização, fase mais viva e mais difícil de dirigir que a agro-pecuária. As obras de saneamento, por exemplo, não mais terão por fim sòmente preparar a terra onde fixar o lavrador sadio. E necessário subordiná-las, assim como as de transporte — ferrovias, rodovias, dragagem, canalização e portos — ao surgimento de futuras zonas industriais e a novas correntes de mercadorias que elas vão determinar.

27. Não se pretende alegar que a tôdas as obras realizadas tenha faltado o estudo necessário quanto à sua oportunidade, extensão ou localização. Mas deseja-se tornar mais objetiva a coordenação que possibilite maior rendimento. O país entra em fase do desenvolvimento econômico caracterizada por fôrças mais vigorosas e de resultados mais complexos. Daí a necessidade de planejamento geral que possibilite trabalho de maior precisão, em que se aprenda o maior número

de fatos da vida econômica, ocorrentes sób as mais variadas formas em todo o território nacional. Qualquer rodovia nova, qualquer novo ramal ferroviário constitui um problema situado dentro do problema geral, resultante das necessidades comprovadas de saneamento, colonização, correntes comerciais, mineração, eletrificação, etc.

28. Em boa parte, essa coordenação de atividades já se vem realizando e o que agora se exprime é a necessidade de criar formas mais eficientes para todo o esfôrço que os órgãos do Govêrno vêm dispendendo. É óbvio que, sem formas apropriadas, algo dêsse esfôrço continuará a resultar em perdas lamentáveis.

FALTA DE COORDENAÇÃO SISTEMÁTICA DE PROBLEMAS CORRELATOS

A título de exemplo é oportuno relacionar um grupo de problemas técnicos considerados por estudiosos e especialistas como problemas nacionais. São "slogans" que surgem freqüentemente na imprensa e em livros bem intencionados. Cada escritor ou articulista apresenta o seu problema como nacional. Eis alguns exemplos:

Aproveitamento do Rio São Francisco (Energia hidráulica, irrigação, regu-

larização).

- Saneamento do Vale Amazônico.

- Povoamento do Brasil Central (organização da agricultura, indústria, comércio, transportes, sistema de educação e saúde, fundação de cidades, etc...).
- Ligação terrestre (fluvial, rodo e ferroviário) do Centro Sul com o Nordeste e com o Norte. Ligação Bahia-Amazonas.
- Ligação Bahia-Piaui-Maranhão (extensão da Leste Brasileiro).
 - Rodovia Rio-Bahia.
- Trecho Ipameri-Belém (rodovia transbrasiliana).
 - Ferrovia Brasil-Bolívia.
 - Estrada Brasil-Paraguai.
 - Eletrificação da E.F.C. do Brasil.
- Ampliação do sistema conhecido como "Obras contra as Sêcas".
 - Sistema de Rotas Aéreas.
 - Eletrificação rural.

- 30. Não parece que a qualquer dêsses empreendimentos se possa chamar de nacional no sentido de chave ou de único meio de salvação. Nenhum dêles pode ser estudado ou executado isoladamente. São nacionais porque interessam à Nação, mas são interdependentes. Embora sem planejamento geral, o Govêrno da União tem tratado de quase todos. Basta uma ligeira leitura dos ítens do orçamento federal para encontrar vários dêles mencionados em dotações diversas. Quase todos êsses emprendimentos exigem somas vultosas que os orçamentos federais não podem comportar em prazo curto.
- 31. A necessidade do estudo de conjunto vai, muitas vêzes além da esfera federal, como se pode verificar mediante alguns exemplos. Veja-se de início a zona cacaueira do sul da Bahia. A economia regional-dêsse produto é orientada pelo Instituto do Cacau, autarquia do Govêrno estadual da Bahia. Atendendo aos mais louváveis intuitos, aquele órgão estadual empreendeu melhoramentos na área cacaueira, que tem como centro econômico os ricos municípios de Ilhéus e de Itabuna. Melhoraram-se estradas e portos tendo por fim amparar essa região agrícola. Ocorre, porém, que o cacau não é um produto essencial. E tipicamente um produto de exportação e conquanto nos caiba aproveitar qualquer fonte de produção não se examinou em tempo se a conjuntura econômica brasileira indicava, na ocasião, a inversão de capitais em outros empreendimentos.
- 32. Outro exemplo é o da baixada do litoral paulista. Enquanto a industrialização se processa no planalto, essa região se conserva como pitorescamente a denominou um escritor — uma planície de bananeiras e mangues. Não só o planalto foria riqueza e as inverte na indústria como as encaminha para novos desbravamentos. Este é o caso da economia pioneira do oeste paulista e do norte do Paraná, onde se pratica a colonização pela iniciativa particular. Não se deve, porém, esperar que a iniciativa particular oriente, fundamentalmente, seus emprendimentos em têrmos de interêsse nacional. interêsse deve, porém, ser defendido por quem planeja obras públicas. Não se trata de impedir aos capitais particulares o ca-

- minho que o lucro legítimo lhes aponta, mas de atrai-los mediante a concessão de favores para zonas onde maior interêsse nacional necessite dêles. Esta tarefa é comum aos elaboradores de um plano nacional de obras públicas.
- 33. Os três exemplos citados baixada paulista, povoamento do noroeste do Paraná e as obras da região cacaueira da Bahia mostram a falta de coordenação, isto é, a falta de um plano nacional a que as obras se relacionem e de que dependam. O aproveitamento da baixada paulista ainda não surgiu como problema nacional. Mas não poderá ser deixado apenas a cargo do Govêrno Estadual. A economia do cacau é orientada pelo Govêrno Baiano. A penetração São Paulo-Norte do Paraná interessa a dois Estados e se realiza em zona estratégica onde há imigração e capitais estrangeiros.
- 34. Nenhum dos três problemas figura, entretanto, vultosamente como o das sêcas, nos orçamentos federais nem no ordinário nem no do Plano Especial. Mas, tanto êles como as sêcas, o Rio S. Francisco, o saneamento da Amazônia e os demais problemas abertos devem ser subordinados à conjuntura econômica do País que, por sua vez, é função da economia mundial. Éstes são os crivos a que obrigatòriamente devem ser submetidos todos os planos regionais. São êles que devem inspirar a política de inversão de capitais em obras públicas, e que devem determinar quais as obras e trabalhos a executar, como, onde e quando devem ser executados em plano nacional.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS CIVIS

35. Sem separar a construção de edifícios públicos do plano nacional de obras, é necessário focalizar algumas de suas particularidades. É o grupo das obras em que a técnica orçamentária mais progrediu até agora. Trata-se de grupo de maior homogeneidade e que maiores facilidades oferece à sistematização. Por isto não haverá muito que alterar nos processos que já o disciplinam. Falta, sem dúvida, reforçar os dispositivos em vigor e entrosar o setor da edificação em plano adequado. Todos os ministérios empreendem a construção de edifícios enquanto as demais obras e trabalhos são executadas exclusi-

vamente por determinados ministérios. Aquela generalidade aponta por si mesma as soluções que se vêm adotando. Cumpre coordenar em um órgão técnico de planejamento os estudos das necessidades de trabalho em área coberta, que os serviços federais apresentam, evitando que o projetamento se disperse por várias repartições. Será necessário providenciar para que as edificações se processem mediante prévia escolha entre as necessidades comprovadas. Quando, por exemplo, se cogitar de novo edifício para uma delegacia fiscal, para uma agência postal, para sede de uma escola ou para um hospital, a autorização não pode depender sòmente da prova de que a obra é urgente, inadiável ou indispensável. Éstes três qualificativos podem ser atribuídos na mesma ocasião às exigências de várias outras repartições. Faltará, pois, conhecer as que mais precisam de novos edifícios e prover aquelas para que bastarem os capitais do Govêrno disponíveis para inversões dessa natureza.

36. É claro que o princípio da "realização do mais necessário entre tudo que é necessário" aplica-se a todos os serviços públicos e, portanto, a tôdas as obras públicas. Mas, já é da natureza das demais obras, tais como as de transporte, saneamento e colonização, a idéia de plano, ao passo que as solicitações de créditos para edifícios ocorrem frequentemente de modo dispersivo. Pode acontecer que, nos quatro exemplos referidos — escola, delegacia fiscal, agência postal e hospital - nenhum satisfaça, mediante escolha rigorosa, à condição de mais urgente. Pode acontecer que o mais urgente seja um edifício para reunir repartições administrativas. Nas obras eventuais, de edifícios a construir isoladamente, é preciso verificar qual o mais urgente entre as várias propostas de edificação. A aprovação pela autoridade superior da construção de uma universidade importa em prova de que essa construção vultosa já mereceu os estudos indispensáveis. Seu vulto deve ter levado o Govêrno à consulta entre vários ministérios e órgãos sôbre a oportunidade da medida. Já se deve ter resolvido se a criacão de universidades deve preceder, por exemplo, às obras de saneamento, irrigação, colonização e transporte, conhecidas como necessárias.

OBRAS DE DEFESA MILITAR

- 37. As despesas militares sempre constituem compartimento estanque dentro da Administração Pública. As obras de defesa não têm como motivo imediato o fim econômico-social que caracteriza as demais obras. Não é indiferente à estrategia da guerra o estado ou modo de aproveitamento de qualquer local ou zona. Todavia, nas obras públicas civis o bem estar social e seu desenvolvimento são fins imediatos procurados pelo Estado, ao passo que nas obras de defesa êsses fins não são diretos. A defesa militar quando os realiza sempre os considera em plano secundário porque seu objetivo principal é a salvaguarda da soberania nacional.
- 38. Se uma obra estritamente militar se torna imprecindível em local onde não haja, ou jamais possa haver circulação social, a obra porisso não deixa de ser executada. Mas, onde essa circulação existe, os técnicos militares procuram aproveitála. A êstes não interessa apenas o conhecimento dos projetos de desenvolvimento do sistema de circulação e transporte rios, portos, estradas, rotas aéreas). Eles precisam conhecer os planos do Govêrno em todos os ramos ligados à colonização, ao saneamento, à criação de cidades, à mineração e ao estabelecimento de indústrias e lavouras novas. Mesmo antes da guerra aérea ter chegado ao estágio atual já a defesa militar não podia restringir-se às fronteiras e às orlas litorâneas. Dêsse modo se observa a existência de lacos de efetivo interêsse entre as obras civis e as militares, embora não haja reciprocidade completa. Em sentido estático, a defesa do país é organizada em relação a todo o território e a tôdas as suas populações e riquezas. Quando, porém, se trata de realizar obras civis, estas sofrem maior subordinação aos programas de defesa. Trata-se de subordinação fàcilmente regulada mediante a presença, nos órgãos de planejamento das obras civis, de delegados dos estados-maiores. Atualmente, oficiais das nossas fôrças armadas integram vários conselhos econômicos, como os de minas, águas, petróleo, comércio exterior e comissões de planos de viação. Falta ligar, mais estreitamente, os estadosmaiores dos três ministérios com o setor das obras públicas. Mediante assistência

técnica ativamente prestada, os delegados militares poderão suprir ou evitar as consultas levadas aos órgãos de defesa nacional.

- 39. O planejamento das obras militares não se afasta, porém, dos princípios aplicáveis a quaisquer obras e trabalhos públicos. A elaboração dos projetos militares é enfeixada nos órgãos da defesa, não sòmente por motivos de especializacão mas também pela necessidade de sigilo. Esta última condição exige dos técnicos militares conhecimentos mais amplos que os exigidos para as obras civis. A necessidade do sigilo dificulta a audiência de especialistas de quadros estranhos aos órgãos de defesa. Mas, para compensar essas dificuldades, os técnicos militares contam com a aceitação espontânea dos métodos racionais de planejamento. Isto, principalmente, porque a defesa armada sempre foi, é, e será um serviço público de reconhecida necessidade que não recebe nem tolera especificamente a oposição de interêsses pessoais. Os grupos nacionais de interêsse econômico nunca se opõem a que o Estado fortifique qualquer ponto do território, nem fazem pressão para que uma fortaleza seja construída em determinada região. Entretanto, interferem na construção de portos, açudes e estradas.
- 40. A liberdade de movimentos de que o Estado dispõe para a realização de obras militares está condicionada aos recursos financeiros e à concepção que tenham os governantes dos riscos a que a Nação se ache exposta. Dentro dos recursos postos em suas mãos, os estadosmaiores planificam em base nacional. Constituição revela êsse senso de plano na organização da defesa, quando, no art. 162, entrega o estudo de tôdas as questões relativas à defesa do país a um só órgão, o Conselho de Segurança Nacional. Em face dêsses motivos e das considerações feitas a respeito da estrutura orçamentária do plano nacional de obras, a Comissão propõe que as despesas militares que vêm sendo autorizadas pelo Plano Especial passem a correr à conta de créditos extraordinários, até o fim da guerra. O estado de beligerância exige regimes ainda mais expeditos para as despesas dos mi-

nistérios militares e não impõe a reunião das obras militares e das civis em um só plano.

ORÇAMENTO A PRAZO LONGO

- 41. O regime orçamentário das obras públicas deve ser adequado à planificação. Estudadas as necessidades locais, em função das necessidades regionais e estas das nacionais, elabora-se um projeto que, aprovado pela autoridade competente, não se deve subordinar a decisões periódicas tomadas durante o preparo de cada orçamento anual. Os órgãos de planejamento estabelecem, pela própria razão de seu funcionamento, um contato natural com os órgãos de previsão financeira, de modo a poderem acompanhar a vida econômica do país e conhecer o desenvolvimento das fontes de recursos.
- 42. Não se pode certamente determinar orçamento permanente e dotado de razoável inflexibilidade senão para os projetos a serem executados num período máximo de 5 exercícios, dentro do qual as dotações integrantes do plano aprovado sejam parcialmente concedidas. Essa limitação periódica não significa que quaisquer obras públicas só possam ser planejadas para execução, no máximo, em um quinquênio. Neste sentido é preciso conceituar o plano como um conjunto de projetos elaborados para execução coordenada e sucessiva. O plano ou conjunto de projetos é sempre dividido em grupos cuja execução se sucede no tempo, cada grupo admitindo execução simultânea. Só aos técnicos elaboradores dos planos cabe determinar a ordem a obedecer para execução das várias obras. Estabelecerão, como já acontece, que, por exemplo, em determinada região, a construção de rodovias deve preceder ou suceder à construção das ferrovias-tronco; que as obras de saneamento sejam executadas antes, ao mesmo tempo ou depois das do transporte. Em uma obra de vulto exequível em tempo longo, mas homogênea em seu conjunto, os especialistas não encontram dificuldades para fracionar-lhe a construção em períodos regulares. O fracionamento é comumente praticado na construção de estradas e de portos. É, porém, imperioso discipliná-lo e impedir que êle surja, sem método, na construção de edifícios e de

tôdas as obras em que a utilidade depende de integração ou ultimação.

- 43. Uma vez que se deixa de abordar normas técnicas nesta exposição, é lícito lembrar que o fracionamento se verifica em dois casos. O primeiro quando uma unidade de construção (uma estrada, um açude, um canal, etc.) é projetada para execução em certo número de anos. Nesse caso, considerada tal unidade isoladamente, o fracionamento se realiza consecutivamente, no tempo. A construção do açude, do canal ou da rodovia, projetada para execução durante 5 anos, é calculada em um custo que se divide em 5 parcelas anuais, a serem fixadas de início, mas segundo a intensidade dos trabalhos em cada etapa anual. Essas parcelas devem gozar de inscrição automática no plano financeiro, da primeira até a última, desde que não haja revisão de projetos.
- 44. O caso supra indicado é o de obras homogêneas, tais como as chamadas "Unidades de construção" simples. O segundo é o de várias obras heterogêneas. constituindo grupo tècnicamente autônomo. Ainda sem qualquer sentido de terminologia especializada, pode-se oferecer como exemplo dêsse grupo o conjunto das obras contra as sêcas do nordeste. Admite-se que as obras semelhantes, realizadas em outra região devam, como aquelas, comportar açudes, estradas, canais de irrigação e trabalhos de colonização. Ora, os elaboradores dos projetos podem precisar, dentro de um plano quinquenal, no primeiro ano, apenas de dotações para rodovias e acudes; no segundo ano, além dessas para início da colonização; no terceiro pode surgir o primeiro trabalho de irrigação; no quarto ano do plano é provável, ainda em caráter exemplificativo, que a construção dos acudes se ache ultimada e. porisso, não conste do orçamento qualquer dotação para as respectivas despesas; finalmente, no último ano, o quinto, pode acontecer que os projetos não mais incluam nem acudes nem rodovias, mas sòmente irrigação e colonização. A sequência nesse caso não se estabelece dentro da homogeneidade de uma unidade de construção, mas provàvelmente dentro de um setor do conjunto das obras contra as sê-Ela se estabelece em ondas. obras surgem umas como dependentes das outras. Nesse caso, as dotações das obras

- iniciadas depois do primeiro ano e até o último ano do plano, tôdas precisam de inscrição automática nos orçamentos anuais. O grupo de projetos forma um só plano seccional indivisível. Reduzir a dotação necessária, no segundo ano, para colonização ou, no terceiro ano, para irrigação pode significar a destruição de todo o plano como concepção de um grupo de serviços públicos que só devem ser executados em conjunto.
- 45. É imprecindível criar um regime de concessão de créditos que não permita a suspensão de obras e trabalhos em que a utilidade decorra da entrega ao uso de tôdas as partes do seu conjunto. Que jamais se concedam créditos para a regularização de uma barra que, por exemplo, além da dragagem, exija a construção de um cais sem que também se conceda o crédito para a construção dêsse cais. Outro exemplo: as obras de uma universidade constituem um só projeto compreendendo pavilhões para aulas, bibliotecas, enfermarias, laboratórios, museus, campos de esporte, etc. Não se pode discutir cada ano as dotações para cada uma das obras do conjunto.
- 46. A suspensão e o adiamento só seriam autorizados nas calamidades públicas, incluídas entre estas as crises econômicas que reduzam a capacidade das fontes normais de rendas. E há um método a aplicar, como medida preliminar, quando as dificuldades financeiras desfalcarem os recursos normais e forçarem o adiamento de obras iniciadas. É a seleção racional das obras e trabalho comprovadamente adiáveis. A escolha não pode ser feita entre as obras de um setor, nem entre as de um só ministério. Deve ser realizada por especialistas capazes de abranger todo o sistema nacional de obras públicas e indicar, entre todos os serviços que o plano geral visa prestar, quais os menos necessários e, portanto, suscetíveis de interrupção. Será essa uma das mais complexas operações que sè podem entregar a um conselho de verdadeiros técnicos. Será necessário escolher entre todos os serviços federais qual a suscetivel de sofrer adiamento e se a escolha recair nas obras públicas, cabe ao órgão que as planeja e controla escolher os projetos ou partes adiáveis. O adiamento que importar em

cifras vultosas exige autorização da autoridade superior.

- 47. Financistas há que admitem uma terceira categoria de despesas públicas, estranha às despesas ordinárias e extraordinárias. É a das "despesas ordinárias singulares". Não são ordinárias porque não se repetem na sequência dos exercícios e não são extraordinárias porque independem de calamidades, guerras e crises. O característico diferencial da terceira categoria de despesas é a distribuição dos respectivos créditos num período prèviamente determinado que abrange vários exercícios financeiros consecutivos. Nesta categoria estão compreendidos as obras de um projeto, grupo de projetos ou unidades de construção indivisíveis por natureza que, porisso, exigem orçamentos que se completem dentro de uma série ininterrupta de exercícios.
- 48. O que não parece defensável, quer na prática, quer em teoria, é atribuir ao plano a condição de alargamento do regime de dotações globais. Cada unidade de construção deve ser, tanto quanto possível, mencionada no orçamento do plano com a dotação que êste lhe atribuir para o ano respectivo. Mas se o plano não deve importar em generalização do regime de dotação global, pode e deve admiti-lo quando oportuno e indispensável. Nessa matéria não há também que inovar. São os entendimentos entre os órgãos ministeriais e a Comissão de Orçamento que vão resolver os casos surgidos e que exijam condições especiais de execução. Para isto, além das discriminações das despesas correspondentes aos programas de obras aprovados, haverá uma dotação global destinada a suprir, mediante destaques, as deficiências das parcelas discriminadas e as novas necessidades que surgirem no decorrer do exercício. Fora dessas exceções, a unidade de construção sempre deve constituir um emprendimento definido para fins de elaboração orçamentária, execução, contabilização, contrôle, estatística, informação ao público, etc. É a unidade de base com designação própria e número de ordem. Nela e nas fichas em que se resumam seus característicos também se podem basear as informações prestadas, a órgãos do poder público e instituições interessadas.

NOVA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA PARA
OBRAS E EQUIPAMENTO

- 49. Em face das considerações apresentadas, impõem-se alterações no campo orçamentário, dispondo-se onde se devam inscrever as receitas e despesas do Plano Especial a extinguir-se e como agrupá-las em um só conjunto que abranja tôdas as obras públicas, inclusive as que vêm sendo dotadas pelo orçamento ordinário.
- 50. Em primeiro lugar, dada a situação de guerra, parece que se devem conservar sob regime de créditos extraordinários as obras e trabalhos mais diretamente relacionados com as operações militares. Em parte, algumas dessas obras quando financiadas pelo orçamento ordinário já gozavam de regime próprio e especial, caracterizado por dotações inscritas sem especificação por departamento. No Plano Especial, as obras e trabalhos militares têm regime global ainda mais amplo. O aparelhamento da defesa ainda se realiza, atualmente, por dois outros processos — o dos créditos extraordinários e o dos acôrdos denominados de "empréstimos e arrendamentos", resultantes da política de guerra das Nações Unidas. São, ao todo, quatro regimes de financiamento do aparelhamento de defesa, estranhos ao regime orçamentário normal. Os "empréstimos e arrendamentos" se caracterizam principalmente como recebimentos in na-Escapam, portanto, às regras dos orçamentos financeiros. Mas, tanto êste regime como os três outros correspondem a exigências de guerra — de sigilo e emergência. Porisso, até o fim da guerra, tôdas as dotações atribuídas aos ministérios militares pelo Plano Especial podem passar a ser autorizadas por créditos extraordinários, como aliás se procede atualmente quanto a várias despesas militares. Mantidas estas em regime adequado à situacão de guerra, resta dispor sôbre as despesas que vêm sendo autorizadas pelo Plano Especial para as indústrias básicas e para as obras públicas. Não é possível negar as relações existentes entre a obra pública civil, a defesa militar e a indústria. Mas essas relações não são de natureza a aconselhar a reunião de tôdas num só plano de obras e aparelhamento da defesa. Contudo, é conveniente estabelecer a ligação das obras com os empreedimentos in-

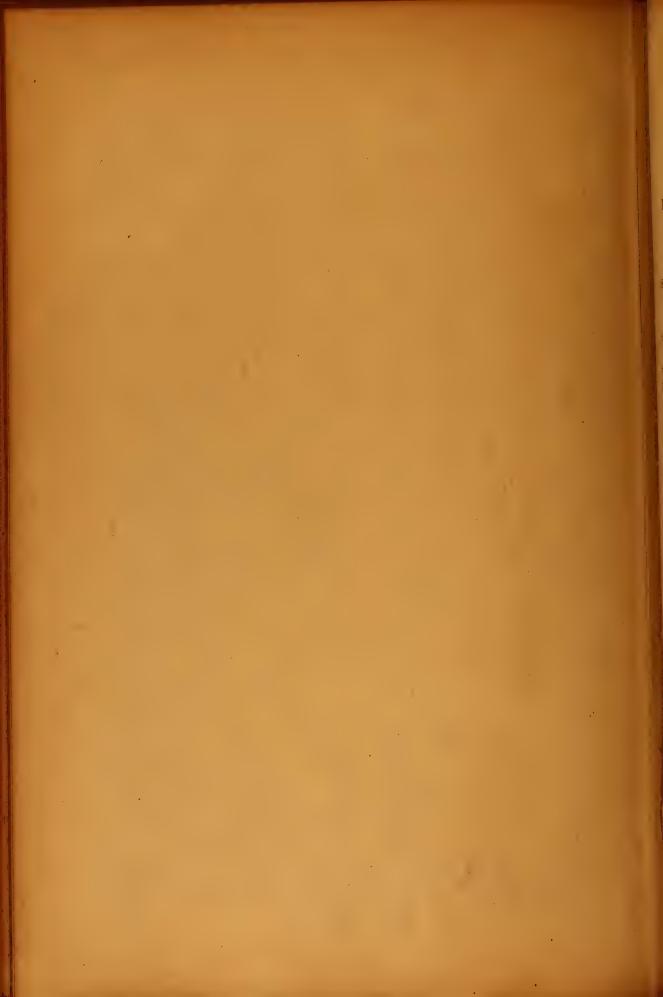
dustriais do Govêrno, de caráter civil. A substituição do atual "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", por um "plano de obras e equipamentos" realiza a ligação necessária.

- 51. As receitas necessárias à cobertura das dotações dêsse conjunto serão as atualmente atribuídas ao Plano Especial em extinção, acrescidas dos saldos eventuais do orçamento ordinário, dividendos de capitais da União classificadas na renda patrimonial e, tanto quanto fôr preciso, do produto de operações de crédito.
- 52. Dêsse modo, o financiamento do Plano de Obras e Equipamentos ora proposto será estudado em conjunto com o orçamento ordinário, ambos sob a orientação da Comissão de Orçamento. O plano sugerido tem caráter de continuidade mas não pretere as demais atividades do Estado. O esquema da distribuição das suas receitas e despesas é o seguinte:
- 1 As receitas do Plano Especial serão transferidas ao novo Plano de Obras e Equipamentos.
- 2) As despesas do Plano Especial passarão a ser autorizadas:
- a) pelo plano ora sugerido as destinadas a obras, edifícios civis e criação de indústrias básicas;
- b) por créditos extraordinários as dotações anteriormente destinadas aos ministérios militares e ao Ministério da Fazenda para aquisição de material bélico e aparelhamento de defesa.
- 3) As despesas que constituiam a Verba 5 Obras do Orçamento Geral da União serão transferidas para o novo plano e ali discriminadas de acôrdo com os projetos e programas previamente aprovados.
- 4) Além dos créditos discriminados, haverá, para os órgãos que eram contemplados pelo antigo Plano Especial, uma dotação global destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alterações de projetos, obras a serem iniciadas de prosseguimento de obras, equipamentos, segundo programas que no decorrer do exercício forem previamente aprovados pelo Sr. Presidente da República.
- 53. Mediante o sistema proposto, procura-se em têrmo de equilíbrio entre os pontos de vista, até agora em choque, na apreciação do regime apropriado às obras

- públicas. Ante os argumentos favoráveis à manutenção do regime excepcional de atribuição e contrôle dos créditos propõese, para a concessão, o processo de discriminação prévia em tabelas com uma reserva para distribuição a posteriori. Mantem-se o regime existente de contrôle, dependente das alterações que estudos ulteriores venham a aconselhar.
- 54. Por outro lado, é preciso notar que, ao defender-se a antiga tese da inclusão das obras do Plano Especial na verba "Obras" do orçamento ordinário, não se pretendia sòmente submeter tôdas as obras públicas a um só regime de contabilidade. Tinha-se em vista principalmente evitar os inconvenientes de dois programas que não se ajustavam convenientemente. De fato, a técnica de planejamento era desvirtuada pela ocorrência de dois blocos de receitas correspondendo cada uma a um conjunto de projetos e programas de obras.
- 55. A reunião de tôdas as obras em um só plano afasta em definitivo inconvenientes várias vêzes apontados. Buscando o equilíbrio dos pontos de vista referidos, talvez não se tenha atendido, quanto necessário e mediante o sistema proposto, à mobilidade dos projetos econômicos. Todavia, um notável progresso já caracteriza a satisfação dos designios procurados. Inicia-se nova etapa em que a experiência até agora adquirida é largamente aproveitada, sem prejuízo de novas formas que estudos posteriores venham a indicar.
- 56. Diante do exposto, Sr. Ministro, esta Comissão tem a honra de submeter à alta consideração de V. Excia. os dois projetos anexos de decretos-leis em que se institui o novo Plano de Obras e Equipamentos e se aprova o primeiro orçamento dêsse Plano para o exercício de 1944, redigidos ambos em moldes semelhantes aos que prevaleceram para o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional a extinguir-se.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Luiz Simões Lopes, presidente.

A S. Excia. o Sr. Ministro de Estado da Fazenda



DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29 DEZEMBRO DE 1943

Institui o "Plano de Obras e Equipamentos" e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA;

- Art. 1.º Fica instituído o "Plano de Obras e Equipamentos", para vigorar por cinco (5) exercícios, a partir de 1 de janeiro de 1944.
- Art. 2.º A execução total do "Plano" é estimada na importância de cinco bilhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000.000,00), anualmente aplicável, pela quinta parte, sob a forma do orçamento especial.
- Art. 3.º A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos" constituir-se-á dos seguintes recursos:
 - 1 Taxa sôbre operações cambiais.
- 2 Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação.
 - 3 Produto de cambiais provenientes de ouro remetido para o exterior.
- 4 Juros das contas especiais, abertas no Banco do Brasil S.A. para centralização dos recursos previstos neste decreto-lei e das contas do Plano a que se refere o Decreto-lei n.º 1.058, de 19 de janeiro de 1939.
- 5 Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista ou autarquias de exploração comercial ou industrial.
 - 6 Produto de operações de crédito.
- 7 Saldos que forem apurados nos balanços gerais da Receita e Despesa da União.
 - 8 Outras rendas que eventualmente lhe forem atribuídas.
- Art. 4.º Os recursos de que trata o artigo anterior serão arrecadados pelo Ministério da Fazenda e centralizados em conta especial no Banco do Brasil S.A., a ser movimentada exclusivamente pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, na conformidade das instruções expedidas pelo Presidente da República.
- Art.5.º O Presidente da República determinará, anualmente, a aplicação dêsses recursos pelos diversos Ministérios e demais órgãos da administração, destinando-os à execução de obras públicas e equipamentos.
- § 1.º A realização das despesas obedecerá às tabelas discriminativas, organizadas pela Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda e anexas ao decreto-lei que expedir o orçamento especial e de acôrdo com os destaques que, no decorrer do exercício, forem previamnte aprovados pelo Presidente da República.
- § 2.º O Tribunal de Contas distribuirá às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda, os créditos a serem aplicados na execução do "Plano".
- Art. 6.º Quando forem celebrados contratos ou ajustes, de valor superior a um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a realização de quaisquer despesas à conta dos recursos do "Plano", ficarão tais contratos ou

ajustes sujeitos a registro prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legis-

lação em vigor.

§ 1.º Na hipótese de recusa de registro, poderá o Presidente da República mandar executar o contrato ou ajuste, se o bem público ou o interêsse da administração o reclamar.

§ 2.º O Tribunal de Contas examinará a execução dos contratos e ajustes a que se refere êste artigo, em face do relatório de que trata o art 10.

Art. 7.º As ordens de pagamento expedidas ou as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S.A. para execução dos programas e projetos aprovados pelo Presidente da República à conta das respectivas dotações, serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e consequentemente levadas a "Restos a Pagar" em conta especial do "Plano".

Parágrafo único. Poderão, também, ser levadas a "Restos a Pagar" as despesas autorizadas, até 31 de dezembro, pelo Presidente da República e relacionadas para êsse fim, até 15 de janeiro seguinte, por autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

- Art. 8.º A comprovação primária das despesas realizadas para execução do "Plano" será feita perante os Ministros de Estado e dirigentes dos órgãos subordinados ao Presidente da República.
- § 1.º Examinadas e julgadas as contas por estas autoridades, deverão constituir, em seguida, objeto de circunstanciado relatório que será encaminhado, até 30 de junho de cada ano, ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.
- § 2.º Cabe ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda proceder à coordenação de todos os relatórios e submetê-los, com o parecer da Comissão de Orçamento, à consideração do Presidente da República para os fins do art. 10.
- Art. 9.º A Contadoria Geral da República demonstrará as operações de receita e despesa com a execução do "Plano" em balanço à parte, incorporando, porém, os seus resultados ao balanço patrimonial da União.
- Art. 10. Até 30 de setembro de cada ano, o Presidente da República, por intermédio do Ministério da Fazenda e em circunstanciado relatório, dará contas, ao Tribunal de Contas, das operações realizadas no exercício antecedente e constantes dos balanços da Contadoria Geral da República, com a aplicação do regime especial instituído por êste decreto-lei.
- Art. 11. O Tribunal de Contas procederá ao exame das operações do "Plano" em face do relatório circunstanciado a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Procederá, igualmente, o Tribunal de Contas ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos para êsse fim anexos àquele relatório circunstanciado.

Art. 12. O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

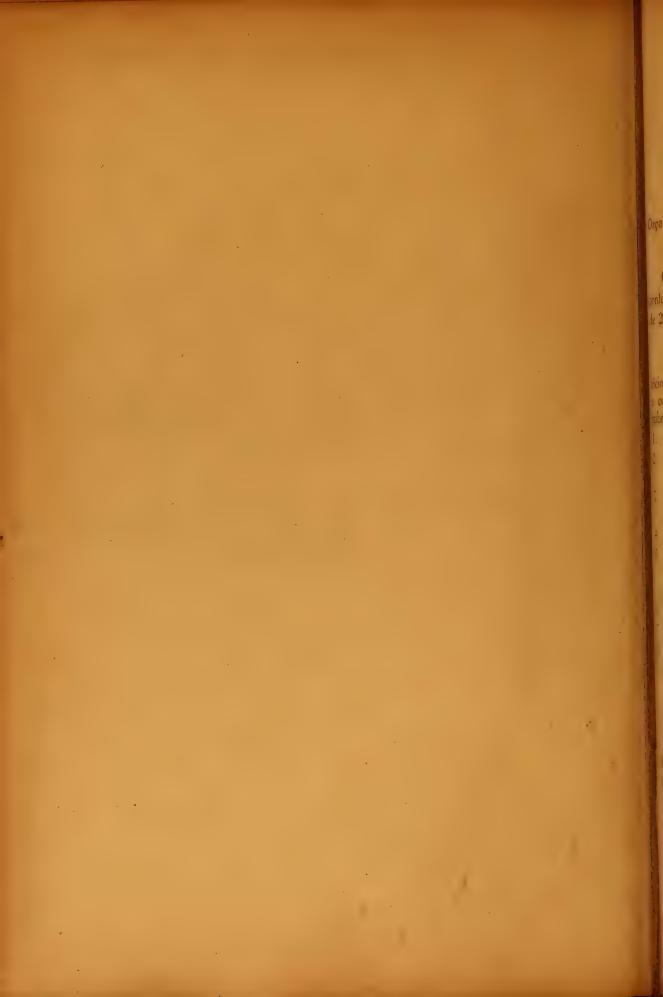
GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.
Alexandre Marcondes Filho.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
J. P. Salgado Filho.

ORÇAMENTO DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA 1945

DECRETO-LEI N.º 7.213 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

PARTE REFERENTE À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



DECRETO-LEI N. 7.213 — de 30 de dezembro de 1944

Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1945.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos têrmos do Decreto-lei n. 6.144, de 29 de dezembro de 1943,

DECRETA:

Art. 1.º — A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1945, é estimada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e constituir-se-á dos recursos que forem arrecadados sob as seguintes rubricas:

ruo	ricast		
1.	Taxa sôbre operações cambiais		300.000.000,00
2.	Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação		150.000.000,00
3.			
	tido para o exterior		
4.	Juros das contas do Plano no Banco do Brasil.		30.000.000,00
5.	Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista e autarquias de		*** 000 000 0 0
	exploração comercial e industrial		50.000.000,00
6.	Produto de operações de crédito		200.000.000,00
7.	Saldos que forem apurados em Balanços		_
0	Eventuais		270.000.000,00
0.	Eventuals		
	TOTAL DA RECEITA	Cr\$	1.000.000.000,00

Art. 2.º — A Despesa do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1945, é fixada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e obedecerá à seguinte distribuição:

1	Departamento Administrativo do Serviço Pú-	
A +,	blico	200.000,00
2	Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000,00
	Ministério da Aeronáutica	90.000.000,00
	Ministério da Agricultura	74.096.536,00
	Ministério da Educação e Saúde	61.976.392,00

6.	Ministério da Fazenda	6.865.000,00
7.	Ministério da Guerra	76.000.000,00
·8.	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	60.000.000,00
9.4	Ministério da Marinha	15.875.000,00
10.	Ministério das Relações Exteriores	5.375.000,00
11.	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.	6.512.953,00
12.	Ministério da Viação e Obras Públicas	588.099.119,00
	TOTAL DA DESPESA	1.000.000.000.00

Art. 3.º — Faz parte integrante dêste decreto-lei a tabela que o acompanha de discriminação das despesas do "Plano de Obras e Equipamentos".

Art. 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a promover as operações de crédito que se fizerem necessárias, até o limite previsto na rubrica n. seis (6) do artigo 1.º dêste decreto-lei.

Art. 5.° — O presente decreto-lei entra em vigor em 1.° de janeiro de 1945.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

P. de Leão Veloso.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO

PÚBLICO — CR\$ 200.000,00

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

CR\$ 200.000,00

Quadro de discriminação da despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS	01 — Estudos e projetos	200.000
01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização	Total geral	200.000

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

CR\$ 15.000.000,00

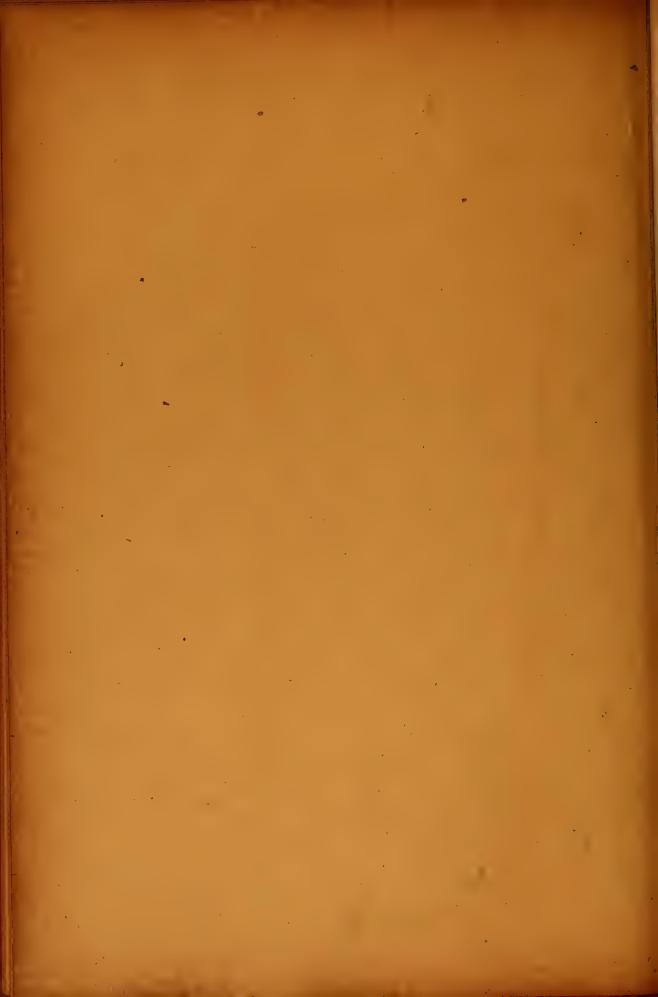
Quadro de discriminação da despesa:		
CONSIGNAÇÃO III — DISPONIBILI- DADES	ou em prosseguimento, equi- pamentos diversos, desapro- priação ou aquisição de imó-	
05 — Dotação destinada às despe- sas decorrentes de projetos	veis, segundo autorização do Presidente da República	15.000.000
novos ou alteração de pro- jetos, obras a serem iniciadas	Total geral	15.000.000

Este livro deve ser devolvido ne di.

	BILL	carimbada	of.
		-	
	-		
	. 7		
-			
	·		
			-
			_
-			
		Inn a	
		Imp. Macional —	

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO ANEXOS 1 e 13.





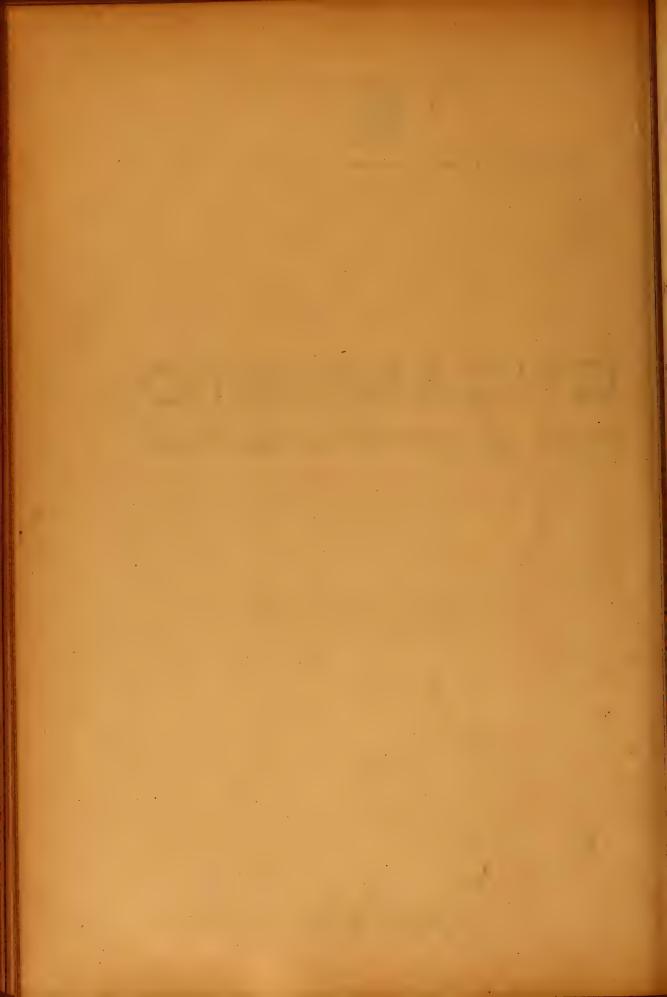
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ORÇAMENTO

PARA O EXERCÍCIO DE 1945

DECRETO-LEI N. 7.191
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

1944 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - BRASIL



DECRETO-LEI N.º 7.191 — de 23 de dezembro de 1944

Orçamento Geral da República para o exercício de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

- Art. 1.º Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1945, o Orçamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, discriminado pelos Anexos de ns. 1 a 22, integrantes dêste Decreto-lei, sendo a Receita estimada em oito bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros (Cr\$ 8.232.399.000,00) e a Despesa fixada em oito bilhões, duzentos e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e onze cruzeiros (Cr\$ 8.205.297.811,00).
- Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na fórma da legislação respectiva e das especificações do Anexo n. 1, sob os seguintes grupos:

RENDA ORDINÁRIA	Cr\$	Cr\$
I — RENDAS TRIBUTÁRIAS.	6.637.200.000,00	. •
II — RENDAS PATRIMONIAIS.	79.200.000,00	
III — RENDAS INDUSTRIAIS.	409.415.000,00	
IV — DIVERSAS RENDAS	341.238.000,00	7.467.053.000,00
RENDA EXTRAORDINÁRIA.		765.346.000,00
TOTAL DA RECEITA		8.232.399.000,00
Art. 3.º — A Despesa, na fórma com a satisfação dos encargos da Unia serviços públicos, sob a seguinte distri	io e com o custeio e	a 22, será realizada a manutenção dos
Anexo n. 2 — Presidência da Repúbl	ica	2.846.200,00
Anexo n. 3 — Departamento Admir viço Público		18.248.100,00
Anexo n. 4 — Departamento de Impa Anexo n. 5 — Instituto Brasileiro de		14.165.160,00
THICAU II. U THISTITUTE OF		10 137 600 00

DECRETO-LEI N. 7.191 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

Anexo n. 6 — Conselho Federal de Comércio Exterior.	1.834.340,00
Anexo n. 7 — Conselho de Imigração e Colonização	676.600,00
Anexo n. 8 — Conselho Nacional de Águas e Énergia	
Elétrica	1.520.600,00
Anexo n. 9 — Conselho Nacional do Petróleo	50.021.000,00
Anexo n. 10 — Conselho de Segurança Nacional	514.440,00
Anexo n. 11 — Coordenação da Mobilização Econômica.	10.288.500,00
Anexo n. 12 — Comissão Central de Requisições	342.100,00
Anexo n. 13 — Ministério da Aeronáutica	619.950.143,00
Anexo n. 14 — Ministério da Agriçultura	311.355.092,00
Anexo n. 15 Ministério da Educação e Saúde	595.700.110,00
Anexo n. 16 — Ministério da Fazenda	2.668.000.000,00
Anexo n. 17 — Ministério da Guerra	1.577.765.721,00
Anexo n. 18 — Ministério da Justiça e Negócios Inte-	
riores	427.724.562,00
Anexo n. 19 — Ministério da Marinha	616.224.778,00
Anexo n. 20 — Ministério das Relações Exteriores	85.428.000,00
Anexo n. 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Co-	
mércio	315.627.000,00
Anexo n. 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas	867.927.765,00
,	
TOTAL DA DESPESA	8.205.297.811,00

Art. 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito, que se tornarem necessárias, por antecipação de Receita, até o máximo de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00).

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

P. de Leão Veloso.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

RECEITA E DESPESA

SUMÁRIO

RECEITA ESTIMADA

CONTRACTOR A	ORDINÁRIA
DENIDA	IJKIJINAKIA

I	DENIDAS	TRIBUTA	RIAS

Renda	2.592.083.000,00	
Consumo	2.319.520.000,00	
Sêlo		
Importação	851.685.000.00	
Territórios	10.922.000,00	6.637.200:000,00

II — RENDAS PATRIMONIAIS

Renda de capitais nacionais	65.000.000,00	
LaudêmiosOutras rendas patrimoniais	8.500.000,00 5.700.000,00	79.200.000,00
Outras rendas patrimoniais.	011001101,11	

III - RENDAS INDUSTRIAIS

Departamento dos Correios e Telégrafos	285.000.000,00	
Estradas de ferro	101.340.000,00	
Imprensa Nacional	12.000.000,00	
Outras rendas industriais	11.075.000,00	409.415.000,00

IV — DIVERSAS RENDAS

2.160.000,00 2.000.000,00 1.228.000,00 341.23	8.000,00 7.467.053.000,0
2.000.000,00	
'x cd 000 00	
5.000.000,00	
0.000.000,00	
	0.000.000,00 2.000.000,00 5.000.000,00 5.000.000,00 8.850.000,00 5.000.000,00

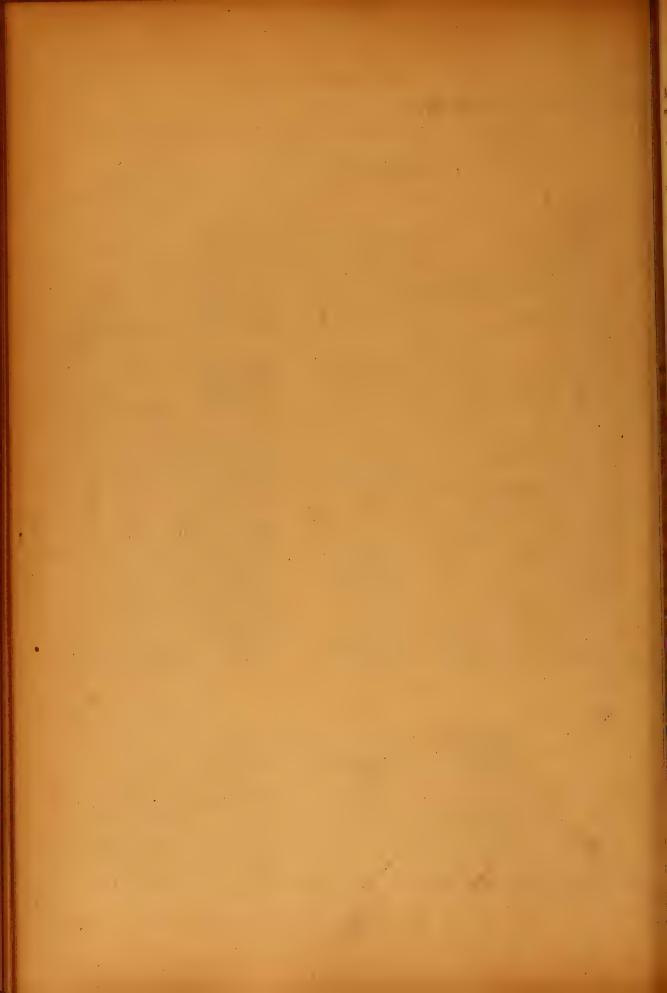
RENDA EXTRAORDINÁRIA

Impôsto sôbre lucros extraordinários	240.000.000,00
Impostos da municipalidade	193.000 000,00
Diferenças de câmbio	80.000.000,00
Eventuais	58.000.000,00
Cobrança da dívida ativa	57.000.000,00
Taxas de água e de exgoto	53.000.000,00
Parte dos Estados no serviço de juros e amortização, etc	30,707,000,00
Adicional de 10% s/ tarifas ferroviárias	15.000.000,00
Indenizações	15.000.000,00
Taxa sôbre óleos combustíveis e carvão, etc	12.000.000,00
Outras rendas extraordinárias	11.639.000,00

765.346.000,00

. DESPESA FIXADA

	1.	
I — PESSOAL		
Permanente	1.624.776.187,00	
Extranumerário	817.283.200,00	
Vantagens	215.912.935,00	
Indenizações	54.685.860,00	
Outras despesas com pessoal	204.407.046,00	
Pessoal adido e em disponibilidade	842.343,00	
Inativos	355.070.000,00	4
Pensionistas	91.879.060,00	7 608 262 066 00
Etapas e auxílios	243.405.435,00	3.608 262.066,00
II — MATERIAL		
Permanente	292.237.003,00	
De consumo	997.973.433,00	
Diversas despesas	°211.749.453,00	
Outras despesas com material	50.653.600,00	1.552.613.489,00
III — SERVIÇOS E ENCARGOS		
Abono familiar.	50.000.000,00	
Auxílios, contribuições e subvenções	586.004.696,00	
Acordos	18.350.000,00	
Comissões e despesas no exterior	22.440.000,00	
Diferenças de câmbio	80.000.000,00	
Fundo nacional do ensino primário	15.500.000,00	
Reposições e restituições	12.000.000,00	
Remessas para o exterior	38.000.000,00	
Prêmios, diplômas, condecorações e medalhas	26.416.000,00	
Previdência social	131.033.000,00 8.241.000,00	
Propaganda e difusão cultural	23.000.000,00	
Sentenças judiciárias	189.656.030,00	
Serviços contratuais	33.700.000,00	
Serviços de transporte postar	49.760.000,00	
Serviços educativos e culturais	7.478.000,00	
Serviços de saúde e de higiene.	18.860.000,00	
Estradas de ferro mantidas em regimes especiais	7.600.000,00	
Outros serviços e encargos	102.348.775,00	1.420.387.501,00
737.		3.455.000,00
IV — EVENTUAIS		0.400.000,00
V — DÍVIDA PÚBLICA		
Externa 440.092.775,00		
Consolidada.	050 460 755 00	
Interna 510.376.980,00	950.469.755,00	
Flutuante	670.110.000,00	1.620.579.755,00
TOTAL DA DESPESA		8.205.297.811,00
Superavit		27.101.189,00
TOTAL		8.232.399.000,00



Títulos-capítulos-órgãos-parágrapos-rubricas-alíneas	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)						
0 0 000 0 00 0	ALÍMBAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	óngIos	CAPÍTULOS	TÍTULOS	
0.0.000.0.000.0 — RECEITA GERAL						8,232,390	
					-		
1.0.000.0.00.0 — RENDA ORDINÁRIA					1	7.467.053	
1.1.000.0.00.0 - Rendas Tributárias					6.637.200		
1.1.104.0.00.0 — MINISTÉRIO DA PARENDA				6.637.200			
1.1.104.1.00.0 — Impôsto de importação e afins			851.685				
01.0 — Direitos de importação para consumo e adi-							
cionais		848.700					
1 — Direitos de importação para consumo	785.000				'		
2 — Adicional de 10%	62.000						
despachados com isenção de direitos de		. ,	9				
importação	1.700						
02.0 — Expediente das capatasias		.185					
03.0 — Armazenagem		100 100					
05.0 — Impôsto de docas		2.600					
1.1.104.2.00.0 — Impôsto de consumo			2.319.529				
01.0 Fumo		700.000					
02.0 — Bebidas e adicionais		438.400			,		
1 Bebidas.	400,000						
2 — Adicional para a assistência hospitalar 3 — Adicional para o ensino primário	19,200 19,200						
O3.0 Álcool	19.200	15.000					
04.0 — Fósforoa		115.000					
05.0 Sal		24.000	1				
06.0 — Calçados		95,000 85,000	1				
08.0 — Especialidades farmacêuticas		58.000	i				
09.0 — Conservas		45.000					
10.0 — Vinagrés e óleos adequados à alimentação		25,000	1				
11.0 Velas		3.600 250.000	1				
13.0 — Artefatos de tecidos e de peles		78.000					
· 14.0 — Papel e seus artefator		10,000					
15.0 Cartas de jogar		2,600					
16.0 — Chapéus e bengalas		12.200 11.000	1				
18.0 — Ferrageus (artefatos de ferro e outros metais)		12.000					
19.0 - Café torrado ou moido e chá		20.300					
20.0 — Banha, manteiga e sucedâneos	10,	9,300	I .				
21.0 — Móveis 22.0 — Armas de fogo, munições e fogos de artifício	0.	36,000 3,100					
23.0 — Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos		13.800					
24.0 — Queijos e requeijões		9.400					
25.0 — Eletricidade		18,400	1				
26.0 — Tintas e vernizes		32.000					
27 0 — Leques		170 5.800					
29.0 — Pincéis para barba e obras de cutelaria		3.700					
30.0 — Pentes, escôvas, espanadores e vassouras		8.800	1				
31.0 - Brinquodos	-	4.000	1				
32.0 — Artefatos de couro e outros materiais		13,800					
		•		,			

TÍTULOS-CAPÍTULOS - ÓRGÃOS - PARÁ GRAFOS - RUBRICAS-ALÍNEAS	1	SIIMAIIVA	S (EM MILI	LARLES DE	CRUZEIROS	,
0 0 000 0 00 0°	ALÍNEAS	PUBRICAB	PABÁGBAFOS	6ngXos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
					1	
.1.104.2.33.0 — Jóias e obras de ourives		15.200				
34.0 — Bijuterias, objetos de adôrno e de utilidade e relógios	,	5.600				
35.0 — Gasolina, nafta, óleos e carbureto de cálcio.		14.000				
36.0 — Ladrilhos, mosaicos, azulejos, aparelhos						
sanitários, etc		7.200 2.000				
38.0 — Material ótico, fotográfico e cinemato-						
gráfico		2.500				
40.0 — Cimento		40,000				
41.0 — Linhas, cordoalha e botões		7.700				
42.0 — Açúcar		62.000				
43.0 — Emolumentos de escritórios comerciais		3.700				
44.0 — Selagem de estoque		750				
20,0						
1.1.104.3.00.0 — Impôsto de renda e proventos de qualquer na-						
tureza	-		2.592.083			
01.0 — Impôsto sôbre a renda de pessoas físicas, e						
adicionais		948.122				
1 — Impôsto sôbre a renda de pessoas físicas	920.000					
2 — Adicional para proteção à família	28,122	1.045.000				
03.0 — Imposto sobre a renda de pessoas junideas.		1.040.000				
nas fontes (inclusive sôbre lucros fortúitos,						
valores distribuídos em sorteios por clubes						
¿ de mercadorias, prêmios concedidos em sorteios imediante pagamento em pres-						
tações, por associações construtoras)		490.000				
04.0 — Impôsto sôbre prêmios de seguros marí-		200.000				
timos e terrestres, de seguros de vida,		•				
pensões, pecúlios, etc		107 .130				
gados em hipotecas		1.831				
8		1.001				
.1.104.4.00.0 — Impôsto do sêto e afins	6		862,990			
01.0 — Impôsto do sêlo		860,000				
02.0 — Impôsto sôbre operações a têrmo		2,900				
03.0 — Impôsto sôbre vales para brindes		90				
1 104 5 00 0 /mmedas aus samuelas à Thire nes Thuri						
.1.104.5.00.0 — Impostos que competem à União nos Terri-			10.922			
			10.932			
01.0 — Território do Acre		. 250				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	-					
4 — Impôsto de vendas e consignações 5 — Impôsto de exportação de mercadorias	250					
7 — Rendas diversas						
02.0 — Território do Amapá		1.142				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	64	'				
2 — Impôsto de transmissão de propriedade causa mortis	. 3					
3 — Impôsto de transmissão de propriedade	9					
imóvel inter sisos	25					
4 — Impôsto de vendas e consignações	450					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias 6 — Impôsto de indústrias e profissões	800		4			
7 — Rendas diversas	. 600					
03.0 — Território de Fernando de Noronha		Street.				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	_					

TÍTULOS-CAPÍTULOS-ÓRG TOS PARÁGRAPOS-RUBRICAS-ALÍNEAS	1	ESTIMATIVA	8 (EM MIL	HARES DE	CRUZEIROS)
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	óng los	CAPÍTULOS	rfr01.08
1.1.104.5.03.2 — Impôsto de transmissão de propriedade						
causa mortis	_					
3 — Impôsto de transmissão de propriedade imóvel inter riros	_					
4 — Impôsto de vendas e consignações	_					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias	-					
6 — Impôsto de indústrias e profissões 7 — Rendas diversas						
04 0 — Território do Guaporé		2.373				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	22					4
2 — Impôsto de transmissão de propriedade						
causa mortis	6					
imóvel inter riros	65					
4 — Impôsto de vendas e consignações	700					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias	1.500		6			
6 — Impôsto de indústrias e profissões	80	1				
05.0 — Território de Iguaçú		3.465				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	500					
2 — Impôsto de transmissão de propriedade cau-	15					
sa mortis	19					
imóvel inter riros	500					
4 — Impôsto de vendas e consignações	820					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias 6 — Impôsto de indústrias e profissões	1.300					
7 — Rendas diversas	_					
06 0 — Território de Ponta Porã		3 645				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territoria.	350					
2 — Impôsto de transmissão de propriedade causa mortis	30					
3 — Impôsto de transmissão da propriedade						
imóvel inter riros	650					
4 — Impôsto de vendas e consignações	1.330					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias. 6 — Impôsto de indústrias e profissões	300					
7 — Rendas diversas	600					
07 0 — Território do Rio Branco		47				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial 2 — Impôsto de transmissão de propriedade	9	4				
causa mortis	_					
2 — Impôsto de transmissão da propriedade			1	1		
imóvel inter rivos	8					
4 — Impôsto de vendas e consignações 5 — Impôsto de exportação de mercadorias	2		1			
6 — Impôsto de indústrias e profissões	22					
7 — Rendas diversas	-					
1.2.000.0.00.0 — Rendas Patrimoniais					79.200	
1.2.104.0.00.0 ministério da pazenda				79 20	0	
01.0 - Por le de Canitais Masissasia		65 000	,			
01.0 — Renda de Capitais Nacionais 02.0 — Renda dos Próprios Nacionais		3 000				
03.0 — Foros de terrenos de marinha e seus acres-						
cidos		1.250				
04.0 — Laudémios		8 5(K	1			
e arrendamento dos terrenos de marque.	1	1 000	n			
o minimum on the services to manker		1			1	1

tívulos-capírulos-órgãos-parágrapos-rubbicab-alínbas	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)							
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	rfrucos		
1.2.104.0.06.0 — Quota de arrendamento das estradas de ferro de propriedade da União		45 0						
1.3.000.0.00.0 — Rendas Industriais					409,415			
1.3.008.0.00.0 — CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO				5.000				
01.0 — Produto da venda de gás e petróleo		5.000				•		
1.3.101.0.00.0 — ministério da abronáutica				85				
01.0 — Renda da Diretoria de Aeronáutica Civil.	6	85						
1.3.102.0.00.0 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA				25 8				
01.0 — Renda do Instituto de Química Agrícola.		8						
02.0 — Renda do Laboratório da Produção Mineral		250						
1.3.103.0.00.0 — ministério da educação e saúde				2.345				
01.0 — Renda das Escolas Técnicas e Industriais.		130						
02.0 — Renda do Instituto Nacional de Surdos- Mudos		35						
03.0 - Renda do Instituto Oswaldo Cruz		180						
04.0 — Renda do Serviço Federal de Águas e Es-		2,000						
gotos		2.000						
1,3.104.0.00.0 — MINISTÉRIO DA FAZENDA				1.600				
01.0 — Contribuição das companhias ou emprêsas								
de estradas de ferro e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras.		1,100						
02.0 — Renda da Casa da Moeda		.400						
03.0 — Renda do Laboratório Nacional de Análises		100						
1.3.106.0.00.0 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTE- RIORES				12.037				
01.0 — Renda do Depósito Público do Distrito Fe-								
deral		15						
02.0 — Renda do Gabinete de Fisioterapia e Radio-		22						
logia da Policia Militar		12.000	1					
. 1.3.109.0.00.0 — ministério do trabalho, indústria e				45		.*		
COMÉRCIO				20				
01.0 — Renda do Instituto Nacional de Tecnologia		450				.0		
1,3,110.0,00.0 — ministério da viação e obras públicas.	87			387.64		?		
. 01.0 - Renda do Departamento dos Correios e Te-			1					
légrafos		285.00	1					
03.0 — Renda da Estrada de Ferro da Bragança		2.00				1		
04.0 — Renda da Estrada de Ferro Central do Rio						1		
Grande do Norte		6.20						
tina		14.00						
. 06.0 — Renda da Estrada de Ferro de Goias 07.0 — Renda da Estrada de Ferro Madeira-Ma		12.00	0					
more		6.10	0					
1								

títulos- capítulos-órgãos-parágrapos rubricas-alíneas	1	ESTIMATIVA	S (EM MIL)	HARES DE	CRUZEIROS)	
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	BUBRICAS	Parágra p os	бвалоз	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1,3,110.0.08.0 — Renda da Estrada de Ferro São Luiz a Teresina		4.000				
09.0 — Renda da Estrada de Ferro Tocanfins 10.0 — Renda da Inspetoria Federal de Obras		40 52 0				
contra as Sêcas. 11.0 — Renda do Pôrto de Natal, administrado pela União		780				
12.0 — Renda da Rêde de Viação Cearense 13.0 — Renda da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro		10.000 43.000				
1.4.000.0.00.0 — Diversas Rendas					341.238	
1.4.003.0.00.0 — DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA				1.210	,	
01.0 — Renda proveniente da locação de filmes ofi- ciais.		450	,			
02.0 — Taxa de censura cinematográfica, teatral, etc		760				
1.4.101.0.00.0 — ministério da abronáutica				1.100		
01.0 Montepio da Aeronáutica		1.100		66,460		
01.0 — Impôsto de Cr\$ 0,60 sôbre cada saca de						
44 quilogramas de farinha de trigo impor- tada ou produzida no país com grão de pro- cedência estrangeira		12.000				
02.0 — Renda dos Aprendizados Agrícolas 03.0 — Renda da Divisão de Águas		40 90				
04.0 — Renda da Divisão de Caça e Pesca 05.0 — Renda da Divisão de Defesa Sanitária Animal		450				
06.0 — Renda da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal		520		,		
07.0 — Renda da Divisão do Fomento da Produ- ção Animal		450				
ção Mineral		180				
ção Vegetal	1	2.450 · 1.050	0			
12.0 — Renda da Escola Nacional de Agronomia. 13.0 — Renda da Escola Nacional de Veterinária.		50 1:	1			
14.0 — Renda do Instituto de Biologia Animal. 15.0 — Renda do Instituto de Experimentação Agrícola		110				
16.0 — Renda do Instituto de Fermentação (an tigo Laboratório Central de Enologia)		1.80				
17.0 — Renda do Serviço Florestal	-	5				
19.0 — Renda do Serviço de Meleorologia 20.0 — Renda da Superintendência do Ensin	ó		5			
Agrícola e Veterinário		2.80	0			
quartzo23.0 — Taxa de classificação comercial e fiscali	-	15.00				
zação da exportação do algodão	•	60	01	1	1	1

Títulos-capítulos-óegãos-parágrafos-rubricas-alíneas	1	DITMATIVA	S (EM MILE	•	1	
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
		·			1	1
.4.102.0.24.0 — Idem, idem do cacau		180 2.700				
25.0 — Idem, idem do café		220			-	
27.0 - Idem, idem de couros e peles de animais		100				
domésticos		150 100				
28.0 — Idem, idem de frutas cítricas		280				
30.0 - Idem, idem do pinho		150				
31.0 — Idem, idem de outros produtos padronizados		1.100				
32.0 — Idem, idem de produtos não padronizados. 33.0 — Taxa de desinfecção		220				
34.0 — Taxa de expansão da pesca		350				
35.0 — Taxa de fiscalização do comércio de fa-						
rinhas		2.000 3.400				
36.0 — Taxa fito-sanitária		5.000				
38.0 — Taxa sôbre a produção efetiva das minas.		5.700				
39.0 — Taxa de registo de exportadores e classifi-		40				
cadores de produtos agrícolas e pecuários 40.0 — Taxa de utilização, fiscalização, assistência		40				
técnica e estatística para a exploração de						
energia elétrica		6.000				
1.4.103.0.00.0 ministério da educação e saúde				78.553	3	
of a Dudy J. Diblisters Western		15				
01.0 — Renda da Biblioteca Nacional		1.100				
03.0 — Renda do Conservatório Nacional de Canto						
Orfeônico		20				
04.0 — Renda do Departamento Nacional de Edu- cação		12.160				
1 — Divisão de Educação Física	30	1			1	
2 — Divisão do Ensino Comercial	1.430	1				
3 — Divisão do Ensino Secundário	9 800	1				
4 — Divisão do Ensino Superior	300	82	2			
06.0 — Renda da Escola Nacional de Educação						
Física e Desportos		22	}			
07.0 — Renda da Escola Nacional de Engenharia 08.0 — Renda da Escola Nacional de Minas e Me-		450	, 			
talurgia		45	5			
09.0 — Renda da Escola Nacional de Música		150	_ 1			
10.0 — Renda da Escola Nacional de Química		160				
 11.0 — Renda da Faculdade de Direito de Recife. 12.0 — Renda da Faculdade de Medicina da Bahis 		27				
13.0 — Renda da Faculdade de Medicina de Pôrto						
. Alegre		260				
14.0 — Renda da Faculdade Nacional de Direito .15.0 — Renda da Faculdade Nacional de Filosofia		34				
16.0 — Renda da Faculdade Nacional de Medicina		52	1			
17.0 - Renda da Faculdade Nacional de Odon	-					
tologia		.9	0			
18.0 — Renda do Instituto Nacional de Cinema Educativo		1	5			
19.0 — Renda do Instituto Nacional de Surdos						
Mudos (jóias e pensões de alunos)			0			
20.0 — Renda do Instituto de Psicologia		-	4			
21.0 — Renda do Museu Histórico Nacional 22.0 — Renda do Museu Imperial		_				
23.0 — Renda do Serviço Nacional de Doença						
Mentais		10	00			

tífulos-capítulos-órgãos-parágrapos-rubricas-alíneas	1	ESTIMATIVA	S (EM MII.	HARES DE	CRUZEIROS)
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.4 103 0 24.0 — Renda do Serviço Nacional de Fiscalização						
dá Medicina		120				
26.0 — Taxa de expurgo das embarcações		62 000 450				
1.4 104.0.00.0 — ministério da pazenda				48 795		
01.0 — Classificação e avaliação de pedras preciosas		1.100				
02.0 — Contribuição para fiscalisação bancária		8.500				1
• 03.0 — Contribuição para fiscalização geral de lo- terias		110				
04.0 — Montepio dos empregados públicos civis.		3.900				
05.0 — Produto de depósitos abandonados (dinheiro					,	
e objetos de valor)		100				
loterias		35 000	4			
07.0 — Taxa de visitas a embarcações nos fundea-		90		1		
douros		80 5				
1 4 105.9.00.0 — MINISTÉRIO DA, GUERRA				12,000		
01.0 Montepio da Guerra	•	11 200				
02.0 Taxa militar		800				
1.4.106.0.00.0 — ministério da jubtiça e negócios interiores				13 810		
01.0 Custas judiciais		930				
02.0 — 10% sôbre a percentagem percebida pelos porteiros dos auditórios sôbre o produto						
das vendas de bens móveis e imóveis		40				
03.0 — Prêmios de depósitos públicos		• 40				
04.0 — Renda do Departamento Federal de Segurança Pública		2,000				
1 — Renda do policiamento interno de emprêsas		2.000				
e estabelecimentos particulares 2 — Rendas diversas	200					
~ 05.0 — Sêlo penitenciário.	1.800	9.200				
06.0 — Taxa judiciária federal e da justica local do						
Distrito Federal		1,600				
1 4 107 0 00 0 ministério da marinha				2 650		
01 0 Montepio da Marinha		2 650				
1 4 108 0 00 0 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES ENTERICRES				25 000		
	97			35.000		
01 0 — Emolumentos co isulares		35 000				
1.4 100 0 00 0 — MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÉSTRIA E						
COMÉRCIO				81.010		
01.0 Renda do registo das associações e insti-						
tuições de auxílios mútuos e outras or- ganizações de previdência social		16				
02.0 — Taxa sôbre a quota de previdência das		16-				
Caixas e Institutos de Aposentadoria e						
Pensões		9.000 70.000				
04.0 — Participação da União nos lucros do Insti-		70.000				
tuto de Resseguros do Brasil		2.000		*		

Títulos-capítulos-órgãos-parágrapos-rubricas-alíneas		ESTIMATIV	AS (EM MIL	HARES DE C	RUZEIROS)	
p 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.4.110.0.00.0 — ministério da viação e obras públicas .				650		
01.0 — 5% da renda especial da Comissão de Ma-						
rinha Mercante		650				
2.0.000.0.00.0 — RENDA EXTRAORDINÁRIA	,					765 3
2.0.103.0.00.0 ministério da educação e saúde				53.000		
01.0 — Taxa de água		45.000				
02.0 — Taxa de esgôto		8.000				
2.0.104.0.00.0 — MINISTÉRIO DA FAZENDA				694.346		
01.0 — Taxa sôbre óleos combustíveis e carvão, im-		10.00				
portados e de produção nacional 02.0 — Impostos da Municipalidade		12.000 193.000	1			
1 — Indústrias e profissões	43.000					
2 — Vendas e consignações (antigo vendas mer-	150,000					
03 0 Diferencas de câmbio	204.000	80.000				
04 0 Parte dos Estados no serviço de juros e						
amortização de obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas por empréstimo		30.707	,			
05.0 — Produto da cobrança da dívida ativa da		WW 0000				
União 1 — Do impôsto de renda	49.000	57.000				
2 — De outras origens	8.000					
06.0 — Taxa especial sôbre embarcações, cobrada		280				
nas alfândegas 07.0 — Produto da venda de gêneros e próprios na-						
cionais		1.000				
08.0 — Indenizações		15.000	1			
10.0 - Tôdas e quaisquer rendas eventuais		58.000				
11.0 — Heranças jacentes		1.200 240.000	1			
12.0 — Impôsto sôbre lucros extraordinários13.0 — Quota anual do Estado do Amazonas para		210.000				
amortização de empréstimo que lhe foi con-		0.15				
cedido pela União		6.15	0			
2.0.109.0.00.0 — ministério do trabalho, indústria e				3.00		
COMÉRCIO				3.00		
01.0 — Renda de Imigração		3.00	0			
2.0.110.0.00.0 — MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	5			15.00	0	
01.0 — Taxa adicional de 10% sôbre as tarifas do						
transporte das estradas de ferro da União		15.00	10			

ESQUEMA DEMONSTRATIVO DO CÓDIGO DA RECEITA RECEITA GERAL

Títulos 1.º algarismo 0	Capítulos 2.º algarismo 0	Órgãos 3.º, 4.º e 5.º algarismos . 000	Parágrafos 6.º algarismo 0	Rubricas 7.º e 8.º algarismos 00	Alíneas 9.º algarismo 0
		2			Direitos de importação para
		-	Impêsto de importação e afins	Direitos de importação para consumo e adicionais	adicional de 10 % 1.1.104.1.01.2 Adicional de 10 % 1.1.104.1.01.2 Adicional relativo, etc.
	Rendas Tributérias 1.1.000.0.00.0		1.1.104.1.00.0	Expediente das capatazias - 1.1.104.1.02.0	1.1.104.1.01.5
	Fribu	Ministério da Fazenda	Impôsto de consumo 1.1.104,2.00.0	Sal 1.1.104.2.05.0	{
	ndas .	1.1.104.0.00.0	Impôsto de renda e proven- tos de qualquer natureza	Impôsto sôbre a renda de pessoas jurídicas	j .
	Rer		1.1.104.3.00.0	1.1.104.3.02.0	
			Impôsto do sêlo e afins	Impôsto sôbre operações a têrmo	{
			1.1.104.4.00.0	(Tamiténia de France l' 1	(7. A. 7.
			Impostos que competem à União nos Territórios 1.1.104.5.00.0	Noronha	{Impôsto s/ a propriedade territorial
	en .		(Renda de Capitais Nacio-	1.1.104.5.03.1
	o.			nais 1.2.104.0.01.0	
	o.00	Ministério da Fazenda	,	Renda dos Próprios Nacio-	1
.eo	Pat 0000.	1.2.104.0.00.0		1.2.104.0.02.0	
Renda Ordinária 1.0.000.0.00.0	Rendas Patrimoniais 1,2,000,0,00,0			Foros de terrenos de marinha, etc. 1.2.104.0.03.0	
enda .0.00		Conselho Nacional do Pe-	1	Produto da venda de gás	
2.	iais .0	tróleo 1.3.008.0.00.0	ĺ	e petróleo 1.3.008.0.01.0	
	Rendas Industriais 1.3.000.0.00.0			Renda do Departamento dos Correios e Telégrafos	<u>}</u>
	3.00	Ministério da Viação Obras Públicas	}	1.3,110,0.01,0	
	Rer 1.	`.1.3.110.0.00.0		Renda da Viação Férrea Fe- deral Léste Brasileiro	
			1	1.3.110,0,13,0	10 1
		Departamento de Imprensa		Renda proveniente da lo- cação de filmes oficiais) }
		e Propaganda		1.4.003.0.01.0	1
	des 0.0	1.4.003.0.00.0		Taxa cinematográfica, tea- tral, etc.	{
	rsas Rendas		,	1.4.003.0.02.0	(D) : 7 F1 7 F1
	/ersas 1.000.	Ministério da Educação e Saúde	<u> </u>	Renda do Departamento Nacional de Educação	Divisão de Educação Física 1.4.103.0.04.1
	Dive 1.4.	1.4.103.0.00.0		1.4.103.0.04.0	Divisão do Ensino Comercial 1.4.103.0.04.2
		Ministério da Viação e Obras Públicas		5% da renda especial da Co- missão de Marinha Mer-	<u> </u>
		1.4.110.0.00.0		cante 1.4.110.0.01.0	
.g		Ministério da Educação e		Taxa de água 2.0.103.0.01.0	
Renda Extraordinácia 2.0.000.0.00.0		Saúde 2.0.103.0.00.0		Taxa de esgôto 2.0.103.0.02.0	{
xtra 00.0			1	Taxa sobre óleos combus-	
da E		Ministério da Fazenda		tíveis, etc. 2.0.104.0.01.0	
Ren 2		2.0.104.0.00.0		Produto da cobrança da Dívida Ativa da União	Do Impôsto de Renda 2.0.104.0.05.1
				2,0.104.0.05.0	De outras origens 2.0.104.0.05.2



LEGISLAÇÃO DA RECEITA

Relacionada em ordem alfabética por alíneas, rubricas e parágrafos

— A —		AERONÁUTICA, Montepio da	1.4.101.0.01.0
ACRE, Territorio do	1.1 104 5 01 0	Decreto 595 - 28-8-1890	
		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		. Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.º	•
Decreto 22.061 — 9-11-1932		Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.º	
Decreto 22.443 8-2- 1933		Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36			
Lei 366 30-12-1936, art. 27		ÁQUA, Taxa de	2.0.103.0.01.
Decreto-lei 915 — 1-12-1938			
Decreto-lei 1.071 24-1-1939		Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.º	
Circular n.º 8 - 24 - 4-1939, da Diretoria das		Decreto-lei 3.748 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º	
Rendas Internas		Decreto 9.493 27-5-1942, art. 3.0	
		Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943	
AÇCCAR, Impôsto de consumo sôbre	1.1 194.2.42 0	COUAS E ESGOTOS, Renda do Serviço Federal de	1 3.103.0,04.0
Decreto-lei 4.878 27-10-1942		Decreto 12.866 6-2-1918	
Decreto-lei 5.678 17-7-1943	1	Decreto 24.532 — 2-7-1934	
	`	Decreto 24 .623 — 9-7-1934	
		Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.0	
ADICIONAL PARA A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	1,1,104,2,02,2	Decreto-lei 3.748 — 23-10-1942, arts. 1.º e 2.º	
		Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.0	
Lei 4.934 31-12-1925, art. 57		Decreto-lei 5.614 24-6-1942	
Decreto 5.058 9-11-1926, art. 28		2 0 1042	
Decreto-lei 739 24-9-1938, art. 242		ÁLCOOL, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.03.0
Decreto-lei 3.013 — 1-2-1941			1.1.104.2.03.0
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 3 e 4.º § 3.º	
ADICIONAL DE 10% (sôbre direitos de importação para		Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942	
cónsumo)	1,1,104,1,01,2 5	Decreto-lei 5.998 — 18—11-1943.	
Decreto 24 343 - 5-6-1934, art. 2.0		ALGODÃO, Taxa de classificação comercial ediscalização da	
Decreto 24.577 4-7-1934, art. 1.0	•	exportação do	1.4.102.0.23.0
Decreto 24.599 — 6-7-1934, arts. 17 e 19			
Decreto-lei 2.619 - 24-9-1940, arts. 2.0, C.o e 4.5	3	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º 3.º e 5.º	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, arts. 2.0	3)	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto lei 5.329 - 18-3:1943		Decreto-lei 6.186 28-8-1940	•
Detreto let 9.329 18-5-1943		AMAPÁ, Território do	1 1 104 7 00 0
ADICIONAL PARA O ERSINO PRIMÁRIO	1.1.104.2.02.3	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra /	1.1.104.5.02.0
Derreto (ci 6.785 — 11-8-1944		Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.0	
14-0-1941		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
dicional para proteção à família	1.1.104.3.01.2	Decreto-lei 6.550 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 23-12-1944	
Decreto lei 3,200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36			
Detreto id 3.200 19-4-1941, aris. 32 a 36	and the second	AMAZONAS, Quota anual do Estado do para amorti-	
		zação do empréstimo que lhe foi concedido pela	
DICIONAL RELATIVO A MESCADORIAS E MATERIAIS. DES-		União «	2.0.104.0,13.0
PACHADOS COM ISENÇÃO DE DIRBITOS DE IMPORTAÇÃO	-1.1.104.1.01.3	Decreto-lei 6,763 - 3-8-1944, art. 16	
Decreto-lei 309 24-2-1938		AMORTEAÇÃO, Parte dos Estados no serviço de juros e	
		das obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas	
DÔRNO Impôsto de congumo cabo billos in the	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	por empréstimo	2.0.104 0.04 0
pôrno, Impôsto de consumo sôbre bijuterias, objetos de	1 1 101 0 0 0	por empresumo	2.0.101 0.01 0
	1.1.104,2.34.0	Decreto 19.412 19-11-1930	
		Decreto 19.503 — 17-12-1930	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 34 e 4.º §		Decreto 19.584 13-1-1931	
34		Decreto 19.848 30-1-1931	

AMORTIZAÇÃO, Quota anual do Estado do Amazonas para	A	RRENDAMENTO DOS TERRENOS DE MANGUE, TAXA de	
do empréstimo que lhe foi concedido pela		ocupação dos terrenos de marinha e	.2.104 0 05 0
	0.104.0.13.0		
União "		Decreto 14.595 31-12-1920	
Decreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16		Decreto 14.596 31-12-1920	
Decreto-tel 0.103 - 0 0 1022 2.00 10		Decreto-lei 2.490 - 16-8-1940	
		Decreto-lei 3.438 17-7-1941	
ANÁLISES, Renda do Laboratório Nacional de	1.3.104.0.03.0	Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943	
ANALISES, Renda do Laboratorio Italia			
Lei 813 23-12-1901, art. 5.°			
Decreto 4.050 — 13-1-1920		ARTEFATOS DE BORRACHA, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104 2.28.0
Decreto 14.167 3-12-1943			
Decreto 12.101 0 14 10 5		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 28 c	
ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial c		4.º § 28	
fiscalização da exportação de couros e peles de	1.4.102.0.27.0		
ilscannagao da orporagao de como		7 0/ 1	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0		ARTEFATOS DE COURO E OUTROS MATERIAIS, Impôsto de	1 1 104 0 20 0
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		consumo sôbre	1.1.104.2.32.0
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7°.			
Decreto 8.165 5-11-1941		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 32 e	
200000000000000000000000000000000000000		4.0 § 32	
APARELHOS ELÉTRICOS, Impôsto de consumo sôbre lâm-	•		
padas, pilhas e	1.1.104.2.23.0		
		ARTEFATOS DE FERRO E OUTROS METAIS, Impôsto de con-	1,1,104,2,18.0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º		sumo sôbre ferragens	1.1.104.2.10.0
§ 23		10.5	
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e	
APARELHOS SANITÁRIOS, Impôsto de consumo sôbre la-		4.0 § 18	•
drilhos, mosáicos, azulejos, etc.	1.1.104.2.36.0		
Decreto-lei 739 - 24- 9-1938, arts. 1.º n.º 36 e			
4,0, § 36		ARTEFATOS DE TECIDOS E DE PELES, Impôsto de consumo	1.1.104.2.13.0
		sôbre	1.1.104.2.10.0
APOSENTADORIA E PENSÕES, Taxa sôbre a quota de previ-			
dência das caixas e institutos de	1.4.109.0.02.0	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e	
		4.0 § 13	
Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.º		Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939	
Decreto 22,090 16-11-1932, art. 3°.			
Decreto-lei 1.346 15-6-1939, art. 35			1,1,104,2,02,2
		ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, Adicional para a	1,1,10,.2.0
APRENDIZADOS AGRÍCOLAS, Renda dos	1.4.102.0.02.0		
		Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 57	
Decreto 23.979 8-3-1934		Decreto 5.058 — 9-11-1926, art. 28	
Decreto 14.252 10-12-1943		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 242	
*		Decreto-lei 3.013 1-2-1941	
AQUECEDORES, Impôsto de consumo sôbre fogões, foga-		ASSOCIAÇÕES, Renda do registo das e instituições de	
gareiros e	1.1.104.2.39 0	auxílios mútuos e outras organizações de previdência	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º		social	1.4.109.0.01.0
§ 39			
		Decreto 24.784 14-7-1934, art. 29 § 6.º	
ARMAS DE FOGO, Impôsto de consumo sôbre, munições	1 1 104 > 02 0	Delicio 21.101 - 11 1-1501, aiv. 20 3 0.	
e fogos de artifício	1.1.104 2.22.0	- C1 10 0	1,4.104.0.01.0
D . 11 ma . 0/ 2		AVALIAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS, Classificação e	1,2.102.0.01.0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º			
§ 22		Decreto-lei 466 — 4-6-1938, art. 21	
	1 1 104 1 02 0		
ARMAZENAGEM	1.1.104.1.03.0	AZULEJOS, Impôsto de consumo sôbre ladrilhos, mo-	
D 04 204		saicos, , aparelhos sanitários, etc.	1.1.104.2.36.0
Decreto 24.324 — 1-6-1934, arts. 1.º e 2.º		saicos,, aparemos saintarios, etca	
Decreto 24.508 29-6-1934, arts. 3.°, 5.° e 21		70 . 1 . 700 . 24	
Decreto 24.511 — 29-6-1934, arts. 1.° e 7.°		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 36 e	
Decreto-lei 3.982 — 30-12-1941		4.º § 36	
Decreto-lei 5.369 — 1-4-1943			
Decreto-lei 5.994 16-11-1943		- B -	
ADDRESS AND THE MADE OF THE PERSON OF THE PE	Tr.	BANHA, Impôsto de conquimo sôbre, manteiga e su	
ARRENDAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDAD	1.2.104.0.06.0	cedâneos	1.1.104 2.20 0
DA UNIÃO, Quota de	1.2.101.0.00.0	ceasures	
Decreto 15, 152 2-12-1921		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 20	
Decreto-lei 6.698 17-7-1944		4.0 § 20	
2500100 101 01000 11 1 1011			

IIDAS E ADICIONAIS, Impôsto de consumo sôbre	1.1,104.2.02.0	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 2 è 4.º,		Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.º	
§ 2.0			
Decreto-lei 829 28-10-1938, art. 1.º		CATÉ, Taxa de classificação comercial e fiscalização da	
Decreto-lei 2.347 27-6-1940, art. 1.º		exportação do	1.4.102 0.25.0
Decreto-lei 3.013 — 1-2-1941			
Decreto-lei 4.582 — 13-8-1942		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
Decreto-lei 4.695 — 16-9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 5.317 — 11-3-1943			
Decreto-lei 5.678 — 17-7-1943		CAFÉ TORRADO OU MOIDO, Impôsto de consumo sôbre	* 3 ***
Decreto-lei 6.785 11-8-1944		e chá	1.1.104.2.19.0
ıcional para a assistência hospitalar	1.1,104.2,02.2	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.°, n. 19 e	
Lei 4.984 31-12-1925, art. 57		4.4, 8 19	
Decreto 5.058 — 9-11-1926, art. 28			
Decreto-lei 739 - 24- 9-1938, art. 242		CAIXAS E INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, TAXA	•
Decreto-lei 3.013 1- 2-1941		sôbre a quota de previdência das	1.4.109.0.02.0
	* 1 *04 0 00 0		
ixional para o ensino primário	1.1.104.2.02.3	Decreto 20.465 — 1-10-1931, art. 8.°	
Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944		Decreto 22.096 — 16-11-1932, art. 3.º Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35	
AGALAS, Impôsto de consumo sôbre chapéus e	1.1.104.2.16.0		
		CALÇADOS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.06.0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º, u. 16 e			
4.°, § 16 Decreto-lei 1.867 — 13-12-1939		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts., 1.°, n. 6 e 4.°, § 6.°	
	4 4 409 0 04 0	Decreto-lei 5.317 11-3-1943	
LIOTECA NACIONAL, Renda da	1.4.103.0.01.0	Decreto-lei 5.598 — 21-6-1943	
Decreto lei 6.732 24-7-1944			
Decreto 16.167 24-7-1944, art. 12 n. 5		câmbro, Diferenças de	2.0.104.0.03.0
TERIAS, Impôsto de consumo sôbre, objetos de		Decreto 23.801 25-1-1934, art. 5.º	
dôrno e de utilidade e relógios	1.1.104.2.34.0		
Descrito lo: 720 94 0 1029 owice 10 m 24 o		Maria Maria dan	1.1.104.1.02.0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 34 e		CAPATAZIAS, Expediente das	1.1.104.1.02.0
76-9 A 0.1		Lei 3.070 - A - 31-12-1915	
IRACEA, Impôsto de consumo sôbre artefatos de	1,1,104,2,28.0	Decreto 24.508 - 29-6-1934, art. 25, § 2.º	
		Decreto 24.511 29-6-1934	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º, n. 28 e			
4.°, § 28			
rozz, Impôsto de consumo sôbre linhas, cordoalha e	1 1 104 2 4 0	CAPITAIS EMPREGADOS EM HIPOTECAS, Impôsto propor-	1.1.104.3.05.0
nuposto de consumo sobre nunas, cordonna e	1.1.101.2.44.0	cional sôbre	1.1.102.0.00.0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º, n. 41 e		Decreto 21.949 12-10-1932	
4.0, § 41			
INDES, Impôsto sôbre vales para	1.1.104.4.03.0	Dondo do	1.2.104.0.01.0
		CAPITAIS NACIONAIS, Renda de	1.2.102.0.01,0
lai 4.4(0 21 19 1091 91			1.2.102.0.01.0
Lci 4,440 — 3i-12-1921, art. 21 Decreto 15, 524 — 14-6-1922		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15	1.2.102.0.01,0
Lei 4,440 — 31-12-1921, art. 21 Decreto 15, 524 — 14-6-1922 Lei 4,984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45			1.2.102.0.02.0
Decreto 15. 524 14-6-1922			
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15	1.1.104.2.35.0
Decreto 15. 524 14-6-1922	1.1.104.2 31.0	Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e	
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sâbre		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 35 e	
Decreto-15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sâbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 31 e		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n35 e 4.°, § 35	
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sâbre		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 35 e	
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 31 e 4.º, § 31		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n35 e 4.°, § 35	
Decreto-15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sâbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 31 e		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 35 e 4.°, § 35 Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940, art. 3.°	
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 31 e 4.º, § 31		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n35 e 4.°, § 35	
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO-, Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 31 e 4.º, § 31		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 35 e 4.°, § 35 — — — — — — — — — — — — — — — — — —	1.1.104.2.35.0
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO., Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 31 e 4.°, § 31	٠.	Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBUNETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 35 e 4.°, § 35 Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940, art. 3.° CARNAÚBA, Taxa de classificação comercial e fiscalização da exportação da cêra de Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	1.1.104.2.35.0
Decreto 15. 524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45 NQUEDO., Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 31 e 4.°, § 31 — C —		Decreto-lei 867 — 17-11-1938, arts. 14 e 15 CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta, óleos e Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 35 e 4.°, § 35 — — — — — — — — — — — — — — — — — —	1.1.104.2.35.0

CARTAS DE JOGAR, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.15.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da exportação do cacau	1.4.102 0 24.0
Decreto-lci 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 15 e 4.°, § 15		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
•		Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.0	
CARVÃO, Taxa sôbre óleos combustíveis e, importados			
e de produção nacional	2.0.104.0.01.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	
		erportação do café	1.4.102.0.25.0
Decreto-lei 2.667 3-10-1940, art. 13 Decreto-lei 2.878 18-12-1940, art. 2.9, letra b			
Decreto-lei 3.837 — 18-11-1941, art. 1.°		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º c 5.º Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 6.771 — 7-8-1944, art. 13		200000 0,700 20 0 1020, 42.00 02 0 02	
Dondo do	1.3.104.0.02.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da	
CASA DA MOEDA, Renda da	2.0, 202, 0.0, 0.0	exportação de cêra de carnaúba	1.4.102.0.26.0
Decreto 22.269 — 28-12-1932, art. 30		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
	ବା	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 ;	
CENSURA CINEMATOGRÁFICA, TEATRAL, ETC., TAXA de	1,4,003,0.02.0	Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11	
CENSURA CINEMATUGRAFICA, IBAIRAD, BIC., 2004 CC			
Decreto-lei 1.949 — 30-12-1939, art. 59		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	
Decreto-lei 2.541 — 29-8-1940, art. único		exportação de ccuros e peles de animais domésticos	1.4.102.0.27.0
		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
cêra de carnaúba, Taxa de classificação comercial e		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
fiscalização da exportação de	1.4.102.0.26.0	Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		200000000000000000000000000000000000000	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da exportação de frutas cítricas	1.4.102.0.28.0
сил. Impôsto de consumo sôbre café torrado ou moido e	1.1.104.2.19.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 19 e 4.º		Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64	
§ 19			
		classificação comercial, Taxa dee fiscalização da exportação de outros produtos padronizados	1.4.102.0.31.0
CHAPÉUS, Impôsto de consumo sôlta e bengalas	1,1.104.2,16.0	Capatenges at Santon products participation	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.°, n. 16 e 4.		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
§ 16	•	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.206 — 31-8-1940, art. 5.º (piaçaba)	
Decreto-lei 1.867 — 13-12-1939	, ,	Decreto 6.226 — 4-9-1940, art. 5.º (oiticica)	
		Decreto 6.529 - 20-11-1940 (sementes de linho)	
	1.1.104.2.40.0	Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
CIMENTO, Impôsto de consumo sôbre	1.1.101.2.20.0	Decreto 6.824 — 7-2-1941 (paco-paco) Decreto 6.825 — 7-2-1941 (juta)	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 40 e 4.°		Decreto 6.826 — 7-2-1941 (guaxima)	
§ 40		Decreto 6.827 — 7-2-1941, art. 11 (papoula de São	
Decreto-lei 4.588 15-8-1942 Decreto-lei 5.085 14-12-1942		Francisco) Decreto 7,063 — 4-4-1941 (banana)	18"
2000000 101 04000 22 22 20 20		Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de	
	and the second	animais silvestres)	1 7
CINEMATOGRÁFICO (material), Impôsto de consumo		Decreto 7.260 — 28-5-1941, art. 12 (feijão)	
sôbre material ótico, fotográfico e	1.1.104.2.38.0	Decreto 7.261 — 28-5-1941 (batatinha) Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)	
Theresia 1st 2000 - 04 0 4000 - 14 - 2 - 00 - 4 -		Decreto 7.263 29-5-1941 (babaçú)	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º § 38		Decreto 7.264 — 29-5-1941, art. 8.º (piretro)	
-		Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste)	
		Decreto 7.266 — 29- 5-1941 (amendoim) Decreto 7.267 — 29-5-1941 (cebola)	<i>y</i> · •
CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da		Decreto 7.268 — 29 5-1941 (cevada)	
exportação do algodão	1.4.102.0.2330	Decreto 7.436 — 25- 6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º 3.º e 5.º	-	Decreto 7.676 — 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.677 — 19- 8-1941, art. 19 (abacaxi) Decreto 7.710 — 22- 8-1941 (babaçu)	
Decreto 6.186 — 28-8-1940		Decreto 7.784 — 3-9-1941, art. 10 (abacate)	

Decreto 7.785 - 3- 9 1941, art. 7.º (farinha de		COMÉRCIO DE FARINHAS, Taxa de fiscalização do	1.4 102 0 35.0
mandioca)		Decreto-lei 3.445 - 21 7-1941, art. 1.º	
Decreto 7.786 - 3- 9-1941, art. 9.º (cumarú)			
Decreto 7. 819 - 10- 9-1941, art. 8.º (castanha do			
Pará)		COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE, 5% da renda especial da	1 4 110.0 01.0
Decreto 7.902 - 24- 9-1941, art. 16 (erva-mate)			
Decreto 7.903 - 24- 9-1941 (jarina)		Decreto-lei 3.100 - 7-3-1941, arts. 8.º e 13	
Decreto 7.358 — 30- 9-1941 (sapotí)		Decreto-lei 3.595 - 5-9-1941, art. 1.0	
Decreto 7.959 - 30- 9-1941 (conchas)		*	
Decreto 7.960 - 30- 9-1941, art. 6.º (bucho de			
peixe)		COMPANHIAS DE SEGUROS, Contribuição das companhiass	
Decreto 8.164 — 5-11-1941. art. 1.º (trigo, farelo)		ou emprêsas de estradas de ferro e das na-	
Decreto 8,173 6-11-1941 (aveia)		cionais, estrangeiras, e outras	1.8.104.0.01.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5.º (timbó)			
Decreto 8.175 — 6-11-1941 (lentilha)		Lei 126-A 21-11-1892, art. 1.º	
Decreto 8.176 - 7-11-1941 (ervilha)			
Decreto 8.177 7-11-1941, art. 10 (gergelim)			
Decreto 8.178 7-11-1941 (girassol)		COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO, CON-	
Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)		tribuição das e das companhias de seguros, na-	
'Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio)		cionais, estrangeiras, e outras	1.3.104.0.01.0
Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)		0	
Decreto 8.616 28- 1-1942 (guaraná)	1	Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º	
Decreto 8.678 - 5- 2-1942, art. 1.º (charque)		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Decreto 8.983 — 12- 3-1942 (cêra e mel de abelha)			
Decreto 9.618 — 10- 6-1942 (batatinha)		CONSERVAS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.09.0
Decreto 9.779 24- 6-1143, art. 13 (óleo esencial			
de citrus)		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 9 c 4.º,	
Decreto 10.054 - 22- 7-1942 (cebola)		§ 9.0	
Decreto 10.218 — 12- 8-1942 (tabaco em folha, da			
Bahia)			
Decreto 14.249 9-12-1943 (pinho)	18	CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO, Renda do	1.4.103.0.03.0
Decreto 14.269 15-12-1943 (agaves e fourcroyas)			
Decreto 15.398 27- 4-1944 (piretro)		Decreto-lei 4.993 — 26-11-1942, art. 7.º	
Decreto-lei 6.604 19-6-1944, art. 22 (lã de ovino)		2001000 101 11000 30 11 10121 2210 11	
Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)			
		company come Vandes a (Immedia de Municipalidade)	9 0 104 0 09 0
regression of a consensus. There do not be live to the		consignações, Vendas e — (Impostos da Municipalidade)	2.0.104.0.05.0
ASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da exportação do pinho 1.	4 100 0 20 0	7	
exportação do pilitio	.4.102.0.30.0	Decreto 22.061 9-11-1032, art. 25	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts, 2.°, 3.° e 5.°		Lei 187 — 15-1-1936, art. 29	
Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	*	Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º	
Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º		Decreto-let 915 1-12-1956, art. 1.5	
Decreto 14.249 — 9-12-1943			
		CONSIGNAÇÕES, Impôsto de vendas e (Nos Territórios Fe-	
ASSIPICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	2	derais	1.1.104.5.00.4
exportação de produtos não padronizados 1.	.4.102.0.32.0		
		Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23,	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		inciso I, letra d	
Decreto 5.739 — 29-5-1940		Decreto 22.061 - 11-9-1932, art. 26	
Decreto 6.246 6-9-1940, art. 5.º	2	Lei 187 — 15-1-1936, art. 36	
		Decreto-lei 915 — 1-12-1938	
ASSIFICAÇÃO COMERCIAL. Taya de e fiscalisação do		Decreto-lei 915 — I-12-1938 Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.°	
	4 102 0 29 0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.°	
	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	
	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.°	
exportação da semente de mamona 1. Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
exportação da semente de mamona 1.	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.°	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942	4 102.0.29.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 CONSULARES, Emolumentos	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS,		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 CONSULARES, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÁCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e	4.102.0.29.0 4.102.0.39.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 consulares, fimolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto 4.219 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9-4-1940, art. 1.°	1,4,108,0,01,0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIVICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS,		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 consulares, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto 4.219 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9-4-1940, art. 1.° Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.°	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÁCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940	4.102.0,39.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 consulares, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto 4.219 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9-4-1940, art. 1.° Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.° Decreto-7.611 — 12-8-1941	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÁCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 CONSULARES, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto 4.219 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.° Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.° Decreto 7.611 — 12-8-1941 Decreto 12.275 — 19-4-1943	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°. Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23 8-1940 LÉGIO PEDRO II, Renda do 1.	4.102.0,39.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 CONSULARES, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.° Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.° Decreto-lei 12.275 — 19-4-1943 Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIVICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940 Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940 Decreto 16.782-A — 13-1-1925, arts. 30 c 40	4.102.0,39.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 consulares, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto 4.219 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1941, art. 1.° Decreto 7.611 — 12-8-1941 Decreto 7.612 — 12-8-1941 Decreto 12.275 — 19-4-1943 Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942 Decreto-lei 5.569 — 10-6-1943	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940 DEGIO PEDRO II, Renda do 1.	4.102.0,39.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 CONSULARES, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.° Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.° Decreto-lei 12.275 — 19-4-1943 Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942	1.4.108.0.01.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.255 — 11-9-1940 Decreto 8.982 — 12-3-1942 ASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de exportadores e Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940 LÉGIO PEDRO II, Renda do 1. Decreto 16.782-A — 13-1-1925, arts. 30 c 40	4.102.0,39.0	Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 consulares, Emolumentos Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939 Decreto 4.219 — 7-6-1939 Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1941, art. 1.° Decreto 7.611 — 12-8-1941 Decreto 7.612 — 12-8-1941 Decreto 12.275 — 19-4-1943 Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942 Decreto-lei 5.569 — 10-6-1943	1.4.108.0.01.0

consumo, Direitos de importação para	1.1.104.1.01.1	CORREIOS E TALÉGRAPOS, Renda do Departamento dos 1.3.110.0.01.0
Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940		Decreto 11.520 10-3-1915
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940		Decreto 14.722 - 16-3-1921
Decreto-lei 4.061 — 28- 1-1942		Decreto 18.164 — 18-3-1928
Decreto-lei 4.512 — 23- 7-1942		Decreto 20.859 — 26-12-1931
Decreto-lei 4.553 — 6- 8-1942		Decrete 23.807 — 29-1-1934
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942		Lei 537 — 11-10-1937
Decreto-lei 4.834 — 15-10-1942		Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943		Decreto-lei 1.081 30-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 6.462 2- 5-1944		Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.º e 2.º
Decreto-lei 6.686 13- 7-1944		Decreto-lei 2.621 24-9-1940, art. 5.°
Decreto-lei 7.116 4-12-1944		Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941
AANAUN A		Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.0
CONSUMO, Impôsto de	1.1.104,2.00,0	Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único
		Decreto-lei 4,525 — 28-7-1942
Decreto-lei 739 24- 9-1938		Decreto-lei 5.014 1-12-1942
Decreto-lei 826 28-10-1938	31	Decreto-lei 6.613 — 22-6-1944
Decreto-lei 828 — 1-11-1938	120	
Decreto-lei 887 — 24-11-1938		COURO E OUTROS MATERIAIS, Impôsto de consumo sôbre
Decreto-lei 934 8-12-1938		artefatos de 1.1.104.2.32.0
Decreto-lei 1.404 6-7-1939		
Decreto-lei 1.950 — 30-12-1939		
Decreto-lei 1.981 — 26- 1-1940		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 32 e 4.º, § 32
Decreto-lei 2.300 10- 6-1940		the state of the s
Decreto-lei 2.347 — 27- 6-1940		
Decreto-lei 2.615 21- 9-1940		' COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classi-
Decreto-lei 2.818 — 2-12-1940		ficação comercial e fiscalização da exportação de 1.4.102.0.27.0
Decreto-lei 2.898 23-12-1940		
Decreto-lei 2.929 — 31-12-1940		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°
Decreto-lei 3.013 — 1- 2-1941		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
Decreto-lei. 3.178 — 8- 4-1941		Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7,°
Decreto-lei 3.687 — 3-10-1941		Decreto 8.165 — 5-11-1941
Decreto-lei 3.729 — 17-10-1941		
Daniela 1-: 2 000 00 11 1041		
Decreto-lei 3.862 — 22-11-1941		
Decreto-lei 4.038 — 22-11-1941 Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942		CUSTAS JUDICIAIS 1.4.106.0.01.0
	. • •	. CUSTAS JUDICIAIS 1.4.106.0.01.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942	. • .	CUSTAS JUDICIAIS 1.4.106.0.01.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942		Decretc-lei 2.506 20-8-1940
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942		, 000126 903701210
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942		Decretc-lei 2.506 20-8-1940
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.*
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1. Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2. CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.566 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944		Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.* Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.* CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.* n. 29 e 4.* § 29
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.566 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944		Decretc·lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.566 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.988 — 18-11-1943 Decreto-lei 5.986 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944		Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944	1.3.104.0.01.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANBIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANBIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS	1.3.104.0.01.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANBIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANBIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS	1.3.104.0.01.0	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decretc-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1. Decretc-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2. CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 20 e 4.° § 29 DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS	1.3.104.0.01.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS	1.3.104.0.01.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1. Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2. CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 29 e 4.º § 29 DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS	1,3,104,0,01.0 1,4,104,0,02.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.678 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.0	**************************************	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 13.164 — 18-3-1921 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto lei 919 — 1-12-1938, art. 1.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.678 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.0	**************************************	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.789 — 7- 7-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.0	**************************************	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 Departamento dos correios e telégrafos, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEQUEOS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.° CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.° e 2.°	1,4,104,0,02,0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.789 — 7- 7-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.0	1,4,104,0,02,0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 14.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, arts. 5.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.566 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1. CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 4.º e 2.º CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS	1,4,104,0,02,0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, arts. 5.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEQUEOS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.° CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.° e 2.°	1,4,104,0,02,0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941 Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941 Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.°
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.678 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.0 CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.0 e 2.0 CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944	1.4.104.0.03.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.091 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 10-2-1940, art. 1.° correto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.° Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.° Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.566 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1. CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 4.º e 2.º CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS	1.4.104.0.03.0	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941 Decreto-lei 3.830 — 17-41-1941, art. 2.° Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.678 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art 1.0 CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.0 e 2.0 CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944	1.4.104.0.03.0 1.4.104.2.41.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de 1.1.104.2.29.0 Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do 1.3.110.0.01.0 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.091 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 10-2-1940, art. 1.° correto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.° Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.° Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único

Panda		Adicional de 10%	1 1,104.1,01.9
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, Renda	1.4.196.0.04.0	2141001140 46 1070	
		Decreto 24.343 — 5-6-1934, art. 2.º	
Renda de policiamento interno de empresas e estabeleci-		Decreto 24,577 4-7-1934, art. 1.º	
mentos particulares	1.4.106.0.04.1	Decreto 24.599 — 6-7-1934, arts. 17 e 19	
		Decreto-lei 2.619 — 24-9-1940, arts. 2.°, 3.° c 4.°	
Decretc-lei 7.013 — 1-11-1944		Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° Decreto-lei 5.329 — 18-3-1943	
Rendas diversas	1.4.106.0.04.2	Decreto-let 5.329 18-3-1943	
Venues arreises	1,1,100.0.01.0	Adicional relativo a mercadorias e materiais despachados	
Decreto 24.531 — 2-7-1934, arts. 361 a 368		com isenção de direitos de importação	1.1.104.1.01.3
Decreto-lei 6.378 - 28- 3-1944			
		Decreto-lei 300 — 24-12-1938	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Renda do	1.4.103.0.04.0	,	1.3,101.0.01.0
D 04 724 14 7 1024		DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL, Renda da	1.5.101.0.01.0
Decreto 24,734 — 14-7-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto 16.983 22-7-1925	
Decreto-lei 421 — 11-5-1938. art. 22		Decreto 20.914 — 6-1-1932, art. 36	4
		Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941, art. 14	
DEPÓSITO PÚBLICO DO DÍSTRITO FEDERAL, Renda do	1.3.106.0.01.0	Decreto-lei 3.730 18-10-1941, art. 70, § 8.0	
Lei 490 — 16-12-1897, art. 2.° § 2.° n. VII		DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, Produto da cobrança da	2.0.104.0.05.0
Decreto 2.818 23-2-1898			2.0.104.0.05.1
Decreto 23.303 — 30-10-1933, art. 2.°		Do imposto de renda	2,0,101.0.00.1
(Pialaine's chiates de malfa)		Decreto 4.536 — 28-1-1922	
DEPÓSITOS ABANDONADOS, (Dinheiro e objetos de valôr) Produto de	1.4.104.0.05.0	Decreto 5.426 7-1-1928	
Troduco de	1.1.102,0,000	Decreto 23.150 — 15-9-1933	
Lei 370 — 4-1-1937		Decreto-lei 960 - 17-12-1938	
Decreto 1.508 - 17-3-1937, art. 2.0		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943	
			2.0.104.0.05.2
DEPÓSITOS FECHADOS Impôsto de consumo	1,1,104,2,45,0	De outras origens	2.0.104.0.00.2
		Decreto 4.536 28-1-1922	
Decreto-lei 739 24-9-1938, art. 11		Decreto 5, 426 — 7-1-1928	
		Decreto 23.150 — 15-9-1933	
perósitos rúblicos, Prêmios de	1.4.106.0.03.0	Decreto-lei 960 — 17-12-1938	
Tai 00 91 10 1095 and 11 m E1			4 4 400 0 00 0
Lei 99 — 31-10-1835, art. 11 n. 51 Instrução 131 — 1-12-1845		divisão de águas, Renda da	1.4.102.0.03.0
Decreto 498 — 22-1-1847		7 11 400 0 0 1090	
Decreto 2.551 — 7-3-1860, art. 76		Decreto-lei 1.498 — 9-8-1939	
Decreto 2.846 19-3-1898		DIVEÑO DE CAÇA E PESCA, Renda da	1.4.102.0.04.0
Lei 3.979 - 31-12-1919, art. 1.º n. 46		DIVERSO DE CRIQUE D'ESCOLO, CONTRA DE CRICA DE C	
		Decreto-lei 794 — 19-10-1938	
desinfecção, Taxa de	1.4.102.0.33.0	Decreto-lei 5.89420-10-1943	
		n 1- 1-	1.4.102.0.05.0
Decreto 24.548 30-7-1934, art. 42		divisão de defesa sanitária animal, Renda da	1.4.102.0.00.0
Decreto-lei 194 — 21-1-1938, art. 2.° Decreto-lei 5.421 — 22-4-1943		Decreto 23.979 8-3-1934	
		Decreto 25.515 · 5 5 1002	
DIFERENCAS DE CÂMBIO	2.0.104.0.03.0	divisão de defesa sanitária vegetal, Renda da	1.4.102.0.06 0
· · ·			
Decreto 23. 801 25-1-1934,art. 5.º		Decreto 23.979 — 8-3-1934	
		Decreto 4.438 — 26-7-1939	
DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO, E ADICIONAIS	1 1,104.1.01.0	Decreto-lei 2.009 — 9-2-1940, arts. 14 e 15	
		Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.0	
Direitas de importação para consumo	1.1.104.1.61.1	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DEPARTAMENTO NACIONAL	
Decreto-lei 2,615 — 21- 9-1940		DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0.04.1
Decreto-lei 2,878 — 18-12-1940			
Decreto-lei 4.061 — 28- 1-1942		Decreto 24.734 14-7-934	
Decreto-lei 4.512 — 23- 7-1942		Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	
Decreto-lei 4.553 6- 8-1942		Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22	
Decreto-lei 4.773 1-10-1942		*	
Decreto-lei 4.834 15-10-1942		DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL (DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO), Renda da	1,4,103,0,04,2
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		DE EDUCAÇÃO), Renda da	
Decreto-lei 6.075 8-12-1943 Decreto-lei 6.462 2- 5-1944		Decreto 24.734 14-7-1934	
Decreto-lei 6.686 — 13- 7-1944		Lei 378 — 13-1-1937, art.96	
Decreto-lei 7.116 — 4-12-1944		Decreto-lei 421 - 71-5-1938, art. 22	
2,000,000,000,000			

DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO (DEPARTAMENTO NA-		EMOLUMENTO(CONSULARES	1.4.108 0.01.0
CIONAL DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0.04.3		
		Decreto-lei 1.330 7-6-1939	
Decreto 24.734 — 14-7-1934		Decreto 4.219 7-6-1939	
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto-lei 2.006 - 8- 2-1940, art. 1.º	
Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22		Decreto-lei 2.121 — 0- 4-1940, art. 1,º	
		Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.0	
		Decreto 7.611 — 12-8-1941	
DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR (DEPARTAMENTO NACIONAL	4 4 100 0 04 4	Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942	
DE EDUCAÇÃO), Renda da	1,4,103,0,04,4	Decreto 12.275 — 19-4-1943	
Decreto 24.734 — 14-7-1934		Decreto-lei 5.569 — 10-6-1943	
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto-lei 6.465 2-5-1944	
Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22			
Deticto-let 421 — 11-9-1900, art. 22		EMOLUMENTOS DE ESCRITÓRIOS COMERCIAIS — Impôsto de	
•		consumo .	1.1.104.2.43.0
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL, Renda da	1.4.102.0.07.0		
		Decrete lei 790 94 0 1090 2 0 - 13	
Decreto 23.979 — 8-3-1934	7	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11	
	6 -	EUROPECADOS RÉPUTADOS CUEVA Montenio dos	1 4 104 0 04 0
		EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS, Montepio dos	1.4.104.0.04 0
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL, renda da	1.4.102.0.08.0	Decrete 049 A 21 to 1900 and 10	
		Decreto 942-A 31-10-1890, art. 12	
Decreto-lei 300 — 24-2-1938, art. 27		Decreto 22 414 30-1-1933, art. 1.º Lei 436 23-5-1937, art. 1.º	
		Let 450 — 25-5-1957, art. 1,5	
		murnhaug an manual an arman Contribution 1	
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL, Renda da	1.4.102.0.09.0	EMPRÊSAS DE ESTPADAS DE FERRO, Contribuição das com-	
Lei 199 — 23-1-1936		panhias ou e das companhias de seguros nacio-	1 0 104 0 01 0
		nais, estrangeiras e outras	1.3.104 0 01.0
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO, Renda da	1.4.102.0.10.0	Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1,0	
		Let 120-A — 21-11-1892, art. 1,0	
Decreto 23.979 — 8-3-1934		Party des Perte des Perte des un comies de ince	
Decreto 4.438 - 26-7-1939, art. 16		EMPRÉSTIMO, Parte dos Estados no serviço de juros e amortização das obrigações do Tesouro que lhes	
Decreto-lei 2.009 — 9-2-1940, arts. 14 e 15			9 0 104 0 04 0
	*	foram cedidas por	2.0 104 0.04.0
DOCAS, Impôsto de .	1 1 104 1 04 0	Decreto 19.412 — 19-11-1930	
	1.1.104.1.04.0	Decreto 19.503 17-12-1930	
Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mêsas	,	Decreto 19.584 13- 1-1931	
de Rendas, 13-4-1894, art. 574		Decreto 19.648 30- 1-1931	
		Decreto, 13.040 80 1-1801	
e e		EMPRÉSTIMO, Quota anual do Estado do Amazonas para	
E		amortização do que lhe foi concedido pela União	2 0 104 0 13 0
		and the same and t	2101102 011010
educação e saúde, Taxa de	1.4.103.0.25.0	Decrete lei 6 702 2 0 1044 10	
		Decreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16	
Decreto 21.335 29-4-1932, art. 1.º			
Decreto-lei 4.655 3- 9-1942, art. 111		ENERGIA ELÉTRICA, Taxa de utilização, fiscalização, as-	
Decreto-lei 6.694 — 14— 7–1944		sistência técnica e estatística para exploração de	1.4.102.0.40.0
Decreto-lei 7.038 10-11-1944, art: 28			
		Decreto-lei 2.281 — 5-7-1940, arts. 2.º e 11	1
ELETRICIDADE, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.25.0	Decreto-lei, 6.860 — 8-9-1944	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 25 e 4.º.		ENSINO PRIMÁRIO, Adicional para o	1.1.104.2.02.3
§ 25			250
		Decreto-lei 6.785 11-8-1944	
EMBARCAÇÕES, Taxa especial sôbre cobrada nas al-	,		
fândegas		The second section of the second seco	1.4.102.0.41.0
2022.00.000	2.0.104.0.06.0	ESCOLA AGRÍCOLA DE BARBACENA, Renda da	1.4.102.0.71.0
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° c 5.°		Decreto-lei 982 — 23-12-1938	*
Decreto-lei 4.003 — 8- 1-1942, arts. 2.0 e 3.0			
20010001011.000		Decreto 14.253 — 10-12-1943	
		PROOF MANAGEMENT DE LORONOUS. Donde de	1 4 100 0 10 0
EMBARCAÇÕES, Taxa de expurgo das	1.4.103.0.26.0	ESCOLA NACIONAL DE AGEONOMIA, Renda da	1.4.102.0.12.0
		Decreto 23.857 — 8-2-1934, art. 18	
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5.0			E
Decreto-lei 4.003 8- 1-1942		Decreto-lei 6.349 — 17-3-1944	
		Percent Marrows Benda de	1.4.103.0(05.0
EMBARCAÇÕES NOS FUNDEADOUROS, Taxa de visita a	1.4.104.0.07.0.	ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES, Renda da	1.4.100.0.00.0
Tana de visita a	1.7.101.0.07.0,	Decrete 10 959 11-4 1021	
Decreto-lei 3.761 25-10-1941		Decreto 19.852 — 11-4-1931 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	
Decreto-lei 4 .003 — 8 – 1–1942	. 4	Lei 452 5-7-1937	
1 1012		LE: 402 - 0-7-1307	

ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS,	\	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 4.º e 244	
Renda da	1.4.108.0.06.0		
		estrada de ferro bahla e minas, Renda da	1 3.110.0.02.0
Decreto-lei 1 212 - 17-4-1939, art. 43			
		Decreto 19.702 13-2-1931	
ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA, Renda da	1 4 103 0.07 0	Decreto 19.964 — 8-5-1931	
		Decreto 570 - 31-12-1935, art. 1.2	
Decreto 24 738 14-7-1934			
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		ESTRADA DE PERRO DE BRAGANÇA, Renda da	1.3.110.0.03.0
Lei 452 — 5-7-1937		The state of the s	1.0.110.0.00.0
200 0 1 2001		Decreto 19, 702 13-2-1931	
ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA, Renda da	1.4.103.0.08.0	Decreto 914 19-6-1936	
ESCOLA ASCIONAL DE AINAS E ABIADO NOIA, IN IIGA CA	1.4.100.0.00.0	Detreto 914 19-0-1900	
Decreto 24.738 — 14-7-1934			
Lei 378 — 13-1-1937, art.96			
Lei 452 — 5-7-1937		ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE,	
1.e) 402 — 0-1-1951		Renda da	1.3.110.0,04.0
escola nacional de música, Renda da	1.4.103.0.09.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
	•	Decreto 19.964 — 8-5-1931	
Decreto 19.851 — 11-4-1931			
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 — 5-7-1937		estrada de ferro d. țeresa cristina, Renda dă	1.3.110.0.05.0
ESCOLA NACIONAL DE QUÍMICA, Renda da	1.4.103.0.10.0	Decreto-lei 2.074 — 8-3-1940	
,		• •	
Decreto 24,738 14-7-1934		ESTRADA DE FERRO DE GOIAZ, Renda da	1.3.110.0.06.0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 — 5-7-1937		Decreto 19.702 13-2-1931	
Let 402 0-1-1901		Decreto 19.964 — 8-5-1931	
many and a second	1 4 100 0 10 0		
escola nacional de veterinária, Renda da	1.4.102.0,13.0	ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ, Renda da	1.3.110.0.07.0
D		ESILADA DE PERIO MADEILA-MANORD, MINUS GA	1.3.110.0.07.0
Decreto 23.858 — 8-2-1934, art. 18		Decreto 19,702 — 13-2-1931	
Decreto-lei 6.349 — 17-3-1944			
		Decreto 24, 596 — 6-7-1934, art. 2.°	
ESCOLAS TÉCNICAS E INDUSTRIAIS, Renda das	1.3.103.0.01.0	Decreto 1.547 — 5-4-1937	
		Decreto-lei 6.504 — 17-5-1944	
Lei 378 — 13-1-1937, arts. 37 e 96			
Decreto-lei 4.127 — 25-2-1942			
		ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ A TERFZINA, Renda da	1.3.110.0.08.0
ESCÔVAS, Impôsto de consumo sôbre pentes espana-			
dores e vassouras	1.1.104.2.30.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
		Decreto 19.964 — 8-5-1931 0	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º		Decreto-lei 4.255 — 15-4-1942	
§ 30		Decreto-lei 4.332 — 23-5-1942	
escritórios comerciais, Impôsto de consumo		ESTRADA DE FERRO TOCANTINS, Renda da	1.3.110.0.09.0
emolumentos de	1,1,434,2,43.0		
	7.1.23 2.20.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 3.º e 11,		Decreto 19.964 — 8-5-1931	
21 7 1990, arts. 3. 6 11.		Decreto 21,263 — 8-4-1932, art. 1.º	
realiza Tava da	9 0 100 0 00 0	Decreto-lei 7.173 — 19-12-1944	
esgôro, Taxa de	2.0.103.0.02.0	20000001 1.110 10 18 1011	
Demotel 10 988 6 9 1010 10			
Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.°		ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou	
Decreto 24.532 — 2-7-1934			
Decreto 24.623 - 9-7-1934, art. 3.º		emprêsas de e das companhias de seguros nacio-	
Decreto-lei 2.646 — 1-10.1940, art. 2.0		nais, estrangeiras, e outras	1.3.104.0.01.0
Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º		1 :	
Decreto 9.490 27-5-1942, art. 3.°		Lei 126-A 21-11-1892, art. 1.°	
Decreto-lei 5.614 - 24-6-1943			
		ESTRADAS DE FERRO DE PHOPRIEDADE DA UNIÃO, Quota	
ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, es-		de arrendamento das .	1 2 104.0.06.0
rôvas, e vassouras	1.1.104.2.30.0		
		Decreto 15.152 - 2-12-1921	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts 1.º n. 30 e 4.º § 30		Decreto-lei 6.698 — 17-7-1944	
PSPECIALIDADES FARMACÉUTICAS, Impôsto de consumo		ESTRADAS DE FEREO DA UNIÃO, Taxa adicional de 10%	
sôbre	1.1.104.2.08.0	sôbre as tarifas de transporte das	2.0.110.0.01.0
		and the same of th	
Decreto-lei 739 — 24 9-1938, arts. 1.º n. 8 e 4.º § 8.º		Decreto 16.842 — 24-3-1925, art. 3.º	
21 0 1000, at on 1, 1, 0 0 8. 8 0.		Decreto-lei 5:228 — 5-2-1943	
	1 1 104.2.44.0	Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943	
ESTOQUE, Selagem de — Impôsto de consumo			

EVENTUAIS, Tôdas e quaisquer rendas	2.0.104.0.10.0	EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da 1	.4 102.0 3
		de disésuresta comerciar e incampatac da	102.0 0
Lei 4.440 — 31-12-1921		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto-lei 4.177 — 13-3-1942		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 c 82	
Decreto-lei 6.562 — 7-6-1944		Decreto 6.206 - 31-8-1940, art. 5.º (piaçaba)	
		Decreto 6.226 — 4-9-1940, art. 5.º (oiticica)	
EXPANSÃO DA PESCA, Taxa de	1,4,102,0,34.0	Decreto 6.529 - 20-11-1940 (sementes de linho)	
		Decreto 6.630 - 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º		Decreto 6.824 7-2-1941 (paco-paco)	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.°		Decreto 6.825 — 7-2-1941 (juta)	1
		Decreto 6.826 — 7-2-1941 (guaxima)	
EXPEDIENTE DAS CAPATAZIAS	1.1.104.1.02.0	Decreto 6.827 - 7-2-1941, art. 11 (papoula de	
HALD STATE OF THE		São Francisco)	
Lei 3.070-A 31-12-1915	, C	Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	
Decreto 24.508 — 29 6-1934, art. 25 § 2.°		Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de ani-	
Decreto 24.511 — 29-6-1934		mais silvestres)	
Degreto arrora		Decreto 7.260 — 28-5-1941, art. 12 (feijāe)	
	40	Decreto 7.261 — 28-5-1941 (batatinha)	
exploração de energia elétrica, Taxa de utilização,	4 4 100 0 40 0	Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)	
fiscalização, assistência técnica e estatística para a	1.4.102.0.40.0	Decreto 7.263 — 29-5-1941 (babaçú)	
the state of the s		Decreto 7.264 — 29-5-1941, art. 8.º (piretro)	
Decreto-lei 2.281 5-6-1940, arts. 2.º e 11	•		
Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944		Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste) Decreto 7.266 — 29-5-1941 (amendoin)	
EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO, Taxa de classificação comer-		Decreto 7.267 — 29-5-1941 (cebola)	
	1,4,102.0,23.0	Decreto 7.268 — 29-5-1941 (cevada)	
cial e fiscalização da		Decreto 7.436 — 25-6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	. 4	Decreto 7.676 — 19-8-1941 art. 11 (côco)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.677 — 19-8-1941, art. 19 (abacaxi)	
Decreto 5.739 — 28-5-1340, 21 to. 61 to 62		Decreto 7.710 — 22-8-1941 (babaçú)	
Decreto 6.186 — 28-8-1940		• Decreto 7.784 — 3-9-1941, art. 10 (abacate)	
		Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 7.º (farinha de man-	
EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de classificação comercial		dioca)	
e fiscalização da	1.4.102.0.24.9	Decreto 7.786 — 3-9-1941, art. 9.º (cumarú)	
	0	Decreto 7.819 10-9-1941, art. 8.º (castanha do	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	• .	Pará)	
Decreto 5.739 4 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.902 - 24-9-1941, art. 16 (erva mate)	
Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.°		Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina)	
2001000 01000 01000		Decreto 7.958 — 30-9-1941 (sapotí)	
		Decreto 7.959 — 30-9-1941 (conchas)	
exportação do café, Taxa de classificação comercial e		Decreto 7.960 30-9-1941, art. 6.º (bucho de	
fiscalização da	1.4.102.0.25.0	peixe)	
11SCALIZAÇÃO GA		Decreto 8.164 - 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo)	
Degreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.174 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
Decreto 3.100 20 0 1010, many		Decreto 8.175 7-11-1941 (lentilha)	
		Decreto 8.176 - 7-11-1941 (ervilha)	
exportação da cêra de carnaúba, Taxa de classifi-		Decreto 8.177 - 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	
cação comercial e fiscalização da	1.4.102.0.26.0	Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol)	
cação comerciai e riscanzação da		Decreto 8.321 3-12-1941 (nêsperas)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 8.322 - 3-12-1941 (centeio)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)	
Decreto 7.444 25-6-1941, art. 11.		Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná)	
Decreto 7.444 - 20-0-1941, att. 11.		Decreto 8.678 - 5-2-1942, art. 1.º (charque)	
		Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha)	
EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉS-		Decreto 9.618 10-6-1942 (batatinha)	
EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ARIMAIS DOMESTO	a · · ·	Decreto 9.779 - 24-6-1942, art. 13 (6leo essencial	3000
rīcos, Taxa de classificação comercial e fiscalização	1.4.102.0.87.0	de citrus)	- 10 m
da .	1.2.100.0.010	Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola)	
D 1: 004 15 0 1000 cmts 30 20 0 50		Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.0 e 5.0		Bahia)	
Pecreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82 -		Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)	
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º		Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas)	
Decreto 8.165 — 5-11-1941		Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro)	
		Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lã de ovinos)	
, m 1 1 10 m		Decreto 17,149 — 16-11-1944 (chá preto)	
EXPORTAÇÃO DE FRUTAS OFTRICAS, Taxa de classificação	1 4 100 0 00 0	d.	
comercial e fiscalização da	1.4.102.0.28.0	EXPORTAÇÃO DO PINHO, Tixa de classificação comercial e	
		fiscalização da	1.4.102.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decrete lei 994 . 15 P 1090 ente Bo 20 e 50	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.714 27-5-1940, arts. 11 e 12	

0.30.0

		PAGETRANE VACCOUNT DE DIDENTO Bondo do	1 4 102 0 14 0
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 31 e 32 Decreto 6.187 28-8-1940, art. 1.0		PACULDADE NACIONAL DE DIREITO, Renda da	1.4 103.0 14.0
		Decreto 19.852 11-4-1931	
Decreto 14.249 — 9-12-1943		Decreto 20.902 31-2-1931, art. 7.º	
		Decreto 23.609 20-12-1933, arts. 176 e 178	
Toro do		Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	
EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS, Taxa de	1.4,102,0.32,0		
classificação comercial e fiscalização da	1.4.102.0.32.0	Lei 452 5-7-1937	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		FACULDADE NACIONAL SE FILOSOFIA, Renda da	1.4.103.0.15.0
Decreto 5.739 29-5-1940			
Decreto 6.246 6-9-1940, art. 5.0		Decreto-lei 1.190 — 4-4-1939,art. 55	
			5
		FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA, Renda da	1.4.103.0.16.0
EXPORTAÇÃO DO QUARTZO, Taxa ad-valorem sôbre a	1.4.102.0.22.0		
		Decreto 19.852 — 11-4-1931	
Decreto-lei 3.076 - 26-2-1941, art. 9.º		Decreto 20.865 28-12-1931, art. 280	
		Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	
		Lei 452 5-7-1937	•
EXPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA, Taxa de classi-			
ficação comercial e fiscalização da	, 1, 4, 102, 0, 29, 0	FACULDADE NACIONAL DE ODONTOLOGIA, Renda da	1.4.103.0.17.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	Name and Address of the Address of t	Decreto 19.852 — 11- 4-1931	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 23.512 28-11-1933	
Decreto 6.255 11-9-1940	Visit Control	Lei 378 — 13- 1-1937, art. 96	
Decreto 8.982 — 12-3-1942		Lei 452 — 5- 7-1937	
•			
		FAMILIA, Adicional para proteção à	1.1.104.3.01.2
exportação de Mercadorias, Impôsto de (Nos Terri-		Decreto-lei 3.200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36	
tários Federais)	1,1,104,5,00.5		
	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	PARIMHA DE TRIGO, Impôsto de Cri 0,60, sôbre cada	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e		saca de 44 quilogramas de importada ou produ-	
art. 23, inciso I, letra e		zida no país com grão de procedência estrangeira	1.4.102.0.01.0
Decreto 22.443 — 8-2-1933		* '	
		Lei 470 9-8-1937, art. 8.º § único	
EXPORTADORES E CLASSIFICADORES DE PRODUTOS AGRÍ-		Decreto-lei 72 — 16-12-1937	
COLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de .	1.4.102.0.39.0	Decreto-lei 2.878 18-12-1940	
Decreto-lei 2.527 23-8-1940			1 4 100 0 25 0
Decreto-tel 2.021 - 25-5-1940		FARINHAS, Taxa de fiscalização do comércio de	1.4.102.0.35.0
expurgo das embarcações, Taxa de	1.4.103.0.26.0	m (115)	
but calle has assessed and a company	. 0	Decreto-lei 3.445 21-7-1941, art. 1.º	
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5.º		number Turntete do	1.1.104.1.05.0
Decreto-lei 4.003 8-1-1942		raróis, Impôsto de	1.1.101.1.00.0
		Decreto-lei 5.406 — 14-4-1943	
		Decicioner 3.200 — 12-2-1570	
extraordinários, Impôsto sêbre lucros	2.0.100 0.12.0	FERNANDO DE NORONHA, Território de	1.1.104.5.03.0
Decreto-lei 6.224 — 24-1-1944		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto 15.028 — 13-3-1944		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	
	•	Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943	
F- (*)		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
		Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944	
PACULDADE DE DIREITO DE RECIFE, Renda da	1.4.103.0.11 0		
		ferragens (aetefatos de ferro e outros metais), Im-	
Decreto 24.103 10-4-1934		pôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.18.0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	.6		
Lei 452 5-7-1937		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º	
	7 7 7 2	§ 18	
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA, Renda da .	1.4.103.0.12.0	3 es e , a	
	t. ,	FILMES OFICIAIS, Renda proveniente da lecação de	1.4.003.0.01.0
Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313			
Lei 378 — 13-1-1937,art. 96		Decreto 5.077 - 29-12-1939, art. 8.º, letra a	
Lei 452 — 5-7-1937			
		fiscalização bancária, Contribuição para	1.4.104.0.02.0
PACULDADE DE MEDICINA DE PORTO-ALEGRE, Renda da	1.4.103.0.13.0	Decreto-lei 1.880 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º	
			1 4 100 0 25 0
Decreto 24.462 — 25-6-1934, art. 260		FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS, Taxa de	1.4.102.0.35.0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96		T	
Lei 452 — 5-7-1937	6,	Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art.1.º	

		v v	
fiscalização da exportação do algodão, Taxa de clas-		Decreto 7.267 — 29- 5-1941 (ccbola)	
sificação comercial e	1.4.102.0.23.0	Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada)	
		Decreto 7.436 - 25- 6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 7.676 — 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.677 — 19- 8-1941, art. 19 (abacaxí)	
Decreto 6.186 — 28-8-1940		Decreto 7.710 — 22- 8-1941 (babaçú)	
		Decreto 7.784 — 3- 9-1941, art. 10 (abacate)	
		Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 7.º (farinha de	
Toro do dos		mardioca)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de clas-		Decreto 7.786 — 3- 9-1941, art. 9.º (cumarú)	
sificação comercial e	1, 4, 102, 0, 24, 0	Decreto 7.819 10- 9-1941, art. 8.º (castanha do	
D . 1 . 004		Pará)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0			
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.902 — 24 - 9-1941, art. 16 (erva mate)	
Decreto 6.234 — 14-9-1940, art. 8.º	S	Decreto 7.903 — 24— 9-1941 (jarina)	
		Decreto 7.958 — 30- 9-1941 (sapotí)	
fiscalização da exportação do café, Taxa de classifi-		Decreto 7.959 30- 9-1941 (conchas)	
cação comercial e	1.4.102.0.25.0	Decreto 7.960 - 30- 9-1941, art. 6.º (bucho de	
· . 7	21	peixe)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0		Decreto 8.164 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo)	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.173 - 6-11-1941 (aveia)	
		Decreto 8.174 - 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DA CRRA DE CARNAÚBA,		Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha)	
Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.26.0	Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha)	
		Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	02 4.
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.322 3-12-1941 (centeio)	
Decreto 7.444 25-6-1941, art. 11		Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)	
Detreto (.414 - 25 0-1941, art. 11		Decreto 8.866 — 28- 1-1941 (cna preto) Decreto 8.616 — 28- 1-1942 (guaraná)	
		Decreto 8.678 - 5- 2-1942, art. 1.º (charque)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE		Decreto 8.983 — 12— 3–1942 (cêra e mel de abelha)	
ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial		Decreto 9.618 — 10- 6-1942 (batatinha)	
e	1,4,102,0,27,0	Decreto 9.779 — 24- 6-1942, art. 13 (óleo essencial	
		de citrus)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 10.054 22- 8-1942 (cebola)	
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 10.218 — 12- 8-1942 (tabaco em folha, de	
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º		Bahia)	
Decreto 8.165 - 5-11-1941		Decreto 14.249 9-12-1943 (pinho)	
		Decreto 14.289 15-12-1943 (agaves e four-	
		croyas)	1 1
PISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS, Taxa		Decreto 15.398 - 27- 4-1944 (piretro)	
de classificação comercial e	1.4.102.0.28.0	Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944, art. 22 (la de ovinos)	
		Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	
Decreto-lei 334 — 15- 3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 17.146 10-11-1844 (cha preto)	
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82			
Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64			
Decreto 0.020 - 20-12-1940, arts. 00 e 04		FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO, Taxa de classi-	
		ficação comercial e	1.4.102.0.30.
W100.778.67			
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PA-			
dronizados, Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.31.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts.2.°, 3.° e 5.°	
D		Decreto 5.714 - 27- 5-1940, arts. 11 e 12	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 6.187 — 28- 8-1940, art. 1.0	
Decreto 6.206 31- 8-1940, art. 5.º (piaçaba)		Decreto 14.249 — 9-12-1943	150
Decreto 6.226 — 4- 9-1940, art. 5.º (oiticica)			
Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de linho)		700000000000000000000000000000000000000	
Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)		PISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRO-	
Decreto 6.824 — 7-2-1941 (paco-paco)		· NIZADOS, Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.32.0
Decreto 6.825 — 8- 2-1941 (juta)			
Decreto 6.826 — 8- 2-1941 (guaxima)		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0	4
Decreto 6.827 8- 2-1941, art. 11 (papoula de		Decreto 5.739 — 29-5-1940	
São Francisco)			
Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)		Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.º	
Decreto 7.136 — 8- 5-1941 (couros e peles de ani-			
mais silvestres)		FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA,	
Decreto 7.260 - 28- 5-1941, art. 12 (feijão)		Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.29.0
Decreto 7.261 — 28- 5-1941 (batatinha)		,	1.3.102.0.23.0
Decreto 7.282 — 28-5-1941 (arroz)		P	
Decreto 7,283 — 23- 5-1941 (babaçú)	D	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto 7.264 29- 5-1941, art. 8.º (piretro)		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
- Decreto 7.265 — 29- 5-1941 (alpiste)		Decreto 6.255 — 11-9-1940	
Decreto 7.266 — 29- 5-1941 (amendoim)		Decreto 8.982 — 12-3-1942	

PERCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS, Contribuição para	1.4.104.0.03.0	- G	
Decreto-lci 6.259 10-2-1944			
2001040-00 00000 10-2-1912		GABINETE DE PISICITERAPIA E RADIOLOGIA DA POLICIA M	
		LITAR, Renda do	1.3.106.0.02.0
pito-sanitária, Taxa	1.4.102:0.36.0	Decreto 3.494 27-12-1938, art. 119	
Decreto-lei 3.265 12-5-1941, art. 3.• Decreto-lei 3.426 16-7-1941		aís, Produto da venda de e petróleo	1.3.008.0.01.0
		Decreto-lei 538 — 7-7-1938, art. 13	
		Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28	
FOGARBIROS, Impôsto de consumo sôbre fogües,			
aquecedores	1.1.104.2.39.0	GASOLINA, Impôsto de consumo sôbre, nafta, óleos e	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º		carbureto de cálcio	1.1.104.2.35.0
§ 39		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1º n. 35 e 4º. § 3.	K
		Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940, art. 30.	1 4
rocors, Impôsto de consumo sôbre, fogareiros e aque- cedores			
ceuures .	1.1.104.2.39.0	GÉNEROS, Produto da venda de e próprios nacionais	3.0.104.0.07.0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º		Lei 3.070 - A - 31-12-1915	
§ 39		Lei 3.644 — 31-12-1918	
		Decreto-lei 6.117 — 16-12-1943, art. 13	
rogos de artivicio. Impôsto de consumo sôbre armas de		manufacture of the test of	
fogo, munições e	1.1.104.2.22.0	GUAPORÉ, Território do	1.1.104.5.04.0
The state of the s	1.1.104.2.22.0	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º		Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0	
§ 22		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
		Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944	
70EOS DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS	1.2.104.0.03.0	Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
Decreto-lei 2.490 - 16- 8-1940, art. 23		GUEBRA, Montepio da	
· Decreto-lei 3.438 17- 7-1941, art. 4.0		CONTRACTOR OF CO	1.4.165.0,01.0
Decreto-lei 3.964 20-12-1941		Decreto 695 28-8-1890	
Decreto-lei 4.120 — 21- 2-1942		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	
Decreto-lei 5.666 — 15- 7-1943		Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.º	
		Decreto-lei 3.884 — 24-11-1941, art. 75 § 2.	
cisponos, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.04.0	Decreto-lei 6.280 — 17-2-1944 Decreto-lei 7.060 — 21-11-1944	
		Decretories 7.000 — 21-11-1944	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 4 e 4.º § 4.º		- H-	
Decreto-lei 2.929 31-12-1940		HERANÇAS JACENTES	2.0.104.0.11.0
01 12·1030			0.0.101.0.21.0
		Decreto-lei 1.907 26-12-1939, art. 4.º	
orográfico (MATÉRIAL), Impôsto de consumo sôbre ma-		Decreto-lei 2.859 — 12-12-1940, art. 1°.	
terial ótico, e cinematográfico	1.1.104.2.38.0	property Invite managinal office and the	
D		HIPOTECAS, Impôsto proporcional sôbre capitais empre- gados em	1 1 104 2 05 0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º § 38		games out	1.1.104.3.05.0
9 30		Decreto 21.949 — 12-10-1932	
RUTAS CITAICAS, Taxa de classificação comercial e fisca-			
Harris 2 and a	1.4.102.0.28.0	-1-	
Demote 1d one on a con-		IGUAÇÚ, Território do	1.1.104.5.05.0
Decreto-lei 336 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º o 5.º		C. C. L. B. I. L. C. L.	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 20-12-1940, arts. 63 e 64		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
50 15 1510, at a. 03 C 01		Decreto-lei 5 812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5 839 — 21-9-1943, art. 13	
•		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
Mo, Impôsto de consumo sôbre 🕝 🦠 💸 💸	1.1.104.2.01.0	Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944	
Dameta lei 1990		Decreto-lei 7.192 - 23-12-1944	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts, 1.º n. 1 e 4.º § 1.º			
Docreto-lei 5.317 11-3-1943		imigração, Renda de	2.0.109.0.01.0
Decreto-lei 6.662 — 7-7-1944		Decreto-lei 406 - 4-5-1938, arts. 71 c 72	
		Decreto-lei 639 20-8-1938	
VDO DE GARANTIA DO REGISTO TORREDE	2.0.104.0.09.0	Decreto 3.010 20-8-1938, art. 215	
the second secon		Decreto-lei 809 26-10-1938, art. 1.º	
Decreto 451-B - \$1-5-1890, arts. 60 e 61	e e	Decreto-lei 1.966 16-1-1940, art. 4.0	

	D . (1.1 , 007 94 11 1090
Decreto-lei 2,537 — 27-8-1940, art. 1.°	Decreto-lei · 887 — 24-11-1938
Decreto-lei 3.082 28-2-1941, arts. 5.° e 7.°	Decreto-lei 934 — 8-12-1938
Decreto-lei 4.051 — 22-1-1942, art. 2.°	Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 1.950 — 30-12-1939
Decreto-lei 4.180 13-3-1942	
Decreto 9.398 — 16-5-1942	Decreto-lei 1.981 — 26- 1-1940
Decreto-lei 5.438 — 30-4-1943	Decreto-lei 2.300 — 10- 6-1910
Decreto-lei 5.448 30-4-1943	Decreto-lei 2.347 — 27- 6-1949
Decreto 16.676 — 28-9-1944	Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940
	Decreto-lei 2.818 2-12-1940
IMPORTAÇÃO, Adicional relativo a mercadorias e	Decreto-lei 2.898 — 23-12-1940
materiais despachados com isenção, de direites de 1.1.104.1.01.3	Decreto-lei 2.929 — 31-12-1940
	Decreto-lei 3.013 — 1-2-1941
	Decreto-lei 3.178 — 8-4-1941
Decreto-lei 300 — 24-2-1938	Decreto-lei 3.687 — 3-10-1941
	Decreto-lei 3.729 — 17-10-1941
IMPORTAÇÃO E AFINS, IMPÔSTO DE 1.1.104.1.00.0	Decreto-lei 3.862 — 22-11-1941
IMPORTAÇÃO E AFIRO, INTOOTO DE	Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942
	Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942
Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas	Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942
de Rendas — 13-4-1894, art. 574	Decreto-lci 4.266 — 17- 4-1942
Lei 3.070-A 31-12-1915	Decreto-lei 4.583 13- 8-1942 , 12.5
Let 3.070-A - 31 12 1010	Decreto-lei 4.698 — 17-9-1942
Decreto 24.324 — 1-6-1934	Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942
Decreto 24.343 — 5-6-1934	Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943
Decreto 24.508 — 29-6-1934	Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943
Decreto 24.511 — 29-6-1934	Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943
Decreto 24.577 — 4-7-1934	Decreto-lei 5.729 5-8-1943
Decreto 24.599 — 6-7-1934	Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943
Decreto-lei 300 — 24- 2-1938	Decreto-lei 6.486 — 11-,5-1944
Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940	Decreto-lei 6.662 — 7-7-1944
Decreto-lei 2.619 — 24-9-1940	Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940	
Decreto-lei 3.982 30-12-1941	IMPÔSTO DE CR\$ 0,60 SÔBRE CADA SACA DE 44 KG. DE
Decreto-lei 4.061 — 28-1-1942	FARINHA DE TRIGO IMPORTADA OU PRODUZIDA NO PAÍS
Decreto-lei 4.512 23-7-1942	COM GRÃO DE PROCEDÊNCIA ESTEANGEIRA 1.4.102.0.01
Decreto-lei 4.553 — 6-8-1942	
. Decreto-lei 40773 1-10-1942	
Decreto-lei 4.834 15-10-1942	Lei 470 — 9-8-1937, art. 8.º
Decreto-lei 5.329 — 18-3-1943	Decreto-lei 72 — 16-12-1937
Decreto-lei 5.369 1-4-1943	Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940
Decreto-lei 5.406 — 14-4-1943	
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943	IMP6STO DE DOCAS 1.1.104.1.04
	Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas
IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO, Direitos de 1.1.104.1.01.1	
	de Rendas — 13-4-1894, art. 574
Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940	A
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940	IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS (No. Tomitorios Federais) 1.1.104.5.00
Decreto-lei 4.061 — 28-1-1942	(Nos Territorios Federais) 1.1,104.5.00
Decreto-lei 4.512 — 23- 7-1942	
Decreto-lei 4.553 — 6- 8-1942	C. C. C. F. level out 90 insing I lette for
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e
Decreto-lei 4.834 — 15-10-1942	art. 23, inciso I, letra e
Decreto-lei 5.329 18- 3-1943	Decreto 22,443 — 8-2-1933
Decreto-lei 6.075 8-12-1943	Decreto-lei 4.102 — 9- 2-1942, art. 20
Decreto-lei 6.462 — 2- 5-1944	Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 20
Decreto-lei 6.686 13-7-1944	Decreto-lei 5.839 21- 9-1943, art. 13
Decreto-lei 7.116 — 4-12-1944	* 4 104 1 0
Decreto-let 7.110 - 4-12-1944	IMPÔSTO DE FARÓIS 1.1.104.1.0
	Decreto-lei 5.406 - 14-4-1943
IMPÔSTO DE 5% SÔBRE LOTERIAS, Quota fixa anual e 1.4.104.0.06.0	
	IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO E AFINS 1.1.104.1.0
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944	
Decreto-lei 6.820 — 24- 8-1944	Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e
	Mesas de Rendas, 13-4-1894, art. 574
	Lei 3.070-A — 31-12-1915
IMPÔSTO DE CONSUMO	Decreto 24.320 1-6-1934
	Decreto 24.343 5-6-1934
Decreto-lei 739 24- 9-1938	Decreto 24.508 29- 6-1934
Decreto-lei 826 28-10-1938	
Decreto-iei 620 - 20 10 2300 .	Decreto 24.511 — 29- 6-1934
Decreto-lei 828 - 1-11-1938	Decreto 24.511 — 29- 6-1934 Decreto 24.577 = 4- 7-1934

Decreto 24.599 6-7-1934	Impôsto de renda e proventos de qualquer natureza	1.1.104.3.00.0
Decreto-lei 300 24- 2-1938		
Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940	Decreto 15.589 — 29-7-1922, art. 42	
Decreto-lei 2.619 — 24- 9-1940	Decreto 19.957 — 6-5-1931	
Decreto-lei 2.878 18-12-1940	Decreto 21.949 — 12-10-1932	
Decreto-lei 3.982 — 30-12-1941	Decreto-lei 3.200 — 19-4-1941	
Decretc-lei 4.061 — 28- 1-1942	Decreto-lei 5.844 23-9-1943	
Decreto lei 4.512 — 23- 7-1942	Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943	
Decreto lei 4.553 6- 8-1942	Decreto-lei 6.340 — 11-3-1944	
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942	Decreto-lei 6.577 — 9-6-1944	
Decreto lei 4.834 — 15-10-1942		
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		
Decreto-lei 5.369 — 1- 4-1943	IMPÔSTO SÔBRE A RENDA DE PESSOAS PÍSICAS E ADICIONAIS	1.1.104.3.01.0
Decreto-lei 5.406 — 14- 4-1943		
Decreto-lei 6.075 - 8-12-1943	Impôsto sobre a renda de pessoas físicas	1.1.104.3.01.0
	Imposto soure a ronad do possous fisicas	.1.104.5.01,0
PÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES (Nos Territórios	Decreto-lei 5.844 - 23-9-1943, arts. 1.º a 26,	
Federais) 1.1.104.5.00.6	45 a 50, 60, 61 e 63 a 94	
	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	Adicional para proteção à família	1.1.104.3.01.2
- art. 23, inciso I, letra e	Decreto-lei 3.200 - 19-4-1941, arts. 32 a 36	
Lei 366 30-12-1936, art. 27		
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942	IMPÔSTO SÔBRE A RENDA DE PESSOAS JURÍDICAS	1.1.104.3.02.0
Decreto-lei 5.812 13- 9-1943	, v	
Decreto-lei 5.839 21- 9-1943	Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 27 a 44,	
	51 a 59 e 63 a 94 l	
	Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.º e 2.º	
PÔSTO SÔBRE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS 2.0.104.0.12.0		
	IMPÔSTO SÔBRE RENDIMENTOS, ARRECADADO NAS FONTES	
Decreto-lei 6.224 — 24- 1-1944		
Decreto 15.028 13- 3-1944	(Inclusive sobre lucros fortúitos, valores distribuídos	
	em sorteios por clubes de mercadorias, prêmios conce-	
	didos em sorteios mediante pagamento em prestações,	
PÔSTO SÔBRE OPERAÇÕES A TÊRMO 1.1.104.4.02.0	por associações construtoras)	1.1.104.3.03.0
Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 16	Decreto-lei 5 844 23-9-1943, arts. 95 a 107	
Decreto 17.537 — 10-11-1926, art. 2.º	Decreto-lei .6.340 11-3-1944, arts. 1.0, 2.0 e 3.0	
Decreto 20.116 — 17- 6-1931, art. 10	Decreto-lei 6.577 9-6-1944, art. 1.º	
•	and the second s	
pôsto sôbre prêmios de seguros marítimos e ter-	IMPÔSTO DO SÊLO	1.1.104.4.01.0
RESTRES, SEGUROS DE VIDA, PENSÕES, PECÚLIOS, ETC. 1.1.104.3.04.0		
RESTRES, SEGUROS DE VIDA, PENSOES, PECCLIOS, ETC. 1.1.101.5.01.0	Decreto-lei 4.655 — 3-9-1942	
2	Decreto-lei 4.785 5-10-1942, arts. 2.0 e 4.0	
Decreto 15.589 — 29- 7-1922, art. 42	Decreto-lei 5.808 3-9-1943	
Decreto 19.957 6- 5-1931	Decreto-lei 6.394 — 31-3-1944	
	Decreto-lei 6.659 7-7-1944	
	Decreto-lei 6.755 31-7-1944	
PÔSTO PROPORCIONAL SÔBRE CAPITAIS EMPREGADOS EM	Decreto-lei 7.038 10-11-1944, art. 27	
HIPOTECAS 1.1.104.3.05.0		
70 1 01 010 10 10 1000		
Decreto 21.949 12-10-1932	Impôsto do sêlo e afins	1.1.104.4.00.0
and the state of t	Decrete lei 4 655 - 2 0 1042	
PSÔTO SÔBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL (Nos Terri-	Decreto-lei 4.655 3-9-1942	
tórias Federais) 1.1.104.5.00.1	Decreto-lei 4.785 5-10-1942, arts, 2.° e 4.°	
On the two tracks are no Notice T Viscotian	Decreto-lei 5.808 — 3-9-1943	
Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra f e	Decreto-lei 6.394 — 31-3-1944 Decreto-lei 6.659 — 7-7-1944	
art. 23, inciso I, letra a		
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	Decreto-lei 6.755 — 31-7-1944 Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art. 27	
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	Decreto-ret 7.005 - 10-11-1044, art. 27	
Decreto-lei 5.830 21-9-1943, art. 13		
	IMPÔSTO DE TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE COUSZ-mortis	
manna promone Produte de cobranci de Maide etimo	(Nos Territórios Federals)	1.1.104 5.00.2
da União do 2.0.104.0.05.1	(And Toll maine Lengths)	
- 2.0.104.0.09.1		
Decreto 4.536 28-1-1922	Constituição Federal art. 20, inciso I, letra / e art. 23,	
Decreto 5.426 7-1-1928	inciso I, letra b	
Decreto 23.150 — 15-9-1933	Decreto-lci 1.071 — 24-1-1939	
Decreto-lei 960 17-12-1938	Circular n. 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943	Internas	
200000000 0 032 - 20 0 1740	211001 0000	

	Decreto-lei 5.718 — 3- 8-1943
IMPSOTO DE TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL IMET-	
eiros (Nos Territórios Federais) 1 1 104 5.0	Decreto-lei 5 839 21- 9-1943
and the Political Control I be found and 99	Decreto-lei 6.260 — 14- 2-1944
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art. 23,	Decreto-lei 6.550 31- 5-1944
inciso I, letra c Docreto-lei 1.071 24-1-1939	Circular n. 8 — 24- 4-1939, da Diretoria das Rendas
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.	Internas
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 20	
Decreto-let 5.839 — 21- 9-1943, art. 13	IMPRENSA RACIONAL, Renda da 1.3.106.0.03.0
Circular n.º 8 24-4-1939 da Diretoria das Rendas Internas	
	Decreto 24.500 29- 6-1934, art. 58
	Decreto 5.963 — 16-7-1940 · · ·
PMPOSTO SÓBRE VALES PARA BRINDES 1.1.104.4.0	3.0
	2.0.104.0.08.0
Lei 4.440 - 31-12-1921, art. 21	INDENILAÇÕES 2.0.104.0.08.0
Decreto 15.524 — 14-6-1922	Lei 317 21-10-1843, art. 25, n. 44
Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45	DC1 011 21 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
impôsto de vendas e consignações — Imposice da Mu-	INDÚSTE LAS E PROPISSÕES — Impostes da Municipalidade 2.0.104.0.02 1
nicipalidade 2.0.104.0.2	
na paradio	Decreto 5.143 27-2-1904, art. 2º
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 20	Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º. \$ 7.*
Lei 187 — 15-1-1936, art. 29	Lei 3.070A 31-12-1915, art. 22
Decreto-lei 118 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º	Lei 3.213 - 30-12-1916, art. 2.º § 19
Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º	. Lei 3.446 — 31–12–1917, art. 32
Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.5	Lêi 3.644 — 31-12-1918, art. 31
	Transport de (No. Transport
	INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, Impôsto de (Nos Territórios Faderais) 1.1.104 5.00.6
TENFOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES (Nos Territórios	
Poderaie) 1.1.104.5.0	O 4 Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e
On their Polant at 00 in in I have found	art. 23, inciso I, letra f
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art.	Lei 366 30-12-1936, art. 27
23, inciso I, letra d Decreto-lei 4 102 9- 2-1942, art. 2.°	
Liver to the State of the State	
Decreto-lei 5.812 13- 9-1943, art 2.º	. INSPEÇÃO SANITÁRIA, Taxa de . 1.4.102 0.37.0
	. Morelan observance series en .
Decreto-lei 5.812 13- 9-1943, art 2.º	. подредно ванитана, Таха de
Decreto-lei 5.812 13- 9-1943, art 2.º	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.° e 2.° 2.0
Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 USSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS EKCAS, Renda
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.° e 2.° 2.0
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAT DE OBRAS CONTRA AS ERCAS, Renda da 1 3.110.0 10.0
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADS Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERA: DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110 0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrice a Prefission Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAT DE OBRAS CONTRA AS ERCAS, Renda da 1 3.110.0 10.0
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indústrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indústrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE ORRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência
Decreto-lei 5.832 — 13- 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADS Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Industrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27- 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE ACKILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das
Decreto-lei 5.832 — 13- 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADS Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Industrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27- 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE ACKILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações 6 e outras organizações de previdência
Decreto-lei 5.832 — 13- 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADS Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Industrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27- 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE ACKILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações 6 e outras organizações de previdência
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrice e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3 070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art 2.° § 19 Lei 3 446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5.º DESTRUCÇUES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações 6 — e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º
Decreto-lei 5.832 — 13- 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADS Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Industrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27- 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 Indústrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações 2.0.104.0.0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 DESPRTORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1943, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.100.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º DESTITUTO DE BIOLOGIA AMBALI, Renda do 1.4.102.0.14 0
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOG DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indústrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações 2.0.104.0.0 Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.993 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S-3-1934
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Industrias e Profissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações 2.0.104.0.0 Decreto 22 061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 DESPRTORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1943, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.100.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º DESTITUTO DE BIOLOGIA AMBALI, Renda do 1.4.102.0.14 0
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOG DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indústrias e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações 2.0.104.0.0 Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.993 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S-3-1934
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE 2.0.104.0.0 Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrice e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações 2.0.104.0.0 Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° ° 2.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS EXCAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º DESTITUTO DE ESOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — 3-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrice e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3 070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art 2.° § 19 Lei 3 446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações Decreto 22 061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° ° 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, arts. 1.° ° 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, arts. 1.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.993 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S-3-1934
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indiatrias e Profissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações Decreto 22 061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, arts. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS EXCAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º DESTITUTO DE ESOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — 3-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrice e Prefissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3 070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art 2.° § 19 Lei 3 446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações Decreto 22 061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° ° 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, arts. 1.° ° 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, arts. 1.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS EXCAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações 6 e outras organizações de previdência social 1.4.100.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º DESTITUTO DE BIOLOGIA AMINAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — 3-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.812 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indiatrias e Profissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações Decreto 22 061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, arts. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.°	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÃES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.100.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 DESTITUTO DE BIOLOGIA ABINAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — S — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13—9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21—9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indiatrics e Profissões Decreto 5.142 — 27—2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070—A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 015 — 1-12-1938, art. 1.° IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERRITÓRIOS	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÃES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.100.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 DESTITUTO DE BIOLOGIA ABINAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — S — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13—9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21—9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indiatrica e Prefissões Decreto 5.142 — 27—2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070—A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.° IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERRITÓRIOS 1 1 104 5 0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA PEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUIÇÃES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.100.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 DESTITUTO DE BIOLOGIA ABINAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — S — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Industrias e Profissões Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.° Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19 Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações 2.0.104.0.0 Decreto 22 061 — 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15 1-1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.° 0 2.° Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.° Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.° IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERRITÓRIOS 1 1 104 5 0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1940, art. 5º DESTITUTO DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 DETITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — 8 — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — 8 — 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13— 9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21— 9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrias e Profission Decreto 5.142 — 27— 2-1904, art. 2.º Lei 2.919 — 31—12-1914, art. 2.º § 7.º Lei 3.070-A — 31—12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30—12-1916, art. 2.º § 19 Lei 3.446 — 31—12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31—12-1918, art. 31 Vendos e Consignações Decreto-lei 118 — 29—12—1932, art. 25 Lei 187 — 15 1—1936, art. 29 Decreto-lei 118 — 29—12—1937, art. 1.º Decreto-lei 140 — 29—12—1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1—12-1938, art. 1.º IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERRITÓRIOS ('constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto 22 061 — 9—11—1932	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUTO DE RAUXILIOS MÓTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 INSTITUTO DE RIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — 3-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — 8-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13—9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21—9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.º Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31 Vendas e Consignações Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERRITÓRIOS ('constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto 22 061 — 9-11-1932 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS RECAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUTO DE RAUXILIOS MÓTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 20 § 6.º 2.2 INSTITUTO DE RIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — 3-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — 8-3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 5.832 — 13—9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21—9-1943, art. 13 IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32 2.0.104.0.0 Indistrias e Profissões Decreto 5.142 — 27—2-1904, art. 2.º Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º § 7.º Lei 3 070-A — 31-12-1915, art. 22 Lei 3 .213 — 30-12-1916, art. 2.º § 19 Lei 3 .644 — 31-12-1917, art. 32 Lei 3 .644 — 31-12-1918, art. 31 Vendos e Consignações Decreto-lei 118 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 140 — 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TERRITÔRIOS (Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto 22 051 — 9-11-1933 Lei 187 — 15-1-1936, art. 36 Lei 366 — 30-12-1936, art. 36 Lei 366 — 30-12-1936, art. 36	Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º 2.0 2.1 INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS EXCAS, Renda da 1 3.110.0 10.0 Decreto 19.726 — 20-2-1931 Decreto-lei 1.998 — 2-2-1949, art. 5º DESTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das associações e e outras organizações de previdência social 1.4.109.0.01 0 Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 29 § 6.º 2.2 INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do 1.4.102.0.14 0 Decreto 23.979 — S- 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938 DESTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do 1.4.102.0.15.0 Decreto 23.979 — 8- 3-1934 Decreto-lei 982 — 23-12-1938

Decreto-lei 4.695 — 16-9-1942		Decreto 539 19-12-1898	
Decreto-lei 6.155 - 30-12-1943, art. 6.º		Decreto 3.312 17-6-1599, art. 4.º	
		Lei 3.644 31-12-1918, art. 117	
		Lei 4,230 31-12-1920, art. 120	
THETO MACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO, Renda do	1 4 103 0 19.	Lei 4,625 - 31-12-1922, art. 27	
		Lei 5,053 6-11-1926, art. 45	
Decreto-lei 4.064 20 - 1-1942, art. 2.º		Decreto-lei 6 — 16-11-1937	
		Decreto-lei 2.035 27-2-1940	
TITUTO NACIONAL DE EURDOS-NUDOS (Jóias e Pensõe		Decreto at a. 009 - ar ar area	
de alunos), Renda do	1 4 103 0 19 0		
e attinos), nenda do	1 4 103 0 19 0	sunos n amourinação, Parte dos Estados no serviço de	
D . 0.100 10.10.1011 100		de chrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas por	
Decreto 9.198 — 12-12-1911, art. 122		empréstimo	2.0.104.0.04.0
Lei 378 — 13- 1-1937, art. 96			
		Decreto 19.412 — 19-11-1930	
		Decreto 19.503 17-12-1930	
TITCTO EACHORAL BE TECHOLOGIA, Renda do	1.3.109 0.01.0	Decreto 19.584 13- 1-1931	
		Decreto 19.648 — 30- 1-1931	
Decreto-lei 778 8-10-1938, arts, 1.º e 8.º .			
Decreto 3.139 8-10-1938			
		JUNICA LOCAL DO EMPRITO PEDERAL, Taxa judiciária	
		federal e da	1.4 106.0.06.0
THUTO GSWALDO CRUE, Renda do	1 3.103 0 03.0		
		Decreto 225 30-11-1994, art. 2.*	
Decreto 20.043 - 27- 5-1931, art. 87		Decreto 2.163 9-11-1895, art. 5.°	
Lei 278 12-1-1937, art. 96		Decreto 539 — 19-12-1806	
- Paris de	1 4 100 0 00 0	Decreto 3.312 — 17-6-1899, art. 4.º	
TITUTO DE PSICOLOGIA, Reada do	1.4.103.0.20.0	Lei 3.644 31-12-1918, art. 117	
* 1 400 P G 4000		Lei 4.230 — 31-12-1920, art. 120	
Lei 452 — 5-7-1937		Lei 4.625 — 31-12-1922, art. 27	
		Decreto 5.053 6-11-1926, art. 45	
TITUTO DE QUÍTICA AGRÁCOLA, Renda do	1 3 102.0.01 0	Decreto-lei 6 — 16-11-1937	
		Decreto-lei 2.035 — 27-2-1940	
Decreto-lei 982 — 23-12-1938			
		- L-	
PITUTO DE REMESUROS DO BRASEL, Participação da			
iniso nos lucros do	1.4.100.0.04.0	LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISES, Renda do	1.3.104.0.03.9
220 00 1270 00	1.4.100.0.04.0		
Decreto-lei 9.964 27-10-1944		Lei 813 23-12-1901, art. 5.0	
Decreto-R1 9.303 21-10-1993		Decreto 4 050 — 13-1-1920	
		. Decreto 14.167 3-12-1943	
TITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, TAXA SÓBRO			
quota de previdência das enixas e	1.4.109 0.02 0	завопатбию на еновиско нишнах, Renda do	1.3.102.0.02.0
		PERCEIONO BY AMORATO WINNESS OF THE PERCEION O	
Decreto 20.465 - 1-10-1931, art. 8.º		Decreto 23 978 — 8-3-1934	
Decreto 22.096 16-11-1932, art. 3.º			
Decreto-lei 1.346 15- 6-1939, art. 35		Decreto-lei 982 — 23-12-1938	
Deterio-13 1240 - 13- 0-1350, Mr. 53			
		LADRILHOS, Împôsto de consumo sôlare, mosaicos.	
PRUMENTOS DE MÓSICA. Impôsto de consumo sôbre	1 1 104.2 37.0	azulejos, aparelhos sanitários, etc.	1,1,194,2,36.0
		and the second of the second o	
Decreto-lei 739 — 24- 9-1938, arts. 1.º n. 37 e		Decreto-ici 739 - 24-9-1938, arts. 1º. u. 36 e 4.º § 3	6
4.9 § 37			
		LAMPADAS, Impôsto de consumo sôbre . , psihas e	
		aparelhos elétricos	1.1.104.2.23.0
as e obres e overves, Impôrto de consumo sôbre	1.1.104.2 33.0		
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º	
Decreto-lai 739 24-9-1933, arts. 1.º n. 33 e 4.º		§ 23	
5 33			
		LATBÉRIOS	1.2.134.0.04.0
NCIAIR, Custae	1.4 106 0 01.0	Decreto-lei 2.493 15-8-1943, arts. 23 e 26	
		Decreto-lei 3.438 17-7-1941	
Decreto-lei 2.506 20- 8-1940		Decreto-lci 5.666 15- 7-1943	
Decreto-lei 3.108 12- 3-1941, art. 1.0		Dedictoria 9.000 - 18" (-1940	
Deareto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.º			
		Lugers, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.27.0
Ictinta susunat, Taxa e da Justica Iseal do		Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º a. 27 e 4.º § 27	
Distrito Federal	1,4,106,0,06,0		
Decreto 225 - 20,11,1904 20		contacto de coissana cibra contactha e	
Decreto 225 20-11-1894, art. 2.0 Decreto 2.163 9-11-1896, art. 5.0		LIMEAS, Impôsto de comumo abbre, cardoalha e	1.1.104 2.41 0

- :	MARINHA, Taxa de ocupação dos terrenos de 🎋 e arrega :
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 41 e4.º § 41	damento dos terrenos de mangue
LOCAÇÃO DE FILMES OFICIAS, Renda proveniente da 1.4.003.0.01.0	Decreto 14.595 — 31-12-1920
LOCAÇÃO DE FILMES OFICIAS, Renda proveniente da 1.1.00.	· Decreto 14.596 — 31-12-1920
Decreto 5.077 29-12-1939, art. 8.º letra a	Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940
200000000000000000000000000000000000000	Decreto-lei 3 438 — 17-7-1941
	Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943
LOTERIAS, Contribuição para fiscalização geral de 1.4.104.0.03.0	
	MARINHA MERCANTE, 50/0 sôbre a renda especial da Co
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944	missão de 1.4.110.0.01.0
LOTERIAS, Quota fixa anual e impôsto de 5% sôbre 1.4.104.0.06.0	Decreto-lei 3.100 7-3-1941, arts. 8.º e 13
LOTERIAS, Quota ina annat e imposto de 0/0 soute	Decreto-lei 3.595 5-9-1941, art. 1.º
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944	
Decreto-lei 6.820 — 24-8-1944	material ótico, fotográfico e cinematográfico, Im-
	pôsto de consumo sôbre 1 1.104.2.38.0
	posto de consumo sobre
Louças, Impôsto de consumo sôbre/e vidros 1.1.1.104.2.17.0	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º § 38
m . 11 mm . 01 0 1000 mm 10 m 15 o 10 8 '	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 17 e 4.º \$	
17	MERCADORIAS, Impôsto de exportação de
	(Nos Territorios Federais) 1.1.104.5.00.5
LUCROS EXTRAORDINÁRIOS, Impôsto sôbre 2.0.104.0.12.0	
	Consituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art. 23,
Decreto-lei 6.224 - 24-1-1944	inciso I, letra e
Decreto 15.028 13-3-1944	Decreto 22.443 — 8-2-1933
The state of the s	
— M —	MILITAR, Taxa 1.4.105.0.02.0
MAMONA, Taxa de classificação comercial é fiscalização da	Decreto 8.981 — 12-3-1942
exportação da semente de 1.4.102.0.29.0	Decreto 9.424 20-5-1942
	the state of the s
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	Tora pôbra a produción efetiva das 1.4.102.0.38.0
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	MINAS, Taxa sôbre a produção efetiva das 1.4.102.0.38.0
Decreto 8.982 — 12-3-1942	Decreto-lei 1 985 — 29-1-1940, art. 31 § § 2 °, 3.° e
	4.º e arts. 68 e 69
MANGUE, Taxa de ocupação dos terrenos de marinha e ar-	Decreto-lei 2.081 8-3-1940, art. 1.0
damento dos terrenos de 1.2.104.0.05.0	Decreto-lei 2.266 3-6-1940, art. 1.°
	Decreto-lei 5.247 — 12-2-1943
Decreto 14.595 — 31-12-1920	Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944
Decreto 14.596 — 31-12-1920	
Decreto-lei 2.490 16-8-1940	MONTEPIO DA AERONÁUTICA . 1.4.101.0.01.0
Decreto-lei 3,438 — 17-7-1941	MUNITEFIC DE ADRONAUTICA
Decreto-lei 5 666 — 15-7-1943	Decreto 695 — 28-8-1890
	Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º
MANTEIGA, Împôsto de consumo sôbre banha, e su-	Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.º
eedânees 1.1.104.2.20.0	Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.º
1	Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941,
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 1.º n. 20 e 4.º § 20	Decreto-lei 3.730 18-10-1941
	MONTEPIO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS 1.4.104.0.04.0
MARINEA, Fores de terrenos de e seus acrescidos 1.2.104.0.03.0	PLANTER NO DOD BIRE BURGEROUS & DESIGNATION OF THE PROPERTY OF
Decreto-lei 2,490 — 16-8-1940, art. 23	Decreto 942-A 31-10-1890, art. 12
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941, art. 4.9	Decreto 22.414 — 30-1-1933, art. 3.°
Decreto-lei 3.964 — 20-12-1941	Lei 436 — 23-5-1937, art. 1.°
Decreto-lei 4.120 21-2-1942	the second of th
Decreto-lei 5.666 15-7-1943	MONTEPIO DA GUERRA 1,4,165,0,01.0
	Decreto 695 — 28-8-1890
MARINEA, Montepio da 1.4.107.0.01.0	
D + 12 400 - 00 4 4000 - 1 4	Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.º
Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	Decreto-lei 3.864 24-11-1941, art 75 § 2.0
Decreto-lei 736 23-9-1938, art. 1.° Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.°	Decreto-lei 6.280 — 17-2-1944 Decreto-lei 7.060 — 21—11—1944
Defetto 0.000 - 0 2-1000, det. 1.*	2002030301 1,000 24 42 1022

MONTEPIO DA MARINHA	1,4,107,0,01,0	- 0 -	
Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.º		onras de cutelanta, Impôsto de consumo sâbre pincéis para barba e	1.1,104.2.29.0
Decreto 3.695 6-2-1939, art. 1.°		Decreto lei 789 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° \$ 29	
MOSAICOS, Impôsto de consumo sôbre ladrilhos,,		• =	
azulejos, aparelhos sanitários, etc.	1.1.104.2.36.0	OBRAS DE OURIVES, Impôsto de consumo sôbre jóias e	1,1.104.2,83.0
		Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 33 e 4.º	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 36 e 4.º § 36		§ 33	
móveis, Impôsto de consumo sobre	1.1.104.2.21.0	OBRIGAÇÕES DO TESOURO, Parte dos Estados no serviço de jurcs e amortização de que lhes foram cedidas	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 21 e 4.º § 21		por empréstimo	2.0.104.0.04.0
•		Decreto 19,412 19-11-1930	4
	2.0.104.0.02.0	Decreto 19.503 17-12-1930	
MUNICIPALIDADE, Impostos da	2.0.104.0.02.0	Decreto 19.584 — 13- 1-1931	
Decreto-lei 96 - 22-12-1937, art. 32		Decreto 19.648 — 30- 1-1931	
7			
		OCUPAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA, Taxa de e	
Indústrias e Profissões	2.0.104.0.02.1	arrendamento des terrenos de mangue	1,2,104,0.05.0
Decreto 5.142 - 27-2-1904, art. 2.°		·	
Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.°		Decreto 14.595 31-12-1920	
Lei 3.070-A - 31-12-1915, art. 22		Decreto *14.596 31-12-1920 Decreto-lei 2.490 16-8-1940	
Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.º § 19		Decreto lei 3.438 — 17-7-1941	
Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32		Decreto-lei 5,666 — 15-7-1942	
Lei 3.644 — 31-12-1918, art 31			
		A Washington	
Vendas e Consignações	2.0.104.0.02.2	ólzos, Impôste de consumo sôbre gasolina, nafta, e carburete de cálcio	1.1.104.2.35.0
Decreto 22.061 9-11-1932, art. 25 Lei 187 15-1-1936, art. 29		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.º n. 35 e 4.º § 35	
Decreto-lei 118 - 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 - 29-12-1937, art. 1.º		Decreto-lei 2,615 — 21-9-1940, art. 3.º	
Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º			
, , ,		óleos adequados à alimentação, Impôsto de consumo	1.1.104.2.10.0
MUNICORS, Impôsto de consumo sôbre armas de fôgo,		sôbre vinagre e	1,1,104.2,10.0
e fogos de artifício	1.1.104.2.22.0	Decreto-lei 730 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 10 c 4.º § 10	
Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º	2	Decreto-lei 826 — 28-10-1938	
§ 22	,	200000000000000000000000000000000000000	
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Renda do	1.4.103.0.21.0	óleos combustiveis, Taxa sôbre e envão, imper-	
	-	tados e de produção nacional	200.104.0.01.0
Decreto 24 735 14-7-1934			
Lei 378 — 13-1-1937, arts. 47 e 96.		Decreto-lei 2.667 3-10-1940, art. 13	
Decreto-lei 2.114 — 5-4-1940, art. 1.º		Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º letia t	
		Decreto-lei 3.837 18-11-1941, art. 1.º	
MUSEU IMPERIAL, Renda do	1.4.103.0.22.0	Decreto-lei 6.771 - 7-8-1944, axt. 13	
Decreto-lei 2.096 — 29-3-1940, art. 1.° Decreto 5.474 — 3-4-1940, art. 22	11 11/10	OPERAÇÕES A TÊRMO, Impôsto sôb.e	1.1.104.4.02.0
		Lei 4.984 31-12-1925, art. 16	
N ct.	A	Decreto 17.537 - 10-11-1926, art. 2.º	
- 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10		Decreto 20.116 17- 6-1931, art. 1.º	
NAPTA, Impôsto de consumo sôbre gasolina,, óleo			
e carburete de cálcio	1.1.104.2.35.0	ORGANIZAÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Renda do registo	
		das associações e instituições de auxílios mútues e.	4.109.0.01.01
Decreto-lei 730 - 24-9-1938, arts. 1.0 n. 35 o	Ar. 2012	outras	
4.0 § 35			
Decreto-lei 2.615 21-9-1940, art., 3.0	1 2 1	Decreto 24.784 14-7-1934, art. 20 § 6.0	

Decreto-lei 2.878 18-12-1940, art. 2.0		Decreto 24.511 — 29-6-1934	
Dccreto-lei 291 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º		Decreto 21.995 — 21-10-1932 Decreto 24.508 — 29-6-1934	
PESCA, Taxa de expansão da	1.4.102.0.34.0	PÔRTO DE NATAL (Administrado pela União), Renda do	1.3.110.0.11.0
de toucador Decreto-lei 739—24–9-1938, arts. 1.º n. 7 e 4.º § 7.º	1.1,104,2.07.0	Decreto-lei 1.608 — 18-9-1939, art. 1.049 § único	4 8 410 0 44 0
PERFUMARIAS, Impôsto de consumo sôbre e artigos			
Decreto-lei 739—24-9—1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º § 30		cebida pelos sôbre o produto das vendas de bens móveis e imóveis	1.4.106.0.02.6
PENTES, Impôsto de consumo sôbre, escôvas, espa- nadores e vassouras	1.1.104.2.30.0	PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS, 10% sôbre a percentagem per-	
		Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
Decreto 15.589 — 29-7-1922, art. 42 Decreto 19.957 — 6-5-1931		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
PENSÕES, Impôsto sôbre prêmios de seguros maritimos e terrestres, seguros de vida,, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0	Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 1.726 1-11-1939		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	300
Decreto f. 441 8-2-1937		PONTA PORÃ, Territór o de	1,1,104.5,06.0
Decreto 24.797 — 14-7-1934		Decreto-lei 7 013 — 1-11-1944	n. &
PENITENCIÁRIO, Sélo	1.4.106,0.05,0	tabelecimentos particulares	1.4.106.0.04.1
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941		POLICIAMENTO INTERNO, Renda do de empresas e es-	
Decreto-lei 334 — 15 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 3.494 27-12-1938, art. 119	
comercial e fiscalização da exportação de couros e	1.4.102.0.27.0	Radiologia da	1.3.106.0.02,0
Decreto-lei 1.404 6-7-1939 PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação		Decreto 14.249 — 9-12-1943 POLICIA MILITAR, Renda do Gabinete de Fisioterapia e	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.º n. 13 e 4º § 1:		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.°	
PELES, Impôsto de consumo sôbre artefatos de tecidos e de	1,1,104,2,13,0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 c 12	
Decreto-lei 466 — 4-6-1938, art. 21			
PEDRAS PRECIOSAS, Classificação e avaliação de	1.4.104.0.01.0	PINHO, Taxa de classificação comercial e fiscalização da exportação do	1,4,102,0,30.0
Decreto 15.589 — 29- 7-1922, art. 42 Decreto 19.957 — 6- 5-1931		Decreto-lci 739 — 24–9–1938, arts. 1.º n, 29 e 4.º § 29	
PECÚLIOS, Impôsto sôbre prêmios de seguros marítimos e terrestres, de seguros de vida, pensões,, etc.	1.1.104.3.04.0	PINCÉIS PARA BARBA, Impôsto de consumo sôbre e obras de cutelaria	1:1.104.2,29.0
Decreto-lei 6.871 15-9-1944		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n, 23 e 4.º § 23	
PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Serviço do	1,4,104,0,08.0	PILHAS, Impôsto de consumo sôbre lâmpadas, e apa ₇ relhos elétricos	1.1.104.2.23.0
Decreto-lei 6.964 — 17-10-1944		Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28	
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NOS LUCROS DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL	1,4,109,0,04.0	Decreto-lei 538 — 7-7-1938, art. 13	
Decreto 19.584 — 13— 1-1931 Decreto 19.648 — 30— 1-1931		PETRÓLEO, Produto da venda de gás e	1.3.008.0.01.0
Decreto 19.503 17-12-1930		63 a 94 Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.º e 2 °	
Decreto 19.412 19-11-1930		Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 27 a 44, 51 a 59	
DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO QUE LEES FORAM CEDIDA POR EMPRÉSTIMO		PESSOAS JURÍDICAS, Impôsto sôbre a renda de	1,1,104.3.62.0
PARTE DOS ESTADOS NO SERVIÇO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO		Decreto-lei 3.200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 14 e 4.º § I-		Adicional para proteção à familia	1.1.104.3.01.2
PAPEL E SEUS ARTEFATOS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.14.0	60, 61, 63 a 94	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 10 n. 38 e 40 § 38		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943. arts. 1.º a 26, 45 a 50,	
бтісо (material) ,Impôsto de consumo sôbre material, fotográfico e cinematográfico	1.1.104.2.38.0	Impôsio sobre a renda de pessoas físicas	
		PESSOAS FÍSICAS, Impôsto sôbre a renda de e adicionais	1.1.104.3.01.0

RÉMIOS DE DEPÓSITOS PÚBLICOS	1.4.106.0.03.0	PRODUTO DA VENDA DE GÁS E PETRÓLEO	1.3.008.0.01 0
Lei 99 - 31-10-1835, ast. 11 n. 51		Decreto-lei 538 — 7- 7-1938, art. 13	
Instruções 131 1-12-1845		Decreto-lei 3.236 — 7- 5-1941, art. 28	
Decreto 498 22-1-1847		The state of the s	
Decreto 2.551 — 7-3-1860, art. 76			
Decreto 2.846 19-3-1898		PRODUTOS AGRICOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de	
Lei 3.979 — 31-12-1919, art. 1.º n. 46		exportadores e classificadores de	1.4.102.0.39.0
		Decreto-lei 2.527 23- 8-1940	
RÊMIOS DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES, Impôsto			
sôbre, de segures de vida, pensões, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0		
Decreto 15.589 — 29-7-1922, art. 42		PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS, Taxa de classificação co-	
Decreto 19.957 — 6-5-1931		mercial e fiscalização da exportação de	1.4.102.0.32.0
x		Decreto-lei 334 — 15- 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5	•
		Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 c 82	
EVIDÊNCIA, Taxa sôbre a quota de das Caixas e		Decreto 6.246 - 6- 9-1940, art. 5.0	4 C
Institutos de Aposentadoria e Pensões	1.4.109.0.02.0		
Demate 90 488 5 10 1001 11 0 1		PRODUTOS PADRONIZADOS, Taxa de classificação comercial	
Decreto 20.465 - 1-10-1931, art. 8.0 Decreto 22.036 - 16-11-1932, art. 3.0		e fiscalização da exportação de outros	1.4.102.0.31;0
Decreto-lei 1.346 15-6-1939, art. 35		Decreto-lei 334 — 15- 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.	•
10-0-1000, 811. 00		Decreto 5.739 29- 5-1940, arts. 81 e 82	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		Decreto 6.206 — 31- 8-1940, art. 5.º (piassava) Decreto 6.226 — 4- 1-4940, art. 5.º (oiticica)	
EVIDÊNCIA SOCIAL, Renda do registo das associações		Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de liuho)	
As an other state of the state	1 4.109.0.01 0	Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
		Decreto 6.824 — 7- 2-1941 (paco-paco)	
Decreto 24.784 14-7-1984, art. 29 § 6.0		Decreto 6. 825 — 7- 2-1941 (juta)	
		Decreto 6.826 7- 2-1941 (guaxima)	
Brindwer, const. Tour de		Decreto 6.827 - 7- 2-1941, art. 11 (papoula de	
EVIDÊNCIA SOCIAL, Taxa de	1.4.109 0.03.0	S. Francisco)	
Lei 159 30-12-1935, art. 6.0		Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	
Decreto 591 15-1-1936, arts. 4.º e 5.º		Decreto 7.136 — 8- 5-1941 (couros e peles de ani- mais silvestres)	
Decreto 643 — 14-2-1936, art. 1.0		Decreto 7.260 — 28- 5-1941, art. 12 (feijão)	
Decreto 890 9-6-1936		Decreto 7.261 28- 5-1941 (batatinha)	
Decreto-lei 2.878 - 18-12-1940, art. 2.º, letra b		Decreto 7.262 — 28- 5-1941 (arroz)	
Decreto-lei 3.832 18-11-1941, art. 14		Decreto 7.263 - 29- 5-1941 (babaçú)	
		Decreto 7.264 — 29- 5-1941, art. 8.º (piretro)	
ddução epetiva das minas, Taxa sôbre a	1.4 102 0 38 0	Decreto 7.265 - 29- 5-1941 (alpiste)	
Decreto-lei 1.985 23-1-1940, arts. 31 § § 2.0,		Decreto 7.266 — 29-5-1941 (amendoim)	
3.º e 4.º, 68 e 69		Decreto 7.267 — 29- 5-1941 (cebola) Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada)	
Decreto-lei 2.081 - 8-3-1940, art. 1.º		Decreto 7.436 25- 6-1941, art. 16 (milhq)	
Decreto-lei 2.266 - 3-6-1940, art. 1.0		Decreto 7.676 — 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto-lei 5.247 12-2-1943		Decreto 7.677 — 19- 8-1941 art. 19 (abacaxi)	
Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944		Decreto 7.710 - 22- 8-1941 (babaçú)	
		Decreto 7.784 — 3- 9-1941 art. 10 (abacate)	
DUTO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	2.0.104 0.05.0	Decreto 7.785 — 3- 9-1941 art. 7.º, (farinha de	
Do imposto de renda	0 101 0 05 1	mandioca)	
1, 2	2.0 104.0 05.1	Decreto 7.786 — 3- 9-1941, art. 9.0 (cumarú) Decreto 7.819 — 10- 9-1941, art. 8.0 (castanha do	
Decreto 4.536 28-1-1922		Pará)	•
Decreto 5.426 — 7-1-1928		Decreto 7.902 — 24- 9-1941, art. 16 (erva mate)	
Decretó 23.150 15-9-1933		Decreto 7.903 — 24- 9-1941 (jarina)	
Decreto-lei 960 — 17-12-1938		Decreto 7.958 — 30- 9-1941 (sapoti)	
Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943		Decreto 7.959 — 30- 9-1941 (conchas)	
De outras origene	0 104 0 27	Decreto 7.960 - 30- 9-1941 art. 6.º (bucho de	
2 De dawas Grigens 2	1.0 104.0.05 2	peixe)	
Decreto 4.536 28-1-1922		Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1.9 (trigo, farelo)	
Decreto 5.426 — 7-1-1928		Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5.° (timbó)	
Decreto 23.150 15-9-1933		Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha)	
Decreto-lei 930 17-12-1938		Decreto 8.176 - '7-11-1941 (ervilha)	
		Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelini)	
DUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (dinheiro e objetos		Decreto 8.178 7-11-1941 (girasol)	
valor)	.4.104.0.05.0	Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	
Lei 370 4-1-1937		Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio)	
Decreto 1.588 — 17-8-1937, art. 2.0		Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)	
and the same of		Decreto 3.616 — 28- 1-1942 (guaraná)	

Decreto 8.678 5- 2-1942, art. 1.º (charque)		PRÓPRIOS NACIONAIS, Renda dos	1.2.104.0.02.0
Decreto 8.983 — 12- 3-1942 (cera e mel de abelha)			
Decreto 9,618 — 10- 6-1942 (batatinhas)		Decreto 22.005 24-10-1932	
Decreto 9.779 — 24- 6-1942, art. 13 (óleo essencial		Lei 251 — 21–9–1936	
de citrus)		Decreto-lei 6.874 15-9-1944	
Decreto 10.054 22- 7-1942 (cebola)		Decreto 16.604 15-9-1944	
Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da			
Bahia)		PROTEÇÃO À FAMILIA, Adicional para	1.1.104.3.01.2
Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas)			
Decreto 15.398 — 27- 4-1944 (piretro)		Decreto-lei 3.200 19-4-1941, arts. 32 a 36	
Decreto-lei 6.604 — 19- 6-1944 (la de ovmos)		, L	
Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)		— Q —	
		- Q -	
	1.4.102.0.21.0	QUARTZO, Taxa ad-valorem sobre a exportação do	1.4.102.0.22.0
pró-fauna, Selo	1.4.102.0.21.0		
Decreto-lei 5.894 20-10-1943	ч	Decreto-lei 3.076 - 26-2-1941, art. 9°.	
Design of the second se			
		QUEIJOS E REQUEIJÕES, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104 2 24.0
PROFISSÕES, Impôsto de Indústrias e (Impostos da Mu-		QUELIUS E REQUESIONS, Imposto de comedino sonte	
nicipalidade)	2.0, 104.0.02.1	Decreto-lei 739 — 24- 9-1938, arts. 1.º n.º 24 0	
T 1 F 140 07 0 1004 and 20		4.° § 24	
Decreto 5.142 — 27- 2-1904, art. 2.° Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.° § 7.°			
Lei 3.070-A 31-12-1915, art. 2.5 § 1.5 Lei 3.070-A 31-12-1915, art. 22		QUOTA ANUAL DO ESTADO DO AMAZONAS PARA AMORTIZAÇÃO	0.0.104.0.12.0
Lei 3.213 - 30-12-1916, art. 2.0 § 19		DO EMPRÉSTIMO QUE LHE FOI CONCEDIDO PELA UNIÃO	2,0,104.0,13.0
Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32			
Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31		Decreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16	
		QUOTA DE ARRENDAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO DE	
PROFISSÕES, Impôsto de Indústrias e (Nos Territorios Fe-		PROPRIEDADE DA UNIÃO	1.2.104.0.06.0
PROFISSÕES, Imposto de industrias e (1708 l'erruorus re-	1,1,104.5,00.6		
46,66)		Decreto 15.152 2 -12-1921 -*	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		Decreto-lei 6.698 — 17-7-1944	
inciso I, letra e			
Lei 366 30-12-1936, art. 27			1.4.104.0.06.0
		quota fixa anual e impôsto de 5% sobre loterias	1,2,202,0,00.0
PROPRIEDADE Causa-Mortis, Impôsto de transmissão de		Decreto-lei 6.259 10- 2-1944	
(Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.2	Decreto-lei 6.820 — 24- 8-1944	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		QUOTA DE PREVIDÊNCIA, Taxa sôbre a das Caixas e	* 4 100 0 00 0
inciso I, letra b		Institutos de Aposentadoria e Pensões	1.4.109.0.02.0
Decreto-lei 1.071 — 24- 1- 1939 Circular 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas		D	
Internas		Decreto 22.0465 — 1-10-1931, art. 8.° Decreto 22.096 — 16-11-1932 art. 3.°	1 4 1
		Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35	
PROPRIEDADE IMÓVEL Inter-vivos, Impôsto de transmissão			
da (Nos Territórios Federais)	1,1,104.5,00.3	The second secon	A STATE OF THE STATE OF
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		R	
inciso I, letra c		rêde de viação cearense, Renda da	1,3,110,0,12.0
Decreto-lei 1.071 — 24- 1-1939		REPO DE VIAÇÃO CEMUNISES INCIGA DE	· 15
Circular 8 — 24- 4-1939, da Diretoria das Rendas		Instruções regulamentares aprovadas por portari	a
Internas		do M. V. O. P., de 27-8-1919, art. 82	
		•	
PROPAIEDADE TERRITORIAL, Impôsto sôbre a (Nos Ter-	1 1 104 2 00 1		
ritórios Federais)	1.1.104.5.00.1	REGISTO DAS ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE AUXÍLIO	08
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		MÚTUOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE PREVIDÊNCI	1,4,109,0,01.0
inciso I, letra c		SOCIAL, Renda do	1,2,105,0,01.0
Decreto-lei 4.102 — 9- 2-1942, art. 2.º		Decreto 24.784 - 14-7-1934, art. 29 § 6.0	The said
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.º		200000 23102 22 23037 251 25 6 7	
Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13		REGISTO DE EXPORTADORES E CLASSIFICADORES DE PRO	De .
		dutos agrícolas e pecuários, Taxa de	1,4,102,0,39.0
PRÓPRIOS NACIONAIS, Produto da venda de gêneros e	2.0,104.0,07.0	Decreto-lei 2.527 - 23- 8-1940	
		aname commune Funde de commune do	2.0.104.0.09.0
Lei 3.070-A — 31-12-1915		REGISTO TORRENS, Fundo de garantia do	
Lei 3.644 — 21-12-1918 Decreto-lei 6.117 — 16-12-1943, art. 13		Docreto 451-B - 31-5-1890, arts. 60 e 61	
Deciciones (111 20 12 1010) (111 10			

			S	
BE	de adûrno e de utilidade e	1 1 104 2.34 0		
	de adorno e de utinosade e	1 1 109 2.39 0	sal, Impôsto de consumo sôbre	1.1 104 2.05 0
	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 34 e 4.º § 34		Decreto-lei 730 — 24-0-1938, artn. 1.º n. 5 e 4.º § 5.º	
			Decreto-lei 6.486 11-5-1944	
RE	NDA BEPECIAL DA COMESSÃO DE MARINHA MERCANTE,		Decreto-to 0.200 11-0-1923	
	5% sôbre a	1.4.110.0.01.0	•	
	B		sugunos, Contribuição das companhias ou emprêsas de	
	Decreto-lei 3.100 — 7-3-1941, arts. 8.º e 13 Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.º		estradas de ferro e das companhias de nacionais, estrangeiras, e outras	1.3.104.0.01.0
	DOLLOW WAS A PARTY WAS IN		· ·	1.0.104.0.01.0
			Lei 126 A 21-11-1892, art. 1.º	
RE	ma na russoas résicas, Impôsto sôbre a	1,1,104,3,01,1		
	Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 1.º a 26, 45		SEGUROS DE VIDA, Impôsto sôbre prêmios de seguros ma-	
	a 50, 60, 61 c 63 a 94		rítimos e terrestres,, pensões, pecúlios, etc.	1,1,104,3.04.0
	To the state of	* * *04 9 00 0	Decreto 15.589 29-7-1922, act. 42	
RE.	tda de pressoas jurídicas, Impôsto sôbre a	1,1.104.3,02.0	Decreto 19.957 — 6-5-1931	
	Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 27 a 44. 51 a			
	50, 63 a 94		suguros marífixos e terrestres, Impôsto sôbre prêmios	
	Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.° c 2.°		de, seguros de vida, pensões, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0
			Decreto 15.589 29-7-1922, art. 42	
RE	IDA TO POLICIAMINITO DITERNO DE EMPRÉSAS E RETA-		Decreto 19.957 — 6-5-1931	
	BELEGINESTOR PARTICULARES	1.4.106.0.04.1		
	Decreto-lei 7.013 1-11-1944		SELAGEM DE ESTOQUE — Împôsto de consumo	1.1.104.2.44.0
RES	MAS DIVERSAS (Nos Territórios Federais)	1.1,104.5 00.7	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 4° e 244	
	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		sêto, Impôsto do	1,1,104,4,01 0
	Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º			
	Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13		Decreto-lei 4.655 - 3- 9-1942	
			Decreto-lei 4.785 — 5-10-1942, arts. 2.° e 4.° Decreto-lei 5.608 — 13- 9-1943	
		0.0.104.0.10.0	Decreto-lei 6.394 — 31- 3-1944	
	mas eventum, Todas e quaisquer	2.0.104.0,10.0	Decreto-lei 6.659 — 7-7-1944	
	Lei 4.440 31-19-1921		Decreto-lei 6,755 - 31- 7-1944	
	Decreto-lei 4.177 13- 3-1942, arts. 5.º e 8.º		Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art. 27	
	Decreto-lei 6.562 7-6-1944			
п			sélo pentrenciário	1.4.106.0.06.0
RE	DIMENTOS, Implisto sobre; arrecadado nas fontes	1 1 104.3 93 0		
п	5		Decreto 24.797 — 14-7-1934	
	Decreto-lei 5.844 - 23-9-1943, arts. 95 a 107		Decreto 1 441 — 8-2-1937 Decreto-lei 1 725 — 1-11-1939	
	Decreto-lei 6.340 11- 3-1944, arts. 1.º, 2.º e 3.º Decreto-lei 6.577 9-6-1944, art. 1.º			
			SÊLO PRO-PAUNA	1.4.102 0.21 0
RE	curios, Impôsto de consumo sóbre queijos e	1,1,104,2,24.0	Decreto-lcs 5,894 20-10-1943	
	Decreto-lei 730 24-9-1936, arts. 1.º n. 24 e 4.º			
	\$ 24		SEMENTE DE MAMONA, Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.29.0
			ficalização da exportação da	1.4.102.0.29.0
3.83	do Instituto de	1.4.109.0.04.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
П	an Heardon de	1.1.100.0.01	Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	
	Decreto-lei 6.964 — 17-10-1944		Decreto 6.255 — 11-9-1940	
ш			Decreto 8.982 — 12-3-1942	
LIO	BRANCO, Território do	1.1.104.5.07.0		
	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO (antigo Serviço de In-	
	Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º		formação Agricolo, Renda do	1.4.102.0.18.0
	Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 15			
	Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944		Decreto-lei 2.094 — 28-3-1940	
	Decreto-lei 6.650 31-5-1944 Decreto-lei 7.162 23-2-1944		Decreto-lei 6.254 — 9-2-1944 Decreto-lei 6.914 —29-9-1944	
	1001		2000 K. V. O	

SERVIÇO FEDERAL DE ÁGUAS E ESGÔTOS, Renda do	1.3.103.0.04.0	TAXA DE CENSURA CINEMATOGRÁFICA, TEATRAL, ETC. 1.4.003.0.02.0
OBERTION PRODUCT DE MOCION DI DOCTOR LECTURE DE		
Decreto 12.866 6- 2-1918		Decreto-lei 1.949 30-12-1939, art. 59
		Decreto-lei 2.541 — 29- 8-1940, art. único
Decreto 24.532 — 2-7-1934		Decreto-lei 2.341 - 25- 8-1940, art. unico
Decreto 24.623 — 9-7-1934		
Decreto-lei 2.646 11-10-1940, art. 1.0		
Decreto-lei 3.748 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º	1.1	taxa de classificação comercial e fiscalização da
Decreto 9,490 - 27-5-1942, art. 3.°		EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO 1.4.102.0.23.0
Decreto-lei 5.614 24-6-1942		
		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°
2		Decreto 5.739 29 -5-1940, arts. 81 e 82
SERVIÇO FLORESTAL, Renda do	1.4.102.0.17.0	Decreto 6.186 28- 8-1940
SERVIÇO FLORESTAL, Menda do	1.4.102.0.11.0	Decien (.180 — 26- 6-1040
Decreto 4.439 - 26-7-1939		
		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMBRCIAL E FECALIZAÇÃO DA 1.4.102.0.24.0
serviço de juros e amortização, Parte dos Estados no.		EXPORTAÇÃO DO CACÁU
		December 1st 204 - 15 2 1099 owto 20 20 50
de obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas po		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° 5.°
empréstimo	2.0,104.0.04.0	Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82
		Decreto 6.284 14-9-1940, art. 8°
. Decreto 19.412 19-11-1930		
Decreto 19.503 17-12-1930		
Decreto 19.584 13- 1-1931		TAKA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
Decreto 19,648 — 30- 1-1931	7	EXPORTAÇÃO DO CAFÉ 1.4.102.0.25.0
		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°
Daniel de	1,4,102,0.19.0	Decreto 5,739 29-5-1940, arts. 81 e 82
SERVIÇO DE METEOROLOGIA, Renda do	1,4,102.0.18.0	Decrete 9.709 29-9-1940, arts. of 6 02
Decreto-lei 5.995 17-11-1943, art. 6.º		
		taxa de classificação comercial e fiscalização da
		EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA - 1.4.102.0.26.0
SERVIÇO NACIONAL DE DOENÇAS MENTAIS, Renda do	1.4.103.0.23.0	
Daniel of the state of the stat		Decreto lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°
		Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82
Decreto 19.852 — 11-4-1931		Decreto 7.444 25-6-1941, art. 11
Decreto-lei 3.171 — 2-4-1941, art. 3.º n. 5		200000 77112 40 0 0007 200 20
		TAYA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
serviço nacional de fiscalização da medicina, Rend		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
SERVIÇO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA, Rend do	la 1 4 103.0.24.0	TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0
		EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0
do		EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5°
do		EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20,377 — 8-9-1931		Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7°
do	1 4 103.0.24.0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do	1 4 103.0.24.0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7°
do Decreto 20,377 — 8-9-1931	1 4 103.0.24.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7°
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do	1 4 103.0.24.0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
do	1 4 103 .0 .24 .0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRI	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
do	1 4 103 .0 .24 .0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA RENDA da	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA RENDA da	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORRAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPTRINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T —	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0, 1 4 102 0 20 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORRAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOR	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORRAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPTRINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T —	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0, 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOR	1.4.103.0.24.0 1.4.104.0.08.0 0, 1.4.102.0.20.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORRAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOR	1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRI Renda da Decreto-lei 962 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAKA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPORDAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO	1.4.103.0.24.0 1.4.104.0.08.0 0, 1.4.102.0.20.0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5.°
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRI Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto 16.842 — 24-3-1925, art. 3.º	1.4.103.0.24.0 1.4.104.0.08.0 0, 1.4.102.0.20.0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRI Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943	1.4.103.0.24.0 1.4.104.0.08.0 0, 1.4.102.0.20.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 63 e 64
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.° e 2.° — T — TAXA ADICIONAL DE 10 °/° SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRI Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FIECALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 11 e 12 Decreto 14.249 — 9-12-1943
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAXA ad-valorem sobre a exportação do quartze	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.° e 2.° — T — TAXA ADICIONAL DE 10 °/° SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FIECALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 11 e 12 Decreto 14.249 — 9-12-1943
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAKA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOS DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAKA ad-valorem sobre a exportação do quartz. Decreto-lei 3.076 — 28-2-1941, art. 9.º	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0 1 4 102 0 20 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto 6.629 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS FRODUTOS FADRONIZADOS 1.4.102.0.31.0
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAXA ad-valorem sobre a exportação do quartze	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 1 4 102 0 20 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto 6.629 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS FRODUTOS FADRONIZADOS 1.4.102.0.31.6
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.° e 2.° — T — TAXA ADICIONAL DE 10 °/° SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAXA ad-ralorem sobre a exportação do quartz. Decreto-lei 3.076 — 26-2-1941, art. 9.°	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.658 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 12 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS 1.4.102.0.31.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º — T — TAKA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOS DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAKA ad-valorem sobre a exportação do quartz. Decreto-lei 3.076 — 28-2-1941, art. 9.º	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0 1 4 102 0 20 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS 1.4.102.0.31.6 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-9-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.206 — 31-8-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.° e 2.° — T — TAXA ADICIONAL DE 10 °/° SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAXA ad-ralorem sobre a exportação do quartz. Decreto-lei 3.076 — 26-2-1941, art. 9.°	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0 1 4 102 0 20 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS 1.4.102.0.27.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO 1.4.102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS 1.4.102.0.31.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82
do Decreto 20.377 — 8-9-1931 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Decreto-lei 6.871 — 15-9-1944 SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRII Renda da Decreto-lei 982 — 23-12-1938, art. 16 Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.° e 2.° — T — TAXA ADICIONAL DE 10 °/° SÔBRE TARIFAS DE TRANSPOE DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO Decreto-lei 5.228 — 5-2 1943 Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943 TAXA ad-ralorem sobre a exportação do quartz. Decreto-lei 3.076 — 26-2-1941, art. 9.° TAXA DE ÁGUA Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.°	1 4 103 0 24 0 1 4 103 0 24 0 1 4 104 0 08 0 0 1 4 102 0 20 0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.688 — 11-12-1940, art. 7° Decreto 8.165 — 5-11-1941 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 63 e 64 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.187 — 28-8-1940, arts. 81 e 82 Decreto 14.249 — 9-12-1943 TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS 1.4.102.0.31.6 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-9-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.206 — 31-8-1940, arts. 81 e 82

Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)	TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
Decrete 6.824 7-2-1941 (paco-paco)	EXPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA	1 4.102.0.29.0
Decreto 6.825 7-2-1941 (juta)		
Decreto 6.826 7-2-1941 (guaxima)	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 20., 30. e 5.0	
Decreto 6.827 — 7-2-1941, art. 11 (papoula de	Decreto 5.739 29-5-1940, arts 81 e 82	
São Francisco)	Decreto 6.255 — 11-9-1940	
Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	Decreto 8 982 12-3-1942	
Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de		
animais silvestres)	•	
Decreto 7.260 — 28-5-1941, art. 12 (feijāo)	TAXA DE DESINFEÇÃO	1.4:102.0.33.0
Decreto 7.261 28-5-1941 (batatinha)		
Decreto 7.262 28-5-1941 (arroz)	Decreto 24.548 — 3-8-1934, art. 42	
Decreto 7.263 - 29-5-1941 (babaçú)	Decreto-lei 194 21-1-1938, art. 2.0	
Decreto 7.264 — 29-5-1941, art. 8º (piretro)	Decreto-lei 5.421 — 22-4-1943	
Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste)		
Decreto 7.266 — 29-5-1941 (amendoim) Decreto 7.267 — 29-5-1941 (cebola)		
Decreto 7.268 — 29-5-1941 (cevada)	TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	1.4.103.0.25.0
Detreto 7.436 - 25-6-1941, art. 16 (milho)		
Decreto 7.676 — 19-8-1941, art. 11 (côco)	Decreto 21.335 - 29-4-1932, art. 1.0	
Decreto 7.677 — 19.8-1941, art. 19 (abacaxi)	Decreto-lei 4.655 — 3-9-1942, art. 111	
Decreto 7.710 — 22-8-1941 (babaçú)	Decreto-lei 6.694 — .14-7-1944	
Decreto 7.784 — 3-9-1941, art. 10 (abacate)	Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art 28	
Decreto 7.785 - 3-9-1941, art. 7º (farinha de		
mandioca)	. ,	
Decreto 7.786 - 3-9-1941, art. 90 (cumarú)	TAXA DE ESCÔTO	2.0.103.0.02.0
Decreto 7.819 — 10-9-1941, art. 8° (castanha do		
Pará)	Decreto 12.866 — 6-2-1918, art 1.º	
Decreto 7.902 — 24-9-1941, art. 16 (erva mate)	Decreto 24.532 — 2-8-1934	
Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina)	Decreto 24, 623 — 9-7-1934, art. 3.0	
Decreto 7.958 - 30-9-1941 (sapotí)	Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.0	
Decreto 7.959 30-9-1941 (conchas)	Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 7.960 30-9-1941, art. 6° (bucho de	Decreto 9.490 - 27-5-1942, art. 3.0	
peixe)	Decreto-lei 5.614 24-6-1943	
Decreto 8.164 - 5-11-1941, art. 1º (trigo, farelo)		
Decreto 5.101 - 0-11-1911, art. 1 (trigo, install)		
Decreto 8 173 - 6-11-1941 (aveia)		
Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó)	taxa especial sôbre embaycações, cobeada nas al-	
Decreto 8.174 - 6-11-1941, art. 5° (timbó)	taxa especial sôbre embarcações, cobrada nas al- pândegas	2.0.104.0.06.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha)		2.0.104.0.06.0
Decreto 8.174 - 6-11-1941, art. 5° (timbó)		2.0.104.0.06.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha)	FÂNDEGAS *	2.0.104.0.06.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	FÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º	2.0.104.0.06.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol)	FÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º	2.0.104.0.06.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	FÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º	2.0.104.0.06,0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.°	
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.°	
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA	
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1942 (guaraná) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º	
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7 -11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.°	1.4.102.0.34 0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1942 (guaraná) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º	1.4.102.0.34 0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 19 (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha,	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.°	1.4.102.0.34 0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1942 (guaraná) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5.°	1.4.102.0.34 0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 19 (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha,	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5.°	1.4.102.0.34 0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1942 (guaraná) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.28.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 19 (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5.°	1.4.102.0.34 0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 19 (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.28.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 19 (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.28.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1933, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.º	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.28.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 º Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.28.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos)	Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPERGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.°	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940. art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE PECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.° TAXA FITO-SANITÁRIA Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.°	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPERSO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.° TAXA FITO-SANITÁRIA Decreto-lei 3.426 — 12-5-1941, art. 3.° Decreto-lei 3.426 — 18-7-1941	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e four-croyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940. art. 2.° TAXA DE EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE PECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.° TAXA FITO-SANITÁRIA Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.°	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPERSO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.° TAXA FITO-SANITÁRIA Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.° Decreto-lei 3.426 — 16-7-1941	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0 1.4.102.0.35.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.678 — 5-2-1942, cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) **A DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FIECALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPERSO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE PARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.° TAXA FITO-SANITÁRIA Decreto-lei 3.426 — 12-5-1941, art. 3.° Decreto-lei 3.426 — 18-7-1941	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0
Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5° (timbó) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 29-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1° (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebolas) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS	PÂNDEGAS Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.° e 5.° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.° e 3.° TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.° TAXA DE EXPERSO DAS EMBARCAÇÕES Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5 ° Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS Decreto-lei 3.445 — 21-7-1941, art. 1.° TAXA FITO-SANITÁRIA Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.° Decreto-lei 3.426 — 16-7-1941	1.4.102.0.34 0 1.4.103.0.26.0 1.4.102.0.35.0

Decreto-lei 2.527 -- 23-8-1940

TAKA JUDICIÁRIA PEDERAL E DA JUSTIÇA LOCAL DO DIS-	taxa de utilização, fiscalização, assistência técnica
TRITO FEDERAL 1.4.106.0.06	3.0 E ESTATÍSTICA PARA EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉ-
TRITO FEDERAL	TRICA 1:4,102,0,40,0
Decreto 225 - 30-11-1894, art. 2.º	
Decreto 2.163 — 9-11-1895, art. 5.º	Decreto-lei 2.281 — 5-6-1940, arts. 2.º e 11 .
Decreto 539 19-12-1898	Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944
Decreto 3.312 — 17-6-1899, art. 4.0	
Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 117	the state of the s
Lei 4.230 — 31–12–1920, art. 120	TAKA DE VISITAS A EMBARCAÇÕES NOS FUNDEADOUROS 1.4.104.0 07.0
Lei 4.625 — 31-12-1922, art. 27	the same of the sa
	- 110 mm OF 30 4044 113 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11
Decreto 5.053 — 6-11-1926, art. 45	Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941
Decreto-lei 6 16-11-1937	Decreto-lei 4.003 8-1-1942
Decreto-lei 2.035 27-2-1940	
	regines Impôsto de consumo sôbre 1.1 104.2.12.0
1.4.105.0.0	
TAXA MILITAR	
m 1 0 mm 10 0 1040	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º
Decreto 8.981 — 12-3-1942	§ 12
Decreto 9.424 — 20-5-1942	Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939
	Decreto-lei 4.286 17-4-1942
. :	
TAXA DE OCUPAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA E ARREN-	
DAMENTO DOS TERRENOS DE MARGUE 1.2.104.0.0	TECIDOS, Împôsto de consumo sôbre artefatos de e
	de peles 1.1.104.2.13.0
Decreto 14.595 — 31-12-1920	
Decreto 14.596 — 31-12-1920	7 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941	§ 13
Decreto-lei 5.666 15-7-1943	Decreto-lei 1.404 → 6-7-1939
	and the second s
TAXA SÓBRE ÓLEOS COMBUSTIVEIS E CARVÃO, IMPORTADOS	the state of the s
E DE PRODUÇÃO NACIONAL 2.0.104.0.0	01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0
	and the second second second
Decreto-lei 2,667 — 3-10-1940, art. 13	Decreto 11.520 10-3-1915
Decreto-lei 2.878 - 18-12-1940, art. 2.º letra b	Decreto 14.722 — 16-3-1921
Decreto-lci 3.837 18-11-1941, art. 1.0	Decreto 18.164 — 18-3-1928
Decreto-lei 6.771 — 7-8- 1944, art. 13	Decreto 20.859 26-12-1931
300,000	Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais)
TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 1.4.109.0.0	Lei 537 — 11-10-1937
TAXA DE PREVIDENCIA SOCIAL	Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0.
Lei 159 — 30-12-1935, art. 6.º	Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
	Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.0
Decreto 591 — 15-1-1936, arts. 4.º e 5.º	Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.º e 2.º
Decreto 643 — 14-2-1936, art. 1.º	Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5,°
Decreto 890 9-6-1936	Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º letra b	Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.º
Decreto-lei 3.832 — 18-11-1941, art. 14	Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único
	Decreto-lei 4.525 — 28-7-1942 (taxas terminais)
	Decreto-lei 5.014 — 1-12-1942
TAXA SÕBRE A PRODUÇÃO EFETIVA DAS MINAS 1.4.102.0.	38.0 Decreto-lei 6.613 — 22-6-1944
	The state of the s
Decreto-lei 1.985 — 29-1-1940, art. 31 § § 2.0,	
3.º e 4.º e arts. 68 e 69	TERRENOS DE MANGUE, Taxa de ocupação dos terrenos de
Decreto-lei 2.081 — 8-3-1940, art. 1.0	marinha e arrendamento des
Decreto-lei 2.266 — 3-6-1940, art. 1.°	merime o extendemento and
Decreto-lei 5.247 12-2-1943	22 1 1 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944	Decreto 14.595 - 51-12-1920
Degreto-tet 0.005 — 18-0-1522	Decreto 14.596 — 31-12-1920
	Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940
	Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941
TAXA SÔBRE A QUOTA DE PREVIDÊNCIA DAS CAIXAS E INS-	Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943
TITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES 1.4.109.0.	.08.0
D	
Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.º	TERRENOS DE MARINEA E SEUS ACRESCIDOS, Foros de 1.2.104.0.03.
Decreto 22.096 — 16-11-1932, art. 3.°	
Decreto-lei 1.340 15-6-1939, art. 35	' D 1.310.400 40.0.4040 1.00
	Decreto-lei 2.490 7 16-8-1940, art. 23
	Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941, art. 4.°
TAXA DE REGISTO DE EXPORTADORES E CLASSIFICADORES	Decreto-lei 3.964 20-12-1941
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS 1.4.102.0	
	Decreto-lei 5.666 15-7-1943
Decreto-lei 2 527 23-8-1940	

reneros de martiga. Taxa do ocupação dos — e ar-		TERRITÓRIO DO ELO BRANCO	1 1 104.5.07.0
rendamento dos terrenos de mangue	1.2 104 0.05 0		
D		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto 14.595 — 31-12-1920 °		Decreto-lei 5.812 - 13-9-1943, art. 2.º	
Decreto 14.596 — 31-12-1920		Decreto-lei 5.839 - 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941		Decreto-lei 6.580 - 31-5-1944	
Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943		Decreto-lei 7.192 23-12-1944	
ERRITORIAL, Impôsto sôbre a propriedade (nos Terri-			
tórice Poderais)	1.1.104.5.00 1	TINTAS E VERNIERS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.26.0
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23,		Decreto lei 739 - 24-9-1939, arts. 1.º n. 26 e 4.º	
inciso I, letra a		§ 26	
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º		Decreto-lei 5.729 — 5-8-1943	
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º			
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art.13		TORRENS, Fundo de garantia do registo	2,0.104 0.09.0
TERRITÓRIO DO ACRE	1.1.104 5 01.0		2.0.101 0.00.0
and the second	1.1.104 5 07.0	Decreto 451-B 31-5-1890, arts. 60 e 61	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f			
Decreto 22.061 9-11-1932, art. 26			
Decreto 22,443 8- 2-1933		TOUCADOR. Impôsto de consumo sôbre perfumaria e ar-	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36		tigos de	1.1.104 2.07.0
Lei 366 30-12-1936, art. 27			
Decreto-lei 915 1-12-1938		Decreto-lei 739 - 24-9-1939, arts. 1.º n. 7 e 4.º	
Decreto-lei 1.071 — 24- 1-1939		§ 7.0 °	
Circular n.º 8 — 24-4-1939, da Diretoria das			
Readas Internas			
		TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE CIUSA mortis, Împôsto	1 1 104 7 00 0
TERRITÓRIO DO AMAPÍ	1.1 104 5 02 U	de (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00 2
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.º		inciso I, letra b	
Decreto-lei 5.839 - 21-9-1943, art. 13		Decreto-lei 1.071 — 24-1-1939	
Decreto-lei 6.269 14-2-1944		Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	
Decreto-lei 6.550 31-5-1944		Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.°	
Decreto-lei 7.192 23-12-1944		Decreto-lei · 5 · 839 — 21-9-1943, art. 13	
PEREJIÓNIO DE FERNANDO DE NORONHA	1 1 104 5 00 0	Circular n. 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
LELLIVERO DE PERNANDO DE ROGUNHA	1.1.104.5.03.0	Internas	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		5	
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º		TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL infer-vices,	
Decreto-lei 5.718 3-8-1943		Impôsto de (Nos Territórios Federais)	1.1.104 5.00 3
Decreto-lei 6.269 14-2-1944			
Decreto-lei 7.192 - 23-12-1944		Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
e, a		inciso I, letra c	
TERRITÓRIO DO GUAPORÉ	1.1.104.5.04.0	Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º	
		Decrețo-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 25	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		Decreto-lei 5.839 - 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 5.812 - 13-9-1943, art. 2.º		Circular n. 8 - 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13		Internas	
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944		V	
Décreto-lei 6,550 31-5-1944			
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		vales para beindes, Impôsto sôbre	1.1.104 4.03.0
TERRITÓRIO DO IGUAÇÓ	.11.1.104.5.05 0	To: 4 440 91 10 1001 and 01	
		Lei 4.440 31-12-1921, art. 21	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra /		Decreto 15.524 — 14-6-1922	
Decreto-lei 5.813 — 13-9-1943, art. 2.º		Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45	
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13			
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944			
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944 •		VASSOURAS, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas,	
Decreto-lei 7.192 23-12-1944		espanadores e	1.1.104.2 30 0
TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ	1,1,104.5.06.0	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º	
Constituição Federal, art. 20, incine I, letra f		· § 30	
Decreto-lei 5.812 - 13-9-1943, art. 2.0			
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13		velas, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.11 0
Decreto-lei 6.289 14-2-1944			
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944		Decreto-lei 739 - 24-0-1938, arts. 1.º n. 11 e 4.º	
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		§ 11	

VENDA DE GÁS E PETRÓLEO, Produto da 1.3.008.0.01.0 Decreto-lei 4.102 - 5-9-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º Decreto-lci 5.839 -- 21-9-1943, art. 13 Decreto-lei 538 - 7-7-1938, art. 13 Decreto-lei 3.236 -- 7-5-1941, art. 28 VERNIZES, Impôsto de consumo sôbre tintas e 1.1.104.2.26.0 Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 26 c VENDA DE GÊNEROS E PRÓPRIOS NACIONAIS, Produto da 210.104.0.07.0 Decreto-lei 5.729 - 5-8-1943 Lei 3.070-A -- 31-12-1915 Lei 3.644 — 31-12-1918 Decreto-lei 6.117 - 16-12-1943, art. 13 VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LÉSTE BRASILEIRO, Renda da 1.3.110.0.13.0 VENDAS E CONSIGNAÇÕES (antigo Vendas Mercantis) -Decreto 24,321 - 1-6-1934 Decreto 570 - 31-12-1935 2.0,164.0.02.2 Impostos da Municipalidade Lei 312-A - 21-11-1936 Decreto-lei 1.039 --- 11-1-1939 Decreto 22.061 - 9-11-1932, art. 25 Lei 187 -- 15-1-1936, art. 29 Decreto-lei 2.964 -- 20-1-1941 Decreto-lei 118 -- 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 -- 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º VIDROS, Impôsto de consumo sôbre louças e 1.1.104.2.17.0 Decreto-lei 739 -- 24-9-1938, arts. 1.º n. 17 e 4.0 \$ 17 VENDAS E CONSIGNAÇÕES, Impôsto de (nos Territórios 1.1.104.5.00.4 Federais) VINAGRES, Impôsto de consumo sôbre e óleos adequados à alimentação 1,1,104,2,10.0 Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23, inciso I, letra d Decreto 22.061 -- 11-9-1932, art. 26 Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 10 e Lei 187 -- 15-1-1936, art. 36 4.0 § 10 Decreto-lei 826 — 28-16-1938 Decreto-lei 915 --- 1-12-1938

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

Relação dos decretos e decretos-leis baixados durante o exercício de 1944

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA	PUBLICAÇÃO NO D. O.	EMENTA
D ():				
Decreto-lei	6.155	30-12-43	3-1-44	Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, de Ministério da Agricultura.
Decreto-lei	6.224	24-1-44	26-1-44	Institui o impôsto sôbre lucros extraordinários.
Decreto-lei	6.254	9-2-44	11-2-44	Autoriza a venda de filmes e publicações do Serviço de Informação Agrí- cola, do Ministério da Agricultura.
Decreto-lei	6.259	10-2-44	18-2-44	Dispõe sôbre o serviço de loterias.
Decreto-lei	6.269	14-2-44	16-2-44	Dispõe sôbre a administração fiscal nos territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçú e Fernando de Noronha.
Decreto-lei	6.280	17-2-44	19-2-44	Dispõe sôbre contribuições para o montepio militar.
Decreto-lei	6.340	11-3-44	15-3-44	Modifica dispositivos do Decreto-lei 5.844, de 23-9-43 (Impôsto de renda).
Decreto	15.028	13-3-44	15-3-44	Aprova o regulamento que dispõe sôbre a execução dos Decretos-leis 6,224 e 6,225, de 24-1-44 (Impôsto sôbre lucros extraordinários).
Decreto-lei	6.349	17-3-44	20-3-44	Cria a tava de validação de diploma de agrônomo e veterinário.
Decreto-lei	6.378	28-3-44	6-4-44	Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública.
Decreto-lei	6.394	31-3-44	3-4-44	Restabelece, com modificações, as disposições contidas nos arts. 50 a 55 do Decreto 1.137, de 7-10-36 (Impôsto do sêlo).
Decreto	15.398	27-4-44	29-4-44	Suspende a execução do disposto nos arts. 2.% 3.º e 4.º das especificações para a classificação de <i>piretro</i> e autoriza o Ministério da Agricultura a organizar novas especificações.
Decreto-lei	6.462	2-5-44	4-5-44	Eleva os direitos aduaneiros sôbre a importação de lâminas de vidro branco, lisas.
Decreto-lei	6.465	2-5-44	4-5-44	Reduz,a taxa de emolumentos consulares.
Decreto-lei	6.486	11-5-44	13-5-44	Prorroga por mais 12 meses a vigência do Decreto-lei 5.626, de 28-6-43 (sal estrangeiro).
Decreto-lei	6.504	17-5-44	19–5–44	Dispõe sôbre a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
Decreto-lei	6.550	31-5-44	5-6-44	Retifica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, de Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçú.
)ecreto-lei	6.562	7-6-44	9-6-44	Revoga o Decreto-lei n.º 3.773, de 29-10-41 (Dispõe sobre o material de gasogênio adquirido pelo Ministério da Agricultura, para revenda, e dá outras providências).
)ccreto-lei	6.577	9-6-44	12-6-44	Dispõe sôbre a cobrança prevista no art. 98 do Decreto-lei 5.844, de 23-9-43 (Impôsto de renda).
)ecreto-lei	6.603	19-6-44	21-6-44	Aerescenta dispositivos ao Decreto-lei 5.247, de 12-2-43 (Produção efe-
Pecreto-lei	6,604	19-6-44	21-6-44	tiva das minas). Estabelece a classificação comercial da lã de ovino e dispõe sôbre o comércio dessa matéria-prima.

30				
ESPÉCIE	NÚMERO	DATA	PUBLICAÇÃO NO D. O.	EMENTA .
Decreto-lei	6,613	22-6-44	24-6-44	Dispõe sôbre a remessa de valores pertencentes à União, por interméd do Departamento dos Correios e Telégrafos.
Decreto-lei	6.659	7-7-44	9-7-44	Dispõe sôbre o pagamento do impôsto do sêlo nos títulos de venda n diante sorteio.
Decreto-lei	6.662	. 7-7-44	10-7-44	Modifica a incidência do impôsto de consumo sôbre o fumo.
Decreto-lei	6.686	13-7-44	15-7-44	Suspende, pelo praso de 6 meses, a cobrança dos direitos de importaç e demais taxas aduaneiras que incidem sôbre a penicilina.
Decreto-lei	6,694	14-7-44	15-7-44	Eleva a taxa de educação e saúde de Cr\$ 0,20 para Cr\$ 0,40.
Decreto-lei	6,698	17-7-44	18-7-44	Autoriza a modificação do contrato de arrendamento assinado com a "T Great Western of Brazil Railway Company Limited".
Decreto-lei	6.732	24-7-44	26-7-44	Dispõe sôbre a finalidade e funcionamento da Biblioteca Nacional e outras providências.
Decreto	18.167	24-7-44	26-7-44	Aprova o Regimento da Biblioteca Nacional.
Decreto-lei	6.755	31-7-44	2-8-44	Dispõe sâbre o prazo e selagem de contrato de câmbio (Impôsto do sêl
Decreto-lei	6.763	3-8-1944	5-8-1944	Autoriza a União a liquidar dívidas do Estado do Amazonas.
Decreto-lei	6.771	7-8-44	9-8-44	Dispõe sôbre a distribuição de carvão mineral produzido no país.
Decreto-lei	6.785	11-8-44	16-8-44	Cria um adicional de 5% sôbre as taxas do impôsto de consumo que in dem sôbre as bebidas.
Decreto-lei	6.860	8-9-44	11-9-44	Dispõe sôbre a cobrança da taxa sôbre quilowatts.
Decreto-lei	6.871	15-9-44	18-9-44	Transforma a Diretoria do Domínio da União em Serviço do Patrimó da União.
Decreto-lei	6.874	15-9-44	18-9-44	Dispõe sôbre o aluguel de próprios nacionais ocupados por servidores ci da União.
Decreto	16.604	15-9-44	18-9-44	Dispõe sôbre o limite de aluguéis devidos pelos servidores civis da Un pela ocupação de próprios nacionais em caráter de residência obri tória.
Decreto	16.676	28-9-44	30-9-44	Suspende a cobrança da taxa mencionada na tabela a que se refere o . 215 do Decreto n.º 3.010, de 20-8-38 (Renda de imigração).
Decreto-lei	6.914	29-9-44	2-10-44	Transforma o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Azri tura em Serviço de Documentação.
Decreto-lei	6.964	17-10-44	19-10-44	Dispõe sôbre o recolhimento ao Tesouro Nacional, pelo Instituto de k seguros do Brasil, das contribuições previstas no ast. 109 dos s estatutos.
Decreto-lei	7,013	1-11-44	4-11-44	Dispõe sôbre o policiamento interno de emprêsas e estabelecimer particulares.
Decreto-lei	7.038	10-11-44	13-11-44	Dispõe sôbre a sindicalização rural (Impôsto do sêlo).
Decreto	17.149	16-11-44	18-11-44	Aprova as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização comércio de chá preto.
Decreto-lei	7.060	21-11-44	23-11-44	Dispõe sôbre os contribuintes civis do Montepio Militar.
Decreto-lei	7.116	4-12-44	6-12-44	Modifica a taxa cobrada sôbre a lã em bruto e em fio.
Decreto-lei	7.173	19-12-44	1 21-12-44	Transfere a administração da Estrada de Ferro Tocantins para a F dação Brasil Central.
Decreto-lei	7.192	25-12-44	27-12-44	Dispõe sôbre a administração fiscal dos territórios federais.

VERBAS	FIXA Cr\$	variável Cr\$	TOTAL Cr\$
1 — Pessoal. 2 — Material. 3 — Serviços e Encargos. 4 — Eventuais.	134.020.096	187.377.707 242.806.460 • 54.995.880 750.000	· 321.397.803 242.806.460 54.995.880 750.000
TOTAL	134.020.096	485.930.047	619,950.143

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$. TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal		*	•
I — Pessoal Permanente. II — Pessoal Extranumerário. III — Vantagens. IV — Indenizações. V — Outras Despesas com Pessoal. VIII — Inativos. VIII — Pensionistas. IX — Etapas e Auxílios.	133.664.296 355.800	69.000.000 70.951.772 3.613.000 6.150.158 5.000.000 1.000.000 31.662.777	133.664.296 69.000.000 71.307.572 3.613.000 6.150.158 5.000.000 1.000.000 31.662.777
TOTAL DA VERBA 1	134.020.096	187.377.707	321.397.803
VERBA 2 — Material I — Material Permanente II — Material de Consumo. III — Diversas Despesas TOTAL DA VERBA 2.	-	73.970.000 144.101.200 24.735.260 242.806.460	73.970.000 144.101.200 24.735.260 242.806.460
VERBA 3 — Serviços e Encargos			
I — Diversos		54.995.880	54.995.880
TOTAL DA VERBA 3		54.995.880	54.995.880
VERBA 4 — Eventuais			
I — Diversos		750.000	750.000
TOTAL DA VERBA 4		750.000	750.000

VERBA 1 — PESSOAL

	DOTA (em cru	
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente		
01 — PESSOAL PERMANENTE		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	133.664.296	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	133.664.296	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
CUNSIGNAÇÃO II — Pessual Extransituation		
04 — CONTRATADOS		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		2.949.600
05 — mensalistas		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		22,332,000
06 — diaristas		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		39,167,400
07 — tarefeiros		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		1,525,000
08 — novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		3.026.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		69.000.000
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — funções gratificadas		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	351.000	
10 — gratificação por exercício em zonas ou locais insalubres		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		 15,000
11 — GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RISCO DA VIDA OU DA SAÚDE		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		20,000
12 — gratificação por serviço extraordinário		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		350.000
13 — gratificação por trabalho técnico ou científico		
04 Serviço de Fazenda da Aeronáutica		10.000
17 — GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		300.000

[Verba 1 — Consignação III — Vantagens — Conclusão]		
	DOTA (em cru	
	FIXA Cr\$	variável Cr\$
9 — AUXÍLIO PARA DIFERENÇAS DE CAIXA		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	4.800	
1 — Gratificações militares		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		70.256,772
	355.800	70.951.772
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III.	71.307.	572
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
2 — AJUDA DE EUSTO		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		1,975,000
3 — DIÁRIAS		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		1.638.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		3.613.000
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoal		
— substituições		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		1.534.000
		1.534.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		26.158
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		26.158 4.590.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		26.158 4.590.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		26.158 4.590.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		26.158 4.590.000

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	variávei. Cr\$
CONSIGNAÇÃO VIII — Pensionistas		
33 — ABONO PROVISÓRIO E NOVAS PENSÕES		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		1,000,000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO VIII		1.000,000
CONSIGNAÇÃO IX — Etapas e Auxilios		
36 — etapas para alimentação		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		31.062.777
37 — AUXÍLIO PARA FUNERAL		
04 - Serviço de Fazenda da Aeronáutica		100.000
38 — AUXÍLIO PARA FARDAMENTO		
04.— Serviço de Fazenda da Aeronáutica		500,000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IX		31.662.777
	134.020.096	187,377.707
TOTAL DA VERBA 1	321.39	7.803

VERBA 2 - MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	variável Cr\$ ·
CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente	
01 — ANIMAIS DESTINADOS A TRABALHO, PRODUÇÃO, CRIAÇÃO E A OUTROS FINS	
01 — Animais para trabalho, produção e outros fins	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	, 75.000
02 — AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS, AUTO-CAMINHÕES, CAMINHONETES, ÔNIBUS E AUTO-BOMBAS; MATERIAL FERROVIÁRIO DE TRAÇÃO E DE TRANSPORTE; TRATORES; EQUIPAMENTOS MECÂNICOS PARA ESTRADAS DE RODAGEM; MATERIAL PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIQ; AVIÕES E ACESSÓRIOS; EMBARCAÇÕES, MATERIAL FLUTUANTE E DE DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS	
01 — Automóveis de passageiros	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	•
02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	30.000.000

DOTAÇÃO (em cruzeiros)
VARIÁVEL Cr\$
450.000
25.000.000
9.150.000
1.500.000
1,000,000
6.795.000
73.970.000
8.500
3.145.000
89.700.000
50. 000
85.000

[Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo — Conclusão]	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
22 — GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO E DE DIETA; ALIMENTOS PREPARADOS; ANIMAIS PARA CORTE; GÊLO; ARTIGOS PARA FUMANTES 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	4.500,000
23 — MATERIAL DE CONSUMO E CONSERVAÇÃO PARA SERVIÇOS DE ACAMPAMENTO E CAMPANHA 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	150.000
25 — MATÉRIAS PRIMAS E PRODUTOS MANUFATURADOS OU SEMI-MANUFATURADOS DESTINADOS A QUALQUER TRANS- FORMAÇÃO 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	23.000.000
26 — PRODUTOS QUÍMICOS, BIOLÓGICOS, FARMACÊUTICOS E ODONTOLÓGICOS; ADUBOS EM GERAL E CORRETIVOS; INSR- TICIDAS E FUNGICIDAS; ARTIGOS CIRÚRGICOS E OUTROS DE USO NOS LABORATÓRIOS EM GERAL 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	
27 — SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS 04 — Serviço de Faxenda da Aeronáutica	22.700
TECIDOS E ARTEFATOS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	20,000,000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	144,101,200
29 — ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM; ARMAZENAGEM, CARRETOS, ESTIVAS E CAPATAZIAS; TRANSPORTE DE ENCO MENDAS, CARGAS E ANIMAIS; ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DÊSTES E DE SEUS TRATADORES EM VIAGEM; SE GUROS DE TRANSPORTE	5
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	8.000,000
30 — ÁGUA E ARTIGOS PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO; SERVIÇOS DE ASSEIO E HIGIENE; LAVAGEM E ENGOMAGEM D ROUPAS; TAXAS DE ÁGUA, ESGÔTO E LINO	2,225,000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	. 2.225.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	2,590,000
32 — ASSINATURA DE ÓRGÃOS OFICIAIS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	50.000
.53 — ASSINATURA DE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	35,000

[Verba 2 — Consignação III — Diversas Despesas — Conclusão]	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
35 DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	550.000
37 — ILUMINAÇÃO, FÔRÇA MOTRIZ E CÁS	
04 — Serviço de Fasenda da Aeronáutica	2.950.000
38 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação; clichês	4
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	1,235.260
39 — serviços funerários	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	100.000
40 — ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	
02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	2.820.000
41 PASSAGERS, TRANSPORTE DE PESSOAL E DE SUAS BAGAGENS	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	3.500.000
42 - TELEFONE, TELEFONEMAS, TELEGRAMAS, RADIOGRAMAS E PORTE POSTAL	
Q4 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	680,000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	24.735.260
TOTAL DA VERBA 2	242.806.460

VERBA 3 - SERVIÇOS E ENCARGOS

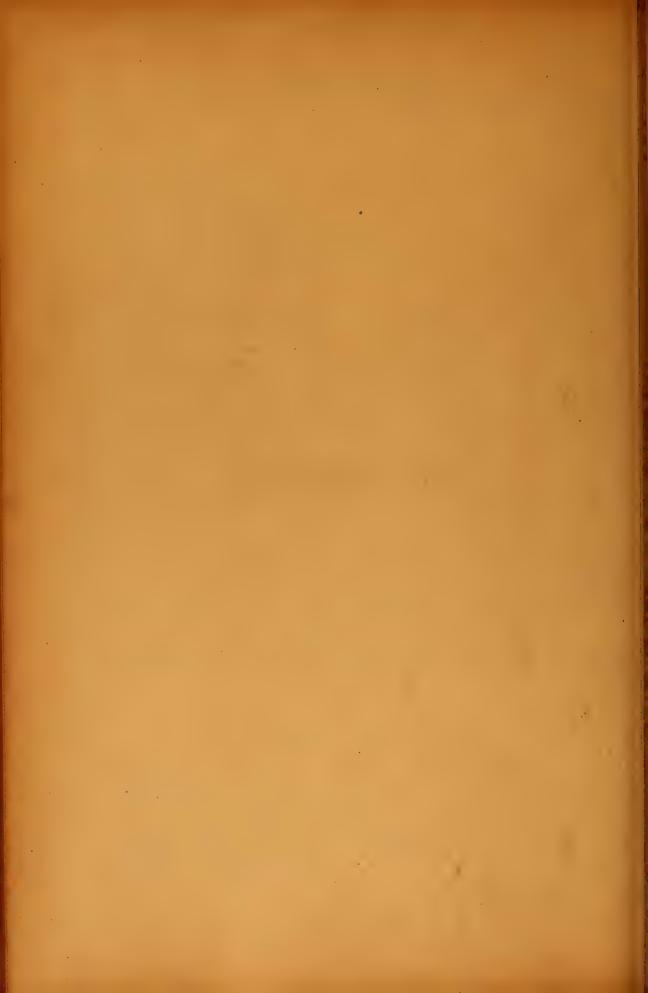
	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
01 - ACIDENTES DO TRABALHO	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	100.000
06 — Auxílios, contribuições e subvenções	
04 — Serviço de Fasenda da Aeronáutica	35.645.889

VARIÁVEL O9 — COMISSÕES E DESPESAS NO EXTERIOR O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 10.000.000 19 — INSTALAÇÕES DE NOVAS UNIDADES, REPARTIÇÕES E ESTABELECIMENTOS MILITARES O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 22 — MANOBRAS MILITARES O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 26 — PRÊMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 28 — RECEPÇÕES, EXCURSÕES, HOSPEDAGENS E HOMENAGENS O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 300.000 35 — SERVIÇOS CLÍNICOS E DE HOSPITALIZAÇÃO O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 300.000 36 — SERVIÇOS CONTRATUAIS O4 — Serviço de Farenda da Aeronáutica. 150.000 TOTAL DA VERBA 3. 54.995.850	[Verba 3 — Consignação I — Diversos — Conclusão]	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
10.000.000 19 — INSTALAÇÕES DE NOVAS UNIDADES, REPARTIÇÕES E ESTABELECIMENTOS MILITARES 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica. 22 — MANOBRAS MILITARES 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica. 150.000 26 — PRÊMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica. 300.000 28 — RECEPÇÕES, EXCURSÕES, HOSPEDAGENS E HOMENAGENS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica. 350.000 35 — SERVIÇOS CLÍNICOS E DE HOSPITALIZAÇÃO 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica. 300.000 36 — SERVIÇOS CONTRATUAIS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica. 150.000		
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		10.000.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		8.000.000
26 — PRÉMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		150.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	26 — prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	300.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		350.000
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica		300.000

VERBA 4 - EVENTUAIS

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	yariável . Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
01 Despesas imprevistas não constantes das tabelas	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	750.000
TOTAL DA VERBA 4	750.000

NOTA EXPLICATIVA



O RELATÓRIO que acompanhou a proposta orçamentária para 1944, a Comissão de Orçamento, apoiada em argumentos de ordem doutrinária e de ordem pragmática, defendeu a tese de que o Orçamento deve ser apresentado por unidades administrativas e não, como tem acontecido nos últimos anos, preponderantemente, por objeto (pesoal, material, serviços e encargos e dívida pública). Entretanto, uma brusca mudança da estrutura orçamentária poderia apresentar alguns inconvenientes, dentre os quais, apenas para exemplificar, salientam-se os seguintes:

- a) os servidores que, ordinàriamente, lidam com assuntos orçamentários, talvez não pudessem, de pronto, alcançar todos os reflexos que sôbre seus procedimentos habituais teria a nova forma de apresentação da lei de meios e dos respectivos quadros discriminativos;
- b) a contabilização das despesas, a cargo da Contadoria Geral da República, e a distribuição e redistribuição de créditos, feitas pelo Tribunal de Contas, teriam que sofrer sensíveis modificações.

Em face dessas e de outras razões, considerou a Comissão de Orçamento que, antes de se alterar a estrutura da lei de meios e dos quadros de discriminação da despesa, seria prudente publicá-los, com a forma projetada, durante alguns exercícios, mas apenas a título de experimentação e em caráter meramente exemplificativo. Assim, em 1944, e como 2.º volume do seu Relatório, editou os "Quadros de Discriminação da Despesa". Nessa publicação, a despesa aparece, preliminarmente, dividida em totais correspondentes às repartições, e, vinculadas a estas, seguem-se, devidamente classificadas por objeto, as parcelas que constituem cada total.

Ao reproduzir sua tentativa, com as despesas, porém, fixadas para 1945, a Comissão de Orçamento reconhece a existência, ainda, de algumas lacunas no seu trabalho. As mais importantes são:

a) falta de caracterização nítida das despesas de pessoal permanente, por unidades administrativas; essas despesas aparecem englobadas nos órgãos de pessoal, em virtude da legislação

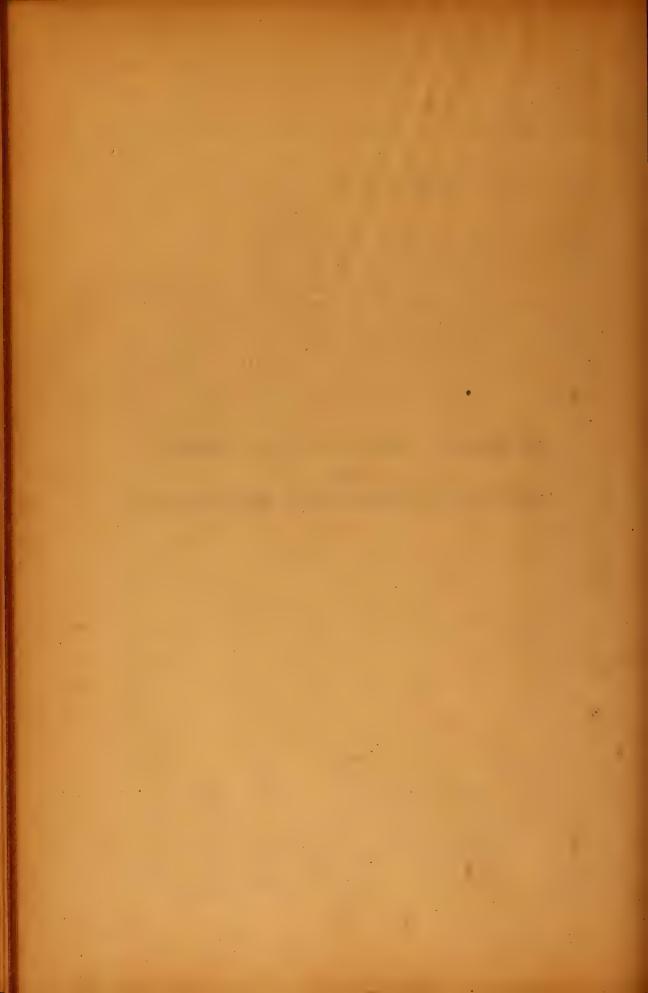
vigente determinar o agrupamento dos funcionários públicos num restrito número de Quadros, correspondentes aos vários Ministérios;

- b) inclusão de algumas despesas representativas de encargos gerais da União nas dotações de determinadas unidades administrativas, de modo que estas, aparentemente, surgem com um excessivo volume de créditos.
- c) falta de uniformidade na caracterização das atribuições e do campo de ação de diversas unidades administrativas e principalmente, na maioria delas, ausência de elementos informativos a respeito de seus programas de trabalho.

Diante da explicação contida nas alíneas a e b, acima, adverte-se que seria imprudente deduzir dêstes quadros de discriminação o custo dos serviços executados pelas repartições federais. Além disso — não tendo os quadros que compõem êste volume qualquer fôrça mandatória (uma vez que não decorrem de lei, mas constituem, apenas, recapitulações) — há a possibilidade, no transcurso do ano, de se redistribuirem várias dotações, aproveitando-se os saldos existentes em determinadas repartições em benefício de outras, cujos quantitativos não tenham sido suficientes.

E' oportuno esclarecer que, nos Ministérios civis, adiante do nome de cada unidade administrativa, está escrito o total de suas dotações; em seguida, aparece o resumo de suas atribuições, com a súmula do programa de trabalho (sempre que foi possível incluir êsse elemento), e finalmente vem o quadro de discriminação da despesa. Em relação aos Ministérios Militares, porém, não se pôde proceder dessa forma, porque o Decreto-lei n.º 4.185, de 16-3-42, estabelece que todos os créditos destinados aos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha — tanto orçamentários como adicionais — sejam automàticamente distribuídos aos respectivos Servicos de Fundos ou de Fazenda. Essa determinação legal criou um regime financeiro especial para os Ministérios militares, em virtude não só da natureza de seus serviços, que exigem a máxima flexibilidade e presteza na utilização dos créditos, como, também, da situação atual, que desaconselha a divulgação ampla das suas despesas por unidades administrativas, a fim de que não sejam reveladas, até certo ponto, medidas que devem ser mantidas em sigilo, em benefício da segurança nacional. Por conseguinte, tôdas as dotações orçamentárias dos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha, aparecem, no Orçamento Geral da República e no Plano de Obras e Equipamentos para 1945, atribuídas, respectivamente, ao Serviço de Fazenda da Aeronáutica, à Diretoria de Intendência e à Diretoria de Fazenda. Internamente, cada um dêsses Ministérios, de acôrdo com a lei, elabora um orçamento analítico de sua dotações, para fins administrativo-militares, submetendo-o à aprovação do Presidente da República.

QUADROS DE DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA



DESPESA PUBLICA

Discriminação, por Unidades Administrativas, da Despesa Federal para 1945

(Parte referente ao Ministério da Aeronáutica)



MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

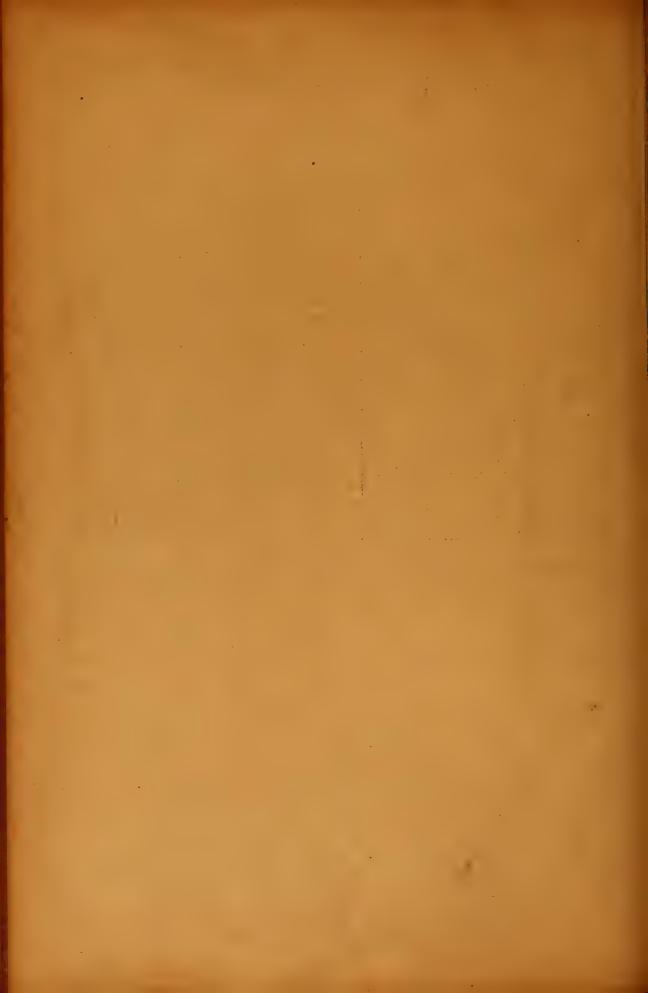
CR\$ 90.000.000,00

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONAUTICA

CR\$ 90.000.000,00

Quadro de discriminação da despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS 01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 01 — Estudos e projetos 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização Total da Subconsignação 01	3.000.000 20.000.000 23.000.000	03 — Reconstrução e ampliação de edifícios, inclusive reforma e ampliação de suas instalações Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 04 — Desapropriação e aquisição de imóveis	8.900.000 70.000.000 , 5.000.000
02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento 01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização		Total da Consignação II CONSIGNAÇÃO III — DISPONIBILIDADES. 05 — Dotação destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alteração de projetos, obras a serem iniciadas ou em prosseguimento, equipamentos diversos, desapropriação ou aquisição de imóveis, segundo autorização do Presidente da República Total da Consignação III Total Geral	15.000.000 15.000.000 90.000.000



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

CR\$ 619.950.143,00

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONÁUTICA (*) CR\$ 619.950.143,00

Quadro de discriminação da despesa:

, VERBA 1 — PESSOAL	19 — Auxílio para diferenças de	
	caixa	4.800
CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMA-	21 — Gratificações militares	70.256.772
NENTE '.		
01 — Pessoal Permanente 133.664.296	Total da Consignação III	71.307.572
- ressoar rermanente 133.004,290	CONCIONACÃO HI	
Total da Consignação I 133.664.296	CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	
	22 — Ajuda de custo	1.975.000
	23 — Diárias	1.638.000
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		
EXTRANUMERÁRIO ' ·	Total da Consignação IV	3.613.000
04 — Contratados 2.949.600	CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS	
C5 — Mensalistas 22.332.000	COM PESSOAL	
06 — Diaristas 39,167,400	25 — Substituições	1.534.000
07 — Tarefeiros 1.525.000	26 — Diferença de vencimentos	26.158
08 — Novas admissões para aten-	27 — Outras despesas.	
der ao desenvolvimento dos	02 — Abono familiar	40.000
serviços 3.026.000	03 — Salário família	4.550.000
	Total da s/c 27	4 500 000
Total da Consignação II 69.000.000	Total da s/c 2/	4.590.000
	Total da Consignação V	6.150.158
000000000000000000000000000000000000000		
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		
09 - Funções gratificadas 351.000	CONSIGNAÇÃO VII — INATIVOS	
10 — Gratificação por exercício		
em zonas ou locais insa-	31 — Aposentados, jubilados, re-	
lubres 15.000	formados, inválidos, asilados e pessoal da reserva	5 000 000
11 — Gratificação por trabalho	e pessoai da reserva	5.000.000
com risco da vida ou da	Total da Consignação VII	5.000.000
saúde 20.000		
12 — Gratificação por serviço	CONSIGNAÇÃO VIII — PENSIONISTAS	
extraordinário 350.000		
13 — Gratificação por trabalho	33 — Abono provisório e novas	
técnico ou científico 10.000	pensões	1.000.000
17 — Gratificação de representa-	Total da Consignação VIII	1.000.000
ção de Gabinete 300.000		

^(°) A nota explicativa indica a razão pela qual, neste Ministério, todas as dotações aparecem atribuídas ao Serviço de Fazenda da Aeronáutica.

CONSIGNAÇÃO IX ETAPAS E		05 — Materiais e acessórios para	
AUXÍLIOS		instalações e segurança dos	
		serviços de transporte, de	
36 — Etapas para alimentação	31.062.777	comunicação, de canalização	0 150 000
37 - Auxílio para funeral	100.000	e de sinalização	9.150.000
38 — Auxílio para fardamento	500.000	06 — Material de acampamento e de campanha	1.500.000
Total da Consignação IX	31.662.777	09 — Material de ensino e edu- cação; material artístico; in-	
Total da Verba 1 3	321.397.803	sígnias e bandeiras; instru- mentos de música	1.000.000
VERBA 2 — MATERIAL		13 - Móveis e artigos de orna-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		mentação; máquinas, apare- lhos e utensílios de escri-	
PERMANENTE		tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou	
01 — Animais destinados a traba-		técnico e para trabalhos de	
lho, produção, criação e a		campo; aparelhos e utensí-	
outros fins.		lios de copa, cozinha, refei-	
01 — Animais para traba-		tório, dormitório e enferma-	
lho, produção e outros		ria; material de sericicul-	
fins	75.000	tura, indústria de fiação e	6.795.000
Total da s/c 01	75.000	tecelagem de sêda	3.733.000
		Total da Consignação I	73.970.000
02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhone-		~ -	
tes, ônibus e auto-bombas;		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
material ferroviário de tra-		consumo ,	
ção e de transporte; tratores;		16 — Animais destinados a estu-	
equipamentos mecânicos		dos, pesquisas, experiências	
para estradas de rodagem;		e preparação de soros, vaci-	
material para extinção de in- cêndio; aviões e acessórios;		nas, produtos opoterápicos e	
, embarcações, material flu-		veterinários, inclusive ma-	
tuante é de dragagem; outras		terial para sua completa	8.500
viaturas.		fabricação	8.500
01 Automóveis de passa-		nho, ensino e educação; arti-	
geiros	300.000	gos escolares para distribui-	
02 — Auto-caminhões, cami-		ção; fichas e livros de escri-	
nhonetes, ônibus e		turação; impressos e mate-	
auto-bombas; mate-		rial de classificação, inclu-	
rial ferroviário de tra- ção e de transporte;		sive fichas bibliográficas e	3.145.000
tratores; equipamen-		de referência	3.143.000
tos mecânicos para es-		lubrificação e limpeza de	
tradas de rodagem;		máquinas; material para con-	
material para extin-		servação de instalações, de	
ção de incêndio;		máquinas e de aparelhos;	
aviões e acessórios; embarcações, material		sobressalentes de máquinas	
flutuante e de draga-		e de viaturas; artigos de ilu-	89.700.000
gem; outras viaturas.	29.700.000	minação	55.700.000
•	-	ferragem e de contenção de	
Total da s/c 02	30.000.000	animais; material de coude-	
03 — Livros, fichas bibliográficas		laria ou de uso zootécnico 21 — Forragem e outros alimen-	50.000
impressas, documentos, re-		tos para animais	85.000
vistas e outras publicações		22 — Gêneros de alimentação e	
especializadas, destinadas a		de dieta; alimentos prepa-	
biblioteca ou coleções	450.000	rados; animais para corte;	4 500 000
04 — Máquinas, motores, apare-		gêlo; artigos para fumantes	4.500.000
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de		23 — Material de consumo e con- servação para serviços de	
telegrafia, de televisão, de		acampamer to e campanha	150.000
refrigeração; material foto-		25 — Matérias primas e produtos	
gráfico, material cinemato-		manufaturados ou semi-	
gráfico e de filmagem; ferra-		manufaturados destinados a	
mentas e utensílios	25.000.000	qualquer transformação	23.000.000

26	4!
26 — Produtos químicos, bioló-	1 41 - Par
gicos, farmacêuticos e odon-	41 — Passagens, transporte de pes-
tológicos; adubos em geral e	
Correllyos: inseticidae e fe-	Telefoneman 4-1.
gicidas; artigos cirúrgicos e	5-4-1103, IEGIOFTAMOS & DOUG-
outros de uso nos laboratá	postal
rios em geral	
- Ochiening a mudan 1 - 1 .	
vestuarios, uniformes	Total J. Tr.
equipamentos: artigos	Total da Verba 2 242.806.460
peças acessórias: roupe de	
cama, mesa a banho: tocid	VEDDA 2:
e artefatos 20.000.00	VERBA 3 — SERVIÇOS E
	2110311005
Total da Consignação II 144.101.20	00
	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
DESPESAS	01 — Acidentes do trabalho 100.000
20 A	Auxilios, contribuições o sub
29 — Acondicionamento e embala-	10116063
gem; armazenagem, carretos	C9 — Comissões e despesas no
, estivas e capatazios trans	exterior 10.000.000
porte de encomendas comes	19 — Instalações de
e ammais; algiamento o al:	19 — Instalações de novas uni-
mentação destes et do com	dades, repartições e estabe-
tratadores em viacemo	lecimentos militares 8.000.000
SULUS DE Transporte	Wallobras militares
Agua e artigos para limposa	Premios, diplomas condoca
desinteccap: services de	rações e medalhas
asseio e nigiene: lavorom -	20 - Recepções, excursões bosses
cugoinagem de roupass tamas	
ue agua, escôto e 1:	35 — Serviços clínicos e de hospi-
Auguet ou arrendamente de	
THOVEIS: IOTOR SOUTHERS A	talização
	36 — Serviços contratuais 150.000
The state of the s	
	Total da Verba 3 54.995.880
Publicaches neriodica-	
Despesas miudas de pronte	VERBA 4 EVENTUAIS
pagamento	EVENTUAIS
Tutilliacao, force motein	CONGIGNACÃO
	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS
addicações; serviçõe do im	01 — Despesas imprevistas pão
pressure de de ancodernasia.	Ol — Despesas imprevistas não
	constantes das tabelas 750.000
	Total de Verb
Ligerros reparos, adaptações	Total da Verba 4 750.000
consertos e conservação de	RESUMO
Dens moveis e imóveis	
U1 — Adaptações, consertos	Verba 1 - Possoci
e conservação de bene	Verba 1 — Pessoal 321.397.803
movers	Verba 2 — Material 242.806.460
Ligeiros reparos, adap-	242,806,460
tações e conservação	Verba 3 — Serviços e Encargos 54.995.880
de bens imóveis 550.000	
	Verba 4 — Eventuais 750.000
Total da s/c 40 2.820.000	
2.020.000	Total 619.950.143

And the second

100

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

QUADROS INFORMATIVOS COMPLEMENTARES



MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Pessoal Permanente

	Cr\$
Cargos Ocupados	6.630.000,00
Conta corrente	2.079.600,00
DOTAÇÃO PIXADA	8.709.600,00

WINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

VERBA 1 — PESSOAL — CONSIGNAÇÃO II — Pessoal extranumerário

DEPENDÊNCIAS 6	CUNTRATADOS Cr\$	MENSALISTAS Cr\$	DIARINTAS Cr\$	TARESEIROS Cr\$	TOTAL Cr\$
				1	
01 - Ga Inete do Ministro	24.000	120 000	312 000	50 000	506.00
02 — Services Administration 05 — Section de Avines de Comando	24.070	148 ~ 4)		- 1	148,80
04 — Services de Transporte	-	405 300	-	-	403.20
	61.200	439 200	79 200	-1	579.60
02 - Estado Maior da Acropáutica	01.2 9	439 500		The second second	
04 - Serviço de Fozen la da Aeronáutica	-	658.500	115 800	60 000	864.60
11 - 1 : Zona Aérea Ol - Quartel Genera'	-	106 800	22,800		129 60
02 — Base Acras de Belem	-	10 ~ 50	795 800	- 1	807.60
12 — 2. Zona Aerea 01 — Ouartel General	_	213.000	678.600	- 1	891.60
02 - Base Aérea de Fortaleza	_	10.800	498.090	-	508 80 4 958 50
03 - Base Aéres de Recife	_	10.800	947.700		1.210 80
04 — Base Aérea de Natal		10.800	558.000		558 800
				1	
15 3. Zona Aerea	1	132.600	77.100		209.70
01 - Quartel General 02 — Base Aérea de Santa Cruz		104.400	642.001	-1	745 1011
03 — Base Aérez de Belo Horizonte	-	39.000	490.200	_	529.20
74 BaserAéger do Galeso	-	283 200	499 800		783.00
7					
14 - 4- Zona Aeres		281.400	75 000		356, 40
01 — Quartel General	_	60.000	780.000		940.00 484.89
03 - Base Aérea de Santos	_	34.800	450,000 479,400		479.40
04 — Base Aérea de Campo Grande	1				
15 - 5 - Zona Acres	12	1	77 200		159.00
01 — Quartel General.		121.800	37.200 573.600		584.49
02 — Base Aérea de Curitiba		10.900	450.000		460 80
04 — Base Aérea de Pôrto Alegre		79.800	1.020.000	_	1.099.83
	(14 390)	1,565 400	2 422.800		4.053.000
21 — Diretoria de Aeronáutica C vil	1	1.00.		1	
24 — Diretoria do Material da Aeronáutica	1	coo	1 1 507 600		2.425.200
01 Diretoria do Material da Aeronáutica 02 Subdiretoria Técnica de Aeronáutica	106.800	790.800	1.527.600		2.420.20
01 — Subdiretona Tecnica de Acronautica		677 800	198 000	180.000	1.246.80
12 - Servi Tionio da Aermantica .	600 (00)	991 6h)	753 (0)	150.000	2.421.60 10.002.60
(5 - Fairsia de Gairle	450.000	2.552 40 1 2.163.000	7 011 000 6.000.000	475,000	9 088,00
13 — Parque de Aeronáutica dos Afonsos. 14 — Parque de Aeronáutica de São.		2.100.000	. 0.000.000		- C20 -O
Paulo	.] 90.000	1,430,400	5.000.100	150.000	6.670.50
03 — Depósito de Aeronáutica do Rio d		629.400	499.200	_	1.128.60
Janeiro	1	027.400	1 277.200		701
25 — Diretoria de Obras	. 300.000	680.400	483.900	_	1.464.30
and the second s		ì			
26 — Diretoria do Pessoal da Aeronáutica 01 — Diretoria do Pessoal da Aeronáutica	_	299 400	126,000	40 000	465.40
27 — Diretoria de Rotas Aéreas	468,000	7 270 000	501 000		4.539.00
01 — Diretoria de Rotas Aéreas	465.000	3.270.000	291 200		
31 — Escola de Aeronáutica	. 27.600	1.579.800	2 000 100	-	3.607.50
ma Part I Part I A contribution	1	1 1 000 200	396 600	420 000	1 816.80
32 — Escola de Especialistas da Aeronáutica	-	1.000.200	; 390 000	420 000	
51 - Diretoria de Saúde da Aeroniutica					211.80
01 — Diretoria de Saude da Aeronáutica					187.80
02 — Departamento de Seleção e Contrôle 03 — Departamento de Assistência o		125.600	64 200		
Paneol.	1.4	1 1217000	28 900	-	49.80
04 - Der resmento Hispite'se	. 1 47 200	1 610 200	575 900		1 229.40
01 — Haspital Central da Aeronáutic 02 — Seção do Pronto Socôrro d		610 200	5.5 100		
Afonsos		205.200	131 200	-	326.40
03 — Secão do Pronto Socôrro o	dol	277 000	113 40		414.00
Galeão	27.600	273.000 - 1 170.400			314.70
		-; 			65.974.00
TOTAL	2.949.600	22.332.000	39.167.400	1.525 000	05.714.00

Subconsignações 04-4	05-06-07	. 65.974.000
Saheonsignação 08		3.026.000
	Total	69.000.000

	DOTAC	
	PARCIAL Cr\$	TOTAL. Cr\$
CONSIGNAÇÃO III ·· Vantagens		
9 — PUNÇÕES GRATIFICADAS		
00 — Pessoal civil		
Decrelos-leis números	1	
3 363 (21- 6-941) 4 331 (23 5-942) 5 011 (30-11-42) 5 012 (50-11-942) 5 517 (24- 5-43) 7 042 (10-11-944)		
- GABINETE DO MINISTRO	1	
Chefe de Portaria		3.00
- DIRETORIA DE ABRONÍUTICA CICIO		5.00
Secretário . Chefe de Secção Auxirir. Auxiliar . Chefe de Seção 12 a 5 401	5 400 7 800 4 200 64 > 00	8 .20
- DIRETORIA DE OBRAS		
Chefe de Secção Auxi iar. Chefe de Secção (12) a 5 490 Secretírio do Diretor da D O. Chefes de Serviço de Obras de Zona Aérea (5 a 10 800) Chefe de Distrito de Obras de Zona Aérea 20 a 5,400	7 300 64 800 5 400 54 980 108 000	240.00
- DIRETORIA DO PESSOAL DA AERONÁUTICA		
Chefe da D. P. 3 Chefe da Secção Administrativa Chefe da Secção de Controle Secretário da D. P. 5.	10 800 5 490 5 400 4 200	25.80
TOTAL DA SUBCONSIDAÇÃO (9		351 00





MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

1945
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL





MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

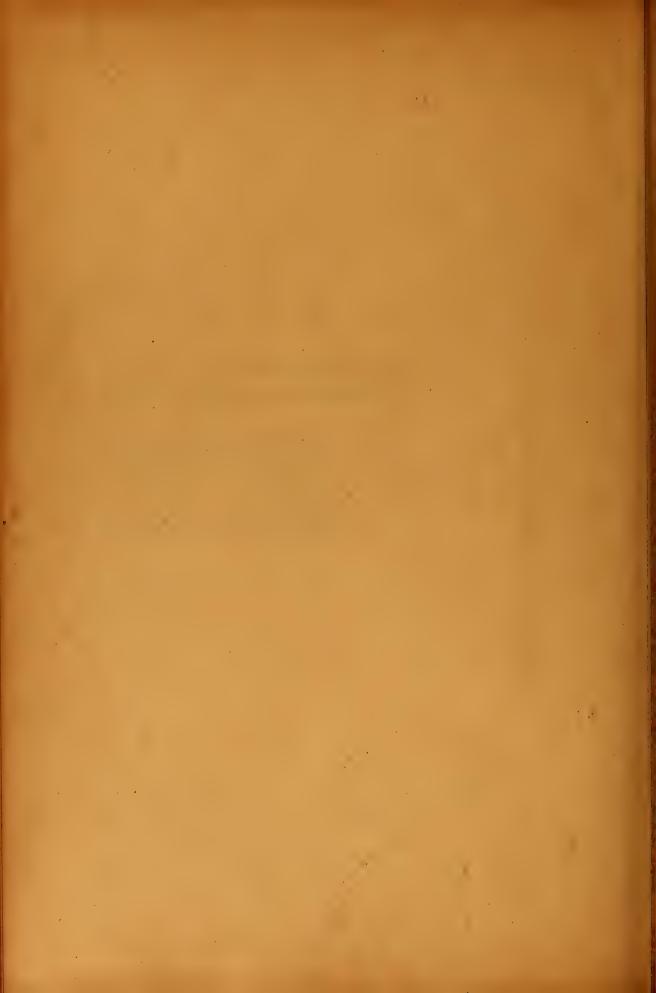
- ANTECEDENTES DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS
 - 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
 - 2. SUGESTÕES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.
 - 3. DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29-12-43, INSTITUINDO O PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS.
- ORÇAMENTO DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA 1945

DECRETO-LEI N.º 7.213, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944.



ANTECEDENTES DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

- 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
- 2. SUGESTÕES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.
- 3. DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29-12-43, INSTITUINDO O PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DA FAZENDA

- N. 2.733 Excelentíssimo Senhor Presidente da República.
- 1. Na conformidade das instruções que me foram transmitidas por Vossa Excelência no sentido de proceder êste Ministério aos necessários estudos para a instituição de um novo "Plano de Obras", para vigorar por cinco exercícios, a partir de 1944, incumbi dessa importante tarefa a Comissão de Orçamento, que se houve da melhor forma no desempenho dela, apresentando-me, agora, o resultado de seus trabalhos, consubstanciado no relatório anexo, que justifica, plenamente, os inclusos projetos de decretos-leis, elaborados pelo referido órgão e revistos por esta Secretaria de Estado.
- 2. A experiência demonstrou que o sistema estabelecido pelo "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", a extinguir-se em 31 do mês corrente, deve continuar a ser aplicado, embora com algumas modificações, aconselhadas pela prática.
- 3. As quantias previstas no Plano para as indústrias básicas e as obras públicas de caráter civil poderão, juntamente com as dotações da verba 5—"Obras", do Orçamento Ordinário, constituir orçamento especial, paralelo ao Orçamento Geral, enquanto que as despesas relacionadas com o aparelhamento da defesa poderão ser atendidas mediante créditos extraordinários ou especiais.
- 4. As vantagens de um orçamento especial para obras públicas poderão, em resumo, ser assim enumeradas, como ressaltou o referido órgão dêste Ministério:
- a) as obras públicas civis gozariam de regime contábil uniforme e mais compatível com as despesas dêsse gênero;

- b) as obras públicas ficariam enquadradas em regime contábil especial até que estudos posteriores indicassem regime próprio e definitivo;
- c) evitar-se-ia que o respeito a uma falsa anualidade orçamentária concorresse para conservar certas obras públicas sob métodos de realização opostos às exigências da técnica de construção;
- d) como as obras públicas constituem inversões de capital, que materialmente enriquecem o patrimônio público, e muitas delas são de caráter reprodutivo, sua realização pode, em parte, ser custeada por meio de operações de crédito, quando as receitas atribuídas ao Plano não forem suficientes para seu financiamento;
- e) a exclusão das obras públicas do Orçamento Geral proporcionaria um razoável e imediato equilíbrio entre as rendas normais e as despesas de custeio da administração do Estado; e
- f) tornar-se-ia possível o que me parece de alta relevância — a elaboração de um só plano nacional para as obras civis federais, em vez de planos parciais e dispersos.
- 5. As receitas atribuídas ao Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, ora em seu ultimo ano de vigência, montam a Cr\$ 600.000.000,000 anuais. Para fazer face às despesas do novo plano de obras e equipamentos, ter-se-á, evidentemente, de contar com recursos provenientes de operações de crédito. Todavia, a arrecadação daquelas receitas vem atingindo quantias superiores à cota anual estabelecida em 1939, ao ser instituído o Plano. Contando-se, pois, com essas obras, com os

- 6. Isto pôsto, poderá o Govêrno:
- a) admitir a existência de um plano geral de obras públicas e equipamentos, de duração quinquenal, com a despesa total de Cr\$ 5.000.000.000,00;
- b) determinar que no Orçamento Geral as despesas de custeio da Administração, excluídas as obras públicas, se realizem dentro dos limites da receita normal, o que, desde já, isto é, para 1944, é perfeitamente realizável;
- c) atender às despesas de caráter militar atinentes a operações de guerra por meio de créditos extraordinários, enquanto durar o conflito em que o País se empenha; e
- d) estabelecer para o novo plano quinquenal normas excepcionais de distribuição, aplicação e contrôle dos créditos, semelhantes às admitidas no Plano que se vai extinguir, com as modificações que a experiência veio aconselhar.
- 7. As receitas necessárias à cobertura das dotações serão as atualmente atribuídas ao Plano Especial em extinção, acrescidas dos saldos eventuais do orçamento ordinário, dividendos de capitais da União classificados na renda patrimonial e, tanto quanto preciso, do produto de operações de crédito, além de outras receitas que, eventualmente, venham ser atribuídas ao "Plano".
- 8. Dêsse modo, o financiamento do Plano de Obras e Equipamentos será estudado em conjunto com o orçamento ordinário, ambos sob a orientação da Comissão de Orçamento. O plano sugerido tem caráter de continuidade, mas não pretere as demais atividades do Estado. O esquema da distribuição das suas receitas e despesas é o seguinte:

- 1) As receitas do Plano Especial instituído pelo Decreto-lei n.º 1.058, de 19 de janeiro de 1939, serão transferidas ao novo Plano de Obras e Equipamentos.
- 2) As despesas do Plano Especial passarão a ser autorizadas:
- a) pelo plano ora sugerido as destinadas a obras, edifícios civis e criação de indústrias básicas;
- b) por créditos extraordinários ou especiais as dotações anteriormente destinadas aos ministérios militares e ao Ministério da Fazenda para aquisição de material bélico e aparelhamento e de defesa;
- 3) As despesas que constituíam a Verba 5 Obras, do Orçamento Geral da União, serão transferidas para o novo plano e ali discriminadas de acôrdo com os projetos e programas prèviamente aprovados;
- 4) Além dos créditos discriminados, haverá, para os órgãos que eram contemplados pelo antigo Plano Especial, uma dotação global destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alterações de projetos, obras a serem iniciadas, de prosseguimento de obras, equipamentos, segundo programa que no decorrer do exercício forem prèviamente aprovados por Vossa Excelência.
- 9. As inovações introduzidas no novo "Plano" podem ser assim resumidas:
- a) a aplicação dos recursos se fará sob a forma de orçamento especial, obedecidas as tabelas discriminativas;
- b) os créditos a aplicar serão distribuídos pelo Tribunal de Contas às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas por êste Ministério;
- c) quando forem celebrados, para a realização de despesas do "Plano", contratos ou ajustes de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00, ficarão tais atos sujeitos ao registo prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor, achando-se ainda prevista a hipótese de recusa de registo e a forma por que será examinada a execução dos contratos e ajustes; e

d) O Tribunal de Contas, procederá, também, ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos que, para êsse fim, serão anexados ao relató-

rio circunstanciado concernente à prestação de contas das operações do "Plano".

10. Para a primeira etapa do novo "Plano" foram estimadas as seguintes receitas:

	Cr\$
 1 — Taxa sôbre operações cambiais 2 — Lucro das operações bancárias em que o Tesouro 	300.000.000,00
tenha coparticipação	150.000.000,00
tido para o exterior	30.000.000,00
em sociedades de economia mista e autarquias de exploração comercial e industrial	50.000.000,00 200.000.000,00
7 — Saldos que forem apurados em Balanços 8 — Eventuais	270.000.000,00
Total da Receita	1.000.000.000,00

A despesa está fixada em igual importância, distribuída da seguinte forma:

	Cr\$
1 — Departamento Administrativo do Serviço Público	200.000,00
2 — Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000,00
3 — Ministério da Aeronáutica	90.000,000,00
4 — Ministério da Agricultura	83.212.210.00
5 — Ministério da Educação e Saúde	113.461.589,00
6 — Ministério da Fazenda	10.865.000,00
7 — Ministério da Guerra	81.400.000,00
8 — Ministério da Justica e Negócios Interiores	31.524.778.00
9 — Ministério da Marinha	15.220.000,00
10 — Ministério das Relações Exteriores	3.500.000,00
11 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1.500.000,00
12 — Ministério da Viação e Obras Públicas	554 . 116 . 423,00
Total da Despesa	1.000.000.000;00

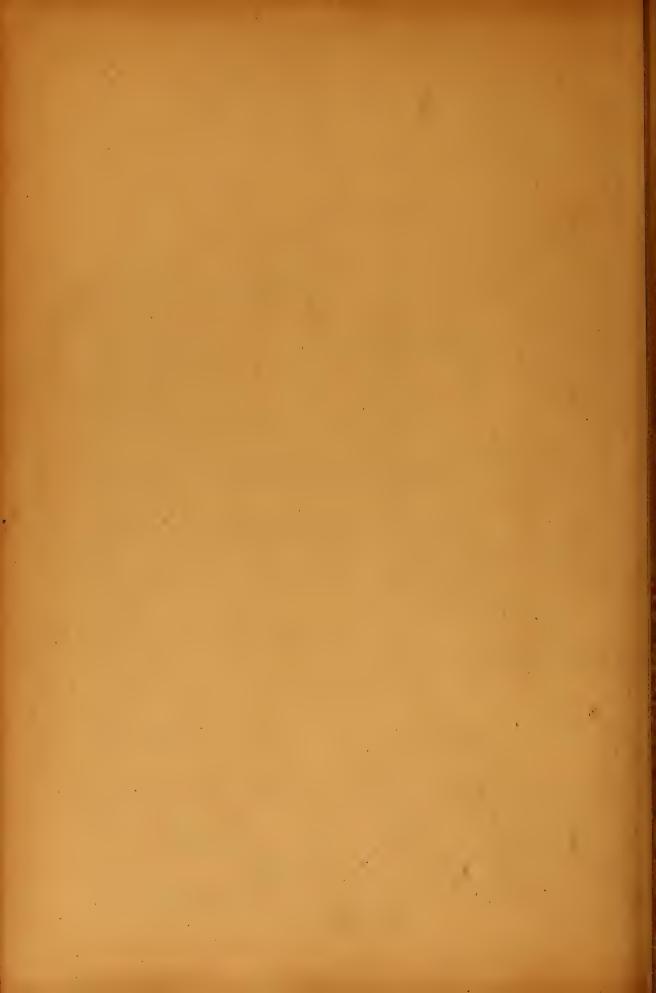
11. Diante do exposto, tenho a honra de, ao submeter o assunto à deliberação de Vossa Excelência, propor a expedição dos anexos projetos de decretos-leis, o primeiro, que institue o "Plano de Obras e Equipamentos" e dá outras providências; o segundo, que orça a receita e fixa a despesa dêsse novo "Plano" para o exercício de 1944.

12. Vossa Excelência, todavia, dignarse-á de resolver como julgar mais acertado.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943. — A. de Sousa Costa.

Aprovado. — G. VARGAS. Em 30-12-943.

(Assinados Decretos-leis ns. 6.144 e 6.145, em 29 de dezembro de 1943.



Sugestões apresentadas, em 13 de dezembro de 1943, pela Comissão de Orçamento ao Sr. Ministro da Fazenda, sôbre o financiamento e contrôle das obras públicas

Senhor Ministro:

Esta Comissão vem, há muito tempo, empreendendo estudos e pesquisas a respeito do financiamento e contrôle das obras públicas e dos meios próprios para a unificação destas em plano nacional.

O PRIMEIRO PLANO QÜINQÜENAL

- 2. Por fôrça da lei que o instituíu, o "Plano Especial de Obras Públicas e Apa relhamento da Defesa Nacional" deverá extinguir-se a 31 de dezembro de 1943. A experiência demonstrou, porém, que o sistema por êle estabelecido deve continuar a ser aplicado, com algumas modificações. Em princípio, o Plano foi instituído, como seu nome indica, para atender não só às obras públicas como também aos empreendimentos que visassem ao aparelhamento da defesa nacional, inclusive instalação e exploração de indústrias básicas. Todavia êsse objetivo inicial não foi plenamente atingido. A criação das indústrias básicas nem sempre foi atendida pelo Plano. As obras públicas, por não obedecerem a programa prévio, obtiveram, através do Plano Especial, créditos para sua execução que pràticamente importavam em reforçar dotações para o mesmo fim constantes do orçamento ordinário. Quanto ao aparelhamento da defesa nacional, pode-se depreender que, em grande parte, a intenção visada foi satisfeita, porque o total dos créditos anualmente distribuídos para êsse fim correspondeu, aproximadamente, a 64% dos recursos do Plano.
- 3. A declaração do estado de guerra veio exigir para as despesas referentes à defesa nacional principalmente para as que mais de perto se prendem às ope-

rações militares — a abertura de créditos extraordinários. Ora, a presente situação é diferente daquela que precedeu a declaração de guerra quando o Govêrno tinha diante de si apenas um processo de preparação de seus órgãos de defesa, em virtude da cortida armamentista que ia pelo mundo. Agora, em plena beligerância, as despesas que à conta do Plano eram realizadas pelos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha e pelo Ministério da Fazenda, também poderão ser, doravante, atendidas por meio de créditos extraordinários.

4. Destarte, as quantias previstas no Plano para as indústrias básicas e as obras públicas de caráter civil poderão, juntamente com as dotações da Verba 5 — "Obras" do Orçamento Ordinário, constituir orçamento especial paralelo ao Orçamento geral. Este orçamento especial de obras públicas substituiria o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que se vai extinguir em 31 de dezembro próximo.

NOVO PLANO QÜINQÜENAL

- 5. As vantagens do orçamento especial ora sugerido podem ser assim enumeradas, em resumo:
- 1 as obras públicas por êle custeadas gozariam de regime contábil uniforme e mais compatível com as despesas dêsse gênero do que o aplicado às demais despesas da administração;
- 2 as obras públicas ficariam enquadradas em regime contábil especial até que estudos posteriores indicassem regime próprio e definitivo;
- 3 evitar-se-ia que o falso respeito à anualidade orçamentária concorresse,

como frequentemente acontece, para que as obras públicas continuassem a executar-se sob as complicadas comprovações dos adiantamentos;

- 4 como as obras públicas constituem inversões de capital, que materialmente enriquecem o patrimônio público, e muitas delas são de caráter reprodutivo, sua realização pode, em parte, ser custeada por meio de operações de crédito, quando a receita ordinária não fôr bastante para seu financiamento;
- 5 a exclusão das obras públicas do Orçamento Geral proporcionaria um razoável e imediato equilíbrio entre as rendas normais e as despesas de custeio da administração do Estado;
- 6 tornar-se-ia possível a elaboração de um só plano nacional para as obras federais em vez de planos parciais e dispersos.
- 6. As despesas com obras públicas já estimadas no Orçamento Geral para 1944 alcançam, em números redondos, a Cr\$ 780.000.000,00. Adicionando-se a esta importância a parcela de Cr\$ 220.000.000,00, que no Plano Especial tem correspondido, aproximadamente, às obras públicas e emprendimentos industriais de caráter civil, poder-se-á admitir um total de Cr\$ 1.000.000.000,00, para ser empregado, em 1944, na realização de obras públicas e equipamentos diversos.
- - 8. Isto pôsto, poderá o Govêrno:
- b) determinar que no Orçamento Geral as despesas de custeio da Administração, excluídas as obras públicas, se realizem dentro dos limites da receita normal,

- o que, desde já, isto é, para 1944, perfeitamente realizável;
- c) atender às despesas de cará militar que vêm sendo efetuadas pel Ministérios da Fazenda, Aeronautica Marinha e Guerra, por meio de crédi ; extraordinários, enquanto durar a perra;
- d) estabelecer para o novo plan juinquenal disposições de carater exce ional relativas à distribuição, aplicação controle dos créditos semelhantes as la dmitidas no Plano que se vai extingi, até que estudos posteriores indiquem la regime mais adequado às obras publi s.

NECESSIDADE DE PLANIFICAÇÃ

- 9. É fato incontestável que o sema orçamentário brasileiro vem sendo perfeiçoado nos últimos anos. As verb: Pessoal e Material já encontram umasistematização destacada. Entretanto, : Verba 5 - "Obras" é das que estão a xigir alterações fundamentais. O Plano special concorreu para salientar suas perfeições estruturais e trouxe a demestração da necessidade de regimes difentes dos que se acham em vigor para as bras públicas. Foi em boa parte a pre upação de evitar as dificuldades de dis ibuição, aplicação e contrôle dos crédite impostas pelas leis de contabilidade en v gor, que levou o Govêrno quando labo rou o Plano Especial à adoção do rgin excepcional que o caracteriza. Es a tude pode ser compreendida como no tiva de um movimento orientado na normas obsoletas.
- 10. Por outro lado os inconver ne mais comumente apontados no atul ne gime de execução das obras públics rederais podem ser assim resumidos:
- 1 falta de planejamento gera capaz de interrelacionar as necessidad publicas que as várias obras e const çues visam satisfazer;
- 2 dificuldades surgidas para emprêgo em tempo útil das dotações, c que resultam retardamento e interrupçã das construções autorizadas.
- 11. A eliminação dêsses inconvientes está a exigir a implantação de gras gerais novas. Na primeira hipótes exige-se o que modernamente se ven chamando planificação. De acôrdo cor esse

princípio a realização de qualquer obra pública é posta em função do problema geral que ela integra. Por exemplo: o plano de combate às sêcas inclui os problemas de transporte e os de colonização. Este é o caso em que um setor a cargo de um órgão não pode funcionar inteiramente desligado de setores a cargo de outros órgãos. Um caso mais simples é o de duas providências da mesma natureza, executadas em regiões distantes uma da outra, oferecem a aparência de falta de coordenação. Um pôrto que se melhora no Norte pode refletir a necessidade do melhoramento de um pôrto do Sul. O carvão e o minério de ferro mostram, por sua relevância, a interrelação que não se pode descurar.

- 12. A segunda hipótese prende-se ao orçamento por projeto e não por exercício financeiro. Autorizada uma obra, exequível em 2, 3 ou 5 anos, não convém deixar pendente de discussões o montante a ser gasto em cada ano. O projeto compreende a inversão de capital em vários exercícios. Uma vez aprovado pela autoridade competente, deve-se ter como estabelecido que os orçamentos dos exercícios seguintes serão automàticamente onerados das quantias que o projeto prevê para cada ano.
- 13. Nesse particular é preciso progredir na técnica orçamentária até que se chegue a romper com o regime básico de créditos anuais. As quantias previstas para cada ano em projeto aprovado devem ser consideradas devidas e indiscutíveis tanto quanto o são as prestações contatuais. Iniciada a construção, qualquer obra só deve ser interrompida ou suspensa nediante autorização superior, concedida em face de justificação plena, mediante ito revestido de formalidades próprias inclusive a publicação.
- 14.É claro que tais normas podem sorer as exceções oriundas dos fatores ncontroláveis. O que se impõe é a anuação dos males capazes de serem previsos. Esses males aumentam na proporão em que o Estado assume responsailidades cada vez maiores e alarga sua sfera de prestação de serviços econômio-sociais. Os cânones inspiradores do tual regime de contabilidade pública alvez atendessem aos modestos serviços

que o Estado se atribuia há anos passados. Hoje, um grande esfôrço de aperfeiçoamento se torna imprecindível, a fim de que o Estado não continui a sofrer as críticas, às vêzes justas, que o acoimam de incapaz para as realizações impostas por sua própria evolução.

- 15. Segundo os "consideranda" do Decreto-lei n.º 1.058, de 1939, o Plano Especial foi instituído tendo em vista os seguintes objetivos:
 - a) criação de indústrias básicas;
 - b) execução de obras públicas;
- c) prover a defesa nacional de elementos necessários ao seu desenvolvimento;
- d) execução dêsses empreendimentos com recursos próprios, sem prejuízo do equilíbrio das receitas e despesas públicas.
- 16. Entretanto, a criação de indústrias básicas, a execução de obras públicas e o aparelhamento da defesa continuaram financiados também pelo orçamento ordinário. A instituição do plano presumiu acertadamente que aqueles três empreendimentos não precindiam de planificação em prazo inferior a 5 anos e que essa planificação seria dificultada pelo regime de contabilidade vigente. Em síntese, o Plano Especial significou a intenção de planificar sob regime orçamentário adequado à planificação. É êste o sistema que parece deva ser concretamente defendido. O Plano prestes a extinguir-se, como qualquer plano de obras, supõe a ocorrência de empreendimentos que só podem ser executados mediante conjuntos de projetos racionalmente entrelaçados. Parece ainda que as obras públicas civis federais, devendo influir sôbre todo o território nacional e sôbre tôda a estrutura econômico-social do País, não podem ser desmembradas em seu planejamento. Não se concebe um grupo de obras planificadas e outro não dentro do território nacional,
- 17. Sem levar em consideração os programas industriais, de fato só podem existir dois planos um de obras civis e outro de obras militares. Fora dêsses dois grupos só se admitem as obras de pequena extensão, de influência adstrita a zonas e grupos sociais a que execpecionalmente se destinem. Seriam as obras civis locais e de urbanismo, a cargo dos

municípios, as obras eventuais de reparação, de festejos, etc. e as extraordinárias determinadas pelas calamidades, guerra e crises.

- 18. Estes são os motivos por que a Comissão de Orçamento propõe que se reunam, doravante, em um só sistema os créditos do Plano Especial destinados a obras civis e os créditos da Verba "Obras" do orçamento ordinário.
- 19. A aplicação do Plano Especial, em extinção, durante cêrca de cinco anos sugere a impossibilidade de executar planos parciais de fundo nacional. É essa impossibilidade que vem dando a alguns créditos dêsse Plano a aparência de dotacões esparsas. Quando as dotações não assumem êsse caráter suplementam os créditos do orçamento ordinário. O que de novo ocorreu foi a execução de obras e trabalhos sob regime excepcional de financiamento. Foram obras úteis e tão bem concebidas quanto o têm sido as custeadas pelo orçamento ordinário e não se contesta que a execução de várias delas foi facilitada pelo regime financeiro que as favoreceu.
- 20. Os problemas assim apresentados requerem soluções que se resumem em três itens:
- 1) a necessidade da elaboração de um só plano para as obras públicas;
- 2) a substituição do atual regime orçamentário por um outro adequado à presente fase da evolução do serviço público brasileiro;
- 3) a atribuição a um órgão central de planejamento, dependente de estudos posteriores, de competência para elaborar o plano, velar pela sua realização e atender às alterações que se tornarem necessárias.
- 21. Os dois motivos centrais já referidos com que se procura justificar a renovação de sistema do Plano Especial são atendidos na presente proposta. O argumento da imperiosidade do plano é satisfeito pela admissibilidade da planificação. Os argumentos a favor de medidas excepcionais sempre expressaram as imperfeições do atual regime contábil. Não se cogitou de normas excepcionais mas sim condizentes com a evolução dos serviços públicos.

- 22. É imprecindível promover estudos para a elaboração de normas novas. Enquanto estas não forem instituídas convém aperfeiçoar a experiência alcançada com o Plano Especial e promover a instituição de um novo plano quinquenal de que se excluam as obras de defesa militar.
- 23. Quasi todos os males atribuídos ao sistema de financiamento de obras públicas são comuns ao regime ordinário da Verba 5 "Obras" e ao extraordinário do Plano Especial. Tanto na "Verba "Obras" como no Plano Especial não se encontram, rigorosamente, salvo algumas exceções, a sistematização e a previsão a tempo longo. O estudo das obras públicas leva diretamente aos métodos racionais de planificação. Nêsse sentido não há o que inovar, mas utilizar a experiência alheia e a nossa própria experiência no emprêgo daqueles métodos.
- 24. Planificar um setor da economia privada significa estabelecer domínio sôbre as fôrças cegas dessa economia, em que não se interfere eficazmente sem algo cortar da iniciativa individual e da livre concorrência. Mas, a Administração Pública exclui, por sua natureza, a existência dêstes dois atributos. Tôdas as atividades do Estado visam fins gerais. Quando êle intervém, é para regular a procura ou impedir os males da concorrência livre. Se seus fins são gerais no espaço e no tempo, sem subordinação ao lucro e ao êxito imediato, suas atividadas são, por natureza, atividades globais, genéricas e coletivas, que forçosamente devem obedecer a plano prèviamente concebido.
- 25. Pouco importa que os Governos não tenham sempre corporificado suas atividades em planos conhecidos como tais. Apenas se pode alegar que seus programas não foram racionalmente elaborados. Foram concebidos mediante os processos que agora se pretende superar, ditados pelas iniciativas isoladas de repartições ou de interêsses não coordenados. Isto acontece quando indivíduos ou grupos solicitam e as repartições propõem aos órgãos incumbidos da distribuição dos recursos públicos ou quando as próprias repartições, bem intencionadas, solicitam e fazem pressão sôbre aqueles órgãos. Se

as repartições os convencem a atendê-las, sem que se meça o grau de utilidade dos serviços propostos, tem-se a atividade dispersiva e anti-econômica, e tais dispersões, surgidas sob a forma de planos individuais, podem ser evitados com um plano nacional de obras públicas. Os projetos em qualquer caso sempre têm que partir de órgãos interessados em tracar caminho racional para o aproveitamento das possibilidades econômicas nacionais. Mas, ao se propor o aproveitamento. por exemplo, do Rio São Francisco, antes se deve pesquisar para saber se a conjuntura econômica mostra o aproveitamento daquele rio, e não um outro empreendimento, como o meio mais útil para o emprêgo dos capitais do Estado. Não se pode inverter somas vultosas por motivos de ordem sentimental. Neste sentido o País não é divisível em zonas, classes ou grupos sociais.

26. Para sistematizar, dentro dêsses imperativos, a aplicação dos capitais de que o Govêrno disponha, é imprecindível trabalhar com tôdas as variáveis suscetíveis de observação científica, tendo em vista tôdas as fôrças que definem o sentido do desenvolvimento econômicosocial. Este desenvolvimento é agora conduzido por influências que anteriormente não o atingiam. Vamos entrar na fase da industrialização, fase mais viva e mais difícil de dirigir que a agro-pecuária. As obras de saneamento, por exemplo, não mais terão por fim sòmente preparar a terra onde fixar o lavrador sadio, È necessário subordiná-las, assim como as de transporte — ferrovias, rodovias, dragagem, canalização e portos — ao surgimento de futuras zonas industriais e a novas correntes de mercadorias que elas vão determinar.

27. Não se pretende alegar que a tôdas as obras realizadas tenha faltado o estudo necessário quanto à sua oportunidade, extensão ou localização. Mas deseja-se tornar mais objetiva a coordenação que possibilite maior rendimento. O país entra em fase do desenvolvimento econômico caracterizada por fôrças mais vigorosas e de resultados mais complexos. Daí a necessidade de planejamento geral que possibilite trabalho de maior precisão, em que se aprenda o maior número

de fatos da vida econômica, ocorrentes sob as mais variadas formas em todo o território nacional. Qualquer rodovia nova, qualquer novo ramal ferroviário constitui um problema situado dentro do problema geral, resultante das necessidades comprovadas de saneamento, colonização, correntes comerciais, mineração, eletrificação, etc.

28. Em boa parte, essa coordenação de atividades já se vem realizando e o que agora se exprime é a necessidade de criar formas mais eficientes para todo o esfôrço que os órgãos do Govêrno vêm dispendendo. É óbvio que, sem formas apropriadas, algo dêsse esfôrço continuará a resultar em perdas lamentáveis.

FALTA DE COORDENAÇÃO SISTEMÁTICA DE PROBLEMAS CORRELATOS

A título de exemplo é oportuno relacionar um grupo de problemas técnicos considerados por estudiosos e especialistas como problemas nacionais. São "slogans" que surgem frequentemente na imprensa e em livros bem intencionados. Cada escritor ou articulista apresenta o seu problema como nacional. Eis alguns exemplos:

- Aproveitamento do Rio São Francisco (Energia hidráulica, irrigação, regularização).
 - Saneamento do Vale Amazônico.
- Povoamento do Brasil Central (organização da agricultura, indústria, comércio, transportes, sistema de educação e saúde, fundação de cidades, etc...).
- Ligação terrestre (fluvial, rodo e ferroviário) do Centro Sul com o Nordeste e com o Norte. Ligação Bahia-Amazonas.
- Ligação Bahia-Piaui-Maranhão (extensão da Leste Brasileiro).
 - Rodovia Rio-Bahia.
- Trecho Ipameri-Belém (rodovia transbrasiliana).
 - Ferrovia Brasil-Bolívia.
 - Estrada Brasil-Paraguai.
 - Eletrificação da E.F.C. do Brasil.
- Ampliação do sistema conhecido como "Obras contra as Sêcas".
 - Sistema de Rotas Aéreas.
 - Eletrificação rural.

- 30. Não parece que a qualquer dêsses empreendimentos se possa chamar de nacional no sentido de chave ou de único meio de salvação. Nenhum dêles pode ser estudado ou executado isoladamente. São nacionais porque interessam à Nação, mas são interdependentes. Embora sem planejamento geral, o Govêrno da União tem tratado de quase todos. Basta uma ligeira leitura dos ítens do orçamento federal para encontrar vários dêles mencionados em dotações diversas. Quase todos êsses emprendimentos exigem somas vultosas que os orçamentos federais não podem comportar em prazo curto.
- 31. A necessidade do estudo de conjunto vai, muitas vêzes além da esfera federal, como se pode verificar mediante alguns exemplos. Veja-se de início a zona cacaueira do sul da Bahia. A economia regional dêsse produto é orientada pelo Instituto do Cacau, autarquia do Govêrno estadual da Bahia. Atendendo aos mais louváveis intuitos, aquele órgão estadual empreendeu melhoramentos na área cacaueira, que tem como centro econômico os ricos municípios de Ilhéus e de Itabuna. Melhoraram-se estradas e portos tendo por fim amparar essa região agrícola. Ocorre, porém, que o cacau não é um produto essencial. E tipicamente um produto de exportação e conquanto nos caiba aproveitar qualquer fonte de produção não se examinou em tempo se a conjuntura econômica brasileira indicava, na ocasião, a inversão de capitais em outros empreendimentos.
- 32. Outro exemplo é o da baixada do litoral paulista. Enquanto a industrialização se processa no planalto, essa região se conserva como pitorescamente a denominou um escritor — uma planície de bananeiras e mangues. Não só o planalto forja riqueza e as inverte na indústria como as encaminha para novos desbravamentos. Este é o caso da economia pioneira do oeste paulista e do norte do Paraná, onde se pratica a colonização pela iniciativa particular. Não se deve, porém, esperar que a iniciativa particular oriente, fundamentalmente, seus emprendimentos em têrmos de interêsse nacional. interêsse deve, porém, ser defendido por quem planeja obras públicas. Não se trata de impedir aos capitais particulares o ca-

- minho que o lucro legítimo lhes aponta, mas de atrai-los mediante a concessão de favores para zonas onde maior interêsse nacional necessite dêles. Esta tarefa é comum aos elaboradores de um plano nacional de obras públicas.
- 33. Os três exemplos citados baixada paulista, povoamento do noroeste do Paraná e as obras da região cacaueira da Bahia — mostram a falta de coordenacão, isto é, a falta de um plano nacional a que as obras se relacionem e de que dependam. O aproveitamento da baixada paulista ainda não surgiu como problema Mas não poderá ser deixado nacional. apenas a cargo do Govêrno Estadual. A economia do cacau é orientada pelo Govêrno Baiano. A penetração São Paulo--Norte do Paraná interessa a dois Estados e se realiza em zona estratégica onde há imigração e capitais estrangeiros.
- 34. Nenhum dos três problemas figura, entretanto, vultosamente como o das sêcas, nos orçamentos federais nem no ordinário nem no do Plano Especial. Mas, tanto êles como as sêcas, o Rio S. Francisco, o saneamento da Amazônia e os demais problemas abertos devem ser subordinados à conjuntura econômica do País que, por sua vez, é função da economia mundial. Éstes são os crivos a que obrigatòriamente devem ser submetidos todos os planos regionais. São êles que devem inspirar a política de inversão de capitais em obras públicas, e que devem determinar quais as obras e trabalhos a executar, como, onde e quando devem ser executados em plano nacional.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS CIVIS

35. Sem separar a construção de edifícios públicos do plano nacional de obras, é necessário focalizar algumas de suas particularidades. É o grupo das obras em que a técnica orçamentária mais progrediu até agora. Trata-se de grupo de maior homogeneidade e que maiores facilidades oferece à sistematização. Por isto não haverá muito que alterar nos processos que já o disciplinam. Falta, sem dúvida, reforçar os dispositivos em vigor e entrosar o setor da edificação em plano adequado. Todos os ministérios empreendem a construção de edifícios enquanto as demais obras e trabalhos são executadas exclusi-

vamente por determinados ministérios. Aquela generalidade aponta por si mesma as soluções que se vêm adotando. Cumpre coordenar em um órgão técnico de planejamento os estudos das necessidades de trabalho em área coberta, que os servicos federais apresentam, evitando que o projetamento se disperse por várias repartições. Será necessário providenciar para que as edificações se processem mediante prévia escolha entre as necessidades comprovadas. Quando, por exemplo, se cogitar de novo edifício para uma delegacia fiscal, para uma agência postal, para sede de uma escola ou para um hospital, a autorização não pode depender sòmente da prova de que a obra é urgente, inadiável ou indispensável. Estes três qualificativos podem ser atribuídos na mesma ocasião às exigências de várias outras repartições. Faltará, pois, conhecer as que mais precisam de novos edifícios e prover aquelas para que bastarem os capitais do Govêrno disponíveis para inversões dessa natureza.

36. É claro que o princípio da "realização do mais necessário entre tudo que é necessário" aplica-se a todos os serviços públicos e, portanto, a tôdas as obras públicas. Mas, já é da natureza das demais obras, tais como as de transporte, saneamento e colonização, a idéia de plano, ao passo que as solicitações de créditos para edifícios ocorrem frequentemente de modo dispersivo. Pode acontecer que, nos quatro exemplos referidos — escola, delegacia fiscal, agência postal e hospital - nenhum satisfaça, mediante escolha rigorosa, à condição de mais urgente. Pode acontecer que o mais urgente seja um edifício para reunir repartições administrativas. Nas obras eventuais, de edifícios a construir isoladamente, é preciso verificar qual o mais urgente entre as várias propostas de edificação. A aprovação pela autoridade superior da construção de uma universidade importa em prova de que essa construção vultosa já mereceu os estudos indispensáveis. Seu vulto deve ter levado o Governo à consulta entre vários ministérios e órgãos sôbre a oportunidade da medida. Já se deve ter resolvido se a criação de universidades deve preceder, por exemplo, às obras de saneamento, irrigação, colonização e transporte, conhecidas como necessárias.

OBRAS DE DEFESA MILITAR

37. As despesas militares sempre constituem compartimento estanque dentro da Administração Pública. As obras de defesa não têm como motivo imediato o fim econômico-social que caracteriza as demais obras. Não é indiferente à estrategia da guerra o estado ou modo de aproveitamento de qualquer local ou zona. Todavia, nas obras públicas civis o bem estar social e seu desenvolvimento são fins imediatos procurados pelo Estado, ao passo que nas obras de defesa êsses fins não são diretos. A defesa militar quando os realiza sempre os considera em plano secundário porque seu objetivo principal é a salvaguarda da soberania nacional.

38. Se uma obra estritamente militar se torna imprecindível em local onde não haja ou jamais possa haver circulação social, a obra porisso não deixa de ser executada. Mas, onde essa circulação existe, os técnicos militares procuram aproveitála. A êstes não interessa apenas o conhecimento dos projetos de desenvolvimento do sistema de circulação e transporte rios, portos, estradas, rotas aéreas). Eles precisam conhecer os planos do Govêrno em todos os ramos ligados à colonização, ao sanêamento, à criação de cidades, à mineração e ao estabelecimento de indústrias e lavouras novas. Mesmo antes da guerra aérea ter chegado ao estágio atual já a defesa militar não podia restringir-se às fronteiras e às orlas litorâneas. Dêsse modo se observa a existência de lacos de efetivo interêsse entre as obras civis e as militares, embora não haja reciprocidade completa. Em sentido estático, a defesa do país é organizada em relação a todo o território e a tôdas as suas populações e riquezas. Quando, porém, se trata de realizar obras civis, estas sofrem maior subordinação aos programas de defesa. Trata-se de subordinação fàcilmente regulada mediante a presença, nos órgãos de planejamento das obras civis, de delegados dos estados-maiores. Atualmente, oficiais das nossas fôrças armadas integram vários conselhos econômicos, como os de minas, águas, petróleo, comércio exterior e comissões de planos de viação. Falta ligar, mais estreitamente, os estadosmaiores dos três ministérios com o setor das obras públicas. Mediante assistência

técnica ativamente prestada, os delegados militares poderão suprir ou evitar as consultas levadas aos órgãos de defesa nacional.

39. O planejamento das obras militares não se afasta, porém, dos princípios aplicáveis a quaisquer obras e trabalhos públicos. A elaboração dos projetos militares é enfeixada nos órgãos da defesa, não sòmente por motivos de especialização mas também pela necessidade de sigilo. Esta última condição exige dos técnicos militares conhecimentos mais amplos que os exigidos para as obras civis. A necessidade do sigilo dificulta a audiência de especialistas de quadros estranhos aos órgãos de defesa. Mas, para compensar essas dificuldades, os técnicos militares contam com a aceitação espontânea dos métodos racionais de planejamento. Isto, principalmente, porque a defesa armada sempre foi, é, e será um serviço público de reconhecida necessidade que não recebe nem tolera especificamente a oposição de interêsses pessoais. Os grupos nacionais de interêsse econômico nunca se opõem a que o Estado fortifique qualquer ponto do território, nem fazem pressão para que uma fortaleza seja construída em determinada região. Entretanto, interferem na construção de portos, açudes e estradas.

40. A liberdade de movimentos de que o Estado dispõe para a realização de obras militares está condicionada aos recursos financeiros e à concepção que tenham os governantes dos riscos a que a Nação se ache exposta. Dentro dos recursos postos em suas mãos, os estadosmaiores planificam em base nacional. Constituição revela êsse senso de plano na organização da defesa, quando, no art. 162, entrega o estudo de tôdas as questões relativas à defesa do país a um só órgão, o Conselho de Segurança Nacional. Em face dêsses motivos e das considerações feitas a respeito da estrutura orçamentária do plano nacional de obras, a Comissão propõe que as despesas militares que vêm sendo autorizadas pelo Plano Especial passem a correr à conta de créditos extraordinários, até o fim da guerra. O estado de beligerância exige regimes ainda mais expeditos para as despesas dos ministérios militares e não impõe a reunião das obras militares e das civis em um só plano.

ORÇAMENTO A PRAZO LONGO

41. O regime orçamentário das obras públicas deve ser adequado à planificação. Estudadas as necessidades locais, em função das necessidades regionais e estas das nacionais, elabora-se um projeto que, aprovado pela autoridade competente, não se deve subordinar a decisões periódicas tomadas durante o preparo de cada orçamento anual. Os órgãos de planejamento estabelecem, pela própria razão de seu funcionamento, um contato natural com os órgãos de previsão financeira, de modo a poderem acompanhar a vida econômica do país e conhecer o desenvolvimento das fontes de recursos.

42. Não se pode certamente determinar orçamento permanente e dotado de razoável inflexibilidade senão para os projetos a serem executados num período máximo de 5 exercícios, dentro do qual as dotações integrantes do plano aprovado sejam parcialmente concedidas. Essa limitação periódica não significa que quaisquer obras públicas só possam ser planejadas para execução, no máximo, em um quinquênio. Neste sentido é preciso conceituar o plano como um conjunto de projetos elaborados para execução coordenada e sucessiva. O plano ou conjunto de projetos é sempre dividido em grupos cuja execução se sucede no tempo, cada grupo admitindo execução simultânea. Só aos técnicos elaboradores dos planos cabe determinar a ordem a obedecer para execução das várias obras. Estabelecerão como já acontece, que, por exemplo, em determinada região, a construção de rodovias deve preceder ou suceder à construção das ferrovias-tronco; que as obras de saneamento sejam executadas antes, ao mesmo tempo ou depois das do transporte. Em uma obra de vulto exequível em tempo longo, mas homogênea em seu conjunto, os especialistas não encontram dificuldades para fracionar-lhe a construção em períodos regulares. O fracionamento é comumente praticado na construção de estradas e de portos. É, porém, imperioso discipliná-lo e impedir que êle surja, sem método, na construção de edificios e de

tôdas as obras em que a utilidade depende de integração ou ultimação.

- 43. Uma vez que se deixa de abordar normas técnicas nesta exposição, é lícito lembrar que o fracionamento se verifica em dois casos. O primeiro quando uma unidade de construção (uma estrada, um acude, um canal, etc.) é projetada para execução em certo número de anos. Nesse caso, considerada tal unidade isoladamente, o fracionamento se realiza consecutivamente, no tempo. A construção do açude, do canal ou da rodovia, projetada para execução durante 5 anos, é calculada em um custo que se divide em 5 parcelas anuais, a serem fixadas de início, mas segundo a intensidade dos trabalhos em cada etapa anual. Essas parcelas devem gozar de inscrição automática no plano financeiro, da primeira até a última, desde que não haja revisão de projetos.
- 44. O caso supra indicado é o de obras homogêneas, tais como as chamadas "Unidades de construção" simples. O segundo é o de várias obras heterogêneas, constituindo grupo tècnicamente autônomo. Ainda sem qualquer sentido de terminologia especializada, pode-se oferecer como exemplo dêsse grupo o conjunto das obras contra as sêcas do nordeste. Admite-se que as obras semelhantes, realizadas em outra região devam, como aquelas, comportar açudes, estradas, canais de irrigação e trabalhos de colonização. Ora, os elaboradores dos projetos podem precisar, dentro de um plano quinquenal, no primeiro ano, apenas de dotações para rodovias e açudes; no segundo ano, além dessas para início da colonização; no terceiro pode surgir o primeiro trabalho de irrigação; no quarto ano do plano é provável, ainda em caráter exemplificativo, que a construção dos açudes se ache ultimada e, porisso, não conste do orçamento qualquer dotação para as respectivas despesas; finalmente, no último ano, o quinto, pode acontecer que os projetos não mais incluam nem açudes nem rodovias, mas sòmente irrigação e colonização: A sequência nesse caso não se estabelece dentro da homogeneidade de uma unidade de construção, mas provàvelmente dentro de um setor do conjunto das obras contra as sê-Ela se estabelece em ondas. As obras surgem umas como dependentes das outras. Nesse caso, as dotações das obras

iniciadas depois do primeiro ano e até o último ano do plano, tôdas precisam de inscrição automática nos orçamentos anuais. O grupo de projetos forma um só plano seccional indivisível. Reduzir a dotação necessária, no segundo ano, para colonização ou, no terceiro ano, para irrigação pôde significar a destruição de todo o plano como concepção de um grupo de serviços públicos que só devem ser executados em conjunto.

- 45. É imprecindível criar um regime de concessão de créditos que não permita a suspensão de obras e trabalhos em que a utilidade decorra da entrega ao uso de tôdas as partes do seu conjunto. Que jamais se concedam créditos para a regularização de uma barra que, por exemplo, além da dragagem, exija a construção de um cais sem que também se conceda o crédito para a construção dêsse cais. Outro exemplo: as obras de uma universidade constituem um só projeto compreendendo pavilhões para aulas, bibliotecas, enfermarias, laboratórios, museus, campos de esporte, etc. Não se pode discutir cada ano as dotações para cada uma das obras do conjunto.
- 46. A suspensão e o adiamento só seriam autorizados nas calamidades públicas, incluídas entre estas as crises econômicas que reduzam a capacidade das fontes normais de rendas. E há um método a aplicar, como medida preliminar, quando as dificuldades financeiras desfalcarem os recursos normais è forçarem o adiamento de obras iniciadas. É a seleção racional das obras e trabalho comprovadamente A escolha não pode ser feita adiáveis. entre as obras de um setor, nem entre as de um só ministério. Deve ser realizada por especialistas capazes de abranger todo o sistema nacional de obras públicas e indicar, entre todos os serviços que o plano geral visa prestar, quais os menos necessários e, portanto, suscetíveis de interrupção. Será essa uma das mais complexas operações que se podem entregar a um conselho de verdadeiros técnicos. necessário escolher entre todos os serviços federais qual a suscetivel de sofrer adiamento e se a escolha recair nas obras públicas, cabe ao órgão que as planeja e controla escolher os projetos ou partes adiáveis. O adiamento que importar em

cifras vultosas exige autorização da autoridade superior.

- 47. Financistas há que admitem uma terceira categoria de despesas públicas, estranha às despesas ordinárias e extraordinárias. É a das "despesas ordinárias singulares". Não são ordinárias porque não se repetem na següência dos exercícios e não são extraordinárias porque independem de calamidades, guerras e crises. O característico diferencial da terceira categoria de despesas é a distribuição dos respectivos créditos num período prèviamente determinado que abrange vários exercícios financeiros consecutivos. Nesta categoria estão compreendidos as obras de um projeto, grupo de projetos ou unidades de construção indivisíveis por natureza que, porisso, exigem preamentos que se completem dentro de uma série ininterrupta de exercícios.
- 48. O que não parece defensável, quer na prática, quer em teoria, é atribuir ao plano a condição de alargamento do regime de dotações globais. Cada unidade de construção deve ser, tanto quanto possível, mencionada no orçamento do plano com a dotação que êste lhe atribuir para o ano respectivo. Mas se o plano não deve importar em generalização do regime de dotação global, pode e deve admiti-lo quando oportuno e indispensável. Nessa matéria não há também que inovar. São os entendimentos entre os órgãos ministeriais e a Comissão de Orçamento que vão resolver os casos surgidos e que exijam condições especiais de execução. Para isto, além das discriminações das despesas correspondentes aos programas de obras aprovados, haverá uma dotação global destinada a suprir, mediante destaques, as deficiências das parcelas discriminadas e as novas necessidades que surgirem no decorrer do exercício. Fora dessas exceções, a unidade de construção sempre deve constituir um emprendimento definido para fins de elaboração orçamentária, execução, contabilização, contrôle, estatística, informação ao público, etc. É a unidade de base com designação própria e número de ordem. Nela e nas fichas em que se resumam seus característicos também se podem basear as informações prestadas a órgãos do poder público e instituições interessadas.

NOVA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA PARA OBRAS E EQUIPAMENTO

- 49. Em face das considerações apresentadas, impõem-se alterações no campo orçamentário, dispondo-se onde se devam inscrever as receitas e despesas do Plano Especial a extinguir-se e como agrupá-las em um só conjunto que abranja tôdas as obras públicas, inclusive as que vêm sendo dotadas pelo orçamento ordinário.
- 50. Em primeiro lugar, dada a situacão de guerra, parece que se devem conservar sob regime de créditos extraordinários as obras e trabalhos mais diretamente relacionados com as operações militares. Em parte, algumas dessas obras quando financiadas pelo orçamento ordinário já gozavam de regime próprio e especial, caracterizado por dotações inscritas sem especificação por departamento. No Plano Especial, as obras e trabalhos militares têm regime global ainda mais amplo. O aparelhamento da defesa ainda se realiza, atualmente, por dois outros processos — o dos créditos extraordinários e o dos acôrdos denominados de "empréstimos e arrendamentos", resultantes da política de guerra das Nações Unidas. São, ao todo, quatro regimes de financiamento do aparelhamento de defesa, estranhos ao regime orçamentário normal. Os "empréstimos e arrendamentos" se caracterizam principalmente como recebimentos in natura. Escapam, portanto, às regras dos orçamentos financeiros. Mas, tanto êste regime como os três outros correspondem a exigências de guerra — de sigilo e emergência. Porisso, até o fim da guerra, tôdas as dotações atribuídas aos ministérios militares pelo Plano Especial podem passar a ser autorizadas por créditos extraordinários, como aliás se procede atualmente quanto a várias despesas militares. Mantidas estas em regime adequado à situação de guerra, resta dispor sôbre as despesas que vêm sendo autorizadas pelo Plano Especial para as indústrias básicas e para as obras públicas. Não é possível negar as relações existentes entre a obra pública civil, a defesa militar e a indústria. Mas essas relações não são de natureza a aconselhar a reunião de tôdas num só plano de obras e aparelhamento da defesa. Contudo, é conveniente estabelecer a ligação das obras com os empreedimentos in-

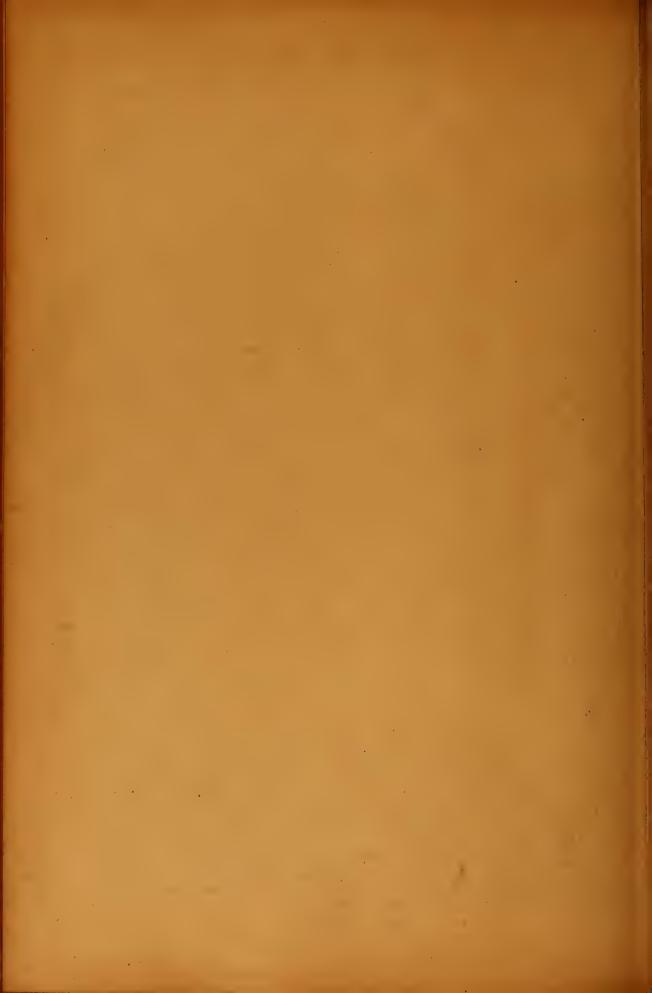
dustriais do Govêrno, de caráter civil. A substituição do atual "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", por um "plano de obras e equipamentos" realiza a ligação necessária.

- 51. As receitas necessárias à cobertura das dotações dêsse conjunto serão as atualmente atribuídas ao Plano Especial em extinção, acrescidas dos saldos eventuais do orçamento ordinário, dividendos de capitais da União classificadas na renda patrimonial e, tanto quanto fôr preciso, do produto de operações de crédito.
- 52. Dêsse modo, o financiamento do Plano de Obras e Equipamentos ora proposto será estudado em conjunto com o orcamento ordinário, ambos sob a orientação da Comissão de Orçamento. O plano sugerido tem caráter de continuidade mas não pretere as demais atividades do Estado. O esquema da distribuição das suas receitas e despesas é o seguinte:
- 1 As receitas do Plano Especial serão transferidas ao novo Plano de Obras e Equipamentos.
- 2) As despesas do Plano Especial passarão a ser autorizadas:
- a) pelo plano ora sugerido as destinadas a obras, edifícios civis e criação de indústrias básicas:
- . b) por créditos extraordinários as dotações anteriormente destinadas aos ministérios militares e ao Ministério da Fazenda para aquisição de material bélico e aparelhamento de defesa.
- 3) As despesas que constituiam a Verba 5 Obras do Orçamento Geral da União serão transferidas para o novo plano e ali discriminadas de acôrdo com os projetos e programas prèviamente aprovados.
- 4) Além dos créditos discriminados, haverá, para os órgãos que eram contemplados pelo antigo Plano Especial, uma dotação global destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alterações de projetos, obras a serem iniciadas de prosseguimento de obras, equipamentos, segundo programas que no decorrer do exercício forem prèviamente aprovados pelo Sr. Presidente da República.
- 53. Mediante o sistema proposto, procura-se em têrmo de equilíbrio entre os pontos de vista, até agora em choque, na apreciação do regime apropriado às obras

- públicas. Ante os argumentos favoráveis à manutenção do regime excepcional de atribuição e contrôle dos créditos propõese, para a concessão, o processo de discriminação prévia em tabelas com uma reserva para distribuição a posteriori. Mantem-se o regime existente de contrôle, dependente das alterações que estudos ulteriores venham a aconselhar.
- 54. Por outro lado, é preciso notar que, ao defender-se a antiga tese da inclusão das obras do Plano Especial na verba "Obras" do orçamento ordinário, não se pretendia sòmente submeter tôdas as obras públicas a um só regime de contabilidade. Tinha-se em vista principalmente evitar os inconvenientes de dois programas que não se ajustavam convenientemente. De fato, a técnica de planejamento era desvirtuada pela ocorrência de dois blocos de receitas correspondendo cada uma a um conjunto de projetos e programas de obras.
- 55. A reunião de tôdas as obras em um só plano afasta em definitivo inconvenientes várias vêzes apontados. Buscando o equilíbrio dos pontos de vista referidos, talvez não se tenha atendido, quanto necessário e mediante o sistema proposto, à mobilidade dos projetos econômicos. Todavia, um notável progresso já caracteriza a satisfação dos designios procurados. Inicia-se nova etapa em que a experiência até agora adquirida é largamente aproveitada, sem prejuízo de novas formas que estudos posteriores venham a indicar.
- 56. Diante do exposto, Sr. Ministro, esta Comissão tem a honra de submeter à alta consideração de V. Excia. os dois projetos anexos de decretos-leis em que se institui o novo Plano de Obras e Equipamentos e se aprova o primeiro orçamento dêsse Plano para o exercício de 1944, redigidos ambos em moldes semelhantes aos que prevaleceram para o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional a extinguir-se.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Luiz Simões Lopes, presidente.

À S. Excia. o Sr. Ministro de Estado da Fazenda



DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29 DEZEMBRO DE 1943

Institui o "Plano de Obras e Equipamentos" e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

- Art. 1.º Fica instituído o "Plano de Obras e Equipamentos", para vigorar por cinco (5) exercícios, a partir de 1 de janeiro de 1944.
- Art. 2.º A execução total do "Plano" é estimada na importância de cinco bilhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000.000,00), anualmente aplicável, pela quinta parte, sob a forma do orçamento especial.
- Art. 3.º A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos" constituir-se-á dos seguintes recursos:
 - 1 Taxa sôbre operações cambiais.
- 2 Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação.
 - 3 Produto de cambiais provenientes de ouro remetido para o exterior.
- 4 Juros das contas especiais, abertas no Banco do Brasil S.A. para centralização dos recursos previstos neste decreto-lei e das contas do Plano a que se refere o Decreto-lei n.º 1.058, de 19 de janeiro de 1939.
- 5 Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista ou autarquias de exploração comercial ou industrial.
 - 6 Produto de operações de crédito.
- 7 Saldos que forem apurados nos balanços gerais da Receita e Despesa da União.
 - 8 Outras rendas que eventualmente lhe forem atribuídas.
- Art. 4.º Os recursos de que trata o artigo anterior serão arrecadados pelo Ministério da Fazenda e centralizados em conta especial no Banco do Brasil S.A., a ser movimentada exclusivamente pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, na conformidade das instruções expedidas pelo Presidente da República.
- Art.5.º O Presidente da República determinará, anualmente, a aplicação dêsses recursos pelos diversos Ministérios e demais órgãos da administração, destinando-os à execução de obras públicas e equipamentos.
- § 1.º A realização das despesas obedecerá às tabelas discriminativas. organizadas pela Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda e anexas ao decreto-lei que expedir o orçamento especial e de acôrdo com os destaques que, no decorrer do exercício, forem previamnte aprovados pelo Presidente da República.
- § 2.º O Tribunal de Contas distribuirá às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda, os créditos a serem aplicados na execução do "Plano":
- Art. 6.º Quando forem celebrados contratos ou ajustes, de valor superior a um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a realização de quaisquer despesas à conta dos recursos do "Plano", ficarão tais contratos ou

ajustes sujeitos a registro prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legis-

§ 1.º Na hipótese de recusa de registro, poderá o Presidente da República mandar executar o contrato ou ajuste, se o bem público ou o interêsse da administração o reclamar.

§ 2.º O Tribunal de Contas examinará a execução dos contratos e ajustes a que se refere êste artigo, em face do relatório de que trata o art 10.

Art. 7.º As ordens de pagamento expedidas ou as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S.A. para execução dos programas e projetos aprovados pelo Presidente da República à conta das respectivas dotações, serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e consequentemente levadas a "Restos a Pagar" em conta especial do "Plano".

Parágrafo único. Poderão, também, ser levadas a "Restos a Pagar" as despesas autorizadas, até 31 de dezembro, pelo Presidente da República e relacionadas para êsse fim, até 15 de janeiro seguinte, por autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 8.º A comprovação primária das despesas realizadas para execução do "Plano" será feita perante os Ministros de Estado e dirigentes dos órgãos subordinados ao Presidente da República.

§ 1.º Examinadas e julgadas as contas por estas autoridades, deverão constituir, em seguida, objeto de circunstanciado relatório que será encaminhado, até 30 de junho de cada ano, ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 2.º Cabe ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda proceder à coordenação de todos os relatórios e submetê-los, com o parecer da Comissão de Orçamento, à consideração do Presidente da República para os fins do art. 10.

Art. 9.º A Contadoria Geral da República demonstrará as operações de receita e despesa com a execução do "Plano" em balanço à parte, incorporando, porém, os seus resultados ao balanço patrimonial da União.

Art. 10. Até 30 de setembro de cada ano, o Presidente da República, por intermédio do Ministério da Fazenda e em circunstanciado relatório, dará contas, ao Tribunal de Contas, das operações realizadas no exercício antecedente e constantes dos balanços da Contadoria Geral da República, com a aplicação do regime especial instituído por êste decreto-lei.

Art. 11. O Tribunal de Contas procederá ao exame das operações do "Plano" em face do relatório circunstanciado a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Procederá, igualmente, o Tribunal de Contas ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos para êsse fim anexos àquele relatório circunstanciado.

Art. 12. O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

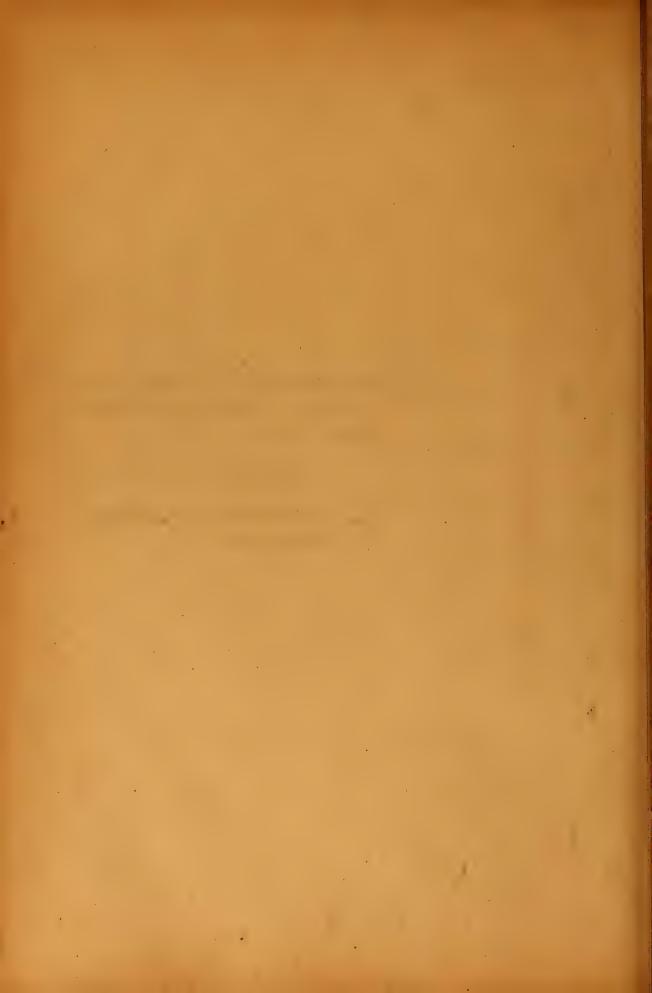
GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.
Alexandre Marcondes Filho.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
J. P. Salgado Filho.

ORÇAMENTO DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA 1945

DECRETO-LEI N.º 7.213 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

PARTE REFERENTE AO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA



DECRETO-LEI N. 7.213 — de 30 de dezembro de 1944

Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos"

para o exercício de 1945.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos têrmos do Decreto-lei n. 6.144, de 29 de dezembro de 1943.

DECRETA:

Art. 1.º — A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1945, é estimada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e constituir-se-á dos recursos que forem arrecadados sob as seguintes rubricas:

1.	Taxa sôbre operações cambiais		300.000.000,00
2;	Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação		150.000.000,00
3.	Produto de cambiais provenientes do ouro reme- tido para o exterior		
4.	Juros das contas do Plano no Banco do Brasil		30.000.000,00
5.	Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista e autarquias de exploração comercial e industrial	. 0	50.000.000,00
6.	Produto de operações de crédito		200.000.000,00
7.	Saldos que forem apurados em Balanços		******
8.	Eventuais		270.000.000,00
	TOTAL DA RECEITA	Cr\$	1.000.000.000,00

Art. 2.º — A Despesa do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1945, é fixada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00) e obedecerá à seguinte distribuição:

1.	Departamento Administrativo do Serviço Pú-	
	blico	200.000,00
2.	Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000,00
	Ministério da Aeronáutica	90.000.000,00
4.	Ministério da Agricultura	74.096.536,00
5.	Ministério da Educação e Saúde	61.976.392,00

	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
6	Ministério da Fazenda	•	6.865.000,00
7.	Ministério da Guerra		76.000.000,00
8.	Ministério da Justiça e Negócios Interiores		60.000.000,00
9. '	Ministério da Marinha		15.875.000,00
10.	Ministério das Relações Exteriores		5.375.000,00
11.	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.		6.512.953,00
12.	Ministério da Viação e Obras Públicas		588.099.119,00
		-	1 000 000 000

Art. 3.º — Faz parte integrante dêste decreto-lei a tabela que o acompanha de discriminação das despesas do "Plano de Obras e Equipamentos".

Art. 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a promover as operações de crédito que se fizerem necessárias, até o limite previsto na rubrica n. seis (6) do artigo 1.º dêste decreto-lei.

Art. 5.° — O presente decreto-lei entra em vigor em 1.° de janeiro de 1945.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.
Alexandre Marcondes Filho.
Henrique A. Guilhem.
Eurico G. Dutra.
P. de Leão Veloso.
João de Mendonça Lima.
Apolonio Sales.
Gustavo Capanema.
J. P. Salgado Filho.

3 — MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

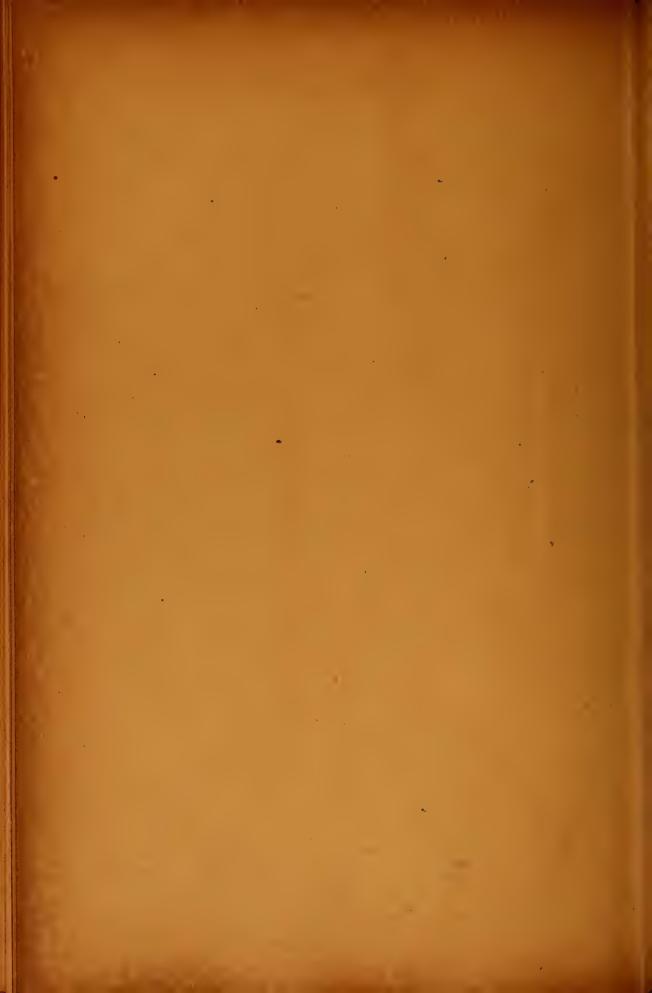
	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
CONSIGNAÇÃO (— Obras	
ESTUDOS E PROJETOS; OBRAS A SEREM INICIADAS NO EXERCÍCIO E SUA FISCALIZAÇÃO	
01 — Estudos e projetos	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	
02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	23.000.000
PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DE OBRAS INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E SUA PISCA- LIZAÇÃO; INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E EQUIPAMENTO	•
01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	
02 — Instalações, aparelhamento e equipamento	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	39.000.000
- RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIPÍCIOS, INCLUSIVE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SUAS INSTA- LAÇÕES 04 — Serviço de Fazenda da Aeronáutica	8.000.000
CONCIONAÇÃO II POSTORO A CONCIONAÇÃO DE CONCIONARIO	
CONSIGNAÇÃO II — Desapropriação e Aquisição de Imévels - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
04 — Serviço de Fasenda da Aeronáutica	5,000.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	5.000.000
CONSIGNAÇÃO III — Disponibilidades	
DOTAÇÃO DESTINADA ÀS DESPESAS DECORRENTES DE PROJETOS NOVOS OU ALTERAÇÃO DE PROJETOS, OSRAS A SEREM INICIADAS OU EM PROSSEGUIMENTO, EQUIPAMENTOS DIVERSOS, DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE INÓVEIS. SEGUNDO AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
04 — Serviço de Fazenda da Aeronántica	15.000.000
	15,000,000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	15.000.000

Èste livro deve ser devolvid**o na úl**tima data carimbada

	1		
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
	-	-	
			-
-			
		1	
			lmp. Maclocal —

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO ANEXOS 1 e 14





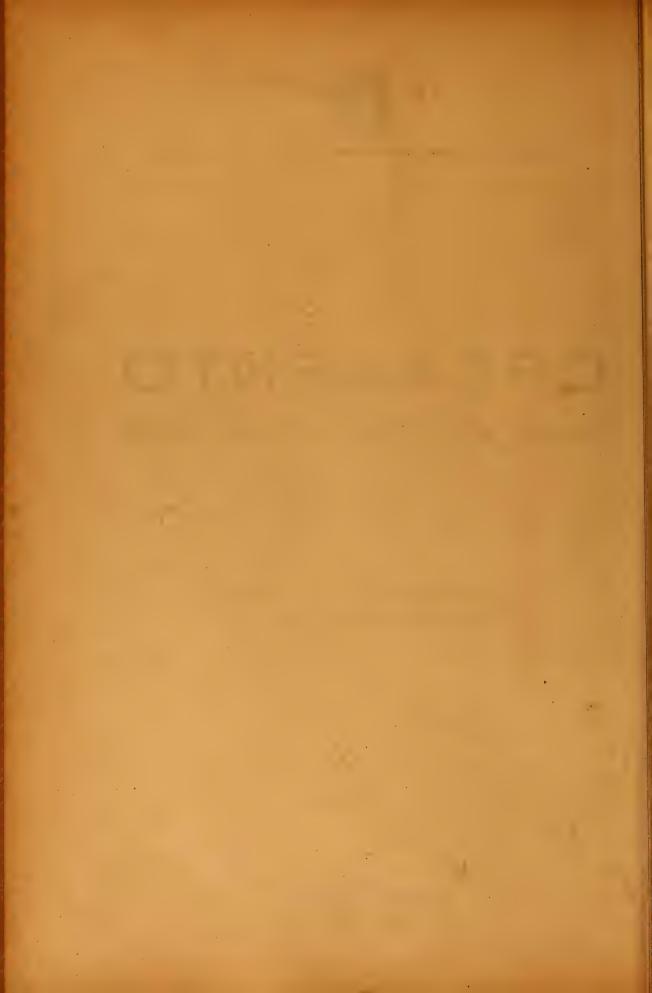
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ORÇAMENTO

PARA O EXERCÍCIO DE 1945

DECRETO-LEI N. 7.191
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

1944 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - BRASIL



DECRETO-LEI N.º 7.191 — de 23 de dezembro de 1944

Orçamento Geral da República para o exercício de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

- Art. 1.º Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1945, o Orçamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, discriminado pelos Anexos de ns. 1 a 22, integrantes dêste Decreto-lei, sendo a Receita estimada em oito bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros (Cr\$ 8.232.399.000,00) e a Despesa fixada em oito bilhões, duzentos e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e onze cruzeiros (Cr\$ 8.205.297.811,00).
- Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na fórma da legislação respectiva e das especificações do Anexo n. 1, sob os seguintes grupos:

RENDA ORDINÁRI	A Cr\$	Cr\$
I — RENDAS TRIBU	TÁRIAS. 6.637.200.000,	.00
II — RENDAS PATRIM	ONIAIS. 79.200.000,	.00
III — RENDAS INDUS	TRIAIS. 409.415.000,	.00
IV — DIVERSAS REND	OAS 341.238.000,	00 7.467.053.000,00
RENDA EXTRAORI	DINÁRIA	765.346.000,00
TOTAL DA RECEIT.	A	8.232.399.000,00
Art. 3.° — A Despesa.	na fórma dos Anexos de ns	s. 2 a 22, será realizada

DECRETO-LEI N. 7.191 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 1944

Anexo n. 6 — Conselho Federal de Comércio Exterior.	1.834.340,00
m 0 11 1 1 2 ~ (\cdot \cdot \c	676.600,00
D D NT 1 1 3 A Engagin	
Anexo n. 8 — Conselho Nacional de Aguas e Energia	1.520.600,00
Elétrica	50.021.000,00
Anexo n. 9 — Conselho Nacional do Petróleo	
Anexo n. 10 — Conselho de Segurança Nacional	514.440,00
Anexo n. 11 — Coordenação da Mobilização Econômica.	10.288.500,00
Anexo n. 12 — Comissão Central de Requisições	342.100,00
Anexo n. 13 — Ministério da Aeronáutica	619.950.143,00
Anexo n. 14 — Ministério da Agricultura	311.355.092,00
Anexo n. 14 — Ministerio da Agricultura	595.700.110,00
Anexo n. 15 Ministério da Educação e Saúde	
Anexo n. 16 — Ministério da Fazenda	2.668.000.000,00
Anexo n. 17 — Ministério da Guerra	1.577.765.721,00
Anexo n. 18 Ministério da Justiça e Negócios Inte-	
riores	427.724.562,00
Anexo n. 19 — Ministério da Marinha	616.224.778,00
Anexo n. 19 — Ministerio da Platinia Enteriorea	85.428.000,00
Anexo n. 20 — Ministério das Relações Exteriores	
Anexo n. 21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Co-	
mércio	315.627.000,00
Anexo n. 22 — Ministério da Viação e Obras Públicas.	867.927.765,00
TOTAL DA DESPESA	8.205.297.811,00

Art. 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito, que se tornarem necessárias, por antecipação de Receita, até o máximo de um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,00).

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1944, 125.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

P. de Leão Veloso.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

RECEITA E DESPESA

SUMÁRIO

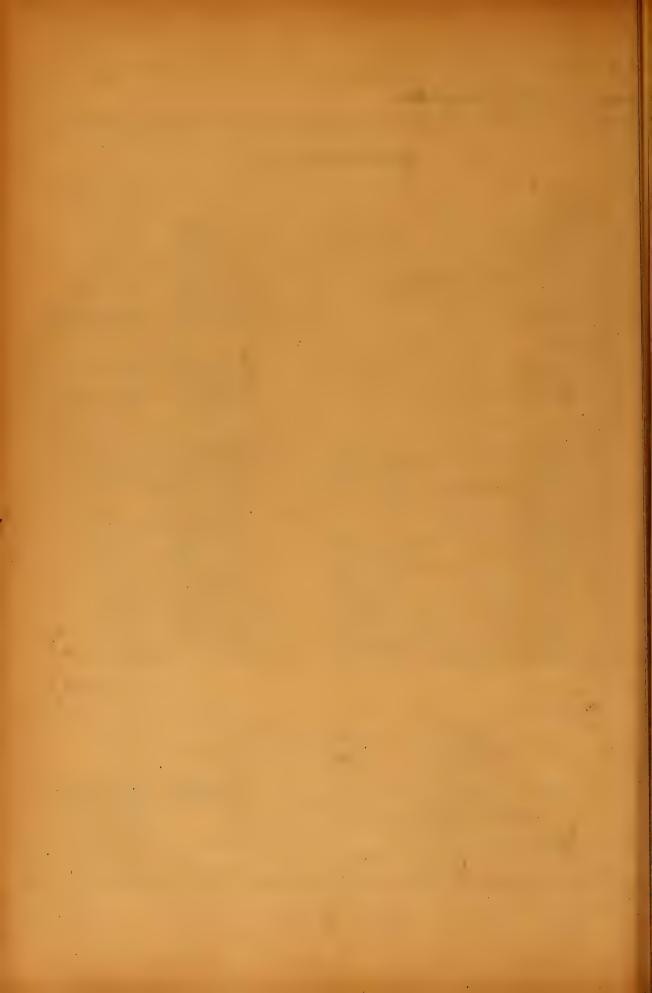
RECEITA ESTIMADA

TO THE PARTY A	ORDINÁRIA
RHIVITA	URIJINAKIA

RENDA ORDINÁRIA			
I — rendas tributárias			
Renda. Consumo. Sêlo. Importação Territórios.	2.592.083.000,00 2.319.520.000,00 862.990.000,00 851.685.000,00 10.922.000,00	6.637.200.000,00	
II — RENDAS PATRIMONIAIS			
Renda de capitais nacionais Laudêmios Outras rendas patrimoniais	65.000.000,00 8.500.000,00 5.700.000,00	79.200.000,00	
III — rendas industriais			
Departamento dos Correios e Telégrafos Estradas de ferro Imprensa Nacional Outras rendas industriais	285.000.000,00 101.340.000,00 12.000.000,00 11.075.000,00	409.415.000,00	,
IV — diversas rendas			
Taxa de Previdência Social	70.000.000.00 62.000.000,00 35.000.000,00 35.000.000,00		
Montepio Civil e Militar	18.850.000,00 15.000.000,00 12.160.000,00 12.000.000,00 81.228.000,00	341.238.000,00	7.467.053.000,00
RENDA EXTRAORDINÁRIA			150
Impôsto sôbre lucros extraordinários. Impostos da municipalidade. Diferenças de câmbio. Eventuais. Cobrança da dívida ativa. Taxas de água e de exgoto. Parte dos Estados no serviço de juros e a Adicional de 10% s/ tarifas ferroviária Indenizações. Taxa sôbre óleos combustíveis e carvã Outras rendas extraordinárias.	amortização, etcs.	240.000.000,00 193.000.000,00 80.000.000,00 58.000.000,00 57.000.000,00 30.707.000,00 15.000.000,00 15.000.000,00 12.000.000,00 11.639.000,00	765.346.000,00

DESPESA FIXADA

I — PESSOAL Permanente	1.624.776.187,00	
and the state of t	1 624 776 197 00	
PR 4.5	I D 24 //D IX/ ()()	
Extranumerário	817.283.200,00	
Vantagens	215.912.935,00	
Indenizações	54.685.860,00	
Outras despesas com pessoal	204.407.046,00	
Pessoal adido e em disponibilidade	842.343,00	
Inativos	355.070.000,00	•
Pensionistas	91.879.060,00	
Etapas e auxílios	243.405.435,00	3.608 262.066,00
II — MATERIAL		
Permanente	292.237.003,00	•
De consumo	997.973.433,00	
Diversas despesas	211.749.453,00	
Outras despesas com material	50.653.600,00	1.552.613.489,00
III — SERVIÇOS E ENCARGOS		
Abono familiar	50.000.000,00	
Auxílios, contribuições e subvenções	586.004.696,00	
Acordos	18.350.000,00	
Comissões e despesas no exterior	22.440.000,00	
Diferenças de câmbio	80.000.000,00	
Fundo nacional do ensino primário	15.500.000,00	
Reposições e restituições	12.000.000,00	
Remessas para o exterior	38.000.000,00	
Prêmios, diplômas, condecorações e medalhas	26.416.000,00	
Previdência social	131.033 000,00	
Propaganda e difusão cultural	8.241.000,00	
Sentenças judiciárias	23.000.000,00	
Serviços contratuais	189.656.030,00	
Serviço de transporte postal	33.700.000,00	
Serviços de sondagem	49.760.000,00	
Serviços educativos e culturais	7 478.000,00	
Serviços de saúde e de higiene.	18'.860'.000',00	
Estradas de ferro mantidas em regimes especiais	7.600.000,00	1 420 707 501 00
Outros serviços e encargos	102.348.775,00	1.420.387.501,00
IV — EVENTUAIS		3.455.000,00
V — DÍVIDA PÚBLICA		
Externa 440.092.775,00		
Consolidada		
Interna 510.376.980,00	950.469.755,00	
Flutuante	670 . 110 . 000 . 00	1.620.579.755,00
TOTAL DA DESPESA		8.205.297.811,00
Superavit		27.101.189,00



TITULOS-CAPÍTULOS-ÓRGÃOS-PANÍ		ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZE					CRUZEIROS)		
0 0 000	0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAPOS	óngIos	CAPÍTULOS	TÍTULOS		
Q,0.000.0.00.0 — RECEITA	GERAL						8.232.39		
1.0,000.0,00,0 — RENDA ORI	DINÁRIA						7.467.053		
1.1.000.0.00.0 — Rendas Tri	butárias					6.637.200			
1.1.104.0.00.0 — ministério da	PAZENDA				0.637.200		4		
1.1.104.1.00.0 — Impâsto de imp	portação e afine			851.685	-				
	portação para consumo e adi-		848.700			`			
1 Direitos de imp	portação para consumo	785.000							
2 — Adicional de 1	0%	62.000							
	vo a mercadorias e materiais								
	com isenção de direitos de								
		1.700							
	s capatazias		185						
	Cas		100 100						
	óis		2.600						
			2.000						
1.1,104.2.00.0 — Impôsto de con.	PILTRO			2.319.520					
2	out to			2.319.323					
01.0 — Fumo			700.000						
02.0 — Bebidas e adic	ionais		438.400						
1 −· Bebidas		400.000	1						
· 2 — Adicional para	a assistência hospitalar	19,200							
	o ensino primário	19.200			-0				
			15.000						
			115.000						
06.0 Calcados			24.000 95.000						
07.0 — Perfumarias e	artigos de toucador		85,000						
08.0 — Especialidades	farmacêuticas		58.000						
			45.000						
10.0 — Vinagres e óleo	os adequados à alimentação		25.000						
			3.600						
		_	250.000						
	cidos e de peles:		78.000						
	rtefator		10,000						
16.0 — Chapéus e band	galas,		2,600						
	3		12.2J0 11.000						
	atos de ferro e outros metais)		12,000						
	u moído e chá		20,300			•			
	ga e sucedâneos		9.300						
			36,000						
	munições e fogos de artificio		3 100						
	as e aparelhos elétricos		13.800						
25.0 — Flatricity 1	eijões		9 400						
	es		18.400 32.000						
	es		170						
	orracha		5.800						
	arba e obras de cutelaria		3.700						
	, espanadores e vassouras		8.800						
			4 000						
	uro outros materiais		13 800						

TITULOS-CAPI	TULOS-ÓRGÃOS-P.	Arágrafos-f	UBRICAS-ALÍNEAS	E	STIMATIVA	S (EM MILE	IARES DE	CRUZEIROS)
0 (000	0	00 0:	ALÍNEAS	- RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULO
1 1 104 2 33 (0 — Jójas e obr	as de ourive	8		15,200				
			lôrno e de utilidade		10,500				
					5.600				
			earbureto de cálcio.	1	14.000				
36.			agulejos, aparelhos		7.200				
37.			·		2.006				
38.	0 — Material ó	itico, fotogr	áfico e cinemato-	1					
				1	2.500				
			uecedores	1 1	500				
			otões		40,000				
					62.000				1
			órios comerciais	2	3.700				
44.	0 — Selagem de	estoque	<i>4</i>		-				
45.	0 — Depósitos f	iechados			. 750				
1 1 104 0 00	0 I2-4- de		untes de sustanam ma						
1.1.104.3.00.			entos de qualquer na-	1		2.592.083			
	\$47°24		.,			2.002.000			
01.	0 — Impôsto sô	bre a renda	de pessoas físicas, e						
	adicionais	s			948.122				
	-		de pessoas físicas.						
			à família		5 045 000				
			de pessoas jurídicas mentos, arrecadado		1.045.000				
00.			ôbre lucros fortúitos						
			n sorteios por clubes						
5 .			nios concedidos en						
			agamento em pres-						
0.4			ões construtoras): . s de seguros marí-		490.000				
02.		_	le seguros de vida						
					107.130				
05.	0 — Impôsto pr	oporcional so	obre capitais empre-						
	gados em	i hipotecas		1	1.831	d.			
1 104 4 00	0 7 24 3		.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,						
1.1.104.4.00	U Imposto ao	seio e ajins.				862.990			
01.	0 - Impôsto do	sêlo			860,000				
			s a têrmo		2.900				
03.	0 — Impôsto sô	bre vales pa	ra brindes		90				
1 104 5 00	0 (.		> 71 '00 M						
1.1.104.5.00.			à União nos Terri			10 090			
	*07 Wo					10.922			1
. 01.	0 — Território o	do Acre			250				
	1 — Impôsto sôl	bre a proprie	dade territorial	~ (-					
	_		onsignações	250		1			
			de mercadorias	£ :-					
02				1 . 1	71 140				
. 02.			dade territorial	1	1.142				
			ão de propriedade	1					
	causa mo	rtis		. 3					
			ão de propriedade	1					
*			a						
			onsignações de mercadorias						
:			profissões						
03.			de Noronha	1	-				
	1 — Impôsto sôl	ore a proprie	dade territorial	l				1	

títulos-capítulos-órgãos-par(grapos-rubricas-alíneas						
0 0 000 0 00 0						
	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	ónaãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
					-	
1.1.104.5.03 2 — Impôsto de transmissão de propriedade						
causa mortis						
3 — Impôsto de transmissão de propriedade						
imóvel inter risos						
4 — Impôsto de vendas e consignações	_					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias 6 — Impôsto de indústrias e profissões						
7 — Rendas diversas						
04.0 — Território do Guaporé		2.373				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	22					4
2 — Impôsto de transmissão de propriedade						
causa mortis	6					
3 — Impôsto de transmissão de propriedade		The state of the s				
imóvel inter rivos	65				1	
4 — Impôsto de vendas e consignações 5 — Impôsto de exportação de mercadorias	700 1 500					
6 — Impôsto de indústrias e profissões	80		4			
7 — Rendas diversas						
05.0 — Território de Iguaçú		3.465				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	500					
2 — Impôsto de transmissão de propriedade cau-						
sa mortis	15					
3 — Impôsto de transmissão da propriedade			-			
imóvel inter vivos	500					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias	1.300					
6 — Impôsto de indústrias e profissões	330	ĺ				
7 — Rendas diversas	_	i				
06.0 — Território de Ponta Porā		3 645				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territoria!	350					
2 — Impôsto de transmissão de propriedade						
causa mortis	30			-		
3 — Impôsto de transmissão da propriedade						
imóvel inter vivos	650	•	i			
4 — Impôsto de vendas e consignações	1,300					
6 — Impôsto de indústrias e profissões	300					
7 — Rendas diversas	600					
07.0 — Território do Rio Branco		47				
1 — Impôsto sôbre a propriedade territorial	9					
2 — Impôsto de transmissão de propriedade						
causa mortis						
3 — Impôsto de transmissão da propriedade						
imóvel inter sinos	8					
5 — Impôsto de exportação de mercadorias	2					
6 — Impòsto de indústrias e profissões	22					
7 — Rendas diversas						
100000						
1.2.000.0.00.0 — Rendas Patrimoniais					79 200	
1.2.104.0.00.0 MINISTÉRIO DA FAZENDA				- 79 200		
•						
01.0 — Renda de Capitais Nacionais		65 000				
02.0 — Renda dos Próprios Nacionais		3 000				
03.0 - Foros de terrenos de marinha e seus acres-						
cidos		1.250				
04 0 Laudêmios	-	8 500				
05.0 — Taxa de ocupação dos terrenos de marinha						
e arrendamento dos terrenos de mangue.		1 000				
. 1	i			1		

TÍTULOS-CAPÍTULOS-ÓRGÃOS-FARÁGRAFOS-AUBRICAS-ALÍNEAS	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)					
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.2.104.0.06.0 — Quota de arrendamento das estradas de ferro de propriedade da União		450				
1.3.000.0.00.0 — Rendas Industriais					409.415	
1.3.008.0.00.0 CONSELRO NACIONAL DO PRIRÓLEO				5.000		
01.0 — Produto da venda de gás e petróleo		5.000				
1.3.101.0.00.0 — ministério da aeronáutica				85		
01.0 — Renda da Diretoria de Aeronáutica Civil.		85				
1.3.102.0.00.0 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA				2 58		
01.0 — Renda do Instituto de Química Agrícola. 02.0 — Renda do Laboratório da Produção Mineral		8 25 0				
1.3.103.0.00.0 ministério da educação e baúde				2.345		
01.0 — Renda das Escolas Técnicas e Industriais. 02.0 — Renda do Instituto Nacional de Surdos-		130				
Mudos		. 35 180		4	,	
gotosgotos-teneral de Aguas e te-	,	2.000		1,00		
1,3,104,0,00,0 ministério da fazenda				1,600		
01.0 — Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias de						
seguros nacionais, estrangeiras, e outras. 02.0 — Renda da Casa da Moeda		1.100				
03.0 — Renda do Laboratório Nacional de Análises		100		10.007		
1.3.106.0.00.0 — ministério da justiça e negócios inte-				12.037		
01.0 — Renda do Depósito Público do Distrito Federal		. 15				
02.0 — Renda do Gabinete de Fisioterapia e Radio- logia da Policia Militar		22				
03.0 — Renda da Imprensa Nacional		12 000				
1.3.109.0.00.0 — ministério do trabalho, indústria e				450		
01.0 — Renda do Instituto Nacional de Tecnologia		450				
1.3.110.0.00.0 — ministério da viação e obras públicas.				387.640		
01.0 — Renda do Departamento dos Correios e Te-						
16grafos	:	285,000 4,000 2,000				
03.0 — Renda da Estrada de Ferro de Bragança 04.0 — Renda da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte		2.000 6.200				
05.0 — Renda da Estrada de Ferro D. Teresa Cris-	gr ²	14,000				
06.0 — Renda da Estrada de Ferro de Goias 07.0 — Renda da Estrada de Ferro Madeira-Ma-		12,000				
moré	1	6.100			1	1

títulos-capítulos-órgãos-parágrapos rubricas-alíneas	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)					
9 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.3.110.0.08.0 — Renda da Estrada de Ferro São Luis a Teresina 09.0 — Renda da Estrada de Ferro Tocantins 10.0 — Renda da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas. 11.0 — Renda do Pôrto de Natal, administrado pela União 12.0 — Renda da Rêde de Viação Cearense 13.0 — Renda da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro 1.4.000.0.00.0 — Diversas Rendas		4.000 46 520 789 10.000 43.000			341.238	,
1.4.003.0.00.0 — DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA				1.210	,	
01.0 — Renda proveniente da locação de filmes oficiais		, 45 0	٠	1.100		
01.0 — Montepio da Aeronáutica		1.100		66.460		
01.0 — Impôsto de Cr\$ 0,60 sôbre cada saca de 44 quilogramas de farinha de trigc impor- tada ou produzida no país com grão de pro- cedência estrangeira		12.000				
02.0 — Renda dos Aprendizados Agrícolas 03.0 — Renda da Divisão de Águas 04.0 — Renda da Divisão de Caça e Pesca 05.0 — Renda da Divisão de Defesa Sanitária Animal.		40 90 400		K		
08.0 — Renda da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	6)	520 450		*		
09.0 — Renda da Divisão do Fomento da Produ- ção Vegetal		2.450 1.050 130 50	e			
11.0 — Renda do Instituto de Biologia Animal. 15.0 — Renda do Instituto de Experimentação Agrícola	-C	110 1.800 65		*		
go Serviço de Informação Agricola)		55 5 				
quartzo		15,000				

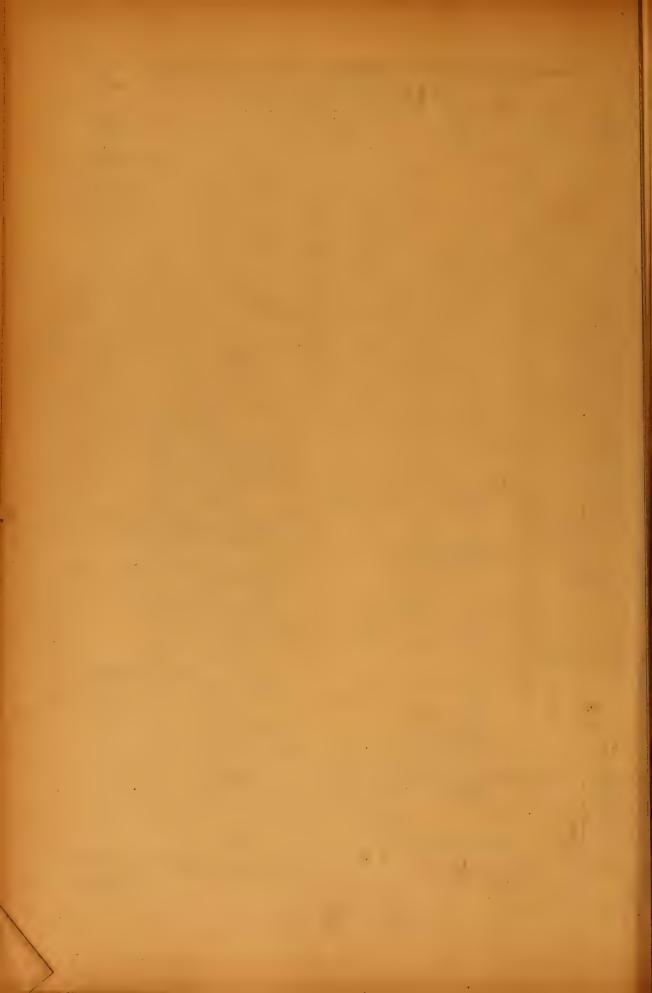
TÍTULOS-CAPÍTULOS-ÓRGÃOS-PARÁGRAFOS-RUBRICAS-ALÍNEAS	ESTIMATIVAS		AS (EM MIL	HARES DE	CRUZEIROS	5)
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS .	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	órgãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
				<u>'</u>		1
1.4.102.0.24.0 Idem, idem do cacau						
25.0 — Idem, idem do café		180				
26.0 — Idem, idem da cêra de carnaúba	4	2.700				
27.0 — Idem, idem de couros e peles de animais domésticos		220				
28.0 — Idem, idem de frutas cítricas		150				
29.0 - Idem, idem da semente de mamona		280				
30.0 — Idem, idem do pinho		150				
31.0 → Idem, idem de outros produtos padronizados		600				
32.0 — Idem, idem de produtos não padronizados.		1.100				
33.0 — Taxa de desinfecção		220				
34.0 — Taxa de expansão da pesca		350				
35.0 — Taxa de fiscalização do comércio de fa-						
rinhas		2.000				
36.0 — Taxa fito-sanitária		3.400				
37.0 — Taxa de inspeção sanitária		5.000				
39.0 — Taxa de registo de exportadores e classifi-		5.700				
cadores de produtos agrícolas e pecuários		40				
40.0 — Taxa de utilização, fistalização, assistência		40				
técnica e estatística para a exploração de						
energia elétrica		6.000				
		0.000				
1.4.103.0.00.0 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE				78.553		
01.0 70.1 1.7000						
01.0 — Renda da Biblioteca Nacional		15				
02.0 — Renda do Colégio Pedro II		1.100				
Orfeônico						
04.0 — Renda do Departamento Nacional de Edu-		20				
cação		12.160		1		
1 — Divisão de Educação Física	30	12.100				
2 — Divisão do Ensino Comercial	1.430					
3 — Divisão do Ensino Secundário	9.800					
4 — Divisão do Ensino Superior	900					
05.0 — Renda da Escola Nacional de Belas Artes.		82				
06.0 — Renda da Escola Nacional de Educação						
Fisica e Desportos		22				
08.0 — Renda da Escola Nacional de Minas e Me-		450				
talurgia		45				
09.0 — Renda da Escola Nacional de Música		150				
10.0 — Renda da Escola Nacional de Química		25				
11.0 — Renda da Faculdade de Direito de Recife.		160				
12.0 — Renda da Faculdade de Medicina da Bahia		275				
13.0 — Renda da Faculdade de Medicina de Pôrto						
Alegre		260			1	
14.0 — Renda da Faculdade Nacional de Direito. 15.0 — Renda da Faculdade Nacional de Filosofia		340				
16.0 — Renda da Faculdade Nacional de Medicina		140				
17.0 — Renda da Faculdade Nacional de Odon-		520				
tologia		90				
18.0 - Renda do Instituto Nacional de Cinema		90				
Educativo		15				
19.0 - Renda do Instituto Nacional de Surdos-						
Mudos (jóias e pensões de alunos)		10				
20.0 — Renda do Instituto de Psicologia						
21.0 — Renda do Museu Histórico Nacional		4				
22.0 — Renda do Museu Imperial		-				
23.0 — Renda do Serviço Nacional de Doenças						
Mentais		100				
	1					

títulos -capítulos -óbgãos -parágrapos -rubricas -alíneas	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)						
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	óngãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS	
1 4.103.0.24.0 — Renda do Serviço Nacional de Fiscalização			•				
da Medicina		120					
25.0 — Taxa de Educação e Saúde		62.000					
26.0 — Taxa de expurgo das embarca o como como como como como como como c		450					
1.4.104.0.00.6 — ministério da pazenda				48,795			
01.9 — Classificação e avaliação de pedras preciosas		1.100					
02.0 — Contribuição para fiscalização bancária		8.500				•	
03.0 — Contribuição para fiscalização geral de lo-							
terias		110					
05.0 — Produto de depósitos abandonados (dinheiro		3.900					
e objetos de valor)		100					
. 06.0 — Quota fixa anual e impôsto de 5% sôbre							
loterias		35',000	,				
07.0 — Taxa de visitas a embarcações nos fundea-			0				
douros		80					
os. e - Renda do Serviço do Patrinomo da União		5					
1 4 105 0 00 0							
1 4 105.9.00.0 — MINISTÉRIO DA GUERRA				12.000			
01.0 — Montepio da Guerra		11.200		- 1			
02.0 — Taxa militar	-	800					
1.4.106.0.00.0 ministério da justiça e negócios interiores				13.810			
				10.010			
01.0 — Custas judiciàis		930					
02.0 — 10% sôbre a percentagem percebida pelos							
porteiros dos auditórios sôbre o produto							
das vendas de bens móveis e imóveis 03.0 — Prêmios de depósitos públicos		40					
04.6 —Renda do Departamento Federal de Segu-		40					
rança Pública		2.000					
1 — Renda do policiamento interno de emprêsas							
e estabelecimentos particulares	200						
2 — Rendas diversas	1.800	0.000					
06.0 — Taxa judiciária federal e da justica local do		9 200					
Distrito Federal		1.600					
1.4.107.0.00.0 MINISTÉRIO DA MARINHA				2.650			
				2.000			
01.0 - Montepio da Marinha		2.650	-		- 1		
1.4 103.0.00.0 — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERICRES							
2.2 105.0.00.0 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERICRES				35 000			
01.0 — Emolumentos consulares		35 000					
1.4.100.0.00.0							
1.4.109.0.00.0 — MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E							
COMÉRCIO				81.010			
01.0 — Renda do registo das associações e insti-							
tuições de auxílios mútuos e outras or-			,				
ganizações de previdência social		10					
02.0 — Taxa sôbre a quota de previdência das							
Caixas e Institutos de Aposentadoria e							
Pensões		9.000					
04.0 — Participação da União nos lucros do Insti-		70 000					
tuto de Resseguros do Brasil		2 000					

Típulos-Capítulos-órgãos-parágrapos-rubricas-alíneas	ESTIMATIVAS (EM MILHARES DE CRUZEIROS)					
0 0 000 0 00 0	ALÍNEAS	RUBRICAS	PARÁGRAFOS	óngãos	CAPÍTULOS	TÍTULOS
1.4.110.0.00.0 MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÓBLICAS.				650		
01.0 — 5% da renda especial da Comissão de Marinha Mercante		650				
2.0.000.0.00.0 — RENDA EXTRAORDINÁRIA						765.340
2.0.103.0.00.0 — ministério da educação e saúde				53.000		
Ol O. Torre de Émis						-
01.0 — Taxa de água		45.000				
02.0 1axa ue esgow		8.000				
2.0.104.0.00.0 ministério da fazenda				004.0		
				694.346		
01.0 — Taxa sôbre óleos combustiveis e carvão, im-						
portados e de produção nacional		12.000				
02.0 — Impostos da Municipalidade	· ·	193.000				
1 — Indústrias e profissões	43 000	100.000				
2 — Vendas e consignações (antigo sendas mer-						
cantis)	150.000					
03.0 — Diferenças de câmbio.		80.000				
04.0 — Parte dos Estados no serviço de juros e						
amortização de obrigações do Tesouro, que						
lhes foram cedidas por empréstimo		30.707				· ·
05.0 Produto da cobrança da dívida ativa da						
União		57.000				
1 — Do impôsto de renda	49.000					
2 — De outras origens	8.000			,		
06.0 — Taka especial sôbre embarcações, cobrada						
nas alfândegas.		280				
07.0 — Produto da venda de gêneros e próprios na-						
cionais		1.000				
09.0 — Fundo de garantia do Registo Torrens		15.000				•
10.0 — Tôdas e quaisquer rendas eventuais		58.000				
11.0 — Heranças jacentes		1.200				
12.0 — Impôsto sôbre lucros extraordinários		240.000				
13.0 — Quota anual do Estado do Amazonas para		240.000				
amortização de empréstimo que lhe foi con-						
cedido pela União		6.150				
					1	
2.0.109.0.00.0 — MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E						
COMÉRCIO				3.000		
01.0 — Renda de Imigração		3.000			1	
9 0 110 0 00 0 - 100 mm finto s						
2.0.110.0.00.0 — MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS				15.000		
01.0 — Taxa adicional de 10% sôbre as tarifas de						1 7 1
transporte das estradas de ferro da União		15 000				
transporter das estradas de terro da União		15.000				

ESQUEMA DEMONSTRATIVO DO CÓDIGO DA RECEITA RECEITA GERAL

	Capítulos 2.º algarismo		Parágrafos 6.º algarismo	Rubricas 7.º e 8.º algarismos	Alíneas 9.º algarismo
0	0	000	0	00	0
	(Direitos de importação para
		1	1	Direitos de importação para	1.1.104.1.01.1
			Impôsto de importação	1.1.104.1.01.0	Adicional de 10 % 1.1.104.1.01.2
			e afina	1.1.104.1.01.0	Adicional relativo, etc.
	frias		1.1.104.1.00.0	Expediente das capatazias	J.1.104.1.01.3
	buta 0.00		Impôsto de consumo	1.1.104.1.02.0	Í
	Tri	Ministério da Fazenda	1.1.104.2.00.0	Sal 1.1.104.2.05.0	{
	Rendas Tributárias 1.1.000.0.00.0	1.1.104.0.00.0	Impôsto de renda e proven- tos de qualquer natureza	Impôsto sôbre a renda de pessoas jurídicas	
	Rei		1.1.104.3.00.0	1.1.104.3.02.0	
			Impôsto do sêlo e afins	Impôsto sôbre operações a	(
			1.1.104.4.00.0	têrmo 1.1.104.4.02.0	
			Impostos que competem à	(Território de Fernando de	Impôsto s' a propriedade
			União nos Territórios 1.1.104.5.00.0	Noronha 01.1.104.5.03.0	territorial
	- 90	1 .	('	Renda de Capitais Nacio-	1.1.104.5.03.1
	.0.	The second second	:	nais 1.2.104.0.01.0	
	0.00	Ministério da Fazenda	,	Renda dos Próprios Nacio-	(
.50	Rendas Patrimoniais 1.2.000.0.00.0	1.2.104.0.00.0	1	nais 1.2.104.0.02.0	
lina .00	das			Foros de terrenos de ma-	
0.00	Rei			rinha, etc., 1.2.104.0.03.0	-
Renda Ordinária 1.0.000.0.00.0		Conselho Nacional do Pe-	1	Produto da venda de gás	
W-	Rendas Industriais 1.3.000.0.00.0	tróleo 1.3.008.0.00.0		e petróleo 1.3.008.0.01.0	
	dust 0.00			Renda do Departamento	
	In 1000.	7.0		dos Correios e Telégrafos	
	nda:	Ministério da Viação Obras Públicas	\	1.3.110.0.01.0	
	2 2	1.3.110.0.00.0		Renda da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	
		•		1.3.110.0.13.0	
				Renda proveniente da lo-	
		Departamento de Imprensa e Propaganda		cação de filmes oficiais 1.4:003.0.01.0	
		1.4.003.0.00.0		Taxa cinematográfica, tea-	
	Rendas .0.00,0			trai, etc.	
				1.4.003.0.02.0	Divisão de Educação Física
	.000.	Ministério da Educação e Saúde		Renda do Departamento Nacional de Educação	1.4.103.0.04.1
335	Divers	1.4.103.0.00.0			Divisão do Ensino Comer-
		Ministério de Vierza			1.4.103.0.04.2
		Ministério da Viação e Obras Públicas		5% da renda especial da Co- missão de Marinha Mer-	
		1.4.110.0.00.0	2	cante 1.4.110.0.01.0	700
. <u>s</u>		Ministério da Educação e		Taxa de água 2.0.103.0.01.0	
Renda Extraordinária 2.0.000.0.00.0		Saúde		. Taxa de esgôto	
o.00		7		2.0.103.0.02.0	THE STATE OF THE PARTY NAMED PARTY.
Extr. 000.				Taxa sobre oleos combus-	
.0.		Ministério da Fazenda		tíveis, etc. 2.0.104.0.01.0	
Ren 2		2.0.104.0.00.0	•	Produto da cobrança da	Do Impôsto de Renda
				Divida Ativa da União 2.0.104.0.05.0	2.0.104.0.05.1
					De outras origens 2.0.104.0 05.2



LEGISLAÇÃO DA RECEITA

Relacionada em ordem alfabética por alíneas, rubricas e parágrafos

			. 5 .
— A —		and the second s	
		AEBONÁUTICA, Montepio da	1.4.101.0.01.0
ACRE, Território do	1.1.104.5.01.0	Decreto 595 - 28-8-1890	
		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	4
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra /		Decreto-lei 736 23-9-1938, art. 1.º	
Decreto 22.061 9-11-1932		Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.0	
Decreto 22.443 — 8-2- 1933		Decreto-lei 2.961 20-1-1941	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36			
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27		Agua, Taxa de	2.0.103.0.01.0
Decreto-lei 915 — 1-12-1938			2.0.103.0.01.0
Decreto-lei 1.071 — 24-1-1939		Decreto-lei 2.646 le-10-1940, art. 1.0	
Circular n.º 8 - 24 4-1939, da Diretoria das		Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º	
Rendas Internas	e th	Decreto 9.493 — 27-5-1942, art. 3.0	
		Decreto-lei 5.614 24-6-1943	
ACCCAR, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104,2,42,0	águas e esgotos, Renda do Serviço Federal de	1.3.103.0.04.0
Decreto-lei 4.878 27-10-1942		Decrete 19 000 0 0 1010	
Decreto-lei 5.678 17-7-1943		Decreto 12.866 — 6-2-1918	
		Decreto 24.532 — 2-7-1934	
		Decreto 24.623 — 9-7-1934	
ADICIONAL PARA A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	1.1.104.2.02.2	Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.0	
and a additional northabas ,	1.1.104,2.02.2	Decreto-lei 3.748 23-10-1942, arts. 1.º e 2.º	
E ai 4 004 21 10 1007 FR		Decreto 9.490 27-5-1942, art. 3.º	
Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 57		Decreto-lei 5.614 — 24-6-1942	
Decreto 5.058 — 9-11-1926, art. 28			
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 242		álcool, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.03.0
. Decreto-lei 3.013 1-2-1941			
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 3 e 4.º § 3.º	
ADICIONAL DE 10% (sôbre direitos de importação para		Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942	
consumo)	1.1.104.1.01.2	Decreto-lei 5.998 — 18—11-1943	
D 1 01 010		ALGODÃO, Taxa de classificação comercial e fiscalização da	
Decreto 24.343 — 5-6-1934, art. 2.º		exportação do	1,4,102,0,23,0
Decreto 24.577 — 4-7-1934, art. 1.º		capot bação do .	1.4.102.0.23.0
Decreto 24.599 6-7-1934, arts. 17 e 19	1:	Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2.0 3.0 e 5.0	
Decreto-lei 2.619 - 24-9-1940, arts. 2.0, C.o e 4.0		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º		Decreto-lei 6.186 — 28-8-1947	
Decreto lei 5.329 18-3 1943		Decreto-let 0.100 - 20-8-1947)	
		AMAPÁ, Território do	1.1.104.5.02.0
DICIONAL PARA O ENSINO PRIMÁRIO	1.1.104.2.02.3	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto lei 6.785 - 11-8-1944		Decreto-lei 5 812 — 13—9-1943, art. 2.°	
2007000 0.100 11-0-1944		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
		Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944	
IDICIONAL PARA PROTEÇÃO À FAMÍLIA	1.1.104.3.01.2	Decreto-lei 7.192 23-12-1944	
Decreto lei 3.200 - 19-4-1941, arts. 32 s 36		AMAZONAS, Quota anual do Estado do para amorti-	
		zação do empréstimo que lhe foi concedido pela	
		União	2.0.104.0.13.0
DICIONAL RELATIVO A MERCADORIAS B MATERIAIS DES-			3.0.101.0.10.0
PACHADOS COM ISENÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO	1.1.104, 1.01.3	Degreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16	
Decreto-lei 300 24-2-1938		AMORTIZAÇÃO, Parte dos Estados no serviço de juros e	
		das obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas	
			2 0 104 0 04 0
pônno. Impôsto de consumo sôbre bijuterias, objetos de		por empréstimo	2.0.104.0.04 0
e de utilidade e relógios	1.1.104.2.34 0	Decreto 19.412 19-11-1930	
		Decreto 19.503.— 17-12-1930	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. To n. 34 e 4.0		Decreto 19.584 13-1-1931	
34		Decreto 19.648 - 30-1-1931	
		200,000 00 2 1001	

AMORTIZAÇÃO, Quota anual do Estado do Amazonas para		ARRENDAMENTO DOS TERRENOS DE MANGUE, Taxa de	
do empréstimo que lhe foi concedido pela		ocupação dos terrenos de marinha e	1.2.104.0.05
União	2.0,104.0.13.0		
4 5 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4		Decreto 14.595 — 31-12-1920	
Decreto-lei 6.768 — 3-8-1944, art. 16		Decreto 14.596 — 31-12-1920	
		Decreto-lei 2.490 16-8-1940	
ANÁLISES, Renda do Laboratório Nacional de	1.3,104.9.03,0	Decreto-lei 3,438 17-7-1941 Decreto-lei 5,666 15-7-1943	
VANTES TOUGH OF THE OLIVE TARGETHE GO	1.0.101.0.00.0	Decreto-let 0.000 - 13-7-1943	
Lei 813 23-12-1901, art. 5.°			
Decreto 4.050 — 13-1-1920		ARTEFATOS DE BORRACHA, Împôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.28
Decreto 14.167 — 3-12-1943		and the second section of the second sections and second sections are second sections and sections are second sections and sections are sect	1.1.104.2.20
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts, 1.º n. 28 e	
ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial e		4.0 § 28	
fiscalização da exportação de couros e peles de	1.4.102.0.27.0		
The second secon			
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0		ARTEFATOS DE COURO E OUTROS MATERIAIS, Impôsto de	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	7	consumo sôbre	1,1,104,2,32,
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7°.			
Decreto 8.165 5-11-1941		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 32 e	
ADAPTE TO BY FORMAGE TO CALL IN THE STATE OF	*	4.0 § 32	
APARELHOS ELÉTRICOS, Impôsto de consumo sôbre lâm-			
padas, pilhas e	1.1.104.2.23.0	ADMINATOR BE SUPPLY IN CAPACITY OF THE CALL I	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º		AETEFATOS DE PEERO E OUTROS METAIS, Impôsto de con- sumo sôbre ferragens	1.1.104.2.18.
§ 23		sum boute ititagens	1.1.104.2.15.
8 20		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e	
APARELHOS SANITÁRIOS, Impôsto de consumo sôbre la-		4.° § 18	
drilhos, mosáicos, azulejos, etc.	1.1.104.2,36.0		
Decreto-lei 739 — 24- 9-1938, arts. 1.º n.º 36 e			
4.9, \$ 36		ARTEFATOS DE TECIDOS E DE PELES, Impôsto de consumo	
		sôbre	1.1.104.2.13.
APOSENTADORIA E PENSÕES, Taxa sôbre a quota de previ-			
dência das saixas e institutos de	1.4.109.0.02.0	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e	
å.		4.0 § 13	
Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.º		Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939	
Decreto 22.0% — 16-11-1932, art. 3°.	,		
Decreto-lei 1.346 15-6-1939, art. 35	1		
		ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, Adicional para a	1.1.104.2.02.1
APRENDIZADOS AGRÍCOLAS, Renda dos	1.4.102.0.02.0		
Decreto 23.979 8-3-1934		Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 57	
Decreto 14.252 — 10-12-1943		Decreto 5.058 — 9-11-1926, art. 28	
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 242	
		Decreto-lei 3.013 — 1-2-1941	
AQUECEDORES, Impôsto de consumo sôbre fogões, foga-			
gareiros e	1.1.104.2.39 0	ASSOCIAÇÕES, Renda do registo das e instituições de	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º		auxílios mútuos e outras organizações de previdência	
§ 39		social	1.4.109.0.01.
ARMAS DE POGO, Impôsto de consumo sôbre, munições		Decreto 24.784 14-7-1934, art. 29 § 6.0	
e fogos de artifício	1.1.104.2.22.0	* 1	
		AVALIAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS, Classificação e	1.4.104.0.01.C
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º			
§ 22		Decreto-lei 466 — 4-6-1938, art. 21	-
ADMITPULARM	1 1 104 1 00 0		1
ARMAZENAGEM	1.1.104.1.03.0	AGENTAGO Tempodo de como esta de 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.	
Decreto 24.324 — 1-6-1934, arts. 1,° e 2,°		AZULEJOS, Impôsto de consumo sôbre ladrilhos, mo-	1 1 104 9 96 0
Decreto 24.508 — 29-6-1934, arts. 3.°, 5.° e 21	,	saicos, , aparelhos sanitários, etc.	1.1.104.2.36 0
Decreto 24.511 — 29-6-1934, arts. 1.0 e 7.0		70 (1) 800 01	
Decreto-lei 3.982 - 30-12-1941		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 36 e	
Decreto-lei 5.369 — 1-4-1943		4.0 § 36	
Decreto-lei 5.994 — 16-11-1943		* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	
		- B -	
	6		
ARRENDAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO DE PROPRIEDADE		BANHA, Impôsto de consumo sôbre, manteiga e su-	
DA UNIÃO, Quota de	1.2.104.0:06.0	cedâneos	1.1.104.3.20 0
Decreto 15.152 — 2-12-1921	100	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 20 e	
Decreto-lei 6.698 17-7-1944		4.º § 20	

BEBIDAS E ADICIONAIS, Impôsto de consumo sôbre	1 1.104.2.02.0	Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	
		Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.0	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º, n. 2 e 4.º,			
§ 2.•			
Decreto-lei 829 — 28-10-1938, art. 1.º		CAPÉ, Taxa de classificação comercial e fiscalisação da	
Decreto-lei 2.347 - 27-6-1940, art. 1.º		exportação do	1.4.102.0.25.0
Decreto-lei 3.013 1-2-1941			
Decreto-lei 4.582 — 13-8-1942		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto-lei 4.695 — 16-9-1942		Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 4.878 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 11-3-1943			
Decreto-lei 5.678 — 17-7-1943			
Decreto-lei 6.785 — 11-8-1944		CAVÉ TORRADO OU MOIDO, Impôsto de consumo sôbre e chá	
200000000000000000000000000000000000000		е спя	1.1.104.2.19.0
Adicional para a assistência kospitalar	1.1.104.2.02.2	Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts 1.º, n. 19 e	
		4.0, § 19	
Lei 4.984 — 31-12-1925, art. 57		20, 0	
Decreto 5.058 - 9-11-1926, art. 28			
Decreto-lei 739 24- 9-1938, art. 242		CAIXAS E INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, TARA	
Decreto-lei 3.013 — 1- 2-1941		sôbre a quota de previdência das	1.4.109.0.02.0
		socia a danes an bresinction are	1.4.109.0.02.0
Adicional para o ensino primário	1.1.104.2.02.3	Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.0	
Devel 11 0 mon		Decreto 22.096 16-11-1932, art. 3.º	
Decreto-lei 6.785 11- 8-1944		Decreto-lei 1.346 - 16-6-1939, art. 35	
The state of the s			
BENGALAS, Impôsto de consumo sôbre chapéus e 1	1.1.104.2.16.0	0.00000 longets &	1 1 104 0 00 0
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º. n. 16 e		CALÇADOS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.06.0
4.0, § 16			
Decreto-lei 1.867 13-12-1939		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts., 1.°, n. 6 e 4.°,	
200000000000000000000000000000000000000		§ 6.0	
BIBLIOTECA NACIONAL, Renda da	1.4, 103, 0, 01; 0	Decreto-lei 5.317 — 11-3-1943	
	,	Decreto-lei 5.598 — 21-6-1943	
Decreto lei 6.732 — 24-7-1944			
Decreto 16.167 — 24-7-1944, art. 12 n. 5		CÂMBIO, Diferenças de	2.0.104.0.03.0
LUUTERIAS, Impôsto de consumo sôbre, objetos de		Decreto 23.801 25-1-1934, art. 5.º	
adôrno e de utilidade e relógios	1.1.104.2.34.0	Control of the Contro	
* December 1-: 790 04 0 1090 10 24			
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 34 e		CAPATAZIAS, Expediente das	1.1.104.1.02.0
	. 0	9	
ORRACHA, Impôsto de consumo sôbre artefatos de	.1 104 2.28.0	Lei 3.070 - A - 31-12-1915	
ampeter de commune sobre arectatos de		Decreto 24.508 — 29-6-1934, art. 25, § 2.°	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.°, n. 28 e		Decreto 24.511 — 29-6-1934	
4.0, § 28		*	
	7.3	CAPITAIS EMPREGADOS EM HIPOTECAS, Impôsto propor-	
orons, Impôsto de consumo sôbre linhas, cordoalha e 1	.1.104.2.41.0	cional sôbre	1.1.104.3.05.0
		tional group	2.1.102.0.00.0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º, n. 41 e		Decreto 21.949 12-10-1932	
4.9, § 41			
RINDES, Impôsto sôbre vales para . 1	.1.104.4.03.0	CAPITAIS NACIONAIS, Renda de	1.2.104.0.01.0
Lei 4.440 31-12-1921, art. 21			
Decreto 15. 524 — 14-6-1922	3	Decreto-lei 867 17-11-1938, arts. 14 e 15	
Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45			
		CARBURETO DE CÁLCIO, Impôsto de consumo sôbre ga-	1.1.104.2.35.0
RINQUEDO, Impôsto de consumo sôbre	.1.104.2.31.0	solina, nafta, óleos e	1.1.104.2.33.0
		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º, n. 35 e	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1,°, n. 31° e		4.º, § 35	
4.9, § 31			
		Décreto-lei 2.615 — 21-9-1940, art. 3.º	
— C ← ′		CARNAÚBA, Taxa de classificação comercial e fiscali-	
		zação da exportação da cêra de	1.4,102.0.26.0
ACAU, Taxa de classificação comercial e fiscalisação da		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	.4.102.0.24.0	Decreto-lei 334 15-3-1938, arte. 2.º, 8.º e 5.º	
		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 7 444 - 25-6-1941, art. 11	

		C C	
CARTAS DE JOGAR, Impôsto de consumo sôbre	.1.104.2.15.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	1.4.102.0.24.
		exportação do cacau	1.4.102.0.21.
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.°, n. 15 e		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
4.9, § 15		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
		Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.0	
a = at the control of importation			
CARVÃO, Taxa sôbre óleos combustíveis e, importados	2.0.104.0.01.0		
e de produção nacional	,0.102.0.01.0	CHASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da	
		erportação do café	1.4.102.0.25.
Decreto-lei 2.667 — 3-10-1940, art. 13			
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º, letra b		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto-lei 3.837 — 18-11-1941, art. 1.9		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 6.771 — 7-8-1944, art. 13			
CASA DA MOEDA, Ronda da	1.3.104.0.02.0	CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalisação da	
CASA DA MOEDA, Ronda da		exportação de cêra de carnaúba	1.4.102.0.26.
Decreto 22.269 — 28-12-1932, art. 30	4.7	Décreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.7, 3.9 e 5.9	
		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 ;	
Toyo do	1.4:033.0.02.0	Decreto 7.444 25-6-1941, art. 11 .	
CENSURA CINEMATOGRÁFICA, TEATRAL, ETC., Taxa de	1,4:030.0.02.0		
Decreto-lei 1.949 — 30-12-1939, art. 59		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	
Decreto-lei 2.541 — 29-8-1940, art. único		exportação de ccuros e peles de animais domésticos	1.4.102.0.27.
		The state of the s	
a companiel o		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.9, 3.9 e 5.9	
CÊRA DE CARNAÚBA, Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.26.0	Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82 .	and a second
fiscalização da exportação de	1,4,102.0.20.0	Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941	
		Decreto 6.105 — 0-11-1541	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°			0.00
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da	
Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11		exportação de frutas cítricas	1.4.102.0.28
сна, Impôsto de consumo sôbre café torrado ou moido e	1-1-104.2.19.0	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º	
CHA, Imposio de consulta sobre este torrado os motos		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
To		Decreto 6.629 - 20-12-1940, arts. 63 e 64	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 19 e 4.º, § 19			
8 19			
		CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	
CHAPÉUS, Impôsto de consumo sô! 20 e bengalas	1.1.104.2.16.0	exportação de outros produtos padronizados	1.4.102.0.31
Chairman, Chairman and Chairman			
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.°, n. 16 e 4.°,		Detrato-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
§ 16		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 1.867 — 13-12-1939		Decreto 6.226 — 31-8-1940, art. 5.º (piaçaba) Decreto 6.226 — 4-9-1940, art. 5.º (oiticica)	
201000		Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de linho)	
		Decreto 6.630 — 20-11-1940 (sementes de finilo)	
CIMENTO, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.40.0	Decreto 6.824 - 7-2-1941 (paco-paco)	
CIMENTO, IMPOSTO de Consulto Sobre	1.1.101.0.0	Decreto 6.825 — 7-2-1941 (juta)	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 40 e 4.º,		Decreto 6.826 7-2-1941 (guaxima)	
§ 40		Decreto 6.827 - 7-2-1941, art. 11 (papoula de São	
Decreto-lei 4.588 — 15-8-1942		Francisco)	1"
Decreto-lei 5.085 — 14-12-1942		Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	
		Decreto 7.136 - 8-5-1941 (couros e peles de	
		animais silvestres)	0
CINEMATOGRÁFICO (material), Impôsto de consumo		Decreto 7.260 — 28-5-1941, art. 12 (feijão)	
	1.1.104.2.38 0	Decreto 7.261 — 28-5-1941 (batatinha)	
		Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts, 1,º n. 38 e 4.º		Decreto 7.263 — 29-5-1941 (babaçú)	
\$ 38		Decreto 7.264 — 29-5-1941, art. 8.º (piretro)	
		Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste)	
		Decreto 7.266 — 29- 5-1941 (amendoim)	
Or accompany of a company of the second of t		Decreto 7.267 — 29-5-1941 (cebola)	
CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Taxa dee fiscalização da exportação do algodão	1.4.102.0.23.0	Decreto 7.268 29- 5-1941 (cevada)	
exportação do aigudad	1.2.102.0.20.0	Decreto 7.436 — 25 6-1941, art. 16 (milho)	
D 4 1:004 48 0 1100		Decreto 7.676 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º 3.º e 5.º		Decreto 7.677 — 19- 8-1941, art. 19 (abacaxi)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.710 — 22- 8-1941 (babaçu)	4
Decreto 6.186 28-8-1940		Decreto 7.784 — 3- 9-1941, art. 10 (abacate)	

Decreto 7.785 - 3-9-1941, art. 7.º (farinha de	COMÉRCIO DE FARINHAS, Taxa de fiscalização do	1.4 102 0.35.0
mandioca)	Decreto-lei 3.445 - 21-7-1941, art. 1.º	
Decreto 7.786 — 3- 9-1941, art. 9.º (cumarú)		
Decreto 7. 819 — 10- 9-1941, art. 8.º (castanha do		
Pará)	COMISEÃO DE MARINHA MERCANTE, 5% da renda especial da	1.4.110.0.01.0
Decreto 7.902 — 24- 9-1941, art. 16 (erva-mate)		
Decreto 7.903 — 24 9-1941 (jaring)	Decreto-lei 3.100 - 7-3-1941, arts. 8.° e 13	
Decreto 7.958 — 30- 9-1941 (sapotí)	Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.0	
Decreto 7.959 — 30- 9-1941 (conchas)	•	
Decreto 7.960 30- 9-1911, art. 6.º (bucho de peixe)	0.43.45.4	
Decreto 8.164 - 5-11-1941. art. 1.9 (trigo, farelo)	COMPANHIAS DE SEGUROS, Contribuição das companhias	
Decreto 8.173 6-11-1941 (aveia)	ou emprêsas de estradas de ferro e das na- cionais, estrangeiras, e outras	r.3.104.0.01.0
Decreto 8.174 — 6-11-194!, art. 5.º (timbó)	Cromans, can augentas, e outras	1.5.104.0.01.0
Decreto 8.175 6-11-1941 (lentilha)	Lei 126-A - 21-11-1892, art. 1.0	
Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha)		
Decreto 8.177 7-11-1941, art. 10 (gergelim)		
Pecreto 8.178 7-11-1941 (girassol)	COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO, COn-	4
Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	tribuição das e das companhias de seguros, na-	
Decreto 8.322 3-12-1941 (centeio)	cionais, estrangeiras, e outras	1.3.104.0.01.0
Decreto 8.485 27-12-1941 (chá preto)		
Decreto 8.616 28- 1-1942 (guaraná)	Lei 126-A — 21-11-1892, art. 1.º	
Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.º (charque)		
Decreto 8.983 — 12- 3-1942 (cêra e mel de abelha)		
Decreto 9.618 - 10 - 6-1942 (batatinha)	conservas, Impôsto de Consumo sôbre	1.1 104 2 09.0
Decreto 9.779 — 24 - 6-1842, art. 13 (óleo esencial		
de citrus)	Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 9 c 4.º,	
Decreto 10.054 — 22- 7-1942 (cebola)	§ 9.º	
Decreto 10.218 — 12- 8-1942 (tabaco em folha, da		
Bahia)		
Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)	CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO, Renda do	1.4.103.0.03.0
Decreto 14,269 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15,398 27- 4-1944 (piretro)		
Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944, art. 22 (lā de ovino)	Decreto-lei 4.993 — 26-11-1942, art. 7.º	
Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)		
20 % 1942 (cha preto)		
	CONSIGNAÇÕES, Vendas e — (Impostos da Municipalidade)	2.0.104.0.02.0
ASSIPICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da		
exportação do pinho 1.4.102.0.30.0	Decreto 22.061 - 9-11-1932, art. 25	
	Lei 187 — 15-1-1936, art. 29	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0	Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.° c 2.°	
Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	Decreto-lei, 140 29-12-1937, &rt. 1.º	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º	
Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.0 Decreto 14.249 — 9-12-1943	•	
Present 13-240 — 9-12-1949		
·	CUNSIGNAÇÕES, Impôsto de vendas e (Nos Territórios Fe-	
ASSIFICAÇÃO COMERCIAL, Tâxa dee fiscalização da	derais	1.1,104.5.00,4
exportação de produtos não padronizados . 1.4.102.0.32.0		
	Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	inciso I, letra 4	
Decreto 5.739 — 29-5-1940	Decreto 22.061 11-9-1932, art. 26	
Decreto 6.246 — 6-0-1940, art. 5.º	Lei 187 — 15-1-1936, art. 36	
	Decreto-lei 915 — 1-12-1938	
ASSIPICAÇÃO COMERCIAL, Taxa de e fiscalização da	Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º	
exportação da semente de mamona 1.4.102,0,29,0	Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.°	
	Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		
Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82	CONSULARES, Emolumentos	1.4 108.0.01.0
Decreto 6.255 — 11-9-1940	CONSULARES, LARGIGIDENTOS	1.4 108.0.01.0
Decreto 8.982 12-3-1942	December 1-: 1 220	
	Decreto-lei 1.330 - 7-6-1939	
SSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E FECUÁRIOS,	Decreto 4.219 — 7-6-1939	
Taxa de registo de exportadores e 1.4.102.0.39.0	Decreto-lei 2.066 — 8-2-1940, art. 1.° Decreto-lei 2.121 — 9 4-1940, art. 1.°	
Decreto-lei 2.527 23 -8-1940	Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.º	
	Decreto 7.611 — 12-8-1941	
ńдю редво п, Renda do	Decreto 12.275 — 19-4-1943	
	Decreto-lei 5.099 - 16-12-1942	
Decreto 16.782-A 13-1-1925, arts. 30 e 40	Decreto-lei 5.569 10-6-1943	
* 1 4		

Decreto-lei 6.465 - 2-5-1944

CLAS

COL

Lei 378 — 13-1-1937, arts. 36 e 96

consumo, Direitos de importação para	1.1.104.1.01.1	conneios e telégrafos, Renda do Departamento des	s 1.3.110.0.01.0
Decreto-lei 2.615 21- 9-1940		Decreto 11.520 10-3-1915	-
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940		Decreto 14.722 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921	
Decreto-lei 4.061 28- 1-1942	•	Decreto 18.164 — 18-3-1928	
Decreto-lei 4.512 23- 7-1942		Decreto 20.859 — 26-12-1931	
Decreto-lei 4.553 6- 8-1942		Decreto 23.807 29-1-1934	
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942		Lei 537 11-10-1937	
Decreto-lei 4.834 — 15-10-1942		Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0	
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º	
Decreto-lei 6.075 8-12-1943 Decreto-lei 6.462 2- 5-1944		Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.0	
Decreto-lei 6.686 13- 7-1944	· ·	Decreto-lei 1.995 1-2-1940, arts. 1.º c 2.º	
Decreto-lei 7.116 — 4-12-1944		Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.0	
2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2		Decretc-lei 2.979 — 28-1-1941 · Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.0	
CONSUMO, Impôsto de	1.1.104.2.00.0	Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. 2.5	
		Decreto-lei 4,525 - 28-7-1942	
Decreto-lei 739 — 24- 9-1938		Decreto-lei 5.014 1-12-1942	-
Decreto-lei 826 — 28-10-1938		Decreto-lei 6.613 — 22-6-1944	
Decreto-lei 828 1-11-1938	-		
Decreto-lei 887 — 24-11-1938		COURO E OUTROS MATERIAIS, Impôsto de consumo sôl	bre
Decreto-lei 934 8-12-1938		artefatos de	1.1.104.2.32.0
Decreto-lei 1.404 — 6- 7-1939			
Decreto-lei 1.950 — 30-12-1939 Decreto-lei 1.981 — 26- 1-1940			
Decreto-lei 2.300 — 10- 6-1940		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 32 e 4.º, § 32	
Decreto-lei 2.347 27- 6-1940			
Decreto-lei 2.615 21- 9-1940		COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classi-	
Decreto-lei 2.818 — 2-12-1940		ficação comercial e fiscalização da exportação de	1.4.102.0.27.0
Decreto-lei 2.898 — 23-12-1940		Trongas connectint o mennisayas um exportagas de	1.4.102.0,21.0
Decreto-lei 2.929 31-12-1940		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts, 2.º, 3.º e 5.º	
Decreto-lei 3.013 — 1- 2-1941		Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
/ Decreto-lei 3.178 8- 4-1941		Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7-0	
Decreto-lei 3.687 3-10-1941		Decreto 8.165 — 5-11-1941	
Decreto-lei 3.729 — 17-10-1941	,		
Decreto-lei 3.862 — 22-11-1941 Decreto-lei 4.038 — 40-1-1049			
Decreto-lei 4.038 19- 1-1942		CUSTAS JUDICIAIS	1.4.106.0.01.0
Decréto-lei 4.038 19- 1-1942 Decréto-lei 4.045 22- 1-1942		CUSTAS JUDICIAIS	1.4.106.0.01.0
Decréto-lei 4.038 19- 1-1942			1.4.106.0.01.0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942		Decretc-lei 2.506 20-8-1940	1.4.106.0.01.0
Decréto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decréto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1	1.4.106.0.01.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942		Decretc-lei 2.506 20-8-1940	1.4.106.0.01.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2	1.4.106.0.01.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2 CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba	
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2	1.4.106.0.01.0 1.1.104.2.29.0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.563 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.698 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2 CUTELARIA, Împôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de	
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2 CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba	
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2 CUTELARIA, Împôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de	
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.686 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944		Decretc-lei 2.506 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 12-3-1941, art. 1 Decreto-lei 3.749 23-10-1941, art. 2 CUTELARIA, Împôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de	
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29	
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 5.698 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D —	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas De ferro e das companhias de seguros nacionale,		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 5.698 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas	1.3.104.0.01.0	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915	1.1.104.2,29,0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS	1.3.104.0.01.0	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1. Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2. CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Docreto 14.722 — 16-3-1921	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas De ferro e das companhias de seguros nacionale,	1.3.104.0.01.0	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915	1.1.104.2,29,0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS	1.3.104.0.01.0	Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decretc-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1. Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2. CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 29 e 4.º § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decrèto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decrèto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decrèto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decrèto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decrèto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decrèto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decrèto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decrèto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decrèto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decrèto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decrèto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decretc-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decretc-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931	1.1.104.2,29,0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS	1.3.104.0.01.0 1.4.104.0.02.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto lei 919 — 1-12-1938, art. 1.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decrèto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decrèto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decrèto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decrèto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decrèto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decrèto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decrèto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decrèto-lei 5.998 — 18-11-1943 Decrèto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decrèto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decrèto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS		Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.8164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.799 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1.0		Decretc-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — B — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.799 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1. CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º	1.4.104.0.02.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Împôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.799 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1.0	1.4.104.0.02.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, arts. 5.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.799 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1. CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º	1.4.104.0.02.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941	1.1.104.2,29,0
Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decreto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS OU EMPRÊSAS DE ESTRADAS DE FERRO E DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1. CONTRIBUIÇÃO FARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS	1.4.104.0.02.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.095 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, arts. 5.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941 Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decrèto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decrèto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decrèto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decrèto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decrèto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decrèto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decrèto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decrèto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decrèto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decrèto-lei 6.785 — 11- S-1944 Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1. Contribuição fara fiscalização bancária Decrèto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º Contribuição para fiscalização geral de loterias Decrèto-lei 6.259 — 10-2-1944	1.4.104.0.02.0 1.4.104.0.03.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.095 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, arts. 5.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.° Decreto-lei 3.830 — 17-\$11-1941, art. 2.° Decreto-lei 3.830 — 17-\$11-1941, art. único	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decrèto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decreto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decreto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decreto-lei 5.798 — 18-11-1943 Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decreto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decreto-lei 6.785 — 11- S-1944 CONTRIBUIÇÃO DAS COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONAIS, ESTRANGEIRAS, E OUTRAS Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1.0 CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.0 e 2.0 CONTRIBUIÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO GERAL DE LOTERIAS Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944	1.4.104.0.03.0 1.4.104.0.03.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — D — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.095 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, arts. 5.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941 Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.°	1.1.104.2,29,0
Decrèto-lei 4.038 — 19- 1-1942 Decrèto-lei 4.045 — 22- 1-1942 Decrèto-lei 4.177 — 13- 3-1942 Decrèto-lei 4.266 — 17- 4-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.583 — 13- 8-1942 Decrèto-lei 4.698 — 17- 9-1942 Decrèto-lei 5.317 — 11- 3-1943 Decrèto-lei 5.598 — 21- 6-1943 Decrèto-lei 5.678 — 17- 7-1943 Decrèto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decrèto-lei 5.729 — 5- 8-1943 Decrèto-lei 6.486 — 11- 5-1944 Decrèto-lei 6.662 — 7- 7-1944 Decrèto-lei 6.785 — 11- S-1944 Contribuição das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias ou emprêsas de estradas de ferro e das companhias de seguros nacionais, estrangeiras, e outras Lei 126 A — 21-11-1892, art. 1. Contribuição fara fiscalização bancária Decrèto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º Contribuição para fiscalização geral de loterias Decrèto-lei 6.259 — 10-2-1944	1.4.104.0.03.0 1.4.104.0.03.0	Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° CUTELARIA, Impôsto de consumo sôbre pincéis para barba e obras de Decreto lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 29 e 4.° § 29 — B — DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Renda do Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.081 — 30-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.995 — 1-2-1940, arts. 1.° e 2.° Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.° Decreto-lei 2.979 — 28-1-1941 Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.° Decreto-lei 4.525 — 28-7-1942	1.1.104.2,29,0

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, Renda		Adicional de 10%	1.1.104.1.01.9
do	1.4.106.0.04.0		
		Decreto 24.343 5-6-1984, art. 2.0	
Renda de policiamento interno de empresas e estabeleci-		Decreto 24.577 — 4-7-1934, art. 1.º	
mentos particulares	1.4.106.0.04,1	Decreto 24.599 — 6-7-1934, arts. 17 e 19	
The second of the second		Decreto-lei 2.619 — 24-9-1940, arts. 2.°, 3.° e 4.°	
Decretc-lei 7.013 1-11-1944		Decreto-lei 2.878 - 18-12-1940, art. 2.º	
D 4 W		Decreto-lei 5.329 — 18-3-1943	
Rendas diversas	1.4.106.0.04.2		
D 4 04 704 0 17 4004 4 004 000		Adicional relativo a mercadorias e materiais despachados	
Decreto 24.531 — 2-7-1934, arts. 361 a 368		com isenção de direitos de importação	1.1.104.1.01.3
Decreto-lei 6.378 — 28- 3-1944			Φ.
noncompanion de la companion d	1 4 100 0 04 0	Decreto-lei 300 — 24-12-1938	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Renda do	1,4.103.0.04.0		
Decreto 24.734 14-7-1934		DIRETORIA DE ABRONÁUTICA CIVIL, Renda da	1.3.101.0.01 0
Lei 378 13-1-1937, art. 96			
Decreto-lei 421 11-5-1938. art. 22		Decreto 16.983 — 22-7-1925	4
		Decreto 20.914 — 6-1-1932, art. 36	
B		Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941, art. 14	
DEPÓSITO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, Renda do	1.3.106.0.01.0	Decreto-lei 3.730 — 18-10-1941, art. 70, § 8.°	
T 400 40 40 400 400 4 0 4 0 4 0 4 1			0 0 104 0 05 0
Lei 490 — 16-12-1897, art. 2.° § 2.° n. VII		pívida ativa da união, Produto da cobrança da	2.0 104.0.05.0
Decreto 2.818 — 23-2-1898			0.0.104.0.05.1
. Decreto 23.303 — 30-10-1933, art. 2.º		Do imposto de renda	2.0.104.0.05.1
DEPÓSITOS ADANDONADOS, (Dinheiro e objetos de valôr)		Decreto 4.536 — 28-1-1922	
Produto de	1.4.104.0.05.0	Decreto 5.426 7-1-1928	
		Decreto 23.150 — 15-9-1933	
Lei 370 4-1-1937		Decreto-lei 960 - 17-12-1938	
Decreto 1.508 — 17-3-1937, art. 2.º		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943	
		P. A. San	2.0.104.0.05.2
DEPÓSITOS FECRADOS — Impôsto de consumo	1,1,104,2,45,0	De outras origens	2.0.104.0.00.2
		D .4 4 500 00 1 1000	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, art. 11		Decreto 4.536 28-1-1922	
		Decreto 5.426 — 7-1-1928	
DEPÓSITOS PÚBLICOS, Prêmios de	1.4.106.0.03.0	Decreto 23 150 — 15-9-1933 Decreto-lei 960 — 17-12-1938	
		Decreto-let 900 17-12-1955	
Lei 99 31-10-1835, art. 11 n. 51		pivisão de águas, Renda da	1,4,102,0.03,0
. Instrução 131 — 1-12-1845		DIVISAO DE AGUAS, IVENUS US	1.4.102.0.00.0
Decreto 498 — 22-1-1847		Decreto-lei 1,498 — 9-8-1939	
Decreto 2.551 7-3-1860, art. 76	4	Decieto-ici 1.488 — 8-6-1808	
Decreto 2.846 — 19-3-1898		DIVISÃO DE CAÇA E PESCA, Renda da	1,4,102,0,04,0
Lei 3.079 - 31-12-1919, art. 1.º n. 46		DIVIDAO DE CAÇA E FRICA, ICCIGO GO	
		Decreto-lei 794 — 19-10-1938	
pusinpucção, Taxa de	1.4.102.0.33.0	Decreto-lei 5.894 — 20-10-1943	
2		200000000000000000000000000000000000000	
Decreto 24.548 - 30-7-1934, art. 42		DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, Renda da	1.4.102.0.05.0
Decreto-lei 194 21-1-1938, art. 2.º			
Decreto-lei 5.421 — 22-4-1943		Decreto 23.979 8-3-1934	
DIFERENÇAS DE CÂMBIO	2.0.104.0.03.0	divisão de defesa sanitária vegetal, Renda da	1.4.102.0.06 0
Decreto 23.801 25-1-1934,art. 5.0		Decreto 23.979 8-3-1934	
		Decreto 4.438 26-7-1939	
DIRECTOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO, E ADICIONAIS	1 1.104.1.01.0	Decreto-lei 2.009 9-2-1940, arts. 14 e 15	
		Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.º	
Direitos de importação para consumo	1.1.104.1.01.1		
		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DEPARTAMENTO NACIONAL	
Decreto-lei 2.615 21- 9-1940		DE EDUCAÇÃO), Renda da .	1.4.103 0.04.1
Decreto-lei 2.878 18-12-1940			
Decreto-lei 4.061 28- 1-1942		Decreto 24.734 — 14-7-934	
Decreto-lei 4.512 23- 7-1942		Lei 378 — 18-1-1937, art. 96	
Decreto-lei 4.553 — 6-8-1942		Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22	
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942			
Decreto-lei 4.834 15-10-1942		DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL (DEPARTAMENTO NACIONAL	
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943		DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0.04.2
Decreto-lei 6.075 - 8-12-1943			
200.000 0.000 0.11 1020			
Decreto-lei 6.462 — 2- 5-1944		Decreto 24.734 — 14-7-1934	
		Decreto 24.734 — 14-7-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art.96 Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22	

DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO (DEPARTAMENTO NA-		EMOLUMENTOS CONSULARES	1.4.108.0.01.0
CIONAL DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0.04.3		
Decreto 24.734 — 14-7-1934		Decreto-lei 1.330 — 7-6-1939	
Léi 378 — 13-1-1937, art. 96		Decreto 4.219 — 7-6-1939	
Decreto-lei 421 — 11-5-1938, art. 22		Decreto-lei 2.006 8- 2-1940, art. 1.0	
11 0 1000; 010. MM		Decreto-lei 2.121 9- 4-1940, art. 1.0	
		Decreto-lei 3.168 — 2-4-1941, art. 1.0	
DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR (DEPARTAMENTO NACIONAL		Decreto 7.611 — 12-8-1941	
DE EDUCAÇÃO), Renda da	1.4.103.0.04.4	Decreto-lei 5.099 — 16-12-1942	
-	1,1,100,0,0,0	Decreto 12.275 19-4-1943	
Decreto 24.734 — 14-7-1934		Decreto-lei 5.569 — 10-6-1943	
Lei 378 13-1-1937, art. 96		Decreto-lei 6.465 - 2-5-1944	
Decreto-lei 421 11-5-1938, art. 22			
		EMOLUMENTOS DE ESCRITÓRIOS COMERCIAIS — Impôsto de	e
	,	consumo	1.1.104 2.43.0
DIVIEÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL, Renda da	1.4.102.0.07.0		
D (00 000 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	9	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 3.º e 11	
Decreto 23.979 — 8-3-1934	~	and a moon, manus on the first	
		EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS, Montepio dos	1.4.104.0 04 0
		and the same of th	1.4.104.0 04 0
DIVEÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL, penda da	1.4,102.0.08.0	Decreto 942-A 31-10-1890, art. 12	
Domete lei 200 of a cono		Decreto 22.414 30-1-1933, art. 1.0	
Decreto-lei 300 — 24-2-1938, art. 27		Lei 436 — 23-5-1937, art. 1.0	
DWINTO DO TOURS		EMPRÊSAS DE ESTPADAS DE FERRO, Contribuição das com-	
DIVISÃO DO FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL, Renda da	1.4.102.0 09 0	panhias ou e das companhias de seguros nacio-	
Lei 199 23-1-1936		nais, estrangeiras e outras	1 3.104.0 01.0
NIUTETO DE SERDAS E COLOURS CO. D. 1			
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO, Renda da	1.4.102.0.10.0	Lei 126-A 21-11-1893, art. 1.0	
Decreto 23.979 — 8-3-1934			
Decreto 4.438 26-7-1939, art. 16		EMPRÉSTIMO, Parte dos Estados no serviço de juros	
Decreto-lei 2.009 — 9-2-1940, arts. 14 e 15		e amortização das obrigações do Tesouro que lhes	
2-10-20, aits, 14 e 15	D.	foram cedidas por	2.0 104.0.04.0
DOCAS, Impôsto de			
bocks, Imposto de	1,1,104.1.04.0	Decreto 19.412 — 19-11-1930	
Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mêsas		Decreto 19.503 — 17-12-1930	
de Rendas, 13-4-1894, art. 574.		Decreto 19.584 — 13- 1-1931	
20 31011 (10 1 1007, ATI, U/2		Decreto 19.648 - 30- 1-1931	
	*.	емрие́ятию, Quota anual do Estado do Amazonas para	
E		amortização do que lhe foi concedido pela União	2.0.104.0.12.0
		discontinuo de la que me los concentro pera Oniao	2.0 104 0.15.0
EDUCAÇÃO E SAÚDE, Taxa de	1.4.103.0.25.0	Decreto-lei 6.763 — 3-8-1944, art. 16	
Dec 4 Of our contact		Decreto-let 0.705 — 5-8-1944, art. 16	
Decreto 21.335 — 29-4-1932, art. 1.º			
Decreto-lei 4.655 — 3- 9-1942, art. 111		ENERGIA ELÉTRICA, Taxa de utilização, fiscalização, as-	
Decreto-lei 6.694 — 14—7—1944		sistência técnica e estatística para exploração de	1.4.102.0.40.0
Decreto-lei 7.038 10-11-1944, art. 28		D. A. S. C.	
		Decreto-lei 2.281 — 5-7-1940, arts. 2.º e 11	
ELETEICIDADE, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.25.0	Decreto-lei 6.860 8-9-1944	
70	41		
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 25 e 4.º,		ENSINO PRIMÁRIO, Adicional para o	1.1.304.2.02.3
§ 25	1		That early
		Decreto-lei 6.785 — 11-8-1944	
EMBARCAÇÕES, Taxa especial sôbre cobrada nas al-	1 g	A Committee of the Comm	
fândegas	2.0.104.0.06.0	ESCOLA AGRÍCOLA DE BARBACENA, Renda da	1.4.102.0.11.0
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º		Decreto-lei 982 — 23-12-1938	
Decreto-lei 4.003 — 8- 1-1942, arts. 2.º e 3.º		Decreto 14.253 10-12-1943	
EMBARCAÇÕES, Taxa de expurgo das	1.4.103.0.26.0	ESCOLA NACIONAL DE AGRONOMIA, Renda da	1.4.102.0.12.0
	2.4.100.0.20.0		
Decreto-lei 3.761 - 25-10-1941, art. 5.0		Decreto 23.857 — 8-2-1934, art. 18	
Decreto-lei 4.003 — 8- 1-1942		Decreto-lei 6.349 — 17-3-1944	10
			1
EMBARCACÕES NOS ENTERADAS CO		ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES, Renda da	1.4.103.0.05.0
EMBARCAÇÕES NOS FUNDEADOUROS, Taxa de visita a	1.4.104.0.07.0		
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941		Decreto 19.852 — 11-4-1931	
Decreto-lei 4.003 — 8 – 1–1942		Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	
2-004-00-101-2-003		Lei 452 — 5-7-1937	

ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS,		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 4.º e 244	
Renda da	1.4.103.0.06 0		
		ESTRADA DE FERRO BAHLA E MINAS, Renda da	1.3.110.0.02.0
Decreto-lei 1 212 - 17-4-1939, art. 43			
		Decreto 19.702 — 13-2-1931	
escola nacional de engenharia, Renda da	1.4 103 0.07 0	Decreto 19.964 — 8-5-1931	
D 4 04 700 44 7 4004		Decreto 570 31-12-1935, art. 1.9	
Decreto 24,738 — 14-7-1934			
Lei 378 13-1-1937, art. 96 Lei 452 5-7-1937		ESTRADA DE PERRO DE BRAGANÇA, Renda da	1.3.110.0.03.0
101 402 - 3-1-1001		D 1 10 700 10 0 10 10	
ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALURGIA, Renda da	1.4.103.0.08.0	Decreto 19.702 — 13-2-1931	
20012 Melonar Dr Arias & astaurada, Melos da	1.3.100.0.00.0	Decreto 914 — 19-6-1936	
Decreto 24.738 — 14-7-1934			
Lei 378 — 13-1-1937, art.96		ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO RIO GRANDE DO NORTE,	
Lei 452 — 5-7-1937		Renda da	1 0 110 0 01 0
		Action do	1.3.110.0.04.0
ESCOLA NACIONAL DE MÉSICA, Renda da	1.4.103.0.09.0	Decreto 19.702 13-2-1931	4
	1.4.100.0.09.0	Decreto 19.964 — 8-5-1931	
Decreto 19.851 — 11-4-1931			
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 — 5-7-1937		ESTRADA DE FERRO D. TERESA CRISTINA, Renda da	1.3.110.0.05.0
		The state of the s	1.0.110,0.00.0
ESCOLA NACIONAL DE QUÍMICA, Renda da	1.4.103.0.10.0	Decreto-lei 2.074 - 8-3-1940	
Y.			
Decreto 24.738 — 14-7-1934		ESTRADA DE FERRO DE GOIAZ, Renda da	1.3.110.0.06.0
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96			
Lei 452 5-7-1937		Decreto 19.702 — 13-2-1931	
1		Decreto 19.964 — 8-5-1931	
ESCOLA NACIONAL DE VETERINÁRIA, Renda da	1.4.162.0.13.0		
		estrada de ferro madeira-mamoré, Renda du	1.3.110.0.07.0
Decreto 23.858 — 8-2-1934, art. 18			
Decreto-lei 6.349 17-3-1944		Decreto 19.702 — 13-2-1931	
		Decreto 24. 596 6-7-1934, art. 2.º	
ESCOLAS TÉCNICAS E INDUSTRIAIS, Renda das	1.3.108.0.01.0	Decreto 1.547 — 5-4-1937	
		Decreto-lei 6.504 — 17-5-1944	
Lei 378 — 13-1-1937, arts. 37 e 96			
Decreto-lei 4.127 — 25-2-1942			
profess Transite de service obles monto		ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ A TEREZINA, Renda da	1.3.110.0.08.0
escôvas, Impôsto de consumo sôbre pentes espana- dores e vassouras	1 1 101 0 00 0	Decreto 19,702 13-2-1931	
dotes & Associate	1.1.104.2.30.0	Decreto 19:964 8-5-1931	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º		Decreto-lei 4.255 — 15-4-1942	
§ 30		Decreto-lei 4.332 23-5-1942	
		200000000000000000000000000000000000000	
ESCRITÓRIOS COMERCIAIS, Impôsto de consumo		ESTRADA DE FERBO TOCANTINS, Renda da	1.3.110.0.09 0
emolumentos de	1.1.104 2 43 0		
		Decreto 19.702 13-2-1931	
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 3.º e 11.		Decreto 19.964 8-5-1931	
		Decreto 21.263 8-4-1932, art. 1.º	
изобто, Таха de	2.0.103.0.02 0	Decreto-lei 7, 173 — 19-12-1944	
Decreto 12.866 — 6-2-1918, art. 1.0			
Decreto 24.532 — 2-7-1934		ESTRADAS DE FERRO, Contribuição das companhias ou	
Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.0		emprêsas de e das companhias de seguros nacio-	
Decreto-lei 2.646 1-10-1940, art. 2.0		nais, estrangeiras, e outras	1.3.104.0.01.0
Decreto-lei 3.748 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º			
Decreto 9.490 27-5-1942, art. 3.0		Lei 126-A 21-11-1892, art. 1.°	
Decreto-lei 5.614 24-6-1943			
Tomattanama Tanaha I		ESTRADAS DE FERBO DE PEOPRIEDADE DA UNIÃO, Quota	1 0 101 0 00
ESPANADORES, Impôsto de consumo sôbre pentes, es-	1 4 45	de arrendamento das	1.2.104.0.06 0
côvas, e vassouras	. 1.1.104.2.30.0	Decreto 15, 152 2-12-1921	
Decrete lei 790 94 0 1039 10 80 - 40 8 30		5	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.° n. 30 e 4.° § 30		Decreto-lei 6.698 — 17-7-1944	
PSDECTALIDADES MADISAGEMENTS Tropical		NAME OF TAXABLE PARTY OF TAXABLE PARTY.	
ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, Împôsto de consumo sôbre		ESTRADAS DE PERRO DA UNIÃO, Taxa adicional de 10%	0.0.110.0.01.0
	1.1.104.2.08.0	sôbre as tarifas de transporte das	2.0.110.0.01 0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 8 e 4.º § 8.º		Decreto 16.842 24-3-1925, art. 3.0	
2 - 130 A - 1300 A - 1300 A - 1300 A - 300		Decreto-lei 5.228 — 5-2-1943	
ESTOQUE, Selagem de — Impôsto de consumo	1.1.104.2.44.0	Decreto-lei 5.750 — 16-8-1943	
The state of the s		2.100 101 0.100	

Deverto-bit 334 — 15-3-1988, arts. 2-8, 3-6 2-8 Deverto-bit 344 — 15-3-1988, arts. 2-8, 3-6 2-8 Deverto-bit 344 — 15-3-1988, arts. 2-8, 3-6 2-8 Deverto-bit 345 — 22-9-3-1940, art. 31 (-2.2) Deverto-bit 345 — 23-9-1940, art. 31 (-2.2) Deverto-bit 345 — 23-9-1940, art. 32 (-2.2) Deverto-bit 345 — 33-9-1940, art. 32 (-2.2) Deverto-bit 345 — 33-9-3-1940, art. 32 (-2.2) Deverto-bit 345 — 33-9-3-3-1940, art. 32 (-2.2) Deverto-bit 345 — 33-9-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-3-				
Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 2-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 2-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto-lei 334 - 15-3-1938, arts. 2-8, 3-6 comercial control finalização da Decreto finalização da Decret	EVENTUAE, Tôdas e quaisquer rendas	2.0.104.0 10.0	EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS, Taxa	
Decrete-bit 6.050 — 7.6-1044 EXTANSÍO DA FERCA, Taxa de Casalificação comercial e fincialização da Decreto 5.739 — 29-5-1040, arts. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 5.739 — 29-5-1040, arts. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 31-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 31-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY DE CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY DE CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY DE CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY DE CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable) EXPORAÇÃO DA CALAY DE CALAY, Taxa de classificação comercial e fincialização da Decreto 6.230 — 35-5-1040, art. 2 (citable)			de classificação comercial e fiscalização da	1.4.102.0 31.0
Decreto-leif. 6, 902 — 7-8-1044 Decreto-leif. 6, 902 — 7-8-1044 Decreto-leif. 28.73 — 18-12-1048, arts. 1.9 e 2.2 Decreto-leif. 28.73 — 18-12-1048, arts. 1.9 e 2.2 Decreto-leif. 28.73 — 18-12-1048, arts. 1.9 e 2.2 Decreto-leif. 28.73 — 18-12-1046, art. 2.5 § 2.9 Decreto 2.4, 908 — 29-0-1048, art. 25 § 2.9 Decreto 2.4, 908 — 29-0-1048, art. 25 § 2.9 Decreto 2.4, 908 — 29-0-1048, art. 25 § 2.9 Decreto-leif. 28.71 — 29-0-1048, art. 25 § 2.9 Decreto-leif. 28.71 — 29-0-1040, art. 29 = 11 Decreto-leif. 28.71 — 29-0-1040, art. 2.9 = 11 Decreto-leif. 28.71 — 29-0-1040, art. 2.9 = 1.1 Decreto-leif. 28.72 — 29-0-1040, art. 2.9 = 2.9 Decreto-leif. 28.73 — 29-0-1040, art. 2.9 = 2.9 Decreto-leif. 28.74 — 29-0-1040, art. 3.1 = 2.9 Decreto-leif. 28.74 — 29-0-10			Provide 3-2 004 - 48 0 4000 - 1 0 0 0	
Deretto 6, 200 — 31-3-1940, art. 8 prijecteba)				
Decreto-left 281 - 28 - 2188, arts. 1 * e 2*	Decreto-lei 0.302 7-0-1944			
Decreto-bil 201 - 22-3-1988, arts. 19 e 29 Decreto-bil 201 - 23-3-1988, arts. 19 e 29 Decreto 6.393 - 20-3-1-940, arts. 11 e 29 Decreto 6.393 - 20-3-1-940, arts. 11 (gapala de Sas Prancisco) Decreto 6.393 - 7-3-941 (gazina) Decreto 6.395 - 7-3-941 (gazina) Decreto 7.305 - 32-5-1941 (gazina) Decreto 7.306 - 32-5-1941 (gazina) Decreto 7.307 - 32				
Decreto-lei 301 — 23-2-1938, arts. 10 e 20 Decreto-lei 201 — 23-2-1938, arts. 201 — 201 Decreto-lei 201 — 23-2-1938, arts. 201 — 201 Decreto-lei 201 — 23-2-1938, arts. 201 — 201 Decreto 24.511 — 23-2-1938, arts. 201 — 201 Decreto-lei 201 — 23-2-1940, arts. 201 — 201 Decreto-lei 201 — 23-2-1940, arts. 201 — 201 Decreto-lei 201 — 201 Decreto-lei 201 — 201 Decreto-lei 201 — 201 — 201 Decreto-lei 201 — 201	EXPANSÃO DA PESCA, Taxa de	1.4.102.0.34.0		
Decreto 6.324 — 72-3011 (pros-pace) Decreto 6.326 — 72-3011 (pros-pace) Decreto 7.326 — 84-3011 (pros-pace) Decreto 7.326 — 94-3011 (pros-pace) Decreto 7.326 — 94-301 (pros-pace) Decreto 7.326 — 94-301 (pros-pa				
Decreto 6, 235 — 7-2-1941 (guaxius)	Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º			
Lei 3.076.A = 31-12-1015 Decreto 6 4:306 = 26-0-1024, art. 20 5 2.7 Decreto 6 24:311 = 29-0-1034 Decreto 6 25:31 = 39-0-1044 Decreto 7:32 = 39-5-1044 (carriary) Decreto 7:33 = 39-5-1044 (carriary) Decreto 7:33 = 39-5-1044 (carriary) Decreto 7:33 = 39-5-1044 (carriary) Decreto 7:38 = 39-1044 (carriary)	Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.0			
Decreto 24 305 — 26 -0-1934 art. 25 \$ 2.5				
Lei 3,070-A = 31-13-1015 Decreto 24 505 = 20-6-1394 str. 20 5 2 c	EXPEDIENTE DAS CAPATAZIAS	1.1.104.1.02.0		
Decreto 24.511 = 29-6-1934 st. 25 § 2-6				
Decreto 2.9.09 = 29-0-1940, art. 2.9 p. 2.9 Decreto 2.130 = 29-0-1941, crt. 2.9 (digita) EXEMPLIANCE SERVING A LANGE OF TABLE SERVING A LANGE OF	Lei 3.070-A 31-12-1915			
mais alivestres) Decreto 4: 381 — 12-0-10-10-10 Exportação na suranou a tifruica, Taxa de utilitação, fiscalização, assistência (terina e estatística para 1.4.102.0.40.0 Decreto-dei 0.800 — 8-0-1944 Exportação no atocoño, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto-dei 3.84 — 15-3-1938, arts. 2.9. 3.9 e 5.9 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.138 — 29-3-1935, arts. 2.9. 3.9 e 5.9 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.9 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.9 Decreto 6.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.744 — 29-6-1941, art. 10 (ava mats) Decreto 7.744 — 29-6-1941, art. 10 (ava mats) Decreto 7.849 — 39-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-9-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.89 — 39-9-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-9-1941 (aportio) Decreto 6.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.89 — 39-9-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-9-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-9-1941 (aportio) Decreto 6.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.89 — 39-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-1941 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.9 e 5.9 Decreto 8.134 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.9 e 5.9 Decreto 7.89 — 39-1941 (aportio) Decreto 7.89 — 39-1941 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1934, arts. 2.9, 3.9 e 5.9 Decreto 8.134 — 15-3-1934, arts. 2.9, 3.9 e 5.9 Decreto 8.135 — 11-1941 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1934, arts. 2.9, 3.9 e 5.9 Decreto 8.135 — 11-1944 (aportio) Decreto 7.89 — 39-1944 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1934, arts. 2.9, 3.9 e 5.9 Decreto 7.89 — 39-1944 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1944 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1944 (aportio) Decreto 8.134 — 15-3-1944 (aportio) Decreto 18.334 — 15-3-1944	Decreto 24.508 - 29-6-1934, art. 25 § 2.0			
Decreto-Residence de la company activation para a la designação, assistência técnica e estatística para a la designação de la designação designação designação designação de la designação designação de la designaç	Decreto 24.511 — 29-6-1934			
Decreto-lei 34				
Decreto-lei 3, 2, 81 — 8 — 8 — 9 — 9 4	Tore de utilização			
Decreto-lai 2, 281 — 5-6-1940, arts. 2e*o 11		1 4 102 0 40 0		
Decreto-lei (2 281 – 5-0-1940, arts. 2 e o 11 Decreto-lei (8,800 – 8-0-1944) Exportação do atosobio, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 6 e o Decreto 6, 138 – 25-5-1940 (arts. 81 e 82 Decreto 6, 138 – 25-5-1940 Decreto-lei 334 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 6 e o Decreto 6, 1730 – 20-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 138 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 6 e o Decreto 6, 1730 – 20-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 138 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 6 e o Decreto 6, 1730 – 20-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 138 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 6 e o Decreto 6, 1730 – 20-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7, 1780 – 22-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 138 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 6 e o Decreto 6, 1740 – 20-1941, art. 10 (abscato Decreto 7, 189 – 30-9-1941 (arts. 8) (astanha do Parío) Decreto 5, 1730 – 20-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 138 – 15-3-1938, arts. 2 e, 8 e 5 e Decreto 6, 1740 – 20-1940, art. 80 e o Decreto 6, 1740 – 20-1940, art. 80 e o Decreto 6, 1740 – 20-1940, art. 80 e o Decreto 6, 1740 – 20-1940, art. 80 e o Decreto 6, 1740 – 20-1940, art. 19 (arts. 6) (a	Hacanzação, assistencia tecnica e estatistica para a	1.4.102.0.40.0		
Decreto 6, 1860 — 8-9-1944 Exportação do Algorito, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 1, 185 — 28-8-1940, arta, 21 e, 22 e, 23 e, 25 e, 2	50 - 4. 1.1.0.001			
Decreto 7, 280 - 38-5-1941 (clebla)				
Decreto 1.24 1.25	Decreto-let 0.800 8-9-1944			
Decreto-lei 34 — 15-3-1988, arts. 2-, 3- e 5. Decreto 6, 186 — 28-3-1940 Decreto 1, 186 — 28-3-1940 Decreto 1, 186 — 28-3-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 186 — 28-3-1940 Decreto 6, 186 — 28-3-1940 Decreto 1, 186 — 28-3-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6, 186 — 28-3-1940 Decreto 1, 186 — 28-3-1941, art. 10 (abacas) Decreto 7, 7, 78 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 7, 786 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 1, 186 — 18-19 — 10-9-1941, art. 16 (amunt) Decreto 7, 786 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 1, 186 — 18-19 — 10-9-1941, art. 16 (amunt) Decreto 7, 786 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 1, 186 — 18-19 — 10-9-1941, art. 10 (abacas) Decreto 7, 186 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 7, 186 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 7, 186 — 3-9-1941, art. 10 (abacas) Decreto 7, 186 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 7, 186 — 3-9-1941, art. 7- (farinha de mandiona) Decreto 7, 186 — 3-9-1941, art. 10 (abacas) Decreto 7, 186 — 3-9-				
Decreto 4: 334 — 15-3-1988, arts. 2°, 3° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.186 — 28-8-1940 Decreto 6.186 — 28-8-1940 Decreto 6.186 — 28-8-1940 Decreto 7.786 — 3-9-1941, art. 19 (abacat) Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 10 (abacat) Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 7° (farinha de mandios) Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 82 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 81 e 82 Decreto 6.287 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.785 — 30-9-1941 (aporti) Decreto 7.886 — 30-9-1941 (aporti) Decreto 7.896 — 30-9-1941 (aporti) Decreto 7.896 — 30-9-1941 (aporti) Decreto 7.896 — 30-9-1941 (aporti) Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1.7 (farinha de mandios) Decreto 7.785 — 30-9-1941 (aporti) Decreto 7.896 — 3-9-1941 (aporti) Decreto 7.990 — 3-9-1941 (aporti) Decreto 8.146 — 5-11-1941 (aporti) Decreto 8.137 — 7-11-1941 (aporti) Decreto 8.138 — 3-19-1941 (aporti) Decreto 8.138 — 3-19-1941 (aporti) Decreto 8.138 — 11-1941 (aporti	EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO, Taxa de classificação comer-			
Decreto-lei 334 — 15-3-1985, arta. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 6.188 — 28-8-1940 EXPORTAÇÃO DO CACAU, TAXA de classificação comercial e fiscalização da Decreto 6.284 — 14-9-1940, arta. 8.º e 82 Decreto 6.334 — 15-3-1938, arta. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 6.739 — 29-5-1940, arta. 81 e 82 EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARMÁÑA, TAXA de classificação comercial e fiscalização da Decreto 6.739 — 29-5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 7.784 — 3-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.786 — 3-9-1941, art. 7.º (atrinha de mandiosa) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.780 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 9.º (coumard) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 7.790 — 30-9-1941, art. 10 (abacata) Decreto 8.1370 — 7-11-1941 (condha) Decreto 8.1370 — 7-11-1941 (condha) Decreto 8.1370 — 7-11-1941 (condha) Decreto 8.1770 — 7-11-1941 (revinha) Decreto 8.1770 — 7-11-1941 (chá preto) Decreto 8.178	cial e fiscalização da	1.4.102.0.23.0		
Decreto 7.379 — 28-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.180 — 28-8-1940 EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 8.739 — 39-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.739 — 39-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.24 — 14-9-1940, art. 81 e 82 Decreto 1.334 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.º e 5.º Decreto 1.334 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.º e 5.º Decreto 1.334 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.º e 5.º Decreto 1.334 — 15-3-1938, arts. 2.9, 3.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts				
Decreto 7.710 — 32 - 3-1941 (chabaçai) Decreto 7.786 — 29 - 3-1941 (chabaçai) EXPORTAÇÃO DO CACAU, TAXA de classificação comercial e fiscalização da Decreto-di-i 334 — 18-3-1938, arta. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 6.789 — 39 - 5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.24 — 14-9-1940, art. 8.º Decreto 6.24 — 14-9-1940, art. 8.º Decreto 6.24 — 14-9-1940, art. 8.º Decreto 6.789 — 29 - 5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.789 — 29 - 5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.789 — 29 - 5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.789 — 29 - 5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.789 — 29 - 5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 7.790 — 24 - 9-1941 (aveia) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.174 — 6-11-1944, art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (fentiha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (granad) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (granad) Decreto 8.185 — 5-11-1941 Decreto 8.185 — 5-1-1941 Decreto 8.185 — 5-1-1944 (granad) Decreto 15.388 — 3-4-1944 (granad) Decreto 15.388 — 3-4-1944 (granad) Decreto 15.389 — 3-4-4-1944 (granad) Decreto 15.398 — 3-4-1944 (granad) Decreto 15.3	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°			
Decreto 6.180 — 28-8-1940 EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 1: 334 — 15-3-1938, arta. 2.°, 8.° e 5.° Decreto 6.284 — 14-8-1940, art. 8.° EXPORTAÇÃO DO CAPÉ, Taxa de classificação comercial e fiscalização da EXPORTAÇÃO DA CAPÉ, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 5.739 — 29-5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.734 — 25-5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.734 — 15-3-1938, arta. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 7.935 — 30-9-1941, art. 10 (expandi) Decreto 7.936 — 30-9-1941 (aspoi) Decreto 8.164 — 5-11-1941 (art. 1.° (trigo, farelo) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (art. 1.° (trigo, farelo) Decreto 8.174 — 6-11-1941 (art. 1.6° (bucho de peixo) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941 (grinan) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (grinan) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (grinan) Decreto 8.179 — 29-5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 6.730 — 29-5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 7.790 — 28-5-1940, arta. 81 e 82 Decreto 8.84 — 14-19-1940, art. 7.° Decreto 8.184 — 14-19-1940, art. 10 (gergelim) Decreto 8.174 — 11-1944 (lefa preto) Decreto 10.218 — 13-5-1942 (guaraná) Decreto 10.218 — 13-5-1942 (guaraná) Decreto 10.218 — 13-5-1943 (gaavas e fourcayas) Decreto 14.49 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.49 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.49 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.40 — 9-12-1944 (lé de ovinos) Decreto 14.40 — 9-12-1944 (lé de ovinos) Decreto 15.39 — 28-5-1940, arta 8 e 20 Decreto 15	Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82			
Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 7.º (farinha de mandioca) c fiscalização da 1.4.102.0 24.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 8.º e 5.º Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.º Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 8.º (castanha do Pará) Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 8.º (castanha do Pará) Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 8.º (castanha do Pará) Decreto 7.785 — 3-9-1941 (jarina) Decreto 7.89 — 30-9-1941 (jarina) Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina) Decreto 7.903 — 32-9-1941 (jarina) Decreto 7.906 — 30-9-1941 (conchas) Decreto 7.909 — 30-9-1941 (conchas) Decreto 8.737 — 7-11-1941 (art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.174 — 6-11-1941 (art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (gramaol) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (gramaol) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (forapora) Decreto 8.185 — 7-11-1941 (forapora) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (forapora) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (forapora) Decreto 8.34 — 15-3-1942 (guaraná) Decreto 9.719 — 24-6-1942 (guaraná) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (gramaol) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (forapora) Decreto 8.378 — 29-5-1940, art. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 9.719 — 19-6-1942 (guaraná) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (gramao forapora) Decr	Decreto 6.186 28-8-1940			
Comparison				
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 8.º e 5.º Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 8.º e 5.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.º EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARRAÚRAS, Taxa de classificação da Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.583 — 11-1941 (errilha) EXPORTAÇÃO DE COURGS E FELES DE ANIMAE DOMÉSTOCOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 6.885 — 11-12-1940, art. 7.º Decreto 6.885 — 11-12-1940, art. 81 e 82 Decreto 6.885 — 11-12-1940, art. 81 e 82 Decreto 7.965 — 30-9-1941 (sapti) Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (errilha) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (grimaso) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (grimaso) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (fabgreras) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (fabgreras) Decreto 8.676 — 29-1942, art. 1.º (charque) Decreto 8.798 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º Decreto 6.589 — 11-12-1940, art. 7.º Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.589 — 11-12-1940, art. 10.00 — 11-1944 (chi preto) Decreto 11.390 — 11-1944 (chi pr	Toro de descificação conveniel			
Decreto dei 334 — 15-3-1938, arts. 2.e, 3.e e 5.e Decreto 5.739 — 39-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.e Decreto 7.902 — 24-9-1941, art. 16 (arva mate) Decreto 7.903 — 24-9-1941 (agnoti) Decreto 7.905 — 30-9-1941 (aspoti) Decreto 7.906 — 30-9-1941 (aspoti) Decreto 7.906 — 30-9-1941 (aspoti) Decreto 7.906 — 30-9-1941, art. 1.e Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.174 — 6-11-1941 (artilia) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (artilia) Decreto 8.177 — 7-11-1941 (artilia) Decreto 8.177 — 7-11-1941 (artilia) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (artilia) Decreto 8.179 — 7-11-1941 (artilia) Decreto 8.189 — 1-19-1941 (art		1 4 102 0 21 0		2.75
Decreto dei 334 — 15-3-1938, arts. 2.e, 8.e e 5.e Decreto 5.739 — 39-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.930 — 24-9-1941, art. 16 (erva mate) Decreto 7.930 — 24-9-1941 (jarina) Decreto 7.950 — 30-9-1941 (jarina) Decreto 8.164 — 5-11-1941 (jarina) Decreto 8.175 — 6-11-1941 (jarina) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (jarina) Decreto 8.175 — 7	e nscanzação da	1,4,102 0 24 0		
Decreto 5.739 — 39-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.° Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina) Decreto 7.903 — 24-9-1941 (jarina) Decreto 7.905 — 30-9-1941 (conchas) Decreto 7.906 — 30-9-1941 (conchas) Decreto 7.906 — 30-9-1941, conchas) Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 1.° (trigo, farelo) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (artis) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lettiha) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lettiha) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (grassol) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lettiha) Decreto 8.217 — 3-11-1941 (lettiha) Decreto 8.227 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.227 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.227 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.218 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.217 — 7-11-1941 (lettiha) Decreto 8.227 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.228 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.238 — 3-12-1941 (lettiha) Decreto 8.258 — 2-12-1941 (lettiha) Decreto 8.268 — 2-12-1941 (lettiha) Decreto 8.2	December 1st 224 15 2 1022 owing 2 2 2 2 5 5			
Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8.º Decreto 7.085 — 34-9-1941 (jarina)				
Decreto 7.988 - 30-9-1941 (sapoti) Decreto 7.980 - 30-9-1941 (sapoti) Decreto 7.980 - 30-9-1941 (conchas) Decreto 7.980 - 30-9-1941, cart. 0.° (bucho de fiscalização da 1.4.102.0.25.0 Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.173 - 6-11-1941 (artilha) Decreto 8.175 - 7-11-1941 (girasaol) Decreto 8.177 - 7-11-1941, art. 1.0 (gergelim) Decreto 8.173 - 21-1941 (girasaol) Decreto 8.173 - 21-1941 (girasaol) Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 - 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.444 - 28-8-1941, art. 11. Decreto 8.668 - 28-1-1942 (girasaol) Decreto 8.668 - 28-1-1942 (girasaol) Decreto 8.668 - 28-1-1942 (girasaol) Decreto 9.779 - 24-8-1942 (girasaol) Decreto 9.779 - 24-8-1942 (girasaol) Decreto 9.789 - 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 -				
Decreto 7.959 — 30-9-1941 (conchas) Decreto 7.960 — 30-9-1941, art. 6.° (bucho de fiscalização da Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1.° (trigo, farelo) Decreto 8.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (cintiha) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (cintiha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (cintiha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (cintiha) Decreto 8.177 — 7-11-1941 (cintiha) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (cintiha) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (cintiha) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (cintiha) Decreto 8.485 — 27-12-1941 (cintiha) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guranai) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guranai) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (cintiha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (cintiha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (cintiha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (cintiha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cintiha) Decreto 11.294 (cintiha) Decreto 11.294 (cintiha) Decreto 11.294 (cintiha) Decreto 15.398 — 29-5-1942 (cintiha) Decreto 15.398 — 29-5-1942 (cintiha) Decreto 15.398 — 29-5-1942 (cintiha) Decreto 16.604 — 19-6-1942 (cintiha) Decreto 16.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 11.294 (cintiha) Decreto 11.294	Decreto 0.201 — 14-5-1040, acc. 0.			
Decreto 7.960 — 30-9-1941, art. 6.0 (bucho de princ)				
Decreto de de la 34 - 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5.° Decreto 8.173 - 0-11-1941 (aveia) Decreto 8.173 - 0-11-1941 (aveia) Decreto 8.175 - 7-11-1941 (entilha) Decreto 8.177 - 7-11-1941 (entilha) Decreto 8.175 - 7-11-1941 (entilha) Decreto 8.321 - 3-12-1941 (entilha) Decreto 8.322 - 3-12-1941 (entilha) Decreto 8.322 - 3-12-1941 (entilha) Decreto 8.325 - 3-12-1942 (entilha) Decreto 8.325 - 3	numeros no carrie Toyo de alocaticocos comercial e			
Decreto 8. 164 — 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farclo) Decreto 5. 739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 7. 444 — 23-6-1941, art. 11. EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 8. 175 — 7-11-1941 (erviha) Decreto 8. 176 — 7-11-1941 (grirasol) Decreto 8. 177 — 7-11-1941 (grirasol) Decreto 8. 178 — 7		1 4 102 0 25 0		
Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (aveia) Decre	115Certzação da	2.2.202.0.20.0		
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 8.174 — 6-11-1941 (ertilha) Decreto 8.175 — 7-11-1941 (ertilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941 (girasaol) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girasaol) Decreto 8.21 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11. EXPORTAÇÃO DE COUROS E FELES DE ANIMAIS DOMÉS- TICOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 6.588 — 11-12-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.65 — 5-11-1941 Decreto 9.779 — 24-6-1942 (attaiba) Decreto 10.218 — 12-3-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 11.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (châ preto)	Dometalei 334 15-3-1938, arts 20, 30 a 50			
Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (crviha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (crviha) Decreto 8.176 — 7-11-1941 (grinasol) Decreto 8.173 — 7-11-1941 (grinasol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (nesperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (cnteio) Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto) Decreto 8.66 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.º (charque) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.º (charque) Decreto 8.683 — 12-3-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.218 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.248 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.249 — 9-12-1943 (gaves e fourcoyas) Decreto 11.249 — 9-12-1943 (ginho) Decreto 14.269 — 15-2-1943 (gaves e fourcoyas) Decreto 14.269 — 15-2-1943 (gaves e fourcoyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (gida e ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)				
Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha) Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girassol) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nesporas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.0 (charque) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.0 (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (chara e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (ceba) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (ganves e fourcroyas) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (ganves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 10-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DE PRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 16.604 — 19-6-1944 (ga de ovinos) EXPORTAÇÃO DE PRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1944 (piretro) Decreto 16.604 — 19-6-1944 (piretro) EXPORTAÇÃO DE PRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1944 (piretro) Decreto 6.588	Decreto 8.100 20 0 1010; and. 01 0 00			
Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim) Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girasol) Decreto 8.21 — 3-12-1941 (nesperas) Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nesperas) Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.323 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.324 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 8.325 — 3-12-1941 (nesperas) Decreto 8.326 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto) Decreto 8.666 — 28-1-1942 (guraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.° (charque) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 16.604 — 19-6-1944 (fià de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)				
Decreto en en decreto en decreto en	EXPORTAÇÃO DA CÉRA DE CARNAÚRA. Taxa de classifi-			
Decreto 8. 321 — 3-12-1941 (nésperas) Decreto 8. 322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 5. 739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7. 444 — 25-6-1941, art. 11. EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 8. 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º Decreto 8. 165 — 5-11-1941 Decreto 8. 165 — 5-11-1941 EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 8. 165 — 5-11-1941 Decreto 9. 618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10. 054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10. 218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 11. 249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15. 398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15. 398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15. 398 — 27-4-1944 (la de ovinos) Decreto 17. 149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 5. 739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5. 739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 17. 149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DE PINHO, Taxa de classificação comercial e fiscalização da 1. 4. 102. 0. 30. 6 Decreto 5. 739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 18. 322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8. 865 — 27-19-1941 (chá preto) Decreto 8. 865 — 27-1942, art. 1.º (chárque) Decreto 9. 618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9. 618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10. 054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10. 218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 14. 249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14. 249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15. 398 — 27-4-1944 (la de ovinos) Decreto 16. 604 — 19-6-1944 (la de ovinos) Decreto 17. 149 — 16-11-1944		1.4.102 0.26 0		
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11. EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941 EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 11.4.102.0.23.0 Decreto 12.334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.322 — 3-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (guaraná) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (guares e fourcroyas) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (guares e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 16.604 — 19-6-1944 (lá de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	CAPACITUM C SISTEMANIAGO CO			
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11. Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto) Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.9 (charque) Decreto 8.883 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 6.588 — 11-12-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15.339 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 20, 30 e 50			
Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11. Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.º (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.249 — 9-12-1943 (ginho) Decreto 14.259 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (lá de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)				
Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1.º (charque) Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 16.604 — 19-6-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.394 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 17.149 — 16-11-1944 (piretro)				
Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (6leo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 8.165 — 5-11-1941 EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 15.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (piretro) EXPORTAÇÃO DO PINBO, Tax de classificação comercial e fiscalização da 1.4.102.0.30.6 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 15.398 — 12-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (cera e mel de abelha) Decreto 9.618 — 10-6-1942 (pitatinha) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (pi de ovinos) Decreto 17.149 — 16-1	2000000 1.122 80 0 2023 0500 -10			3
Decreto 9.618 — 10-6-1942 (batatinha) Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (61eo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (bá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)				
Decreto 9.779 — 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941 EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto 15.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 9.779 — 24-6-1942 (cebola) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.289 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DO PINHO, Tart de classificação comercial e fiscalização da 1.4.102.0.30.6 Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 21° sa comercial e fiscalização da Decreto-12-1942 (cebola) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-10.218 — 12-8-1942 (cebola) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-10.218 — 12-8-1942 (cebola) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DO PINHO, Tart de classificação comercial e fiscalização da Decreto 15.334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 16.249 — 9-12-1942 (cebola)	PERDAPACÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉS-			
da 1.4.102.0.27.0 de citrus) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em folha, da Bahia) Decreto 6.588 — 11-12-1940, arts. 81 e 82 Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.249 — 9-12-1943 (ginho) Decreto 14.289 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos) EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da 1.4.102.0.28 0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				é
Decreto 10.054 — 22-7-1942 (cebola) Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 12.289 — 15-12-1943 (ginho) Decreto 14.289 — 15-12-1943 (gaaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto 16.604 — 19-6-1944 (lă de ovinos) EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		1.4.102 0 27:0		
Decreto-lei, 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.249 — 9-12-1943 (ginho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (agaves e fourcroyas) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	V-19			
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.249 — 9-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lă de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DO PINHO, Tar de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 20, 30 e 50			1
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.° Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.249 — 9-12-1943 (ginho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lă de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DO PINBO, Tará de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				
Decreto 8.165 — 5-11-1941 Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas) Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lã de ovinos) EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da 1.4.102.0.28.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				
Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro) Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto) EXPORTAÇÃO DO PINEO, Tará de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				
Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (18 de ovinos) EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				
EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÉTRICAS, Taxa de classificação comercial e fiscalização da 1.4:102.0.28.0 EXPORTAÇÃO DO PINHO, Taxá de classificação comercial e fiscalização da 1.4:102.0.30.0 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				
Comercial e fiscalização da 1.4:102.0.28.0 EXPORTAÇÃO DO PINHO, Tará de classificação comercial e fiscalização da Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS. Taxa de classificação			
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto-lei 334 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		1:4:102.0.28.0		. 3
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°				1 4 100 0 00 0
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts, 2.0, 3.0 e 5.0		nscauração da	1.4.102.0.30.0
			Decreto-lei 334 15-3-1938, arts, 2.0, 3.0 a 5.0	
	Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64		Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	

Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 31 e 32	
	PACTUDADE NACIONAL DE DIRETTO, Renda da 1 4 103 0 14 0
Decreto 6.187 — 28-8-1940, art. 1.º	
Decreto 14.249 — 9-12-1943	Decreto 19.852 — 11-4-1931
	Decreto 20.902 31-2-1931, art. 7.º
	Decreto 23.609 — 20-12-1933, arts. 176 e 178
exportação de produtos não padromizados. Taxa de	· Lei 378 — 13-1-1937, art. 96
classificação comercial e fiscalização da 1.4.10	02.0.32.0 Lei 452 5-7-1937
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	FACULDADE NAGIONAL DE FILOSOPIA, Renda da 1.4.103.0.15.0
Decreto 5.739 — 29-5-1940	
Decreto 6.246 6-9-1940, art. 5.º	Decreto-lei 1.190 — 4-4-1939,art. 55
	PACTIDADE NACIONAL DE MEDICINA, Renda da 1.4.103.0.16 0
EXPORTAÇÃO DO QUAETZO, Taxa ad-valorem sôbre a 1.4.10	02.0 22.0
m . 110 and . 00 0 1041 . 1.00	Decreto 19.852 — 11-4-1931
Decreto-lei 3.076 — 26-2-1941, art. 9.º	Decreto 20.865 — 28-12-1931, art. 280
	Lei 378 13-1-1937, at. 96
Toro do doni	Lei 452 5-7-1937
EVPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMORA, Taxa de classi-	77 0 90 0
ficação comercial e fiscalização da 1.4.10	D2.0.29.0 FACULDADE NACIONAL DE ODONTOLOGIA, Renda da 1.4.103.0.17.0
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
Decreto 5,739 29-5-1940, arts. 81 e 82	Decreto 19.852 — 11- 4-1931
Decreto 6.255 — 11-9-1940	Decreto 23.512 28-11-1933
Decreto 8.982 12-3-1942	Lei 378 — 13- 1-1937, art. 96
Date: 0.952 - 12 7 1912	Lei 482 — 5- 7-1937
	PAMILIA, Adicional para proteção à 1.1 104.3.01.2
EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS. Impôsto de (Nos Terri-	
	M. 5, 00 5 Decreto-lei 3,200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	PARINHA DE TRIGO, Împôsto de Cr\$ 0,60, sôbre cada
art. 23, inciso I, letra e	saca de 44 quilogramas de importada ou produ-
Decreto 22.443 — 8-2-1933	zida no país com grão de procedência estrangeira 1.4.102.0.01.0
	T.: 470 0 0 1007 0 0 5 1 1
EXPORTADORES E CLASSIFICADORES DE PRODUTOS AGRÍ-	Lei 470 — 9-8-1937, art. 8.º § único Decreto-lei 72 — 16-12-1937
COLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de 1.4.102	
	Deaeto-let 2.015 16-12-1940
Decreto-lei 2.527 — 23-8-1940	PARIMHAS, Taxa de fiscalização do comércio de 1.4.102.0.35.0
	1.102.0.00.0
TEPURGO BAS EMBARCAÇÕES, Taxa de , 1.4.103	3.0.26 0 Decreto-lei 3.445 21-7-1941, art. 1.0
	Deathorn 3.215 21-1-1911, an. 1.
Decreto-lei 3.761 25-10-1941, art. 5.º	FARÓB, Impôsto de 1.1.104.1.05.0
Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942	1.1.104.1.00.9
	Decreto-lei 5.406 — 14-4-1943
XTRAORDINÁRIOS, Impôsto sôbre lucros 2.0.104	6 12 ()
A December 1	PERNANDO DE NORONEA, Território de 1 1 104 5 03 0
	PERNANDO DE NOBONEA, Território de 1 1 104.5 03 0
Decreto-lei 6.224 — 24-1-1944	PERNANDO DE NORONHA, Território de 1 1 104.5 03 0 Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f
Decreto-les 6. 224 — 24-1-1944 Decreto 15 028 — 13-3-1944	PERNANDO DE MORONHA, Território de 1 1 104.5 03 0
	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f
	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F —	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F —	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra / Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 14-2-1944
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIRETTO DE RECEPE, Renda da 1.4.103	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 13-12-1944 Occepto-lei 7.192 13-12-1944
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIBETTO DE RECUPE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIBETTO DE RECUPE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra / Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.718 3-8-1943 Decreto-lei 5.269 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 13-12-1944 OFFERAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.18.0
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIBETTO DE RECUPE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sóbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 18 e 4.°
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DEBETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIBETTO DE RECUPE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra / Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sobre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 18 e 4.° § 18
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIRETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da 1.4.103	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIRETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da 1.4.103. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FRERAGENS (ARTEFATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 O.12.0 FILMES OFICIAIM, Reada proveniente da locação de 1.4 003.0.01.0
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE BE DIRETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE BE MEDSCIFA DA BARIA, Renda da 1.4.108. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra / Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.° Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sobre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 18 e 4.° § 18
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIRETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da 1.4.103. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Offeragens (artefatos de ferro e outros metae), Imposto de consumo sóbre 1.1.104.2.18.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 FILMES OFFICIAIR, Renda proveniente da Iccação de 1.4 003.0.01.0 Decreto 5.077 — 20-12-1939, art. 8.º, letra e
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE BE DIRETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE BE MEDSCIFA DA BARIA, Renda da 1.4.108. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FRERAGENS (ARTEFATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 O.12.0 FILMES OFICIAIM, Reada proveniente da locação de 1.4 003.0.01.0
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE BE DIRETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE BE MEDSCIFA DA BARIA, Renda da 1.4.108. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra / Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 PERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sobre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 PILMES OFICIAE, Renda proveniente da Iccação de 1.4 003.0.01.0 Decreto 5.077 — 29-12-1939, art. 8.º, letra e PESCALEAÇÃO BANCÁRIA, Contribuição para 1.4.104.0.02.0
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DERETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da 1.4.103 Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937,art. 96 Lei 452 — 5-7-1937	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra / Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sobre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 FINALES OFICIAE, Renda proveniente da Iccação de Decreto 5.077 — 29-12-1939, art. 8.º, letra e FISCALEAÇÃO BANCÁRIA, Contribuição para 1.4.104.0.02.0
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DERETTO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da 1.4.103 Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937,art. 96 Lei 452 — 5-7-1937	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Impôrto de consumo sôbre 1.1.104.2.18.0 Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 O.12.0 FILMES OFICIAE, Renda proveniente da Iceação de 1.4 003.0.01.0 Decreto 5.077 — 20-12-1939, art. 8.º, letra e FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA, Contribuição para 1.4.104.0.02.0 O.13.0 Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIREITO DE RECIFE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICHIA DA BARIA, Renda da 1.4.103. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937, art. 98 Lei 452 — 5-7-1937	Constituição Federal, art. 20, înciso I, letra / Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 Co.11 0 PERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Imposto de consumo sobre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 PILMES OFICIAE, Renda proveniente da Iccação de 1.4 003.0.01.0 Decreto 5.077 — 29-12-1939, art. 8.º, letra e PESCALEAÇÃO BANCÁRIA, Contribuição para 1.4.104.0.02.0
Decreto 15 028 — 13-3-1944 — F — ACULDADE DE DIREITO DE RECIPE, Renda da 1.4.103 Decreto 24.103 — 10-4-1934 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937 ACULDADE DE MEDICINA DA BARIA, Renda da 1.4.103. Decreto 24.792 — 11-7-1934, art. 313 Lei 378 — 13-1-1937, art. 96 Lei 452 — 5-7-1937	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 — 13-12-1944 FERRAGENS (ARTEPATOS DE FERRO E OUTROS METAE), Impôrto de consumo sôbre 1.1.104.2.18.0 Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 18 e 4.º § 18 O.12.0 FILMES OFICIAE, Renda proveniente da Iceação de 1.4 003.0.01.0 Decreto 5.077 — 20-12-1939, art. 8.º, letra e FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA, Contribuição para 1.4.104.0.02.0 O.13.0 Decreto-lei 1.880 — 14-12-1939, arts. 1.º e 2.º

		D . F. COM . OO . F. 4044 (.) .)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO, Taxa de clas-		Decreto 7.267 — 29- 5-1941 (cebola) Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada)	
sificação comercial e	1.4.102.0.23.0	Decreto 7.436 25- 6-1941, art. 16 (milho)	
7 1 1 001 15 9 1090 and 0.0 9.0 50		Decreto 7.676 — 19- 8-1941, art. 11 (côco)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 7.677 — 19- 8-1941, art. 19 (abacaxi)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.710 — 22— 8-1941 (babaçú)	
Decreto 6.186 28-8-1940			
		Decreto 7.784 — 3- 9-1941, art. 10 (abacate)	
		Decreto 7.785 8- 9-1941, art. 7.º (farinha de	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO CACAU, Taxa de clas-		mandioca)	
sificação comercial e	1.4.102.0.24 0	Decreto 7.786 — 3— 9-1941, art. 9.º (cumarú)	
		Decreto 7.819 — 10- 9-1941, art. 8.º (castanha do	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Pará)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 7.902 — 24- 9-1941, art. 16 (erva mate)	
Decreto 6.284 - 14-9-1940, art. 8.º		Decreto 7.903 — 24- 9-1941 (jarina)	
		Decreto 7.958 — 30- 9-1941 (sapoti)	
fiscalização da exportação do café, Taxa de classifi-		Decreto 7.959 — 30- 9-1941 (conchas)	
cação comercial e	1.4.102.0.25 0	Decreto 7.960 — 30- 9-1941, art. 6.º (bucho de poixe)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo)	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 c 82		Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia)	
		Decreto 8.174 — 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA,		Decreto 8.175 — 7-11-1941 (lentilha)	
Taxa de classificação comercial e ` (1,4,102,0,26.0	Decreto 8.176 - 7-11-1941 (ervilha)	
rana de classificação como como		Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º		Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	
		Decreto 8.322 - 3-12-1941 (centeio)	
Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 8.485 — 27-12-1941(chá preto)	
Decreto 7.444 25-6-1941, art. 11		Decreto 8.616 — 28- 1-1942 (guaraná)	
•		Decreto 8.678 5- 2-1942, art. 1.º (charque)	
7		Decreto 8.983 — 12— 3—1942 (cêra e mel de abelha)	
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE		Decreto 9.618 — 10- 6-1942 (batatinha)	
ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação comercial		Decreto 9.779 — 24- 6-1942, art. 13 (óleo essencial	
e	1.4.102.0.27.0	de citrus)	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 10.054 22- 8-1942 (cebola)	
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 10.218 — 12- 8-1942 (tabaco em felha, da	
Docreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7.º	•	Bahia)	
Decreto 8.165 — 5-11-1941		Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho) Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves o four- croyas)	
piscalização da exportação de frutas cítricas, Taxa		Decreto 15.398 27- 4-1944 (piretro)	
de classificação comercial e	1.4.102.0.28.0	Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944, art. 22 (15 de ovinos) Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)	
D		Decreto 17.149 10-11-1944 (cna preso)	
Decreto-lei 334 — 15- 3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º			
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82			
Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64		FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO PINHO, Taxa de classi- ficação comercial e	1.4.102.0.30.0
THE COURT OF A STREET OF STREET AND STREET			
FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PA-	1.4.102.0.31.0	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts.2.º, 3.º e 5.º	
dronizados, Taxa de classificação comercial e	1.4.102.0.31.0		
D		Decreto 5.714 — 27- 5-1940, arts. 11 e 12	
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 5.739 29- 5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82		Decreto 6.187 — 28- 8-1940, art. 1.º	
Decreto 6.206 31- 8-1940, art. 5.º (piagaba)		Decreto 14.249 — 9-12-1943	200
Decreto 6.226 — 4- 9-1940, art. 5.º (oiticica)			
Decreto 6.529 — 20-11-1940 (sementes de linho)		PISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRO-	
Decreto 6.630 20-12-1940, art. 10 (caroá)		NIZADOS, Taxa de classificação comercial e	1.4.102 0.32.0
Decreto 6.824 — 7-2-1941 (paco-paco)			
Decreto 6.825 8- 2-1941 (juta)		December 1-1 204 17 0 1000 1 0 0 0 0 7	
Decreto 6.826 — 8- 2-1941 (guaxima)		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2:°, 3.° e 5.°	
Decreto 5.827 8- 2-1941, art. 11 (papoula de São Francisco)		Decreto 5.739 — 29-5-1940 Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.°	
Decreto 7.063 4-4-1941 (banana)			
Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de ani-			
mais silvestres)		FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA,	
Decreto 7.260 — 28- 5-1941, art. 12 (feijāo)			1.4.102.0.29.0
Decreto 7.261 28- 5-1941 (batatinha)		Taxa de classificação comercial e	1.1.104.0.20.0
Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arroz)		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Decreto 7.263 — 23- 5-1941 (babaçú)		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
Decreto 7.264 — 29- 5-1941, art. 8.º (piretro)		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 7,265 — 29- 5-1941 (alpiste)		Decreto 6.255 — 11-9-1940	
Decreto 7.266 29- 5-1941 (amendoim)		Decreto 8.982 — 12-3-1942	

"BCALIEAÇÃO GERAL DE LOTERIAS, Contribuição para	1.4.104.0.03.	- G	
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944		GARINERS BY WILLIAM BY THE STREET	
		GABINETE DE FISIOTERAPIA E RADIOLOGIA DA POLICIA I LITAR, Renda do	
ITO-SANITÁRIA, Taxa	1 4 400 0 00		1.8.106.0.02.0
100 DANIEL LOAD.	1.4.102.0 36.0	Decreto 3.494 — 27-12-1938, art. 119	
Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.		aís, Produto da venda de e petróleo	. 1 9 000 0 01 0
Decreto-lei 3.426 — 16-7-1941			1.3,008.0.01.0
		Decreto-lei 538 - 7-7-1938, art. 13	
ogaretros, Impôsto de consumo sôbre fogões,	0	Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28	6
aquecedores .	1.1.104.2.39.0	GASOLINA, Impôsto de consumo sôbre, nafta, óleos e	
Decreto-lei 789 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.	0	carbureto de cálcio	1.1.104.2.35.0
§ 39		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1º n. 35 e 4º. § 3	
raons, Impôsto de consumo sôbre, fogareiros e aque		Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940, art. 30.	•
cedores	1.1.104.2.39.0	GÊNEROS, Produto da venda de o próprios nacionais	
Provide his man and a second		propries nacionais	2.0.104.0.07.0
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 39 e 4.º	•	Lei 3.070 - A 31-12-1915	
		Lei 3.644 — 31–12–1918 Decreto-lei 6.117 — 16–12–1943, art. 13	
T. A		70W	
cos de antificio, impôsto de consumo sôbre armas de fogo, munições e		GUAPORÉ, Território do	1.1.104.5.04.0
	1.1:104.2.22.0	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto-loi 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.	0	Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0	
\$ 22		Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13	
		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
oos de terrenos de marinha e seus acrescidos	1.2.104:0.03.0	Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
Decreto-lei 2.490 16- 8-1940, art. 23			
Decreto-lei 3.438 17- 7-1941, art. 4.0		GUERRA, Montepio da	1.4.105.0.01.0
Decreto-lei 3.964 20-12-1941		Decreto 695 28-8-1890	
Decreto-lei 4.120 — 21- 2-1942 Decreto-lei 5.666 — 15- 7-1943		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	
Decreto-let 0.000 15- 7-1943		Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.0	
		Decreto-lei 3 864 — 24-11-1941, art. 75 § 2.0 Decreto-lei 6:280 — 17-2-1944	•
conos, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.04.0	Decreto-lei 7.000 — 21-11-1944	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 4 e 4.º			
\$ 4.0		- H *	
Decreto-lei 2.929 — 31-12-1940		HERANÇAS JACENTES	2.0.104.0.11.0
1.00		Decreto-lei 1.907 26-12-1939, art. 4.0	
GRÁPICO (MATÉRIAL), Impôsto de consumo sôbre ma-		Decreto-lei 2.859 12-12-1940, art. 10.	
verial ótico, e cinematográfico	1.1.104.2.38 0	HIPOTECAS, Impôsto proporcional sôbre capitais empre-	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º		gados em	1.1.104.3.05.0
§ 38			
and the same of th		Decreto 21.949 12-10-1932	
AB CÍTRICAS, Taxa de classificação comercial e fisca-	1 4 102 0 00 0	-1-	
	1.4.102.0.28.0	IGUAÇÚ, Território do	1.1.104.5.05.0
Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.0, 3.0 e 5.0			
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.629 — 20-12-1940, arts. 63 e 64		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.0 Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
. Impôsto de consumo sôbre		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
superior de consumo sobre	1.1 104.2.01.0	Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944 Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
ecreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 1 e 4.º		Decreto-let 1.182 25-12-1899	
§ 1.º		имприсão, Renda de	2.0.109.0.01.0
lecreto-lei 5.317 — 11-3-1943 lecreto-lei 6.662 — 7-7-1944		Decrete lei 406 - 4-6-1029 este 71 - 70	
	to I	Decreto-lei 406 — 4-5-1938, arts. 71 e 72 Decreto-lei 639 — 20-8-1938	
DE GARANTIA DO REGISTO TORRENS	2.0.104.0 09.0	Decreto 3.010 - 20-8-1938, art. 215	
ecreto 451-B — 31-5-1890, arts. 60 e 61	•	Decreto-lei 809 26-10-1988, agt. 1.º	
		Decreto-lei 1.966 16-1-1940, art. 4.º	

Decreto-lei 2.537 27-8-1940, art. 1.º		Decreto-lei 887 — 24 - 11 - 1938	
Decreto-lei 3.082 — 28-2-1941, arts. 5.º e 7.º		Decreto-lei 934 — 8 12 1938	
Decreto-lei 4.051 22-1-1942, art. 2.º		Decreto-lei 1 404 — 6-7 1939	
Decreto-lei 4.180 — 13-3-1942		Decreto-lei 1.950 30-12-1939 Decreto-lei 1.981 26- 1-1940	
Decreto 9.398 — 16-5-1942		Decreto-lei 2.300 10- 6-1910	
Decreto-lei 5.438 — 30-4-1943		Decreto-lei 2.347 — 27- 6-1940	
Decreto-lei 5.448 30-4-1943 Decreto 16.676 28-9-1944		Decreto-lei 2.615 21- 9-1940	
Decreto 10.070 25-9-1091		Decreto-lei 2 818 — 2-12-1949	
IMPORTAÇÃO, Adicional relativo a mercadorias e		Decreto-lei 2 898 23 12 1940	
materiais despachados com isenção de direitos de	1.1.104.1.01.3	Decreto-lei 2.929 — 31-12-1940	-
		Decreto-lei 3.013 — 1- 2-1941	
Decreto-lei 300 — 24-2-1938		Decreto-lei 3.178 — 8- 4-1941	
2000 ti 000 21 2 1003		Decreto-lei 3.687 — 3-10-1941 Decreto-lei 3.729 — 17-10-1941	
		Decreto-lei 3.862 — 22-11-1941	
IMPORTAÇÃO E AFINS, IMPÔSTO DE	1.1.104.1.00 0	Decreto-lei 4.038 — 19- 1-1942	
		Decreto-lei 4.045 22- 1-1942	
21 0 111 0 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942	- 1
Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Me	0446	Decreto-lci 4.266 17- 4-1942	
de Rendas — 13-4-1894, art. 574 Lei 3.070-A — 31-12-1915		Decreto-lai 4.583 — 13- 8-1942	
Decreto 24.324 1-6-1934		Decreto-lei 4.698 — 17- 9-1942	
Decreto 21.343 — 5-6-1934		Decreto-lei 4.878 — 27-10-1942	
Decreto 24.508 — 29-6-1934		Decreto-lei 5.317 — 11- 3-1943	
Decreto 24.511 29-6-1934		Decreto-lei 5.678 21- 6-1943 Decreto-lei 5.678 17- 7-1943	
Decreto 24.577 — 4-7-1934		Decreto-lei 5.729 — 5- 8-1943	
Decreto 24.599 — 6-7-1934		Decreto-lci 5.998 — 18-11-1943	
Decreto-lei 300 24 - 2-1938		Decreto-lei 6.486 — 11- 5-1944	
Decreto-lei 2.615 — 21-9-1940		Decreto-lei 6.662 - 7-7-1944	
Decreto-lei 2.619 — 24-9-1940 Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940		Decreto-lei 6.785 — 11- 8-1944	
Decreto-lei 3.982 — 30-12-1941			
Decreto-lei 4.061 — 28-1-1942		IMPÔSTO DE CES 0,60 SÔBRE CADA SACA DE 44 KG. DE	
Decreto-lei 4.512 — 23-7-1942	4	FARINEA DE TRIGO IMPORTADA OU PRODUZIDA NO PAÍS	1.4.102.0.0
Decreto-lei 4.553 — 6-8-1942		COM GRÃO DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA	2.4.102.0.0
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942			
Decreto-lei 4.834 — 15-10-1942 ·		Lei 470 — 9-8-1937, art. 8.°	
Decreto-lei 5.329 — 18-3-1943		Decreto-lei 72 — 16-12-1937	
Decreto-lei 5.369 — 1-4-1943		Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940	
Decreto-lei 5.406 14-4-1943 Decreto-lei 6.075 8-12-1943			
Detroite 0.010 - 0-12-1940		IMPÔSTO DE DOCAS	1.1.104.1.0
	1 1 104 1 01 1	Non-Consideration Laboration Alfordance Management	
importação para consumo, Direitos de	1.1.104.1.01.1	Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas — 13-4-1894, art. 574	
		QC (VIII) - 10 5 1055, Q10. 012	
Decreto-lei 2.615 21-9-1940		IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS	
Decreto-lei 2.878 18-12-1940		(Nos Territorios Federais)	1.1,104.5.(
Decreto-lei 4.061 — 28-1-1942			
Decreto-lei 4.512 — 23- 7-1942			
Decreto-lei 4.553 — 6- 8-1942 Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	
Decreto-lei 4.834 — 15-19-1942		art. 23, inciso I, letra e	
Decreto-lci 5.329 — 18- 3-1943		Decreto 22.443 — 8-2-1933	
Decreto-lei 6.075 8-12-1943		Decreto-lei 4 102 9- 2-1942, art. 2° Decreto-lei 5 812 13- 9-1943, art. 2°	4.0
Decreto-lei 6.462 — 2- 5-1944		Decreto-lei 5.839 21- 9-1943, art. 13	
Decreto-lei 6.686 — 13-7 - 1944		DOLLCTO 10.000 21 0 1010; mm 10	
Decreto-lei 7.116 — 4-12-1944		IMPÔSTO DE PARÓIS	1.1 104.1.0
•		Decreto-lei 5.406 - 14- 4-1943	
impôsto de 5% sôbbe loterias, Quota fixa anual	e 1.4.104.0.06.0		
		IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO E AFINS	1,1,104,1,0
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944			
Decreto-lei 6.820 24- 8-1944		Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e	
		Mesas de Rendas, 13-4-1894, art. 574	
	1 1 104 0 00 0	Lei 3.070-A 31-12-1915	
IMPÔSTO DE CONSUMO	. 1.1.104.2.00.0	Decreto 24.34 — 1-6-1934 Decreto 24.343 — 5-6-1934	
Decreto-lei 739 — 24- 9-1938		Decreto 24.508 29- 6-1934	
Decreto-lei 826 28-10-1938		Decreto 24.511 — 29- 6-1934	
Decreto-lei 828 – 1-11-1338		Decreto 24.577 — 4-7-1934	

		00
Decreto 24.599 6-7-1934	Impôsto de renda e proventos de qualquer natureza	1.1.104.3.00.0
Decreto-lei 300 — 24- 2-1938	The second of th	2.1.192.0.00.0
Decreto-lei 2.615 — 21- 9-1940	Decreto 15.589 29-7-1922, art. 42	
Decreto-lei 2.619 — 24- 9-1940	Decreto 19.957 6-5-1931	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940	Decreto 21.949 — 12-10-1932	
Decreto-lei 3.982 — 30-12-1941	Decreto-lei 3.200 19-4-1941	
Decretc-lei 4.061 — 28- 1-1942	Decreto-lei 5.844 — 23-0-1943	
Decreto lei 4.512 — 23 – 7-1942	Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943	
Decreto lei 4.553 6- 8-1942	Decreto-lei 6.340 11-3-1944	
Decreto-lei 4.773 — 1-10-1942	Decreto-lei 6.577 9-6-1944	
Decreto-lei 4.834 — 15-10-1942		
Decreto-lei 5.329 — 18- 3-1943 Decreto-lei 5.369 — 1- 4-1943		
Decreto-lei 5.406 — 14- 4-1943	IMPÓSTO SÓBRE A RENDA DÉ PESSOAS FÍSICAS E ADICIONAIS	1.1.104.3.01.0
Decreto-lei 6.075 — 8-12-1943	_	
. Deciclo let 0.010 · 0-12-1040	Employe salar a marke de account to the	
	Impôsto sobre a renda de pessoas físicas	1.1.104.3.01.0
IMPÔSTO DE INDÉSTRIAS E PROFESÕES (Nas Terrifórico	Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 1.º a 26,	• • · · · · · · · · · · · · · · · ·
Pederais) 1.1.104.5.00.6		
	30 a 00, 00, 01 c 05 a 52	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	Adicional para proteção à família	1.1.104.3.01.2
art. 23, inciso I, letra e	Decreto-lei 3.200 - 19-4-1941, arts. 32 a 36	1.1.104.5.01.2
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27	2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942	IMPÔSTO SÔBRE A BENDA DE PESSOAS JURÍDICAS	1.1.104.3.02.0
Decreto-lei 5,812 — 13- 9-1943		
Decretc-lei 5.839 — 21- 9-1943	Decreto-lei 5.844 - 23-9-1943, arts. 27 a 44.	
	51 a 59 e 63 a 94	
	Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.º e 2.º	
MPÔSTO SÔBRE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS 2.0.104.0.12.0		
	IMPÔSTO SÔBRE RENDIMENTOS, ARRECADADO MAS PONTES	
Decreto-lei 6.224 — 24- 1-1944	TRIVITO BOUND MONDEMINO, RADBORDADO MED FONTES	
Decreto 15.028 — 13- 3-1944	(Inclusive sôbre lucros fortúitos, valores distribuídos	
	em sorteios por clubes de mercadorias, prêmios conce-	
	didos em sorteios mediante pagamento em prestações,	
MPÔSTO SÔBRE OPERAÇÕES A TÊRMO 1.1.104.4.02.0	por associações construtoras) .	1.1.104.3.03.0
Lei 4.984 31-12-1925, art. 16		
Decreto 17.537 — 10-11-1926, art. 2.º	Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 95 a 107	
Decreto 20.116 — 17- 6-1931, art. 10	Decreto-lei 6.340 — 11-3-1944, arts. 1.°, 2.° e 3.°	
2001040 20:110 - 81 - 0-1001; 68 % 1-	Decreto-lei 6.577 — 9-6-1944, art. 1.º	
	e e	
MPÔSTO SÔBRE PRÊMIOS DE SEGUROS MARÍTIMOS E TER-	IMPÔSTO DO SÉLO	1.1.104.4.01.0
RESTRES, SEGUEOS DE VIDA, PENSÕES, PECÚLIOS, ETC. 1.1.104.3.04.0		
	Decreto-lei 4.655 3-9-1942	
Decreto 15.589 - 29- 7-1922, art. 42	Decreto-lei 4.785 — 5-10-1942, arts. 2.° e 4.°	
Decreto 19.957 — 6- 5-1931	Decreto-lei 5.898 — 3-9-1943 Decreto-lei 6.394 — 31-3-1944	
	Decreto-lei 6.659 7-7-1944	
	Decreto-lei 6.035 7-7-1944 Decreto-lei 6.755 31-7-1944	
MPĈSTO PROPORCIONAL SÔBRE CAPITAIS EMPREGADOS EM	Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art. 27.	
HIPOTECAS 1.1.104.3.05.0	Decicione 1.000 10-11-1044, atc. 21.	
Decreto 21.949 — 12-10-1932	Impôsto do sêlo e afins	1.1.104.4.00.0
	Thipodo do doto o armo	
MPSOTO SOBRE A PROPRIEDADE TRUBITORIAL (Nos Terri-	Decreto-lci 4.655 — 3-9-1942	
tórios Pederais)	Decreto-lei 4.785 - 5-10-1942, arts, 2.º e 4.	
	Decreto-lei 5.808 — 3-9-1943	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	Decreto-lei 6.394 31-3-1944	
art. 23, inciso I, letra a	Decreto-lei 6.659 — 7-7-1944	
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.°	Decreto-lei 6.755 — 31-7-1944	
Decreto-le: 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	Decreto-lei 7.038 - 10-11-1944, art. 27	
Decreto-lei 5.830 — 21-9-1943, art. 13		
	IMPÔSTO, DE TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE cousz-mortis	
MPOSTO DE RENDA, Produto da cobrança da divida ativa	(Nos Terriférios Federais)	1.1.104.5.00.2
da União do 2.0.104.0.05.1		
Decreto 4, 526 28-1-1009	Constituição Redecel ant 90 incina I latra (a ant 92	
Decreto 4.536 — 28-1-1922 Decreto 5.426 — 7-1-1928	Constituição Federal art. 20, inciso I, letra / e art. 23,	
Decreto 23, 150 — 15-9-1933	inciso I, letra b · Decreto-lci 1.071 — 24-1-1939	
Decreto-lei 960 17-12-1938	Circular n. 8—24-4-1939, da Direteria das Rendas	
Decreto-lei 5. 844 — 23-9-1943	Internas	

Decreto-lei 4.102 — 9- 2-1942, art. 2°		Decreto-lei 4.327 — 22- 3-1942, art. 6.3	
Decreto-lei 1.071 — 24- 1-1939		Decreto-lei 4.327 — 22-5-1942, art. 6.º	
		Decreto-lei 826 — 28-10-1938	
Decreto-lei 915 1-12-1938		Lei 549 20-10-1937, arts. 21 e 23	
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27			
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36		de Enologia), Renda do	1.4.102.0.16.0
Decreto 22.061 — 9-11-1932		INSTITUTO DE PERMENTAÇÃO (antigo Laboratório Central	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		At the second se	
	1.1.104.5.00.0		
IMPOSTOS QUE COMPETEM A OMAO NOS TEN		Decreto-let 982 20-12-1938	
IMPOSTOS QUE COMPETEM À UNIÃO NOS TER	RITÓRIOS	Decreto-lei 982 — 23-12-1938	
The second secon		Decreto 23.979 — 8- 3-1934	
		AND TACKO ME BELLERINING TO BUILDONS TOWNS OF	
Decreto-fei 915 1-12-1938, art. 1.º		INSTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA, Renda do	1.4.102.0.15.0
Decreto-lei 140 - 29-12-1937, art. 1.º			
Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º			
Lei 187 15 1-1936, art. 29	. 6	Decreto-lei 982 23-12-1938	
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25	,*	Decreto 23.979 - 8- 3-1934	9
Vendas e Consignações	2.0.104.0.02.2	INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL, Renda do	1.4.102.0.14.0
	0.0.101.0.00		
Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31		Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 29 § 6.0	.0
		70 4 04 777 44 7 4004 4 00 0 00	
Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32		BOCIBI	1
Lei 3.213 30-12-1916, art 2.° § 19		associațies e e unitas organizațes de factional	1.4.109.0.01.0
Lei 3.070-A - 31-12-1915, art. 22		associações e e outras organizações de previdência	
Lei 2.919 31-12-1914, art. 2.º § 7.º		INSTITUIÇÕES DE AUXILIOS MÚTUOS, Renda do Registo das	
Decreto 5.142 27- 2-1904, art. 2.º			
		Decreto-lei 1.998 — 2-2-1940, art. 50	
Indústrias e Profissões		Decreto 19.726 — 20-2-1931	
		da	1.3.110.0.10.0
Decreto-lei 96 22-12-1937, art. 32	2.0.104.0.02.1	inspetoria federal de obras contra as secas, Renda	
IMPOSTOS DA MUNICIPALIDADE	2.0.104.0.02.0		
		Decreto-iel 921 — 1-12-1958 arts. 1.5 e 2.5	
		Decreto-lei 921 — 1-12-1938 arts. 1.º e 2.º	
Decreto-lei 5.839 21- 9-1943, art. 18		will by no delitable and de	
Decreto-lei 5.812 - 13- 9-1943, art 2.0		inspeção sanitária, Tava de	1.4.102.0.37.0
Decreto-lei 4.102 - 9- 2-1942, art. 2.0			
23, inciso I, letra d	o"	Lei 366 30-12-1936, art. 27	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art.		art. 23, inciso I, letra f	
		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e	
Federais)	1.1,104.5.00.4	m di la 711 1 2 2 2 1 1 7 1 4	
impôsto de vendas e consignações (Nos Territórios		· Federais)	
and the second second			1,1,104.5,00.6
		INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, Impôsto de (Nos Territórios	
Detteto tot 310 1 12 1000; m v. 11			
Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.°		Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31	
Decreto-lei 140 29-12-1937, art. 1.º		Lei 3.446 31-12-1917, art. 32	
Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º		Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 29		Lei 3.070A — 31-12-1915, art. 22	
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 25			
E		Lei 2.919 - 31-12-1914, art. 2.º. § 7.º	
nicipalidade	2:0.102.0.20.2	Decreto 5.142 27-2-1904, art. 2°	
	2.0.104.0.20.2		
IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — Impostos da Mu-		. INDÚSTRIAS E PROFISSÕES — Impostos da Municipalidade	2.0.104.0.02.1
Lei 4.984 31-12-1925, arts. 39 e 45	7	Met dit bi to tone att he hi at	
Decreto 15.524 — 14-6-1922		Lei 317 21-10-1843, art. 25, n. 44	
Lei 4.440 — 31-12-1921, art. 21			
I of A 440 - 21 12 1091 ort 21		indeniza cões	2.0.104.0.08.0
IMPÔSTO SÔBRE VALES PARA ERINDES	2.1.101.1.00.0		
	1.1.104.4.03.0	2/00/04/0 0.000 10 1 2010	
/		Decreto 5.963 16-7-1940	
Circular n.º 8 24-4-1939 da Diretoria das Rendas In	CO. 1148	Decreto 24,500 29- 6-1934, art. 58	
Decreto-lei 5,839 — 21- 9-1943, art. 13	tornen	ATTEMOR MACIONAL MONGO GO	
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1943, art. 2.º		IMPRENBA NACIONAL, Renda da	1.3.106.0.03.0
		Z I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	
Decreto-lei 4.102 9- 2-1942, art. 2.°		Internas	
Decreto-lei 1.071 24-1-1939		Circular n. 8 — 24 — 4-1939, da Diretoria das Rendas	
inciso I, letra c		Decreto-lei 6.550 31- 5-1944	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art. 23,		Decreto-lei 6.269 14- 2-1944	
		Decreto-lei 5.839 21- 9-1943	
vivos (Nos Territórios Pederais)	1.1.104.5.00.3	Decreto-lei 5.812 13- 9-1943	
impsôto de transmissão da propriedade imével inter-		Decreto-lei 5.718 3- 8-1943	

December 1: 4 COF 10 0 1040	
Decreto-lei 4.695 — 16-9-1942 Decreto-lei 6.155 — 30-12-1943, art. 6.°	Decreto 530 10-12-1898
Decice-10: 100 - 50-12-1940, art. 0.9	Decreto 3.312 17-6-1899, art. 4.9
	Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 117 Lei 4.230 — 31-12-1920, art. 120
NETITUTO RACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO, Renda do 1.4.103.0.18.0	Lei 4.625 31-12-1922, art. 27
Power- 1-1 4 004 00 1 1040 63	. Lei 5.053 — 6-11-1926, art. 45
Decreto-lei 4.064 — 29 - 1-1942, art. 2.0	Decreto-lei 6 — 16-11-1937
	Decreto-lei 2.035 27-2-1940
ESTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS (Jóias e Pensões	
de alunes), Renda do .1.4.103.0.19.0	JUROS E AMORTIEAÇÃO, Parte dos Estados no serviço de
D	de obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas por
Decreto 9.198 — 12-12-1911, art. 122	empréstimo 2,0.104.0.0
Lei 378 — 13- 1-1937, art. 96	D 4 40 410 40°44 4000
	Decreto 19.412 — 19-11-1930
STITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA, Renda do 1.3.109.0.01.0	Decreto 19.503 17-12-1930 Decreto 19.584 13 1-1931
2.000.0,01.0	Decreto 19.648 — 30- 1-1931
Decreto-lei 778 — 8-10-1938, arts, 1.º e 8.º	1000
Decreto 3.139 — 8-10-1938	
	JUSTICA LOCAL DO DISTRITO FEDERAL, TARA judiciária
STITUTO OSWALDO CRUZ, Renda do 1.3.103.0.03.0	. federal e da 1.4.106.0.00
1,5,103,0,05,0	•
Decreto 20.043 27- 5-1931, art. 87	Decreto 225 - 30-11-1894, art. 2.º
Lei 378 — 13-1-1937, art. 96	Decreto 2.163 9-11-1895, art. 5.°
	Decreto 539 19-12-1898
Person to property Banda da	Decrete 3.312 17-6-1899, art. 4.°.
STITUTO DE PSICOLOGIA, Renda do	Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 117
. Lei 452 5-7-1937	Lei 4.230 — 31-12-1920, art. 120
1003	Lei 4.625 — 31-12-1922, art. 27
STERUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA, Renda de 1.3.102.0.01.0	Decreto 5.053 — 6-11-1926, art. 45 Decreto-lei 6 — 16-11-1937
1,0.10.0.0.	Decreto-lei 2.035 27-2-1940
Decreto-lei 982 — 23-12-1938	Decretoriei 2.000 21-2-1010
	- L -
STITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL, Participação da	LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISES, Renda do 1.3.104.0.03
União nos lucros do 1.4.109.0.04.0	ERBORNI VALVINALI DE ANNEMENT SONOS DE
Decreto-lei 9.964 27-10-1944	Lei 813 — 23-12-1901, art. 5.°
	Decreto 4.050 13-1-1920
STITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, Taxa sôbre	Decreto 14.167 — 3-12-1943
n quota de previdência das caixas e 1.4.109.0.02.0	,
1.4.105.0.02.0	LABORATÓRIO DA PRODUÇÃO MINERAL, Renda do 1.3.102.0.02
Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.º	Decreto 23.978 8-3-1934
Decreto 22.096 16-11-1932, art. 3.º	Decreto-lei 982 — 23-12-1938
Decreto-lei 1.346 - 15- 6-1939, art. 35	Decree you as in 1990
TRUMENTOS DE MÚSICA, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.37.0	LADRILHOS, Impôsto de consumo sôbre, mosaicos,
	azulejos, aparelhos sanitários, etc. 1.1.104.2.36
Decreto-lei 739 — 24— 9–1938, arts. 1.º n. 37 e	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1º. n. 36 e 4.º § 36
4.0 § 37	
	A T A L A CONTRACTOR MILES OF
— J —	LÂMPADAS, Impôsto de consumo sôbre , pilhas e
	Lâmpadas, Impôsto de consumo sôbre, pilhas e aparelhos elétricos 1.1.104.2.23.
	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23.
LAS E OBRAS E OURIVES, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.33.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º
LAS E OBRAS E OURIVES, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.33.0 Decreto-lei 739 24-9-1038, arts. 1.º n. 33 e 4.º	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º
LAS E OBRAS E OURIVES, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.33.0 Decreto-lei 739 24-9-1038, arts. 1.º m 33 e 4.º § 33	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÊMIOS 1.2.104.0.04.
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º m 33 e 4.º § 33	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÊMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 15-8-1940, arts. 23 e 26
LAS E OBRAS E OURIVES, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.33.0 Decreto-lei 739 24-9-1038, arts. 1.º m 33 e 4.º § 33	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 13-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941
Decreto-lei 739 — 24-9-1038, arts. 1.° m 33 e 4.° § 33 DICIAIS, Custas 1.4.106 0.01.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÊMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 15-8-1940, arts. 23 e 26
Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 13-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941
Decreto-lei 2.506 — 20- 8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12- 3-1941, art. 1.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 13-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941
Decreto-lei 739 — 24-9-1038, arts. 1.° m 33 e 4.° § 33 DECIAIS, Custas 1.4.106 0.01.0 Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.°	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 15-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941 Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943 LEQUES, Impôsto de consumo sobre 1.1.104.2.27.
Decreto-lei 739 — 24-9-1038, arts. 1.º m 33 e 4.º § 33 DICIAIS, Custas Decreto-lei 2.506 — 20-8-1040 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 1.º Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.º	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º \$ 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 15-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941 Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943
Decreto-lei 2.506 — 20-8-1941, art. 2.0 Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.1.104.2.33.0 1.4.106.0.01.0 Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12-3-1941, art. 2.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 15-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941 Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943 LEQUES, Impôsto de consumo sobre 1.1.104.2.27.
Decreto-lei 739 — 24-9-1038, arts. 1.° m 33 e 4.° § 33 DICIAIS, Custas 1.4.106 0.01.0 Decreto-lei 2.506 — 20- 8-1940 Decreto-lei 3.108 — 12- 3-1941, art. 1.° Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.° DICIAIA PEDERAL, Taxa e da Juntica local do Distrito Federal 1.4.106.0.06.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 19-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941 Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943 LEQUES, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.27. Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 27 e 4.º § 27
Decreto-lei 2.506 — 20-8-1940 Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 1.0 Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.0 Decreto-lei 3.749 — 23-10-1941, art. 2.0	aparelhos elétricos 1.1.104.2.23. Decreto-lei 739 — 24-0-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23 LAUDÉMIOS 1.2.104.0.04. Decreto-lei 2.490 — 15-8-1940, arts. 23 e 26 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941 Decreto-lei 5.666 — 15-7-1943 LEQUES, Impôsto de consumo sobre 1.1.104.2.27.

Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.º

Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 41 e4.º § 41		MARINHA, Taxa de ocupação dos terrenos de e arren-	
Densemble to all a resolutions and a second		damento dos terrenos de mangue	1.2.104.0.05.0
LOCAÇÃO DE FILMES OFICIAS, Renda proveniente da	1.4.003.0.01.0	O Decreto 14.595 — 31-12-1920	
FOCACAO DE MENTE OFICIAL ACCUSA DIOLOGICA		Decreto 14.596 31-12-1920	
Decreto 5.077 — 29-12-1939, art. 8.º letra a		Decreto-lei 2.490 16-8-1940	
Decreto 0.017 — 28-12-1305, 217. 0. 1000 0		Decreto-lei 3.438 17-7-1941	
		Decreto-lei 5.666 15-7-1943	
LOTERIAS, Contribuição para fiscalização geral de	1.4.104.0.03.0		
Minist Continues has incertain and		en e	
Decreto-lei 6.259 — 10-2-1944		MARINHA MERCANTE, 5% sôbre a renda especial da Co	
200000000000000000000000000000000000000		missão de	1.4.110.0.01.0
LOTERIAS, Quota fixa anual e impôsto de 5% sôbre	1,4,104.0,06.0	Decreto-lei 3.100 — 7-3-1941, arts. 8.º e 13	
	5 8	Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.º	
Decreto-lei 6.259 10-2-1944	. * *		
Decreto-lei 6.820 — 24-8-1944			
• • • • • • • • • • • • • • • • • • •		HATERIAL ÓTICO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO, Im-	1 1 104 9 90 0
	20	pôsto de consumo sôbre	1 1.104.2.38.0
LOUÇAS, Impôsto de consumo sôbre e vidros	1.1.104.2.17.0	m	
		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 38 e 4.º § 38	
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 17 e 4.º §			
17		Your to do not not be a	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		MERCADORIAS, Impôsto de exportação de	1.1.104.5.00.5
		(Nos Territorios Federais)	1.1.104.3.00.0
lucros extraordinários, Impôsto sôbre	2.0.104.0.12.0	Control of the Paris of the Indian I letter to part 29	
		Consituição Federal, art. 20, inciso I, letra f e art. 23,	
Decreto-lei 6.224 24-1-1944		inciso I, letra e . Decreto 22.443 — 8-2-1933	
Decreto 15.028 13-3-1944		Decreto 22.446 — 8-2-1955	•
— M →*,		MILITAR, Taxa	1.4.105.0.02.0
		MILITAR, I and	
man a series of the free free free free free free free fr		Decreto 8.981 12-3-1942	
MAMONA, Taxa de classificação comercial e fiscalização da	1.4.102.0.29,0	Decreto 9.424 — 20-5-1942	
exportação da semente de	1.4.202.0.20,0		
Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.º, 3.º e 5.º			
Detreto 5,739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	MINAS, Taxa sôbre a produção efetiva das	1.4.102.0.33.0
Decreto 8,982 — 12-3-1942			
200000000000000000000000000000000000000		Decreto-lei 1.985 29-1-1940, art. 31 § § 2.°, 3.° e	
		4.º e arts. 68 e 69	
MANGUE, Taxa de ocupação dos terrenos de marinha e ar-	<i>3</i>	Decreto-lei 2.081 8-3-1940, art. 1.º	
damento dos terrenos de	1.2.104.0.05.0	Decreto-lei 2.266 3-6-1940, art. 1.°	
		Decreto-lei 5.247 — 12-2-1943	
Decreto 14.595 - 31-12-1920		Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944	
Decreto 14,596 31-12-1920			
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940			1.4.101.0.01.0
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941		MONTEPIO DA AERONÁUTICA	, 1.4.101.0.01.0
Decreto-lei 5.666 15-7-1943			¥
		Decreto 695 — 28-8-1890	
the second secon		Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º	
MANTEIGA, Impôsto de consumo sôbre banha, e su-	*	Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.º	
cedâneos	1.1.104.2.20.0	Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.°	
		Decreto-lei 2.961 — 20-1-1941,	En . W
Decreto-lei 739 - 24-9-1988, art. 1.º n. 20 e 4.º § 20		Decreto-lei 3.730 18-10-1941	
	1 0 101 0 00 0	MONTEPIO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS CIVIS	1.4.104.0.04.0
MARINHA, Foros de terrenos de e seus acrescidos	1.2.104.0.03.0		
Decrete lei 9 400 46 9 1040 ant 99		Decreto 942-A - 31-10-1890, art. 12	1 3
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940, art. 23 Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941, art. 4.°	e di e	Decreto 22.414 - 30-1-1933, art. 3.º	
Decreto-lei 3.964 20-12-1941		Lei 436 — 23-5-1937, art. 1.9	1 1
Decreto-lei 4.120 21-2-1942	5 4 65 94		the state of
Decreto-lei 5.666 15-7-1943		MONTEPIO DA GUERRA	1.4.105.0.01.0
20000000 0.000 10 1 1333		•	
		Decreto 695 — 28-8-1890	
MARINHA, Montepio da	1.4.107.0.01.0		and the second
S. C.		Decreto 3.695 - 6-1-1939, art. 1.0	1 10 11-
Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1.º		Decreto-lei 3.864 - 24-11-1941, art. 75 § 2.0	
Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.•		Decreto-lei 6.280 — 17-2-1944	
	7 7 7		

Decreto-lei 7.060 — 21—11—1944

MONTEPIO DA MARINHA	1.4.107.0.01.0	— 0 — , 1 , , , ,	1000
Decreto-lei 196 — 22-1-1938, art. 1,°		OBRAS DE CUTELARIA, Impôste de consumo sôbre pincéis	
Decreto-lei 736 — 23-9-1938, art. 1.º		para barba e	1.1.104.2.29.0
Decreto 3.695 — 6-2-1939, art. 1.º			
		Decreto lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 29 e 4.º	
MOSATCOS, Impôsto de consumo sôbre ladrilhos,		§ 29	
asulejos, aparelhos sanitários, etc.	1.1.104.2.36.0	OBRAS DE OURIVES, Impôsto de consumo sôbre jóias e	1.1.104.2.88.0
			, ,
		Decreto lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 33 e 4.º	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 36 e 4.° § 36		§ 33	
móveis, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.21.0	obrigações do tesouro, Parte dos Estados no serviço de jurcs e amortização de que lhes foram cedidas	
		por empréstimo	2.0.104.0.04.0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 21 e 4.º § 21		,	3.0.101.0.01.0
		Decreto 19.412 19-11-1930	4
MUNICIPALIDADE, Impostos da	2.0.104.0.02.0	Decreto 19.503 17-12-1930	
		Decreto 19.584 — 13- 1-1931 Decreto 19.648 — 30- 1-1931	
Decreto-lei 96 — 22-12-1937, art. 32		200,000 10.010 00 1 1001	
Indústriae e Profissões	2.0.104.0.02.1	OCUPAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA, Taxa de e	
		arrendamento dos terrence de mangue	1.2.104.0.06.0
Decreto 5.142 — 27-2-1904, art. 2.°		Decreto 14.595 31-12-1920	
Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.0 § 7.0 Lei 3.070-A — 31-12-1915, art. 22		Decreto 14.596 31-12-1920	
Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.0 § 19		Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940	
Lei 3.446 — 31-12-1917, art. 32		Decreto lei 3.438 — 17-7-1941	
Lei 3.644 — 31-12-1918, art 31		Decreto-lei 5.666 15-7-1942	
Vendas e Consignações	2.0.104.0.02.2	óleos, Impôsto de consumo sôbre gasolina, nafta,	
rendes e consignações	2.0.102.0.02.2	carburete de cálcio	1.1.104.2.35.0
Decreto 22.061 9-11-1932, art. 25			
Lei 187 — 15-1-1936, art. 29		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 35 e 4.º	
Decreto-lei 118 — 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º		§ 35 Decreto-lei 2.615 — 21-9-1920, art. 3.º	
Decreto-lei 140 29-12-1937, art. 1.º		,	
Decreto-lei 915 — 1-12-1938, art. 1.º			
		óleos adequados à alimentação, Impôsto de consumo	
MUNIÇÕES, Împôsto de consumo sôbre armas de fôgo,		sôbre vinagre e	1.1.104.2.10.0
e fogos de artifício	1.1.104.2.22.0	Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 10 e 4.º	
Demete lei 220 — 94 0 1020 cute for 20 c 40		§ 10	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 22 e 4.º	3	Decreto-lei 826 28-10-1958	
TUBBU HISTÓRICO NACIONAL, Renda do	1.4.103.0.21.0	óleos combustiveis, Taxa sôbre e carvão, impor-	
		tados e de predução nacional	2.0.104.0.01.0
Decreto 24 735 — 14-7-1934 Lei 378 — 13-1-1937, arts. 47 e 96			
Decreto-lei 2.114 — 5-4-1940, art. 1.•		Decreto-lei 2.667 - 3-10-1940, art. 13	
2 2020, 814. 1.		Decreto-lei 2.878 - 18-12-1940, art. 2.º letra b	
		Decreto-lei 3.837 — 18-11-1941, art. 1.º	
AUTEU IMPERIAL, Renda do	1.4.103.0.22.0	Decreto-lei 6.771 — 7-8-1944, art. 13	
D			
Decreto 5.474 - 3-4-1940, art. 22		OPERAÇÕES A TÊRMO, Împôsto sôb.e	1.1.104.4.02.0
200000 0.111 0 1 1970, are 22		7 14 004 01 10 1007	
		Lei 4.984 31-12-1925, art. 16 Decreto 17.537 10-11-1926, art. 2.0	
-N-		Decreto 20.116 — 17-6-1931, art. 1.9	
LARTA Impôsto do comuna shara l'			
APTA, Împôsto de consumo sôbre gasolina, , óleos	1.1.104.2.35.0		
10	2,2,200,00,0	organizações de previdência social, Renda do registo	1 100 0 01 01
Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 35 e		das associações e instituições de auxílios mútuos e.4	
4.0 § 35			
Decreto-lei 2.615 - 21-9-1940, art, 3.0		Decreto 24.784 14-7-1934, art. 29 § 6.0	

		•	
órico (material) ,Impôsto de consumo sôbre material,		PESSOAS FÍSICAS, Impôsto sôbre a renda de e adicionais	1,1,104,3,01,0
fotográfico e cinematográfico	1,1,104,2,38,0		
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts, 1° n. 38 e 4° § 38	1,1,109,2,00,0	Impôsto sôbre a renda de pessoas físicas	1.1.104.3.01.1
Decreto-lei 109 - 24 9-1906, arts. 1º n. 38 e 4º 9 38		Timporto conte a forma de pecendo fisicas	1.1.101.5.01.1
P		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943. arts. 1.º a 26, 45 a 50,	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
PAPEL E SEUS ARTEFATOS, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.14.0	60, 61, 63 a 94	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 14 e 4.º§1	4	Adicional para proteção à familia	1.1.104.3.01.2
2001000 100 22 0 2000; 01:00: 2: 21: 22 0 4: 8:			
PARTE DOS ESTADOS NO SERVIÇO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO		Decreto-lei 3.200 — 19-4-1941, arts. 32 a 36	
DE OBRIGAÇÕES DO TESOURO QUE LHES FORAM CEDIDA	.8		
POR EMPRÉSTIMO	2.0.104.0.04.0	PESSOAS JURÍDICAS, Impôsto sôbre a renda de	1.1.104.3.02.0
Decreto 19.412 19-11-1930		Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943, arts. 27 a 44, 51 a 59,	
Decreto 19.503 — 17-12-1930		63 a 94	
Decreto 19.584 — 13- 1-1931		Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.º e 2 º	
Decreto 19.648 — 30- 1-1931			
Decreto 19.048 30- 1-1931		PETRÓLEO, Produto da venda de gás e	1.3.008.0.01,0
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NOS LUCROS DO INSTITUTO DE			
RESEGUROS DO BRASIL	1.4.109.0.04.0	Decreto-lei 538 — 7-7-1938, art. 13	
	1.4.100.0.01.0	Decreto-lei 3.236 — 7-5-1941, art. 28	
Decreto-lei 6.964 17-10-1944		200101010.200 0 1021; Att. 20	
Detreto-tel 0.903 1/-10-1944	•	bu sas Impôsto de consume côbre lâmundos	
PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do Serviço do	1.4.104.0.08.0	PILHAS, Impôsto de consumo sôbre lâmpadas, e apa-	1 1 104 0 00 1
and the carrot rection of the carrot of	1.4.104.0.08.0	relhos elétricos	1.1.104.2.23.0
Decreto-lei 6,871 — 15-9-1944	,	D	
Decreto-lei 0.8/1 — 10-9-1944		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 23 e 4.º § 23	
PECÚLIOS, Impôsto sôbre prêmios de seguros marítimos			
	1 1 104 2 04 0	PINCÉIS PARA BARBA, Impôsto de consumo sôbre e	
e terrestres, de seguros de vida, pensões,, etc.	1.1.104.3.04.0	obras de cutelaria	1.1.104.2.29.0
Decreto 15.589 — 29- 7-1922, art. 42		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 29 e 4.º § 29	
Decreto 19.957 — 6- 5-1931		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
C1 '6" " 1		PINHO, Taxa de classificação comercial e fiscalização da	
PEDRAS PRECIOSAS, Classificação e avaliação de	1.4.104.0 01.0	exportação do	1.4.102.0.30.0
Decreto-lei 466 — 4-6-1938, art. 21		exportação do	1.4.102.0.30.0
	er.	Thomas 1-1 004 - 17 0 1000 - 1 0 0 0 0 0 0 0	
PELES, Impôsto de consumo sôbre artefatos de tecidos	0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
e de	1.1.104.2.13.0	Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	
		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts 1.º n. 13 e 4º § 1	3	Decreto 8.187 — 28-8-1940, art. 1.º	
Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939		Decreto 14.249 — 9-12-1943	
PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, Taxa de classificação		POLÍCIA MILITAR, Renda do Gabinete de Fisioterapia e	
comercial e fiscalização da exportação de couros e	1.4.102.0.27.0	Radiclogia da	1.3.106.0.02.0
Decreto-lei 334 — 15 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°		Decreto 3.494 — 27-12-1938, art. 119	
Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82		,	
Decreto 6.588 — 11-12-1940, art. 7º		POLICIAMENTO INTERNO, Renda do de emprésas e es-	
Decreto 8, 165 5-11-1941		tabelecimentos particulares	1.4.106.0.04.1
		tanciecimentos particulares	1.4.100.0.04.1
penitenciário, Sêlo	1.4.106.0.05.0	D	
		Decreto-lei 7 013 — 1-11-1944	
Decreto 24.797 - 14-7-1934			
Decreto 1.441 — 8-2-1937		PONTA PORÃ, Territór.o de	1.1.104.5.06.0
Decreto-lei 1.726 1-11-1939			
	7.	Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	1
PENSÕES, Împôsto sôbre prêmios de seguros maritimos		Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	
e terrestres, seguros de vida,, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0	Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
Decreto 15.589 29-7-1922, art. 42		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
Decreto 19.957 — 6-5-1931		Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944	a grande
	12	Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
PENTES, Impôsto de consumo sôbre, escôvas, espa-		2001000101 1.102 20 12 1321	1000
nadores e vassouras	1.1.104.2.30.0	population and a second second second	
		PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS, 10% sôbre a percentagem per-	
Decreto-lei 739-24-9-1938, arts. 1.º n. 30 e 4.º § 30		cebida pelos sôbre o produto das vendas de bens	4 4 400 0 00 1
		móveis e imóveis	1.4.106.0.02.0
PERFUMARIAS, Impôsto de consumo sôbre e artigos			
de toucador	1.1.104.2.07.0	Decreto-lei 1.608 — 18-9-1939, art. 1.049 § único	
Decreto-lei 739—24-9-1938, arts. 1.º n. 7 e 4.º § 7.º			
		PÔRTO DE NATAL (Administrado pela União), Renda do	1.3.110.0.11.0
PESCA, Taxa-de expansão da	1.4.102.0.34.0		
	3	Decreto 21.995 21-10-1932	
Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º		Decreto 24.508 — 29-6-1934	
Decreto-lei 2.878 18-12-1940, art. 2.0		Decreto 24.511 29-6-1934	
		2 3 3 3 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	

prêmios de depósitos pósticos 1.4.106.0.02.0	PRODUTO DA VENDA DE CÁS E PETRÓLEO	1 3.008 0 01 0
Lei 99 — 31-10-1835, art. 11 n. 51	Denote lai 1990 W. S. 1990	
Instruções 131 — 1-12-1845	Decreto-lei 3.236 — 7- 7-1938, art. 13 Decreto-lei 3.236 — 7- 5-1941, art. 28	
Decreto 498 22-1-1847	Decreto-let 3.230 — 7- 5-1941, art. 28	
Decreto 2.551 7-3-1890, art, 76		
Decreto 2.846 — 19-3-1898	PRODUTOS AGRICOLAS E PECUÁRIOS, Taxa de registo de	
Lei 3.979 — 31-12-1919, art. 1.º n. 46	exportadores e classificadores de	1 4 102 0 39 0
	Decreto-lei 2,527 — 23- 8-1940	
PRÊMIOS DE SEGUEOS MARÍTIMOS E TERRESTRES, Impôsto	20-1940	
. sibre, de seguros de vida, pensões, perúlios, etc. 1.1.104.3.04.0		
	PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS, Taxa de classificação co-	
Decreto 15 589 — 29-7-1922, art. 42	mercial e fiscalização da exportação de	1.4 102.0.32 0
Decreto 19.957 — 6-5-1931		
	Decreto-lei 334 - 15- 3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
	Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 c 82	
PREVIDÊNCIA, Taxa sôbre a quota de das Caixas e	Decreto 6.246 — 6- 9-1940, art. 5.°	
Institutos de Aposentadoria e Pensões - 1.4.109.0.02.0		
Donato 90 465 1 10 1091 1 0 0	PRODUTOS PADRONIZADOS, Taxa de classificação comercial	
Decreto 22.0465 - 1-10-1931, art. 8.0 Decreto 22.036 - 16-11-1932, art. 3.0	e fiscalização da expertação de outros	1.4.102.0.31.0
Decreto-lei 1.346 15-6-1939, art. 35	Decreto-lei 334 — 15- 3-1938, arts. 2.°, 3.º e 5.° Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82	
- 1500 At 1.010 25 0-1900, att. 05	Decreto 5.739 — 29- 5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 6.206 — 31- 8-1940, art. 5.9 (piassaya)	
	Decreto 6.226 — 4- 1-1940, art. 5.º (oiticica)	
PREVIDÊNCIA SOCIAL, Renda do registo das associações	Decreto 6.529 - 20-11-1940 (sementes de linho)	
de auxílios mútuos e outras organizações de 1.4 109.0.01.0	Decreto 6.630 — 20-12-1940, art. 10 (caroá)	
	Decreto 0.824 - 7- 2-1941 (paco-paco)	
Decreto 24.784 - 14-7-1934, art. 29 § 6,0	Decreto 6. 825 — 7- 2-1941 (juta)	
	Decreto 6.826 7- 2-1941 (guaxima)	
	Decreto 6.827 — 7- 2-1941, art. 11 (papoula de	
PREVIDÊNCIA SOCIAL, Taxa de 1.4.109.0.03.0	S. Francisco)	
Tei 180 20 10 1025 0 0	Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	
Lei 159 — 20-12-1935, art. 6.0 Decreto 591 — 15-1-1936, arts. 4.0 e 5.0	Decreto 7.136 — 8- 5-1941 (couros e peles de ani-	
Decreto 643 14-2-1936, art. 1.º	mais silvestres) Decreto 7.260 - 28 - 5-1941, art. 12 (feijāo)	
Decreto 890 — 9-6-1936	Decreto 7.261 — 28- 5-1941 (batatinha)	
Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º, letra &	Decreto 7.262 — 28- 5-1941 (arroz)	
Decreto-lei 3.832 18-11-1941, art. 14	Decreto 7.263 — 29-5-1941 (babaçú)	
	Decreto 7.264 — 29- 5-1941, art. 8.º (piretro)	
PRODUÇÃO EPETIVA DAS MINAS, Taxa sôbre a 1.4.102.0.38.0	- Decreto 7.265 - 29- 5-1941 (alpiste)	
	Decreto 7.266 - 29- 5-1941 (amendoim)	
Decreto-lei 1.985 29-1-1940, arts. 31 § § 2.°,	Decreto 7.287 — 29- 5-1941 (cebola)	
3.º e 4.º, 68 e 69	Decreto 7.268 — 29- 5-1941 (cevada)	
Decreto-lei 2 .081 — 8-3-1940, art. 1.0 Decreto-lei 2 .266 - 3-6-1940, art. 1.0	Decreto 7.436 — 25- 6-1941, art. 16 (milho)	
Decreto-lei 5.247 — 12-2-1943	Decreto 7.676 - 19- 8 1941, art. 11 (côco) Decreto 7.677 19- 8-1941 art. 19 (abacaxi)	
Decreto-lei 6.603 — 19-6-1944	Decreto 7.710 — 22- 8-1941 (babacú)	
	Decreto 7.784 — 3- 9-1941 art. 10 (abacate)	
PRODUTO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO 2.0.104 0.05.0	Decreto 7.785 — 3- 9-1941 art. 7.°, (farinha de	
	mandioca)	
Do imposto de renda 2.0.104.0 05.1	Decreto 7.786 — 3- 9-1941, art. 9.º (cumarú)	
	Decreto 7.819 — 10- 9-1941, art. 8.º (castanha do	
Decreto 4.536 28-1-1922	Pará)	
Decreto 5.426 — 7-1-1928	Decreto 7 902 — 24- 9-1941, art. 16 (erva mate)	
Decreto-lei 960 — 17-12-1936	Decreto 7.903 — 24— 9-1941 (jarina)	
Decreto-lei 5.844 — 23-9-1943	Decreto 7.958 — 30- 9-1941 (sapoti) Decreto 7.959 — 30- 9-1941 (conchas)	
	Decreto 7.960 - 30- 9-1941 art. 6.º (bucho de	
De outras origens 2.0.104.0.05.2	peixe)	
	Decreto 8.164 - 5-11-1941, art. 1.º (trigo, farelo)	
Decreto 4.536 28-1-1922	Decreto 8.173 — 6-11-1941 (aveia)	
Decreto 5.426 7-1-1928	Decreto 8.174 - 6-11-1941, art. 5.º (timbó)	
Decreto 23.150 — 15-9-1933	Decreto 8.175 - 7-11-1941 (lentilha)	
Decreto-lei 950 17-12-1938	Decreto 8.176 7-11-1941 (ervilha)	
	Decreto 8.177 — 7-11-1941, art. 10 (gergelim)	
PRODUTO DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (dinheiro e objetos de valor) 1.4.104.0.05.0	Decreto 8.178 — 7-11-1941 (girasol)	
de valor) 1.4.104.0.05.0	Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	
Lei 370 — 4-1-1937	Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio) Decreto 8.485 — 27-12-1941 (chá preto)	
Decreto 1.503 17-3-1937, art. R.	Decreto 8.616 — 28- 1-1942 (guaraná)	
	Desired Court of 1-1912 (Edition)	

Decreto 8.678 - 5-2-1942, art. 1.º (charque)	PRÓPRIOS NACIONAIS, Renda dos	
Decreto 8.983 — 12- 3-1942 (cera e mel de abelha)	PROPRIOS NACIONAIS, RENGA dos	1.2.104.0.02.0
Decreto 9.618 — 10- 6-1942 (batatinhas)	Donnels 00.00F 94 to topo	
Decreto 9.779 — 24- 6-1942, art. 13 (óleo essencial	Decreto 22.005 — 24-10-1932 Lei 251 — 21-9-1936	
de citrus)		
Decreto 10.054 — 22- 7-1942 (cebola)	Decreto-lei 6.874 — 15-9-1944	
Decreto 10 218 — 12- 8-1942 (tabaco em folha, da	Decreto 16.604 — 15-9-1944	
Bahia)		
Decreto 14.249 — 9-12-1943 (pinho)		
	PROTEÇÃO À FAMILIA, Adicional para	1.1.104.3.01.2
Decreto 14.269 — 15-12-1943 (agaves e fourcroyas)		
Decreto 15.398 — 27- 4-1944 (piretro)	Decreto-lei 3.200 19-4-1941, arts. 32 a 36	
Decreto-lei 6.604 — 19- 6-1944 (la de ovince)		
Decreto 17.149 — 16-11-1944 (chá preto)		
	Q	
and name (State)	anama Tara adadaan Alama a	
PR6-PAUNA, Sélo 1.4.102.0.21.0	quantizo, Taxa ad-salorem sôbre a exportação do	1.4.102.0.22.0
Decreto-lei 5.894 20-10-1943	Decreto-lei 3.076 - 26-2-1941, art. 20.	
Trechette-fet 0.084 20-10-1849	rectato-ret 0.010 - 20-3-1341, 840, 80,	
	•	
manusales Implais de Indústrios e (Importos de 16.	AVERTON W AMAZERS AND Templeto de commune etc.	
PROPIESOES, Impôsto de Indústrias e (Impostos da Mu-	quenos e requenões, Impôsto de consumo sôbre	1.1.104.2.24.0
nicipalidade) 3.0.104.0 03.1	Demaio lei 790 04 0 1000 - 1 4 04	
D 4 5 440 AB 0 4004	Decreto-lei 739 — 24- 9-1938, arts. 1.º n.º 24 0	
Decreto 5.142 27- 2-1904, art. 2.0 7/	4.0 § 24	
Lei 2.919 — 31-12-1914, art. 2.º § 7.º		
Lei 3.070-A 31-12-1015, art. 22	QUOTA ANUAL DO ESTADO DO AMAZONAS PARA AMORTICAÇÃO	
Lei 3.213 — 30-12-1916, art. 2.° § 19	DO EMPRÉSTIMO QUE LHE FOI CONCEDIDO PELA UNIÃO	2.0.104.0.13.0
Lei 3.446 31-12-1917, art. 32		*
Lei 3.644 — 31-12-1918, art. 31	Decreto-lei 0.763 3-8-1944, art. 16	
· ·	QUOTA DE ARRENDAMENTO DAS ESTRADAS DE FERRO DE	
raorissons, Impôsto de Indústrias e (Nos Territories Fe-	PROPRIEDADE DA UNIÃO	1.2.104.0.06.0
derais) 1.1,104.5 80.6		
	Decreto 15.152 2 -12-1921	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	Decreto-lei 6.698 17-7-1944	
inciso I, letra s	21 1 222	
Lei 306 — 30-12-1936, art. 27		
	OTIONA BIVE AND AS IN SOME DE BOT CORDER SOMETHING	1 4 104 0 00 8
	quota fixa anual e impôsto de 5% sobre loterias	1.4.104.0.06.0
PROPRIEDADE Causa-Mortis, Impôsto de transmissão de	Decreto-lei 6.259 10 - 2-1944	
(Nos Territórios Federais) 1.1.104.5.00.2	Decreto-lei 6.820 24- 8-1944	
	Decreto-iei 0.020 24- 9-1944	
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	amon an annual Annual Managathan and Annual	
inciso I, letra b	QUOTA DE PREVIDÊNCIA, Taxa sôbre a das Caixas e	
Decreto-lei 1.071 24- 1- 1939	Institutos de Apocentadoria e Pensões	1.4.109.0.02.0
Circular 8 - 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	- To	
Internas	Decreto 20.465 1-10-1931, art. 8.0	
	Decreto 22.096 — 16-11-1932 art. 3.º	
Buchness and Suchress Takes since You do do A. de	Decreto-lei 1.346 — 15-6-1939, art. 35	
PROPRIEDADE IMÓVEL Inter-vicos, Impôsto de transmissão	and the second s	
da (Nos Territórios Federais) 1.1.104.5.00.3		
Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,		
inciso I, letra c	RÉDE DE VIAÇÃO CEARENSE, Renda da	1 2 110 0 10 0
Decreto-lei 1.071 24- 1-1980	ADDE DE VIAÇÃO GRABASE, RERGE GE	1.3.110.0.12.0
Circular 8 — 24- 4-1939, da Diretoria das Rendas		
Internas	Instruções regulamentares aprovadas por portaria	
1	do M. V. O. P., de 27-8-1919, art. 82	
PROPRIEDADE TERRITORIAL, Impôsto sôbre a (Nos Ter-		
ritórios Federais) 1.1.104.5.06.1		
***************************************	registo das associações e instituições de auxílios	
Constituição-Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	MÚTUOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	
inciso I, letra e	SOCIAL, Renda do	1.4.109.0.01.0
Decreto-lei 4.102 — 9- 2-1942, art. 2.0		
Decreto-lei 5.812 — 13- 9-1945, art. 2.0	Decreto 24.784 — 14-7-1934, art. 29 § 6.0	
Decreto-lei 5.839 — 21- 9-1943, art. 13		
17001030 101 9.000 - 21 9-1310, art. 10	RECISTO DE EXPORTADORES E CLASSIFICADORES DE PRO-	
	autos agricolas e pecuários, Taxa de	1.4.102.0.39.0
PRÓPRIOS NACIONAIS, Produto da venda de gêneros e 2.0.104.0.07.0	Decreto-lei 2.527 — 23-78-1940	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
Lei 3.070-A 31-12-1915	RECETO TORRENS, Fundo de garantia do	2.0.104.0.09.0
Lei 3.644 — 21-12-1918		
Decreto-lei 6.117 - 16-12-1943, art. 13	Decreto 451-B - 31-5-1890, arts. 60 e 61	

arlógice, Impôsto de consumo sôbre bijuterias, objetos		S	
de adôrno e de utilidade e 1.1.10	.2.34.0		
	sal, Impô	isto de consumo sôbre	1.1.104.2.05.0
Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 34 e 4.º			
§ 34		eto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 5 e	
	4.0	§ 5.º	
	Decre	eto-lei 6.486 11-5-1944	
RENDA ESPECIAL DA COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE,			
5% sôbre a 1.4.11	.0.01.0	,	
	SEGUROS,	Contribuição das companhias ou emprêsas de	
Decreto-lei 3.100 7-3-1941, arts. 8.º e 13	estrada	s de ferro e das companhias de nacionais,	
Decreto-lei 3.595 — 5-9-1941, art. 1.º	estrange	eiras, e outras	1.3.104.0.01.0
	Lei 1	26 A 21-11-1892, art. 1.º	
nenda de presoas rísicas, Impôsto sôbre a 1.1.10	.3.01.1		
Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 1.º a 26, 45	SEGUROS 1	DE VIDA, Impôsto sôbre prêmios de seguros ma-	
a 50, 60, 61 e 63 a 94		e terrestres,, pensões, pecúlios, etc.	1.1-104.3.04.0
	Decre	eto 15.589 29-7-1922, art. 42	
RENDA DE PESSOAS JURÍDICAS, Impôsto sôbre a 1.1.10		eto 19.957 — 6-5-1931	
		,	
Decreto-lei 5.844 23-9-1943, arts. 27 a 44, 51 a			
59, 63 a 94	SEGUBOS 3	ARÍTIMOS E TERRESTRES, Impôsto sôbre prêmios	
Decreto-lei 6.071 — 6-12-1943, arts. 1.° e 2.°		, seguros de vida, pensões, pecúlios, etc.	1.1.104.3.04.0
	Decre	eto 15,589 29-7-1922, art. 42	
RENDA DO POLICIAMENTO INTERNO DE EMPRÉSAS E ESTA-		eto 19.957 — 6-5-1931	
	.0.04.1		
Decreto-lei 7.013 1-11-1944	BBLAGEM	DE ESTOQUE — Impôsto de consumo	1.1.104.2.44.0
The Property (Non Remitting Padangia) 111 16	.5.00.7 Decre	eto-lei 739 24-9-1938, arts. 4° e 244	
RENDAS DIVERSAS (Nos Territórios Federais) 1.1.10	1.5.00.1	,	
	offen Tour	state de	1.1.104.4.01 0
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	skro, Imp	ousco do .	1.1.101.4.01 0
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º	Door	eto-lei 4.655 3 9-1942	
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13		eto-lei 4.785 5-10-1942, arts. 2.º e 4.º	
		eto-lei 5,808 — 13- 9-1943	
	Dogw	sto-lei 6.394 31- 3-1944	
RENDAS EVENTUAES, Todas e quaisquer 2.0.10	.0.10.0	eto-lei 6.659 — 7- 7-1944	
		eto-lei 6.755 31- 7-1944	
Lei 4.440 — 31-12-1921		eto-lei 7.038 — 10-11-1944, art. 27	
Decreto-lei 4.177 — 13- 3-1942, arts. 5.º e 8.º	Decr	20-101 (1.030 — 10-11-15 12 , art. 21	
Decreto-lei 6.562 — 7-6-1944		•	
		ITENCIÁRIO .	1.4.106.0.05.0
		ilencuano .	1,4,100.0,00.0
EMERDIMENTOS, Impôsto sôbre, arrecadado nas fontes 1.1.1		eto 24,797 — 14-7-1934	
		eto 1.441 — 8-2-1937	
Decreto-lei 5.844 - 23-9-1943, arts. 95 a 107		eto-lei 1.726 — 1-11-1939	
Decreto-lei 6.340 11- 3-1944, arts. 1.9, 2.0 e 3.0	Decre	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
Decreto-lei 6.577 — 9-6-1944, art. 1.º			
	SÊLO PRO	PATIMA	1.4.102.0.21.0
		ravin,	
REQUELIÕES, Impôsto de consumo sôbre queijos e 1.1.10	.2.24.0	eto-lei 5,894 20101943	
D	Deur	0.003 20 10 1010	
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 24 e 4.º	SEMENTE	DE MAMONA. Taxa de classificação comercial e	
§ 24	ficaliza	ção da exportação da	1.4.102.0.29.0
	1		
RESEGUROS DO BRASIL, Participação da União nos lucros	Door	eto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° o 5.°	
do Instituto de	.0.03.0	eto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 é 82	
Dev. 4. 1.1.0.004 - 477.10.004		sto 6.255 — 11-9-1940	
Decreto-lei 6.964 17-10-1944		eto 8.982 — 12-3-1942	
The second of th			
RIO BRANCO, Território do 1.1.10	.5,07.0		
Constitution Reduction to the Table 4	SERVICO I	OB DOCUMENTAÇÃO (antigo Serviço de In-	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		o Agricola), Renda do	1.4.102.0.18.0
Decreto-lei 5.812 — 13—9-1943, art. 2.°) or maga		
Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13	200	1-1-1-2 004 28.2-1040	
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944		eto-lei 2.094 — 28-3-1940	
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944		sto-lei 6.254 — 9-2-1944	
Decreto-lei 7.192 — 23-2-1944	Decr	eto-lei 6.91429 ₋₁ 9 1944	

SERVIÇO FEDERAL DE ÁGUAS E ESGÔTOS, Renda do	1.3.103.0.04.0	TAXA DE CENSURA CINEMATOGRÁFICA, TEATRAL, ETC.	1.4.003.0.02.0
Decreto 12.866 6- 2-1918		Decreto-lei 1.949 - 30-12-1939, art. 59	
Decreto 24, 532 2-7-1934		Decreto-lei 2.541 - 29- 8-1940, art. único	
Decreto 24.623 9-7-1934			
Decreto-lei 2.646 — 11-10-1940, art. 4.º			
Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
Decreto 9.490 27-5-1942, art. 3.0		EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO	1.4.102.0.23.0
Decreto-lei 5.614 — 24-6-1942		*	1.4.102.0,25.0
		Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
		Decreto 5.739 — 29 -5-1940, arts. 81 e 82	
SERVIÇO FLORESTAL, Renda do	1.4.102.0.17.0	Decreto 6.186 28- 8-1940	
		200000000000000000000000000000000000000	
Decreto 4,439 — 26-7-1939			
	C	TAKA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	1.4.102.0.24.0
SERVICE DE CURSE E AMORECA (Zo. Porte des Vatades de		EXFORTAÇÃO DO CACÁU	
SERVIÇO DE JUROS E AMORTIZAÇÃO, Parte dos Estados no.		D	
de obrigações do Tesouro, que lhes foram cedidas por empréstimo	0 0 104 0 04 0	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° 5.°	
emprestimo ,	2.0,104,0.04.0	Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 19,412 19-11-1930		Decreto 6.284 — 14-9-1940, art. 8°	
Decreto 19.503 — 17-12-1930			
Decreto 19:503 — 17-12-1930 Decreto 19:584 — 13- 1-1931			
Decreto 19 584 - 13- 1-1931 Decreto 19 648 30- 1-1931		TAXA DE CLASSIPICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	1 4 400
Detretto 19.040 - 50- 1-1951		EXPORTAÇÃO DO CAFÉ	1.4.102.0.25.0
		D	
SERVIÇO DE METEOROLOGIA, Renda do	1.4.102.0.19.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°	
	3.1.102.0.19.0	Decreto 5.739 29-5-1940, arts. 81 e 82	
D 1' 8 008 47 44 1040 4 6-			
Decreto-lei 5.995 17-11-1943, art. 6.0		MINI DE CLICRISTA CTO COMBRATA DE PROCESSO.	
		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
STRUCK MARKET OF POST	1 4 100 0 00 0	EXPORTAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA	1.4.102.0.26.0
SERVIÇO NACIONAL DE DOENÇAS MENTAIS, Renda do	1.4.103.0.23.0	Decreto lei 224 15 2 1020 evis 20 20 5 5	
		Decreto lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5° Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto 19.852 — 11-4-1981		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82 Decreto 7.444 — 25-6-1941, art. 11	
Decreto-lei 3.171 — 2-4-1941, art. 3.º n. 5		200000 1.222 20 0 1021, 410. 11	
EMPUTOR MACHONIA DE PROGRESSIONO		TAKA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
EERVIÇO NACIONAL DE PISCALIEAÇÃO DA MEDICINA, Renda do	1 4 102 0 24 0	EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	1.4.102.0.27.0
Decreto 20.377 8-9-1931	1.4,103.0.24.0		
Detreto 80.017 - 6-5-1901		Decreto-lei 334 — 15-3-1938. arts. 2°, 3° e 5°	
		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Renda do	1.4.104.0.08.0	Decreto 6.588 11-12-1940, art. 7°	
The state of the s		Decreto 8.165 5-11-1941	
Decreto-lei 6,871 15-9-1944			
1000			
		- TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	
SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO,		EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS	1.4.102.0.28.0
Renda da	1.4.102.0.20.0		
		Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 2°, 3° e 5°	
Decreto-lei 982 23-12-1938, art. 16		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 2.832 — 4-12-1940, arts. 1.º e 2.º		Decreto 6.629 20-12-1940, arts. 63 e 64	
- T -			100
		TAXA DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL B FISCALIZAÇÃO	
TAXA ADICIONAL DE 10 º/º SÔBRE TARIFAS DE TRANSPORTE		DA EXPORTAÇÃO DO PINHO	1,4,102,0,30.0
DAS ESTRADAS DE PERRO DA UNIÃO	2.0.110.0.01.0		
	2	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2°, 3.° e 5.°	
Decreto 16.842 — 24-3-1925, art. 3.º		Decreto 5.714 — 27-5-1940, arts. 11 e 12	
Decreto-lei 5.228 5-2 1943		Decreto 5.739 — 29-5-1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lej 5.750 16-8-1948 -		Decreto 6.187 — 28-8-1940, art.1.º	
		Decreto 14.249 — 9-12-1943	
TAXA ad-valorem sobre a exportação do QUARTZO	1,4,102,0,22.0		
December 1s; 2 072 - 00 0 1044		TAXA DE CASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA	1 4 100 0 01 0
Decreto-lei 3.076 26-2-1941, art. 9.º		EXPORTAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS PADRONIZADOS	1.4.102.0.31.0
	0.0.100.0.01.0	D	
TAXA DE ÁGUA	2.0.103.0.01.0	Decreto-lei 334 — 15-3-1938, arts. 2.°, 3.° e 5.°	
December 1st D. 646. 1.10.1040		Decreto 5.739 — 29-5#1940, arts. 81 e 82	
Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 1.0		Decreto 6.206 31-8-1940, art. 5.0 (piassaba)	
Decreto-lei 3.748 — 23-10-1941, arts. 1.º e 2.º		Decreto 8.500 20.11.1000 (corrected de	
Decreto 9.490 — 27-5-1942, art. 3.9		Decreto 6.529 — 20-11-1940 — (sementes de linho)	
Decreto-lei 5.614 — 24-6-1943			

Decreto 6.630 20-12-1940, art. 10 (caroá)	ELVI DE COMPANIO A	
Decrete 6.824 — 7-2-1941 (paco-paco)	TAXA DE CLAMIFICAÇÃO COMERCIAL E FISCALIZAÇÃO DA EXPOLTAÇÃO DA SEMENTE DE MAMONA	1 4 102 0.29.0
Decreto 6.825 - 7-2-1941 (juta)	THE PROPERTY OF MANUAL	1 4 102 0.28.0
Decreto 6.826 7-2-1941 (guaxima)	Decreto-lei 334 15-3-1938, arts. 20., 30, e 5.0	
Decreto 6.827 — 7-2-1941, art. 11 (papoula de	Decreto 5.739 29-5-1940, arts 81 e 82	
São Francisco)	Decreto 6.285 — 11-9-1940	
Decreto 7.063 — 4-4-1941 (banana)	Decreto 8.982 — 12-3-1942	
Decreto 7.136 — 8-5-1941 (couros e peles de		
animais silvestres)		
Decreto 7.200 — 28-5-1941, art. 12 (feijāo)	TAXA DE DEMNYECÇÃO	1.4.102.0.33.0
Decreto 7, 261 — 28-5-1941 (batatinha)		3
Decreto 7.262 — 28-5-1941 (arrox) Decreto 7.263 — 29-5-1941 (babaçú)	Decreto 24.548 — 3-8-1934, art. 42	
Decreto 7.264 — 29-5-1941, art. 8° (piretro)	Decreto-ler 194 — 21-1-1938, art. 2.º	
Decreto 7.265 — 29-5-1941 (alpiste)	Decreto-lei 5.421 — 22-4-1943	
Decreto 7.266 — 29-5-1941 (amendoim)		
Decreto 7.267 — 29-5-1941 (cebola)	TAKA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	1 4 100 0 05 0
Decreto 7.268 29-5-1941 (cevada)	TAK DE EDUCAÇÃO E SAUDE	1.4.103.0.25.0
Decreto 7.436 — 25-6-1941, art. 16 (milho)	Decreto 21.335 — 29-4-1932, art. 1.º	
Decreto 7.676 — 19-8-1941, art. 11 (côco)	Decreto-lei 4.655 3-9-1942, art. 111	
Decreto 7.677 — 19-8-1941, art. 19 (abacaxi)	Decreto-lei 6.694 — 14-7-1944	
Decreto 7.710 — 22-8-1941 (babaçú) Decreto 7.784 — 3-9-1941, art. 10 (abacate)	Decreto-lei 7.038 — 10-11-1944, art 28	
Decreto 7.785 — 3-9-1941, art. 70 (farinha de		
mandioca)		
Decreto 7.786 — 3-9-1941, art. 90 (cumarú)	TAXA DE ESGÔTO	2.0.103.0.02.0
Decreto 7.819 — 10-9-1941, art. 8° (castanha do		
Pará)	Decreto 12.866 — 6-2-1918, art 1.º	
Decreto 7.902 24-9-1941, art. 16 (erva mate)	Decreto 24.532 — 2-9-1934	
Decreto 7,903 — 24-9-1941 (jarina)	. Decreto 24.623 — 9-7-1934, art. 3.º	
Decreto 7.958 — 30-9-1941 (sapotí)	Decreto-lei 2.646 — 1-10-1940, art. 2.°	
Decreto 7.959 — 30-9-1941 (conchas)	Decreto-lei 3.748 23-10-1941, arts. 1.0 2 2.0	
Decreto 7.960 — 30-9-1941, art. 6° (bucho de	Decreto 9.490 — 27-5-1942. art. 3.°	
peixe)	Decreto-lei 5.614 24-6-1943	
Decreto 8.164 — 5-11-1941, art. 1º (trigo, farelo)		
Decreto 8.173 6-11-1941 (aveia)	TAXA ESPECIAL SÕBRE EMBARCAÇÕES, COBLADA NAS AL-	
Decreto 8.174 6-11-1941, art. 5° (timbó) - Decreto 8.175 7-11-1941 (lentilha)	PÂNDEGAR	2.0.104.0.06.0
Decreto 8.176 — 7-11-1941 (ervilha)		
Decreto 8.177 - 7.11-1941, art. 10 (gergelim)	Decreto-lei 3.761 25-10-1941, arts. 3.º e 5.º	
Decreto 8.178 - 7-11-1941 (girassol)	Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942, arts. 2.º e 3.º	
Decreto 8.321 — 3-12-1941 (nêsperas)	•	
Decreto 8.322 — 3-12-1941 (centeio)		1.4 102.0.34.0
Decreto 8.485 — 20-12-1941 (chá preto)	TAXA DE EXPANSÃO DA PESCA -	1.4 102.0.34.0
Decreto 8.616 — 28-1-1942 (guaraná) Decreto 8.678 — 5-2-1942, art. 1º (charque)	D	
Decreto 8.983 — 12-3-1942 (cêra e mel de	Decreto-lei 291 — 23-2-1938, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 2.878 — 18-12-1940, art. 2.º	
abelba)	Detreto-ici 2.010 10-12-1340, ant. 2	
Decreto 9.618 10-6-1942 (batatinha)		
Decreto 9.779 - 24-6-1942, art. 13 (óleo essencial	TAXA DB EXPURGO DAS EMBARCAÇÕES	1.4.103.0.26.0
de citrus)		
Decreto 10.054 22-7-1942 (cebolas)	Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941, art. 5.0	
Decreto 10.218 — 12-8-1942 (tabaco em fôlha, .	Decreto-lei 4.003 8-1-1942	
da Bahia)		
Decreto 14 249 9 12 1943 (pinho)		
Decreto 14.269 15-12-1943 (agaves e four-	TAXA DE FECALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS	1.4.102.0.35.0
croyas)		
Decreto 15.398 — 27-4-1944 (piretro)	Decreto-lei 3.445 - 21-7-1941, art. 1.º	
Decreto-lei 6.604 — 19-6-1944 (lā de ovinos) •		
Decreto 17.149 — 10-11-1944 (chá preto)	TAXA PITO-SANITÁRIA	1.4.102.0.36.0
	· ·	
	Decreto-lei 3.265 — 12-5-1941, art. 3.º	
A DE CLASSIFICAÇÃO COMERCIAL E FECALIZAÇÃO DA	Decreto-lei 3.426 — 16-7-1941	
XPORTAÇÃO DE PRODUTOS NÃO PADRONIZADOS 1.4.102.0.32.0		
		1 4 109 0 97 0
Decreto-lei 234 15-3-1938, aris. 20, 3.0 e 5.0	TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA	1.4.103.0.37.0
Decreto 5.739 — 29-5-1940	Thursday 1001 110 1000 and 1000	
Decreto 6.246 — 6-9-1940, art. 5.0	Decreto-lei 921 — 1-12-1938, arta. 1.º e 2.º	

1.0.06.0 E ESTATÍSTICA PARA EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 1.4.102.0.40.4
Decreto-lei 2.281 — 5-6-1940, arts. 2.° e 11 Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944 TAXA DE VISITAS A EMBARCAÇÕES NOS FUNDRADOUROS 1.4.104.0.07.0 Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TECIDOS, Împôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.12.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 12 e 4.° § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Împôsto de consumo sôbre artefatos de e da peles 1.1.104.2.13.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 13 e 4.° § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944 TAXA DE VISITAS A EMBARCAÇÕES NOS FUNDEADOUROS 1.4.104.0.07.4 Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 12.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 6.860 — 8-9-1944 TAXA DE VISITAS A EMBARCAÇÕES NOS FUNDEADOUROS 1.4.104.0.07. Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01. Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 5.0.02.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.12.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles 1.1.104.2.13.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 5.0.02.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.6 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 5.0.02.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.12.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.266 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles 1.1.104.2.13.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 3.761 — 25-10-1941 Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 5.0.02.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.12.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.266 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles 1.1.104.2.13.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.12.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 4.003 — 8-1-1942 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre 1.1.104.2.12.0 Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e da peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01 (Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 9.9 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 12 e 4.º § 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
\$ 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.266 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
\$ 12 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.266 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 4.286 — 17-4-1942 1.0.05.0 TECIDOS, Impôsto de consumo sôbre artefatos de e de peles Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01. Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 Telforarpo, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 13 e 4.º § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.º Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.º
Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.° n. 13 e 4.° § 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAFOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
\$ 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01. Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
\$ 13 Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 TELÉGRAPOS, Renda do Departamento dos Correios e 1.3.110.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
Decreto-lei 1.404 — 6-7-1939 1.0.01.0 Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto 11.520 — 10-3-1915 Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
Decreto 14.722 — 16-3-1921 Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.0 Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.0
Decreto 18.164 — 18-3-1928 Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1. Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.
Decreto 20.859 — 26-12-1931 Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto 23.807 — 29-1-1934 (taxas terminais) Lei 537 — 11-10-1937 Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 919 — 1-12-1938, art. 1.° Decreto-lei 1.076 — 26-1-1939, art. 1.°
Decreto-lei 1 081 — 30-1-1939 art 1 9
Delicione 1,001 00 1 1005, att. 4
Decreto-lei 1.995 1-2-1940, arts. 1.º e 2.º
Decreto-lei 2.621 — 24-9-1940, art. 5.0
Decreto-lei 2.979 - 28-1-1941
Decreto-lei 3.830 — 17-11-1941, art. 2.0
Decreto-lei 3.867 — 29-11-1941, art. único
Decreto-lei 4.525 — 28-7-1942 (taxas terminais)
Decreto-lei 5.014 — 1-12-1942
2.0.38.0 Decreto-lei 6.613 — 22-6-1944
TERRENOS DE MANGUE, Taxa de ocupação dos terrenos de
marinha e arrendamento dos 1.2.104.0.05.
and ribino Control diameter Co.
Decreto 14.595 — 31-12-1920
Decreto 14.596 — 31-12-1920
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941
Decreto-lei 5.666 15-7-1943
TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS, Foros de 1.2.104.0.03.0
Dometo lei 2 400 14 9 1040 est 22
Decreto-lei 2.490 — 16-8-1940, art. 23
Decreto-lei 3.438 17-7-1941, art. 4.0
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941, art. 4.° Decreto-lei 3.984 — 20-12-1941
Decreto-lei 3.438 17-7-1941, art. 4.0

TERRENOS DE MARINEA, Taxa de ocupação dos e ar-		TERRITÓRIO DO RIO BRANCO	1 1 104.5.07.0
rendamento dos terrenos de mangue	1.2 104.0.05 0		
Decreto 14.595 — 31-12-1920		Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	
Decreto 14.596 — 31-12-1920		Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0	
Decreto-lei 2.490 10-8-1940		Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 3.438 — 17-7-1941		Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944	
Decreto-lei 5.666 15-7-1943		Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944	
		• Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	
TERRITORIAL, Împôsto sobre a propriedade (nes Terri-			
Mrioe Federais)	1.1.104.5.00.1	TINTAS E VERNISES, Impôsto de consumo sôbre	4.1.104.2.28.0
Constitution Polant and State 1 Land Co.		,	
Constituição Federal, arts. 20, inciso 1, letra f e 23, inciso I, letra a		Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º a. 26 e 4.º	
Decreto-lei 4.102 9-2-1942, art. 2.0		§ 26	
Decreto-lei 5.812 — 18-9-1943, art. 2.º		Decreto-lei 5 729 5-8-1943	
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art.13			374
		TORRENS, Fundo de garantia do registo	2.0.104 0.09 0
TERRITÓRIO DO ACRE	1.1.104.5 01.0		1
		Decreto 451-B 31-5-1890, arts. 60 e 61	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		*	
Decreto 22.061 — 9-11-1932, art. 26			
Decreto 22.443 — 8- 2-1933	$(x_1,\dots,x_{n-1},\dots,x_n) = (x_1,\dots,x_n)$	roucador, Impôsto de consumo sôbre perfumaria e ar-	
Lei 187 — 15-1-1936, art. 36		tigos de	1.1.104.2.07.0
Lei 366 — 30-12-1936, art. 27			
Decreto-lei 915 — 1-12-1938		Decreto-lei 739 — 24-9-1938, arts. 1.º n. 7 e 4.º	
Decreto-lei 1.071 24- 1-1939	**	· § 7.0	
Circular n.º 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas Internas			
Mendas Intellias		TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE causa mortis, Impôsto	
TEMPLITÓRIO DO AMAPÁ	1.1.104 5.02.0	de (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.2
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra /		Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,	
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º		inciso I, letra b	
Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13 Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944		Decreto-lei 1.071 — 24-1-1939	
Decreto-lei 6.550 - 31-5-1944		Decreto-lei 4.102 - 9-2-1942, art. 2.º	
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944		Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.º	
2010101		Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	
TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA	1.1.104.5.03.0	Circular n. 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
		Internas	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL infer-risce,	
Decreto-lei 4.102 — 9-2-1942, art. 2.º		Impôsto de (Nos Territórios Federais)	1.1.104.5.00.3
Decreto-lei 5.718 — 3-8-1943	*5		
Decreto-lei 6.269 14-2-1944 Decreto-lei 7.192 23-12-1944		Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra / e 23,	
2011010111.102 - 20-12-1944	3	inciso I, letra c	
TVERCTÓRIO DO GUAPORÍS	1.1.104.5.04.0	Decreto-lei 4.102 - 9-2-1942, art. 2.º	
		Decreto-lei 5.812 - 13-9-1943, art. 2.0	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f		Decreto-lei 5.839 21-9-1943, art. 13	
Decreto-lei 5.812 13-9-1943, art. 2.0		Circular n. 8 — 24-4-1939, da Diretoria das Rendas	
Decreto-lei 5 830 21-9-1943, art. 13		Internas	
Decreto-lei 6.269 — 14-2-1944 Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944		_ v _	
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944			
20-14-1741		VALES PARA BRINDES, Impôsto sôbre	1.1.104 4.03 0
TERRITÓRIO DO IQUAÇÓ	1.1.104.5.05 0	1 1 4 4 4 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	
		Lei 4.440 — 31-12-1921, art. 21	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra f	\$ 5 T	Decreto 15.524 — 14-6-1922 Lei 4.984 — 31-12-1925, arts. 39 e 45	
Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.0 Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13	-	201 1,801 - 01-12-1930, Bris. 09 C 13	
Decreto-lei 6 269 — 14-2-1944			
Decreto-lei 6.550 — 31-5-1944		VASSOURAS, Impôsto de consumo sôbre pentes, escôvas,	
Decreto-lei 7.102 — 23-12-1944		espanadores e	1.1.104.2.30 0
	1	4500000	
TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ	1.1 104.5.06 0	Decreto-lei 739 24-9-1938, arts. 1.º n. 30 o 4.º	
Constituieto Federal ant 80 linia 7 la		\$ 30	
Constituição Federal, art. 20, inciso I, letra / Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.e	-	3	
Decreto-ici 5.839 — 21-9-1943, art. 13	100	VELAS, Impôsto de consumo sôbre	1.1 104 2 11 0
Decreto-lei 6.239 — 14-2-1944			
Decroto-lei 6.650 — 31-6-1944		Decreto-lei 739 — 24-0 ₆ 1938, arts. 1.º n. 11 e 4.º	
Decreto-lei 7.192 — 23-12-1944	1 -	° § 11	

VENDA DE GÁS E PETRÓLEO, Produto da

1.3.008.0.01.0

Decreto-lei 4.102 - 5-9-1942, art. 2.º

Decreto-lei 538 -- 7-7-1938, art. 13

Decreto-lei 5.812 — 13-9-1943, art. 2.° Decreto-lei 5.839 — 21-9-1943, art. 13

Decreto-lei 3.236 - 7-5-1941, art. 28

VENDA DE GÊNEROS E PRÓPRIOS NACIONAIS, Produto de 2.0.104.0.07.0

VERNIZES, Impôsto de consumo sôbre tintas e

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LÉSTE BRASILEIRO, Renda da 1.3.110.0.13.0

Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 26 e 4.º § 26

Lei 3.070-A -- 31-12-1915

Decreto-lei 5,729 -- 5-8-1943

Lei 3.644 --- 31-12-1918

Decreto-lei 6.117 — 16-12-1943, art. 13

Decreto 22.061 - 9-11-1932, art. 25 Lei 187 — 15-1-1936, art. 29

VENDAS E CONSIGNAÇÕES (antigo Vendas Mercantis) -

Impostos da Municipalidade

2.0.164.0.02.2

Decreto 24.321 - 1-6-1934

Decreto 570 -- 31-12-1935

Lei 312-A -- 21-11-1936

Decreto-lei 1.039 — 11-1-1939 Decreto-lei 2.964 — 20-1-1941

vidros, Impôsto de consumo sôbre louças e 1.1.104.2.17.0

1.1.104.2.26.0

VENDAS E CONSIGNAÇÕES, Impôsto de (nos Territórios

Decreto-lei 118 - 29-12-1937, arts. 1.º e 2.º Decreto-lei 140 --- 29-12-1937, art. 1.º Decreto-lei 915 - 1-12-1938, art. 1.º

1.1.104.5.00.4

Constituição Federal, arts. 20, inciso I, letra f e 23,

inciso I, letra d

Decreto 22.061 -- 11-9-1932, art. 26

Lei 187 --- 15-1-1936, art. 36

Decreto-lei 915 --- 1-12-1938

4.0 § 17

Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 17 e

VINAGRES, Impôsto de consumo sôbre e óleos adequados à alimentação

1.1.104.2.10.0

Decreto-lei 739 - 24-9-1938, arts. 1.º n. 10 e

4.0 § 10

Decreto-lei 826 — 28-10-1938

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

Relação dos decretos e decretos-leis baixados durante o exercício de 1944

		1		
ESPÉCIE	NÚMERO	DATA	PUBLICAÇÃO NO D. O.	EMENTA
Decreto-lei	6.155	30-12-43	3-1-44	Reorganiza o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, d Ministério da Agricultura.
Decreto-lei	6.224	24-1-44	26-1-44	Institui o impôsto sôbre lucros extraordinários.
Decretò-lei	6.254	9-2-44	11-2-44	Autoriza a venda de filmes e publicações do Serviço de Informação Agr cola, do Ministério da Agricultura.
Decreto-lei	6.259	10-2-44	18-2-44	Dispõe sôbre o serviço de loterias.
Decreto-lei	6.269	14-2-44	16-2-44	Dispõe sobre a administração fiacal nos territórios federais do Amapa Rio Branco, Guaporé, Ponta Pora, Iguaçú e Fernando de Noronha
Decreto-lei	6.280	17-2-44	19-2-44	Dispõe sôbre contribuições para o montepio militar.
Decreto-lei	6.340	11-3-44	15-3-44	Modifica dispositivos do Decreto-lei 5,844, de 23-9-43 (Impôsto d renda).
Decreto	15.028	13-3-44	15-3-44	Aprova o regulamento que dispõe sôbre a execução dos Decretos-leis 6.22- e 6.225, de 24-1-44 (Impôsto sôbre lucros extraordinários).
Decreto-lei	6.349	17-3-44	20-3-44	Cria a tava de validação de diploma de agrônomo e veterinário.
Decreto-lei	6.378	28-3-44	6-4-44	Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federa de Segurança Pública.
Decreto-lei	6.394	31-3-44	3-4-44	Restabelece, com modificações, as disposições contidas nos arts. 50 a 5 do Decreto 1.137, de 7-10-36 (Impôsto do sélo).
Decreto	15.398	27-4-44	29-4-44	Suspende a execução do disposto nos arts. 2.º, 3.º e 4.º das especificaçõe para a classificação de piretro e autoriza o Ministério da Agricultura organizar novas especificações.
Decreto-lei	6.462	2-5-44	. 4-5-44	Eleva os direitos aduaneiros sôbre a importação de lâminas de vidro branco, lisas.
Decreto-lei	6.465	2-5-44	4-5-44	Reduz a taza de emolumentos consulares.
Decreto-lei	6.486	11-5-44	13-5-44	Prorroga por mais 12 meses a vigência do Decreto-lei 5.626, de 28-6-48 (sal estrangeiro).
)ecreto-lei	6.504	17-5-44	19-5-44	Dispõe sôbre a administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
Occreto-lei	6.550	31-5-44	5-6-44	Retilica os limites e a divisão administrativa dos Territórios do Amapá, de Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçú.
Decreto-lei	6.562	7-6-44	9-6-44	Revoga o Decreto-lei n.º 3.773, de 29-10-41 (Dispõe sôbre o materia de gasogênio adquirido pelo Ministério da Agricultura, para revenda, da outras providências).
Decreto-lei	6.577	9-6-44	12-6-44	Dispõe sôbre a cobrança prevista no art. 98 do Decreto-lei 5.844, de 23-9-43 (Impôsto de renda).
lecreto-lei	6.603	19-6-44	21-6-44	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei 5.247, de 12-2-43 (Produção efe
Jecreto-lei	6.604	19-6-44	21-6-44	tiva das minas). Estabelece a classificação comercial da la de ovino e dispõe sôbre o comércio dessa matéria-prima.

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA	PUBLICAÇÃO NO D. O.	EMENTA
Decreto-lei	6,613	22-6-44	24 6 44	Dispõe sôbre a remessa de valores pertencentes à União, por intermédic do Departamento dos Correios e Telégrafos.
Decreto-lei	6.659	7-7-44	9-7-44	Dispõe sôbre o pagamento do impôsto do sêlo nos títulos de venda mediante sorteio.
Decreto-lei	6.662	7-7-44	10-7-44	Modifica a incidência do impôsto de consume sôbre o Jumo.
Decreto-lei	6.686	13-7-44	15-7-44	Suspende, pelo prasa de 6 meses, a cobrança dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sôbre a penicilina.
Decreto-lei	6.694	14-7-44	15-7-44	Eleva a taxa de educação e saúde de Cr\$ 0,20 para Cr\$ 0,40.
Decreto-lei	6,698	17-7-44	18-7-44	Autoriza a modificação do contrato de arrendamento assinado com a "The Great Western of Brazil Railway Company Limited".
Decreto-lei	5.732	24-7-44	26-7-44	Dispõe aôbre a finalidade e funcionamento da Biblioteca Nacional e de outras providências.
Decreto	18.167	24-7-44	26-7-44	Aprova o Regimento da Biblioteca Nacional.
Decreto-lei	6.755	31-7-44	2-8-44	Dispõe sôbre o prazo e selagem de contrato de câmbio (Impôsto do sêlo)
Decreto-lei	6.763	3-8-1944	5-8-1944	Autoriza a União a liquidar dívidas do Estado do Amazonas.
Decreto-lei	6.771	7-8-44	9-8-44	Dispõe sôbre a distribuição de carvão mineral produzido no país.
Decreto-lei	6,785	11-8-44	16-8-44	Cria um adicional de 5% sôbre as taxas do impôsto de consumo que incidem sôbre as bebidas.
Decreto-lei	- 6.860	8-9-44	11-9-44	Dispõe sôbre a cobrança da taxa sôbre quilowatts.
Decreto-lei	6.871	15-9-44	18-9-44	Transforma a Diretoria do Domínio da União em Serviço do Patrimônio da União.
Decreto-lei	6.874	15-9-44	18-9-44	Dispõe sôbre o aluguel de próprios nacionais ocupados por servidores civi da União.
Decreto	16.604	15-9-44	189-44	Dispõe sôbre o limite de aluguéis devidos pelos servidores civis da União pela ocupação de próprios nacionais em caráter de residência obriga tória,
Decreto	16.676	28-9-44	30–9–44	Suspende a cobrança da taxa mencionada na tabela a que se refere o art 215 do Decreto n.º 3.010, de 20-8-38 (Renda de imigração).
Decreto-lei	6.914	29-9-44	2-10-44	Transforma o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricul tura em Serviço de Documentação.
Decreto-lei	6.964	17-10-44	19-10-44	Dispõe sôbre o recolhimento ao Tesouro Nacional, pelo Instituto de Res seguros do Brasil, das contribuições previstas no art. 109 dos seu estatutos.
Decreto-lei	7,013	1-11-44	4-11-44	Dispõe sôbre o policiamento interno de emprêsas e estabelecimento particulares.
Decreto-lei	7.038	10-11-44	13-11-44	Dispõe sôbre a sindicalização rural (Împôsto do sêlo).
Decreto '	17.149	16-11-44	18-11-44	Aprova as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização d comércio de chá preto.
Decreto-lei	7.060	21-11-44	23-11-44	Dispõe sõbre os contribuintes civis do Montepio Militar.
Decreto-lei	7.116	4-12-44	6-12-44	Modifica a taxa cobrada sôbre a lã em bruto e em fio.
Decreto-lei	7.173	19–12–44	21-12-44	Transfere a administração de Estrada de Ferro Tocantins para a Fundação Brasil Central.
Decreto-lei	7.192	23-12-44	27-12-44	Dispõe sôbre a administração fiscal dos territórios federais.
	1	1	1	

288 102.080.122 79.292.682 72.820.000 200.000	159.042.410 79.292.682 72.820.000 200.000
288 254.392.804	311.355.092
	79.292.682 72.820.000 200.000

CONSIGNAÇÕES	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$	TOTAL Cr\$
VERBA 1 — Pessoal		9	
I — Pessoal Permanente II — Pessoal Extranumerário	55,059.000	79 400 000	55.059.000
III Vantagens	1,902,200	78.400.000 1.158.900	78.400.000 3.061.100
IV — Indenizações	1.502.200	6.230.200	6,230,200
V — Outras Despesas com Pessoal		16.272.110	16.272.110
VI — Pessoal Adido e em Disponibilidade	1.088	18.912	20.000
TOTAL DA VERBA 1	56.962.288	102.080.122	159.042.410
VERBA 2 — Material			
T'MALID		25 22 22	
I — Material Permanente		26.027.022	26.027.022
III — Diversas Despesas		32.306,770 20.938.890	32.306.770
IV — Outras Despesas com Material		20.935.890	20.938.890 20.000
TOTAL DA VERBA 2		79.292.682	79.292.682
VERBA 3 — Serviços e Encargos		1	
I — Diversos		72.820.000	72.820.000
TOTAL DA VERBA 3		72.820.000	72.820.000
VERBA 4 — Eventuais			
I — Diversos		200.000	200.000
TOTAL DA VERBA 4		200.000	200.000

VERBA 1 — PESSOAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO 1 — Pessoal Permanente		
01 — Pessoal Permanente	55.059.000	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	55.059.000	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
04 — Contratados		5.154.300
05 — Mensalistas		35.215.800
06 - Diaristas		36.596.500
07 — Tarefeiros		512.000
08 - Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços		921,400
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		78.400.000
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
	, .	
09 — Funções gratificadas	1.545.000	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	•	486.300
14 — Gratificação de representação	140.400	459.600
16 — Gratificação de magistério	211.200	
17 — Gratificação de representação de Gabinete		213.000
19 — Auxílio para diferenças de caixa	5.600	
* TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	1.902.200	1.158.900
	3.061	.100
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações		
22 — Ajuda de custo		1.686.400
23 — Diárias		4.543.800
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		6.230.200
CONSIGNAÇÃO V — Outras despesas com Pessoal		
25 — Substituições	A Company	130.000
26 — Dilerença de vencimentos		224.650
27 - Outras despesas.		15.917.460
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		16.272.110

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO VI — Pessoal Adido e em Disponibilidade		
29 — Pessoal em disponibilidade	1.088	18.912
	1.088	18.912
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO VI	20.000	
	56.962.288	102.080.122
TOTAL DA VERBA 1	159.042.410	

VERBA 2 — MATERIAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Material Permanente	
01 — Animais destinados a trabalho, produção, criação e a outros fins	3.073.300
02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de	
tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção	
de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas	4.180.500
03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas	
a biblioteca ou coleções	1.137.640
24 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e útensílios	9.918.012
05 — Materiais e acessórios para instalações e segurança dos serviços de transporte, de comunicação, de canali-	
zação e de sinalização	400,000
06 — Material de acampamento e de campanha	127.480
9 — Material de ensino e educação; material artístico; insignias e bandeiras; instrumentos de música	298.730
3 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório,	
gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de seda	6.816.360
4 — Objetos históricos e obras de arte; espécimes e outras peças destinadas a coleções de qualquer natureza.	75.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	26.027.022
CONSIGNAÇÃO II Material de Consumo	
16 — Animais destinados a estudos, pesquisas, experiências e preparação de sôros, vacinas, produtos opoterápicos e veterinários, inclusive material para sua completa fabricação:	611,000
17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de es- crituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	2,907,196

[Verba 2 — Consignação I — Material Permanente — Conclusão]	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	VARIÁVEL Cr\$
19 — Combustiveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	4.820.501
20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico	455,000
21 — Forragem e outros alimentos para animais	2.793.300
22 — Gêneros de alimentação e de dieta; alimentos preparados; animais para corte; gêlo; artigos para fumantes.	3,504,000
23 — Material de consumo e conservação para serviços de acampamento e campanha	235,000
25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi- manufaturados destinados a qualquer transformação	5.295.034
26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; adubos em geral e corretivos; inseticídas e fungicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios em geral	4.859.980
27 — Sementes e mudas de plantas	5.105.500
28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	1.720.260
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II.:	32.306.770
CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas	
29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.582.465
30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	1.322.000
31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis	2,533,500
32 — Assinatura de órgãos oficiais	53.930
33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	82.000
35 — Despesas miúdas de pronto pagamento.::::::	441.900
37 — Iluminação, fêrça motriz e gás.:	1.592,225
38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês.::	2.993.900
39 — Seviços funerários.::::::::::	5.000
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	4.403.300
41 Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens.t	3.277.000
42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	651,670
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	20.938.890
CONSIGNAÇÃO IV — Outras Despesas com Material	
43 — Outras despesas:::::	20.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV	20,000
TOTAL DA VERBA 2.::::	79,292,682

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

	DOTAÇÃO (em cruseiros)
	VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
01 — Acidentes do trabalho	. 20.000
02 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	1.578.000
06 — Auxílios, contribuições e subvenções	.7 .825.871
08 — Acôrdos	18.350,000
15 — Defesa sanitária animal e vegetal	3.200.000
17 — Expedições científicas	1.500,000
26 — Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas	25,203,000
28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens.	335.000
29 — Reflorestamento e instalações de hortos	600.000
35 — Serviços clínicos e de hospitalização	8.600.000 30.000
6 — Serviços contratuais	3.182.129
II — Adaptação a gasogênio	100.000
17 — Propaganda e difusão cultural	941.000
TOTAL DA VERBA 3	755.000

VERBA 4 -- EVENTUAIS

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	varável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas	200.000
TOTAL DA VERBA 4	200.000

VERBA 1 -- PESSOAL

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)	
*	FIXA Cr\$	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Pessoal Permanente		
01 PESSOAL PERMANENTE		
04 - Departamennto de Administração		
01 — Divisão do Pessoal	55.059.C00	
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1	55.059.000	
CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário		
04 contratados		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal		5,154,30
05 — mensalistas		
04 — Departamento de Administração 06 — Divisão do Pessoal		35.215.80
06 diaristas		
04 — Departamento de Administração		36,596.5
06 — Divisão do Pessoal		00,020,0
07 — tarefeiros		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal		512.0
08 — novas admissões para atender ao desenvolvimento dos serviços		
04 — Departamento de Administração		921.4
06 — Divisão do Pessoal		78.400.0
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II		
CONSIGNAÇÃO — III Vantagens		
09 — funções gratificadas		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal	1.545.000	
12 — gratificação por serviço extraordinário		
04 — Departamento de Administração		
		486.

[Verba 1 — Consignação III — Vantagens — Conclusão]		'AÇÃO ruzeiros)
	FIXA Cr\$	VARIÁVEL Cr\$
14 — GRATIFICAÇÃO DE REPREJENTAÇÃO		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal	140.400	্ 459, 60 0
16 — GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO		409.000
04 — Departamento de Administração		•
06 — Divisão do Pessoal.	211.200	
17 — GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE		
01 — Gabinete do Ministro		
.01 — Gabinete do Ministro		213.000
19 — AUXÍLIO PARA DIFERENÇAS DE CAIRÀ		
04 — Departamento de Administração	•	
06 Divisão do Pessoal	5.600	
	1.902,200	1.158,900
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	3.061.	100
CONSIGNAÇÃO IV — Indenizações . 22 — AJUDA DE CUSTO		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal.		1.686,400
23 — DIÁRIAS		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal		4.543,800
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV		
	-	6.230.200
CONSIGNAÇÃO V — Outras Despesas com Pessoul		
25 — substituições		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal		130.000
26 — Diferença de vencimentos		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal	- 1	224,650

[Verba 1 — Consignação V — Outras despesas com Pessoal — Conclusão]	DOTA (em cru	
	FIXA Cr\$	variáv el Cr\$
27 — OUTRAS DESPESAS		
03 — Salário-família		
04 — Departamento de Administração	•	
06 — Divisão do Pessoal		12.000.000
04 — Outras despesas		
28 — Serviço de Proteção aos Indios		3.917.460
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO V		16,272,110
CONSIGNAÇÃO VI — Pessoal Adido e em Disponibilidade		
29 — PESSOAL EN DISPONIBILIDADE		
04 — Departamento de Administração		
06 — Divisão do Pessoal	1.088	18.912
	1.088	18.912
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO VI	. 20	.000
	56.962.288	102.080.122
TOTAL DA VERBA I	. 159.	042.410

VERBA 2 - MATERIAL

VERD	A 2 WA	TERIAL		
				DOTAÇÃO (em cruzeiros)
				VARIÁVEL Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Material	Permanent	te		
01 — animais destinados a trabalho, produção, criaç	ÃO E A OUT	ROS FINS		
01 — Animais para trabalho, produção e outros fins				
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas A	gronômicas			
01 — Serviço de Administração		15.000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronô	micas			
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	128.500			
02 — Instituto de Ecologia e Expe-				
rimentação Agrícolas	23.000			
05 — Instituto de Fermentação. 06 — Instituto Agronômico do	,56.000			
Norte	30.000	237.500	252.500	

ÃO

. 300

· [Verba 2 — Consignação I — Material Permanent	e — Continua	pão]		DOTAÇ (m cruzei
				VARIÁVI Cr\$
19 — Departamento Nacional da Produção Animal				
02 — Divisão de Caça e Pesca	6.400			
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	20.000			
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	80.000	106.400		
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral				
02 — Divisão de Águas		10.000		
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal				4
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	10.000			
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	100.000			
04 — Divisão de Terras e Colonização	40.000	150.000	'	
24 — Serviço de Expansão do Trigo	0.	30.000		
25 — Serviço Florestal		40.000		
28 — Serviço de Proteção aos Indios	•	146.000		
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		103.400	838.300	
02 - Animais reprodutores nacionais ou estrangeiros				
19 — Departamento Nacional da Produção Animal				
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal		1 500 000		
28 — Serviço de Proteção aos Indios		1.500.000		
	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	735.000	2.235.000	3.073.
· ·				
- AUTÓMOVEIS DE PASSAGEIROS; AUTO-CAMINHÕES, CAMINHONETES, Ô				
VIÁRIO DE TRACTO E DE MANTANOES, CAMINHONETES, O	NIBUS E AUT		DIAL PEDDO.	
VIÁRIO DE TRAÇÃO E DE TRANSPORTE; TRATORES; EQUIPAMENTOS MATERIAL PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIO; AVIÕES E ACESSÓRIOS; EL DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS	MECÂNICOS	PARA ESTRADAS I	DE PODACEM.	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater	MECÂNICOS MBARCAÇÕES	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU:	DE RODAGEM;	
PARA EXTINÇÃO DE INCENDIO; AVIÓES E ACESSÓRIOS; E	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de redazem:	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár material par ; outras via	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár material par ; outras via	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Emino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	MECÂNICOS MBARCAÇÕES vial ferroviár material par ; outras via	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár material par ; outras via	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas	MECÂNICOS MBARCAÇÕES ial ferroviár material par ; outras via	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 02 — Instituto de Eeologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola	MECÂNICOS MBARCAÇÕES vial ferroviár material par ; outras via	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 02 — Instituto de Eeologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola	MECÂNICOS MBARCAÇÕES vial ferroviár material par ; outras via: 295.000 206.000 70.000	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár material par ; outras vial 295.000 206.000 70.000 3.500	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas: mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas. 03 — Instituto de Química Agrícola 04 — Instituto de Óleas	mecânicos mbarcações material par ; outras via: 295.000 205.000 70.000 3.500 50.000	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d a extinção de inc turas 780.000	DE RODAGEM; FUANTE E DE e transporte; êndio; aviões	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola 04 — Instituto de Fermentação 05 — Instituto de Fermentação 06 — Instituto Agronômico do Norte	MECÂNICOS MBARCAÇÕES rial ferroviár material par ; outras vial 295.000 206.000 70.000 3.500	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU: io de tração e d a extinção de inc uras	DE RODAGEM;	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Eeologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola 04 — Instituto de Oleos 05 — Instituto de Fermentação 06 — Instituto Agronômico do Norte 19 — Departamento Nacional da Produção Animal	mecânicos mbarcações material par ; outras via: 295.000 206.000 70.000 3.500 50.000 200.000	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d a extinção de inc turas 780.000	DE RODAGEM; FUANTE E DE e transporte; êndio; aviões	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola 04 — Instituto de Oleos 05 — Instituto de Fermentação 06 — Instituto de Fermentação 07 — Departamento Nacional da Produção Animal 08 — Divisão de Caça e Pesca	mecânicos mbarcações material par ; outras via 295.000 206.000 70.000 3.500 50.000 200.000	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d a extinção de inc turas 780.000	DE RODAGEM; FUANTE E DE e transporte; êndio; aviões	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas. 03 — Instituto de Química Agrícola 04 — Instituto de Oleos 05 — Instituto de Fermentação 06 — Instituto de Fermentação 07 — Departamento Nacional da Produção Animal. 08 — Divisão de Caça e Pesca 09 — Divisão do Fomento da Produção Animal.	MECÂNICOS MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MB	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d a extinção de inc uras . 780.000	DE RODAGEM; FUANTE E DE e transporte; êndio; aviões	
DRAGAGEM; OUTRAS VIATURAS 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; mater tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas 03 — Instituto de Química Agrícola 04 — Instituto de Oleos 05 — Instituto de Fermentação 06 — Instituto de Fermentação 07 — Departamento Nacional da Produção Animal 08 — Divisão de Caça e Pesca	MECÂNICOS MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES (MBARCAÇÕES MBARCAÇÕES MB	PARA ESTRADAS I , MATERIAL FLU io de tração e d a extinção de inc uras . 780.000	DE RODAGEM; FUANTE E DE e transporte; êndio; aviões	

4.180.500

20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			VARIÁVEL Cr\$
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
02 — Divisão de Águas 05 — Laboratório da Produção Mineral	140.000 35.000	175.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	30.000 500.000		
04 — Divisão de Terras e Colonisação.,	240.000	770.000	
24 — Serviço de Ezpansão do Trigo		470.000	
25 — Serviço Florestal.		335.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		350.000	
29 — Superintendência do Ensino Agricola e Veterinário		50.000	4.180,500
	-		
- LIVROS, FICHAS BIBLIOGRÁFICAS IMPRESSAS, DOCUMENTOS, REVISTAS E OUTRAS PU	BLICAÇÕES ESPE	CIALIZADAS,	
DESTINADAS A BIBLIOTECA OU COLEÇÕES			
01 — Gabinete do Ministro			
01 — Gabinete do Ministro		10,000	
03 — Comissão de Eficiência		3.000	
04 — Departamento de Administração			
01 — Diretoria Geral	1.000		
03 — Divisão do Material	4.000 1.000		
04 — Divisão de Obras	4.000		
06 — Divisão do Pessoal	7.000		
08 — Serviço de Comunicações	50		
10 — Tesouraria	170	17.220	•
06 Serviço de Documentação		36.000 920	
07 — Seção de Segurança Nacional	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	720	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço de Administração	85,000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas			
Agronômicas			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação			
Agrícolas 70.000			
03 — Instituto de Química Agrícola 60.000			
04 — Instituto de Óleos 60.000			
05 — Instituto de Fermentação	350,000	435,000	
	330.000		
12 — Comissão Nacional do Gasogênio		5,000	
13 — Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do	Brasil	5.000	
15 — Conselho Nacional de Caça	********	4,000	

[Verba 2 → Consignação I → Material Permanente → (Continuação]	DOTAÇÃ((em cruzeiro
		VARIÁVEL Cr\$
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
01 — Diretorin Geral	3.000	
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	30,000	
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	10.000	
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal	10.000	
06 - Instituto de Biologia Animal	45.000	108.000
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral		
01 — Diretoria Geral	*******	200.000
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		
01 — Diretoria Geral	1.500	
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	40,000	
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	15.000	
04 — Divisão de Terra. Colonização		66.500
22 — Serviço de Economia Rural	••••••	20.000
23 — Serviço de Estatística da Produção	6 	7.000
24 — Serviço de Expansão do Trigo		25.000
25 — Serviço Florestal	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	50.000
27 — Serviço de Meteorologia		30.000
28 — Serviço de Proteção aos Indios:		5.000
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		100.000 1.137.6
MÁQUINAS, MOTORES, APARELHOS, SEUS ACESSÓRIOS; MATERIAL ELÉTI	RICO. DE TELECONIA DE TEL	PCDAPIA
DE TELEVISÃO, DE REFRIGERAÇÃO; MATERIAL FOTOGRÁFICO, MATERIAL GEM; FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	RIAL CINEMATOGRÁFICO B D	E FILMA-
04 - Departamento de Administração		
03 — Divisão do Material		36.500
10 Center Western L. W. C. D. C. A. A.		
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração	310,000	
the state of the s	910,000	
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronomicas		
00 Y 12 4 1 10 1 1 10 1 1 10 1 1 1 10 1 1 1 1 1	51.300	
colas	05,000	
	16,500	
	0.000	
00 8 121 1 1 1 1 1 1 1	0,000	170 000
the second secon		.472.800
06 — Serviço de Documentação	**************	170.000
12 — Comissão Nacional do Gasogênio		30.000
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios	************	92.000
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
02 — Divisão de Caça e Pesca		
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal	44.000	
06 — Instituto de Biologia Animal		

(em cruzeiro		iação]	[Verba 2 — Consignação I — Material Permanente — Continuaçã
variável Cr\$			
			•
			20 — Departamento Nacional da Produção Mineral
		. 363.500	02 - Divisão de Águas
		500,000	03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral
	***	30,000	04 — Divisão de Geologia e Mineralogia
	1,258,500	365,000	05 — Laboratório da Produção Mineral
			The Lands Ventel
		. 1,000.000	21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal
			03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal
	3.217.000		04 — Divisão de Terras e Colonização
			Of Divided de reside e communiques
	40.000	**********	22 — Serviço de Economia Rural
	3.000		23 — Serviço de Estatística da Produção
	0.000	***************************************	25 — Serviço de Estatistica da Produção
	43.000		24 Serviço de Expansão do Trigo
	400,000	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	25 — Serviço Florestal
	170 000		
-	130,000	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	27 — Serviço de Meteorologia
	520.000		28 — Serviço de Proteção aos Indios
			and the second s
9.918.	600,000		20 Function 10 and 1 February Application Victorial fair
			29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
	MUNICAÇÃO.		
400.		t transporte, de co	nteriais e acessórios para instalações e segurança dos serviços de tr de canalização e de sinalização
400.		t transporte, de co	ateriais e acessórios para instalações e segurança dos serviços de tr
400.		t transporte, de co	nteriais e acessórios para instalações e segurança dos serviços de tr de canalização e de sinalização
400.		t transporte, de co	ateriais e acessórios para instalações e segurança dos serviços de tr de canalização e de sinalização 27 — Serviço de Meteorologia
400.		t transporte, de co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.		t transporte, be co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10,000	transporte, me co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.		transporte, me co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10,000	transporte, me co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10,000	transporte, de C	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10,000	transporte, de Co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10.000	transporte, de Co	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10.000	3.980 10.000	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10.000	3.980 10.000	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10.000	3.980 10.000	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10.000	3.980 10.000	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10.000	3.980 10.000 45.500 5.000	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
	10,000 18,000 13,980 50,500	3.980 10.000 45.500	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
400.	10,000 18,000 13,980	3.980 10.000 45.500	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TE DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
	10,000 18,000 13,980 50,500	3.980 10.000 45.500	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
	10,000 18,000 13,980 50,500	3.980 10.000 45.500	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia
	10,000 18,000 13,980 50,500 30,000 5,000	3.980 10.000 45.500 5.000	ATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES E SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE TR DE CANALIZAÇÃO E DE SINALIZAÇÃO 27 — Serviço de Meteorologia

03 — Divisão do Materia!

3.000

04 — Departamento de Administração

	· [Verba 2 — Consignação I — Material Permanet	nte — Continuação)		DOTAÇÃO em cruzeiros)
				VARIÁVEL Cr\$
10 — Cer	ntro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
	- Universidade Rural	65.00	00	
05	Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas DI — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
	04 — Instituto de Óleos	6.000 5.000 11.00	75 000	e,
		11.00	00 76.000 	
19 — Deg	partamento Nacional da Produção Animal			
04 —	Divisão de Caça e Pesca Divisão do Fomento da Produção Animal	14.06		
		10.00	24.080	
21 — Dep	partamento Nacional da Produção Vegetal	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		4
04	Divisão de Terras e Colonização		. 30.800	
24 - Serv	riço de Expansão do Trigo		* 000	
			1	
25 Serv	riço Florestal		. 2.000	
27 — Serv	riço de Meteorologia	-		
29 Supe	erintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		. 144.860	- 298,730
				20,700
	DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SEDA			
04 — Depa	artamento de Administração			
04 — Depe	nstamento de Administração Divisão do Material	•••••	. 117.300	
03 —	artamento de Administração Divisão do Material			
03 — ; 06 — Serv	Divisão do Material			
03 — 3 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 3	Divisão do Material		33.000	
03 — 3 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 3	Divisão do Material		33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 —	Divisão do Material		33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01	Divisão do Material	100.000	33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01	Divisão do Material		33.000	
03 — 3 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 3 02 — 1 05 — 3 01	Divisão do Material		33.000	
03 — 3 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 3 02 — 1 05 — 3 01 02	Divisão do Material		33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01 — 02 — 03 — 04	Divisão do Material	359.000 325.000 359.000 238.000 150.000 200.000	33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01 — 02 — 03 —	Divisão do Material		33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01 — 04 — 05 — 06 — 07 — 08 — 09 — 09 — 00	Divisão do Material. ro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas Serviço de Administração. Universidade Rural. Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas. — Instituto de Química Agrícola. — Institutos de Óleos. — Instituto de Fermentação. — Instituto Agronômico do Norte	359.000 325.000 359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327,000	33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01 — 04 — 05 — 06 — 07 — 08 — 09 — 09 — 00	Divisão do Material	359.000 325.000 359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327,000	33.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01 — 02 — 01 — 02 — 03 — 04 — 05 — 06 —	Divisão do Material	359.000 325.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000	1.752.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 01 — 02 — 01 — 10 — Comi. 11 — Comi.	Divisão do Material	359.000 325.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000	1.752.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 04 05 — 12 — Comi. 17 — Conse.	Divisão do Material	359.000 359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000	1.752.000	
03 — 3 06 — Serv. 10 — Cente 01 — 3 02 — 1 05 — 3 04 05 06 12 — Comit	Divisão do Material	359.000 325.000 359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000	1.752.000	
03 — : 06 — Serv. 10 — Cente 01 — : 02 — 1 05 — : 01 02 03 04 05 06 12 — Comi 17 — Conse 19 — Depa 01 — I 02 — I 03 — I	Divisão do Material	359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000 4.700 280.000 90.000	1.752.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cente 01 — 02 — 05 — 01 02 03 04 17 — Conse 19 — Depare 01 — I 02 — I 03 — I 04 — I 04 — I	Divisão do Material	369.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000 4.700 280.000 90.000 150.000	1.752.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 3 02 — 1 05 — 3 04 05 06 12 — Comi. 17 — Conse. 19 — Depa. 01 — I 02 — I 03 — I 04 — I 05 — I	Divisão do Material	359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327,000 4.700 280.000 90.000 150.000	1.752.000 15.000 20.240	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 05 — 04 — 05 — 04 — 05 — 04 — 05 — 06 — 17 — Conse. 19 — Depa. 01 — 02 — 03 — 04 — 05 — 05 — 06 —	Divisão do Material. To Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas Serviço de Administração. Universidade Rural. Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas. — Instituto de Química Agrícola. — Institutos de Óleos. — Instituto de Fermentação. — Instituto Agronômico do Norte. saão Nacional do Gasogênio. elho Nacional de Proteção aos Indios. rtamento Nacional da Produção Animal. Divisão de Caça e Pesca. Divisão de Defesa Sanitária Animal. Divisão de Inspeção de Predução Animal. Divisão de Inspeção de Predutos de Origem Animantituto de Biologia Animal.	359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327,000 4.700 280.000 90.000 150.000	1.752.000	
03 — 06 — Serv. 10 — Cente 01 — 02 — 1 05 — 01 02 03 04 05 06 12 — Comie 17 — Conse 19 — Depar 01 — I 02 — I 05 — I 05 — I 05 — I 20 — Depar	Divisão do Material	359.000 238.000 150.000 300.000 80.000 1.327.000 4.700 280.000 90.000 150.000 150.000 170.120	1.752.000 15.000 20.240	
03 — 06 — Serv. 10 — Cente 01 — 02 — 05 — 01 02 03 04 05 06 12 — Comie 17 — Conse 19 — Depar 01 — 03 — 04 — 05 — 05 — 06 — 20 — Depar 01 —	Divisão do Material	359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000 4.700 280.000 90.000 160.000 170.120	1.752.000 15.000 20.240	
03 — 06 — Serv. 10 — Cente 01 — 02 — 05 — 01	Divisão do Material	359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327.000 4.700 280.000 90.000 150.000 170.120	1.752.000 15.000 20.240	
03 — 06 — Serv. 10 — Cent. 01 — 02 — 03 — 04 — 05 — 06 — I — I 06 — I 20 — Depar. 01 — I 02 — I 04 — I 05 — I 20 — Depar. 01 — I 02 — I 04 — I 05 — I 06 — I	Divisão do Material	359.000 238.000 150.000 200.000 300.000 80.000 1.327,000 4.700 280.000 90.000 150.000 170.120 400.000 708.800 100.000 69.200	1.752.000 15.000 20.240	

22 — Serviço de Economia Rural	DOTAÇÃO (em cruzeiro VARIÁVEL Cr\$
01 — Diretoria Geral. 5.000 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. 140.000 03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal. 200.000 04 — Divisão de Terras e Colonização. 31.000 22 — Serviço de Economia Rural. 120 25 — Serviço de Estatística da Produção. 65 24 — Serviço de Expansão do Trigo. 105	.000
01 — Diretoria Geral	.000
01 — Diretoria Geral	.000
03 — Divisão de Detesa Saintaria Vegetal. 03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal. 04 — Divisão de Terras e Colonização. 22 — Serviço de Economia Rural. 23 — Serviço de Estatística da Produção. 24 — Serviço de Expansão do Trigo.	.000
04 — Divisão de Terras e Colonização	.000
23 — Serviço de Estatística da Produção	
23 — Serviço de Estatistica da Produção	.000
24 — Serviço de Expansão do Irigo.,	
	6.000
25 — Serviço Florestal	.000
27 — Serviço de Meteorologia	.000
28 — Serviço de Proteção aos Indios	0.000
	6.816.3
14 — OBJETOS HISTÓRICOS E OBRAS DE ARTE; ESPÉCIMES E OUTRAS PEÇAS DESTINADAS A COLEÇÕES DE QUAL NATUREZA	QUER
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço de Administração	0.000
02 Universidade Rural	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios	5.000
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 03 — Divisão de Geologia e Mineralogia	0.000 75.0
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I	26.027.0
CONSIGNAÇÃO II — Material de Consumo	D.UMOS
16 — ANIMAIS DESTINADOS A ESTUDOS, PESQUISAS, EXPERIÊNCIAS E PREPARAÇÃO DE SÔROS, VACINAS, PRO OPOTERÁPICOS E VETERINÁRIOS, INCLUSIVE MATERIAL PARA SUA COMPLETA FABRICAÇÃO	BUTOS
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 02 — Universidade Rural	
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	2 000
03 — Instituto de Química Agrícola	2.000
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	1.0
02 — Divisão de Caça e Pesca	
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 7.000 370.000 370.000	9.000 611.
06 — Instituto de Biologia Animal	
17 — ARTIGOS DE EXPEDIENTE, DESENHO, ENSINO E EDUCAÇÃO; ARTIGOS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO; I	TICHAS
E LIVROS DE ESCRITURAÇÃO; IMPRESSOS E MATERIAL DE CLASSIFICAÇÃO, INCLUSIVE FICHAS BIBLICON	AFICAS
e de referência	
04 - Departamento de Administração	17 900
03 — Divisão do Material	43.800
06 — Serviço de Documentação	56.000
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	
01 — Serviço de Administração	
02 — Universidade Rural 80.000	

[Verba 2 — Consignação II — Material de Consun	no - Continuação	!		DOTAÇÃO
				VARIÁVEL
OZ — Service NV :				Cr\$
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas				
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	116.000			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação				
Agrícolas	79.000			
04 — Instituto de Óleos	20.000			
05 — Instituto de Fermentação	25.000			
06 — Instituto Agronômico do Norte	190.000			
-	50.000	480.000	600.000	
12 — Comissão Nacional do Gasogênio			5.000	
13 — Conselho de Fiscalisação das Expedições Artísticas e C				
14 — Conselho Florestal Federal			1.000	
			500	
15 — Conselho Nacional de Caça			1.265	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		15.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal				
01 — Diretoria Geral.		18.000		
Divisão de Caça e Pesca.		70.000		
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal.		60.000		
04 — Divisão de Fomento da Produção Animal		100.000		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Anima 06 — Instituto de Richesa Anima	d	120.000		
06 — Instituto de Biologia Animal		38.630	406.630	
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			i	
UI — Diretoria Geral		40.000		
Divisio de Aguas		40.000		
Divisão do Fomento da Produção Mineral		150.000 28.000		
Divisio de Geologia e Mineralogia		40.000		
05 — Laboratório da Produção Mineral		15.000	273.000	
		0	2.0.000	
11 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		~	Ì	
01 — Diretoria Geral.	· · • • • • • •	20.000	-0	
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal		80.000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal.		250.000	j	
04 — Divisão, de Terras e Colonização.		65.000	415.000	
2 — Serviço de Economia Rural	(240,000	
			240.000	
3 — Serviço de Estatística da Produção			65.000	
1 — Serviço de Expansão do Trigo			60.000	
5 — Serviço Florestal			50.000	
7 — Serviço de Meteorologia			230.000	
8 — Serviço de Protação aos Indios.	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		35,000	
9 — Superintendência do Ensino Agrácola e Veterinário			200.000	2,907,19
				2.507.25
BUSTIVEIS: MATERIAL DE LI ARTHURA				
BUSTIVEIS: MATERIAL DE LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA DE MÁQUE SSTALAÇÕES, DE MÁQUINAS E DE ADABELMAN	VIS: MITERIAL	TARA COSSERV	AÇÎO DE	
STALAÇÕES, DE MÁQUINAS E DE APARELHOS; SOBRESSALENTES :	DE MAQUINAS E	DE VIAT' (18)	RIGOS	
The second secon				
4 — Departamento de Administração				
03 — Divisão do Maldrial		9	181.660	

4.820.501

20

(Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo	- Continuaçã	0]		DOTAÇÃO
(Action a Countillation				(em cruzeiros)
				VARIÁVEL Cr\$
06 — Serviço de Documentação			3.000	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas				
01 — Serviço de Administração		287.000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	422.554			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação				
. Agricolas	385,000			
03 - Instituto de Química Agrícola	21.000			
04 — Instituto de Óleos	14,800			
05 — Instituto de Fermentação	141.000	1.104.354	1.391.354	
06 — Instituto Agranômico do Nonte	120.000	1.101.001		
12 Comissão Nacional do Gasogênio			30.000	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios			15.538	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal				
01 — Diretoria Geral		19.500		
02 — Divisão de Caça e Pesca		88.000		
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		80,000 300,000		
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	1	30.000		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Anima 06 — Instituto de Biologia Animal		32,559	550.059	
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral				
01 — Diretoria Geral		42.700		
02 — Divisão de Águas		500.000		
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia		17.400	100	
05 — Laboratório da Produção Mineral		35.000	595.100	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		. 33 000		
01 — Diretoria Geral		11,000		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal		110,000 600,000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal 04 — Divisão de Terras e Colonização		303.000	1.024.000	
22 — Serviço de Economia Rural			20.000	
23 — Serviço de Estatística da Produção			1.800	
			200.000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo			*	
25 — Serviço Florestal			202.000	
27 — Serviço de Meteorologia			130.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios	,		116.000	3
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário			360.000	4.820.50
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Vetermário				
— ARREIAMENTO, MATERIAL DE FERRAGEM E DE CONTENÇÃO DE AN	VIMAIS; MATE	RIAL DE COUDE	CLARIA OU DE	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas				
01 — Serviço de Administração		25.000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas				
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	64.500			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação				
Agrícolas	19.000			
05 — Instituto de Fermentação	36.000	120, 500	154.500	
06 — Instituto Agronômico do Norte	10.000	129.500	.51,000	

	ição}		DOTAÇÃO
			VARIÁVEL Cr\$
19 — Departamento Nacional da Produção Animal			
02 - Divisão de Caça e Pesca	3,000		
U3 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	10.000		
— Divisão do Fomento da Produção Animal	70,000		
06 — Instituto de Biologia Animal	31.500	114.500	5
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
02 — Divisão de Aguas	10,000		
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	7.000	17.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			4
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	5,000		
U3 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	50.000		
04 — Divisão de Terras e Colonização	25.000	80.000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		10.000	
		. 10.000.	
25 — Serviço Florestal		15.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		4.000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	60.000	465.0
ORRAGEM E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS			
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço de Administração	47 500		
U3 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	43.500		
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação			
Agrícolas			
03 — Instituto de Química Agrícola. 2.000 05 — Instituto de Fermentação. 30.000			
06 — Instituto de Permentação	85.000	128.500	
06 — Instituto Agronômico do Norte	85.000	128.500	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca		128.500	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000	128.500	
05 — Instituto Agronômico do Norte		128.500	
10.000 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000	9	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca. 05 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produção Animal 06 — Instituto de Biologia Animal	9.000 120.000 1.300.000	1.748,000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000	9	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000	9	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000	9	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca. 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal. 04 — Divisão de Fomento da Produção Animal. 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal. 06 — Instituto de Biologia Animal. 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 02 — Divisão de Águas. 04 — Divisão de Geologia e Mineralogia.	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000	1.748,000	
10.000 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 05. — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão de Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 06 — Instituto de Biologia Animal 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 02 — Divisão de Águas 04 — Divisão de Geologia e Mineralogia 21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000	1.748,000	
10.000 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000	1.748,000	
10.000 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 05. — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão de Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 06 — Instituto de Biologia Animal 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 02 — Divisão de Águas 04 — Divisão de Geologia e Mineralogia 21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 35.000	1.748,000	
10.000 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 35.000 18.000 350.000 30.000	1.748.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca. 05. — Divisão de Defesa Sanitária Animal. 04 — Divisão de Fomento da Produção Animal. 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal. 06 — Instituto de Biologia Animal. 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 02 — Divisão de Geologia e Mineralogia, 21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. 03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal. 04 — Divisão de Terras e Colonização.	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 35.000 16.000	1.748,000 50.000 398.000	
10.000 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca. 03. — Divisão de Defesa Sanitária Animal. 04 — Divisão de Inspeção de Produção Animal. 05 — Divisão de Inspeção de Produção Animal. 06 — Instituto de Biologia Animal. 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 02 — Divisão de Águas. 04 — Divisão de Geologia e Mineralogia. 21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. 03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal. 04 — Divisão de Terras e Colonização.	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 35.000 . 16.000	1.748.000 50.000 398.000 15.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 35.000 18.000 350.000 30.000	398.000 15.000 50.000	2.793,300
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 350.000 350.000 30.000	398.000 15.000 50.000 14.000 389.800	2.793,500
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 350.000 350.000 30.000	398.000 15.000 50.000 14.000 389.800	2.793,300
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca	9.000 120.000 1.300.000 4.000 315.000 350.000 350.000 30.000	398.000 15.000 50.000 14.000 389.800	2.793.300

235.000

(Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo — Continuaçã	0]		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
			variável Cr\$
			Cro
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal 04 — Divisão de Terras e Colonização		25.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		144.000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	-	3.300.000	3.504.00
23 — MATERIAL DE CONSUMO E CONSERVAÇÃO PARA SERVIÇOS DE ACAMPAMENTO E	CAMPANHA		
19 — Departamento Nacional da Produção Animal			•
02 — Divisão de Caça e Pesca	5.000		
04 - Divisão do Fomento da Produção Animal	170.000	175.000	
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
02 — Divisão de Águas		15,000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		45.000	235.00
25 — matérias primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados transformação	DESTINADOS	A QUALQUER	2
04 — Departamento de Administração		42.000	
03 — Divisão do Material			
06 - Serviço de Documentação		200.000	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
01 - Serviço de Administração	280.000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 292.000			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação			
Agrícolas 313.000			
03 Instituto de Química Agrícola 35,000			
04 — Instituto de Óleos			
05 — Instituto de Fermentação	1.093.327	1.463.327	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios:		16.333	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal			
01 — Diretoria Geral	2,000		0
02 — Divisão de Caça e Pesca	75.950		100
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	20.000		1
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	500,000		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal	11,000 75,400	684.350	
06 — Instituto de Biologia Animal			
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral	675 OOO		
02 — Divisão de Águas	535,000 50,000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral	18.000		
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia 05 — Laboratório da Produção Mineral	98.500	701.50	0
		•	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal	3,000		12
01 — Diretoria Geral	113.000		
03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal	120,000		-
04 — Divisão de Terras e Colonização	152.000	388.00	0

	(Verba 2 — Consignação II — Material de Consu	mo — Continua	ção]		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
					VARIÁVEL Cr\$
22	2 — Serviço de Economía Rural			267,000	
	5 — Serviço de Estatística da Produção			80,000	
	4 Serviço de Expansão do Trigo			61,500	
	5 — Serviço Florestal			171.000	
	7 — Serviço de Meteorologia			250,000	
	s — Serviço de Proteção aos Indios			420.000	•
				550.024	5.295.034
PROD	UTOS QUÍMICOS, BIOLÓGICOS, FARMACÊUTICOS E ODONTOLÓGICOS	SICOS; ADUBOS	EM GERAL E CO	RRETIVOS; IN-	
SEI	FICIDAS E PUNGICIDAS; ARTIGOS CIRÚRGICOS E OUTROS DE US	O NOS LABORA	TÓRIOS EM GER.	AL	•
04	— Departamento de Administração	•			
	03 — Divisão do Material			51.800	
06	— Serviço de Documentação			30.000	
10	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas				
	01 — Serviço de Administração,		40.000		
	02 — Universidade Rural		370.000		
	03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas				
	01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômi-				
	cas	288.000			
	Agrícolas	153.000 103.000			
	04 — Instituto de Óleos	100,000			
	05 — Instituto de Fermentação	500,000			
	06 — Instituto Agronômico do Norte	°60.000	1.204.000	1.614.000	
	· -			1.614.000	
	— Comissão Nacional do Gasogênio			8.000	
	· -				
17	— Comissão Nacional do Gasogênio			8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio		67.000	8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio. — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		67.000 200.000	8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal		67.000	8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio		67.000 200.000 120.000	8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal		67.000 200.000 120.000 100.000	8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio. — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 06 — Instituto de Biologia Animal — Departamento Nacional da Produção Mineral		67.000 200.000 120.000 109.000 217.000	8.000	
17	— Comissão Nacional do Gasogênio — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 06 — Instituto de Biologia Animal		67.000 200.000 120.000 100.000	8.000	

[Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo — Continuação]			DOTAÇÃO (em cruzeiros)
			variável Cr\$
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	00.000 82.000 30.000	1,412.000	
22 — Serviço de Economia Rural		20.000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		300.000	
25 — Serviço Florestal		25.000	
27 — Serviço de Meteorologia		20.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios	•••••	15.000	
29 Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		251.730	4.859.980
27 - sementes e mudas de plantas			
06 — Serviço de Documentação		40.000	
10 Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço de Administração	15.000		
02 — Universidade Rural	10.000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
05 — Instituto de Fermentação 200.000 06 — Instituto Agronômico do Norte 50.000	88.000	413.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal			
02 — Divisão de Caça e Pesca	2.500		8
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	25.000	27.500	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
	00.000		
04 — Divisão de Terras e Colonização	35.000	4.035.000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		500.000	
25 — Şerviço Florestal		30.000	
28 — Șerviço de Proteção aos Indios		20.000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		40.000	5,105.500

Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo — Con	tmuação]	
VESTUÁRIOS, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS; ARTIGOS E PEÇAS ACENSÓRIAN:	NUMBA TOP CAME IS	and a second second
TECIDOS E ARTEFATOS	ROOM DE CAMA, M	ESA E BANHO
04 — Departamento de Administração		
A Selver semélin de vanninistração		
03 — Divisão do Material		60.700
06 Serviço de Documentação		
Servico de Documentação		7.400
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
01 - Service de Administra e		
01 — Serviço de Administração	. 32.700	
02 - Universidade Rural	44.000	
· ·		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Λgronômicas		
01 - Serviço Nacional de Pesquisas Agronômi-	٧	
cas 13.78	0	
02 — Instituto de Ecologió e Experimentação		
Agrícolas 36.00 03 — Instituto de Química Agrícola 6.00		
04 — Instituto de Óleos		
05 — Instituto de Fermentação		
06 — Instituto Agronômico do Norte 25.000		192.480
14 — Conselho Florestal Federal		
14 — Conseino Florestal Federal		800
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios		3.000
	• • • • • • • • • • •	3.000
19 — Depositements N. J. L. D. J. D.		
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
01 Diretoria Geral.	12,400	
Divisão de Caça e Pesca	27 500	
05 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	20,000	
194 - Divisio do Fomento da Produção Animal.	90, 000	
05 - Divisio de Inspeção de Produtos de Origem Animal	40,000	
06 — Instituto de Biologia Animal	17,500	207.400
20 Departamento Nacional da Produção Mineral		
01 — Diretoria Geral		
02 — Divisão de Águas	8,500	
03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral.	25,200	
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia.	4,500	
05 Laboratório da Produção Mineral.	12 000 30 000	80,200
		(0.200)
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		
01 - Diretoria Geral	8,000	
171 Visão de Detesa Sanitária Vegetal	15,000	
Divisão do Fomento da Produção Vegetal .	30 000	
04 - Divisão de Terras e Colmização.	18 000	91 000
22 — Serviço de Economia Rural	_	20.000
		20 000
23 — Serviço da Estatística da Produção		5 250
24 — Serviço de Expansão do Trigo		20 900 i

DOTAÇÃO em cruzeiros)

VARIÁVEL Ci\$

.720.260

	[Verba 2 — Consignação II — Material de Consumo — Concl	usão]		m cr
				VARIÁ Cr
	25 — Serviço Florestal		100.000	
			32,000	
	27 — Serviço de Meteorologia			
	28 — Serviço de Proteção aos Indios		2.000	
	29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		900.000	1.
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO II	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		32.
	CONSIGNAÇÃO III — Diversas Despesas			
	4			
29 — /	ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM; ARMAZENAGEM, CARRETOS, ESTIVAS E C. COMENDAS, CARGAS E ANIMAIS; ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DÊSTES E DE SEGUROS DE TRANSPORTE	APATAZIAS; TRANSPORTE S SEUS TRATADORES EM	DE EN- VIAGEM;	
	04 — Departamento de Administração			
	03 — Divisão do Material		40,100	
	06 Serviço de Documentação		15.000	
	10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
5	01 - Serviço de Administração	29.000		
·	03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas		٠, ا	
	01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 205.56			
	Agrícolas			
	04 Instituto de Óleos 4.50			
	05 — Instituto de Fermentação		505.065	
	06 — Instituto Agronômico do Norte			
	12 — Comissão Nacional do Gasogênio		2,000	
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios		3.000	
	19 — Departamento Nacional da Produção Animal			,,
	02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 06 — Instituto de Biologia Animal	95,000 320,000 30,000	545.900	
	20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
		20.000		
	01 — Diretoria Geral			
	03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral	200.000	1	
	04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	90,000	575.000	
	05 Laboratório da Produção Mineral	35,000	0.0.00	

			DOTAÇÃO em cruzeiros
			VARIÁVEL Cr\$
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
01 — Diretoria Geral	16,000		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	60,000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	715,000 28,000	910.000	
		819,000	
22 — Serviço de Economia Rural	· · · · · · · · · •	50,000	
23 — Serviço de Estatística da Produção		2.400	•
24 - Serviço de Expansão do Trigo		245,000	
25 — Serviço Florestal	·	500,000	
27 — Serviço de Meteorologia		100,006	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		50,000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		150.000	
			3,582,4
GUA E ARTIGOS PARA LIMPEZA E DESINFEÇÃO: SERVIÇOS DE ASSEIO E HIGIÊNE: LAI ROUPAS; TAXAS DE ÁGUA, ESGÔTO E LIXO	AGEM E EN	COMAGEM DE	
04 — Departamento de Administração			
03 — Divisão do Material		200.000	
06 — Serviço de Documentação		4.500	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço de Administração.	270.000		
02 — Universidade Rural	32,500		
07 6			
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas		1	
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 28.600			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação			
Agrícolas			
03 — Instituto de Química Agrícola			
04 — Instituto de Óleos			
05 - Instituto de Fermentação 50,000			
06 Instituto Agronômico do Norte.: 15,000	162, 500	464,800	
12 — Comissão Nacional do Gasogênio.		2,000	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios			
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		3,000	
Departamento Nacional da Produção Animal			

[Verba 2 Consignação III — Diversas Despesas — Continuação]			DOTAÇÃO
			VARIÁVEL Cr\$
			Cra
03 - Divisão de Defesa Sanitária Animal	24.000		
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	40.000		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 06 — Instituto de Biologia Animal	11.000 25.000	136.500	
00 — Instituto de Biologia Animai		105.000	
20 — Departamento Nacional de Produção Mineral			
01 — Diretoria Geral.	21.000		
02 — Divisão de Águas	20.000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral	7.500		
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	10,000		
05 — Laboratório da Produção Mineral	20.000	78.500	
the second secon			
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
01 — Diretoria Geral	2.500		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	15.000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	70.000		
04 — Divisão de Terras e Colonização	17.000	104.500	
22 — Serviço de Economia Rural		50.000	
23 — Serviço de Estatística da Produção	· · · · · · · · · · · · · · · ·	6.200	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		12.000	
25 — Serviço Florestal	• • • • • • • • •	20.000	
27 — Serviço de Meteorologia		19.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		21.000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	.,	200.000	1.522.
LUGUÉL QU ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS; FOROS; SEGUROS DE BENS MÓVEIS E II	M(VEIS		
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	12.000		
03 — Instituto de Química Agrícola	2.000		
05 — Instituto de Fermentação	287.880	301.880	
		28 800	
12 C		28.800	
12 — Comissão Nacional do Gasogênio			
12 — Comissão Nacional do Gasogênio			
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	75.880		
	75.880 136.200		
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 02 — Divisão de Caça e Pesca			

	Vrba 2 Consignação III Diversas Despesas - Co				DOTAÇÃO
					VARIÁVEL Cr\$
20 Det	partamento Nacional da Produção Mineral				
01	Diretoria Geral		50 000		
03 -	Divisão do Fomento da Produção Mineral.		127.000 12.000		
04	Divisão de Geologia e Mineralogia		22.800	211.800	
21 — Dep	partamento Nacional da Produção Vegetal				
02	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal		61 440	-	
03	Divisão do Fomento da Produção Vegetal		64.440		•
04 —	Divisão de Terras e Colonização.		128.000	792.440	
22 Serv	riço de Economia Rural				
				500.000	
	riço de Expansão do Trigo		4.1.1.1	105.000	
	riço de Meteorologia			120.000	
28 — Serv	riço de Proteção aos Indios			112.500	2.533.5
ASSINATURA D	DE ÓRGÃOS OFICIAIS				
04 — Depe	artamento de Administração				
03 —	artamento de Administração Divisão do Material				53 9,
03 —	Distance I May 11				53 9.
03 — ASSINATURA D 04 — Depa	Divisão do Material E RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração			4.200	53 9
03 — ASSINATURA D 04 — Depa	Divisão do Material E RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração				53 9
03 — 04 — Depe 03 — 1 06 — Servi	Divisão do Material E REÇORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material iço de Documentação			4.200	53 9
03 — 04 — Depa 03 — 06 — Servi 10 — Centi	Divisão do Material B REÇORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material			4.200	53 9.
03 — 04 — Depa 03 — 06 — Servi 10 — Centr	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS Artamento de Administração Divisão do Material iço de Documentação ro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas Serviço de Administração			4.200	53 9
03 — ASSINATURA D 04 — Depa 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr	Divisão do Material RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS Artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação To Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			4.200	53 9.
03 — 04 — Deps 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr 01 — 3 03 — 8	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS Artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação			4.200	53 9.
03 — 04 — Deps 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr 01 — 3 03 — 8	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS Artamento de Administração Divisão do Material iço de Documentação To Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação			4.200	53 9.
03 — 04 — Deps 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr 01 — 3 03 — 5 04 05 06	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS Artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação	1.200 2.400 5.000	6.000	4.200	53 9
03 — 04 — Depu 03 — 06 — Servi 10 — Centi 01 — S 03 — S 04 — O5 06 — S	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação — Instituto Agronômico do Norte SSÃO Nacional do Gasogênio	1.200 2.400 5.000	6.000	4.200 16.500	53 9
03 — 04 — Depa 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr 01 — \$ 03 — \$ 04 05 06 12 — Comit	Divisão do Material E RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material iço de Documentação To Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação — Instituto Agronômico do Norte ssão Nacional de Proteção aos Indios silho Nacional de Proteção aos Indios	1.200 2.400 5.000	6.000	4.200 16.500 14.600 500	53 9
03 — 04 — Depa 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr 01 — 5 03 — 5 04 05 06 12 — Comit 17 — Conse 19 — Depar	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material A company de Administração Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas - Instituto de Óleos - Instituto de Fermentação - Instituto Agronômico do Norte ssão Nacional do Gasogênio elho Nacional de Proteção aos Indios rtamento Nacional da Produção Animal	1.200 2.400 5.000	6.000	4.200 16.500 14.600 500 5.600	53 9.
03 — 04 — Depai 03 — 06 — Servi 10 — Centr 01 — S 04 — O5 06 12 — Comit 17 — Conse 19 — Depai 01 — I	Divisão do Material RE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS Artamento de Administração Divisão do Material Aço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação — Instituto Agronómico do Norte ssão Nacional de Proteção aos Indios rtamento Nacional de Produção Animal Diretoria Geral	1.200 2.400 5.000	6.000	4.200 16.500 14.600 500	53 9.
03 — ASSINATURA D 04 — Depar 03 — 1 06 — Servi 10 — Centi 01 — 3 03 — 8 04 05 06 12 — Comit 17 — Conse 19 — Depar 01 — E 20 — Depar	Divisão do Material E RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação — Instituto Agronómico do Norte ssão Nacional de Proteção aos Indios rtamento Nacional da Produção Animal Diretoria Geral	1.200 2.400 5.000	6.000 8.600	4.200 16.500 14.600 500 5.600	53 9.
03 — 04 — Depa 03 — 1 06 — Servi 10 — Centri 01 — S 03 — S 04 05 06 12 — Comi 17 — Conse 19 — Depar 01 — E 20 — Depar 01 — D	Divisão do Material RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação — Instituto Agronômico do Norte ssão Nacional do Gasogênio Elho Nacional de Proteção aos Indios rtamento Nacional da Produção Animal Diretoria Geral	1.200 2.400 5.000	6.000 8.600 5.600	4.200 16.500 14.600 500 5.600	53 9
03 — ASSINATURA D 04 — Depa 03 — 1 06 — Servi 10 — Centr 01 — 3 03 — 5 04 05 06 12 — Comin 17 — Conse 19 — Depar 01 — D 20 — Depar 01 — E 02 — D 03 — D	Divisão do Material E RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS artamento de Administração Divisão do Material Iço de Documentação TO Nacional de Ensino e Pesquisas Agronómicas Serviço de Administração Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas — Instituto de Óleos — Instituto de Fermentação — Instituto Agronómico do Norte ssão Nacional de Proteção aos Indios rtamento Nacional da Produção Animal Diretoria Geral	1.200 2.400 5.000	6.000 8.600	4.200 16.500 14.600 500 5.600	53 93

			DOTAÇÃO (em cruzeiros)
			variável Cr\$
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
	6.500		
01 — Diretoria Geral	2.000	8.500	
22 — Serviço de Economia Rural		3.000	
23 — Serviço de Estatística da Produção		2.000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		2.000	
25 — Serviço Florestal		2.000	
27 — Serviço de Meteorologia,		1.500	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		3.000	82.00
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	-	3.000	62.00
55 — despesas miúdas de pronto pagamento	/		
01 Gabinete do Ministro			
01 — Gabinete do Ministro		3.000	
04 — Departamento de Administração			
01 — Diretoria Geral	1.500 2.000		
01 — Diretoria Geral	2.000 4.000	• .	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000	•	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000	13.500	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	13.500	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000		
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000 600 81.400	
03 — Divisão do Material. 05 — Divisão do Orçamento. 06 — Divisão do Pessoal. 08 — Serviço de Comunicações. 10 — Tesouraria. 06 — Serviço de Documentação 07 — Seção de Segurança Nacional. 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 02 — Universidade Rural. 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000	3.000	
03 — Divisão do Material. 05 — Divisão do Orçamento. 06 — Divisão do Pessoal. 08 — Serviço de Comunicações. 10 — Tesouraria. 06 — Serviço de Documentação 07 — Seção de Segurança Nacional. 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 02 — Universidade Rural. 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000 3.000	3.000 600 81.400	
03 — Divisão do Material. 05 — Divisão do Orçamento. 06 — Divisão do Pessoal. 08 — Serviço de Comunicações. 10 — Tesouraria. 06 — Serviço de Documentação 07 — Seção de Segurança Nacional. 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 02 — Universidade Rural. 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000 3.000 78.400	3.000 600 81.400	
03 — Divisão do Material. 05 — Divisão do Orçamento. 06 — Divisão do Pessoal. 08 — Serviço de Comunicações. 10 — Tesouraria. 06 — Serviço de Documentação 07 — Seção de Segurança Nacional. 10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas 02 — Universidade Rural. 03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas	2.000 4.000 3.000 2.000 1.000 3.000	3.000 600 81.400	

82.000

	, Verba 2 — Cor signação III — Diversas Despesas — Continuação]		DOTAÇÃO em cruzeiros
			v vriávei Cr\$
	20 — Departamento Nacional da Produção Mineral		
4	01 — Diretoria Geral		
	02 — Divisão de Águas		
	05 — Divisão do Fomento da Produção Mineral 5.000 04 — Divisão de Geologia e Mineralogia 9.500		
	05 — Laboratório da Produção Mineral 10.000	82.500	
	21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		
	01 - Directorio Corol		
	01 — Diretoria Geral 1.000 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. 20.000	1	4
	03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal		
	04 — Divisão de Terras e Colonização	66.000	
	22 — Serviço de Economia Rural	50.000	
		30.000	
	23 — Serviço de Estatística da Produção.	1.000	
	24 — Serviço de Expansão do Trigo	10.000	
	25 — Serviço Florestal	30.000	
	27, Serviço de Meteorologia	13.000	
	28 — Serviço de Proteção aos Indios	36.000	
	29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	27.900	441 000
	The state of the s		441.900
— 1L	uminação, fôrça mòtriz e gás		
	04 Departamento de Administração		
	03 — Divisão do Material.	115.000	
	10 Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	1	
	01 — Serviço de Administração.,		
	03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas		
	01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 104.525		
	02 - Instituto de Ecologia e Experimentação		
	Agricolas 56.000		
	03 — Instituto de Química Agrícola 27.500		
	04 — Instituto de Ólcos 20.000		
	05 — Instituto de Fermentação		
	06 — Instituto Agronômico do Norte	449.025	
		1 0000 1	
	12 — Comissão Nacional do Gasogênio	1.000	
	12 — Comissão Nacional do Gasogênio 17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios	8,000	
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios		
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios 19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 01 — Diretoria Geral 45 000		
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 01 — Diretoria Geral 45 000 02 — Divisão de Caça e Pesca 98 000		
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 01 — Diretoria Geral 02 — Divisão de Caça e Pesca 98 000 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 01 — Diretoria Geral 02 — Divisão de Caça e Pesca 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomeato da Produção Animal		
	17 — Conselho Nacional de Proteção aos Índios 19 — Departamento Nacional da Produção Animal 01 — Diretoria Geral 02 — Divisão de Caça e Pesca 98 000 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		

(Verba 2 Consignação III Diversas Despesas Continuação)			DOTAÇÃO (em cruzeiros)
			variávei. Cr\$
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
01 — Diretoria Geral	30,000 36,000		
.03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral	4.000		
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	4.000	170 000	
05 — Laboratório da Produção Mineral	65.000	139.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
01 Diretoria Geral	15.000		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	50.000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	100.000	195.000	
04 — Divisño de Terras, e Colonização	30.000	195.000	
22 — Serviço de Economia Rural		20.000	
23 — Servico de Estatística da Produção		3.500	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		7.000	
25 — Serviço Florestal		84.000	
27 — Serviço de Meteorologia		70.000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		7,000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		112,700	1,592,22
29 — Superintendencia do Elisino Agricola e vetermano	_		
.38 — publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês			
04 — Departamento de Administração			
03 — Divisão do Material		200,000	
06 — Serviço de Documentação		1.003.000	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço de Administração	35.000		
02 — Universidade Rural	96.000		.•
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 38.600			
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação			
05 — Instituto de Química Agricola			
05 — Instituto de Fermentação 10.000		100	
06 — Instituto Agronômico do Norte 133,000	259.100	390.100	
•		10.000	
12 — Comissão Nacional do Gasogênio			
12 — Comissão Nacional do Gasogênio		2.000	

1.592.225

[Verba 2 — Consignação III — Diversas Despesas — Continuação	0}		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
			VARIÁVEL Cr\$
19 - Departamento Nacional da Produção Animal			
•			
01 — Diretoria Geral	3,000		
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	30,000 15,000		
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal	18.000		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal	6.000		
	9.000	81.000	
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
01 — Diretoria Geral	12.500	ì	•
02 — Divisão de Aguas	146,000		
U3 — Divisão do Fomento da Produção Mineral	150.000	i	
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	113.500	. 1	
05 — Laboratório da Produção Mineral.	80.000	502.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal	9	1	
01 — Diretoria Geral	3,000		
U2 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	15,000		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	20,000		
04 — Divisão de Terras e Colonização	3.000	41,000	
22 — Serviço de Economia Rural		35,000	
23 — Serviço de Estatística da Produção		29.000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		5.000	
25 — Serviço Florestal		150.000	
27 — Serviço de Meteorologia		30,000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		61.400	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		54.400	0.008.0
	-	34,400	2.993.900
SERVIÇOS FUNERÁRIOS			
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário			5.000
ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e	trekman -		
04 — Departamento de Administração	INOVERS 6		
Adaptações, consertos e conservação de bens móveis			
03 — Divisão do Material	162,000	- 1	
06 — Serviço de Documentação			
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	10.000	1.0	
01 - Samin 1: 41 * * 4 * 4 * *			
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			
01 — Serviço Nacional de Pesqui-			
sas Agronomicas. 154.300			
· 02 — Instituto de Ecologia e Espe- rimentação Agrícolas 71.000			
rimentação Agricolas 71.000			

[Verba 2 - Consignação III - Diversas Despesas - Continuação]				
				VARIÁVEL Cr\$
05 — Instituto de Química Agrícola . 20.000 04 — Instituto de Óleos	355.300	605.300		
		10.000		
12 — Comissão Nacional do Gasogênio		12.000		
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios		4.000		
19 — Departamento Nacional da Produção Animal	•			
01 — Diretoria Geral	7.000 46.000			
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 04 — Divisão do Fomento da Produção Animal 05 — Divisão de Inapeção de Produtos de Origem	20.000			
Animal	12.000 35.000	220.000		
The state of Discognization of the state of				
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral				
01 — Diretoria Geral	10.000	r.	e	
02 — Divisão de Águas	186.000 7.000			
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	30.000	233.000		
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal				
	0.000			
01 — Diretoria Geral	9.000 130.000			
03 — Divisão de Fonento da Produção Vegetal	150.000			
04 — Divisão de Terras e Colonização	60,000	349.000		
22 — Serviço de Economia Rural		40.000		
23 Serviço de Estatística da Produção	, .	15.000		
24 — Serviço de Expansão do Trigo		15.000		•
25 — Serviço Florestal		40.000		
27 — Serviço de Meteorologia		70.000		
28 — Serviço de Proteção aos Indios		120.000		
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		100.000	1.995.300	
2 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis				
- 04 — Departamento de Administração				
03 — Divisão de Obras		100.000		
06 — Divisãa do Pessoal		110.000		
06 — Serviço de Documentação	,	100,000 \		
0 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas				
02 - Universidade Rural	70.000			

[Verba 2 — Consignação III	Diversas Despe	esas Continuaçã	ic}		DOTAÇÃO (em cruzeiros
					VARIÁVEL Cr\$
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agror	nômicas				
01 — Serviço Nacional de Pesqui-					
sas Agronômicas	100,000				
rimentação Agrícolas	20,000				
03 — Instituto de Química Agrícola	10,000				
06 — Instituto Agronômico do	-				
Norte	20.000	150.000	220.000		
19 — Departamento Nacional da Produção Ani	imal				4
01 — Diretoria Geral:		150 000			
02 — Divisão de Caça e Pesca		150,000			
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal.		397.000 50.000			
04 — Divisão do Fomento da Produção An		250.000			
06 — Instituto de Biologia Animal		66.000	943,000		
	_				
20 — Departamento Nacional da Produção Min	eral	•			
01 — Diretoria Geral::::		20.000			
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia		10,000			
05 — Laboratório da Produção Mineral		25.000	55.000		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal. 04 — Divisão de Terras e Colonização		271.000 100.000	371.000		
24 — Serviço de Expansão do Trigo.::::			23.000		
25 — Serviço Florestal			286.000	i	
27 — Serviço de Meteorologia			230.000	2.408.000	4 407 700
		_		2.400,000	4.403.300
SSAGENS, TRANSPORTE DE PESSOAL E DE SUAS BA	OAGENS				
04 - Departamento de Administração					
03 — Divisão do Material				194.000	
06 — Serviço de Documentação				20.000	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Ag	ronômicas				
01 — Serviço de Administração			56.000		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronô	micas		1		
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agre 02 — Instituto de Ecologia e Experi	nentação	120.000			
Agrícolas		55,0001			
03 — Instituto de Química Agrícola.		10.000			
04 — Instituto de Ólegs 05 — Instituto de Fermentação		20.000			
		100.000 80.000	385,000	441.000	
06 - Instituto Agronômico do Norte					

[Verba 2 — Consignação III — Diversas Despesas — Continuação]			DOTAÇÃO (em cruzeiros;
			variável Cr\$
12 — Comissão Nacional do Gasogênio		5.000	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios		15.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal 01 — Diretoria Geral	15,000		
01 — Diretoria Geral	60.000		
03 - Divisão de Defesa Sanitária Animal	150.000		
04 - Divisão do Romento da Produção Animal	242.000		
05 - Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal	150.000 - 30.000 ·	647.000	
06 — Instituto de Biologia Animal			
20 - Departamento Nacional da Produção Mineral			
01 — Diretoria Geral	60.000		
02 - Divicão de Águas	200.000		
03 - Divisão do Fomento da Produção Mineral	130.000		
04 - Divisão de Geologia e Mineralogia	50.000	540.000	
05 — Laboratório da Produção Mineral			
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
01 — Diretoria Geral	5.000		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	60.000		
03 - Divisão do Fomento da Produção Vegetal	600.000	767 000	
04 — Divisão de Terras e Colonização	100.000	765.000	
22 Serviço de Economia Rural		180.000	
		5.000	
23 — Serviço de Estatística da Produção.:		0,000	
24 — Serviço de Expansão do Trigo		100.000	
25 — Serviço Florestal		80.000	
		70,000	
27 — Serviço de Meteorologia		70,000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios		65.000	
		150.000	3.277.00
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	_		
- telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal			
04 — Departamento de Administração			
03 — Divisão do Material		61.300	
03 — Divisão do Material			.*
06 — Serviço de Documentação		8.000	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas			,
01 — Serviço de Administração	31.000		1
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas			1
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômi-			
cas			
Agrícolas			1
03 — Instituto de Química Agricola			
04 — Instituto de Óleos 4.000	A		1
05 — Instituto de Fermentação	85.100	116.100	
36 - Instituto Agronômico do Norte 13.000	00.110		

3.277.000

[Verba 2 — Consignação III — Diversas Despesas — Conclusão]		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
		VARIÁVEL Cr\$
12 — Comissão Nacional do Gasogênio	2.000	
14 — Conselho Florestal Federal	600	
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios	5.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
01 — Diretorio Corol		4
02 — Divisão de Caça e Pesca		
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal 20.000	.	
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal		
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 13.000		
06 — Instituto de Biologio Asimal	111 000	
6.000	111.000	
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral		
01 — Diretoria Geral		
02 — Divisão de Águas		
03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral		
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	-	
05 — Laboratório da Produção Mineral	36.500	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		
01 Directoria Const		
02 — Divisão do Defese Sociétais Vanda		
03 - Diniga de Ferrente de De 1 a 17 de 1		
M - Divisão de Terres e Calarina (
12.000	85.000	
22 — Serviço de Economia Rural	50.000	
23 — Serviço de Estatística da Produção.	4.500	
24 — Serviço de Expansão do Trigo.	16.500	
25 — Serviço Florestal	25.000	
27 — Serviço de Meteorologia	90 000	
28 — Serviço de Proteção aos Indios.	6,600	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	33.570	651 670
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO TII		651.670
		20.938.890

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO IV — Outras Despesas com Material	
43 — OUTRAS DESPESAS	
25 — Serviço Florestal	20.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV	20.000
TOTAL DA VERBA 2	79.292.682
VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	
	DOTAÇÃO (m cruzeiros)
	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
01 — ACIDENTES DO TRABALHO	
04 — Departamento de Administração	
05 — Divisão do Orçamento	20.000
02 — seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	
01 — Seleção	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	
02 — Universidade Rural	
a) Concursos e provas	
02 — Aperfeiçoamento e especialização de pessoal	4
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	
· 02 — Universidade Rural	
a) Viagem ao estraugeiro de um professor e de um aluno diplomado, de acôrdo com os arts. 466 e 469 do Regulamento da Escola de Agronomia	
c) Viagem ao estrangeiro, de cinco alunos, na forma do decreto-lei n. 4.083, de 4-2-42	1.578.000

DOTAÇÃO (em cruzeiros)

	[Verba 3 — Consignação I — Diverses — Continuação]		
AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES	e subvenções		
— Auxílios			
04 — Departamento de	e Administração		
05 — Divisão do (Orçamento		
ment	ciedade Nacional de Agricultura para desenvolvi- o dos trabalhos de propaganda agrícola e for-		
maçã	o do espírito cooperativista na classe rural ciedade Brasileira de Agronomia para ampliar a	100.000	
. edição	o de seus boletins especializados	30.000	
ampli	ar a edição de seus boletins especializados	30.000	
seu P	arque de Exposições	1,000,000	
"Wen	manutenção de alunos da Escola de Horticultura ceslau Bello" da Sociedade Nacional de Agri		
cultur	ra, no Horto da Penha, no Distrito Federal	↑ 150.000	1.310.000
10 — Centro Nacional	de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
02 — Universidade			
a) Aos i	Diretórios Acadêmicos		16 000
19 - Departamento Na	acional da Produção Animal		
02 — Divisão de C	aça e Pesca .		
a) Às co	lônias de pescadores, para manutenção de suas		
b) Para	las, nos termos do decreto-lei n. 2.655, de 2-10-40 execução das leis, regulamentos e demais dispo-	200.000	
aiçõ	es federais sôbre caça e pesca, na forma do artigo		
11	lo Regulamento aprovado pelo decreto-lei pú-		
14.0	1 100 1 10 0 000		
mer	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do		
mer Pare	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná	222.300	
mer Pare c) Pare	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná.	222.300	
mer Pari c) Para siçõ tigo	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sobre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei	222.300	
mer Para e) Para siçõ tigo n. 1	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei. 159, de 15-3-939, no território do Estado de	222.300	
mer Para e) Para siçõ tigo n. 1 S. I	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais dispo- es federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo	222.300	
mer Para e e) Para e siço tigo n. 1 S. I	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo		
mer Para c) Para siçõi tigo n. 1 S. I d) Para siçõe	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei 159, de 15-3-939, no território do Estado de caulo. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar-		
mer Para c) Para c siçõi tigo n. l S. F. d) Para c siçõi tigo tigo tigo tigo tigo tigo tigo tig	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei 1.159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei		
mer Para c) Para siçõi tigo n. 1 S. I d) Para siçõi tigo n. 1	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo reccução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do	513.180	
mer Paru c) Para e siçõe tigo n. 1 S. E d) Para e siçõe tigo n. 1 Rio c) Para e	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais dispo- es federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo execução das leis, regulamentos e demais dispo- es federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro execução das leis, regulamentos e demais dispo- execução das leis, regulamentos e demais dispo-		
mer Paru e) Para siçõe tigo n. 1 S. H d) Para siçõe tigo n. 1 Rio e) Para	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar-	513.180	
mer Para e) Para siçõe tigo n. 1 S. H d) Para siçõe tigo n. 1 Rio e) Para siçõe tigo	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do na . execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei . 159, de 15-3-939, no território do Estado de . execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei . 159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro . execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 11 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .	513.180	
mer Para e) Para siçõ tigo n. 1 S. F d) Para siçõ tigo n. 1 Riio e) Para siçõ tigo n. 1 Riio e) Para siçõ tigo n. 1	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 11 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de	513.180 21.391	
mer Paru c) Para siçõe tigo n. 1 S. E d) Para siçõe tigo n. 1 Rio e) Para siçõe tigo n. 1 Mini	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do na execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo	513.180	976 971
mer Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Min.	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do naí. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo	513.180 21.391 20.000	976 971
mer Paru e) Para siçõe tigo n. 1 S. I d) Para siçõe tigo n. 1 Rio e) Para siçõe tigo n. 1 Min. 03 — Divisão de D. a) Aos cr	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesco, na forma do ar- 11 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de as Gerais efesa Sanitária Animal efesa Sanitária Animal	513.180 21.391 20.000	976 871 190.000
mer Paru e) Para siçõe tigo n. 1 S. I d) Para siçõe tigo n. 1 Rio e) Para siçõe tigo n. 1 Min. 03 — Divisão de D. a) Aos cr	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do naí. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo	513.180 21.391 20.000	
mer Paru e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Min. 03 — Divisão de D. a) Aos cr. 04 — Divisão do Fe a) Manut	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesco, na forma do ar- 11 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de as Gerais efesa Sanitária Animal efesa Sanitária Animal efesa Sanitária Animal enção de registo genealógico, mediante contrato	513.180 21.391 20.000	
mer Paru e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Min. 03 — Divisão de D. a) Aos cr. 04 — Divisão do Fo a) Manut a) Ao	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo	513.180 21.391 20.000	
mer Paru e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Rio e) Para e siçõe tigo n. 1 Min. 03 — Divisão de D. a) Aos cr. 04 — Divisão do Fe a) Manut a) Ao fo À	o 1.159, de 15-3-939, no território do Estado do aná. execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de Paulo execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesca, na forma do ar- 10 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado do de Janeiro execução das leis, regulamentos e demais disposes federais sôbre caça e pesco, na forma do ar- 11 do Regulamento aprovado pelo decreto-lei .159, de 15-3-939, no território do Estado de as Gerais efesa Sanitária Animal efesa Sanitária Animal efesa Sanitária Animal enção de registo genealógico, mediante contrato	513.180 21.391 20.000	

08

	[Verba 3 — Consignação I — Diversos —	Continuação]		
	A) À Associação dos Criadores de Ca-			
	valos Crioulos	20,000		
	e) À Associação Brasileira de Cria-			
•	dores Bovinos da Raça Holan- desa	30,000		
	f) À Associação de Registo Genealó-	30.000		
	gico Sul Riograndense	40.000		
	A Associação de Registo Genealó- (C.) (C.) (C.) (C.) (C.) (D.) (C.) (D.) (D.	00.000		
	gico da Raça "Schwitz" do Brasil h) Ao Consórcio Profissional Coope-	- 20.000		
	rativo dos Criadores do Cavalo			
	Campolina	20.000		
	i) Ao Brasil Kennel Club	10.000		
	j) À Sociedade Rural do Triângulo Mineiro	20,000		
	1) À Associação de Criadores de Bo-			
	vinos da Raça "Mocha Nacional"	20,000		
	m) À Associação de Criadores de Gado "Jersey"	20.000		
	n) À Associação de Criadores de Ju-	20.000		
	mentos da Raça Brasileira	20,000		
	o) À Associação de Criadores de Ho-	.* 20.000	*20 000	¢
	landês do Rio Grande do Sul	20,000	320,000	
r	b) Aos criadores para transporte de reprodu c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	tinados à con-	200,000	720.000
, • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	c) Aos criadores para construção de silos des	tinados à con-		720,000
28 — Serviç	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	
28 — Serviç	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	
03 — Subvençõe	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	
03 — Subvençõe 04 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	
03 — Subvençõe 04 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I – Acôrdos	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I - Acôrdos 19 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, d	200.000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I - Acôrdos 19 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, de acôrdo con de 28-5-1943	200,000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I - Acôrdos 19 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, de com os Estados	200,000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I — Acôrdos 19 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, de acôrdo con de 28-5-1943	200,000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I — Acôrdos 19 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, decreto n. 7	200,000 le dezembro le 6-4-1936	720,000
03 — Subvençõe 04 — Depai 05 — I — Acôrdos 19 — Depai	c) Aos criadores para construção de silos des servação de forragens verdes	o n. 9.214, de 15 decreto n. 736, de 28-5-1943	200,000 le dezembro le 6-4-1936	3,703,000

DOTAÇÃO (em cruzeiros)

> variável Cr\$

> > 7.825.871

			DOTAÇÃO (em cruscirus)
			VARIÁVEL Cr\$
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal			
a) Fomento da Produção Animal em colaboração com os			
Estados			
a) Pará 600.000			
6) Maranhão	1.200.000	2.100.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			
03 - Divisão do Fomento da Produção Vegetal			
a) Fomento da Produção Vegetal em colaboração com os Estad	dos		•
a) Amazonas	400,000		
b) Pará	900,000		
c) Maranhão	1.500,000		
d) Piauí	600.000		
e) Ceará	800,000		
f) Rio Grande do Norte	800,000		
9) Paraíba	900.000		
i) Alagoas	1.400.000		
j) Sergipe.	1.500.000		
1) Bahia	800,000		
m) Espírito Santo	1.200.000		
n) Rio de Janeiro	1,000,000		
o) Distrito Federal	600.000		
p) Paraná	800,000		
q) Santa Catarina	500,000		
r) Goiaz	400.000	14.900,000	
_			
22 — Serviço de Economia Rural			
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic	ca da produ-		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados	ca da produ-		
 a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômio ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas 	ca da produ-		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará			
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão	50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão d) Piauí	50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará	50.000 50.000 50.000	·	
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ccará f) Rio Grande do Norte	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte g) Paraíba	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000	·	
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ccará f) Rio Grande do Norte p) Paraíba h) Pernambuco	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000	·	
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ccará. f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba. h) Pernambuco. i) Alagoas. f) Sergipe. l) Bahia.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ccará. f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba. h) Pernambuco. i) Alagoas. j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará. f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba. h) Pernambuco. i) Alagoas. j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo. n) Rio de Janeiro.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ccará. f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo a) Rio de Janeiro. o) São Paulo l) Parasá b) Parasá l) Parasá	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro o) São Paulo p) Paraná	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ccará. f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo a) Rio de Janeiro. o) São Paulo l) Parasá b) Parasá l) Parasá	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro o) São Paulo p) Paraná q) Santa Catarina.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco. i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro. o São Paulo p) Paraná d) Santa Catarina c) Rio Grande do Sul	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000	950 000	
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí e) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe l) Bahia m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro. o) São Paulo o) Paraná q) Santa Catarina r) Rio Grande do Sul s) Minas Gerais l) Goiaz	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000	950 000	
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ccará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco. i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo. n) Rio de Janeiro. o) São Paulo p) Paraná d) Santa Catarina. c) Rio Grande do Sul j) Minas Gerais. l) Goiaz 25 — Serviço Florestal	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000	950 000	
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro. o) São Paulo p) Paraná d) Santa Catarina r) Rio Grande do Sul j) Minas Gerais l) Goiaz 25 — Serviço Florestal a) Reflorestamento em colaboração com o Estado do Maran.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000	950 000	, 13 550 000
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba. h) Pernambuco. i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro. o) São Paulo p) Paraná d) Santa Catarina. r) Rio Grande do Sul. s) Minas Gerais. l) Goiaz 25 — Serviço Florestal a) Reflorestamento em colaboração com o Estado do Maran.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		, 13 550 000
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas. b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ccará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco. i) Alagoas. j) Sergipe. l) Bahia. m) Espírito Santo. n) Rio de Janeiro. o) São Paulo p) Paraná. d) Santa Catarina. c) Rio Grande do Sul. s) Minas Gerais. l) Goiaz	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		19 550 000
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ccará f) Rio Grande do Norte. o) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe l) Bahia. m) Espírito Santo. n) Rio de Janeiro. o) São Paulo p) Paraná. d) Santa Catarina. c) Rio Grande do Sul j) Minas Gerais t) Goiaz 25 — Serviço Florestal a) Reflorestamento em colaboração com o Estado do Maran	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		. 19 550 000
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão d) Piauí c) Ccará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas f) Sergipe f) Bahia m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro o) São Paulo p) Paraná d) Santa Catarina c) Rio Grande do Sul f) Minas Gerais f) Goiaz 25 — Serviço Florestal a) Reflorestamento em colaboração com o Estado do Maran FESA SANITÂRIA ANIMAL E VEGETAL 19 — Departamento Nacional da Produção Animal O3 — Divisão de Defesa Sanitária Animal	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		. 19 550 000
a) Expansão Cooperativista no País, para organização econômic ção, em colaboração com os Estados a) Amazonas b) Pará c) Maranhão. d) Piauí c) Ceará f) Rio Grande do Norte. g) Paraíba h) Pernambuco i) Alagoas j) Sergipe. l) Bahia m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro. o) São Paulo p) Paraná d) Santa Catarina c) Rio Grande do Sul j) Minas Gerais l) Goiaz 25 — Serviço Florestal a) Reflorestamento em colaboração com o Estado do Maranifessa Sanitária animal e vegetal.	50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000 50.000		. 19 550 000

		(em cruzeiros)
		variável Cr\$
21 — Départamento Nacional da Produção Vegetal		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal		
a) Para combate a doenças e pragas da lavoura	2.000.000	3.200.000
- exposições		
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisia Agronômicas		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas		
05 — Instituto de Fermentação		
a) Para exposição vitivinícola	20.000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
04 - Divisão do Fomento da Produção Animal		
a) Exposição nacional de animais e produtos derivados, conforme contrato		
a) Estado de São Paulo		
ção Animal, para despesas de qualquer natureza com a orga- nização da 12a. Exposição Na- cional de Animais e Produtos		
Derivados		
b) Exposições estaduais de animais, conforme contrato		
a) Estado da Bahia		
b) Estado do Rio Grande do Sul 100.000		
d) Estado do Paraná , 100.000		
e) Estado de Sergipe		
c) Exposições regionais promovidas por criadores, associações, municípios ou Estados		- N
d) Auxílio ao Brasil Kennel Club para a Exposição de cães. 15.000	1.265.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		
* 01 + Diretoria Geral		
a) Para exposições agrícolas e de produtos e sub-produtos de origem ve-		
a) Para exposições agricolas e de produtos e sub-produtos de origent ve-	150.000	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		
a) Exposições, inclusive instalação de mostruários de produtos agrícolas regionais, na Escola Agrícola de Barbacena e nos Aprendizados Agrícolas	65.000	1.500.00

[Verba 3 — Consignação I — Diversos — Continuação]		DOTAÇÃO em cruzeiros)
		VARIÁVEL
		Cr\$
- EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS		
28 — Serviço de Proteção aos Indios		
a) Estudos etnográficos		600 000
PRÊMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS		
04 — Departamento de Administração		4
05 — Divisão do Orçamento	_	
a) Para concessão de prêmios na forma do artigo 1.º do decreto-le n.º 7.002, de 30 de outubro de 1944	i 25.000,000	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
02 - Universidade Rural		
a) Aquisição de medalhas para prêmios escolares	3,000	
19 — Departamento Nacional da Produção Animal		
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal		
a) Prêmios a criadores, sericícultores, apicultores, aviculto- res e piscicultores, pela boa qualidade de produtos apresentados em exposições de animais e produtos	1	
derivados	1	
05 — Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal		
a) Prêmios a que se refere a alínea b do art. 10 do decreto- lei n. 921, de 1-12-1938	202.200	
let n. 921, de 1-12-1938 100.000	200,000	25 203,000
RECEPÇÕES, EXCURSÕES, HOSPEDAGENS E HOMENAGENS		
01 — Gabinete do Ministro		
01 — Gabinete do Ministro	50,000	
10 - Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
02 — Universidade Rural		
03 Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas		
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 5 (00) 06 — Instituto Agronômico do Norte 20 (00) 25 (00)		
U6 — Instituto Agronômico do Norte 20 (NR) 25 (NR)	245 000 .	
29 — Seperintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	40,000	333 000
REFLORESTAMENTO E INSTALAÇÕES DE HORTOS		
25 — Serviço Florestal		
a) Para ampliação dos trabalhos de refjorestamento a cargo dos hortos		
florestais	200 000 500 000	
6) Para prostoguimento do plantio de quina	100 (00)	600 000

8.600.000

30.000

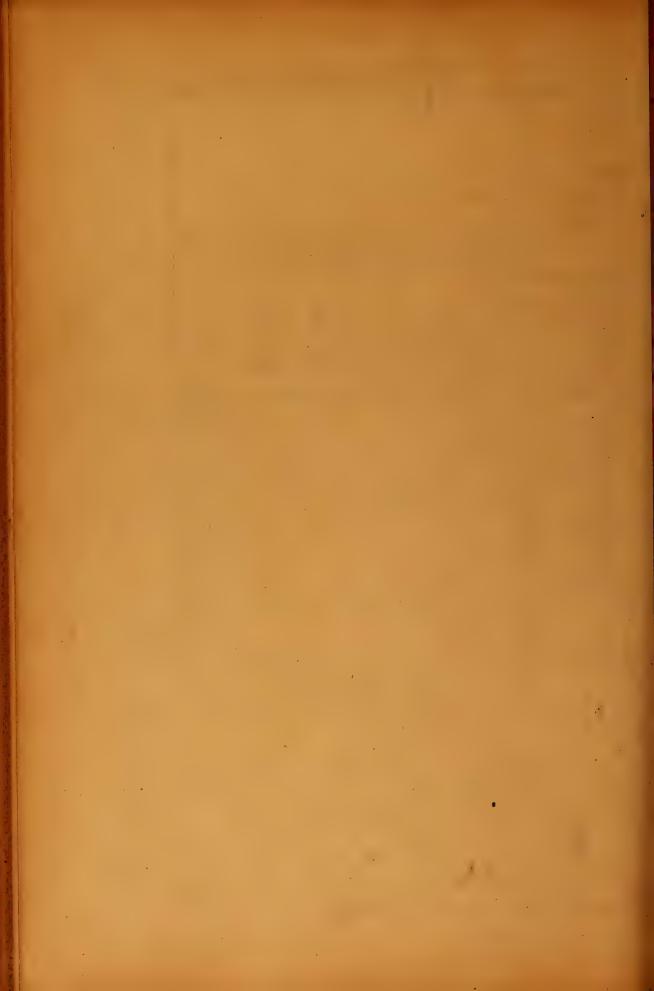
3.182.129

140 PHINISTERIO DA NORICEBIONA		
[Verba 3 — Consignação I — Diversos — Continuação]		DOTAÇÃO (em cruzeiros)
		variável Cr\$
32 — reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores		
19 Departamento Nacional da Produção Animal		
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		
a) Medicamentos, drogas, sôros, vacinas, produtos quí- micos e biológicos, seringas, agulhas e termômetros. 1.000.000	*	
04 - Divisão do Fomento da Produção Animal		
a) Reprodutores adquiridos no país ou no estrangeiro		
b) Material e produtos próprios para avi-	2,300.000	
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal		
a) Material agrícola, inseticidas e fungicidas:		
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal		
a) Material agrícola, adubos e corretivos 5.000.000	6.000.000	
24 — Serriço de Expansão do Trigo		
a) Material agrícola, adubos e corretivos	300.000	8.600.00
35 — serviços clínicos e de hospitalização		
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário		
a) Prestados a educandos		30.00
36 — Serviços contratuais		
11 — Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
a) Para pagamento da quota da União relativa à construção, por inter- médio da Estrada de Ferro Central do Brasil, de uma ligação ferro- viária com o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
no Km. 47 da Rodovia Rio-São Paulo	2.000.000	15
23 — Serviço de Estatística da Produção		
a) Serviços mecânicos de estatística e contabilidade	235.000	2.8
27 — Serviço de Meteorologia		
a) Pagamento às Missões Salesianas, conforme contrato, de serviço de observações meteorológicas em estações situadas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso b) Serviços mecânicos de estatística e contabilidade c) Serviços de perfuração e conferência de cartões cor-		
respondentes a questionários de observações aerológicas até 1943		· ·
d) Serviços de perfuração e conferência de cartões correspondentes a questionários aerológicos do exercício		
de 1944	947.129	3.182.1

200.000

[Verba 3 — Consignação I — Diverzos — Conclusão]	Don. Y
	DOTAÇÃO (em cruzciros)
	VARIÁVEL Cr\$
41 — ADAPTAÇÃO A GASOGÊNIO	
04 — Departamento de Administração	
03 — Divisão do Material	
a) Aquisição de aparelhos de gasogênio e sua instalação em auto-caminhões, caminho- netes e ônibus oficiais, inclusive revisão nos motores a screm adaptados	100.000
7 PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL	
06 — Serviço de Documentação	•
a) Aquisição de publicações de reconhecida utilidade para distribuição egratuita, inclusive compra de direitos autorais, pagamento de tra-	
duções, revisões e aquisição de jornais diários	
dicas	
e) Pagamento de sincronização e revelação de filmes cinematográficos 20.000 d) Custeio das campanhas dos clubes agrícolas escolares	042 000
a) Custeto das campanhas dos ciubes agricolas escolares	941.000
- SERVIÇOS EDUCATIVOS E CULTURAIS	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	
02 — Universidade Rural	
a) Para instituição de bolsas de estudo 600.000	
14 — Conselho Florestal Federal	
a) Para a festa da árvore	
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	
a) Para a realização da semana do agricultor na Escola Agrícola de Barbacena e nos Aprendizados Agrícolas	755.000
TOTAL DA VERBA 5	72.820.000
. VERBA 4 — EVENTUAIS	
	DOTAÇÃO
	em cruzeiros)
- 2-	variável Cr\$
CONSIGNAÇÃO I — Diversos	
DESPESAS IMPREVISTAS NÃO CONSTANTES DAS TABELAS	
01 — Gabinete do Ministro	
01 - Gabinete do Ministro	200.000

TOTAL DA VERBA 4.



DESPESA PÚBLICA

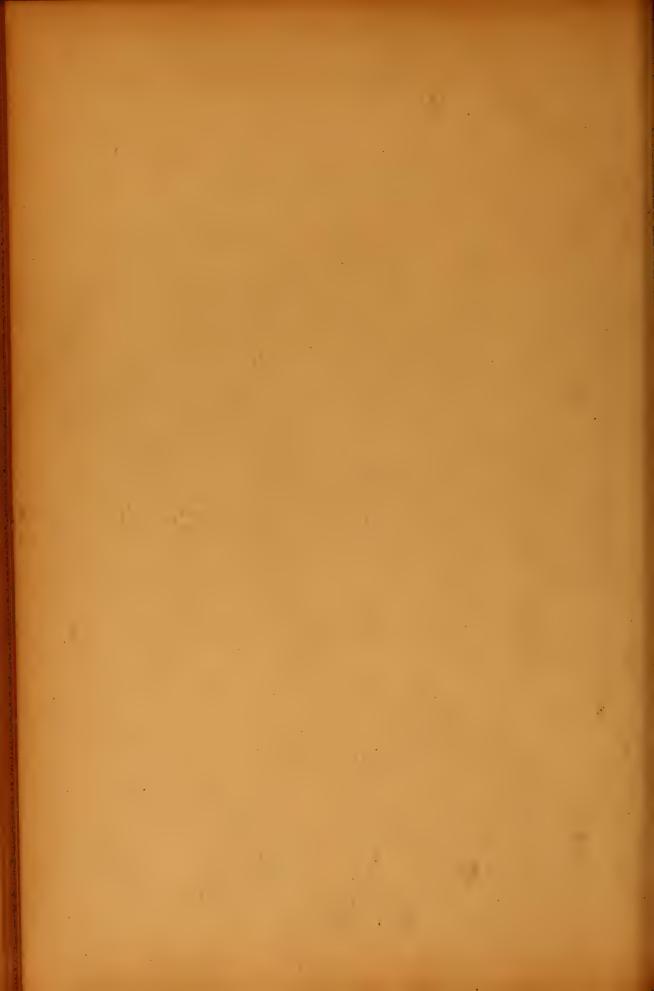
Discriminação, por Unidades Administrativas, da Despesa Federal para 1945

(Party referents as Minterfeld in English)

(Parte referente ao Ministério da Agricultura)



NOTA EXPLICATIVA



O RELATÓRIO que acompanhou a proposta orçamentária para 1944, a Comissão de Orçamento, apoiada em argumentos de ordem doutrinária e de ordem pragmática, defendeu a tese de que o Orçamento deve ser apresentado por unidades administrativas e não, como tem acontecido nos últimos anos, preponderantemente, por objeto (pesoal, material, serviços e encargos e dívida pública). Entretanto, uma brusca mudança da estrutura orçamentária poderia apresentar alguns inconvenientes, dentre os quais, apenas para exemplificar, salientam-se os seguintes:

- a) os servidores que, ordinàriamente, lidam com assuntos orçamentários, talvez não pudessem, de pronto, alcançar todos os reflexos que sôbre seus procedimentos habituais teria a nova forma de apresentação da lei de meios e dos respectivos quadros discriminativos:
- b) a contabilização das despesas, a cargo da Contadoria Geral da República, e a distribuição e redistribuição de créditos, feitas pelo Tribunal de Contas, teriam que sofrer sensíveis modificações.

Em face dessas e de outras razões, considerou à Comissão de Orçamento que, antes de se alterar a estrutura da lei de meios e dos quadros de discriminação da despesa, seria prudente publicá-los, com a forma projetada, durante alguns exercícios, mas apenas a título de experimentação e em caráter meramente exemplificativo. Assim, em 1944, e como 2.º volume do seu Relatório, editou os "Quadros de Discriminação da Despesa". Nessa publicação, a despesa aparece, preliminarmente, dividida em totais correspondentes às repartições, e, vinculadas a estas, seguem-se, devidamente classificadas por objeto, as parcelas que constituem cada total.

Ao reproduzir sua tentativa, com as despesas, porém, fixadas para 1945, a Comissão de Orçamento reconhece a existência, ainda, de algumas lacunas no seu trabalho. As mais importantes são:

a) falta de caracterização nítida das despesas de pessoal permanente, por unidades administrativas; essas despesas aparecem englobadas nos órgãos de pessoal, em virtude da legislação

vigente determinar o agrupamento dos funcionários públicos num restrito número de Quadros, correspondentes aos vários Ministérios;

b) inclusão de algumas despesas representativas de encargos gerais da União nas dotações de determinadas unidades administrativas, de modo que estas, aparentemente, surgem com um

excessivo volume de créditos.

c) falta de uniformidade na caracterização das atribuições e do campo de ação de diversas unidades administrativas e principalmente, na maioria delas, ausência de elementos informativos

a respeito de seus programas de trabalho.

Diante da explicação contida nas alíneas a e b, acima, adverte-se que seria imprudente deduzir dêstes quadros de discriminação o custo dos serviços executados pelas repartições federais. Além disso — não tendo os quadros que compõem êste volume qualquer fôrça mandatória (uma vez que não decorrem de lei, mas constituem, apenas, recapitulações) — há a possibilidade, no transcurso do ano, de se redistribuirem várias dotações, aproveitando-se os saldos existentes em determinadas repartições em benefício de outras, cujos quantitativos não tenham sido suficientes.

E' oportuno esclarecer que, nos Ministérios civis, adiante do nome de cada unidade administrativa, está escrito o total de suas dotações; em seguida, aparece o resumo de suas atribuições, com a súmula do programa de trabalho (sempre que foi possível incluir êsse elemento), e finalmente vem o quadro de discriminação da despesa. Em relação aos Ministérios Militares, porém, não se pôde proceder dessa forma, porque o Decreto-lei n.º 4.185, de 16-3-42, estabelece que todos os créditos destinados aos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha - tanto orçamentários como adicionais — sejam automàticamente distribuídos aos respectivos Serviços de Fundos ou de Fazenda. Essa determinação legal criou um regime financeiro especial para os Ministérios militares, em virtude não só da natureza de seus serviços, que exigem a máxima flexibilidade e presteza na utilização dos créditos, como, também, da situação atual, que desaconselha a divulgação ampla das suas despesas por unidades administrativas, a fim de que não sejam reveladas, até certo ponto, medidas que devem ser mantidas em sigilo, em benefício da segurança nacional. Por conseguinte, tôdas as dotações orçamentárias dos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha, aparecem, no Orçamento Geral da República e no Plano de Obras e Equipamentos para 1945, atribuídas, respectivamente, ao Serviço de Fazenda da Aeronáutica, à Diretoria de Intendência e à Diretoria de Fazenda. Internamente, cada um dêsses Ministérios, de acôrdo com a lei, elabora um orçamento analítico de sua dotações, para fins administrativo-militares, submetendo-o à aprovação do Presidente da República.

QUADROS DE DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CR\$ 311.355.092,00

G BINETE DO MINISTRO

CR\$ 884.680,00

O Gabinete do Ministro se compõe de um grupo de auxiliares, pertencentes ou estranhos aos quadros do funcionalismo, que se encarregam de receber e transmitir as ordens do titular da pasta, bem como de prestar a êste, como agentes de sua imediata confiança, colaboração e assistência na sua representação política e social.

	VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE
CC	SIGNAÇÃO III — VANTAGENS		CONSUMO
	- Gratificação de representação de Gabinete	213.000 213.000 213.000	17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-
	'ERBA 2 — MATERIAL		sive fichas bibliográficas e
03 03	DNSIGNAÇÃO 1 — MATERIAL PERMANENTE Livrot, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções Máquinas, motores, apare-	10.000	de referência
	lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinemato-		25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi- manufaturados destinados a qualquer transformação
13	gráfico e de filmagem; ferra- mentas e utensílios Móveis e artigos de orna-	10.000	equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos
	mentação; máquinas, apare-		e artefatos
	lhos, e utensílios de escri-		Total de Consignação II 163.500
	tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma- nia; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	10.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-
	-		guros de transporte 5.000

	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
5.000		
1.180	28 — Recepções, excursões, hospe-	50.000
3 000	-	
3.000	Total da Verba 3	50.000
3.000	VERBA 4 — EVENTUAIS	
8.000	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
	01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas	200.000
on ^T	Total da Verba 4	200.000
106.000	RESUMO	
. 70.000		213.000
		421.680
27.000		50.000
228 180		200.000
		-884.680
421.680	Total	
	1.180 3.000 3.000 8.000 106.000 70.000 27.000 228.180	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS 5.000 1.180 28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens Total da Verba 3 VERBA 4 — EVENTUAIS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS 01 — Despesas imprevistas não constantes das tabelas Total da Verba 4 PESUMO 70.000 Verba 1 — Pessoal Verba 2 — Material Verba 3 — Serviços e Encargos Verba 4 — Eventuais

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA

CR\$ 121.310,00

Criada pela Lei n.º 284, de 28-10-36, e posteriormente reorganizada pelos Decretos-leis ns. 579, de 30-7-38, e 3.569, de 29-8-41, a Comissão é subordinada administrativamente ao Ministro e técnicamente ao D.A.S.P., obedecendo seus trabalhos às normas traçadas pelo Decreto n.º 9.491, de 27-5-42 (Regimento Padrão das Comissões de Eficiência dos Ministérios Civis).

É sua finalidade o estudo contínuo e pormenorizado da organização, condições, normas e métodos de trabalho das repartições do Ministério, com o objetivo de possibilitar maior economia e eficiência na execução dos serviços.

Para isso elabora e submete à apreciação do D.A.S.P. planos de novas organizações, quando é o caso, colaborando, ainda, com o Departamento, na orientação e assistência técnica necessária à implantação das reformas.

Em 1945, pretende a Comissão de Eficiência, cumprindo as disposições legais e regulamentares por que se rege, prosseguir no estudo da organização dos diversos serviços do Ministério, realizando, para tal, inspeções e levantamentos que se tornem necessários, e elaborando os projetos respectivos.

Quadro de discriminação	da despes	a.:	
VERBA 1 — PESSOAL CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO 05 — Mensalistas,	8.400	CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES 22 — Ajuda de custo	25.000 20.000 45.000 86.400
Total da Consignação II	8.400	VERBA 2 — MATERIAL CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL	
consignação III — vantagens	e de la companya de l	PERMANENTE 03 — Livros, fichas bibliográficas	
09 Funções gratificadas	33.000	impressas, documentos, re- vistas e outras publicações	
Total da Consignação III	33.000	especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	3.000

13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	600
tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou	Total da Consignação II	5.600
técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei-	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	32 — Assinatura de órgãos oficiais	210
tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 2.000	38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	3.000
Total da Consignação I 5.000	41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	20.000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese-	42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	1.100
nho, ensino e educação; artigos escolares para distribui-	Total da Consignação III	24.310
ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	Total da Verba 2	34.910
rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e	RESUMO .	
de referência	Verba 1 — Pessoal	86.400 34.910
peças acessórias; roupa de	Total	121.310

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Criado pelo Decreto-lei n.º 982, de 28-12-38, e instalado em janeiro de 1939, é subordinado diretamente ao Ministro e se compõe dos seguintes órgãos, todos subordinados ao diretor geral:

- a) Divisão do Material
 b) Divisão de Obras
 c) Divisão do Orçamento
- d) Divisão do Pessoal
 e) Serviço de Comunicações
 f) Tesouraria.

Seu campo de ação se restringe ao âmbito do Ministério e são suas atribuições orientar, executar e fiscalizar todos os serviços de administração geral, o que faz por intermédio de seus órgãos componentes.

Diretoria Geral

CR\$ 30.670,00

		1	
VERBA 1 — PESSOAL		VERBA 2 MATERIAL	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		consignação i — material	
9 — Funções gratificadas	8.400	PERMANENTE	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	1.300	03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re-	
Total da Consignação III	9.700	vistas e outras publicações especializadas, destinadas a	
ONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		biblioteca ou coleções 13 — Moveis e artigos de orna-	1.000
3 — Diárias	1 000	mentação; máquinas, apare-	
Total da Consignação IV	1.000	lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-	
Total da Verba 1	10.700	tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	
		campo; aparelhos e utensí-	

CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	ortes de 1.200 pronto 1.500 de im-
17 — Artigos de expediente, desernho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	de im-
cão; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	ernação;
lubrificação e limpeza de móveis máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; móveis 41 — Passagens, transport soal e de suas baga de suas baga de máquinas e de aparelhos;	aptações, ração de reis. consertos
tol	e de pes- gens 1.000 nas, tele- s e porte
e de viaturas; artigos de ilu-	4.000
minação	
equipamentos; artigos e RESUMO peças acessórias; roupa de	
cama, mesa e banho; tecidos · Verba 1 — Pessoal e artefatos	10.700 19.970
Total da Consignação II 3.900 Total	

Divisão do Material

CR\$ 1.136.400,00

Cabe-lhe executar e fiscalizar a aquisição, registro, guarda e distribuição do material, bem como a limpeza e conservação do edifício do Ministério e de outros próprios em que se achem instaladas repartigões ministeriais.

Quadro de discriminação			
VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	25,000
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		22 — Ajuda de custo	28.800
EXTRANUMERÁRIO	004 000	Total da Consignação IV	53.800
05 → Mensalistas	394,200 93,000	Total da Verba 1	546.200
Total da Consignação II	487.200	VERBA 2 — MATERIAL	
consignação iii — vantagens		CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL ** PERMANENTE	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	5.200	03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações	
Total da Consignação III	5.200	ter to describe a	4,900

OA Minima water			
04 — Máquinas, motores, apare- lhos, seus acessórios; mate-		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
rial elétrico, de telefonia, de		DESPESAS	
telegrafia, de televisão, de		29 — Acondicionamento e embala-	
refrigeração; material foto-		gem; armazenagem, carretos,	
gráfico, material cinemato-		estivas e capatazias: trans-	
gráfico e de filmagem) ferra-		porte de encomendas, cargas	
mentas e utensílios	8.000	e animais; alojamento e ali-	
09 — Material de ensino e edu-		mentação dêstes e de seus	
cação; material artístico; in-		tratadores em viagem; se-	
sígnias e bandeiras; instru-		guros de transporte	33.000
mentos de música	3.000	30 — Água e artigos para limpeza	
12 Minute a antinos de agric		e desinfecção; serviços de	
13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-		asseio e higiene; lavagem e	
lhos, e utensílios de escri-		engomagem de roupas; taxas	
tório, biblioteca, labora-		de água, esgôto e lixo	175.000
tório, gabinete científico ou		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	1.200
técnico e para trabalhos de		35 - Despesas miúdas de pronto	•
campo; aparelhos e utensí-		pagamento	2.000
lios de copa, cozinha, refei-		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
tório, dormitório e enferma-		gás	115.000
ria; material de sericicul-		38 — Publicações; serviços de im-	
tura, indústria de fiação e	16 000	pressão e de encadernação;	
tecelagem de sêda	16.000	clichês	3.000
Total da Consignação I	31,000	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
Total da Consignação I	51.000	consertos e conservação de	
		bens móveis e imóveis.	
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL, DE		01 — Adaptações, consertos	
CONSUMO		e conservação de bens	
		móveis	18.000
17 — Artigos de expediente, dese-		41 - Passagens, transporte de pes-	
nho, ensino e educação; arti-		soal e de suas bagagens	30.000
gos escolares para distribui-		42 — Telefone, telefonemas, tele-	
ção; fichas e livros de escri-		gramas, radiogramas e porte	
turação; impressos e mate-		postal	8.000
rial de classificação, inclu-			
sive fichas bibliográficas e	45.000	Total da Consignação III	385.200
de referência	16.000		
19 - Combustíveis; material de		Total da Verba 2	490.200
lubrificação e limpeza de			
máquinas; material para con-		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
servação de instalações, de		ENCARGOS	
máquinas e de aparelhos;		Bronkago	
sobressalentes de máquinas		CONSIGNAÇÃO I - DIVERSOS	
e de viaturas; artigos de ilu-	36.000		
minação	30.000	41 — Adaptaçção a gasogênio	
25 — Matérias primas e produtos			
manufaturados ou semi-		a) Aquisição de aparelhos de	
manufaturados destinados a		gasogênio e sua instalação	
qualquer transformação	3.000	em auto-caminhões, cami-	
26 - Produtos químicos, bioló-		nhonetes e ônibus oficiais, inclusive revisão nos mo-	
gicos, farmacêuticos e odon-		tores a serem adaptados	100.000
tológicos; adubos em geral e		tores a serem adaptados	100.000
corretivos; inseticidas e fun-		Total da Verba 3	100,000
gicidas; artigos cirúrgicos e		Total da veloa o	
outros de uso nos laborató-	4 000		
rios em geral	1.000	RESUMO ·	
28 - Vestuários, uniformes e			
equipamentos; artigos e		Verbå 1 — Pessoal	546.200
peças acessórias; roupa de		Verba 2 — Material	490.200
cama, mesa e banho; tecidos			
e artefatos	18.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	100,.000
Total de Consissa 7 TT	74 000	TO-A-1	1.136.400
Total da Consignação II	74.000	Total	1.130.400

Criada pela Lei n.º 150, de 20-12-35, com o nome de Seção de Arquitetura e Engenharia, foi, pelo Decreto-lei n.º 3.127, de 19-3-41, transformada em Divisão de Obras e incorporada ao Departamento de Administração do Ministério.

Tem por finalidade o estudo, preparo e execução de projetos de obras do Ministério, nendo suas atividades desempenhadas por duas seções ;

- a) Seção Técnica b) Seção Administrativa.

Quadro de discriminação	- Committee of Com	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
VERBA 1 — PESSOAL		CONSUMO	
CONSIGNAÇÃO 11 — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		17 Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti-	
04 Contratudos	55.200	gos escolares para distribui-	
05 — Menselistas	- 58.200	ção; fichas e livros de escri-	
06 Diaristas	42.600	turação; impressos e mate-	
-		rial de classificação, inclu-	
Total da Consignação II	. 156.000	sive fichas bibliográficas e	22 600
•		de referência	33.600
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		19 — Combustíveis; material de	
12 Gratificação por serviço		lubrificação e limpeza de máquinas; material para con-	
extraordinário	5.200	maquinas; material para con- servação de instalações, de	
		máquinas e de aparelhos;	
Total da Consignação III	5.200	sobressalentes de máquinas	
		e de viaturas; artigos de ilu-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		minação	200
22 — Ajuda de custo	6.000	26 — Produtos químicos, bioló-	
23 — Diárias	10.000	gicos, farmacêuticos e odon-	
The second section 2	16 000	tológicos; adubos em geral e	
Total da Consignação IV	16.000	corretivos; inseticidas e fun-	
and the second	177.200	gicidas; artigos cirúrgicos e	
Total da Verba 1	177.200	outros de uso nos laborató-	800
VERBA 2 — MATERIAL		rios em geral	000
		28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		peças acessórias; roupa de	
PERMANENTE	9	cama, mesa e banho; tecidos	
03 - Livros, fiches bibliograficas		e artefatos	4.000
impressus, documentos, re-		-	
vistas o outras publicações	•	Total da Consignação II	38.600
especializadas, destinadas a	1.000	_	
biblioteca ou coleções 04 Maquinas, motores, apare-	1.000	CONSIGNAÇÃO III - DIVERSAS	
lhos, seus acessórios; mate-		DESPESAS	
rial elétrico, de telefonia, de		32 — Assinaturas de órgãos oficiais.	210
telegrafia, de televisão, de		40 — Ligeiros reparos, adaptações.	
refrigeração; material foto-		consertos e conservação de	
gráfico, material cinemato-		bens móveis e imóveis.	
grafico e de filmagem; ferra-	E 0.20	02 - Ligeiros reparos, adap-	
mentas e utensilios	5.000	tações e conservação	****
13 Moveis e artigos de otna-		ção de bens imoveis.	100.000
mentação; maquinas, apare- lhos, e utensilios de escri-		41 — Passagens, transporte de pes-	20.000
torio, biblioteca, labora-		soal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele-	20.000
torio, gabinete científico cu		gramas, radiogramas e porte	
tecnico e para trabalhos de		postal	1.600
campo; aparelhos e utensi-		Total da Consignação III	121.810
lios de copa, cozinha, refei-			172.410
tório, dormitório e enferma-		Total da Verba 2	172.410
ria; material de sericicul-		RESUMO	
tura, indústria de fiação e	6,000	Verba 1 — Pessoal	177.200
tecelagem de séda	0.400	Verba 2 — Material	172.410
Total da Consignação I	12.000	Total	349.610
- wer of countinger a		TOTAL	

Divisão do Orçamento

CR\$ 27.806.000,00

A Divisão do Orçamento é a resultante das diversas transformações por que passou a antiga Diretoria Geral de Contabilidade, criada pelo Decreto n.º 7.95%, de 14-4-10 e incorporada à Secretaria de Estado, por Decreto n.º 8.899, de 11-8-11.

Em 1933, essa Diretoria e a Diretoria Geral de Expediente foram fundidas e constituiram a Diretoria de Expediente e Contabilidade.

Com a criação do Serviço do Pessoal, em 1938, foi a Diretoria do Expediente e Contabilidade desmembrada, surgindo, a partir de 1-1-39, as Divisões de Contabilidade, Pessoal. Material e Comunicações e a Tesouraria, tôdas integrantes do Departamento de Administração. (Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38).

Em 1941, a Divisão de Contabilidade foi transformada em Divisão do Orgamento. (Decreto-lei n.º 3.127, de 19-3-41).

A Divisão tem atualmente a seu cargo:

- a) elaboração da proposta orçamentária do Ministério;
- b) distribuição de créditos orçamentários às estações pagadoras;
- c) elaboração do expediente para a abertura de créditos adicionais:
- d) movimentação dos créditos consignados ao Ministério nas Verbas 3 e 4 do Orçamento Geral da União;
- e) administração dos créditos consignados ao Ministério no Plano de Obras e Equipamentos;
 - f) contrôle da execução orçamentária no Ministério da Agricultura.

No exercício de 1945 pretende a Divisão aperfeiçoar os métodos de elaboração da proposta orgamentária e ampliar o contrôle da execução, estendendo-o a tôdas as repartições do Ministério.

VERBA 1 — PESSOAL	*	refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato-	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		gráfico e de filmagem; ferra-	
EXTRANUMERÁRIO		mentas e utensílios	1.500
20211111011211110			
05 — Mensalistas	299.400	13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-	
Total da Consignação II :	299.400	lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-	
CONSIGNAÇÃO HI — VANTAGENS		tório, gabinete científico ou	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		técnico e para trabalhos de	
OO For For motification	4.200°	campo; aparelhos e utensi-	
09 — Funções gratificadas	4.200	lios de copa, cozinha, refei-	
12 — Gratificação por serviço	45 000	tório, dormitório e enferma-	
extraordinário	- 15.000	ria; material de sericicul-	
		tura, indústria de fiação e	
Total de Consignação III	19.200	tecelagem de sêda	8.000
		-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		Total da Consignação I	13.500
22 — Ajuda de custo	18.800	-	
23 — Diárias	30.000	CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE	
		CONSUMO	
Total da Consignação IV	48.800	0011001110	
		17 — Artigos de expediente, dese-	
Total da Verba 1	367.400	nho, ensino e educação; arti-	
		gos escolares para distribui-	
VERBA 2 — MATERIAL	*	ção; fichas e livros de escri-	
	7 3	turação; impressos e mate-	
CONSIGNAÇÃO I - MATERIAL	The state of	rial de classificação, inclu-	
PERMANENTE		sive fichas bibliográficas e	
		de referência	35.000
03 - Livros, fichas bibliográficas		de l'ordinate l'illiant	
impressas, documentos, re-		19 - Combustiveis; material de	
vistas e outras publicações		lubrificação e limpeza de	
especializadas, destinadas a		máquinas; material para con-	
biblioteca ou coleções	4.000	servação de instalações, de	
04 — Máquinas, motores, apare-		máquinas e de aparelhos;	
lhos, seus acessórios; mate-		sobressalentes de máquinas	
rial elétrico, de telefonia, de	`	e de viaturas; ertigos de ilu-	
telegrafia, de televisão, de		minação	2.000

25 — Matérias primas e produtos		b) A Sociedade Brasileira	
manufaturados ou semi-			
manufaturados destinados a qualquer transformação	2.000	de Agronomia para am-	
28 Vestuários, uniformes e	2.000	pliar a edição de seus bo-	
equipamentos; artigos e		letins especializados	30 000
pecas acessórias; roupa de			
cama, mesa e banho; tecidos		c) À Sociedade Brasileira	
e artefatos	8.000	de Medicina Veterinária	
	45.000	para ampliar a edição de	
Total da Consignação II	47.000	seus boletins especializa-	
CONGRAMAÇÃO TW. PONTEDCAS		dos	30.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS			
DBS: Elsies		d) À Sociedade Agricola de	
29 - Acondicionamento e embala-		Pelotas para construção	
gem; armazenagem, carretos,		de seus Parque de Ex-	
estivas e capatazias; trans-		posições	1.000.000
porte de encomendas, cargas	-7.		
e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus		e) Para manutenção de alu-	
tratadores em viagem; se-		nos da Escola de Horti-	
guros de transporte	100	cultura "Wenceslau Bel-	
30 — Água e artigos para limpeza		lo" da Sociedade Nacio-	
e desinfecção; serviços de		nal de Agricultura, no	
esseio e higiene; lavagem e		Hôrto da Penha, no Dis-	
engomagem de roupas; taxas	7 500		150 000
de água, esgôto e lixo	7.500 1.500	trito Federal	150.000
32 — Assinatura de órgãos oficiais 35 — Despesas miúdas de pronto	1.500	Total da alinea 01	1 210 000
pagamento	4,000	Total da annea oz	
38 — Publicações; serviços de im-			
pressão e de encadernação;	1	03 — Subvenções.	
clichês :	4.500	a) Subvenção à Comissão	
40 — Ligeiros reparos, adaptações,		Executiva da Pesca de	
consertos de conservação de	1		
bens móveis e imóveis,		acôrdo com a letra d' nú-	
01 — Adaptações, consertos		mero I, art. 3.°, do De-	
e conservação de bens		. creto-lei n.º 5.530, de 28	
móveis	6.000	de maio de 1943	1.000.000
41 — Passe ons, transporte de pes- soal e de suas bagagens	15.000	m . 1 1 / 06	2.310.000
42 — Telefone, telefonement, tele-		Total da s/c 06	2.310.000
gramas, radiogramas e porte			
postal	9.500	26 — Prêmios, diplomas, condeco-	
	40 100	rações e medalhas.	
Total de Consignação III	48.100	a) Para concessão de prê-	
Total da Verba 2	108.600		
Total da volum a vivivi		mios na forma do artigo	
		1.º do Decreto-lei núme-	
VERBA 3 — SERVIÇOS E		ro 7.002, de 30 de outu-	100
ENCARGOS		bro de 1944	25.000.000
CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS			07.000.000
CONSIGNAÇÃO I DIVENSOS		Total da Verba 3	27.330.000
01 — Acidentes do trabalho	20.000		
06 — Auxílios, contribuições e sub-		RESUMO	
venções.		1000000	
		Verba 1 — Pessoal	367.400
01 — Auxílios.			200 600
a) À Sociedade Nacional de		Verba 2 Material	≥108·.600
Agricultura para desen-		Verba 3 — Serviços e Encargos.	27.330.000
volvimento dos trabalhos de formação do espírito		Verba 3 — Serviços e Ençargos.	
cooperativista na classe		Total	27806.000
rural	. 100.000		
•		1	

Tem suas atribuições determinadas no Regimento aprovado pelo Decreto n.º 2.295, de 29-1-38, compondo-se das seguintes Seções: Administrativa, de Contrôle, Financeira e de Assistência Social.

de 25-1-35, componed se das regimento de de Assistência Social.

Suas atribuições e seu campo de ação, de um modo geral, envolvem todos os problemas relativos ao pessoal do Ministério.

Compete-lhe assim estudar e solucionar as questões surgidas neste setor, adotando gradativamente as medidas e modificações que possam imprimir mais eficiência e aumento de produção dos serviços ministeriais.

Quauro de discrimina	- Contract C		
VERBA 1 — PESSOAL		. VERBA 2 — MATERIAL	
CONSIGNAÇÃO I — PESSOAL PERMA- NENTE		CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE	,
01 — Pessoal Permanente	55.059.000	03 — Livros, fichas bibliográficas	
Total da Consignação 1	55.059.000	impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		biblioteca ou coleções 04 — Máquinas, motores, apare-	7.000
04 — Contratados	30.000	lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de	
05 — Mensalistas	495.300 78.600	telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-	
08 — Novas admissões para atender ao desenvolvimento dos		gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra- mentas e utensílios	6.000
Serviços	921.400	13 Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-	0.000
Total da Consignação II CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-	
09 — Funções gratificadas	56.400	tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	19.500	campo; aparelhos e utensi- lios de copa, cozinha, refei-	
14 — Gratificação de representação	339.600	ria: material de sericicul-	
Total da Consignação III	415.500	tura, indústria de fiação e tecelagem de séda	32.000
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	(s/\	Total da Consignação I	45.000
22 — Ajuda de custo	20.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO	
Total da Consignação IV	40.000	17 — Artigos de expediente, dese-	
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-	
25 — Substituições	130.000	turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-	
26 — Diferença de vencimentos 27 — Outras despesas 03 — Salário família	12.000.000	sive fichas bibliográficas e de referência	60.000
Total da Consignação V		19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de	
CONSIGNAÇÃO VI PESSOAL ADIDO		máquinas; material para con- servação de instalações, de	
E EM DISPONIBILIDADE 29 — Pessoal em disponibilidade.	20.000	máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu-	
Total da Consignação VI	20.000	minação	20.000
Total da Verba 1	69.414.450	manufaturados ou semi- manufaturados destinados a	
		qualquer transformação	23 . 500

26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; adubos em geral e corretivos; inseticidas e fungicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laborató-		 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês	160.500
rios em geral	50.000	01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação	20.00 0
cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	9.000	de bens imóveis	110.000
Total da Consignação II	162.500	Total da s/c 40	130.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS		41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	8.000
29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-		42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	4.000
porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-		Total da Consignação III	314.000
mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-		Total da Verba 2	521.500
guros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	1.000	RESUMO	
asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas		Verba 1 — Pessoal	69.414.450
de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais.	6.000 1.500	Verba 2 Material	521.500
35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	3.000	Total	69.935.950

Serviço de Comunicações

CR\$ 328.050,00

Denominava-se Divisão de Comunicações, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 932, de 23-12-38. O Decreto-lei n.º 3.127, de 19-3-41 transformou-a no atual Serviço de Comunicações, que compreende o Protocolo e o Arquivo, sendo as seguintes as suas principais atribuições e finalidades: recebimento, distribuição, arquivamento e expedição da correspondência e de outros papéis.

Seu programa de trabalho para 1945 abrange, além dos serviços que vem executando normalmente, a reorganização do Arquivo (já iniciada, aliás), afim de facilitar as buscas e consultas.

VERBA 1 — PESSOAL		VERBA 2 — MATERIAL
consignação II — pessoal extranumerário		consignação i — material permanente
05 — Mensalistas	166.800 40.800	03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações
Total da Consignação II	207.600	especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		13 — Móveis e artigos de orna-
12 — Gratificação por serviço extraordinário	3.900	mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri- tório, bíblioteca, labora-
Total da Consignação III	3.900	tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de
Total da Verba 1	211.500	campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei-

tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	
tecelagem de sêda	30.000	30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção: serviços de	
Total da Consignação I	30.050	esseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas	
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE		de água, esgôto e lixo	2.500
		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	350
17 — Artigos de expediente. dese- nho, ensino e educação: arti-		35 — Despesas miúdas de pronte pagamento	2.000
gos escolares para distribui- ção: fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-		38 — Publicações; serviços de im- pressão e de encadernação;	
rial de classificação, inclu-		clichės	15.000
sive fichas bibliográficas e de referência	40.000	40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
lubrificação e limpeza de máquinas; material para con- servação de instalações, de máquinas e de aparelhos;		01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	7.000
sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu- minação	10.050	42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	3.100
25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-		Total da Consignação III	29.950
manufaturados destinados a qualquer transformação	500	Total da Verba 2	116.550
28 Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e		RESUMO	
peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos		Verba 1 — Pessoal	211.500
e artefatos	6.000	Verba 2 — Material	116.550
Total da Consignação II	56.550	Total	328.050
		Annual Control of the	

Tesouraria

CR\$ 95.640.00

Em 1933 foi criada a Pagadoría do Ministério da Agricultura, que começou a funcionar efetivamente em 30 de novembro do mesmo ano. As suas atribuições consistem no pagamento de ajudas de custo, diárias, gratificações, pessoal extranumerário, pessoal de obras, auxílios, material e adiantamentos.

Pelo Decreto-lei n.º 982, de 23 de dezembro de 1938, passou a denominar-se Tesouraria. Em janeiro de 1940, por fôrça do mesmo ato, começou a efetuar o pagamento dos funcionários e a arrecadar rendas.

É regida atualmente pelo Decreto n.º 8.740, de 11 de fevereiro de 1942 e integra o Departamento de Administração.

Seu campo de ação vem aumentando de exercício para exercício, em virtude da ascenção permanente dos seus pagamentos.

Em 1933 efetuou pagamentos no valor de Cr\$ \$.000.000,00, mais ou menos, e em 1943 o volume dos pagamentos atingiu a Cr\$ 70.000.000,00. Prevê-se que, em 1945, o volume dos pagamentos subirá a Cr\$ 100.000.000,00.

Em 1945, pretende a Tesouraria não só cumprir o seu programo anterior como ampliá-lo e, por essa razão, responder afirmativamente à consulta do Ministro da Fazenda sóbre a possibilidade de serem efetuados, pela Tesouraria, os pagamentos do pessoal inativo do Ministério, atualmente a cargo do Ministério da Fazenda. Ainda se

encarregará de pagamentos nos Núcleos Coloniais e repartições sediadas fora do Distrito Federal.

		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL			
EXTRANUMERÁRIO		17 — Artigos de expediente, dese-	
		nho, ensino e educação; arti-	
05 — Mensalistas	16.800	gos escolares para distribui-	
Of Dissister	7 200	ção; fichas e livros de escri-	
06 — Diaristas	7.200	turação; impressos e mate-	
— — — — — — — — — — — — — — — — — — —	24 222	rial de classificação, inclu-	
Total da Consignação II	24.000	sive fichas bibliográficas e	
-		de referência	7.200
CONSIGNAÇÃO HI — VANTAGENS		19 — Combustíveis; material de	
		lubrificação e limpeza de	
12 — Gratificação por serviço		máquinas; material para con-	
extraordinário	10.000	servação de instalações, de	
	10.000	máquinas e de aparelhos;	
19 — Auxílio para diferenças de			
caixa	5.600	sobressalentes de máquinas	
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		e de viaturas; artigos de ilu-	0.000
Total da Consignação III	15.600	minação	8.000
_		25 Matérias primas e produtos	
		manufaturados ou semi-	V
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		manufaturados destinados a	
		qualquer transformação	- 500
23 — Diárias	10.000		
-		28 Vestuários, uniformes e	
Total da Consignação IV	10.000	equipamentos; artigos e	
		pecas acessórias; roupa de	
Total da Verba 1	49.600	cama, mesa e banho; tecidos	
_		e artefatos	1.600
MEDDA O MATERIAL			2.000
VERBA 2 — MATERIAL		Total da Consignação II	17.300
		A Otal da Consignação II	17.500
CONSIGNAÇÃO I MATERIAL		CONCIONACÃO III DIVERGAS	
PERMANENTE		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
		DESPESAS	
03 — Livros, fichas bibliográficas		20 6	
impressas, documentos, re-		30 — Água e artigos para limpeza	
vistas e outras publicações		e desinfecção; serviços de	
especializadas, destinadas a		asseio e higiene; lavagem e	
biblioteca ou coleções	170	engomagem de roupas; taxas	
	270		
OA Méminas mataras anara	1,0	de água, esgôto e lixo	1.500
04 — Máquinas, motores, apare-	170	de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais.	
lhos, seus acessórios; mate-	170		
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefónia, de	7,0	32 — Assinatura de órgãos oficiais.	. 70
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de	170	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto	. 70
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-	270	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	. 70
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato-	270	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	2 1.000
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra-		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	2 1.000
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato-	3.000	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000
lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000 2.000 15.000
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000 2.000 15.000
lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal 	2.000 15.000
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	2.000 15.000
lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de		 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí-		 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal 	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios. 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enferma-		 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicul-		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570 46.040
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e	3.000	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal Total da Consignação III Total da Verba 2 RESUMO Verba 1 — Pessoal	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570 46.040
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicul-		32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1.500 70 1.000 2.000 15.000 1.000 20.570 46.040
Ihos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e utensílios 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e	3.000	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal Total da Consignação III Total da Verba 2 RESUMO Verba 1 — Pessoal	1.000 2.000 15.000 1.000 20.570 46.040

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

CRS 3.276.920.00

Pelo Decreto-lei n.º 6.914, de 29-9-44, foi o antigo Serviço de Informação Agrícola transformado em Serviço de Documentação, diretamente subordinado ao Ministro, e tendo por finalidade efetivar a coleta, guarda, coordenação e divulgação de obras, publicações, textos, relatórios, dados estatísticos e descritivos e outros elementos referentes à ação do Ministério e à produção animal, vegetal e mineral. Cabe-lhe, ainda, a execução de exposições e trabalhos cinematográficos relativos às atividades ministeriais e a assuntos agrícolas em geral, tudo de acôrdo com o Decreto-lei acima citado e com o Regimento aprovado pelo Decreto n.º 16.684, de 29-9-44.

Ao Serviço de Documentação, por êsse decreto-lei, foi incorporada a Biblioteca que integrava o Departamento de Administração.

São órgãos componentes do Serviço:

- a) Seção de Documentação;b) Seção de Informações;
- c) Seção de Publicações;
- d) Biblioteca;
- e) Gabinete de Cinematografia.

Ainda em fase de organização, o Serviço não pode apresentar um rígido programa de trabalho, uma vez que a execução de suas atividades, em 1945, dependerá dos elementos de ação de que possa dispor.

VERBA 1 — PESSOAL		13 - Móveis e artigos de orna-	
VERDA I — PESSOAL		mentação; máquinas, apare-	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		lhos, e utensílios de escri-	
EXTRANUMERÁRIO		tório, biblioteca, labora-	
		tório, gabinete científico ou	
04 — Contratados	147.600	técnico e para trabalhos de	
05 — Mensalistas	300.000	campo; aparelhos e utensí-	
06 — Diaristas	62.400	lios de copa, cozinha, refei-	
	110 000	tório, dormitório e enferma-	
Total da Consignação II	510.000	ria; material de sericicul-	
		tura, indústria de fiação e	
CONSIGNAÇÃO III - VANTAGENS		tecelagem de sêda	33.000
09 — Funções gratificadas	31,200	Total da Consignação I	239.000
12 — Gratificação por serviço		,	
extraordinário	3.900	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
	9	. CONSUMO °	
Total, da Consignação III	35.100	17 - Artigos de expediente, dese-	
		nho, ensino e educação; arti-	
CONSIGNAÇÃO IV - INDENIZAÇÕES		gos escolares para distribui-	
22 — Ajuda de custo	10.000	ção; fichas e hivros de escri-	
2' — Diárias	13.000	turação; impressos e mate-	
		, rial de classificação, inclu-	
Total da Consignação IV	25.000	sive fichas bibliográficas e	
		de referência	66.000
Total da Verba 1	570.100	19 - Combustíveis; material de	
		lubrificação e limpeza de	
VERBA 2 — MATERIAL		máquinas; material para con-	
** ** ** ** ** ** ** ** ** ** ** ** **		servação de instalações, de	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		máquinas e de aparelhos;	
PERMANENTE	72	sobressalentes de máquinas	
. 03 - Livros, fichas bibliográficas	9	e de viaturas; artigos de ilu-	
impressas, documentos, re-	24	minação	3.000
vistas e outras publicações	• ~	25 — Matérias primas e produtos	
especializadas, destinadas, a		manufaturados ou semi-	
biblioteca ou coleções	36.000	manufaturados destinados a	
04 - Máquinas, motores, apare-		" qualquer transformação	200.000
Ihos, seus acessórios; mate-		26 - Produtos químicos, bioló-	
rial elétrico, de telefonia, de		gicos, farmacêuticos e odon-	
telegrafia, de televisão, de		tológicos; adubos em geral e	
refrigeração; material foto-		corretivos; inseticidas e fun-	
gráfico, material cinemato-	*	gicidas; artigos cirúrgicos e	
gráfico e de filmagem; ferra-		outros de uso nos laborató-	20 000
mentas e utensífica	170.000	rice em geral	30.000

and the demonstration	40.000	42 - Telefone, telefonemas, tele-	
27 — Sementes e mudes de plantas	40.000	gramas, radiogramas e porte	
28 — Vestuários. uniformes e		postal	8.000
equipamentos: artigos e		postar	0.000
pecas acessorias: roupa de		Total da Consignação III	1 190 430
cama, mesa e banho; tecidos		lotal da Consignação III	1.130.420
e artefatos	7.400		1 765 000
		Total da Verba 2	1.765.820
Total da Consignação II	346.400		
2000-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		ENCARGOS	
DESPESAS			
DESTESAS		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
29 — Acondicionamento e embala-		47 — Propaganda e difusão cul-	
gem: armazenagem, carretos.		tural.	
estivas e capatazias: trans-		a) Aquisição de publicações	
porte de encomendas, cargas			
e animais; alojamento e ali-		de reconhecida utilidade	
mentação destes e de seus		para distribuição gratuita.	
tratadores em viagem: se-		inclusive compra de di-	
guros de transporte	15.000	reitos autorais, pagamen-	
30 — Água e artigos para limpeza		to de traduções, revisões	
e desinfecção; serviços de		e aquisições de jornais	
asseio e higiene: lavagem e		diários	380.000
engomagem de roupas; taxas		b) Custeie do "Dicionário	
de água, esgóto e lixo	4.500	de Plantas Úteis": das	
	420	revistas "Riquezas de	
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	420	Nossa Terra' e "Revista	
33 — Assinatura de recortes de	16 500		
publicações periódicas	16.500	Florestal" e de outras pu-	041 000
35 — Despesas miúdas de pronto		blicações periodicas	241.900
pagamento	3.000	c) Pagamento de sincroniza-	
38 — Publicações: serviços de im-		ção e revelação de filmes	
pressão e de encadernação:		cinematográficos	20.000
clichės	1.003.000	d) Custeio das campanhas	
40 — Ligeiros reparos, adaptações.		dos clubes agricolas esco-	
consertos e conservação de		lares	300.000
bens móveis e imóveis			
Dell's movels c moves		Total da s c 47	941.000
01 — Adaptações, consertos		10ta 4a 5 t 47	J 7 7 1 . 0 0 7
e conservação de bens		Total da Verba 3	941.000
móveis	10.000	Total da verba 5	341.000
		2222260	
02 — Ligeiros reparos, adap-		RESUMO	
tações e conservação			
de bens móveis	100.000	Verba 1 — Pessoal	570.100
		Verba 2 — Material	1.765.820
Total da s'c 40	110.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	941.000
41 70		Total	3.276.920
41 — Passagens, transporte de pes-	20.000	10041	3.270.920
soal e de suas bagagens	20.000		

SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

CR\$ 70.800.00

Organizada pelo Decreto n.º 5.301 de 23-2-40 a Seção de Segurança Nacional é subordinada ao Ministro de Estado.

São suas funções:

c) estudar os problemas da segurança nacional relacionados com os assuntos de que trata o Ministério;

b) centralizar, na esfera de competência do Ministério da Agricultura, tôdas as questões relativas à segurança nacional, principalmente as concernentes ao papel que cabe ao Ministério desempenhar em tempo de guerra, elaborando, para tal, os planes de reorganização e de administração que, eventualmente, devam ser postos em prática. relativos à transformação de órgãos existentes e à criação de órgãos novos; e definindo as atribuições dos diversos órgãos ministeriais:

c) propor ao Ministro o programa de ação do Ministério, em tempo de guerra; d) assegurar as relações entre o Ministério e a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	
consignação iv — indenizações		CONSUMO	
22 — Ajuda de custo	12.500	17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti-	
23 — Diárias	12.000	gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-	
Total da Consignação IV	24.500	turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-	
Total da Verba 1	24.500	sive fichas bibliográficas e de referência	6.000
VERBA 2 — MATERIAL		25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE		qualquer transformação	·5.000
03 — Máquinas, motores, apare-		Total da Consignação II	11.000
lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	
gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra- biblioteca ou coleções	920	29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-	
Méquinas, motores, apare- lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonis, de telegrafia, de televisão, de		porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-	
refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra-	. *	guros de transporte 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto	1.000 280
mentas e utensílios 3 — Móveis e artigos de orna-	3.000	pagamento	600
mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-		clichês	3.000
tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de		40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.	
campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	**	01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	1.500
tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	8.000	 41 — Passagens, transporte de pessuoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele- 	15.000
Total da Consignação I	11.920	gramas, radiogramas e porte	
2 — Telefone, telefonemas, tele-		postal Total da Consignação III	2.000
gramas, radiogramas e porte postal	2.000	Total da Verba 2	23.380 46.300
Total da Consignação III	23.380	Verba 1 — Pessoal	24.500 46.300
Total da Verba 2	46.300	Total	

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS

Foi criado, com subordinação direta ao Ministro, pelo Decreto-lei n.º 9%2, de 23-12-3%. Posteriormente, o Decreto-lei n.º 6.155, de 39-12-43, reorganizou o C.N.E.P.A., intro-

duzindo várias modificações em sua estrutura orgânica. A ésse texto legal, segulu-se o regimento, aprovado pelo Decreto n.º 16.787, de 11-10-44.

De acôrdo com essas leis, o Centro se constitui dos seguintes érgãos :

e) Universidade Rural:

Escola Nacional de Agronomia;

Escola Nacional de Veterinária;

Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão:

Serviço Escolar;

Serviço de Desportos;

Turma de Administração.

b) Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas:

Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas;

Instituto de Química Agrícola;

Instituto de óleas : .

Instituto de Fermentação;

Seção de Estatística Experimental;

Turma de Administração ;

Instituto Agronômico do Norte;

Instituto Agronômico do Nordeste;

Instituto Agronômico do Sul:

Instituto Agronômico do Oeste.

- e) Serviço Médico;
- d) Superintendência de Edificios e Parques;
- c) Serviço de Administração;
- f) Biblioteca.

O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agranámicas tem por finalidade ministrar e ensino agricosa e veterinario, e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agronômicas no país. As atriounções de cada um de seus órgãos aparecem mais adiante, quando se apresentam Ces individualmente, seguidos dos respectivos quadros de discriminação da despesa. Cabe, potêm, expirar a razão porque alguns dos órgãos não figuram a seguir, acompanhados dêsses quadros.

As despesas de Serviço Escolar e de Serviço de Despertos (da Universidade Rural) serão feitas à conta das detajões concedidas no orgamento ao Serviço de Administração do C.N.E.P.A. Piera a Seção de Estatística Experim ntal e para a Turma de Administração (do Serviço Nacional de Fesquisas Agronómicas), o orgamento não consigna tração (do Serviço Nacional de Fesquisas Agronómicas), o orgamento não consigna detações, pois não estão instaladas, ainda. Da mesma forma, três dos Institutos Agronómicos não se acham instalados o do Nordeste, e do Sul e o do Oeste. Mas, como se pretende, êste ane ativar os trabalhos de instalação, figura, no Orgamento, em neme do próprio Serviço de Pesquisas Agronómicas, uma dotação de Cr\$ 9.163.304,00 da qual uma parte se destina a êsse fim Para a Biblioteca, para o Serviço Médico e para a Superintendência de Edifícies e Parques, que deverão ser progressivamente instalados, as dotações foram consignadas em nome do Serviço de Administração.

Explica-se facilmente que tais érgães não tenham dotações em seu próprio nome Existem por enquante nes tevies lessas, tão de fate, e pe s mão tedesiam nem fazer suas propostas orçamentárias parciais, nem movimentar suas dotações.

Por essas razões é que adiante não aparecem os quadros de discriminação da despesa de todos os órgãos do C.N.E.P.A.

Serviço de Administração

CR\$ 5.176.440,00

Compõe-se dos seguintes órgãos:

- a) Seção de Pessoal
- b) Seção de Material
- c) Secão de Orçamento
- d) Seção de Comunicações

O Serviço, que tem por fim a execução a coordenação e a orientação das atividades de administração pera, do C N.E P.A., aga articulado com o Departamento de Administração do Ministerio, de qual recebe assistência técnica necessaria à execução de suas atividades.

VERBA 1 — PESSOAL		03 — Livros, fichas bibliográficas	
CONSIGNAÇÃO II - PESSOAL		impressas, documentos, re-	
EXTRANUMERÁRIO		vistas e outras publicações	
		especializadas, destinadas a	
04 — Contratados	116 400	biblioteca ou coleções	85.000
05 — Mensalistas	116.400	04 - Máquinas, motores, apare.	
OS Distinction	585.000	lhos, seus acessórios; mate-	
06 — Diaristas	999.300	rial elétrico, de telefonia, de	
07 — Tarefeiros	512.000	telegrafia, de televisão, de	
m.110		refrigeração; material foto-	
Total da Consignação II	2.212.700	gráfico, material cinemato-	
		gráfico e de filmagem; ferra-	
CONSIGNAÇÃO III - VANTAGENS		mentas e utensílios	010 000
			310.000
09 — Funções gratificadas	5.400	13 — Móveis e artigos de orna-	
12 — Gratificação por serviço		mentação; máquinas, apare-	•
extraordinário	1.300	lhos, e utensílios de escri-	
. Total da Consignação III	6.700	tório, biblioteca, labora-	
	0.700	tório, gabinete científico ou	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		técnico e para trabalhos de	
- INDENIZAÇÕES			
12 - Ainda do cust	00 000	campo; aparelhos e utensí-	
22 — Ajuda de custo	20.000	lios de copa, cozinha, refei-	
3 — Diárias	20.000	tório, dormitório e enferma-	
******	-		
Total da Consignação IV	40.000	ria; material de sericicul-	
		tura, indústria de fiação e	
: Total da Verba 1	2.259.400	tecelagem de sêda	100.000
			200.000
VERBA 2 — MATERIAL		14 — Objetos históricos e obras	
		de arte; espécimes e outras	
CONSIGNAÇÃO I MATERIAL		peças destinadas a coleções	
PERMANENTE		de qualquei natureza	15.000
1 — Animais destinados a troba		Total da Consignação I	1.305.000
1 — Animais destinados a traba-		Total da Consignação I	1.305.000
lho, produção, criação e a		.*	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins		consignação II — material de	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para traba-		.*	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para traba- lho, produção e outros		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese-	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros:	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; asti-	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhone-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribui-	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escri-	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tra-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e mate-	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclu-	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e	1.305.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de in-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flu-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para con-	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, cami-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; materiales	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escritureção; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos equipamentos mecânicos e para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material fluturante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tra-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e quipamentos mecânicos; embarcações, material futuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamen-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para es-	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coude-	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico.	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extincas de rodagem;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	40.000 287.000 25.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimentos para enimais.	40.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de in cên dio; aviões e acessórios;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimentos para enimais.	40.000 287.000 25.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e equipamentos mecânico de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	40.000 287.000 25.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de in cên dio; aviões e acessórios;	15.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	40.000 287.000 25.000
lho, produção, criação e a outros fins 01 — Animais para trabalho, produção e outros fins 2 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos e equipamentos mecânico de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material	780.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; astigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimentos para enimais e produtos	40.000 287.000 25.000

26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; adubos em geral e corretivos; inseticidas e fungicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios em geral. 27 — Sementes e mudas de plantas e equipamentos; artigos e pecas acessórias: roupa de cama, mesa e banhe; tecidos e artefatos. Total da Consignação II	40.000 15.000 32.700 763.209	32 — Assinatura de órgãos oficiais. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 37 — Iluminação, fôrça motris e gás 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; criciais. 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveia 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	840 6.000 171.000 35.000 250.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS		42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte	31,000
29 — Acondicionamento e embala- gem: armerenagem, carretos, estivas e capatarias: trans- porte de encomendas, cargas e animais: alciamento e ali-		Total da Consignação III Total da Verba 2	2.917.040
mentación destes e de seus tratadores em viagem: se- guros de transporte	29.000	RESUMO Verba 1 — Pessoal Verba 2 — Material Total	2.259.400 2.917.040 5.176.440

Universidade Rural

Finalidades:

- c) promover e estimular o progresso do ensino da agronomia e da veterinária er todos os seus graus;
 - b) ministrar o ensino superior da agronomia e da veterinária;
 - c) promover cursos para formação de especialistas e pesquisadores;
 - d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos da atividade rural;
- e) promover cursos de extensão e congêneres para agricultores e crisdores: f) cooperar com o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, nos tratalhos d pesquisas relacionados com as atividades das Escolas e Cursos.

A seguir, aparecem os quadros de discriminação da despesa dos três órgãos principales de despesa dos três orgãos principales de despesa de de despesa de de despesa de de despesa de des pais da Universidade, que são as Escolas de Agronomia e de Veterinária e os Cure. cas despesas dos Serviços Escolar, e de Desport s e da Torma de Administração, con se explicou acima, serão feitas à conta das dotações concedidas no Organismo a Serviço de Administração do C.N.E.P.A.).

Escola Nacional de Agronomia

CR\$ 2.490.260.0

Tem por fim ministrar a instrução superior profissional e técnica, referente agronomia, diplomando agrônomos, para o exercício da profissão em todo o país. acirdo com o Decreto nº 11.516 de 11-11-11, que regula o exercício da poefissi agricultules. No que dix respect, à organização dos cursos, distipliant corpo decen e condições para admissão ao primeiro ano a Estada serve de paírdo para as ma escolas de agronomia do país, levando-se em consideração as exigências regionais cada uma delas, a fim de que possam ser reconhecidas pelo Governo Federal.

Tem como programa de trabalho para 1945:

e) ministrar o Curso Normal de Agrônomos a 15f alunes :

b) cooperar com os Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, franquiando seus gabinetes o laboratórios a 60 alunos;
 c) promover trabalhos escolares diversos, de 19 professores catedráticos e 27 assistentes.

VERBA 1 PESSOAL		25 — Matérias primas e produtos	
•		manufaturados ou semi-	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		manufaturados destinados a	
EXTRANUMERÁRIO		qualquer transformação	50.000
OF Manualista	544 500	26 — Produtos químicos, bioló-	30.000
05 — Mensalistas	544.800	gicos, farmacéuticos e odon-	
06 - Diaristas	570.000	tológicos; adubos em geral e	
Total da Consignação II	1.114.800	corretivos; inseticidas e fun-	
		gicidas; artigos cirúrgicos e	
CONSIGNAÇÃO III - VANTAGENS		outros de uso nos laborató-	
OO Eurose weetiling.	E 400	rios em geral	200.000
09 — Funções gratificades	5.400	27 — Sementes e mudas de plantas.	10.000
12 — Gratificação por serviço	0.600	28 — Vestuários, uniformes e	10.000
extraordinário	2.600	equipamentos; artigos e	
16 — Gratificação de magistério	115.200	peças acessórias; roupa de	
Total da Consignação III	123.200	cama, mesa e banho; tecidos	
		e artefatos	31.000
CONSIGNAÇÃO IV INDENIZAÇÕES		9	31.900
22 — Ajuda de custo	4.000	Total da Consignação II	341.000
23 — Diáries			372.000
25 — Diaries	10.000	CONSIGNAÇÃO III - DIVERSAS	
Total da Consignação IV	14.000	DESPESAS	
Total da Verba 1	1 252 660	20 6	
Total da Velba I	1.232.000	30 — Água e artigos para limpeza	
VERBA 2 — MATERIAL		e desinfecção; serviços de	
VERDA 2 — BIATERIAL		asseio e higiene; lavagem e	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		engomagem de roupas; taxas	
PERMANENTE		de água, esgóto e lizo	17.500
		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	260
09 — Material de ensino e edu-	,	38 — Publicações; serviços de im-	
cação; material artístico; in-		pressão e de encadernação;	2.3
signias e bandeiras; instru-		clichês	70.000
mentos de música	60.000	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
13 — Móveis e artigos de orna-		consertos e conservação de	
mentação; máquinas, apare-		bens móveis e imóveis	
lhos, e utensílios de escri-		02 — Ligeiros reparos, adap-	
tório, biblioteca, labora-		tações e conservação	#0 000
tório, gabinete científico ou		de bens iméveis	50.000
técnico e para trabalhos de		Total da Consignação III	127 760
campo; aparelhos e utensi-		Total da Consignação III	137.760
lios de copa, cozinha, refei-		Total da Verba 2	652 560
tório, dormitório e enferma-		Total da Verba 2	673.760
ria; material de sericicul-		VERBA 3 - SERVIÇOS E	
tura, indústria de fiação e	120 000	ENCARGOS	
14 — Objetos históricos e obras	120.000		
		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
de arte; espécimes e outras		02 — Seleção, aperfeiçoamento e	
peças destinadas a coleções	15 000	and a state of the	
de qualquer natureza	15.000	especialização de pessoal 01 — Seleção	
Total da Consignação I	105 000	a) Concursos e Provas	25.000
Total da Consignação I	195.000	02 — Aperfeiçoamento e es-	25.005
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE		pecialização de pes-	
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE		soal.	
CONSUMO		a) Viagem ao estrangeiro de	
17 - Artigos de expediente, dese-		um professor e de um alu-	
nho, ensino e educação: a-ti-		no diplomado, de acordo	
gos escolares para distribui-		com os arts. 466 e 469	
ção; fichas e livros de escri-		do Regulamento da Es-	
turação; impressos e mate-		cola de Agronomía	128.000
rial de classificação, inclu-		Com of Tigronomia	125.000
sive fichas bibliográficas e		Total da s c 02	153.000
de referência	-50.000		100.000

06 — Auxílios, contribuições e subvenções 01 — Auxílios		a) Para instituição de bolsas de estudo	300.000
a) Ao Diretório Acadêmico	10.000	Total de Verba 3	564.500
26 — Prêmios, diplomas, condeco- rações e medalhas		RESUMO ·	
a) Aquisição de medalha para prêmio escolar	1.500	Verba 1 — Pessoal	1.252.000
28 — Recepções, excursões, hospe-		Verba 3 — Serviços e Encargos	564.500
dagens e homenagens 51 Serviços educativos e culturais	100.000	Total	2.490.260

Escola Nacional de Veterinária

CR\$ 1.284.890,00

Tem por fim ministrar a instrução superior profissional e técnica, referente à veterinária.

Tem sob sua dependência o Hospital Veterinário.

CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE
CONSUMO
16 — Animais destinados a estu-
dos, pesquisas, experiências e preparação de soros, vaci-
7.800 nas, produtos opoterápicos e veterinários, inclusive ma-
terial para sua completa
fabricação
nho, ensino e educação; arti-
2.600 gos escolares para distribui- cão; fichas e livros de escri-
turação; impressos e mate-
4.000 rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e
de referência
3.000 manufaturados ou semi-
manufaturados destinados a qualquer transformação 30.000
26 — Produtos químicos, bioló-
9.200 gicos, farmacêuticos e odon- tológicos; adubos em geral e
corretivos; inseticidas e fun-
gicidas; artigos cirúrgicos e voltros de uso nos laborató-
rios em geral
28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e
peças acessórias; roupa de
cama, mesa e banho; tecidos e artefatos
Total da Consignação II 224.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS
DESPESAS DESPESAS
. 30 — Água e ártigos para limpeza
5.000 e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e
engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 15.000

35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	a) Ao Diretório Acadêmico 6.000 26 — Prêmios, diplomas, condeco-
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 02 — Ligeiros reparos, adap- tações e conservação	a) Aquisição de medalhe para prêmio escolar 1.500 28 — Recepções, excursões, hospedagens e homenagens 50.000
ção de bens imóveis. 20.0	Fr. D
Total da Consignação III 44.1 Total da Verba 2 443.1	de estudo 300.000
VERBA 3 — SERVIÇOS E	Total de Verba 3 382.500
ENCARGOS	RESUMO
CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS 02 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal	Verba 1 — Pessoal
a) Concursos e Provas 25.0	Total 1.284.890

Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão

CR\$ 1.998.540,00

Criados pelo Decreto-lei n.º 1.514, de 16-8-39, foram regulamentados pelo Decreto n.º 4.530, da mesma data, os da Escola Nacional de Agronomia, e pelo Decreto n.º 5.637, de 16-5-40, os da Escola Nacional de Veterinária. Foram reorganizados em 1942, pelo Decreto-lei n.º 4.083, de 4 de fevereiro, e o Decreto n.º 8.741, de 11 do mesmo mês, deu-lhes novo regulamento.

Os principais pontos visados na reorganização podem ser assim resumidos:

- a) desdobramento de cursos para atender a modalidades de várias carreiras;
- b) matrícula ex-officio para os funcionários técnicos da classe final das carreiras gerais e para os que requererem transferência de carreira;
- c) alteração dos períodos didáticos para satisfazer às necessidades do ensino nos vários cursos;
 - d) instituição de um conselho técnico, órgão de orientação técnica e didática;
- e) obrigatoriedade da apresentação de trábalho dos alunos, no fim de cada curso,
 de acôrdo com as respectivas tendências e sob orientação do professor;
- f) extensão da matrícula a técnicos estaduais e municipais e a professores de escolas de agricultura e veterinária e de aprendizados agrículas, assim como a quaisquer pessoas que satisfaçam as exigências regulamentares;
 - g) melhor recrutamento de professores;
- h) instituição de prêmios de viagem ao estrangeiro para cinco alunos, anualmente classificados em primeiro lugar nos diversos cursos.

Os cursos, necessários aos ocupantes de cargos das carreiras gerais para ingresso nas carreiras especializadas, são normalmente ministrados a funcionários efetivos, expedindo-se certificado de habilitação aos aprovados. O regulamento estabelece, além disso, a realização de cursos avulsos, destinados a promover o estudo de assuntos gerais ou especializados.

Em 1945, pretende-se manter os seguintes cursos:

- a) regulares: agrônomo biologista; ecologista; fomento agrícola; fruticultor; silvicultor; fitossanitarista; biologista; economista rural; enologista; inspetor de produtos de origem animal; químiço agrícola; veterinário sanitarista; e zootecnista;
- b) avulsos: meteorologia, para inspetores e para observadores; sericicultura; enfermagem veterinária; gasogênio; instrutores para gasogênio; inseminação artificial; química dos complexos; indústrias agrícolas.

Quadro de discriminação da despesa:

VERBA 1 — PESSOAL		rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e	
consignação II — pessoal extranumerário		de referência	10.000
EATRANOMERANO		manufaturados ou semi-	
04 — Contratados	109.200	manufaturados destinados a	
05 — Mensalistas	61.800	qualquer transformação	10.000
06 — Diaristas	54.600	26 - Produtos químicos, bioló-	
Total da Consignação II	225.600	gicos, farmacêuticos e odon-	
		tológicos; adubos em geral e	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		corretivos; inseticidas e fun-	
		gicidas; artigos cirúrgicos e	
09 — Funções gratificadas	22.800	outros de uso nos laborató-	10.000
12 — Gratificação por serviço	5.000	rios em geral	10.000
extraordinário	3.000	28 — Vestuários, uniformes e	
Total da Consignação III	27.800	equipamentos; artigos e	
20001 00 000008-00300		peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		e artefatos	3.000
		e arecatos tritition	
22 - Ajuda de custo	130.000	Total da Consignação II	36.000
23 — Diárias	54.000		
~ ***	184.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
Total da Consignação IV	164.000	DESPESAS	
Total da Verba 1	437.400	255.25.	
Total da verba 1		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	140
VERBA 2 — MATERIAL		38 — Publicações; serviços de im-	
		pressão e de encadernação;	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		clichês	20.000
PERMANENTE			00.110
and the second of the second o		Total da Consignação III	20.140
09 — Material de ensino e edu- cação; material artístico; in-		Total da Verba 2	91.140
sígnias e bandeiras; instru-		lotal da verba 2	31.1.0
mentos de música	5.000		
13 - Móveis e artigos de orna-		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
mentação; máquinas, apare-		ENCARGOS	
lhos, e utensílios de escri-		02 — Seleção, aperfeiçoamento e	
tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou		especialização de pessoal	
técnico e para trabalhos de			
campo; aparelhos e utensí-		02 — Aperfeiçoamento e es- pecialização de pes-	
lios, dormitório e enferma-		soal pecianzação de pes	
tório, dormitório e enferma-			900.900
ria; material de sericicul-		a) Honorários por aula	500.500
tura, indústria de fiação e	30,000	b) Viagem ao estrangeiro, de cinco alunos, na forma	
tecelagem de sêda	30.000	do Decreto-lei n.º 4.083,	
Total da Consignação I	35.000	de 4-2-42	500.000
20th da Complimate a control			
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE		Total da s/c 02	1.400.000
CONSUMO			
		28 — Recepções, excursões, hospe-	70.000
16 — Animais destinados a estu-		dagens e homenagens	70.000
dos, pesquisas, experiências		Total da Verba 3	1.470.000
e preparação de soros, vaci- nas, produtos opoterápicos e		Total da Velba o	
veterinários, inclusive ma-		DECLINO	
terial para sua completa		RESUMO	
fabricação	3.000	Verba 1 — Pessoal	437.40
17 — Artigos de expediente, dese-		Verba 2 — Material	91.14(
nho, ensino e educação; arti-		Verba 3 — Serviços e Encargos	1.470.000
gos escolares para distribui-		Total	1.998.54
ção; fichas e livros de escri-		Total	
turação; impressos e mate-			

Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

CRS 9.163.304,00

Atribuições:

- a) organizar o plano nacional de experimentação agrícola, acompanhar a execução desse plano e controlar os resultados, dirigindo e coordenando as pesquisas agronômicas do país ;
 - b) promover quaisquer pesquisas que visem ao progresso da agricultura;
- c) organizar programas anuais de trabalhos, que correspondam ás necessidades nacionais;
- d) delimitar as regiões naturais típicas do país, tendo em consideração, especialmente, as condições agro-geológicas e climáticas;
- e) superintender os órgãos de experimentação agrícola;
 f) cooperar com a Universidade Rural nos cursos relacionados com as atividades de seus diferentes Institutos.

Como antes foi explicado, parte das dotações que figuram a seguir visam ao custeio da instalação progressiva dos três Institutos que não se acham, aínda, funcionando.

VERBA 1 — PESSOAL		02 — Auto-caminhões, cami- nhonetes, ônibus e	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		auto-bombas; mate-	
EXTRANUMERÁRIO		rial ferroviário de tra- ção e de transporte;	
04 — Contratados	493,200	tratores; equipamen-	
)5 — Mensalistas	784.200	tos mecânicos para es-	
)6 — Diaristas	3.993.900	tradas de rodagem;	
Total da Consignação II	5.271.300	material para extin- ção de incêndio; aviões e acessórios;	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		embarcações, material	
12 — Gratificação por serviço	6 500	flutuante e de draga- gem; outras viaturas.	295.000
extraordinário	6.500	03 — Livros, fichas bibliográficas	
Total da Consignação III	6.500	impressas, documentos, re-	
consignação iv — indenizações		vistas e outras publicações especializadas, destinadas a	
2 Ajuda de custo	68.750	biblioteca ou coleções	40.000
:3 — Diárias	140.000	04 — Máquinas, motores, apare-	
Total da Consignação IV	208.750	lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de	
Total da Verba 1	5.486.550	telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-	
VERBA 2 — MATERIAL		gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		mentas e utensílios	731.300
PERMANENTE		09 - Material de ensino e edu-	
1 - Animais destinados a traba-		cação; material artístico; in- sígnias é bandeiras; instru-	
lho, produção, criação e a outros fins		mentos de música	6.000
01 — Animais para traba-		13 — Móveis e artigos de orna-	
lho, produção e outros		mentação; máquinas, apare-	
fins	128.500	lhos, e utensílios de escri-	
2 — Automóveis de passageiros;		tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou	
auto-caminhões, caminhone- tes, ônibus e auto-bombas;		técnico e para trabalhos de	
material ferroviário de tra-	•	campo; aparelhos e utensí-	
ção e de transporte; tratores;		lios de copa, cozinha, refei-	
equipamentos mecânicos		tório, dormitório e enferma-	
para estradas de rodagem;		ria; material de sericicul-	
material para extinção de in- cêndio; aviões e acessórios;		tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	359.000
embarcações, material flu-		tocciageni do seda	007.000
tuante e de dragagem; outras		Total da Consignação I	1.559.800

	20 4 2 2 2	
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO	30 — Agua e artigos para limpeza e desinfecção: servicos de	
CONSUMO	asseio e higiene: lavagem e	
17 — Artigos de expediente, dese-	engemegem de roupas; taxas	
nho, ensino e educação; arti-	de água esgóto e lixo	28.600
gos escolares para distribui-	31 — Aluguel ou arrendamento de	20.000
ção: fichas e livros de escri-	iméveis; foros, seguros de	
turação; impressos e mate-	bens móveis e imóveis	12.000
rial de classificação, inclu-	32 — Assinatura de órgãos oficiais.	2.030
sive fichas bibliográficas e	35 — Despesas miúdas de pronto	2.030
de referência	pagamento	23 400
19 — Combustíveis; material de	37 — Iluminação, fórça motriz e	23 400
lubrificação e limpeza de	gas	104.525
maquinas: material para con-	38 — Publicações; serviços de im-	104.323
servação de instalações, de	pressão e de encadernação;	
maquinas e de aparelhos;	clichês	38.600
sobressalentes de máquinas	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	30.000
e de viaturas: artigos de ilu-	consertos e conservação de	
minação 422.554		
	01 — Adaptações, consertos	
20 — Arreiamento, material de	e conservação de bens	
ferragem e de contenção de	móveis	154.300
animais; material de coude-	02 7: :	134.300
laria ou de uso zootecnico. 64.500	tações e conservação	
25 — Matérias primas e produtos	ção de bens imóveis	100.000
manufaturados ou semi-	gas de seus imoveis	100.000
manufaturados destinados a	Total da s.c 40	254.300
qualquer transformação 292.000	100000000000000000000000000000000000000	254.500
26 — Produtos químicos, bioló-	41 - Passagens, transporte de pes-	
gicos, farmacêuticos e odon-	soal e de suas bagagens	120.000
telógicos; adubes em geral e	42 — Telefone, telefonemas, tele-	220.000
corretivos: inseticidas e fun-	gramas, radiogramas e porte	
gicidas: artigos cirúrgicos e	postal	26.100
outros de uso nos laborató-		
rios em geral 288.000	Total da Consignação III	815.120
27 — Sementes e mudas de plantas. 100.000		
20 37	Total da Verba 2	3.671.754
equipamentos; artigos e pecas acessónas; roupa de	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
cama, mesa e banhu; tecidos	ENCARGOS	
e artefatos 13.780		
13.700	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
Total da Consignação II 1.296.834		
1.290.034	28 — Recepcões, excursões, hospe-	
	dagens e homenagens	5.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		
DESPESAS	Total da Verba 3	5.000
29 — Acondicionamento e embala-		
	RESUMO	
gem: armazenagem. carretos.		
estivas e capatazias: trans-	Verba 1 — Pessoal	5.486.550
porte de encomendas, cargas	Verba 2 — Material	3.671.754
e animais: alojamento e ali-	Verba 3 — Serviços e Encargos	5.000
mentarão destes e de seus		
trataiores em viagem: se- guros de transporte 205.565	Total	9.163.304
guros de transporte 205.565		

Instituto de Ecologia e Experimentação Agricolas

CR\$ 6.380.030.00

Compõe-se o Instituto dos seguintes órgãos:

- c) Seção de Botânica Agrícola;
- b) Seção de Botanica Agricola;
 b) Seção de Climatologia Agrícola;
 c) Seção de Fertilidade do Solo;
 d) Seção de Genética;
 e) Seção de Fitopatologia;
 f) Seção de Entomologia Agrícola;

- g) Seção de Horticultura ;
- h) Seção de Plantas Têxteis;
- () Seção de Diversas Culturas ;
- j) Estação Experimental Central;
- 1) Turma de Administração.

Deve, ainda, superintender o trabalho das Estações Experimentais existentes em Deodoro, Botucatů, Campos, São Simão e Ipanema.

As atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) fazer pesquisas agronômicas, visando a definir as relações entre o meio físico e o rendimento das culturas;
 - b) proceder a trabalhos que visem ao melhoramento das plantas cultivadas;
 - c) estudar as plantas nativas, visando ao seu cultivo e aproveitamento;
 - d) proceder à introdução de plantas no país;
- e) estudar as causas das doenças das plantas cultivadas e os métodos de combate às mesmas;
- f) estudar a fauna entomológica neo-tropical e proceder a investigações sobre a biologia dos insetos nocivos, visando ao desenvolvimento de meios de combate.

O programa de trabalho do Instituto, para 1945, compreende, preliminarmente, o levantamento da carta ecológica do território brasileiro. Aínda na parte ecológica, constituem trabalho, para 1945, duzentos e quarenta e dois ensaios com diversas culturas, os quais vão ser realizados, em colaboração, pelas seções de Climatologia, Botânica e Solos. Todos êsses ensaios têm por fim conhecer e determinar relações entre o meio (clima e solo) e a planta, com o fim de conseguir normas que permitam o melhor aproveitamento das condições ambientes e, portanto, um rendimento maior das atividades agrícolas.

As medidas agrotécnicas e trabalhos de melhoramento de plantas estão entregues às seções de Genética, Solos, Botânica, Fruticultura, Plantas Têxteis e Estação Central de Experimentação, competindo às Seções de Entomologia e Fitopatologia os estudos das pragas e moléstias e os meios de combatê-las.

O programa de atividades dessas Seções, para 1945, consiste em grande parte, no prosseguimento de trabalhos já anteriormente iniciados, e que envolvem ensaios experimentais para o melhoramento cultural e adaptação das seguintes plantas:

- 185 variedades de mandiocas
- 42 variedades de arroz
- 21 variedades de plantas têxteis
- 24 variedades de cana de açúcar
- 345 variedades de plantas frutíferas
- 10 variedades de plantas medicinais
- 15 Variedades de plantas oleaginosas
- 25 espécies de plantas hortículas
- 9 espécies de outras plantas úteis.

VERBA 1 — PESSOAL		consignação iv — indenizações	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		22 — Ajuda de custo	30.000 40.000
extranumerário O4 — Contratados	310.800	Total da Consignação IV	70.000
05 — Mensalistas	639.900 3.153.600	Total da Verba 1	4.184.700
Total da Consignação II	4.104.300	VERBA 2 — MATERIAL	
consignação III — vantagens		consignação 1 — material PERMANENTE	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	10.400	01 — Animais destinados a traba- lho, produção, criação e a outros fins	
Total da Consignação	10.400	01 — Animais para traba- lho, produção e outros fins	23.000

02 — Automóveis de passageiros;		máquinas e de aparelhos;	
auto-caminhões, caminhone-		sobressalentes de máquinas	
tes, ônibus e auto-bombas;		e de viaturas; artigos de ilu-	
material ferroviário de tra- cão e de transporte; tratores;		minação	385.000
equipamentos mecânicos		20 — Arreiamento, material de	
para estradas de rodagem;		ferragem e de contenção de	
material para extinção de in-		animais; material de coude-	10 000
cêndio; aviões e acessórios;		laria ou de uso zootécnico.	19.000
embarcações, material flu-		21 — Forragem e outros alimen-	42 000
tuante e de dragagem; outras		tos para animais	43.000
02 Auto cominhãos comi		25 — Matérias primas e produtos	
02 — Auto-caminhões, cami- nhonetes, ônibus e		manufaturados ou semi- manufaturados destinados a	
auto-bombas; mate-		qualquer transformação	313.000
rial ferroviário de tra-		26 — Produtos químicos, bioló-	313.000
ção e de transporte;		gicos, farmacêuticos e odon-	
tratores; equipamen-	77	tológicos; adubos em geral e	
tos mecânicos para es-		corretivos; inseticidas e fun-	
tradas de rodagem;		gicidas; artigos cirúrgicos e	
material para extin-		outros de uso nos laborató-	
ção de încêndio; aviões e acessórios;		rios em geral	153.000
embarcações, material		27 — Sementes e mudas de plantas.	28.000
flutuante e de draga-		28 Vestuários, uniformes e	
gem; outras viaturas.	206.000	equipamentos; artigos e	
03 — Livros, fichas bibliográficas		peças acessórias; roupa de	
impressas, documentos, re-		cama, mesa e banho; tecidos	
vistas e outras publicações		e artefatos	36.000
especializadas, destinadas a	70 000	Total de Consignação II	1 056 000
biblioteca ou coleções	70.000	Total da Consignação II	1.056.000
04 — Maquinas, motores, apare-		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de		DESPESAS	
telegrafia, de televisão, de			
refrigeração; material foto-		29 — Acondicionamento e embala-	
gráfico, material cinemato-		gem; armazenagem, carretos,	
gráfico e de filmagem; ferra-		estivas e capatazias; trans- porte de encomendas, cargas	
mentas e utensílios	205.000	e animais; alojamento e ali-	
13 — Móveis e artigos de orna-		mentação dêstes e de seus	
mentação; máquinas, apare-		tratadores em viagem; segu-	
lhos, e utensílios de escri-		ros de transporte	81.000
tório, biblioteca, labora-		30 — Água e artigos para limpeza	
tério, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de		e desinfecção; serviços de	
campo; aparelhos e utensí-			
		asseio e higiene; lavagem e	
lios de copa, cozinha, refei-		engomagem de roupas; taxas	
tório, dormitório e enferma-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	49.700
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-		engomagem de roupas; taxas	49.700 630
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e	000 -000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	238.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais.	
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e	238.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribui-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escri-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul- tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000 32.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclu-		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e	742.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000 32.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000 32.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	742.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000 32.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	742.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000 32.000 71.000 20.000
tório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda Total da Consignação I CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	742.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	630 17.000 56.000 32.000

 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele- 	55.000	RESUMO	
gramas, radiogramas e porte postal	15.000	Verba 1 — Pessoal	4.184.700
Total da Consignação III	397.330	Verba 2 — Material	2.195.330
Total da Verba 2	2.195.330	Total	6.380.030
. Total da Verba 2	2.195.330	Total	6.380.030

Instituto de Química Agrícola

CR\$ 1.258.260,00

Compõe-se dos seguintes órgãos:

- a) Seção de Solos;
- b) Seção de Química Vegetal;
- c) Seção de Química Alimentar;
- d) Seção de Físico-Química;
- e) Seção de Análises Agrícolas;
- f) Seção de Tecnologia Agrícola;
- g) Turma de Administração.

Ao Instituto compete o estudo do solo, das plantas, dos produtos agrícolas, e dos agentes defensivos das lavouras.

		lı .	
VERBA 1 — PESSOAL		ção e de transporte; tratores;	
		equipamentos mecânicos	
CONSIGNAÇÃO II PESSOAL	-	para estradas de rodagem;	
EXTRANUMERÁRIO		material para extinção de in-	
		embarcações, material flu-	
04 — Contratados :	31.200	tuante e de dragagem; outras	
05 — Mensalistas	455.400	cêndio; aviões e acessórios;	
06 — Diaristas	79.800	1	
Dialistas	79.000	02 — Auto-caminhões, cami-	
Total de Cansignação II	566,400	nhonetes, ônibus e	
Total da Consignação II	300.400	auto-bombas; mate-	
0011510111070		rial ferroviário de tra-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	and the same of th	ção e de transporte;	
40. 00 "	5 3	tratores; equipamen-	
12 — Gratificação por serviço	4 000	tos mecânicos para es-	
extraordinário	1.300	-	
		tradas de rodagem;	
Total da Consignação III	1.300	material para extin-	
		ção de incêndio;	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		aviões e acessórios;	
		embarcações, material	
22 Ajuda de custo	10.000	flutuante e de draga-	80.000
23 — Diárias	26.000	gem; outras viaturas.	70.000
		03 — Livros, fichas bibliográficas	
Total da Consignação IV	36.000	impressas, documentos, re-	
		vistas e outras publicações	
Total da Verba 1	603.700	especializadas, destinadas a	
		biblioteca ou coleções	60.000
VERBA 2 — MATERIAL			
		04 — Maquinas, motores, apare-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		lhos, seus acessórios; mate-	
PERMANENTE		rial elétrico, de telefonia, de	
		telegrafia, de televisão, de	
02 - Automóveis de passageiros;		refrigeração; material foto-	
auto-caminhões, caminhone-		gráfico, material cinemato-	
tes, ônibus e auto-bombas;		gráfico e de filmagem; ferra-	
material ferroviário de tra-		mentas e utensílios	46.500

13 —	Móveis e artigos de orna-		consignação III — DIVERSAS DESPESAS	
	mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-		29 — Acondicionamento e embala-	
	tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou		gem; armazenagem, carretos,	
	técnico e para trabalhos de		estivas e capatazias; trans-	
	campo; aparelhos e utensi-		porte de encomendas, cargos	
	lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma-		e animais; alojamento e ali-	
	ria; material de sericicul-		mentação dêstes e do seus	
	tura, indústria de fiação e	1 # 2	tratadores em viagem; se-	
	tecelagem de sêda	150.000	guros de transporte	10.000
To	otal da Consignação I	326.500	30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	
			asseio e higiene; lavagem e	
CONSI	GNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO		engomagem de roupas; taxas	
	CONSOMO		de água, esgôto e lizo	14.000
16 —	Animais destinados a estu-	- A	31 — Aluguel ou arrendamento de	
	dos, pesquisas, experiências		imóveis; foros, seguros de	
	e preparação de soros, vaci-		bens móveis e imóveis	2.000
	nas, produtos opoterápicos e veterinários, inclusive ma-			
	terial para sua completa		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	560
	fabricação	5.000	35 — Despesas miúdas de pronto	
17	Artigos de expediente, dese-		pagamento	2.000
	nho, ensino e educação; arti-		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
	gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-	Ť	gás	27.500
	turação; impressos e mate-		38 — Publicações; serviços de im-	
	rial de classificação, inclu-		pressão e de encadernação;	
	sive fichas bibliográficas e	20.000	clichês	35.000
	de referência	20.000	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
19 —	- Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de		consertos e conservação de	
	máquinas; material para con-		bens móveis e imóveis	
	servação de instalações, de		01 — Adaptações, consertos	
	máquinas e de aparelhos;		e conservação de bens	
	sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu-		móveis	20.000
	minação	21.000	02 — Ligeiros reparos, adap-	
21 —	Forragem e outros alimen-		tações e conservação	10.000
	tos para animais	2.000	ção de bens imóveis.	10.000
25 —	Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-		Total da s/c 40	30.000
	manufaturados destinados a		41 — Passagens, transporte de pes-	
	qualquer transformação	35.000	soal e de suas bagagens	10.000
26 —	- Produtos químicos, bioló-		42 - Telefone, telefonemas, tele-	
	gicos, farmacêuticos e odon-		gramas, radiogramas e porte	5 000
	tológicos; adubos em geral e		postal	5.000
	corretivos; inseticidas e fun- gicidas; artigos cirúrgicos e		Total da Consignação III	136.060
	outros de uso nos laborató-		Total da Verba 2	654.560
	rios em geral	102 000		
0.0		103.000	PEGUASO	
20 -	- Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e		RESUMO	
	peças acessórias; roupa de		Verba 1 — Pessoal	603.700
	cama, mesa e banho; tecidos			
	e artefatos	6.000	Verba 2 — Material	654.560
T	otal da Consignação II	192.000	Total	1.258.260
			i e	

Organização:

- a) Seção de Bioquímica;
- b) Seção de Analítica e Físico-Química;
- c) Seção de Tecnologia Industrial;
- d) Turma de Administração.

São as seguintes as atribuições do Instituto de Óleos:

- a) ministrar a alta instrução técnica especializada, referente às plantas oleaginosas, cerosas, resinosas, seus produtos, subprodutos e derivados e às tintas e vernizes, aos agrónomos e demais diplomados pelas escolas superiores, oficiais ou reconhecidas, e aos alunos da Escola Nacional de Agronomia, que satisfaçam às exigências do seu regulamento;
 - b) ser o centro de pesquisas científicas e de aplicação inerente aqueles produtos;
- c) organizar sua classificação, em colaboração com o Serviço de Economia Rural, para execução, nesta parte, do Decreto-lei n.º 334, de 15-3-38.

No momento, o Instituto está principalmente desenvolvendo duas das suas finalidades, a saber:

- a) estudo das oleaginosas de interêsse industrial e ainda não estudadas, ou pouco estudadas;
 - b) análises de rotina pedidas por fabricantes ou industriais.

Em 1945, prosseguir-se-á executando êsse programa. Pretende-se, ainda, realizar os cursos a respeito do assunto, previstos na legislação.

VERBA 1	— PESSOAL		para estradas de rodagem; material para extinção de in-	
LONGIGNACAC	TV PESSOAT		cêndio; aviões e acessórios;	
	II — PESSOAL NUMERÁRIO		embarcações, material flu-	
EXTRAP	NUMERARIO		tuante e de dragagem; outras	
Call Cantana		104 000	tuante e de dragagem; outras	
	los	124.800		
	as	229.200	02 — Auto-caminhões, cami-	
Uo Diaristas		63.600	. nhonetes, ônibus e	
1.1.0		447 600	auto-bombas; mate-	
Total da Coi	nsignação II	417.600	rial ferroviário de tra-	
_ # ~ ~			ção e de transporte;	
COSIGNAÇÃO.	III VANTAGENS		tratores; equipamen-	
101 0 111			tos mecânicos para es-	
	ção por serviço	2 200	tradas de rodagem;	
extraordir	nário	3.900	material para extin-	
		0.000	ção de incêndio;	
Stal da Co	nsignação III	3.900	aviões e acessórios;	
	~ -		embarcações, material	
COP GNAÇÃO IV	— INDENIZAÇÕES		flutuante e de draga-	
007 11 1			gem; outras viaturas.	3.500
22 Ajuda de	custo	13.600	03 — Livros, fichas bibliográficas	
23 Diárias .		15.000	impressas, documentos, re-	
	-		vistas e outras publicações	
otal da Co	nsignação IV	28.600	especializadas, destinadas a	
	-		biblioteca ou coleções	60.000
tal da Ver	ba 1	450.100	04 - Méquinas, motores, apare-	
	-		lhos, seus acessórios; mate-	
VERBA 2 -	— MATERIAL		rial elétrico, de telefonia, de	
			telegrafia, de televisão, de	
	I — MATERIAL	-	refrigeração; material foto-	
PERM	IANENTE	er .	gráfico, material cinemato-	
02 Automóve			gráfico e de filmagem; ferra-	
	eis de passageiros; nhões, caminhone-		mentas e utensilios	230.000
	us e auto-bombas;		09 - Material de ensino e edu-	
	ferroviário de tra-		cação; material artístico; in-	
	transporte; tratores;		sígnias e bandeiras; instru-	
	ntos mecânicos		mentos de música	5.000
equipame	ntos mecanicos		mentos de musica	3.000

13 — Móveis e artigos de orna-			
mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
tório, biblioteca, labora-		DESPESAS	
tório, gabinete científico ou		29 — Acondicionamento e embala-	
técnico e para trabalhos de		gem; armazenagem, carretos.	
campo; aparelhos e utensí-		estivas e capatazias; trans-	
lios de copa, cozinha, refei-		porte de encomendas, cargas	
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-		e animais; alojamento e ali-	
tura, indústria de fiação e		mentação dêstes e de seus	
tecelagem de sêda	200.000	tratadores em viagem; se-	4 500
			4.500
Total da Consignação I	498.500	30 — Água e artigos para limpeza	
	` `	e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e	
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO		engomagem de roupas; taxas	
CONSUMO		de água, esgôto e lixo	5.000
17 - Artigos de expediente, dese-			
nho, ensino e educação; arti-		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	1.000
gos escolares para distribui-		33 — Assinatura de recortes de	
ção; fichas e livros de escri-	•	publicações periódicas	1.200
turação; impressos e mate-		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e		gás	20.000
de referência	25,000	38 — Publicações; serviços de im-	
19 — Combustíveis; material de		pressão e de encadernação;	
lubrificação e limpeza de		clichês	·10.500
máquinas; material para con-		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
servação de instalações, de		consertos e conservação de	
máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas		bens móveis e imóveis	
e de viaturas; artigos de ilu-		01 — Adaptações, consertos	
minação	14.800	e conservação de bens	
25 — Matérias primas e produtos		móveis	10.000
manufaturados ou semi-	•	41 - Passagens, transporte de pes-	
manufaturados destinados a		soal e de suas bagagens	20.000
quolquer transformação 26 — Produtos químicos, bioló-	.78.327	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
gicos, farmacêuticos e odon-		gramas, radiogramas e porte	
tológicos; adubos em geral e		postal	4.000
corretivos; inseticidas e fun-			
gicidas; artigos cirúrgicos e		Total da Consignação III	76.200
outros de uso nos laborató-		Total da Verba 2	
rios em geral	100.000	Total da Velba 2	807.827
28 — Vestuários, uniformes e	10.000		
equipamentos; artigos e		RESUMO	
peças acessórias; roupa de			
cama, mesa e banho; tecidos		Verba 1 Z Pessoal	450.100
e artefatos	5.000	Verba 2 — Material	807.827
Total da Consignação II	233.127	Total	1.257.927
_			1.231.921

Instituto de Fermentação

CR\$ 6.165.430,00

Ao Instituto — órgão central de pesquisas e investigações científicas e de aplicação, referentes à vitivinicultura, às indústrias de bebidas e dos vinagres em geral, e de contrôle da produção, da circulação, da importação e da distribuição dêsses produtos, compete:

b) ministrar cursos relacionados com os setores da economia nacional sob o seu contrôle.

a) executar e fazer executar, em todo o território anacional, as leis, decretos, regulamentos e outros atos baixados pelo Govêrno, relativos a vitivinicultura e as indústrias das bebidas e dos vinagres;

- O Instituto de Fermentação, compõe-se de:
- a) Seção de Pesquisas Industriais;
 b) Seção de Química;
 c) Seção de Contrôle Industrial;
 d) Seção de Zimotecnia;
 e) Seção de Análises Comerciais;
 f) Turma de Administração.

Quadro de discrimina			
VERBA 1 — PESSOAL		03 — Livros, fichas bibliográficas	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		impressas, documentos, re-	
EXTRANUMERÁRIO		vistas e outras publicações	
		especializadas, destinadas a	
04 — Contratados	98.400	biblioteca ou coleções	50.000
05 — Mensalistas	1.457.400	04 — Máquinas, motores, apare-	
06 — Diaristas	1.090.500	lhos, seus acessórios; mate-	
		rial elétrico, de telefonia, de	4
Total da Consignação II	2.646.300	telegrafia, de televisão, de	
		refrigeração; material foto-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS			
in Contidion of		gráfico, material cinemato-	
12 — Gratificação por serviço		gráfico e de filmagem; ferra-	
extraordinário	13.000	mentas e utensílios	750.000
Total da Consignação III	13.000	13 - Móveis e artigos de orna-	
Zotar da Consignação III	13.000	mentação; máquinas, apare-	
CONCIONACIO		lhos, e. utensílios de escri-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		tório, biblioteca, labora-	
22 — Ajuda de custo	20.000	tório, gabinete científico ou	
23 — Diárias	100.000	técnico e para trabalhos de	
· · ·	100.000		
Total da Consignação IV	120.000	campo; aparelhos e utensí-	
	0.000 000	lios de copa, cozinha, refei-	
Total da Verba 1	2:779.300	tório, dormitório e enferma-	
		ria; material de sericicul-	
VERBA 2 — MATERIAL		tura, indústria de fiação e	
		tecelagem de sêda	300.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL			
PERMANENTE		Total da Consignação I	1.206.000
01 — Animais destinados a traba-			1.200.000
the produce a trapa-			
lho, produção, criação e a		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
outros fins	*	CONSUMO	
01 — Animais para traba-			
lho, produção e outros		17 — Artigos de expediente, dese-	
fins	56.000	nho, ensino e educação; arti-	
02 — Automóveis de passageiros;		gos escolares para distribui-	
auto-caminhões, caminhone-	1/2	ção; fichas é livros de escri-	
tes, ônibus e auto-bombas:	43	turação; impressos e mate-	
material ferroviário de tra-		rial de classificação, inclu-	
ção e de transporte; tratores;		sive fichas bibliográficas e	
equipamentos mecânicos		de referência	100 000
		·	190.000
para estradas de rodagem;		19 — Combustíveis; material de	
material para extinção de in-		lubrificação e limpeza de	
cêndio; aviões e acessórios;		míquinas; material para con-	
embarcações, material flu-		servação de instalações, de	
tuante e de dragagem; outras		máquinas e de aparelhos;	
02 — Auto-caminhões, cami-	€	sobressalentes de máquinas	
nhonetes, ônibus e	1 8	e de viaturas; ertigos de ilu-	
auto-bombas; mate-		minação	141.000
		20 — Arreiamento, material de	
rial ferroviário de tra-		forragers o de contenta de	
ção e de transporte;		ferragem e de contenção de	
tratores; equipamen-		animais; material de coude-	
tos mecânicos para es-		laria ou de uso zootécnico.	36.000
tradas de rodagem;		21 — Forragem e outros alimen-	
material para extin-			20 000
ção de incêndio;		tos para animais	30.000
aviões e acessórios;		25 — Matérias primas e produtos	
embarcações, material		manufaturados ou semi-	
flutuante e de draga-		manufaturados destinados a	
gem; outras viaturas	- 50.000		300 000
gent, outlas viaturas	30.000	qualquer transformação	300.000

26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; adubos em geral e corretivoe; inseticidas e fungicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios em geral	500.000 200.000	 37 — Iluminação, fôrça motriz e gás 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês 40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis 	30.000
28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	30.000	01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	100.000
Total da Consignação II CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	1.427.000	42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte	20.000
DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos,	or T	Total da Consignação III Total da Verba 2	733.130
estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	100.000	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS 16 — Exposições	
e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas		a) Para a exposição vitivi- nícola	20.000
de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis	50.000 287.880	Total da Verba 3 RESUMO	20.000
32 — Assinatura de órgãos oficiais. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	2.850	Verba 1 — Pessoal Verba 2 — Material Verba 3 — Serviços e Encargos	2.779.300 3.366.130 20.000
35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	30.000	Total	6.165.430

Instituto Agronômico do Norte

CR\$ 4.492.600,00

Criado pelo Decreto-lei n.º 1.245, de 4-5-39, diretamente subordinado ao Ministro, foi, pelo Decreto-lej n.º 6.155, de 30-12-48, incluído no C.N.E.P.A., como órgão integrante do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

São suas dependências, de acôrdo com o Decretó-lei n.º 4.104, de 9-2-42: 🎜

- a) Estações Experimentais: em Belém (anexa à sede do Instituto), no Solimões (Acre), e na Rondônia (Mato Grosso);
 - b) Sub-Estações: em Cametá, Tracuateua, Pôrto Velho, Rio Branco, e Turiagu.

Tem por fim o Instituto "realizar investigações e trabalhos experimentais sôbre os fatores da produção agrícola e promover a difusão, o melhoramento, a defesa e o aproveitamento econômico das plantas cultivadas e silvestres da região por êle abrangida" (Decreto-lei n.º 3.044, de 12-2-41). Essa região é, justamente, a Amazônia, compreendendo os Estados de Amazonas, Pará e Maranhão, e os Territórios do Amapá, Guaporé, Rio Branco e Acre.

O programa de trabalho para 1945 pode resumir-se nos seguintes itens:

a) continuação dos trabalhos de pesquisas tecnológ cas sobre o preparo de borracha destinada à indústria, visando a pádronizar a produção silvestre da Amazônia, enquanto se aguarda a produção sistematizada da borracha de cultura (serão realizadas novas séries experimentais sobre os fenômenos relativos à coagulação de borracha, com o objetivo de elevar o valor intrínseco da borracha brasileira, e intensificados os trabalhos

de melhoramento da seringueira e de outras plantas lactiferas produtoras de borracha e similares);

- b) intensificação dos trabalhos de propagação dos clones de seringueira, resistentes à moléstia das fôlhas, nas Estações de Belém e Solimões, e nas Sub-Estações de Rio Branco e Pôrto Velho;
- c) estudo de outras plantas da região Amazônica que revelem propriedades entomotóxicas em suas fólhas, inflorescências ou ramos, para serem aproveitadas como culturas em associação, sem recorrer ao revolvimento do solo;
- d) início de trabalhos com plantas oleaginosas, dispensando especial interêsse às plantas da família das "Myristicáceas" produtoras de ácido mirístico, de alto valor na indústria de sabonetes;
- e) início de trabalhos de silvicultura (com o reflorestamento de espécies de alto interêsse industrial, em substituição à floresta bruta hecterogênea).

Quadro de discrimina	gao au acopo		
VERBA 1 — PESSOAL		rial ferroviário de tra-	
		ção e de transporte;	•
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		tratores; equipamen-	
EXTRANUMERÁRIO		tos mecânicos para es-	
		tradas de rodagem;	
04 — Contratados	934.800	material para extin-	
05 — Mensalistas	397.200	ção de incêndio:	
06 — Diaristas	1.603.500	aviões e acessórios;	
* * **		embarcações, material	
Total da Consignação II	2.935.500	flutuante e de draga-	
		gem; outras viaturas.	200,000
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS			
The state of the s		03 — Livros, fichas bibliográficas	
12 — Gratificação por serviço		impressas, documentos, re-	
extraordinário	15.600	vistas e outras publicações	
	13.000	especializadas, destinadas a	
Total da Consignação III	15.600	biblioteca ou coleções	70.000
- Juli da Consignação III	13.000	04 - Máquinas, motores, apare-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		lhos, seus acessórios; mate-	
THUENIZAÇÕES		rial elétrico, de telefonia, de	
22 - Aiuda do susta	60 000	telegrafia, de televisão, de	
22 — Ajuda de custo	60.000	refrigeração; material foto-	
23 — Diárias	80.000	gráfico, material cinemato-	
		gráfico e de filmagem; ferra-	
Total da Consignação IV	140.000	mentas e utensílios	200 000
		mentas e utensiitos	200.000
Total da Verba 1	3.091.100	06 — Material de acampamento	
		e de campanha	10.000
VERBA 2 — MATERIAL			
		13 — Móveis e artigos de orna-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		mentação; máquinas, apare-	
PERMANENTE		lhos, e utensílios de escri-	
		tório, biblioteca, labora-	
01 — Animais destinados a traba-		tório, gabinete científico ou	
lho, produção, criação e a		técnico e para trabalhos de	
outros fins		campo; aparelhos e utensí-	
01 — Animais para traba-		lios de copa, cozinha, refei-	
lho, produção e outros		tório, dormitório e enferma-	
fins	30.000	ria; material de sericicul-	
	30.000	tura, indústria de fiação e	00.000
02 — Automóveis de passageiros;		tecelagem de sêda	80.000
auto-caminhões, caminhone-		m.110 1 " "	#442 AAA
tes, ônibus e auto-bombas;		Total da Consignação I	590.000
material ferroviário de tra-			
ção e de transporte; tratores;		CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	
equipamentos mecânicos		CONSUMO	
para estradas de rodagem;		476	
. material para extinção de in-		17 — Artigos de expediente, dese-	
cêndio; aviões e acessórios;		nho, ensino e educação; arti-	
embarcações, material flu-		gos escolares para distribui-	
tuante e de dragagem; outras		ção; fichas e livros de escri-	
		turação; impressos e mate-	
02 — Auto-caminhões, cami-		rial de classificação, inclu-	
nhonetes, 'cônibus 'e		sive fichas bibliográficas e	
auto-bombas; mate-		de referência	50.000

19 — Combustíveis; material de		30 — Água e artigos para limpeza	
lubrificação e limpeza de		e desinfecção; serviços de	
máquinas; material para con-		asseio e higiene; lavagem e	
servação de instalações, de		engomagem de roupas; taxas	
máquinas e de aparelhos;		de água, esgôto e lixo	15.000
sobressalentes de máquinas		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	2.500
e de viaturas; artigos de ilu-		33 - Assinatura de recortes de	
minação	120.000	publicações periódicas	5.000
200 Association and the last		35 — Despesas miúdas de pronto	0.000
20 — Arreiamento, material de		pagamento	6.000
ferragem e de contenção de		37 — Iluminação, fôrça motriz e	0.000
animais; material de coude-	40.000	gás	40,000
laria ou de uso zootécnico.	10.000	38 — Publicações; serviços de im-	40.000
21 - Forragem e outros alimen-		pressão e de encadernação;	
tos para animais	10,000	clichês	133.000
		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	133,000
25 — Matérias primas e produtos		consertos e conservação de	
manufaturados ou semi-		bens móveis e imóveis	
manufaturados destinados a		02 — Ligeiros reparos, adap-	
qualquer transformação	75.000	tações e conservação	
26 — Produtos químicos, bioló-		de bens imóveis	20 000
gicos, farmacêuticos e odon-		41 — Passagens, transporte de pes-	20.000
tológicos; adubos em geral e			90 000
corretivos; inseticidas e fun-		soal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele-	80.000
gicidas; artigos cirúrgicos e			
outros de uso nos laborató-		gramas, radiogramas e porte	15 000
rios em geral	60 000	postal	15.000
	60.000	Translat Commission of TVV	004 500
27 — Sementes e mudas de plantas	50.000	Total da Consignação III	391.500
28 — Vestuários, uniformes e		Total da Verba 2	1.381.500
equipamentos; artigos e			
peças acessórias; roupa de		VERBA 3 — SERVICOS E	
cama, mesa e banho; tecidos		ENCARGOS	
e artefatos	25.000		
		CONSIGNAÇÃO I - DIVERSOS	
Total de Canaisses II	400 000		
Total da Consignação II	4.00.000	28 — Recepções, excursões, hospe-	
		dagens e homenagens	20.000
consignação III — diversas			
DESPESAS		Total da Verba 3	20.000
29 - Acondicionamento e embala-		RESUMO	
gem; armazenagem, carretos,		2.250.120	
estivas e capatazias; trans-		Verba 1 — Pessoal	3.091.100
porte de encomendas, cargas		Verba 2 — Material	1.381.500
e animais; alojamento e ali-		Verba 3 — Serviços e Encargos	
mentação dêstes e de seus		beiviços e Encargos	20.000
tratadores em viagem; se-		Total	4 400 600
guros de transporte	75.000		4.492.600
	70.000		-
			1

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS

CR\$ 2.000.000,00

Criada pelo Decreto-lei n.º 3.480, de 29-7-41, tem seu regimento aprovado pelo Decreto n.º 12.777, de 2-7-43. Está subordinada diretamente ao Ministro e tem as seguintes atribuições:

- a) projetar e executar diretamente ou não tôdas as obras e instalações necessárias ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, inclusive as de irrigação e drenagem, estradas e parques;
- b) planejar, projetar e localizar as construções necessárias aos Institutos Agronômicos regionais, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

As dotações da Comissão aparecem no Plano de Obras e Equipamentos mas, como o Ministério da Agricultura tem que contribuir com 20% sobre o total da ligação ferroviária entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e o Centro Nacional de Ensino e

Pesquisas Agronômicas — pagamento êste a cargo da Comissão de Construção do C.N.E.P.A. -, aparece, este ano, na subconsignação 36, Serviços Contratuais, da Verba 3 — Serviços e Encargos, a dotação correspondente aquele gasto.

Quadro de discriminação da despesa:

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	quisas Agronômicas no km 47 de Rodovia Rio- São Paulo	2.000.000
36 — Serviços Contratuais a) Para pagamento da cota da União relativa à cons- trução, por intermédio da	Total da Verba 3	2.000.000
Estrada de Ferro Central do Brasil, de uma ligação	Verba 3 — Serviços e Encargos	2.000.000
ferroviária com o Centro Nacional de Ensino e Pes-	Total	2,000.000

COMISSÃO NACIONAL DO GASOGÊNIO

CR\$ 170.970,00

Reorganizada pelo Decreto-lei n.º 4.521, de 24-7-42, a Comissão está diretamente subordinada ao Ministro, e tem as seguintes atribuições:

- a) promover, incrementar e facilitar o uso do gasogênio nos motores de explosão, tratores agrícolas, veículos, automóveis e instalações fixas ou semi-fixas;
 - b) incrementar o estudo e fabricação de gasogênio no Brasil;
- c) incentivar o plantio de essências florestais mais convenientes ao preparo de lenha e carvão apropriados à produção do gasogênio;
- d) fomentar a produção, distribuição e consumo econômico de combustível apropriado ao gasogênio:
- ε) promover à formação de pessoal técnico competente no manejo de motores a gasogênio, organizando cursos de condução de vefculos a gasogênio, de carbonização e de mecânica especializada, sob sua orientação geral, tendo em vista a uniformidade e difusão dos cursos em todo o território nacional, podendo para isso entrar em entendimentos com as Universidades, Escolas e Institutos Técnicos do país;
- f) manter em dia estatística referente à importação, fabricação e emprêgo do gasogênio no país, organizando, para êsse fim, um serviço encarregado do exame e registro dos gasogênios, aparelhos de carbonização e materiais necessários
- g) fazer propaganda, nos meios produtores, da utilidade da construção de estradas ou caminhos adequados ao tráfego fácil do veículo auto-motor a gasogênio;
- h) propor ao Govêrno Federal e aos governos estaduais e municipais as medidas necessárias à intensificação do uso dos veículos a gasogénio;
- i) discalizar, diretamente, ou por intermédio dos órgãos auxiliares, a execução do Decreto-lei n.º 4.521, de 24-7-42
- j) aplicar as sanções previstas no art. 11, parágrafo único, e no art. 12, parágrafo único, dêsse decreto-lei.

VERBA 1 — PESSOAL		VERBA 2 — MATERIAL	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	TE A	CONSIGNAÇÃO I MATERIAL PERMANENTE	
06 — Diaristas	9.600	03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re-	
Total da Consignação II	9.600	vistas e outras publicações especializadas, destinadas a	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		biblioteca ou coleções 04 — Máquinas, motores, apare-	5.000
23 — Diárias	5.000	lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de-	
Total da Consignação IV	5.000	refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato-	
Total da Verba 1	14.600	gráfico e de filmagem; ferra- mentas o utensílios	30.000

13 - Móveis e artigos de orna-	porte de encomendas, cargas
mentação; máquinas, apare-	e animais; alojamento e ali-
lhos, e utensílios de escri-	mentação dêstes e de seus
	tratadores em viagem; se-
tório, biblioteca, labora-	guros de transporte 2.000
tório, gabinete científico ou	30 — Água e artigos para limpeza
técnico e para trabalhos de	e desinfecção; serviços de
campo; aparelhos e utensí-	asseio e higiene; lavagem e
lios de copa, cozinha, refei-	engomagem de roupas; taxas
tório, dormitório e enferma-	de água, esgôto e lixo 2.000
ria; material de sericicul-	31 — Aluguel ou arrendamento de
tura, indústria de fiação e	imóveis; foros, seguros de
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	bens móveis e imóveis 28.800
tecelagem de sêda 15.000	
Total da Consignação I 50.000	32 — Assinatura de órgãos oficiais 70
Total da Consignação I	33 — Assinatura de recortes de
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE	publicações periódicas 500
CONSUMO	
	37 — Iluminação, fôrça motriz e
17 — Artigos de expediente, dese-	gás 1.000
nho, ensino e educação, arti-	38 — Publicações; serviços de im-
gos escolares para distribui-	pressão e de encadernação;
ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	clichês 10.000
rial de classificação, inclu-	
sive fichas bibliográficas e	40 — Ligeiros reparos, adaptações,
de referência 5.000	consertos e conservação de
10 Combustinaire material de	bens móveis e imóveis
19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de	01 Adaptações, consertos
máquinas; material para con-	e conservação de bens
servação de instalações, de	móveis
máquinas e de aparelhos;	
sobressalentes de máquinas	41 — Passagens, transporte de pes-
e de viaturas; artigos de ilu-	soal e de suas bagagens 5.000
minação 30.000	42 — Telefone, telefonemas, tele-
26 — Produtos químicos, bioló-	gramas, radiogramas e porte
gicos, farmacêuticos e odon-	postal 2.000
tológicos; adubos em geral e	postar 2.000
corretivos; inseticidas e fun-	Total da Consignação III 63.370
gicidas; artigos cirúrgicos e	10001 000 00110181102000 1111
outros de uso nos laborató-	Total da Verba 2
rios em geral 8.000	
Total da Consignação II 43.000	
Total da Consignação II 45.000	RESUMO
~	14 600
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	Verba 1 — Pessoal 14.600
DESPESAS	Verba 2 — Material
29 — Acondicionamento e embala-	Verba 2 - Material
gem; armazenagem, carretos,	Total
estivas e capatazias; trans-	

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS DO BRASIL

CR\$ 53.740,00

A finalidade do Conselho de Fiscalização das expedições Artísticas d' Científicas no Brasil é fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular, e as estrangeiras, oficiais ou não, de caráter artístico ou científico.

O campo de ação do Conselho abrange, pois, todo o território nacional e seu programa de trabalho fica na dependência da ocorrência de expedições artísticas ou científicas, de acôrdo com a sua atribuição específica de fiscalizar as referidas expedições.

O Conselho está diretamente subordinado ao Ministro.

Quadro de discriminação da despesa:

VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
consignação II — pessoal extranumerário		CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese-	
05 — Mensalistas	9.000	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui-	
Total da Consignação II	9.000	ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-	
consignação III — vantagens		sive fichas bibliográficas e de referência	1.000
09 — Funções gratificadas	4.200		1.000
14 — Gratificação de representação	32.400	Total da Consignação II	1.000
Total da Consignação III	36.600	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	4
Total de Verba 1	45.600	*	
VERBA 2 — MATERIAL		32 — Assinatura de órgãos oficiais 38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação;	140
CONSIGNAÇÃO 1 — MATERIAL		clichês ,	2.000
PERMANENTE		Total da Consignação III	2.140
03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re-		Total da Verba 2	8.140
vistas e outras publicações	•	RESUMO	
especializadas, destinadas a		Verba 1 — Pessoal	45,600
biblioteca ou coleções	5.000	Verba 2 — Material	8.140
Total da Consignação I	5.000	Total	53.740

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL

CR\$ 66.420.00

Fol instituído e instalado em 1934, na forma do art. 101 do Decreto n.º 23.793, de 23-1-34.

O Conselho reune-se três vêzes durante o mês para deliberar sôbre os assuntos que lhe são submetidos, de conformidade com o decreto acima indicado e seu regimento interno.

Está diretamente subordinado ao Ministro.

Compete ao Conselho:

- a) orientar as autoridades florestair sóbre a aplicação los recursos oriundos do Fundo Florestal;
- b) zelar pela fiel observância do Código Florestal e leis, ou regulamentos complementares, acompanhando a ação das autoridades florestais e representando-lhes sobre necessidades ou deficiências dos serviços ou sobre reclamos do interesse público;
- o) resolver casos omissos no Código Florestal e propor ao Govêrno a sua emenda, ou qualquer alteração;
- d) emitir parecer, sobre as questões relevantes que a repartição florestal tenha de resolver, nos casos em que for pedido pelo Governo, e nos indicades no Código Florestal;
- e) promover a cooperação dos poderes públicos, instituições e institutos, emprêsas e sociedades particulares, na obra de conservação das florestasse de replantio;
 - f) difundir em todo o país a educação florestal e de proteção à natureza em geral;
- g) instituir prêmios de animação à silvicultura è por serviços prestados à proteção das florestas;
 - h) promover, anualmente, a "Festa da Arvore";
 - i) organizar congressos de silvicultura;
- j) organizar seu regimento interno, em que poderá instituir com.ssões para determinados locais ou regiões;
- l) estabelecer prêmios a pessoas que hajam prestado servicos sem remuneração fixa à causa florestal, cabendo-lhe determinar as importâncias a distribuir, dentro dos recursos orçamentários ou outros de que possa dispor;

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

m) o Conselho Florestal Federal, a par da ação que desenvolverá em todo o país, exercerá suas funções, especialmente, no Distrito Federal;

n) tomar conhecimento e opinar sôbre todos os processos, que lhe sejam encaminhados;

o) continuar na súa obra de educação florestal por meio de cartazes e publicações, difundidos em todo o país.

Quadro de discriminação da despesa:

		1	
VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		32 — Assinatura de órgãos oficiais	120
05 — Mensalistas	12.000	42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte	
Total da Consignação II	12.000	postal	600
consignação III — vantagens	en ^T	Total da Consignação III	720
09 — Funções gratificadas 14 — Gratificação de representação	4.200	Total da Verba 2	2.020
Total da Consignação III	47.400	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
Total da Verba 1	59.400	ENCARGOS	*#
VERBA 2 — MATERIAL		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
consignação ii — material de consumo		51 — Serviços educativos e cul- turais	
17 — Artigos de expediente, dese-		a) Para a festa da árvore.	5.000
nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-		Total da Verba 3	5.000
turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-			
sive fichas bibliográficas e		RESUMO	
de referência	500	Verba 1 — Pessoal	59.400
peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos		Verba 2 — Material	2.020
e artefatos	800	Verba 3 — Serviços e Encargos	5.000
Total da Consignação II	1.300	Total	66.420

CONSELHO NACIONAL DE CAÇA

CR\$ 44.265,00

Criado pelo Código de Caga, está subordinado ao Ministro e tem as seguintes atribuições:

- a) sugerir ao Ministro da Agricultura, justificadamente, qualquer alteração ou . . emenda, em dispositivos do Código de Caça;
 - b) aprovar instruções da Divisão de Caça e Pesca para atividades de caçadores ou de pessoas que se ocupem com os negócios decorrentes da caça;
 - c) opinar, sempre que isso lhe fôr determinado pelo Govêrno, sôbre as matérias de que trata aquele Código;
 - d) emitir parecer sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Divisão de Caça e Pesca;
 - e) patrocinar competições de caça e de tiro ao vôo;
 f) promover a "Festa da Ave", anualmente, com o concurso de institutos de ensino, públicos e particulares;
 - g) organizar congressos de caça e exposições de caça de caça, armas, petrechos e troféus de caça;

- h) desempenhar as atribuições que lhe devam caber em conseqüência de dispositivos do Código de Caça.
- O Conselho, anualmente, procede a inquéritos junto às autoridades federais, estaduais e municipais, às instituições científicas e às associações de caçadores, a fim de conhecer as necessidades da fauna silvestre nas diversas regiões do país, de modo que, baseado nêsses elementos, possa promover às medidas necessárias à sua proteção.

Quadro de discriminação da despesa:

VERBA 1 — PESSOAL CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO 17 — Artigos de expediente, dese-	
05 — Mensalistas	6.000	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	4
09 — Funções gratificadas 14 — Gratificação de representação. Total da Consignação III	4.200 28.800 33.000	rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e de referência	1.265
Total de Verba 1 VERBA 2 — MATERIAL	39.000	Total da Consignação II Total da Verba 2	1.265
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE 03 — Livros, fichas bibliográficas		RESUMO	
impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	4.000	Verba 1 — Pessoal Verba 2 — Material	39.000 5.26 5
Total da Consignação I	4.000	Total	44.265

CONSELHO NACIONAL DE PROTECÃO AOS ÍNDIOS CRS 1.283.621,00

Foi criado pelo Decreto-lei n.º 1.794, de 22-11-39, e o seu regimento aprovado pelo Decreto n.º 12.317, de 27-4-43.

Estão subordinados ao Conse¹no: os serviços cartográficos e cinematográficos, da antiga Comissão Rondon, e os serviços de estudos etnográficos e documentação foto-cinematográfica transferidos, respectivamente, do Ministério da Guerra e do Serviço de Proteção aos Indios.

O Conselho atua no meio físico-social brasileiro onde existe o índio em seu habitat. necessitado de amparo, proteção e assistência, para sua integração na nacionalidade brasileira.

Atribuições do Conselho Nacional de Proteção aos Indios:

- a) fomentar o interêsse da nacionalidade pela solução brasileira do problema indígena, visando à preservação da vida, da propriedade e da liberdade do aborígene;
- b) cooperar em estudos etnográficos do Museu Nacional, dando, outrossim, e precipuamente, ao Serviço de Proteção aos Indios, sempre que necessária, inteira cooperação na realização de sua finalidade.
- O Conselho de Proteção aos Indios está diretamente subordinada ao Ministro da Agricultura.

Pretende o Conselho, êste ano, além da realização de seus serviços habituais, empreender expedições de pesquisas, a fim de coletar documentação foto-cinematógráfica e sonora, necessária a que se complete seu acervo de dados, sôbre:

- a) os Bororós e os Unotinas;b) os índios do Xingú e do Paranatinga;
- o) as populações indígines que vivem em tôrno da linha Vilhena a Pôrto Velho.

VERBA 1 PESSOAL		CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	
		CONSUMO	
CONSIGNAÇÃO II PESSOAL		CONSONIO	
EXTRANUMERÁRIO		17 — Artigos de expediente, dese-	
		nho, ensino e educação; arti-	
04 — Contratados	106,800	gos escolares para distribui-	
05 — Mensalistas		ção; fichas e livros de escri-	
06 — Diaristas	253.200	turação; impressos e mate-	
Dialistas	51.000	rial de classificação, inclu-	
Total de Constant 7 XI	444 000	sive fichas bibliográficas e	
Total da Consignação II	411.000	do referência	4 2 000
		de referência	15.000
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		19 — Combustíveis; material de	
		lubrificação e limpeza de	
09 — Funções gratificadas	4.200	máquinas; material para con-	
		servação de instalações, de	
	25 000	máquinas e de aparelhos;	
extraordinário	35.000	sobressalentes de máquinas	
m		e de viaturas; artigos de ilu-	
Total da Consignação III	39.200	minação	15.538
		25 — Matérias primas e produtos	20.000
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		manufaturados ou semi-	
		manufaturados destinados a	
22 — Ajuda de custo	60.000	qualquer transformação	15 000
23 — Diárias	100.000	qualquer transformação	16.333
	100.000	26 — Produtos químicos, bioló-	
Total da Consignação IV	160 000	gicos, farmacêuticos e odon-	
Total da Consignação IV	160.000	tológicos; adubos em geral e	
77-4-1 d. 37-d. 4	610 000	corretivos; inseticidas e fun-	
Total da Verba 1	610.200	gicidas; artigos cirúrgicos e	
***************************************		outros de uso nos laborató-	
VERBA 2 — MATERIAL		rios em geral	4.450
		28 — Vestuários, uniformes e	
consignação i — material		equipamentos; artigos e	
PERMANENTE		peças acessórias; roupa de	
·A		cama, mesa e banho; tecidos	
03 — Livros, fichas bibliográficas		e artefatos	3.000
impressas, documentos, re-			0.000
vistas e outras publicações		Total da Consignação II	54.321
especializadas, destinadas a		20tar da Consignação II	34.321
biblioteca ou coleções	10.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
04 — Máquinas, motores, apare-		DESPESAS	
lhos, seus acessórios; mate-		DESPESAS	
rial elétrico, de telefonia, de		29 — Acondicionamento e embala-	
telegrafia, de televisão, de		gem; armazenagem, carretos,	
refrigeração; material foto-		estivas e capatazias; trans-	
gráfico, material cinemato-		porte de encomendas, cargas	
4			
gratico e de tilmagem: terre-			
gráfico e de filmagem; ferra-	02.000	e animais; alojamento e ali-	
mentas e utensílios	92:000	e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus	
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento	`	e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-	2.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	92.000 18.000	e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se- guros de transporte	3.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de orna-	`	e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se- guros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza	
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	3.000 .·
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e	
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri- tôrio, biblioteca, labora-	`	e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se- guros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas	*
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais.	*
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	.· 3.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refei-	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais.	.· 3.000 260
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	.· 3.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicul-	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 37 — Îluminação, fôrça motriz e	3.000 260 5.600
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 37 — Iluminação, fôrça motriz e gás	.· 3.000 260
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	18.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha	`	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 32 — Assinatura de órgãos oficiais. 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 37 — Iluminação, fôrça motriz e gás	3.000 260 5.600 8.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 14 — Objetos históricos e obras	18.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericiultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 14 — Objetos históricos e obras de arte; espécimes e outras	18.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600 8.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 14 — Objetos históricos e obras de arte; espécimes e outras peças destinadas a coleções	18.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600 8.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericiultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 14 — Objetos históricos e obras de arte; espécimes e outras	18.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600 8.000
mentas e utensílios Máterial de acampamento e de campanha Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	18.000 20.240 35.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600 8.000
mentas e utensílios 06 — Material de acampamento e de campanha 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 14 — Objetos históricos e obras de arte; espécimes e outras peças destinadas a coleções	18.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600 8.000
mentas e utensílios Máterial de acampamento e de campanha Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	18.000 20.240 35.000	e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	3.000 260 5.600 8.000

 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte 	RESUMO
postal 5.000	Verba 1 — Pessoal
Total da Consignação III 443.860	Verba 2 — Material 673.421
Total da Verba 2 673.421	Total 1.283.621

COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS E TERRAS (1.ª)

CR\$ 36.000,00

Foram previstas comissões especiais, no Decreto-lei n.º 893, de 26-11-38, com o fim de examinar os títulos de terras dos foreiros, arrendatários, possuidores e ocupantes de qualquer porção de terra da Fazenda de Santa Cruz, e de outras, pertencentes à União, quando o govêrno resolveu regular o aforamento, a desapropriação, a venda e a exploração agrícola dessas terras. A mesma lei atribuiu ao Ministério da Agricultura o planejamento da colonização e aproveitamento da Fazenda e, assim, entendeu-se que as comissões, ao serem constituídas, passassem a integrar sessa Secretaria de Estado.

O Decreto n.º 5.110, de 12-1-40, determinou ficassem vários outros imóveis do Domínio da União sob o regime do Decreto-lei n.º 893, a saber: Fazenda de Coqueiros; Fazenda dos Munizes; imóveis situados fora do perímetro da Fazenda de Santa Cruz, mas dentro das bacias dos rios Guandu e Itaguaí; imóveis situados fora da bacia do rio Iguaçu, mas dentro dos municípios de Iguaçu e Magé; e Fazendas Lagedo, Garrafas, Posse, l'edra Azul e Entrada, estas em São Paulo. Assim, muito se estendeu o campo de ação das comissões especiais previstas.

Dessas comissões apenas uma foi constituída: a Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras. Na forma do Decreto-lei n.º 893, cabe-lhe a revisão desses títulos, em relação à Fazenda de Santa Cruz; e, na forma do Decreto n.º 5.422, de 30-3-40, cabe-lhe a revisão dos títulos relativos a todos os próprios enumerados no Decreto n.º 5.110 e acima citados.

Quadro de discriminação da despesa:

VERBA 1 — PESSOAL		RESUMO	
- CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		·	
14 — Gratificação de representação.	36.000	Verba 1 Pessoal	36.000
Total da Consignação III	36.000		
Total da Verba 1	36.000	Total	36.000

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

. O regulamento do Departamento foi aprovado pelo Decreto n.º 23.979, de 8-3-34, sofrendo modificações adotadas pelo Decreto n.º 24.540, de 3-7-34.

Está diretamente subordinado ao Miristro e se compõe das seguintes repartições, tôdas subordinadas ao Diretor Geral:

- a) Divisão de Caça e Pesca;
- b) Divisão de Defesa Sanitária Animal;
- c) Divisão de Fomento da Produção Animal:
- d) Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
- e) Instituto de Biologia Animal.

Tem por finalidade tomar as medidas necessárias ao desenvolvimento da produção animal, orientando-a, fiscalizando-a e fementando-a, o que faz por intermédio de seus vários órgãos componentes.

Diretoria Geral

CR\$ 456.920,00

VERBA 1 — PESSOAL		servação de instalações, de	
		máquinas e de aparelhos;	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		sobressalentes de máquinas	
EXTRANUMEFÁRIO		e de viaturas; artigos de ilu-	
05 75 11		minação	19.500
05 — Mensalistas	126.000	25 — Matérias primas e produtos	
M-4-1 3 0- 1	100 000	manufaturados ou semi-	
Total da Consignação II	126.000	manufaturados destinados a	
OO Francisco markistandas	0.400	qualquer transformação	2.000
09 — Funções gratificadas 12 — Gratificação por serviço	8.400	28 — Vestuários, uniformes e	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	1.300	equipamentos; artigos e	
catiantinario	1.300	peças acessórias; roupa de	
Total da Consignação III :	9.700	cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	10 100
		e arteratos	12.400
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		Total da Consignação II	51.900
22 Ajuda de custo	10.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
23 — Diárias	6.000	DESPESAS	
Total da Consignação IV	16.000	30 — Água e artigos para limpeza	
		e desinfecção; serviços de	
Total da Verba 1	151.700	asseio e higiene; lavagem e	
		engomagem de roupas; taxas	
VERBA 2 — MATERIAL		de água, esgôto e lixo	15.000
		32 — Assinatura de órgãos oficiais	420
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		33 — Assinatura de recortes de	
PERMANENTE		publicações periódicas	7.200
- Livros, fichas bibliográficas		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
impressas, documentos, re-		gás	45.000
vistas e outras publicações		38 — Publicações; serviços de im-	
especializadas, destinadas a		pressão e de encadernação;	
biblioteca ou coleções	3.000	- clichês	3.000
B — Móveis e artigos de orna-		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
mentação; máquinas, apare-		consertos e conservação de	
lhos, e utensílios de escri-		bens móveis e imóveis	
tório, biblioteca, labora-		01 — Adaptações, consertos	
tório, gabinete científico ou		e conservação de bens	
técnico e para trabalhos de		móveis	7.000
campo; aparelhos e utensí-		02 — Ligeiros reparos, adap-	
lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma-		tações e conservação	1
ria; material de sericicul-		de bens imóveis	150.000
tura, indústria de fiação e		Total 1 - /- 40	
tecelagem de sêda	4.700	Total da s/c 40	157.000
		41 — Passagens, transporte de pes-	7
Total da Consignação I	7.700	soal e de suas bagagens	15.000
		42 — Telefone, telefonemas, tele-	13.000
nsignação ii — material de		gramas, radiogramas e porte	
CONSUMO		postal	3.000
Artigos de expediente, dese-			
nho, ensino e educação; arti-		Total da Consignação III	245.620
gos escolares para distribui-		m	
ção; fichas e livros de escri-		Total da Verba 2	305.220
turação; impressos e mate-		PESIMO	
rial de classificação, inclu-		RESUMO	
sive fichas bibliográficas e		Verba 1 — Pessoal	151 700
		T CEDUAL	151.700
de referência	18.000	Verba 2 - Material	
de referência	18.000	Verba 2 — Material	305.220
de referência	18.000	Verba 2 — Material	305.220
de referência	18.000	Verba 2 — Material	

Divisão de Caça e Pesca

CR\$ 4.828.471,00

Foi criada com o nome de Inspetoria de Caça e Pesca, como dependência do Serviço do Fomento da Produção Animal. Passou, posteriormente, a Diretoria, a Serviço e depois a Divisão.

Seu regulamento ainda é o mesmo do então Serviço de Caça e Pesca e foi baixado com o Decreto n.º 23.979, de 8-3-34, modificado pelo de n.º 24.540, de 3-7-34.

São dependências da Divisão de Caça e Pesca:

- a) Estação Experimental de Caça e Pesca em Pirassununga;
- b) Estação Experimental de Caça e Pesca em Pôrto Alegre;
- o) Postos de Fiscalização de Caça e Pesca em Brasília Acre, Manaus Amazonas, Belém Pará, São Luiz Maranhão, Fortaleza Ceará, Natal Rio Grande do Norte, Recife Pernambuco, Salvador Bahia, Vitória e Colatina Espírito Santo, Angra dos Reis Rio de Janeiro, Florianópolis Santa Catarina, Pôrto Alegre, Caxías, Pelotas e Rio Grande Rio Grande do Sul, Golânia Golaz, e Corumbá Mato Grosso.

Em fase de instalação ,tem a Divisão mais dependências, que são : o Pôsto de Pisescultura da Lagoa dos Quadros (Rio Grande do Sul); e o Parque de Refúgio de Animais Silvestres, em Linhares (Espírito Santo).

O campo de ação da Divisão de Caça e Pesca abrange etodo o território nacional, sendo suas finalidades precípuas a proteção da fauna, o incremento da piscicultura e o contrôle das indústrias do pescado.

VERBA 1 — PESSOAL	02 — Automóveis de passageiros;
	auto-caminhões, caminhone-
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL	tes, ônibus e auto-bombas;
EXTRANUMERÁRIO	material ferroviário de tra-
	cão e de transporte; tratores;
04 — Contratados 271.2	00 equipamentos mecânicos
	more estradas de radagam :
	material para extinção de in-
06 - Diaristas 354.6	cêndio; aviões e acessórios;
	embarcações, material flu-
Total da Consignação II 2.023.8	tuante e de dragagem outras
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	02 — Auto-caminhões, cami-
. •	nhonetes, ônibus e
12 — Gratificação por serviço	auto-bombas: mate-
extraordinário 5.0	00 rial ferroviário de tra-
	cão e de transporte;
Total da Consignação III 5.0	00 tratores; equipamen-
*	tos mecânicos para es-
CONSIGNAÇÃO IV INDENIZAÇÕES	tradas de rodagem;
	material para extin-
22 — Ajuda de custo 36.0	00 ção de incêndio;
23 — Diárias 100.0	00 aviões e acessórios;
	embarcações, material
Total da Consignação IV 136.0	00 flutuante e de draga-
	gem; outras viaturas. 70.000
Total da Verba 1 2.164.8	00 03 — Livros, fichas bibliográficas
·	impressas, documentos, re-
VERBA 2 — MATERIAL	vistas e outras publicações
	especializadas, destinadas a
CONSIGNAÇÃO I - MATERIAL	biblioteca ou coleções 30.000
PERMANENTE	04 — Máquinas, motores, apare-
	lhos, seus acessórios; mate-
01 — Animais destinados a trába-	rial elétrico, de telefonia, de
lho, produção, criação e a	telegrafia, de televisão, de
outros fins	refrigeração; material foto-
01 — Animais para traba-	gráfico, material cinemato-
lho, produção e outros	gráfico e de filmagem; ferra-
fins	mentas e utensílios 142.400

06 - Material de acampamento		27 — Sementes e mudas de plantas.	2.50
e de campanha	3.980	28 — Vestuários, uniformes e	
09 — Material de ensino e edu-		equipamentos; artigos e	
cação; material artístico; in-		peças acessórias; roupa de	
sígnias e bandeiras; instru-		cama, mesa e banho; tecidos	
mentos de música	14.080	e artefatos	27.5
13 — Móveis e artigos de orna-			
mentação; máquinas, apere-		Total da Consignação II	349.9
lhos, e utensílios de escri-			
tório, biblioteca, labora-		consignação III — diversas	
tório, gabinete científico ou		DESPESAS	
técnico e para trabalhos de			
campo; aparelhos e utensí-		29 — Acondicionamento e embala-	
lios de copa, cozinha, refei-		gem; armazenagem, carretos,	
tório, dormitório e enferma-	4	estivas e capatazias; trans-	
ria; material de sericicul-		porte de encomendas, cargas	
tura, indústria de fiação e		e animais; alojamento e ali-	
tecelagem de sêda	280.000	mentação dêstes e de seus	
cocciagain as poss		tratadores em viagem; se-	
Total da Consignação I	546.860	guros de transporte	30.0
Toma de Comorganique a 111111			
		30 — Agua e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	•
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE			
CONSUMO		asseio e higiene; lavagem e	
		engomagem de roupas; taxas	
16 — Animais destinados a estu-		de água 'esgôto e lizo	21.5
dos, pesquisas, experiências		31 — Aluguel ou arrendamento de	
e preparação de soros, vaci-		imóveis; foros, seguros de	
nas, produtos opoterápicos e		bens móveis e imóveis	75.8
veterinários, inclusive ma-		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	1.6
terial para sua completa		35 — Despesas miúdas de pronto	
fabricação	2.000	pagamento	6.0
17 - Artigos de expediente, dese-			0.0
nho, ensino e educação; arti-		37 — Iluminação, fôrça motris e	00.0
gos escolares para distribui-	3	gás	98.0
ção; fichas e livros de escri-		38 — Publicações; serviços de im-	
turação; impressos e mate-		pressão e de encadernação;	
rial de classificação, inclu-		cliches	30 .0
sive fichas bibliográficas e		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
de referência	70.000	consertos e conservação de	
19 — Combustíveis; material de	•	bens móveis e imóveis	
lubrificação e limpeza de		01 - Adaptações, consertos	
máquinas; material para con-		e conservação de bens	
servação de instalações, de		móveis	46.1
máquinas e de aparelhos;		02 — Ligeiros reparos, adap-	
sobressalentes de máquinas		tações e conservação	
e de viaturas; artigos de ilu-		de bens imóveis	397.1
minação	88.000	de bens milovers	
20 — Arreiamento, material de		Total da s/c 40	443.
ferragem e de contenção de		10001 112 076 10 11111111111111111111111111111111	
animais; material de coude-		41 2	
laria ou de uso zootécnico.	3,000	41 — Passagens, transporte de pes-	CO /-
	5.000	soal e de suas bagagens	60.
21 — Forragem e outros alimen-	0.000	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
tos para animais	9.000	gramas, radiogramas e porte	
23 — Material de consumo e con-		postal	24.11
servação para serviços de			
acampamento e campanha	5.000	Total da Consignação III	789.
25 — Matérias primas e produtos			
manufaturados ou semi-		Total da Verba 2	1.686.
manufaturados destinados a			
qualquer transformação	75.950	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
26 — Produtos químicos, bioló-		ENCARGOS	
gicos, farmacêuticos e odon-		. Dittille of	
tológicos; adubos em geral e	-	CONSIGNAÇÃO I - DIVERSOS	
corretivos; inseticidas e fun-			
gicidas; artigos cirúrgicos e		06 — Auxílios, contribuições e sub-	
outros de uso nos laborató-		venções	
rios em geral	67.000	01 — Auxílios	

 a) Às colônias de pescadores, para manutenção de suas escolas, nos têrmos do Decreto-lei n.º 2.655, de 2-10-40 b) Para execução das leis, regulamentos e demais disposições federais sôbre caça e pesca, na forma 	200.000	do art. 10 do Regula- mento aprovado pelo De- creto-lei n.º 1.159, de 15 de março de 1939 no território do Estado do Rio de Janeiro e) Para execução das leis, regulamentos e demais disposições federais sôbre	21.391
do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto-lei n.º 1.159, de 15 de março de 1939 no território do Estado do Paraná	222.300	caça e pesca, na forma do art. 11 do Regula- mento aprovado pelo De- creto-lei n.º 1.159, de 15 de março de 1939, no território do Estado de Minas Gerais Total da s/c 06	20.000
do art. 10 do Regula- mento aprovado pelo De- creto-lei n.º 1.159, de 15 de março de 1939, nos território do Estado de S. Paulo Dera execução das leis, regulamentos e demais disposições federais sôbre caça e pesca, na forma	513.180	Total da Verba 3 RESUMO Verba 1 — Pessoal Verba 2 — Material Verba 3 — Serviços e Encargos Total	976.871 2.164.800 1.686.800 976.871 4.828.471

Divisão de Defesa Sanitária Animal

CR\$ 6.855.460,00

O Serviço de Defesa Sanitária Animal, em que se transformou a Diretoria de Defesa Sanitária Animal, foi criado pelo Decreto n.º 23.979, de 8-3-34, com as modificações aprovadas pelo Decreto n.º 24.540, de 3-7-34.

Posteriormente, pelo Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38, passou a ter a denominação de Divisão de Defesa Sanitária Animal.

Além do órgão central, dispõe a Divisão de Inspetorias Regionais em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, S. Paulo, Pôrto Alegre e Niteról. Em Mato Grosso e Santa Catarina, há Comissões de Combate à Raiva.

Em seu programa para 1945 a Divisão incluiu, como um dos pontos mais importantes, a erradicação de epizootias que flagelam grandes regiões pastoris do país. Para a solução do problema terá que ser aumentada a fabricação, pelos seus laboratórios, de produtos biológicos, tais como sôro e vacina cristal violeta, contra a peste suina, vacina anti-rábica, contra a pneumo-enterite dos bezerros e sôro anti-aftoso, já experimentado com eficácia animadora. Com a recente transferência, para o Ministério da Agricultura, dos serviços de desinfeção de vagões (Decreto-lei n.º 5.421, de 22-4-43), a Divisão já delineou a generalização dos Postos de Desinfeção nos pontos de embarque de animais, que há muito vêm exigindo esta providência. Compreender-se-á esta necessidade, sabendo-se que a importância dêsse serviço cresce de vulto na profilaxia das doenças contagiosas, mormente a febre aftosa, peste suina e outras, a cujo contágio estão expostos os animais transportados em veículos que não sofreram a devida desinfeção.

VERBA 1 PESSOAL		consignação iii — vantagens	
consignação II — pessoal extranumerário			
- Mensalistas	89 0.400 765.900	12 — Gratificação por serviço extraordinário	4.000
Total da Consignação II	1.656.300	Total da Consignação III	4.000

CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		máquinas e de aparelhos;	
22 — Ajuda de custo	80.000	sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu-	
23 — Diárias	350.000	minação	80.000
		20 - Arreiamento, material de	
Total da Consignação IV	430.000	ferragem e de contenção de	
		animais; material de coude-	
Total da Verba 1	2.090.300	laria ou de uso zootécnico.	10.000
VERBA 2 MATERIAL		21 — Forragem e outros alimen-	100.00
VERDA 2 — MATERIAL		tos para animais	120.00
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		manufaturados ou semi-	
PERMANENTE		manufaturados destinados a	A
		qualquer transformação	20.000
01 — Animais destinados a traba-		26 — Produtos químicos, bioló-	
lho, produção, criação e a outros fins		gicos, farmacêuticos e odon-	
01 — Animais para traba-		tológicos; adubos em geral e	
lho, produção e outros		corretivos; inseticidas e fun-	
fins	20.000	gicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laborató-	
03 — Livros, fichas bibliográficas		rios em geral	200.000
impressas, documentos, re-		28 — Vestuários, uniformes e	
vistas e outras publicações		equipamentos; artigos e	
especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	10.000	peças acessórias; roupa de	
04 — Máquinas, motores, apare-	10.000	cama, mesa e banho; tecidos	
lhos, seus acessórios; mate-	•	e artefatos	20.000
rial elétrico, de telefonia, de		Total da Consignação II	720 000
telegrafia, de televisão, de		Total da Consignação II	730.000
refrigeração; material foto-		CONSIGNAÇÃO III DIVERSAS	
gráfico, material cinemato-		DESPESAS -	
gráfico e de filmagem; ferra- mentas e utensílios	115 000		
13 — Móveis e artigos de orna-	115.000	29 — Acondicionamento e embala-	
mentação; máquinas, apare-		gem; armazenagem, carretos,	
lhos, e utensílios de escri-		estivas e capatazias; trans-	
tório, ¿ biblioteca, labora-		porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-	
tório, gabinete científico ou		mentação dêstes e de seus	
técnico e para trabalhos de		tratadores em viagem; se-	
campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei-		guros de transporte	95.000
tório, dormitório e enferma-		30 - Água e artigos para limpeza	
гіа; material de sericicul-		e desinfecção; serviços de	
tura, indústria de fiação e		asseio e higiene; lavagem e	
tecelagem de sêda	90.000	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	24.000
Market 1 Co. 1 Co. T			24.000
Total da Consignação I	235.000	31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de	
CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE		bens móveis e imóveis	136.200
CONSUMO		32 — Assinatura de órgãos oficiais.	1.960
		· ·	1.900
16 — Animais destinados a estu-		35 — Despesas miúdas de pronto	8.000
dos, pesquisas, experiências		pagamento	
e preparação de soros, vaci-		37 — Iluminação, fôrça motriz e	80.000
nas, produtos opoterápicos e			80.000
veterinários, inclusive ma- terial para sua completa		38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação;	
fabricação	220.000	clichês	15.000
17 — Artigos de expediente, dese-	220.000	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	,
nho, ensino e educação; arti-		consertos e conservação de	
gos escolares para distribui-		bens móveis e imóveis	
ção; fichas e livros de escri-		01 — Adaptações, consertos	
turação; impressos e mate-		e conservação de bens	
rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e		móveis	20.000
de referência	60.000	02 — Ligeiros reparos, adap- tações e conservação	
19 — Combustíveis; material de		de bens imóveis	50.000
lubrificação e limpeza de		30 20110 1110 1010 1111	
máquinas; material para con-		Total da s/c 40	70.000
servação de instalações, de			

 Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens Telefone, telefonemas, tele- 	150.000	15 — Defesa Sanitária Animal e Vegetal	
gramas, radiogramas e porte postal	20.000	a) Profilaxia e combate a epizootias	1.000.000
Total da Consignação III	600.160	b) Serviço de desinfeção de	
Total da Verba 2	1.565.160	vagões	200.000
VERBA 3 — SERVIÇOS E		Total da s'c 15	1.200.000
ENCARGOS CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS		32 — Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	
Auxílios, contribuições e sub- venções 01 Auxílios a) Aos criadores para cons- trução de banheiros car-	-	a) Medicamentos, drogas, sôros, vacinas, produtos químicos e biológicos, seringas, agulhas e termômetros	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
rapaticidas ou sarnifugos	100.000	metros	1.000.000
Total da s/c 06	100.000	Total da s/c 32	1.000.000
— Acórdãos Defesa Sanitária Animal em co-		Total da Verba 3	3.200.000
laboração com os Estados		RESUMO	
a) Bahia	100.000		
b) Pará	200.000	Verba 1 — Pessoal	2.090.300
d) Sergipe	100.000	Verba 2 — Material	1.565.160
e) Mato Grosso	400.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	3.200.000
Total d - 00			3.200.000
Total da s c 08	900.000	Total	6.855.460

visão do Fomento da Produção Animal

CR\$ 16.183.450,00

. Criada com o nome — Diretoria do Fomento da Produção Animal, passou a denominar-se Serviço do Fomento da Produção Animal, pelo Decreto n.º 23.979, de 8-3-34, e, posteriormente, pelo Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38, Divisão do Fomento da Produção Animal.

Além do órgão central, possui, nos Estados, fazendas experimentais de criação, postos de estacionamento de reprodutores e estações experimentais de sericicultura. todos superintendidos por nove Inspetorias Regionais.

As principais atribuições da Divisão do Fomento da Produção Animal são as seguintes:

- a) executar estudos dos assuntos que, direta ou indiretamente, possam concorrer para maior expansão econômica dos diferentes ramos da produção animal;
- b) promover a importação e a produção de animais reprodutores para atender às necessidades dos estabelecimentos federais, bem como para fornecimento aos particulares e aos governos estaduais e municipais;
- c) fazer estudos e experimentações sôbre a produção e aproveitamento das plantas forrageiras nacionais e exóticas, seu valor na alimentação dos animais e a sua aplicação na formação de pastagens, silagens, fenos, tortas e outras modalidades de sua apresentação como alimento;
- d) promover a produção de mudas, sementes ou estacas das espécies forrageiras mais adaptáveis às condições mesológicas das diferentes regiões do país, para satisfazer às necessidades dos estabelecimentos federais, bem como para fornecimentos aos particulares e aos governos estaduais e municipais;
- e) promover a realização de exposições, concursos e certames de animais e produtos de indústrias derivadas;
- executar os serviços de inspeção e assistência técnicas às exposições, feiras, fazendas, estâncias, campos de criação, granjas, estábulos, pontos de concentração, em-

barque ou venda de animais; aos frigoríficos, matadouros, charqueadas, usinas de lacticínios e quaisquer estabelecimentos ou emprêsas que se destinem à industrialização, ao confércio e ao transporte dos produtos de origem animal, para fins de fomento da produção;

- g) fazer a divulgação e o ensino prático da zootecnia, lacticínios, avicultura, apicultura, sericicultura e agrostologia, bem como da tecnologia dos produtos de origem animal;
- h) manter o "Registro e Arquivo Geral de Marcas de Animais", e o "Registro de Criadores", visando à organização do cadastro das propriedades rurais;
- promover e fiscalizar os acordos e convênios a realizar ou realizados com os Departamento, relativos à manutenção dos serviços de fomento da produção animal e de sericicultura;
- j) promover a inscrição dos criadores e industriais nos competentes registros, especialmente de seus animais nos registros genealógicos;
- l) fazer estudos e divulgação dos trabalhos de adaptação e melhoria dos campos e terrenos para fins de exploração econômica e higiênica da produção animal;
- m) executar o ensino ambulante dos assúntos referidos na alínea g, sob a forma de palestras, conferências ou demonstrações práticas, junto aos produtores;
- n) organizar, em cooperação com o Serviço de Estatística da Produção, a estatística da produção animal, bem como de suas indústrias;
- o) incentivar a organização das associações de criadores, bem como de indústrias de produtos de origem animal;
- p) encarregar-se da organização de projetos, planos e orçamentos para construções rurais, referentes à exploração animal e indústrias dela derivadas;
- q) fazer estudos referentes ao transporte de animais e seus produtos, pelas diferentes vias de comunicação;
- r) racionalizar a produção animal e a industrialização consequente, de maneira a estabelecer a classificação comercial das matérias primas e dos produtos, com o fim de organizar tipos e padrões;
- s) colaborar com os demais órgãos do Departamento, para o bom desempenho dos planos de serviço aprovados pelo Diretor;
- f) promover a importação e produção de óvulos do bicho da sêda, bem como de mudas, estacas ou sementes de amoreira para atender às necessidades de consumo dos estabelecimentos federais, éstaduais, municipais e de particulares em geral;
- u) executar estudos e experimentações sôbre o incremento e melhoramento da produção do bicho da sêda, da amoreira e da indústria da sêda;
- v) contribuir, na medida de suas possibilidades, para o aperfeiçoamento ou especialização de estudantes ou diplomados em veterinária ou agronomia;
- x) fiscalizar a importação, produção e distribuição de óvulos de bicho da sêda, de acôrdo com o regulamento federal, que fôr baixado a respeito.

São as seguintes, apresentadas em resumo, as principais atividades que a Divisão de Fomento da Produção Animal pretende desenvolver em 1945:

- a) estabelecimento de Estações Provisórias de Monta, visando a melhorar os rebanhos nacionais, quer do ponto de vista morfológico, quer no tocante à produção;
- b) propaganda e ensinamentos técnicos aos criadores, sôbre: silos e ensilagens e boa distribuição das rações; combate às ecto e endo parasitoses mais comuns; plantas tóxicas para o gado;
- c) seleção de reprodutores e introdução de animais nos plantéis, segundo sua adaptação ao clima e função econômica das regiões que vão ser beneficiadas com essas providências;
 - d) seleção de reprodutores de raças indianas e principalmente do tipo "Indubrasil;
 - e) seleção de galináceos e poliogrídeos, na área do km 47;
- f) seleção e estudo do jumento de raça nacional "Pêga", de alta significação econômica;
- g) experiências de cruzamento com ovinos "Southdown", para obter cordeiros de alta qualidade para consumo;
 - h) estabelecimento de campos de agrostologia visando ao estudo das forragens;
 - i) prestação de auxílios às exposições regionais;
- j) concessão de transporte gratuito aos criadores, com a finalidade de estimular a iniciativa particular, no que se refere ao fomento da produção animal;
- l) aquisição de reprodutores nacionais e estrangeiros, de raças selecionadas, destinadas a melhorar a produção pastoril;
 - m) desenvolvimento da sericicultura em tôdas as suas modalidades.

VERBA 1 — PESSOAL		04 — Máquinas, motores, apare-	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de televisão, de	
		refrigeração; material foto-	
05 — Mensalistas	633.600	gráfico, material cinemato-	
06 — Diaristas	4.092.000	gráfico e de filmagem; ferra-	
Total da Consignação II	4.725.600	mentas e utensílios	500.000
		06 — Material de acampamento e de campanha	10.000
CONSIGNAÇÃO IV INDENIZAÇÕES		09 — Material de ensino e edu-	
22 — Ajuda de custo	90.000	cação; material artístico; in-	
23 — Diárias	320.000	sígnias e bandeiras; instru-	
_ Dianas	320.000	mentos de múcisa	10.000
Total da Consignação IV	410.000	mentação; máquinas, apare-	•
Total da Verba 1	5.135.600	lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-	
VERBA 2 MATERIAL		tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	
		campo; aparelhos e utensí-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE		lios de copa, cozinha, refei-	
		tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	
01 — Animais destinados a traba-		tura, indústria de fiação e	
lho, produção, criação e a		tecelagem de sêda	150.000
outros fins			
01 — Animais para traba-		Total da Consignação I	2.610.000
lho, produção e outros fins	80.000		
02 — Animais reprodutores	00.000	CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	
nacionais ou estran-		CONSUMO	
geiros	1.500.000		
		17 - Artigos de expediente, dese-	
Total da s/c 01	1.580.000	nho, ensino o educação; arti- gos escolares para distribui-	
02 — Automóveis de passageiros;		ção; fichas e livros de escri-	
auto-caminhões, caminhone-		turação; impressos e mate-	
tes, ônibus e auto-bombas;		rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e	
material ferroviário de tra- ção e de transporte; tratores;	-	de referência	100.000
equipamentos mecânicos		19 — Combustíveis; material de	200,000
para estradas de rodagem;		lubrificação e limpeza de	
material para extinção de in-	200	máquinas; material para con-	
cêndio; aviões e acessórios;		servação de instalações, de	
embarcações, material flu- tuante e de dragagem; outras		máquinas e de aparelhos;	
		sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu-	
02 — Auto-caminhões, cami-		minação	300.000
nhonetes, ônibus e		20 - Arreiamento, material de	
auto-bombas; mate-		ferragem e de contenção de	
rial ferroviário de tra- ção e de transporte;		animais; material de coude-	
tratores; equipamen-		laria ou de uso zootécnico.	70.000
tos mecânicos para es-		21 Forragem e outros alimen-	1 200 000
tradas de rodagem;		tos para animais	1.300.000
material para extin-		22 — Gêneros de alimentação e de dieta; alimentos prepa-	
ção de incêndio;		rados; animais para corte;	
aviões e acessórios; embarcações, material		gêlo; ártigos para fumantes.	35.000
flutuante e de draga-		23 - Material de consumo e con-	
gem; outras viaturas.	350.000	servação para serviços de	
03 — Livros, fichas bibliográficas		acampamento e campanha	170.000
impressas, documentos, re-		25 — Matérias primas e produtos	
vistas e outras publicações		manufaturados ou semi-	
especializadas, destinadas a	10,000	manufaturados destinados a	500 000
biblioteca ou coleções	10.000	qualquer transformação	500.000

26 — Produtos químicos, bioló-		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
gicos, farmacêuticos e odon-		ENCARGOS	
tológicos; adubos em geral e			
corretivos; inseticidas e fun-		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
gicidas; artigos cirúrgicos e		06 A	
outros de uso nos laborató-	100 000	06 — Auxílios, contribuições e sub-	
rios em geral	120.000	venções.	
27 — Sementes e mudas de plantas	25.000	01 — Auxílios	
28 — Vestuários, uniformes e		a) Manutenção de registro	
equipamentos; artigos e		genealógico, mediante	
peças acessórias; roupa de			
cama, mesa e banho; tecidos		a) Ao Jockey Club Brasi-	
e artefatos	90.000	leiro	30.000
		b) À Associação do Herd-	
Total da Consignação II	2.710.000	Book Caracú	30.000
		c) À Associação de Criado-	
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		res de Cavalos "Manga	
DESPESAS		Larga"	20.000
		d) À Associação dos Criado-	
29 — Acondicionamento e embala-		res de Cavalos Crioulos.	20.000
gem; armazenagem, carretos,			20.000
estivas e capatazias; trans-	-	e) A Associação Brasileira	
porte de encomendas, cargas		de Criadores de Bovi-	00.000
e animais; alojamento e ali-		nos da Raça Holandesa.	30.000
mentação dêstes e de seus		f) A Associação de Registro	
tratadores em viagem; se-		Genealógico Sul Riogran-	
guros de transporte	320.000	dense	40.000
30 — Água e artigos para limpeza	320.000	g) À Associação de Regis-	
		tro Genealógico da Raça	
e desinfecção; serviços de		"Schwitz" do Brasil	20.000
asseio e higiene; lavagem e		h) Ao Consórcio Profissio-	
engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	40.000	nal Cooperativo dos Cria-	
, -	40.000	dores do Cavalo Campo-	
31 — Aluguel ou arrendamento de		lina	20.000
imóveis; foros, seguros de			
bens méveis e imóveis	14.400	i) Ao Brasil Kennel Club.	10.000
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	2.450	j) A Sociedade Rural do	
35 — Despesas miúdas de pronto		Triângulo Mineiro	20.000
pagamento	11.000	1) À Associação de Criado-	
37 — Iluminação, fôrça motriz e		res de Bovinos da Raça	
gás	100.000	"Mocha Nacional"	20.000
38 — Publicações; serviços de im-		m) À Associação de Cria-	
pressão e de encadernação;		dores de Gado "Jersey"	20.000
clichês	18.000	n) À Associação de Criado-	
	10.000	res de Jumentos da Raça	
40 — Ligeiros reparos, adaptações,		Brasileira	20.000
consertos e conservação de bens móveis e imóveis.		o) À Associação de Criado-	
01 — Adaptações, consertos		res de Holandês do Rio . Grande do Sul	20.000
e conservação de bens			20.000
móveis	100.000	b) Aos criadores para trans-	000.000
02 — Ligeiros reparos, adap-		porte de reprodutores	,200.000
tações e conservação		c) Aos criadores para cons-	
de bens imóveis	250.000	trução de silos destinados	
Total do =/- 40	0.50	à conservação de forra-	9 1
Total da s/c 40	350.000	gens verdes	200.000
		77 (11 / 05	700 000
41 — Passagens, transporte de pes-		Total da s/c 06	720.000
soal e de suas bagagens	242.000	00 4-2-4	
42 - Telefone, telefonemas, tele-		08 — Acôrdos	
gramas, radiogramas e porte		a) Fomento da Produção Animal	
postal	45.000	em colaboração com os Estados	
		a) Pará	600.000
Total da Consignação III	1.142.850	b) Maranhão	600.000
Total da Verba 2	6.462.850	Total de s/c 08	1.200.000
		· ·	

16 — Exposições. a) Exposição nacional de animais e produtos derivados, conforme contrato. a) Estado de São Paulo 50.0000 50.000 5	pela boa qualidade de produtos apresentados em exposições de animais e produtos derivados 100.000 32 — Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores. a) Reprodutores adquiridos no país ou no estrangeiro b) Material e produtos próprios para avicultores, apicultores e sericicultores 300.600 Total da s c 32 1.300.000 Total da Verba 3 4.585.000 Verba 1 — Pessoal 5.135.600 Verba 2 — Material 6.462.350 Verba 3 — Serviços e Encargos 4.585.000
1.265.000	Total 16.183.450

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal

CR\$ 4.693.500,00

Compete à Divisão, na forma da legislação em vigor, a inspeção sanitária de todos es estabelecimentos onde se manipulem, elaborera, transformem, fabriquem ou armazenem produtos de origem animal, destinados ao comércio interestadual ou internacional

Acham-se, atualmente, sob a fiscalização desta Divisão, numerosas emprésas, assim distribuídas, segundo seu ramo comercial:

Carnes e derivados

Matadouros, inclusive aves.	
Matadouros frigoríficos	1
Charqueadas	1
Fábricas de produtos suinos	6
Fábricas de conservas e gorduras	17
Fábricas de produtos industriais destinadas à alimentação de animais	3
Entrepostos	12
Leite e derivados	
Usinas de beneficiamento de leite	91
Fabricas de lacticínios	7.3
rostos de retrigeração	
rostos de desnatação e recebimento,	100
rattepostos	115
Queijarias	1.126
Ovos e derivados	
Entrepostos de classificação	10
Fábricas de produtos	14
	,
Mel e cera de abelhas	
Entrepostos	8
Diversos	
Casas atacadistas	180

Resumo

Carnes e derivados	464
Leite e derivados	2.183
Ovos e derivados	
Mel e cêra de abelhas	
Casas atacadistas	180
	9 946
Total	2.840

Em 1945, terá a Divisão que manter sob inspeção, tanto quanto possível permanente, todos êsses estabelecimentos, inspeção essa que compreende principalmente as vistorias, feitas de pereferência por técnicos, com o fim de verificar se são observadas as exigências mínimas regulamentares sobre condições de higiene, instalações e qualidades dos produtos.

Por outro lado, a fim de controlar os resultados das inspeções e orientar melhor sua ação fiscalizadora, a Divisão terá que manter, no próximo exercício (como tem feito nos anteriores), estatísticas e registros informativos sôbre os seguintes assuntos:

- a) matanças das diferentes espécies de açougue;
- b) dados comparativos de matanças;
- c) produção de carnes e derivados;
- d) produção de leite e derivados;
 c) dados comparativos do volume total de produção de carnes e derivados e leite e derivados;
 - f) dados sôbre a classificação e inspeção de ovos;
 - g) comércio interno de carnes e derivados;
 - h) comércio interno de leite e derivados;
 - i) comércio externo de carnes e derivados;
 - j) comércio externo de leite e derivados;
 - condenações e aproveitamento condicional de carcaças de bovinos; 1)
 - rejeições de órgãos e visceras de bovinos; m)
 - n) condenações e aproveitamento condicional de carcaças de suinos;
 - o) rejeições de órgãos e visceras de suinos;
 - condenações e aproveitamento condicional de carcaças de ovinos; p)
 - rejeições de órgãos e visceras de ovinos; a)
 - r) exames químicos realizados;
 - s) exames microbiológicos realizados;
 - t) dados sôbre a arreçadação da taxa de inspeção sanitária;
- mapa demonstrativo dos estudos econômico sanitários, que a Divisão preu) tende intensificar.

10,000

44.000

VERBA 1 — PESSOAL		VERBA 2 — MATERIAL
consignação 11 — pessoal extranumerário		consignação i material permanente
05 — Mensalistas	2.426.400 848.700	03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações
Total de Consignação II	3.275.100	especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções
consignação III — vantagens	je.	04 — Máquinas, motores, apare- lhos, seus acessórios; mate-
12 — Gratificação por serviço extraordinário	60.000 120.000	rial elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-
Total da Consignação III	180.000	gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra- mentas e utensílios
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-
22 — Ajuda de custo	60.000 216.000	lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou
Total da Consignação IV	276.000	técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensí-
Total da Verba 1	3.731.100	lios de copa, cozinha, refei- tório, dormitório e enferma-

ria; material de sericicul-	30 Água e artigos para limpeza
tura, indústria de fiação e	e desinfecção; serviços de
tecelagem de sêda 100.000	asseio e higiene; lavagem e
Total da Consignação I 154.000	engomagem de roupas; taxas
Total da Consignação I 135.000	de água, esgôto e lixo 11.000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	31 Aluguel ou arrendamento de
	imóveis; foros, seguros de
16 — Animais destinados a estu-	bens móveis e imóveis 134.600
dos, pesquisas, experiências	32 — Assinatura de órgãos oficiais 800
e preparação de soros, vaci- nas, produtos opoterápicos e	35 — Despesas miúdas de pronto
veterinários, inclusive ma-	pagamento
terial para sua completa	
fabricação 7.000	37 — Iluminação, tôrça motriz e
17 — Artigos de expediente, dese-	gás 24 000
nho, ensino e educação; arti-	38 — Publicações; serviços de im-
gos escolares para distribui-	pressão e de encadernação;
ção; fichas e livros de escri-	clichês 6.000
turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-	40 — Ligeiros reparos, adaptações,
sive fichas bibliográficas o	consertos e conservação de
de referência 120.000	· bens móveis e imóveis.
19 — Combustiveis; material de .	
lubrificação e limpeza de	01 — Adaptações, consertos
máquinas; material para con-	e conservação de bens
servação de instalações, de	móveis 12.000
máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas	41 — Passagens, transporte de pes-
e de viaturas; artigos de ilu-	soal e de suas bagagens 150.000
minação 30.000	42 Telefone, telefonemas, tele-
21 — Forragem e outros alimen-	gramas, radiogramas e porte
tos para animais 4.000	postal 13.000
25 — Matérias primas e produtos	
manufaturados ou semi-	Total da Consignação III 396.400
· manufaturados destinados a	Total da Verba 2 362 400
qualquer transformação 11.000	10tal Ma Verba 2
26 — Produtos químicos, bioló-	
gicos, farmacêuticos e odon-	VERBA 3 — SERVIÇOŞ E
tológicos; adubos em geral e	ENCARGOS
corretivos; inseticidas e fun- gicidas; artigos cirúrgicos e	CONCIONAÇÃO A ÉDITEDOOS
outros de uso nos laborató-	consignação i — 'diversos
rios em geral 100.000	26 — Prêmios, diplomas, condeco-
28 — Vestuários, uniformes e	rações e medalhas.
equipamentos; artigos e	a) Prêmios a que se refere
peças acessórias; roupa de	a alínea b do art. 1.º do
cama, mesa e banho; tecidos	Decreto-lei n.º 921, de 1
e artefatos 40.000	de dezembro de 1938 100.000
Total da Consignação II 312.000	Total da Verba 3 100.000
	2000 02 70102 0
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
DESPESAS	RESUMO
20 According to the second sec	Washe 1 Possial 2 721 100
29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos,	Verba 1 — Pessoal
estivas e capatazias; trans-	Verba 2 - Material 862.400
porte de encomendas, cargas	
e animais; alojamento e ali-	Verba 3 — Serviços e Encargos 100.000
mentação dêstes e de seus	Total 4.693.500
tratadores em viagem; se-	1000

Instituto de Biologia Animal

CR\$ 2.476.341,00

Tem por fim estudar e investigar questões técnicas e científicas relacionadas com a produção animal, que dependam de análises físicas, químicas e biológicas, bem como colaborar com os mais órgãos do Departamento Nacional de Produção Animal.

- O programa de trabalho para 1945, prevê, em linhas gerais, as seguintes atividades :
- a) estudos sobre a ocorrência da brucelose nos rebanhos das fazendas da Divisão de Fomento da Produção Animal e sua profilaxia;
 - b) estudo dos blastomas dos animais;
 - c) estudo da leucemia dos mamíferos;
- d) estudos sôbre o quimiotatismo positivo dos dípteros em face de substâncias químicas simples, mistas ou sob a forma de iscas, visando a captura dos mesmos, com fins profiláticos das miíases em geral, de interêsse veterinário;
- 6) estudos sôbre a ocorrência da leptospirose canina no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro;
 - f) estudos sôbre a coréa dos cães:
 - g) estudos sôbre a incterícia dos muares no Estado de Minas Gerais;
 - h) ensaios de tratamento das helmintoses do aparelho respiratório dos mamíferos;
 - i) estudos sobre a mixomatose do coelho;
 - j) estudos relativos a etiologia da pneumo-enterite dos bezerros
 - 1) estudos sôbre a entero-hepatite e a neurolinfomatose das aves;
- m) estudos sóbre a ocorrência da gripe dos leitões nas fazendas experimentais da Divisão de Fomento da Produção Animal.

Além desses estudos programados para o exercício de 1945, o Instituto deverá instalar mais dois postos de inseminação artificial no Rio Grande do Sul, visando à inseminação de 100.000 ovelhas, bem como um curso avulso sóbre inseminação artificial em Deodoro, para o preparo de pessoal técnico necessário à vulgarização desse processo de reprodução dos animais.

Quadro de discriminação da despesa:

VERBA 1 — PESSOAL	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	
05 — Mensalistas	379.200
06 — Diaristas	. 289.800
Total da Consignação II	669.000
consignação III — vantagens	
09 — Funções gratificadas	3.000
12 — Gratificação por serviço extraordinário	- 6.500
Total da Consignação III	9.500
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	
22 — Ajuda de custo	45.000
23 — Diárias	59.000
Total da Consignação IV	95.000
Total da Verba 1	773.500
VERBA 2 — MATERIAL	
consignação i — material permanente	•
02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhone-	•

tes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras

O2 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras viaturas,

6.000

03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções

45.000

04 — Máquinas, motores, aparelhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de telegrafia, de televisão, de refrigeração; material fotográfico, material cinematográfico e de filmagem; ferramentas e autensílios

103.812

13 — Móveis e artigos de orna-		28 — Vestuários, uniformes e	
mentação; máquinas, apare-		equipamentos; artigos e	
lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-		peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos	
tório, gabinete científico ou		e artefatos	17.500
técnico e para trabalhos de			
campo; aparelhos e utensí- lios de copa, cozinha, refei-		Total da Consignação II	1.097.589
tório, dormitório e enferma-			
ria; material de sericicul-		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
tura, indústria de fiação e	170 100	DESPESAS	
tecelagem de sêda	170.120		
Total da Consignação I	324.932	29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos,	
_		estivas e capatazias; trans-	
CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE		porte de ercomendas, cargas	
CONSUMO		e animais; alojamento e ali-	
		mentação dêstes e de seus	4
16 — Animais destinados e estu-		tratadores em viagem; se- guros de transporte	70.900
dos, pesquisas, experiências e preparação de soros, vaci-		30 Água e artigos para limpeza	, , , , , ,
nas, produtos opoterápicos e		e desinfecção; serviços de	
veterinários, inclusive ma-		asseio e higiene; lavagem e	
terial para sua completa		engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	25.000
fabricação	370.000	32 — Assinatura de órgãos oficiais	420
17 — Artigos de expediente, dese- '			420
nho, ensino e educação; arti-		35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	1,000
gos escolares para distribui-			7.000
ção; fichas e livros de escri-		37 — Iluminação, fôrça motriz e	34.000
turação; impressos e mate-		gás	34.000
rial de classificação, inclu-		38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação;	
sive fichas bibliográficas e		clichês	9.900
de referência	38.630	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
19 — Combustíveis; material de		consertos e conservação de	
lubrificação e limpeza de		bens móveis e imóveis.	
máquinas; material para con-		01 Adaptações, consertos	
servação de instalações, de		e conservação de bens	
máquinas e de aparelhos;		móveis	35.000
sobressalentes de máquinas		02 — Ligeiros reparos, adap-	
e de viaturas; artigos de ilu-		tações e conservação de bens imóveis	66.000
minação	32.559	de bens movers	00.000
20 - Arreiamento, material de		Total da s/c 40	101.000
ferragem e de contenção de			
animais; material de coude-		41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	30,000
laria ou de uso zootécnico.	31.500	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
21 — Forragem e outros alimen-		gramas, radiogramas e porte	
tos para animais	315.000	postal	6.000
25 — Matérias primas e produtos		The state of the s	200 220
manufaturados ou semi-		Total- da Consignação III	280.320
manufaturados destinados a		Total da Verba 2	1.702.841
qualquer transformação	75.400		
26 — Produtos químicos, bieló- gicos, farmacêuticos e odon-		RESUMO	
tológicos; adubos em geral e		Verba 1 Pessoal	773.500
corretivos; inseticidas e fun-			
gicidas; artigos cirúrgicos e		Verba 2 — Material	1.702.841
outros de uso nos laborató-		Total	2.476.341
rios em geral	217.000		

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

O Departamento Nacional da Produção Mineral instituído pelo Decreto n.º 23.979, de 8-3-34 e reorganizado pelo Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38, tem a seu cargo o fomento da produção mineral do país e o estudo da geologia do território nacional e do aproveitamento de águas superficiais ou subterrâneas para fins de produção, energia, irrigação e navegabilidade. Seu regimento foi aprovado pelo Decreto n.º 6.402, de 28-10-40.

O Departamento Nacional da Produção Mineral está diretamente subordinado ao Ministro da Agricultura e se compõe de:

- a) Divisão de Águas;
 b) Divisão de Fomento da Produção Mineral;
 c) Divisão de Geologia e Mineralogia;
- d) Laboratório da Produção Mineral.

Diretoria Geral

CR\$ 1.318.560,00

VERBA 1 — PESSOAL		CONSIGNAÇÃO II MATERIAL DE	
(•	CONSUMO	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL			
EXTRANUMERÁRIC		17 — Artigos de expediente, dese-	
04 — Contratados	49,200	nho, ensino e educação; arti-	
05 — Mensalistas	228.000	gos escolares para distribui-	
06 — Diaristas	66.000	ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	
3-44		rial de classificação, inclu-	•
Total da Consignação II	343.200	sive fichas bibliográficas e	
		de referência	40.000
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		19 — Combustíveis: material de	
09 — Funções gratificadas	19,200	lubrificação e limpeza de	
12 — Gratificação por serviço	3P	máquinas; material para con-	
extraordinário	1.300	servação de instalações, de	
	00 500	máquinas e de aparelhos;	
Total da Consignação III	20.500	sobressalentes de máquinas	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		e de viaturas; artigos de ilu-	
CONSIGNAÇÃO 17 — INDENIZAÇÕES		minação	42.700
22 — Ajuda de custo	9.000	28 - Vestuários, uniformes e	
23 — Diárias	10.000	equipamentos; artigos e	
Total da Consignação IV	19.000	peças acessórias; roupa de	
Total da Verba 1	382.700	cama, mesa e banho; tecidos	2 500
Total da verba I	304.700	e artefatos	2.500
VERBA 2 — MATERIAL		Total da Consignação II	91.200
	e .	_	91.200
consignação i — material		consignação iii — diversas	91.200
		_	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re-		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embala-	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos,	91.200
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-	91.200
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteça, labora-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-	
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, re- vistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora- tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	29.000
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteca, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enferma-	203.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte	
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteça, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicul-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de	20.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteça, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de	20.000
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteça, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicul-	200.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis	20.000 21.000 50.000
consignação i — material permanente 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteça, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	400.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis	20.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteça, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e		CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis 32 — Assinatura de órgãos oficiais 33 — Assinatura de recortes de	20.000 21.000 50.000 560
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE 03 — Livros, fichas bibliográficas impressas, documentos, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 13 — Móveis e artigos de ornamentação; máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório, biblioteça, laboratório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de campo; aparelhos e utensílios de copa, cozinha, refeitório, dormitório e enfermaria; material de sericicultura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	400.000	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embalagem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação dêstes e de seus tratadores em viagem; seguros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis	20.000

35 — Despesas miúdas de pronto pagamento	8.000 30.000	41 — Passagens, transporte de pas- soal e de suas baçagens 42 — Telefone, telefonemas, tele- gramas, radiogramas e porte postal	9.000
clichês	12.500	Total da Consignação III	244.660
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis.		Total da Verba 2	935 860
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	10.000	RESUMO	
02 — Ligeiros reparos, adap-	10.000	Verba 1 — Pessoal	382.700
tações e conservação de bens imóveis	20,000	Verba 2 — Material	935.860
Total da s/c 40	30.000	Total	1.318 560

Divisão de Águas

CR\$ 10.903.700.00

Em 26 de junho de 1934, pelo Decreto n.º 24.467, foi criado, no Ministério da Agricultura, o Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, diretamente subordinado ao Departamento Nacional da Produção Vegetal.

O Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38, incorporou à Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, a Seção de Irrigação do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização.

São as seguintes as suas dependências:

- a) Seção de Energia Hidráulica;
- b) Seção de Pluviometria e Inundações;
- Seção de Irrigação;
- d) Seção de Fotogrametria;
- e) Seção de Concessões, Legislação e Estudos Econômicos;
- f) Seção de Fiscalização e Estatística;
- 1.º Distrito São Paulo ;
- 2.º Distrito Minas Gerais; h)
 - 3.º Distrito Paraná;
- 4.º Distrito (Joazeiro) Bahia; 5.º Distrito (Salvador), Bahia;
- m) 6.º Distrito Bacia Amazônica;
- n) 3.º Distrito Rio Grande do Sul.

Resumo do programa de trabalho para 1945, distribuindo-se as atividades da Divisão pelos seus órgãos componentes:

- a) Seção de Energia Hidráulica: continuação dos estudos das fontes de energia nas proximidades da Capital Federal, objetivando o reforço do abastecimento de energia elétrica à Capital da República; início dos estudos de importante ponto de energia hidráulica no Rio Capivari, na localidade de Praia, no Estado do Paraná, visando as suprimento de enerfgia elétrica à Curitiba; início de um desvio no rio Jucu, na estação Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, criando-se uma queda de cêrca de 250 ms. capaz de gerar 30.000 CV., naturalmente indicados para reforço do abastecimento elétrico em Vitória; continuação doá estudos para o aproveltamento progressivo e integral da Cachoeira de Paulo Afonso;
- b) Seção de Fotogrametria: continuação do levantamento aéreo da região carbonífera do sul, que abrange uma área total de 8.000 quilômetros quadrados; levantamento aéreo do Estado de São Paulo, em colaboração com o Governo Estadual; levantamento de uma faixa de terra, entre a cachoeira de Paulo Afonso e Recife, necessário à organização do projeto de uma linha de transmissão de energia elétrica e respectiva locação; revelação e cópia dos filmes tirados nas regiões acima citadas;
- c) Seção de Pluviometria: ampliação da rêde pluviométrica; melhor aparelhamento da Seção para a maior effeiência do serviço de previsão e anúncio das ondas de inundação :
- d) Seção de Irrigação: construção de seis campos de irrigação em cooperação com particulares; construção de casas para os encarregados e para os auxiliares dos

campes de Pirapora, Lapa, Sento Sé e Apolônio Sales; aparelhamento dos campos citados

no îtem anterior;

e) Seção de Concessões, Legislação e Estudos Econômicos: início do tombamento das emprêsas de eletricidade, na forma do determinado no Decreto-lei n.º 3.128, de 19-3-41 ;

1) Seção de Fiscalização e Estatística: início da fiscalização técnica das empresas que exploram a indústria da eletricidade; estabelecimento de uma rêde radiotelefônica; aquisição de aparelhos para o Laboratório de Eletricidade.

VEDDA 1 DECCOAT			
VERBA 1 — PESSOAL		material para extin-	
		ção de incêndio;	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		aviões e acessórios;	
EXTRANUMERARIO		embarcações, material	
04 C		flutuante e de draga-	
04 — Contratados	349.200	gem; outras viaturas.	140.000
05 — Mensalistas	2.962.200	04 — Maquinas, motores, apare-	
06 — Diaristas	3.303.800	lhos, seus acessórios; mate-	
T-4-1 4 C : - **		rial elétrico, de telefonia, de	
Total da Consignação II	6.615.200	telegrafia, de televisão, de	
	-	refrigeração; material foto-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		gráfico. material cinemato-	
00 P		gráfico e de filmagem; ferra-	200 500
09 — Funções gratificadas	77.490	mentas e utensílios	363.500
12 — Gratificação por serviço		06 — Material de acampamento	15 500
extraordinário	19.400	e de campanha	. 45.500
Total de Constant 7 TT	0.00	13 — Móveis e artigos de orna-	
Total da Consignação III	. 87.800	mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	
CONSIGNAÇÃO		tório, biblioteca, labora-	
CONSIGNAÇÃO IY — INDENIZAÇÕES	•	tório, gabinete científico ou	
22 — Ajuda de custo	407 600	técnico e para trabalhos de	
23 — Diárias	125.000	campo; aparelhos e utensí-	
25 — Dianas	480.000	lios de copa, cozinha, refei-	
Total de Canimaria III	627 000	tório, dormitório e enferma-	
Total da Consignação IV	605.000	ria; material de sericicul-	
Total da Verba 1	7 200 000	tura, indústria de fiação e	
Total da Verba I	7.308.000	tecelagem de sêda	703.800
VERBA 2 — MATERIAL		,	703.530
WATERIAL		Total da Consignação I	1.267.800
CONSIGNAÇÃO I MATERIAL			
PERMANENTE		CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	
		CONSUMO	
Of Autority for the contract of the contract o			
Mnimais destinados a traba-	.0	· ·	
01 — Animais destinados a traba- lho, produção, criação e a	.A	17 — Artigos de expediente, dese-	
lho, produção, criação e a outros fins.	A	17 — Artigos de expediente, dese-	
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabe-	J.	nho, ensino e educação; arti-	
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabe-	A	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui-	
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins	10.500	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-	
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins	. 10.500	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins. 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhone-	. 10.500	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e	
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins	. 10.500	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e de referência	150,000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins		nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e de referência	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins	10.500	nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e de referência	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins. 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos		nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e de referência	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de in-		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios;		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência. 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flu-		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios;		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação	\$P.
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	150.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, cami-		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	150.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	150.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; materiales		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico.	150.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de trarial ferroviário de trarial		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou defuso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimen-	150.000 500.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte;		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimentos para animais.	150.000 500.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins. 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamen-		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	150.000 500.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins. 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para es-		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência 19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de máquinas; material para conservação de instalações, de máquinas e de aparelhos; sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de iluminação 20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimentos para animais 23 — Material de consumo e conservação para serviços de	150.000 500.000 10.000 35.000
lho, produção, criação e a outros fins. 01 — Animais para trabelho, produção e outros fins. 02 — Automóveis de passageiros; auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamentos mecânicos para estradas de rodagem; material para extinção de incêndio; aviões e acessórios; embarcações, material flutuante e de dragagem; outras 02 — Auto-caminhões, caminhonetes, ônibus e auto-bombas; material ferroviário de tração e de transporte; tratores; equipamen-		nho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência	150.000 500.000

25 — Matérias primas e produtos		31 — Aluguel ou arrendamento de	
manufaturados ou semi-		imóveis; foros, seguros de	*
manufaturados destinados a		bens móveis e imóveis	127,000
qualquer transformação	535.000	32 — Assinatura de órgãos oficiais	2.300
26 — Produtos químicos, bioló-		33 — Assinatura de recortes de	
gicos, farmacêuticos e odon-		publicações periódicas	2.400
tológicos; adubos em geral e		35 — Despesas miúdas de pronto	
corretivos; inseticidas e fun-		pagamento	50.000
gicidas; artigos cirúrgicos e		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
outros de uso nos laborató-		gás :	36,400
rios em geral	40,000	38 — Publicações; serviços de im-	
28 — Vestuários, uniformes e		pressão e de encadernação;	
equipamentos; artigos é		clichês	146.000
pecas acessórias; roupa de		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
cama, mesa e banho; tecidos		consertos e conservação de	
e artefatos	25,200	bens móveis e imóveis.	
	20.200	01 — Adaptações, consertos	
Total da Consignação II 1.3	310 200	e conservação de bens	4
The state of the s	310.200	móveis	186.000
		41 - Passagens, transporte de pes-	200.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		soal e de suas bagagens	200.000
DESPESAS	1	42 — Telefone, telefonemas, tele-	200.000
		gramas, radiogramas e porte	
29 — Acondicionamento e embala-		postal	18.000
gem; armazenagem, carretos,		Postar	10.000
estivas e capatazias; trans-		Total da Consignação III	1.017.700
porte de encomendas, cargas			
e animais; alojamento e ali-		Total da Verba 2	3.595.700
mentação dêstes e de seus			
tratadores em viagem; se-		RESUMO	
	230.000		
30 — Água e artigos para limpeza		Verba 1 — Pessoal	7.308.000
e desinfecção; serviços de		Verba 2 - Material	3.595.700
asseio e higiene; lavagem e			
engomagem de roupas; taxas		Total	10.903.700
de água, esgôto e lixo	20 000		

Divisão do Fomento da Produção Mineral

CR\$ 3.880.450,00

Pelo Decreto n.º 23.016, de 28-7-33, foi criada a Diretoria Geral da Produção Mineral. da qual fazia parte a Diretoria de Minas, atualmente Divisão do Fomento da Produção Mineral.

- O Decreto n.º 6.402, de 28-10-40, aprovou o Regimento do Departamento Nacional da Produção Mineral que compreende, entre outras repartições, a Divisão do Fomento da Produção Mineral, cuja estrutura é a seguinte:
 - a) Seção de Pesquisas de Jazidas e Sondagens;
 - b) Seção de Geofísica :
 - c) Seção de Água Subterrânea;
 - d) Seção de Legislação, Autorização e Fiscalização;
 e) Distrito do Norte;
 - Distrito do Norte;
 - f) Distrito do Nordeste;
 - g) Distrito do Centro;
 - h) Distrito do Sul.

Compete à Divisão do Fomento da Produção Mineral:

- a) executar os trabalhos de pesquisas necessários à lavra das jazidas minerais;
- b) estudar e divuigar os processos mais econômicos e adequados à lavra de jazidas, e, em colaboração com o Laboratório da Produção Mineral o tratamento industrial dos minérios nacionais;
- c) realizar as pesquisas necessárias à solução dos problemas que se apresentarem no estudo e aproveitamento dos depósitos minerais do país:
- d) exercer as atribuições que lhe competirem em face da lei que regula a propriedade das minas e dos regulamentos que forem expedidos para a completa execução da mesma, bem como emitir pareceres sóbre pedidos de autorização para pesquisa e concessão de lavra;

- c) fiscalizar a pesquisa e lavra das jazidas; a execução dos contratos relativos ao assunto, firmados, no Ministério da Agricultura, pelas emprêsas que utilizam matéria prima mineral:
- f) realizar trabalhos particulares, desde que não prejudiquem sua atividade normal e apresentem interêsse geral, mediante o pagamento de taxas fixadas em decreto-lei.

Tratando-se de uma repartição essencialmente técnica, seus trabalhos não têm duração certa e um exercício financeiro não comporta o início e o término de determinado serviço. Assim sendo, em 1945, prosseguir-se-á na execução dos trabalhos já iniciados no Nordeste (Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), os quais estão sendo executados por uma turma que tem sede em Campina Grande, Paraíba. Esses trabalhos se desenvolvem com a seguinte orientação:

- investigação geológica geral;
- assistência técnica às pesquisas particulares;
 mapeamento geral dos distritos minerais;
- d) mapeamento pormenorizado, à prancheta, das principais jazidas:
- e) prospecção das jazidas julgadas de interêsse maior;

Outras etapas de trabalho que a Divisão pretende realizar em 1945 :

- a) prosseguimento da pesquisa de minério zincífero e plumbo-argentífero do distrito Apiaí-Iporanga-Ribeira, e da mina de Furnas;
 - b) prospecção da jazida de pirita no município de Rio Claro;
 - c) estudos das jazidas de enxofre no Estado de Minas Gerais;
 - d) prospecção das jazidas de grafita e pirita em Minas Gerais
- c) investigação da bacia do rio Paraíba, para verificar a possibilidade de aproveitamento do linhito, dos depósitos sapropélicos;
 - f) estudos das jazidas de mica e quartzo em Minas Gerais;
- g) continuação dos estudos das jazidas de níquel, cassiterita e bauxita em Minas Gerais;
 - h) prospecção complementar das jazidas de volframita do distrito de Jundiai;
- i) estudo geológico de tôda a área da região do Rio do Peixe, no Estado do Paraná, compreendendo localização de poços, aberturas de galerias, sondagens em pontos escolhidos, exame e organização dos trabalhos em cada mina, plano de lavra para cada jazida, análise de carvão para enxofre e cinzas;
 - j) no Piauí, trabalhos de sondagem para avaliação das jazidas de carvão;
- l) estudo geral dos pegmatitos produtores de berilo, cobre, magnesita, gipsita, columbita, tantalita, minérios de lítio, etc. e, especialmente da jazida ambliglomita de Cascavel e das de berilo da zona de Quixeramobim e Laranjeiras, no Estado do Ceará;
- m) estudo comparativo das jazidas de grafita de Senador Pompeu, Baturité, Aracoiaba e Canindé;
- n) investigações geológicas minuciosas das regiões mineralizadas em cobre, zinco e antimônio, do Centro de Minas Gerais;
- o) estudos geológicos da região manganesífera, do rio Sem Peixe a Dionísio, ao norte de Saúde.

	1	
VERBA 1 — PESSOAL	CONSIGNAÇÃO IV INDENIZAÇÕES	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	22 — Ajuda de custo	\$0.000 288.000
	Total da Consignação IV	338.000
04 — Contratados 571.200 05 — Mensalistas 1.045.200	Total da Verba 1	2.684.700
06 — Diaristas 676.400	VERBA 2 — MATERIAL	
Total da Consignação II 2.292.800	CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE	
consignação im — vantagens	04 — Maquinas, motores, apare-	
09 — Funções gratificadas 47.400 12 — Gratificação por serviço extraordinário 6.500	lhos, seus acessórios; material elétrico, de telefonia, de televisão, de	
The second secon	refrigeração; material foto- gráfico, material cinemato-	
Total da Consignação III 53.900	gráfico e de filmagem; ferra-	
	mentas e utensílios	500.000

13 — Móveis e artigos de orna-	estivas e capatazias; trans-
mentação; máquinas, apare-	porte de encomendas, cargas
lhos, e utensílios de escri-	e animais; alojumento e ali-
tório, biblioteca, labora-	mentação dêstes e de seus
tório, gabinete científico ou	tratadores em viagem; se-
técnico e para trabalhos de	guros e transporte 200.000
campo; aparelhos e utensí-	30 — Água e artigos para limpeza
lios, dormitório e enferma-	e desinfecção; serviços de
tório, dormitório e enferma-	
ria; material de sericicul-	asseio e higiene; lavagem e
tura, indústria de fiação e	engomagem de roupas; taxas
	de água, esgôto e lixo 7.500
teceragem de seda 100	31 — Aluguel ou arrendamento de
M-4-1 1 0	imóveis; foros, seguros de
Total de Consignação I 600	bens móveis e imóveis 12.000
	32 — Assinatura de órgãos oficiais 750
CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	
CONSUMO	33 — Assinatura de recortes de
	publicações periódicas 2.000
17 - Artigos de expediente, dese-	35 — Despesas miúdas de pronto
nho, ensino e educação; arti-	pagamento 5.000
gos escolares para distribui-	
ção; fichas e livros de escri-	37 — Iluminação, fôrça motriz e
turação; impressos e mate-	gás 4.000
rial de classificação, inclu-	38 — Publicações; serviços de im-
sive fichas bibliográficas e	pressão e de encadernação;
sive fichas bibliograficas e	clichês 150 000
	.000 41 — Passagens, transporte de pes-
25 — Matérias primas e produtos	soal e de suas bagagens 130.000
manufaturados ou semi-	
manufaturados destinados a	42 Telefone, telefonemas, tele-
	.000 gramas, radiogramas e porte
28 — Vestuários, uniformes e	postal 2.000
equipamentos; artigos e	
peças acessórias; roupa de	Total da Consignação III 513.250
cama, mesa e banho; tecidos	
	.500 Total da Verba 2 1.195.750
	2001 00 10100 0111111111111111111111111
Total da Consignação II 82	.500 RESUMO
	. KESCINO
· CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	Verba 1 — Pessoal
DESPESAS	Verba 2 — Material
DEGLEGAS	Verba 2 Waterial 1.195.750
29 — Acondicionamento e embala-	Total 3.880.450
gem; armazenagem, carretos.	10121 3.880.430
geni; annazenagem, carretos,	

Divisão de Geologia e Mineralogia

CR\$ 1.709.510,00

É constituída dos seguintes órgãos:

Seção de Geologia.

Seção de Mineralogia e Petrografia.

Seção de Paleontologia.

Seção de Topografia e Carta Geológica.

Distrito do Norte. Distrito do Nordeste.

Distrito do Centro.

Distrito do Sul.

São suas funções:

a) proceder à construção da carta geológica do país, discriminando, tanto quanto permitirem as cartas topográficas existentes, as formações, andares e séries dos sistemas geológicos reconhecidos;

b) proceder, em escala adequada, à construção de levantamentos topográficos das áreas que, pela importância dos afloramentos rochosos e estado de conservação dos fósseis, sejam as mais apropriadas para definir uma formação, andar ou série;

c) melhorar, tanto quanto possível, as cartas topográficas e geográficas, no sentido da construção da carta geológica, dos estudos fisiográficos e da contribuição de Brasil às cartas mundiais respectivas;

- d) proceder à coleta e ao estudo de fósseis e organizar o museu de paleontologia;
- e) estudar as rochas e minerais brasileiros, adotando os processos mais modernos, e organizar o respectivo museu;
- f) cooperar com as demais repartições especializadas do ministério, para o estudo de solos e contribuir, com a parte que lhe competir, para a construção da carta agrogeológica do Brasil.
- O programa de trabalho da Divisão, para 1945, pode ser resumido nos seguintes itens, conforme as Seções que vão realizar as várias partes componentes :

Seção de Geologia:

- a) prosseguimento dos estudos geológicos de detalhes sóbre as bases cartográficas das fólhas da Comissão Geográfica do Estado de Minas;
 - b) continuação dos estudos geológicos nos Estados do Rio e Espírito Santo;
 - c) levantamento ao longo dos rios Pardo e Jequitinhonha, na Bahia;
 - d) continuação dos estudos geológicos de detalhes nos Estados da Bahia e Sergipe;
 - e) estudos geológicos no Estado de Mato Grosso.

Seção de Paleontologia:

- a) pesquisas de fósseis no Estado de São Paulo;
- b) prosseguimento das pesquisas fossilíferas nos Estados de Pernambuco, Ceará,
 Sergipe, Paraíba e Bahía;
- c) pesquisas de fósseis em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seção de Topografia :
 - a) prosseguimento dos trabalhos topográficos no Espírito Santo;
 - b) levantamento topográfico da região nordeste da Bahia;
 - c) topografia do Estado de Santa Catarina;
 - d) levantamento dos rios Pardo e Jequitinhonha.

		1	
VERBA 1 PESSOAL		06 - Material de ácampamento	
		e de campanha	5.000
CONSIGNAÇÃO II PESSOAL		13 — Móveis e artigos de orna-	3.000
EXTRANUMERÁRIO *		mentação; máquinas, apare-	•
, ,		lhos, e utensilios de escri-	
04 — Contratados	60.00Ô	tório, biblioteca, labora-	
05 — Mensalistas	294,600	tório, gabinete científico ou	
06 — Diaristas	432.600	técnico e para trabalhos de	
		campo; aparelhos e utensí-	
Total da Consignação H	787.200	lios, dormitório e enferma-	
		tório, dormitório e enferma-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		ria; material de sericicul-	
09 — Funções gratificadas	47.400	tura, indústria de fiação e	
12 — Gratificação por serviço		tecelagem de sêda	69.200
extraordinário	6.500	14 — Objetos históricos e obras	
		de arte; espécimes e outras	
Total da Consignação III	53.900	peças destinadas a coleções	
		de qualquer natureza	10.000
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES			
		Total da Consignação I	114.200
22 — Ajuda de custo	43.750	-	
23 — Diárias	216.000	CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE	35
		CONSUMO	
Total da Consignação IV	259.750		1 P
The second secon		17 - Artigos de expediente, dese-	
Total da Verba 1	1.100.850	nho, ensino e educação; arti-	
		gos escolares para distribui-	0 -
VERBA 2 — MATERIAL	300	ção; fichas e livros de escri-	
		turação; impressos e mate-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		rial de classificação, inclu-	
PERMANENTE		sive fichas bibliográficas e	
	*	de referência	40.000
404 — Máquinas, motores, apare-		19 — Combustíveis; material de	- 3
lhos, seus acessórios; mate-		lubrificação e limpeza de	
rial elétrico, de telefonia, de		máquinas; material para con-	
telegrafia, de televisão, de		e servação de instalações, de	
refrigeração; material foto-		máquinas le de aparelhos;	-
gráfico, material cinemato-		sobressalentes de máquinas	1
gráfico e de filmagem; ferra-		e de viaturas; artigos de ilu-	
mentas e utensílios	30.000	minação	17,400

20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico. 21 — Forragem e outros alimentos para animais	7.000 15.000	31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis 32 — Assinatura de órgãos oficiais 35 — Despesas miúdas de pronto pagamento 37 — Iluminação, fôrça motriz e	22.800 260 9.500
manufaturados destinados a qualquer transformação 26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; adubos em geral e	18.000	gás	113.500
corretivos; inseticidas e fungicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios em geral	14.000	bens móveis e imóveis 01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis 02 — Ligeiros reparos, adaptações e conservação de bens imóveis	7.000 , 10.000
e artefatos	12.000	Total da s/c 40	17.000
Total da Consignação II CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS	123.400	 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte 	100.000
29 — Acondicionamento e embala-		postal	4.000
gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-		Total da Consignação III	371.060
porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus		Total da Verba 2	608.660
tratadores em viagem; se- guros de transporte	90.000	RESUMO	
30 — Agua e artigos para limpeza e desinfeção; serviços de asseio e higiene; lavagem e		Verba 1 — Pessoal	1.100.850 608.660
engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	10.000	Total	1.709.510

Laboratório da Produção Mineral

CR\$ 2.729.850,00

O Laboratório da Produção Mineral integra o Departamento Nacional da Produção Mineral e se compõe de:

- a) Seção Analítica
- b) Seção de Físico-Química
- c) Seção de Hidrologia e Hidro-química
- d) Seção de Crenologia
- e) Seção de Aproveitamento de Minérios
- f) Gabinetes Estaduais em Belo Horizonte, Campina Grande e Cresciúma.

O Laboratório tem a seu cargo todos os trabalhos de tecnología mineral, análise química, beneficiamento de minérios, tratamento de carvão, águas minerais (captação, estudo e fiscalização) que constituem atribuições do Departamento. Além disso, executa pesquisas científicas, ao mesmo tempo que oferece estágio, anualmente, a 20 estudantes de química e engenharia.

Como programa de pesquisas tecnológicas, figuram, em primeiro plano, as referentes a beneficiamento de minérios; lavagem de carvão; experiências semi-industriais de solubilização das bauxitas fosforosas do Gurupí; estudos para aproveitamento de pirita de carvão no fabrico de ácido sulfúrico e na obtenção de enxofre; e estudos sôbre sais naturais e sôbre o aproveitamento de minérios de manganês de baixo teor.

Pretende, também, o Laboratório intensificar o estudo das fontes hidro-minerais; colaborar ou executar as recaptações de Poços de Caldas, Caldas do Cipó e Salgadinho;

e intensificar a fiscalização higiênica das águas engarrafadas entregues ao consumo público.

Outra tarefa importante do Laboratório é o contrôle da exportação de minerais do nordeste, a cargo do Gabinete de Campina Grande.

VERBA 1 — PESSOAL		04 — Máquinas, motores, apare-	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de	
EXTRANUMERÁRIO		telegrafia, de televisão, de	
		refrigeração; material foto-	
04 — Contratados	459.600	gráfico, material cinemato-	
05 — Mensalistas	508.200	gráfico e de filmagem; ferra- mentas e utensílios	365.000
06 — Diaristas	82.500	13 — Móveis e artigos de orna-	303.000
Total da Consignação II	1.050.300	mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	
09 — Funções gratificadas	39.600	campo; aparelhos e utensí- lios, dormitório e enferma-	
12 — Gratificação por serviço extraordinário	5.200	tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	
Total da Consignação III	44.800	tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	300.000
Consignação iv — indenizações		Total da Consignação I	700.000
22 — Ajuda de custo	25.000	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
23 — Diárias	60.000	CONSUMO	
Total da Consignação IV	85.000	17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti-	
Total da Verba 1	1.180.100	gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-	
VERBA 2 — MATERIAL		rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e	47.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		de referência	15.000
PERMANENTE		19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de	
02 — Automóveis de passageiros;		máquinas; material para con-	
auto-caminhões, caminhone-		servação de instalações, de	
tes, ônibus e auto-bombas;		máquinas e de aparelhos;	
material ferroviário de tra-	-	sobressalentes de máquinas	
ção e de transporte; tratores;		e de viaturas; artigos de ilu-	0.00
equipamentos mecânicos para estradas de rodagem;		minação	35.000
material para extinção de in-		25 — Matérias primas e produtos	
cêndio; aviões e acessórios;		manufaturados ou semi-	
embarcações, material flu-		r anufaturados destinados a qualquer transformação	00 500
tuante e de dragagem; outras			,98.500
		26 — Produtos químicos, bioló-	
02 — Auto-caminhões, cami-		gicos, farmacêuticos e odon- tológicos; adubos em geral e	
nhonetes, ônibus e		corretivos; inseticidas e fun-	
auto-bombas; mate- rial ferroviário de tra-		gicidas; artigos cirúrgicos e	
ção e de transporte;		outros de uso nos laborató-	
tratores; equipamen-		rios em geral	350.000
tos mecânicos para es-		28 — Vestuários, uniformes e	
tradas de rodagem;		equipamentos; artigos e	
material para extin-		peças acessórias; roupa de	
ção de incêndio; aviões e acessórios;		cama, mesa e banho; tecidos	20.000
embarcações, material		e artefatos	30.000
flutuante e de draga-		Total da Consignação II	528.500
gem; outras viaturas.	35.000	3.03.00	

CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS 29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans- porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-		01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	30.000 25.000 55.000
guros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfeção; serviços de esseio e higiene; lavagem e	35.000	 41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele- 	50.000
engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	20.000	gramas, radiogramas e porte postal	3.500
32 — Assinatura de órgãos oficiais 33 — Assinatura de recortes de	350	Total da Consignação III	321.250
publicações periódicas 35 — Despesas miúdas de pronto	2.400	Total da Verba 2	1.549.750
pagamento	65.000	RESUMO	
38 — Publicações; serviços de impressão e de encadernação;		Verba 1 — Pessoal	1.180.100
clichês	80.000	Verba, 2 — Material	1.549.750
consertos e conservação de bens móveis e imóveis		Total	2.729.850

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

Teve seu regimento aprovado pelo Decreto n.º 4.438, de 26-7-39, e está diretamente subordinado ao Ministro.

Compõe-se das seguintes repartições:

- a) Divisão de Fomento da Produção Vegetal;
- b) Divisão de Defesa Sanitária Vegetal;
- c) Divisão de Terras e Colonização;
- d) Seção de Comunicações.

O Departamento Nacional da Produção Vegetal superintende, em todo o território nacional, o fomento da agricultura em geral, a defesa sanitária vegetal e a colonização, dirigindo e fiscalizando todos em seus serviços.

Essas atividades são exercidas por intermédio de suas três Divisões — Fomento, Defesa Sanitária e Terras e Colonização — cabendo ao Diretor Geral a supervisão e a coordenação dos trabalhos, necessários para manter a indispensável unidade de ação.

Diretoria Geral

CR\$ 437.150,00

VERBA 1 — PESSOAL	*	consignação il — vantagens	
consignação II — pessoal ". Extranumerário	_	09 — Funções gratificadas	14.400
05 — Mensalistas	129.600 11.400	12 — Gratificação por serviço extraordinário	1.300
Total da Consignação II	141.000	Total da Consignação III	15.700

Consignação IV — Indenizações	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS	
22 — Ajuda de custo 6.250	DESPESAS	
23 — Diárias	29 — Acondicionamento e embala-	
	gem; armazenagem, carretos,	
Total da Consignação IV 18.250	estivas e capatazias; trans- porte de encomendas, cargas	
Total da Verba 1 174.950	e animais; aloiamento e ali- mentação dêstes e de seus	
VERBA 2 — MATERIAL	tratadores em viagem; se- guros de transporte	16.000
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE	30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e	
03 — Livros, fichas bibliográficas	engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	2.500
impressas, documentos, re- vistas e outras publicações	32 — Assinatura de órgãos oficiais	700
especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 1.500	33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	6.500
13 — Móveis e artigos de orna-	35 — Despesas miúdas de pronto	
mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	pagamento	1.000
tório, biblioteca, labora-	37 — Iluminação, fôrça motriz e	15 000
tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de	gás	15.000
campo; aparelhos e utensí- lios, dormitório e enferma-	pressão e de encadernação; clichês	. 3,000
tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	40 — Ligeiros reparos; adaptações,	
tura, indústria de fiação e	consertos e conservação de	
tecelagem de sêda 5.000	bens móveis e imóveis 01 — Adaptações, consertos	
Total da Consignação I 6.500	e conservação de bens móveis	9.000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO	41. — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	5.000
17 — Artigos de expediente, dese- nho, ensino e educação; arti-	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-	gramas, radiogramas e porte postal	5.000
turação; impressos e material de classificação, inclu-	Total da Consignação III	63.700
sive fichas bibliográficas e de referência 20.000	Total da Verba 2	112.200
19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
máquinas; material para con-	ENCARGOS	
servação de instalações, de máquinas e de aparelhos;	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
sobressalentes de máquinas	16 — Exposições	50
e de viaturas; artigos de ilu- minação	a) Para exposições agríco- las e de produtos e sub-	
25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-	produtos de origem ve-	150.000
manufaturados ou semi- manufaturados destinados a		
qualquer transformação 3.000	Total da Verba 3	150.000
28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e	RESUMO	
peças acessórias; roupa de	Verba 1 — Pessoal	174.950
cama, mesa e banho; tecidos e artefatos 8.000	Verba 2 — Material Verba 3 — Serviços e Encargos	112.200 150.000
Total da Consignação II 42.000	Total	437.150

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal

CR\$ 8.269.950,00

A atual Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, que se rege pelo Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, aprovado pelo Decreto n.º 4.438, de 26-7-39, foi anteriormente Serviço de Vigilância Sanitária Vegetal, integrante do Instituto Biológico de Defesa Agrícola.

Os objetivos fundamentais da Divisão, estabelecidos em leis, regulamentos e convenções, constam do Capítulo IV do Regimento do Departamento Nacional de Produção Vegetal, sendo, em resumo, os seguintes:

- a) fiscalização sanitária na importação, comércio, trânsito e exportação de vegetais e partes de vegetais;
 - b) registro e fiscalização de inseticidas e fungicidas destinados à lavoura;
- c) registro e fiscalização de estações e pontos de expurgo de vegetais e produtos agrícolas;
- d) trabalhos de defesa agrícola, pròpriamente ditos, incluindo a demonstração e aplicação das medidas e processos de combate às doenças e pragas das plantas;
- e) investigações é experimentos fitossanitários concernentes à fitopatologia, à entomologia agrícola e à química de inseticidas e fungicidas, incluindo a fabricação dos mesmos:
 - f) cobrança da taxa fitossanitária criada pelo Decreto-lei n.º 3.265, de 12-5-41.

•	7.
VERBA 1 — PESSOAL	embarcações, material flu-
	tuante e de dragagem; outras
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL	
EXTRANUMERÁRIO	02 — Auto-caminhões, cami-
Of Manualistan 026 00	Thomas Online
05 — Mensalistas 936.00	
06 — Diaristas 917.70	rial ferroviário de tra-
m. 1 1 0 1 7 77	
Total da Consignação II 1.853.70	tratores; equipamen-
	tos mecânicos para es-
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	tradas de rodagem;
09 — Funções gratificadas 75.00	
12 — Gratificação por serviço	ção de incêndio;
extraordinário	
• S2.50	
Total da Consignação III 107.50	embarcações, material
Total da Consignação III 107.50	, ,
CONSIGNAÇÃO HI - DEPONICAÇÃO	gem; outras viaturas. 30.000
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	03 — Livros, fichas bibliográficas
22 — Ajuda de custo 30.00	impressas, documentos, re-
23 — Diárias	vistas e outras publicações
25 Dianas 110.00	especianzadas, destinadas a
Total de Consissa TV 140 000	biblioteca ou coleções 40.000
Total da Consignação IV 140.00	04 - Máquinas, motores, apare-
10-4-1 4- 37, 1 ' 4 ' 0. 101 000	15
Total da Verba 1, 2.101.200	rial elétrico, de telefonia, de
TIPEDE A . BEAMERYAY	telegrafia, de televisão, de
VERBA 2 — MATERIAL	refrigeração; material foto-
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL	gráfico, material cinemato-
PERMANENTE	gráfico e de filmagem; ferra-
·	mentas e utensílios 1.000.000
01 - Animais destinados a traba-	13 — Móveis e artigos de orna-
lho, produção, criação e a	mentação; máquinas, apare-
outros fins	lhos, o utensílios de escri-
01 — Animais para traba-	tório, biblioteca, labora-
lho, produção e outros	tório, gabinete científico ou
fins 10.000	
02 — Automóveis de passageiros;	campo; aparelhos e utensi-
auto-caminhões, caminhone-	lios, dormitório e enferma-
tes, ônibus e auto-bombas;	tório, dormitório e enferma-
material ferroviário de tra-	ria; material de sericicul-
ção e de transporte; tratores;	tura, indústria de fiação e
equipamentos mecânicos	tecelagem de sêda 140.000
para estradas de rodagem;	140.000
material para extinção de in-	Total da Consignação I 1.220.000
cêndio: aviões e acessórios:	2.220.000

CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO		31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis	64.440
17 — Artigos de expediente, dese-		32 — Assinatura de órgãos oficiais	2.310
nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui- ção; fichas e livros de escri-		33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas	2.000
turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-		35 — Despesas miúdas de pronto	2.000
sive fichas bibliográficas e		pagamento	20.000
de referência	80.000	37 — Iluminação, fôrça motriz e	
lubrificação e limpeza de		gás	50.000
máquinas; material para con- servação de instalações, de		38 — Publicações; serviços de im-	
máquinas e de aparelhos;		pressão e de encadernação; clichês	15.000
sobressalentes de máquinas e de viaturas; artigos de ilu-		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	20.000
minação	110.000	consertos e conservação de bens móveis e imóveis	
ferragem e de contenção de		01 — Adaptações, consertos	
animais; material de coude- laria ou de uso zootécnico.	5.000	e conservação de bens móveis	130.000
21 — Forragem e outros alimen-	0.000	02 — Ligeiros reparos, adap-	y
tos para animais	18.000	tações e conservação	
25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-		de bens imóveis	271.000
manufaturados destinados a		Total da s/c 40	401.000
qualquer transformação	113.000	41 Passagens, transporte de pes-	
26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odon-		soal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele-	60.000
tológicos; adubos em geral e		gramas, radiogramas e porte	10.000
corretivos; inseticidas e fun-		postal	18.000
gicidas; artigos cirúrgicos e		Total da Consignação III	707.750
outros de uso nos laborató- rios em geral	900.000	Total da Verba 2	3.168.750
28 — Vestuários, uniformes e		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de		ENCARGOS	
cama, mesa e banho; tecidos		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
e artefatos	15.000		
Total da Consignação II	1.241.000	15 — Defesa Sanitária Animal e Vegetal	
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		a) Para combate a doenças e pragas da lavoura	2.000.000
DESPESAS		02 — Animais reprodutores	, P
29 — Acondicionamento e embala-		nacionais ou estran-	
gem; armazenagem, carretos,		geiros	
estivas e capatazias; trans-		a) Material agrícola, inseticidas e fungicidas	1.000.000
porte de encomendas, cargas			
e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus		Total da Verba 3	3.000.000
tratadores em viagem; se-			
guros de transporte	60.000	RESUMO	2
30 — Água e artigos para limpeza		Verba 1 — Pessoal	2.101.200
e desinfecção; serviços de		Verba 2 — Material	3.168.750
engomagem de roupas; taxas			-
de água, esgôto e lixo	15.000	Total	8.269.950

Divisão do Fomento da Produção Vegetal

CR\$ 37.872.700.00

Seu regimento foi aprovado pelo Decreto n.º 4.438, de 26-7-30, alterado pelos Decretos ns. 9.619, de 10-6-42, e 12.471, de 27-5-43.

- A Divisão tem por finalidade a orientação e a divulgação dos métodos e processos racionais de agricultura e melhoria dos produtos, competindo-lhe, para atingir a êsse objetivo:
- a) estudar, difundir e orientar, junto à lavoura, por meio de um corpo de funcionários especializados, práticas racionais de cultura, preparo, beneficiamento, conservação e transformação dos produtos;
- b) prestar assistência técnica aos lavradores e divulgar, por meio de preleções, demonstrações práticas nas fazendas, salas-ambiente de demonstração, trens de propaganda, campos de cooperação e demonstração, bem como ainda por meio de publicações, folhetos, cartazes, gráficos, mapas, tabelas, filmes cinematográficos, rádio, etc., todos os métodos racionais de plantio, trato, colheita, preparo, industrialização e comércio dos produtos;
 - c) divulgar conhecimentos práticos sóbre assuntos agrícolas, industriais e comerciais;
- d) manter um laboratório especializado para análises e determinações técnicas, relativas às suas atividades;
- e) manter um museu agrícola, industrial e comercial, com fins educativos e de propaganda;
- f) promover, diretamente, com os recursos que para esse fim lhe forem concedidos, a instalação de conjuntos de preparo dos produtos agrícolas, visando a melhoria de qualidade;
- g) colaborar com as repartições do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, divulgando os resultados de seus estudos, experiências e pesquisas que forem considerados úteis à racionalização agrícola e à melhoria dos produtos;
- λ) organizar, em cooperação com entidades públicas e particulares, concursos, certames e exposições agrícolas;
- i) ceder, a prazo curto, por empréstimo, ou vender, pelo custo, instrumentos e utensílios necessários à lavoura e à obtenção de bons produtos, bem como fazer propaganda da mecanização agrícola;
- j) distribuir, gratuitamente, ou vender, pelo preço de custo, sementes e mudas produzidas ou adquiridas pelo Ministério;
- tomar parte e cooperar nas exposições, feiras e congressos agrícolas, quer no país, quer no estrangeiro, tendo em vista a propaganda de produtos nacionals;
 - m) fazer a campanha de combate à erosão, junto aos lavraderes;
- n) providenciar a concessão de transporte gratuito para máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e fungicidas;
- o) contratar, com lavradores, a multiplicação de sementes e mudas, por meio de culturas fiscalizadas, as quais serão adquiridas por preços previamente ajustados sob aprovação do Ministro.

Quadro de discriminação da despes	a:	
VERBA 1 — PESSOAL	consignação iv — indenizações	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO	22 — Ajuda de custo	150.000 827.000
04 — Contratados 55.200	Total de Consignação IV	977.000
05 — Mensalistas 1.895.400 06 — Diaristas 3.810.000	Total da Verba 1	7.005.700
Total da Consignação II 5.760.600	VERBA 2 — MATERIAL	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	consignação 1 — material permanente	
09 — Funções gratificadas 261.600 12 — Gratificação por serviço extraordinário 6.500	01 — Animais destinados a traba- lho, produção, criação e a outros fins	
Total da Consignação III 268.100	01 - Animais para traba- lho, predução e outros fins	100 000

02 — Automóveis de passageiros;		I sohmanalantan 1 ()	
auto-caminhões, caminhone-		sobressalentes de máquinas	
tes, ônibus e auto-bombas;		e de viaturas; artigos de ilu- minação	600 000
material ferroviário de tra-		20 — Arreiamento, material de	600.000
ção e de transporte; tratores;		ferragem e de contenção de	
equipamentos mecânicos		animais; material de coude-	
para estradas de rodagem;		laria ou de uso zootécnico	50,000
material para extinção de in-		21 — Forragem e outros alimen-	50.000
cêndio; aviões e acessórios;		tos para animais	350.000
embarcações, material flu-		25 — Matérias primas e produtos	
tuante e de dragagem; outras		manufaturados ou semi-	
00 4		manufaturados destinados a	
02 — Auto-caminhões, cami-		qualquer transformação	120.000
nhonetes, ônibus e auto-bombas : mate-		26 — Produtos químicos, bioló-	
auto-bombas; mate- rial ferroviário de tra-		gicos, farmacêuticos e odon-	
ção e de transporte;		tológicos; adubos em geral e	
tratores; equipamen-		corretivos; inseticidas e fun-	
tos mecânicos para es-		gicidas; artigos cirúrgicos e	
tradas de rodagem;		outros de uso nos laborató-	
material para extin-		rios em geral	382.000
ção de incêndio;		27 — Sementes e mudas de plantas	4.000.000
aviões e acessórios;		28 — Vestuários, uniformes e	
embarcações, material		equipamentos; artigos e	
flutuante e de draga-		peças acessórias; roupa de	
gem; outras viaturas.	500.000	cama, mesa e banho; tecidos	FO 000
03 — Livros, fichas bibliográficas		e artefatos	50.000
impressas; documentos, re-		Total da Consignação II	5.802.000
vistas e outras publicações		CONSIGNAÇÃO HI - DIVERSAS	
especializadas, destinadas a		DESPESAS	
biblioteca ou coleções	15.000		
04 — Máquinas, motores, apare-		29 — Acondicionamento e embala-	
lhos, seus acessórios; mate-		gem; armazenagem, carretos,	
rial elétrico, de telefonia, de		estivas e capatazias; trans-	
telegrafia, de televisão, de		porte de encomendas, cargas	
refrigeração; material foto-		e animais; alojamento e ali-	
gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra-		mentação dêstes e de seus	
mentas e utensílios	2.000.000	tratadores em viagem; se-	717 000
13 — Móveis e artigos de orna-	2.000.000	guros de transporte	715.000
mentação; máquinas, apare-		30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	
lhos, e utensílios de escri-		asseio e higiene; lavagem e	
tório, biblioteca, labora-		engomagem de roupas; taxas	
tório, gabinete científico ou		de água, esgôto e lixo	70.000
técnico e para trabalhos de		31 — Aluguel ou arrendamento de	70.000
campo; aparelhos e utensí-		imóveis; foros, seguros de	
lios, dormitório é enferma-		bens móveis e imóveis	600.000
tório, dormitório e enferma-		32 — Assinatura de órgãos oficiais	5.000
ria; material de sericicul-		35 — Despesas miúdas de pronto	0.000
tura, indústria de fiação e		pagamento	40.000
tecelagem de sêda	200.000	37 — Iluminação, fôrça motriz e	
M-4.1.1 O	0.015.000	gás	100.000
Total da Consignação I	2.815.000	38 — Publicações; serviços de im-	
		pressão e de encadernação;	
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE		clichês	20:000
CONSUMO		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	*.
diffe A cl d discount		consertos e conservação de	
17 — Artigos de expediente, dese-		bens móveis e imóveis	
nho, ensino e educação; arti-		01 — Adaptações, consertos	
gos escolares para distribui-		e conservação de bens	
ção; fichas e livros de escri- turação; impressos e mate-		móveis	150.000
rial de classificação, inclu-		41 — Passagens, transporte de pes-	
sive fichas bibliográficas e		soal e de suas bagagens	600.000
de referência	250,000	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
19 - Combustíveis; material de	200,000	gramas, radiogramas e porte	
máquinas; material para con-		postal	50.000
servação de instalações, de		Total da Consignação III	2.350.000
máquinas e de aparelhos;		Total da Verba 2	10.967.000
lubrificação e limpeza de			

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	<i>q</i>)	Paraná	800.000 500.000 400.000
consignação i — diversos 08 — Acôrdos		da s/c 08	14.900.000
a) Fomento da Produção Vegetal em colaboração com os Estados a) Amazonas	400.000 pa	eprodutores e material ra revenda a agricultores criadores Material agrícola, adubos	
c) Maranhão	1.500.000 600.000 800.000 Total	da Verba 3	
f) Rio rande do Norte g) Paraiba	800.000	имо	
i) Alagoas	1.500.000 Verba 1 800.000 Verba 2	— Pessoal	7.005.700 10.967.000 19.900.000
m) Espírito Santo	800.000	— Serviços e Encargos.	37.872.700

Divisão de Terras e Colonização

CR\$ 6.015.800,00

A Divisão tem por finalidade o aproveitamento da propriedade rural, para fins de colonização agro-pecuária, competindo-lhe estudar e aplicar métodos de colonização mais apropriados às diferentes regiões do país e fiscalizar os trabalhos estaduais, municipais e particulares de colonização agro-pecuária.

Para cumprimento dessas atribuições, dispõe de sete Colônias Agrícolas, sediadas no Amazonas, no Pará, no Maranhão, no Território de Iguaçu, no Território de Ponta Porã, em Goiaz e no Piauí e de dezesseis Núcleos Coloniais Agro-Industriais.

Na consecução de sua finalidade precípua, a Divisão realiza as seguintes atividades:

- a) estudos preliminares, de natureza topográfica, para conhecimento de áreas de núcleos ou colônias em fundação;
 - b) loteamento e demarcação de lotes;
 - c) construção de casas para colonos;
- d) estudo e demais obras indispensáveis à instalação do colono e ao desenvolvimento posterior da colônia ou múcleo;
 - e) instalação da sede e construção de edifícios necessários à administração.

VERBA 1 — PESSOAL		consignação iy — indenizações	
consignação ii — pessoal extranumerário		22 — Ajuda de custo	31.000 100.000
04 — Contratados	27.607	Total da Consignação IV	131.000
05 — Mensalistas	1.503.000 2.461.500	Total da Verba 1	4.150.000
Total da Consignação II	3.992.100	VERBA 2 — MATERIAL	
consignação III — vantagens		CONSIGNAÇÃO I MATERIAL , PERMANENTE	
09 — Funções gratificadas	20.400	01 - Animais destinados a traba-	
12 — Gratificação por serviço	. E00	lho, produção, criação e a outros fins	
extraordinário	6.500	01 — Animais para traba-	
Total da Consignação III	26.900	lho, produção e outros fins	40.000

02 — Automóveis de passageiros;	47	
auto-caminhões, caminhone-	sive fichas bibliográ	ficas e
tes, ônibus e auto-bombas;	de referência	65.000
material ferroviário de tra-	19 — Combustíveis; mater	ial de
ção e de transporte; tratores;	lubrificação e limp	eza de
equipamentos mecânicos	máquinas; material pa	ira con-
para estradas de rodagem;	servação de instalaç máquinas e de ap	Des, de
material para extinção de in-	sobressalentes de m	areinos;
cêndio; aviões e acessórios;	e de viaturas; artigos	aquinas
embarcações, material flu-	minação	303.000
tuante e de dragagem; outras	20 — Arreiamento, mater	ial de
	ferragem e de conte	cão de
02 — Auto-caminhões, cami-	animais; material de	
nhonetes, ônibus e	laria ou de uso zoot	
auto-bombas; mate-	21 — Forragem e outros	alimen-
rial ferroviário de tra-	tos para animais	30.000
ção e de transporte;	22 — Gêneros de aliment	acão e
tratores; equipamen-	de dieta; alimentos	prepa-
tos mecânicos para es-	rados; animais para	
tradas de rodagem;	gêlo; artigos para fu	
material para extin-	25 — Matérias primas e p	rodutos
ção de incêndio;	manufaturados ou	
aviões e acessórios;	manufaturados destin	
embarcações, material	qualquer transformaç	
flutuante e de draca-	000 26 — Produtos químicos,	
6	gicos, farmarêuticos e	D1010-
03 — Livros, fichas bibliográficas	tológicos; adubos em	rorol a *
impressas, documentos, re-	corretivos; inseticidas	geral e
vistas e outras publicações especializadas, destinadas a	gicidas; artigos cirúr	e iun-
	000 outros de uso nos la	horstá
	rios em geral	120 000
04 — Méquinas, motores, apare-		
lhos, seus acessórios; mate-	27 — Sementes e mudas de j	
rial elétrico, de telefonia, de	28 — Vestuários, uniform	
telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-	equipamentos; artig	
gráfico, material cinemato-	peças acessórias; rou	
gráfico e de filmagem; ferra-	cama, mesa e banho;	
	000 e artefatos	18.000
		7 700 000
06 — Material de acampamento	Total da Consignação II	783.000
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	CONSIGNAÇÃO III — DIVE	2040
09 Material de ensino e edu-	DESPESAS	SSA5
cação; material artístico; in-	DESPESAS	
sígnias e bandeiras; instru-	800 29 — Acondicionamento e e	mholo.
	gem; armazenagem, ca	
13 — Móveis e artigos de orna-	estivar e capatazias;	
mentação; máquinas, apare-	porte de encomendas,	
lhos, e utensílios de escri-	e animais; alojamento	
tório, biblioteca, labora-	mentação dêstes e d	e sella
tório, gabinete científico ou	tratadores em viager	
técnico e para trabalhos de	guros de transporte	
campo; aparelhos e utensí-	30 — Água e artigos para li	
lios, dormitório e enferma-	e desinfecção; serviç	
tório, dormitório e enferma-	arseio e higiene; lava	
ria; material de sericicul-	engomagem de roupas	9
tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda 31	de égua, esgôto e lixo	
teceragem de seda 51	31 — Aluouel ou arrendame	
Total da Consignação I 598		
Total da Comoignação I 590	bens móveis e imóvei	129 000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE		
CONSUMO	32 — Assinatura de órgãos o	
	35 — Despesas miúdas de	
17 — Artigos de expediente, dese-	pagamento	
nho, ensino e educação; arti-	37 — Iluminação, fôrça mo	triz e
gos escolares para distribui-	gás	
ção; fichas e livros de escri-	38 — Publicações; serviços o	
turação; impressos e mate-	pressão e de encader	
rial de classificação, inclu-	clichês	

40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis e imóveis	42 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	12.900
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	Total da Consignação III	484.000
02 — Ligeiros reparos, adap- tações e conservação de bens imóveis 100.000	RESUMO	1.865.900
Total da s/c 40	Verba 1 — Pessoal	4.150.000 1.865.800
41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 100.000	Total	6.015.800

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

CR\$ 5.959.090,00

O Serviço de Economia Rural, anteriormente Diretoria de Organização e Defesa da Produção, foi criado em virtude da reforma do Ministêrio da Agricultura, consubstanciada no Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38.

São principais finalidades do Serviço a padronização da produção, o cooperativismo e estudos econômicos e sociais.

Além disso incumbe-se das especificações para efeito de classificação e fiscalização da exportação de produtos agro-pecuários, já tendo sido expedidos 60 decretos a respeito.

O Serviço de Economia Rural está diretamente subordinado ao Ministro da Agricultura.

Estão subordinados a êle 17 Agências, nos Estados, e os respectivos postos de fiscalização, em número de 52.

As atribuições e finalidades do Serviço estão definidas no regimento aprovado pelo Decreto n.º 4.440, de 26-7-39.

Em 1945, continuará a promover estudos sóbre a padronização dos produtos agropecuários e empreenderá trabalhos de propaganda cooperativista e de pesquisas econômicas e sociais, com a movimentação de funcionários para os diversos pontos do território nacional onde os estudos, pesquisas e inspeções se fizerem necessários.

VERBA 1 — PESSOAL		VERBA 2 MATERIAL
consignação II — pessoal extranumerário		CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE
05 — Mensalistas	2.592.600	03 — Livros, fichas bibliográficas
06 — Diaristas	177.000	impressas, documentos, re- vistas e outras publicações
Total da Consignação II	2.769.600	especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções 20.00
consignação III — vantagens		04 — Máquinas, motores, apare-
09 — Funções gratificadas	153.000	lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de telefonia, de
12 — Gratificação por serviço extraordinário	130.000	telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-
Total da Consignação III	283.000	gráfico, material cinemato- gráfico e de filmagem; ferra-
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		mentas e utensílios 40.00
22 — Ajuda de custo	87 500	13 — Móveis e artigos de orna- mentação; máquinas, apare-
23 — Diárias	180.Q00	lhos, e utensílios de escri- tório, biblioteca, labora-
Total da Consignação IV	267.500	tório, gabinete científico ou técnico e para trabalhos de
Total da Verba 1	3.320.100	campo; aparelhos e utensi- lios, dormitório e enferma-

tório, dormitório e enferma-		33 — Assinatura de recortes de	
ria; material de sericicul-		publicações periódicas	3.000
tura, indústria de fiação e tecelagem de sêda	100 000	35 — Despesas miúdas de pronto	
teceragem de seda	120.000	pagamento	30.000
Total da Consignação I	180.000	37 — Iluminação, fôrça motriz e	
Total da Oomosgrayao a	180.000	gás	20.000
CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE		38 — Publicações; serviços de im-	•
CONSUMO		pressão e de encadernação;	
		clichês	35.000
17 — Artigos de, expediente, dese-		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
nho, ensino e educação; arti-		consertos e conservação de	
gos escolares para distribui-		bens móveis e imóveis	
ção; fichas e livros de escri-		01 - Adaptações, consertos	
turação; impressos e mate- rial de classificação, inclu-		e conservação de bens	
sive fichas bibliográficas e		móveis	40.000
de referência	240 000	41 — Passagens, transporte de pes-	
	240.000	soal e de suas bagagens	180.000
19 — Combustíveis; material de		42 — Telefone, telefonemas, tele-	
lubrificação e limpeza de		gramas, radiogramas e porte	FO 000
máquinas; material para con-	4	postal	50.000
servação de instalações, de máquinas e de aparelhos;		Total da Consignação III	941.990
sobressalentes de máquinas		John du Consignação III	571.990
e de viaturas; artigos de ilu-		Total da Verba 2	1.688 990
minação	20.000		
	20.000	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
25 — Matérias primas e produtos		ENCARGOS	•
manufaturados ou semi-		_	
manufaturados destinados a qualquer transformação	9 000	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
	267.000	00 4 4 4	
26 — Produtos químicos, bioló-		08 — Acôrdos	
gicos, farmacêuticos e odon-		a) Expansão Cooperativista no país,	
tológicos; adubos em geral e		para organização econômica da	
corretivos; inseticidas e fun-		produção, em colaboração com os Estados	
gicidas; artigos cirúrgicos e			
outros de uso nos laborató- rios em geral	00 000	a) Amazonas	50.000
	20.000	b) Pará	50.000
28 — Vestuários, uniformes e		d) Piauí	50.000
equipamentos; artigos e		e) Ceará	50.000
peças acessórias; roupa de		f) Rio Grande do Norte	50.000
cama, mesa e banho; tecidos	00 000	g) Paraiba	50.000
e artefatos	20.000	h) Pernambuco	50.000
Total da Consignação II	567.000	i) Alagoas	50.000
	307.000	j) Sergipe	50.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		1) Bahia	50.000
DESPESAS		m) Espírito Santo n) Rio de Janeiro	50.000
00 1 11		o) São Paulo	50.000
29 — Acondicionamento e embala-		p) Paraná	50.000
gem; armazenagem, carretos,		q) Santa Catarina	. 50.000
estivas e capatazias; trans-		r) Rio Grande do Sul	50.000
e animais; alojamento e ali-		s) Minas Gerais	50.000
mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-		t) Goiaz	50.000
porte de encomendas, cargas			
guros de transporte	30.000	Total da s/c 08	950.000
	30.000	Total de Marke 0	050.000
30 — Água e artigos para limpeza		Total da Verba 3	950.000
e desinfecção; serviços de		RESUMO	
asseio e higiene; lavagem e		TESO MO	
engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	50,000	Verba 1 — Pessoal	3.320.100
	50.000	Verba 2 — Material	1.688.990
31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de		Verba 3 — Serviços e Encargos	950.000
bens móveis e imóveis	500 000		
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	500.000	Total	5.959.090
resinatura de organs oriciais.	3.990		

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO

CR\$ 1.310.430.00

O Decreto n.º 23.979, de 8-3-34, criou a Diretoria de Estatística da Produção, que, pelo Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38, passou a chamar-se Serviço de Estatística da Produção, subordinado administrativamente ao Ministro da Agricultura e, têcnicamente, ao Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística.

Foi reorganizado pelo Decreto-lei n.º 7.125, de 4-12-44, constituindo sua finalidade levantar as estatísticas referentes à exploração direta do solo e do sub-solo e do bene-ficiamento ou à transformação imediata e final dos produtos agrícolas, pastoris e extrativos, bem como coordenar e sistematizar as estatísticas fisiográficas em geral e divulgar, em publicações próprias, ou por intermédio do Serviço de Documentação ou do I.B.G.E., os resultados dos seus trabalhos.

Seu regimento foi aprovado pelo Decreto n.º 17.288, de 4-12-44.

Compõem o Serviço os seguintes órgãos:

- a) Seção de Produção Extrativa;
- b) Seção de Produção Agro-Pecuária;c) Seção de Cadastro Rural;
- d) Seção de Estudos e Análises;
- e) Seção de Administração;
 f) Seção de Mecanização;

	- '
VERBA 1 — PESSOAL	13 - Móveis e artigos de orna-
	mentação; máquinas, apare-
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL	lhos, e utensílios de escri-
EXTRANUMERÁRIO	tório, biblioteca, labora-
	tório, gabinete científico ou
05 — Mensalistas 742.200	técnico e para trabalhos de
06 — Diaristas 16.200	campo; aparelhos e utensí-
	lios, dormitório e enferma-
Total da Consignação II 758.400	tório, dormitório e enferma-
	ria; material de sericicul-
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	tura, indústria de fiação e
	tecelagem de sêda 65.000
09 — Funções gratificadas 4.200	Total da Consignação I 75.000
12 — Gratificação por serviço	
extraordinário 6.500	CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE
	CONSUMO
Total da Consignação III 10.700	. 0 .
1	17 — Artigos de expediente, dese-
consignação iy — indenizações	nho, ensino e educaçãos arti-
	gos escolares para distribui-
22 — Ajuda de custo 6.250	ção; fichas e livros de escri-
23 — Diárias 6,000	turação; impressos e mate-
	rial de classificação, inclu-
Total da Consignação IV 12.250	sive fichas bibliográficas e
Mark Transfer	de referência 65.000
Total da Verba 1 781.350	19 — Combustíveis; material de
VERBA 2 — MATERIAL	lubrificação e limpeza de
VERDA 2 — MATERIAL	máquinas; material para con-
CONCIONAÇÃO A CONCIONA	servação de instalações, de
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL	máquinas e de aparelhos;
PERMANENTE	sobressalentes de máquinas
03 — Livros, fichas bibliográficas	e de viaturas; artigos de ilu-
impressas, documentos, re-	minação 1.900
vistas e outras publicações	25 — Matérias primas e produtos
especializadas, destinadas a	manufaturados ou semi-
biblioteca ou coleções 7.000	manufaturados destinados a
04 — Máquinas, motores, apare-	qualquer transformação 80.000
lhos, seus acessórios; mate-	28 — Vestuários, uniformes e
rial elétrico, de telefonia, de	equipamentos; artigos e
telegrafia, de televisão, de	peças acessórias; roupa de
refrigeração; material foto-	cama, mesa e banho; tecidos
gráfico, material cinemato-	e artefatos 3.280
gráfico e de filmagem; ferra-	Total da Consignação II 150.080
mentas e utensílios 3.000	

consignação iii — diversas despesas		41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	5.000
29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-		42 Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas e porte postal	4.500
porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-		Total da Consignação III	69.000
mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-		Total da Verba 2	294.080
guros de transporte	2.400	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	
esseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas de água, esgôto e lixo	6.200	consignação i — diversos	
32 — Assinaturas de órgãos oficiais.	400	36 — Serviços Contratuais	
 33 — Assinatura de recortes de publicações periódicas 35 — Despesas miúdas de pronto 	2.000	 a) Serviços mecânicos de estatística e contabilidade 	235.000
pagamento	1.000	Total da Verba 3	235.000
gás	. 3.500	RESUMO	
clichês	29.000	Verba 1 — Pessoal	781.350
40 — Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de		Verba 2 — Material Ϋ	294.080
bens móveis e imóveis		Verba 3 — Serviços e Encargos	235.000
01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	15.000	Total	1.310.430

SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO

CR\$ 4.816.300,00

Foi êste órgão criado, recentemente, pelo Decreto-lei n.º 6.170, de 5-1-44, diretamente subordinado ao Ministro.

Compõe-se das seguintes seções:

- a) Seção da Produção;
- b) Seção do Comércio;
- e) Seção da Industrialização;
- d) Seção de Administração.

São suas atribuições de acôrdo com o mencionado decreto-lei:

- a) incrementar a produção do trigo no território nacional;
- b) elaborar e realizar um programa de expansão da área tritícola nacional bem como de aperfeiçoamento dos métodos agrícolas seguidos nas regiões onde atualmente se cultiva o trigo;
 - c) fiscalizar e orientar o comércio e a industrialização de trigo no país;
- d) proceder a estudos dos problemas de armazenagem a longo prazo e a realização do programa resultante dêsses estudos;
- e) proceder à instalação de silos e armazéns para estocagem do trigo nacional, com o fim de regular-lhe a distribuição;
 - f) promover medidas para o ensino da panificação;
- g) promover acordos de fomento da lavoura do trigo com os Estados que os desejarem, nos moldes estabelecidos no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 11.159, de 29-12-42.

Quadro de discriminaç	ao da despe	sa :	
VERBA 1 — PESSOAL		02 4: 6: 4	
VENDIL I — I ESSORE		03 — Livros, fiches bibliográficas	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		impressas, documentos, re- vistas e outras publicações	
EXTRANUMERÁRIO		especializadas, destinadas a	
M Contentado-	100 000	biblioteca ou coleções	25.000
04 — Contratados	103.200	04 — Miquinas, motores, apare-	
05 — Mensalistas	1.527.600	lhos, seus acessórios; mate- rial elétrico, de terefonia, de	
06 — Diaristas	348.000	telegrafia, de televisão, de	
Total da Consignação II	1.978.800	refrigeração; material foto-	
		gráfico, material cinemato-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		gráfico e de filmagem; ferra-	
The state of the s		mentas e utensílios 09 — Material de ensino e edu-	43.000
09 — Funções gratificadas	24.500	cação; material artístico; in-	
12 — Gratificação por serviço		sígnias e bandeiras; instru-	
extraordinário	3.900	mentos de música	3.000
Manal de Charles W TTT		13 — Móveis e artigos de orna-	
Total da Consignação III	28.500	mentação; máquinas, apare- lhos, e utensílios de escri-	
CONSIGNAÇÃO DI TURBULA CÃTA		tório, biblioteca, labora-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		tório, gabinete científico ou	
22 — Ajuda de custo	45.000	técnico e para trabalhos de	
23 — Diárias	80.000	campo; aparelhos e utensí-	
•	55.000	lios, dormitório e enferma-	
Total da Consignação IV	125.000	tório, dormitório e enferma- ria; material de sericicul-	
		tura, indústria de fiação e	
Total da Verba 1	2.132.300	tecelagem de sêda	105.000
VERBA 2 — MATERIAL		Total da Consignação I	676.000
VERDA 2 — MATERIAL			
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
PERMANENTE		CONSUMO	
01 A-:		177	
01 — Animais destinados a traba-		17 — Artigos de expediente, dese-	
lho, produção, criação e a outros fins		nho, ensino e educação; arti- gos escolares para distribui-	
01 — Animais para traba-		ção; fichas e livros de escri-	
lho, produção e outros		turação; impressos e mate-	
fins	30.000	rial de classificação, inclu-	
02 — Automóveis de passageiros;	00.000	sive fichas bibliográficas o	
auto-caminhões, caminhone-		de referência	60.000
tes, ônibsu e auto-bombas:		19 — Combustíveis; material de lubrificação e limpeza de	
material ferroviário de tra-		máquinas; material para con-	
ção e de transporte; tratores;		servação de instalações, de	
equipamentos mecânicos		máquinas e de aparelhos;	
para estradas de rodagem; material para extinção de in-		sobressalentes de máquinas	
cêndio; aviões e acessórios;		e de viaturas; artigos de ilu-	000 000
embarcações, material flu-		minação	200.000
tuante e de dragagem; outras		ferragem e de contenção de	
viaturas		animais; material de coude-	
02 — Auto-caminhões, cami-		laria ou de uso zootécnico.	10.000
nhonetes, ônibus e		21 — Forragem e outros alimen-	
auto-bombas; mate-		tos para animais	15.000
rial ferroviário de tra- ção e de transporte;		25 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semi-	
tratores; equipamen-		manufaturados ou semi- manufaturados destinados a	
tos mecânicos para es-		qualquer transformação	61.500
tradas de rodagem;		26 - Produtos químicos, bioló-	
material para extin-		gicos, farmacêuticos e odon-	
ção de incêndio;		tológicos; adubos em geral e	
aviões e acessórios; embarcações, material		corretivos; inseticidas e fun-	
flutuante e de draga-		gicidas; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laborató-	
gem; outras viaturas.	470.000	rios em geral	300.000
	1.0.000	The confidence of the confiden	000.000

27 — Sementes e mudas de plantas. 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos	20.000	01 — Adaptações, consertos e conservação de bens móveis	15.000 23.000
Total da Consignação II	1.166.500	Total da s/c 40	38.000
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS		41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele-	100.000
29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-		gramas, radiogramas e porte postal	16.500
porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-		Total da Consignação III	541.500
mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-		Total da Verba 2	2.384.000
guros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de	245.000	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	
asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
de água, esgôto e lixo 31 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de	12.000	32 — Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	
bens móveis e imóveis 32 — Assinatura de órgãos oficiais.	105.000	\ .	
33 — Assinatura de recortes de	1.000	a) Material agrícola, adubos e corretivos	300,000
publicações periódicas 35 — Despesas miúdas de pronto	2.000		
pagamento	10.000	Total da Verba 3	300.000
37 — Iluminação, fôrça motriz e gás	7.000	RESUMO	
38 — Publicações; serviços de im-	7.000	Verba 1 — Pessoal	2.132,300
pressão e de encadernação;		Verba 2 — Material	2.384.000
clichês	5.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	300.000
consertos e conservação de bens móveis e imóveis		Total	4.816.300

SERVIÇO FLORESTAL

CR\$ 8.636.660,00

Foi criado pelo Decreto-lei n.º 982, de 23-12-38, tendo seu primeiro regimento aprovado pelo Decreto n.º 9.015, de 16-3-42. Posteriormente, o Decreto n.º 16.677, de 29-9-44, baixou novo regimento.

É subordinado diretamente ao Ministro da Agricultura e suas dependências são:

- a) Jardim Botânico;
- b) Seção de Parques Nacionais;
- c) Seção de Proteção Florestal;
- d) Seção de Silvicultura;
- e) Seção de Tecnologia de Produtos Florestais;
- 1) Seção de Administração;
- g) Biblioteca.

O campo de ação do Serviço Florestal abrange todo o território nacional. São suas finalidades principais a proteção das florestas do país, sua guarda e conservação, de acôrdo com o Código Florestal; o fomento da silvicultura e a organização dos parques nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas.

Resumo do programa de trabalho:

a) em 1943, a produção do Jardim Botânico e do Hôrto Florestal de Lorena (êste em São Paulo) foi a maior, atingindo, em cada um dêsses estabelecimentos, cêrca de 600.000 mudas. Pretende-se, em 1945, elevar essa produção, e a do Hôrto Florestal de Santa

Cruz (Estado do Rio de Janeiro) a 2.000.000 de mudas, em cada um; os Hôrtos de Pernambuco e Sergipe deverão elevar suas produções para 1.000.000 de mudas;

b) o Jardim Botânico prosseguirá nos trabalhos rotineiros e realizará o ajardinamento da margem esquerda do Rio Macacos, no trecho compreendido entre a ponte das sementeiras e a das Tábuas, onde o rio foi canalizado;
 c) o Hôrto de Santa Cruz, no quilômetro 52 da Estrada Rio-São Paulo, precisa

c) o Hôrto de Santa Cruz, no quilômetro 52 da Estrada Rio-São Paulo, precisa completar o número de construções que foram previstas como necessárias à sua instalação, mobilar algumas dependências, adquirir e montar maquinária, construir 4 quilômetros de estrada, abrir caminhos, construir rêde de abastecimento d'água, luz o esgotos;

d) o Parque Nacional da Serra dos órgãos precisa de sede, que será construída de acôrdo com as plantas, orçamentos e especificações já organizados pela Divisão de Obras do Ministério, e mais 5 postos de fiscalização, localizáveis nos vales dos rios Quebra Frasco, Gargante, Monte Alegre, Bananal e no Campo das Antas. É necessária a construção de abrigos rústicos em cada cinco ou seis quilômetros de percursos internos. Muitos caminhos, picadas e veredas, tornam-se necessários, atendendo à finalidade eminentemente turística do Parque (Teresópolis). E é preciso ainda que se faça o ajardinamento paisagístico de 15 hectares, incluindo pequenas drenagens, boeiros, esgotos, aterros e remoção de rochas;

e) trabalhos semelhantes precisa o Parque Nacional de Itatiaia.

VERBA 1 — PESSOAL		02 — Auto-caminhões, cami-	
,		nhonetes, ônibus e	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		auto-bombas; mate-	
EXTRANUMERÁRIO		rial ferroviário de tra-	
04 — Contratados	80.400	ção e de transporte;	
05 — Mensalistas	1.462.200	tratores; equipamen-	
06 — Diaristas	2.915.400	tos mecânicos para es-	
UU — Diaristas	2.915.400	tradas de rodagem;	
Total da Consignação II	4.458.000	material para extin-	
Total de Consignação II 5	4.430.000	ção de incêndio;	
CONCLOSIA CÃO III HANDA CENO		aviões e acessórios;	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		embarcações, material	
09 — Funções gratificadas	100.200	flutuante e de draga-	
12 — Gratificação por servico		gem; outras viaturas.	335.000
extraordinário	5.200		300.000
		03 — Livros, fichas bibliográficas	
Total da Consignação III	105.400	impressas, documentos, re-	
Total Ca Total Braden Try		vistas e outras publicações	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		especializadas, destinadas a	
Companya 24 Manual Cons		biblioteca ou coleções	50.000
22 — Ajuda de custo	40.000	04 — Maquinas, motores, apare-	
23 — Diárias	70.000	lhos, seus acessórios; mate-	
		rial elétrico, de telefonia, de	
Total da Consignação IV	110.000	telegrafia, de televisão, de	
		refrigeração; material foto-	
Total da Verba 1	4.673.400	gráfico, material cinemato-	
	<u> </u>	gráfico e de filmagem; ferra-	
VERBA 2 — MATERIAL		mentas e utensílios	400.000
		06 - Material de acampamento	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		e de campanha	5.000
PERMANENTE		09 — Material de ensino e edu-	0,000
61 Animain destinates tools			
01 — Animais destinados a traba-		cação; material artístico; in-	
lho, produção, criação e a		sígnias e bandeiras; instru-	0.000
outros fins		mentos de música	2.000
01 — Animais para traba-		13 — Móveis e artigos de orna-	
lho, produção e outros		mentação; máquinas, apare-	
fins	40.000	lhos, e utensílios de escri-	
02 — Automóveis de passageiros;		tório, biblioteca, labora-	
auto-caminhões, caminhone-		tório, gabinete científico. ou	
tes, ônibus e auto-bombas;		técnico e para trabalhos de	
material ferroviário de tra-		campo; aparelhos e utensí-	
ção e de transporte; tratores;		lios, dormitório e enferma-	
equipamentos mecânicos		tório, dormitório e enferma-	
para estradas de rodagem;		ria; material de sericicul-	
material para extinção de in-		tura, indústria de fisção e	
cêndio; aviões a acessórios;		tecelagem de sêda	250.000
embarcações, material flu-			
tuante e de dragagem; outras		Total da Consignação I	1.032.000

		27 Therein and Africa matrix o	
CONSIGNAÇÃO 11 - MATERIAL DE		37 — Iluminação, fôrça motriz e	84.000
CONSUMO		gás	01.000
17 — Artigos de expediente, dese-		pressão e de encadernação;	
nho, ensino e educação; arti-		clichês	150.000
gos escolares para distribui-		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
ção: fichas e livros de escri-		consertos e conservação de	
turação; impressos e mate-		bens móveis e imóveis. 01 — Adaptações, consertos	
rial de classificação, inclu- sive fichas bibliográficas e		e conservação de bens	
de referência	50.000	móveis	40.000
19 — Combustíveis; material de		02 — Ligeiros reparos, adap-	
lubrificação e limpeza de		tações e conservação	
máquinas; material para con-		de bens imóveis	286.000
servação de instalações, de		Total da s/c 40	326.000
máquinas e de aparelhos;		Total da 5/C 40	320.000
sobressalentes de máquinas		41 - Passagens, transporte de pes-	
e de viaturas; artigos de ilu-	×202,000	soal e de suas bagagens	80.000
minação	202.000	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
20 — Arreiamento, material de ferragem e de contenção de		gramas, radiogramas e porte	`05 000
animais; material de coude-		postal	25.000
laria ou de uso zootécnico.	15.000	Total da Consignação III	1.218.260
21 — Forragem e outros alimen-		Total da Consignação 222 1111	
tos para animais	50.000	CONSIGNAÇÃO IV — OUTRAS	
25 — Matérias primas e produtos		DESPESAS COM MATERIAL	
manufaturados ou semi-	•		00.000
manufaturados destinados a		43 — Outras despesas	20.000
qualquer transformação	171.000	Total da Consignação IV	20.000
26 — Produtos químicos, bioló-		Total da Consignação 27	
gicos, farmacêuticos e odon-		Total da Verba 2	2.963.260
tológicos; adubos em geral e			
corretivos; inseticidas e fun- gicidas; artigos cirúrgicos e	100	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
outros de uso nos laborató-		ENCARGOS	
rios em geral	25.000	CONSIGNAÇÃO I DIVERSOS	
27 — Sementes e mudas de plantas.	30.000	CONSIGNAÇÃO I — DIVINOS	
28 — Vestuários, uniformes e		08 Acôrdos	
equipamentos; artigos e		a) Reflorestamento em cola-	
peças acessórias; roupa de		boração com o Estado do	
cama, mesa e banho; tecidos	100 000	Maranhão	400.000
e artefatos	100.000	29 - Reflorestamento e insta-	
Total da Consignação II	643.000	lações de hortos	
2000. 400 000000000000000000000000000000		a) Para ampliação dos tra-	
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		balhos de reflorestamento	
DESPESAS		a cargo dos hortos flores-	200.000
220.2001		tais	200.000
29 — Acondicionamento e embala-		 b) Para instalação de um horto no Instituto Agro- 	
gem; armazenagem, carretos,		nômico do Sul	£300.000
estivas e capatazias; trans-		c) Para prosseguimento do	
porte de encomendas, cargas		plantio de quina	100.000
e animais; alojamento e ali- mentação dêstes e de seus		plantio do quina vivivi	
tratadores em viagem; se-		Total da s/c 29	600.000
guros de transporte	500.000		4 000 000
30 — Água e artigos para limpeza		Total da Verba 3	1.000.000
e desinfecção; serviços de		RESUMO	
asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxas		RESOLIO	
de água, esgôto e lixo	20.000	Verba 1 — Pessoal	4.673.400
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	1.260	Verba 2 — Material	2.963.260
33 — Assinatura de recortes de		Verba 3 — Serviços e Encargos	1.000.000
publicações periódicas	2.000	Total	8.636.660
35 — Despesas miúdas de pronto	30.000	total	
pagamento	30.000		

SERVIÇO DE METEOROLOGIA

CR\$ 6.617.729,00

O Serviço de Meteorologia está diretamente subordinado ao Ministro.

São as seguintes as suas dependências:

- a) Divisão de Pesquisas Meteorológicas;
- b) Divisão de Meteorologia Aplicada;
 c) Divisão de Coordenação e Informações Meteorológicas;
 d) Biblioteca;
- e) Seção de Administração.

O Serviço de Meteorologia tem por finalidade a realização de estudos de meteorologia, particularmente dos que se refiram ao Brasil, e aplicação dos recursos dêsse campo do conhecimento a questões do domínio da agricultura, indústria, navegação aérea e marítima, higiene, engenharia e defesa nacional.

VERBA 1 — PESSOAL	sígnias e bandeiras; instru-
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	mentos de música 15.000
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL	13 — Móveis e artigos de orna-
EXTRANUMERÁRIO .	mentação; máquinas, apare-
SATRANUMBRANO .	lhos, e utensílios de escri-
05 — Mensalistas 2.902.8	
06 — Diaristas	
DU — Laristas	and a second sec
The Continue of IV 2 144 2	. 'técnico e para trabalhos de
Total da Consignação II 3.144.3	i competition of distance
	lios, dormitório e enferma-
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	tório, dormitório e enferma-
	ria; material de sericicul-
09 — Funções gratificadas 130.8	
12 — Gratificação por serviço	tecelagem de sêda 160.000
extraordinário 13.0	
	Total da Consignação I 735.000
Total da Consignação III 143.8	00
	- CONSIGNAÇÃO II - MATERIAL DE
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES	CONSUMO
22 — Ajuda de custo 70.0	00 17 — Artigos de expediente, dese-
23 — Diárias 100.0	nho, ensino e educação; arti-
The state of the s	gos escolares para distribui-
· Total da Consignação IV 170.0	00 ção; fichas e livros de escri-
	turação; impressos e mate-
Total da Verba 1 3.458.1	00 rial de classificação, inclu-
	sive fichas bibliogrāficas e
VERBA 2 — MATERIAL	de referência 230.000
	19 — Combustíveis; material de
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL	lubrificação e limpeza de
PERMANENTE	máquinas; material para con-
	servação de instalações, de
03 — Livros, fichas bibliográficas	minação 130.000
impressas, documentos, re-	25 — Matérias primas e produtos
vistas e outras publicações	manufaturados ou semi-
especializadas, destinadas a	manufaturados destinados a
biblioteca ou coleções 30.0	
04 — Máquinas, motores, apare-	26 — Produtos químicos, bioló-
lhos, seus acessórios; mate-	gicos, farmacêuticos e odon-
rial elétrico, de telefonia, de	tológicos; adubos em geral e
	corretivos: inseticidas e fun-
telegrafia, de televisão, de refrigeração; material foto-	gicidas; artigos cirúrgicos e
gráfico, material cinemato-	outros de uso nos laborató-
	rios em geral 20.000
gráfico e de filmagem; ferta- mentas e utensílios	
95 — Materiais e acessórios para	equipamentos; artigos e
mistalações e segurança dos	pegas accasorias, roupe ac
serviços de transporte, de	cama, mesa e banho; tecidos
comunicação, de canalização	e artefatos 32.000
e de sinelização 400.0	
09 — Material de ensino e edu-	Total da Consignação II 662 000
cação; material artístico; in-	the state of the s

consignação III — diversas despesas		41 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens 42 — Telefone, telefonemas, tele-	70.000
29 — Acondicionamento e embala- gem; armazenagem, carretos, estivas e capatazias; trans-		gramas, radiogramas e porte	90.000
porte de encomendas, cargas e animais; alojamento e ali-		Total da Consignação III	815.500
mentação dêstes e de seus tratadores em viagem; se-		Total da Verba 2	2.212.500
guros de transporte 30 — Água e artigos para limpeza	100.000	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS	
e 'desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e		Consignação i — diversos	
engomagem de roupas; taxas		36 — Serviços contratuais.	
de água, esgôto e lixo	19.000	a) Pagamento às Missões	
31 — Aluguel ou arrendamento de		Salesianas, conforme con-	
imóveis; foros, seguros de		trato, de serviço de ob- servações meteorológicas	
bens móveis e imóveis	120.000	em estações situadas nos	
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	2.000	Estados do Amazonas e	
33 — Assinatura de recortes de		Mato Grosso	195.480
publicações periódicas	1.500	b) Serviços mecânicos de es-	
35 — Despesas miúdas de pronto		tatística e contabilidade.	204.000
pagamento	13.000	c) Serviços de perfuração e conferência de cartões	41
37 — Iluminação, fôrça motriz e		correspondentes a questio-	
gás	70,000	nários de observações	
38 — Publicações; serviços de im-		aerológicas até 1943,	395.000
pressão e de encadernação;		d) Serviços de perfuração e	
clichês	30,000	conferência de cartões	
40 — Ligeiros reparos, adaptações,	50.000	correspondentes a ques- tionários aerológicos do	
consertos e conservação de		exercício de 1944	152,649
bens móteis e imóveis.			-
01 — Adaptações, consertos		Total da s/c 36	947.129
e conservação de bens		Total da Verba 3	947.129
móveis	- 70.000	RESUMO	
02 — Ligeiros reparos, adap-			
tações e conservação		Verba 1 — Pessoal	3.458.100
de bens imóveis,	230.000	Verba 2 — Material	2.212.500
Total da s/c 40	300.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	947.129
		Total	6.617.729

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

CR\$ 14.692.860,00

Foi criado pelo Decreto n.º 3.073, de 20-6-10, sujeito ao Regulamento que com o mesmo decreto baixou.

O Decreto n.º 19.433, de 26-11-30, que criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, incluiu o Serviço como 4.ª Seção do Departamento Nacional do Povoamento.

Pelo Decreto n.º 24.700, de 12-7-34, foi transferido do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o Ministério da Guerra, providenciando-se no sentido de ser revista a legislação para o mesmo, a fim de adaptá-lo melhor aos interêsses da nacionalização e da defesa das fronteiras.

Posteriormente, o Decreto-lei n.º 1.736, de 3-11-39, transferiu o Servico para o Ministério da Agricultura.

Tem por finalidade, de acôrdo com a letra "a", do art. 1.º do seu Regimento, "prestar ao índio proteção e assistência, amparando-lhe vida, a liberdade e a propriedade. defendendo-o do extermínio, resguardando-o da opressão e da espoliação, bem como abrigando-o da míseria, educando-o e instruindo-o, quer viva aldeado, em tribus, ou promiscuamente com civilizados".

Dada essa finalidade, seu campo de ação é todo o interior do Brasil ainda habitado por findios, para isso dividido em oito regiões, havendo número igual de Inspetorias Regionais.

As dotações concedidas ao Serviço de Proteção aos índios convergirão para o prosseguimento de instalações sertanejas, destinadas a constituir eficiente, completo e ininterrupto instrumento de assistência aos índios.

VERBA 1 — PESSOAL		tuante e de dragagem; outras	
		viaturas.	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		02 — Auto-caminhões, cami-	
EXTRANUMERÁRIO		nhonetes, ônibus e	
04 Contratados	204 000	auto-bombas; mate-	
04 — Contratados	324.000	rial ferroviário de tra-	
05 — Mensalistas	2.041.300	ção e de transporte;	
06 — Diaristas	44.400	tratores; equipamen-	
1 (Total de Consissante II	0.410.000	tos mecânicos para es-	
Total da Consignação II	2.410.200	tradas de rodagem;	
CONCIONACIO EL DATE		material para extin-	
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		ção de incêndio:	
09 — Funções gratificadas	15 000	aviões e acessórios;	
12 — Gratificação por serviço	15 000	flufuante e de draga-	
extraordinário	6.500	embarcações, material	
extraordinario	0.300	gem outras viaturas.	350.000
Total da Consignação III	21.500	03 — Livros, fichas bibliográficas	
Total da Consignação III	21.500	impressas, documentos, re-	
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		vistas e outras publicações	
22 — Ajuda de custo	60.000	especializadas, destinadas a	
23 — Diárias		biblioteca ou coleções	5.000
Diarias	140.000	04 - Máquinas, motores, apare-	
Total da Consissação IV	200.000	lhos, seus acessórios; mate-	
Total da Consignação IV	200.000	rial elétrico, de telesonia, de	
CONSTRUCT OF THE CONTROL OF THE CONT		telegrafia, de televisão, de	
CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS		refrigeração; material foto-	
COM PESSOAL		gráfico, material cinemato-	
27 — Outras despesas.		gráfico e de filmagem; ferra-	
04 — Outras despesas	3.917.460	mentas e utensílios	520.000
OT - Oddas despesas	3.917.400	13 — Móveis e artigos de orna-	520.000
· Total da Consignação V	3.917.460	mentação; máquinas, apare-	
· Total da Consignação v	3.917.400	lhos, e utensílios de escri-	
Total da Verba 1	6.549.160	tório, biblioteca, labora-	
Total da verba i	0.549.100	tório, gabinete científico ou	
VERBA 2 — MATERIAL		técnico e para trabalhos de	
VERDA 2 — MATERIAL		campo; aparelhos e utensí-	
CONCIONACÃO E - READVINES		lios, dormitório e enferma-	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		tório, dormitório e enferma-	
PERMANENTE		ria; material de sericicul-	
01 — Animais destinados a traba-		tura, indústria de fieção e	
lho, produção, criação e a		tecelagem de sêda	830 000
outros fins.		_	830.000
01 — Animais para traba-		Total da Consignação I	2.586.000
lho, produção e outros		CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
fins	146.000	CONSUMO	
02 — Animais reprodutores	170.000		
nacionais ou estran-		17 — Artigos de expediente, dese-	
	725 000	nho, ensino e educação; arti-	
geiros	735.000	gos escolares para distribui-	
Total da s/c 01	881.000	ção; fichas e livros de escri-	
10tal da 5/C 01	881.000	turação; impressos e mate-	
02 — Automóveis de passageiros;		rial de classificação, inclu-	
auto-caminhões, caminhone-		sive fichas bibliográficas e	
		de referência	35.000
tes, ônibus e auto-bombas;		19 — Combustíveis; material de	
material ferroviário de tra-		lubrificação e limpeza de	
ção e de transporte; tratores;		máquinas; material para con-	
equipamentos mecânicos		servação de instalações, de	
para estradas de rodagem;		máquinas e de aparelhos;	
material para extinção de in-		sobressalentes de máquinas	
cêndio; aviões e acessorios;		e de viaturas; estigos de ilu-	
embarcações; material flu-		minação	116.000

20 — Arreiamento, material de		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
ferragem e de contenção de		gás	7.000
animais; material de coude-		38 — Publicações; serviços de im-	
laria ou de uso zootécnico.	4.000	pressão e de encadernação;	
21 - Forragem e outros alimen-		clichês	61.400
tos para animais	14.000	40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
22 — Gêneros de alimentação e		consertos e conservação de	
de dieta; alimentos prepa-		bens móveis e imóveis.	
rados; animais para corte;		01 — Adaptações, consertos	
gêlo; artigos para fumantes.	144.000	e conservação de bens	
25 — Matérias primas e produtos		móveis	120,000
manufaturados ou semi-		41 — Passagens, transporte de pes-	220.000
manufaturados destinados a .		soal e de suas bagagens	65.000
qualquer transformação	420.000	42 — Telefone, telefonemas, tele-	05.000
26 - Produtos químicos, bioló-	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	gramas, radiogramas e porte	
gicos, farmacêuticos e odon-		postal	6.600
tológicos; adubos em geral e		-	0.000
corretivos; inseticidas e fun-		Total da Consignação III	484.700
gicidas; artigos cirúrgicos e		Total da Comissiação III	707.700
outros de uso nos laborató-		Total da Verba 2	3.840.700
rios em geral	15.000	Total da verba a	3.040.700
27 — Sementes e mudas de plantas.	20.000	VERBA 3 — SERVIÇOS E	
28 — Vestuários, uniformes e	40.000	ENCARGOS	
equipamentos; artigos e		Dittilled	
peças acessórias; roupa de		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
		CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	16.
cama, mesa e banho; tecidos	2.000	06 - Auxílios, contribuições e sub-	Y
e artefatos	2.000	vencões	
Total de Consissação II	770 000	01 — Auxílios.	
Total da Consignação II	770.000		,
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		a) Auxílio aos índios de	
DESPESAS		acôrdo com o Decreto	
DESPESAS		n.º 9.214, de 15 de de-	
29 — Acondicionamento e embala-		zembro de 1911, Lei nú-	
		mero 5.484, de 27-7-1928	
gem; armazenagem, carretos,		e Decreto n.º 736, de 6	
estivas e capatazias; trans-		de abril de 1936 (artigo	
porte de encomendas, cargas		8.°)	3.703.000
e animais; alojamento e ali-			
mentação dêstes e de seus		Total da s/c 06	3.703.000
tratadores em viagem; se-	#A AAA		
guros de transporte	50.000	17 — Expedições científicas	
30 — Agua e artigos para limpeza		a) Estudos etnográficos	600.000
e desinfecção; serviços de			
asseio e higiene; lavagem e		Total da Verba 3	4.303.000
engomagem de roupas; taxas			
de água, esgôto e lixo	21.000	RESUMO	
31 — Aluguel ou arrendamento de			
imóveis; foros, seguros de		Verba - — Pessoal	6.549.160
bens móveis e imóveis	112.500	Verba 2 - Material	3.840.700
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	4.200		
33 — Assinatura de recortes de		Verba 3 — Serviços e Encargos	4.303.000
publicações periódicas	1.000	Total	14 600 060
35 — Despesas miúdas de pronto		Total	14.692.860
pagamento	36.000		

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO

CR\$ 13.331.484,00

A Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário se rege pelo Decreto-lei número 982, de 23-12-38. Seu Regimento foi aprovado pelo Decreto n.º 16.826, de 13-10-44 e se compõe dos seguintes órgãos:

- a) Seção de Estudos e Pesquisas;
- b) Seção de Difusão Educativa;
- c) Seção de Administração Escolar;

- d) Seção de Fiscalização;
- e) Seção de Administração.

Está diretamente subordinada ao Ministro da Agricultura e superintende o ensino nos seguintes órgãos: Escola Agrícola de Barbacena e dose Aprendizados Agrícolas. Compete-lhe orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, fiscalizar o exercício das profissões agronômicas e veterinária, fazer o registro dos respectivos diplomas e ministrar o ensino médio e elementar de agricultura.

Note-se que nas dotações atribuídas à Superintendência se acham incluídas as quantias destinadas a manter a Escola Agrícola de Barbacena e os doze Aprendizados.

		tradas de rodagem;	
VERBA 1 — PESSOAL		material para extin-	
VERDA I — I EDSONE		ção de incêndio;	
CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL		aviões e acessórios;	
EXTRANUMERÁRIO		embarcações, material	
EXTRANUMERARIO		flutuante e de draga-	
	245 100	gem; outras viaturas.	\$0.000
04 — Contratados	245.100	03 — Livros, fichas bibliográficas	30.000
05 — Mensalistas	1.108.200	impressas, documentos, re-	
06 — Diaristas	2.709.300	vistas e outras publicações	
	4 060 600		
Total da Consignação II	4.062.600	especializadas, destinadas a biblioteca 'ou coleções	100 000
		04 — Máquinas, motores, apare-	100.000
CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS	011 100	lhos, seus acessórios; mate-	
09 — Funções gratificadas	314.400		
12 — Gratificação por serviço	-	rial elétrico, de telefonia, de	
extraordinário	6.500	telegrafia, de televisão, de	
		refrigeração; material foto-	
Total da Consignação III	320.900	gráfico, material cinemato-	
		gráfico e de filmagem; ferra-	660 000
CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		mentas e utensílios	600.000
		09 — Material de ensino è edu-	
22 — Ajuda de custo	50.000	cação; material artístico; in-	
23 — Diárias	80.000	sígnias e bandeiras; instru-	
		mentos de música	144.850
Total da Consignação IV	130.000	13 - Móveis e artigos de orna-	
		mentação; máquinas, apare-	
Total da Verba 1	4.513,500	lhos, e utensílios de escri-	
		tório, biblioteca, labora-	
VERBA 2 — MATERIAL		tório, gabinete científico ou	
		técnico e para trabalhos de	
CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL		campo; aparelhos e utensí-	
PERMANENTE		lios, dormitório e enferma-	
PENBINIENTE		tório, dormitório e enferma-	
01 — Animais destinados a traba-		ria; material de sericicul-	
lho, produção, criação e a		tura, indústria de fiação e	
outros fins.		tecelagem de sêda	600.000
01 — Animais para traba-			
lho, produção e outros		Total da Consignação I	1.598.250
	103.400		
fins	103.400	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE	
02 — Automóveis de passageiros;		CONSUMO	
auto-caminhões, caminhone-			
tes, ônibus e auto-bombas;		17 — Artigos de expediente, dese-	
material ferroviário de tra-		nho, ensino e educação; arti-	
ção e de transporte; tratores;		gos escolares para distribui-	
para estradas de rodagem;		ção; fichas e livros de escri-	
equipamentos mecânicos		turação; impressos e mate-	
material para extinção de in-		rial de classificação, inclu-	
cêndio; aviões e acessórios;		sive fichas bibliográficas o	
embarcações, material flu-		de referência	200.000
tuante e de dragagem; outras			200.000
viaturas.		19 — Combustíveis; material de	
02 — Auto-caminhões, cami-		lubrificação e limpeza de	
nhonetes, ônibus e		máquinas; material para con-	
auto-bombas; mate-		servação de instalações, de	
rial ferroviário de tra-		máquinas e de aparelhos;	
ção e de transporte;		sobressalentes de máquinas	
		e de viaturas; artigos de ilu-	
tratores; equipamen-		minação	360.000

20 — Arreiamento, material de		37 — Iluminação, fôrça motriz e	
ferragem e de contenção de		gás	112.700
animais; material de coude-		38 — Publicações; serviços de im-	
laria ou de uso zootécnico.	60.000	pressão e de encadernação;	
21 - Forragem e outros alimen-		clichês	54.400
tos para animais	389.800	39 — Serviços funerários:	5.000
22 Gèneros de alimentação e		40 — Ligeiros reparos, adaptações,	
de dieta; alimentos prepa-		consertos e conservação de	
rados; animais para corte;		bens móvels e imóveis.	
gêlo; artigos para fumantes.	3.300.000	01 — Adaptações, consertos	
	0.000.000	e conservação de bens	
23 — Material de consumo e con-		móveis	100.000
servação para serviços de	45 000	41 — Passagens, transporte de pas-	
acampamento e campanha	45.000	soal e de suas bagagens	150.000
25 — Matérias primas e produtos	*	42 — Telefone, telefonemas, tele-	
manufaturados ou semi-		gramas, radiogramas e porte	
manufaturados destinados a		postal	33.570
qualquer transformação	550.024		
26 - Produtos químicos, bioló-		Total da Consignação III	838.180
gicos, farmacêuticos e odon-		PD - 1 - 2 - 2 - 2	
tológicos; adubos em geral e		Total da Verba 2	8.532.984
corretivos; inseticidas e fun-			
gicidas; artigos cirúrgicos e		VERBA 3 — SERVIÇOS E	
outros de uso nos laborató-		ENCARGOS	
rios em geral	251.730		
27 — Sementes e mudas de plantas.	40.000	CCNSIGNAÇÃO I — DIVERSOS	
28 — Vestuários, uniformes e	10.000	16 P 16	
		16 — Exposições.	
equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de		a) Exposições, inclusive ins-	
cama, mesa e banho; tecidos		talação de mostruários de	
e artefatos	900,000	produïos agrícolas regio-	
e giteratos	. 900.000	nais, na Escola Agrícola	The state of the s
Total da Consignação II	6.096.554	de Barbacena e nos	65 000
zotai da Consignação II	0.090.007	Aprendizados Agrícolas.,	65.000
		28 — Recepções, excursões, hospe-	
CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS		dagens e homenagens	40.000
DESPESAS		35 — Serviços clínicos e de hospi-	
		talização.	
29 — Acondicionamento e embala-		a) Prestados a educandos	30.000
gem; armazenagem, carretos,		51 - Serviços educativos e cul-	
estivas e capatazias; trans-		turais.	
porte de encomendas, cargas		a) Para a realização da se-	
e animais; alojamento e ali-		mana do agricultor na Es-	
mentação dêstes e de seus		cola Agrícola de Barba-	
tratadores em viagem; se-		cena e nos Aprendizados	
guros de transporte	150.000	Agricolas	150.000
30 — Água e artigos para limpoza			
e desinfecção; serviços de		Total da Verba 3	4 285.000
asseio e higiene; lavagem e		DEGUNO	
engomagem de roupas; taxas		RESUMO	
de água, esgôto e lixo	200.000	Western 1 December 1	4 510 500
32 — Assinatura de órgãos oficiais.	1.610	Verba 1 — Pessoal	4.513.500
33 — Assinatura de recortes de		Verba 2 — Material	8.532.984
publicações periódicas	3.000	Verba 3 — Serviços e Encargos	285.000
35 — Despesas miúdas de prento	5.000	Total	12 221 404
	27 000	Total	13.331.484
pagamento	27 900		

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CR\$ 74.096.536,00

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Obras

CR\$ 10.945.000,00

. Quadro de discriminação da despesa	:
CONSIGNAÇÃO I — OBRAS 02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sun fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento	a) Instalação da maquinária de refrigeração no Núcleo Industrial Avícola de Benfica, Distrito Federal 500.000
01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização a) Conclusão das	Total da Consignação I 945.000 CONSIGNAÇÃO III — DISPONIBILIDADES 05 — Dotação destinada às despesas de projetos novos ou alteração de projetos, obras a serem iniciadas ou em pros-
obras do Núcleo Industrial Avícola de Benfica, Dis- trito Federal 445.000 02 — Instalações, aparelha- mento e equipamento	seguimento; equipamentos diversos, desapropriação ou aquisição de imóveis, segundo autorização do Presidente da República

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS

Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

CR\$ 2.278.062,00

Quadro de discriminação da despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS	e) Obras na Estação	
- Estudos e projetos; obras a	Experimental de	
serem iniciadas no exercício	Patos, Minas Ge-	
e sua fiscalização	rais	133.552
02 — Obras a serem inicia-	Total da Subconsignação 01	848.062
das no exercício e sua	02 — Prosseguimento e conclusão	
fiscalização	de obras iniciadas em exer-	
a) Obras na Estação	cícios anteriores e sua fisca-	
Experimental do	lização; instalações, aparelhe-	
Coronel Pacheco,	mento e equipamento	
Minas Gerais 166.	940 01 — Prosseguimento e con-	
b) Obras na Sub-Es-	clusão de obras ini-	
tação Experimen-	ciadas em exercícios	
tal de Aracajú,	anteriores e sua fisca-	
Sergipe 107.	,	
c) Obras na Estação	a) Obras no Instituto	
Experimental de	Agronômico do	
trigo em Curitiba,	Sui	1.430.000
Paraná 256.		0.070.060
d) Obras na Estação	Total da Consignação I	2.278.062
Experimental de	Total goral	2.278.062
Ponta Grossa, Pa- raná		2.276.002
ISME LOT.	266	

Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas

CR\$ 183.069,00

Quadro de discriminação da despesa:

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS	São Simão, São	
01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização. 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua	Paulo	99.599
fiscalização a) Obras na Estação Experimental de	*Total geral	. 183.069

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS

CR\$ 9.453.948,00

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS		02	Prosseguimento e conclusão (
01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício			de obras iniciadas em exer- cícios anteriores e sua fisca- lização; instalações, aparelha-
e sua fiscalização 01 — Estudos e projetos	416.048	*	mento e equipamento 01 — Prosseguimento e con- clusão de obras inicia-

PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

das em exercícios an- teriores e sua fiscali- zação	cola Nacional de Veterinária	2.000.000
a) Construção de Usi- na de Gás e Rêde de distribuição 3.197.000	d) Construção do Centro Médico	
b) Obras da Estação de Tratamento de Águas e Esgotos. 1.840.900	Total da Consignação I Total geral	

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

Divisão de Caça e Pesca

CR\$ 6.252.000,00

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS	de Pesca na cida-
01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização a) Obras no Refúgio de Animais em Linhares, Espírito Santo	de do Rio Grande do Sul
The state of the s	ção do Pôsto de Piscicultura do Ins- tituto Agronômico do Sul 500.000
02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização; instalações, aparelhamento e equipamento	d) Equipamento para o Refúgio de Ani- mais Silvestres em Linhares, Espírito Santo
02 — Instalações, aparelha- mento e equipamento a) Instalação frigorí- fica no Entreposto	Total da Subconsignação 02 5.927.000 Total da Consignação I 6.252.000 Total geral 6.252.000

Divisão de Defesa Sanitária Animal

CR\$ 500.000,00

Quadro	de	discrim	inação	da	despesa	

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS 22 — Prosseguimento e conclusão	em Belo Horizon- te, Minas Gerais. b) Instalações da Ins-	250.000
de obras iniciadas em exer- cícios anteriores e sua fisca- lização; instalações, apare- lhamento e equipamento	petoria Regional em Recife. Per- nambuco	250.000
02 — Instalações, aparelha- mento e equipamento	Total da Consignação I	500.000
a) Instalações da Ins- petoria Regional	Total geral	500.000

Divisão do Fomento da Produção Animal

CR\$ 1.922.550.00

02 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exer-
de obres iniciadas em ever-
de obias miciadas em exer-
cícios anteriores e sua fisca-
lização; instalações, apare-
lhamento e equipamento
01 Prosseguimento e con-
clusão de obras ini-
ciadas em exercícios
anteriores e sua fisca-
lização
a) Obras do Pôsto
Experimental de
Apicultura no qui-
lômetro 47 da ro-
dovia Rio-São
Paulo
b) Obras da Fazen-
da de Criação do
Km 47 da rodovia
Rio-São Paulo . 260.1
02 — Instalações, aparelha-
mento e equipamento
a) Instalações de Usi- na de Laticínios
na Fazenda Expe-
rimental de Cria-
cão de Bagé, Rio
Grande do Sul 114.5
Grande do Sdr 114.5
Total da Subconsignação 02 453.7
Total da Consignação I 1.922.5
Total geral 1.922.5

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS 01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 02 — Obras a serem inicia-	ção de Patologia Animal em Pelo- tas, Rio Grande do Sul	521.908
das no exercício e sua fiscalização	Total da Consignação I	521.908
a) Construção do edi- fício sede da Esta-	Total geral	521.908

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

Divisão de Águas

CR\$ 5.420.000,00

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS		02 — Prosseguimento e conclusão
01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 01 — Estudos e projetos	420.000	de obras iniciadas em exercí- cios anteriores e sua fiscali- zação; instalações, aparelha- mento e equipamento
Total da Subconsignação 01	420.000	01 — Prosseguimento e conclusão de obras inicia-

PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTO

Divisão

CONSI - Estu sere e su .01

DEPAR' Divisão

CONSI 1 - Estu зете e su 02 -

Divisão

CONS)1 - Esti sere e st 01 Total o Pro de cios zaç mer 01

das em exercícios anteriores e sua fiscali-

zação

PLANO DE OBRAS E	E EQUIPAMENTOS	
das em exercícios an-	trico da Cachoeira	
teriores e sua fiscali-	de Paulo Afonso	5.000.000
zação	Total da Consignação I	5.420.000
a) Obras de aprovei-	Total geral	5.420.000
tamento hidro-elé-		
do Fomento da Produção Minera	d CR\$ 5.0	00.000,00
Quadro de discriminação da despesa :		
IGNAÇÃO I — OBRAS	e projetos de mi-	
udos e projetos; obras a	neração	5.000.000
m iniciadas no exercício	Total da Consignação I	5.000.000
a fiscalização Estudos e projetos		
a) Estudos de jazidas	Total geral	5.000.000
	DUGIO VEGETAL	
TAMENTO NACIONAL DA PRO		
do Fomento da Produção Vegeta	1 CR\$ 3	45.167,00
Quadro de discriminação da despesa :		
IGNAÇÃO I — OBRAS	guminosas de Sete	
udos e projetos; obras a	Lagoas, Minas Ge-	
em iniciadas no exercício	rais	345.167
ua fiscalização	1815	345.107
Obras a serem inicia- das no exercício e sua	Total da Consignação I	345.167
fiscalização		245 167
a) Obras no Campo de Cereais e Le-	Total geral	345.167
de Cerears e Le-		
de Terras e Colonização	CR\$ 23.6	67.110,00
Quadro de discriminação da despesa:		
Quanto de discriminação da desprea.		
NGNAÇÃO I — OBRAS	I — Obras das Colô- nias Agrícolas	
udos e projetos; obras a	Nacionais	
em iniciadas no exercício	a) Amazonas .	2.000.000
ua fiscalização	b) Pará c) Maranhão .	2.000.000
- Estudos e projetos 500.000	c) Marannao . d) General Osó-	2.000.000
da Subconsignação 01 500.000	rio, Territó-	
da Subconsignação of 500.000	rio do Igua-	2.500.000
e conclusão	çú e) Dourados,	2.300.000
obras iniciadas em exercí-	Território de	
s anteriores e sua fiscali ão; instalações, aparelha-	Ponta Porã.	2.000.000
nto e equipamento	f) Goiás	1.000.000
Prosseguimento e con-	il — Obras dos Nú-	1.000.000
clusão de obras inicia-	cleos Coloniais	
des em emanúsico em	e) Senta Cruz	

a) Santa Cruz, S. Bento a Tinguá 3.000.000

PLANO DE OBRAS	E EQUIPAMENTOS	
b) Duque de Caxias 400.000 c) Senador Vergueiro 700.000 d) Agro-Industrial São Francisco 3.700.000 Total da Subconsignação 02 22.300.000 Total da Consignação I 22.800.000 CONSIGNAÇÃO II — DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 04 — Desapropriação e aquisição de imóveis a) Desapropriações decorrentes das decisões da Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos	de Terras e das determinações do Decreto número 4.438, de 26-7-39 b) Pagamento à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro da 2.ª prestação do débito de Cr\$ 1.656.337,20 acrescido dos juros de 5% ao ano, contraído pelo Govêrno Federal com a aquisição dos bens móveis e imóveis que constituiam o acervo da Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco S. A Total da Consignação II	467.110 867.110 23.667.110
SERVIÇO FLORESTAL Quadro de discriminação da despesa :	CR\$ 7.4	42.950,00
CONSIGNAÇÃO I — OBRAS 01 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização	01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores e sua fiscalização a) Obras de organização dos Parques	

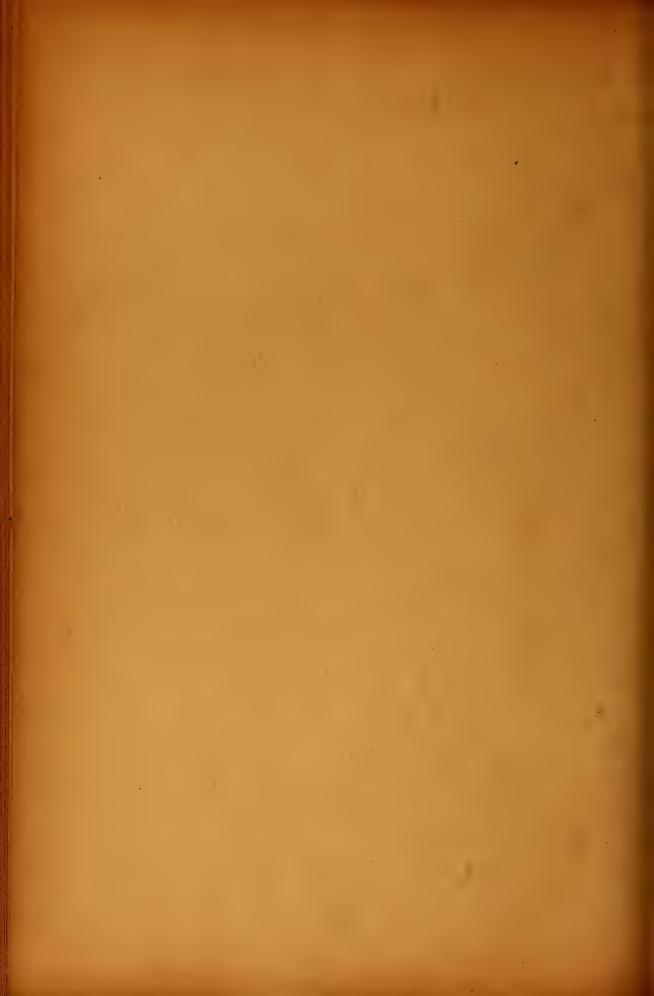
CONSIGNAÇÃO I OBRAS	•	01 — Prosseguimento e con-	•
01 — Estudos e projetos; obras a		clusão de obras inicia-	
serem iniciadas no exercício e		das em exercícios an-	
sua fiscalização		teriores e sua fiscali-	
02 — Obras a serem inicia-		zação ,	
das no exercício e sua		a) Obras de organi-	
fiscalização	• .	zação dos Parques	
a) Obras no Jardim	•	Nacionais	
Botânico e no	· ·	a) Iguaçú	3.000.000
Hôrto Florestal da		b) Itatiaia	500.000
Gávea	414.784		300.000
b) Obras no Hôrto	717.704	c) Serra dos Or-	4
Florestal de Ibura,	g . *	gãos	1.000.000
Sergipe	125.075	b) Obras de canaliza-	
c) Obras no Hôrto	125.075	ção do rio Maca-	
Florestal de Salti-		cos, no Jardim Bo	
nho, Pernambuco,		tânico	103.091
constante de		02 — Instalações, aparelha-	
a) Canais, estra-		mento e equipamento	
das, retificação		a) Instalação do Hôr-	
do rio etc	400.000	to Florestal de	
b) Galpão, ofici-	100.000	Santa Cruz	1.000,000
nas etc	145.451	Total da Subconsignação 02	5,603,091
c) 10 casas operá-	- 101 101		2,000.091
rias	166.350	Total da Consignação I	7.142.950
d) Ripados	67.480		
e) Casa para ca-		CONSIGNAÇÃO II — DESAPROPRIA-	
pataz	34.881	ÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
f) Casa da dire-	100	04 — Desapropriação e aquisição	-> ->
ção	94.160	de imóveis	
g) Eventuais	91.678	a) Aquisição dos terrenos	
Total da Subconsignação 01	1.539.859	destinados à Estação Ex-	
02 — Prosseguimento e conclusão		perimental de Quina	200 000
de obras iniciadas em exer-			300.000
cicios anteriores e sua fiscali-		Total da Consignação II	300.000
zação; instalações, aparelha-		Total garal	7 440 070
mento e equipamento		Total geral	7.442.950
		•	

SERVIÇO DE METEOROLOGIA

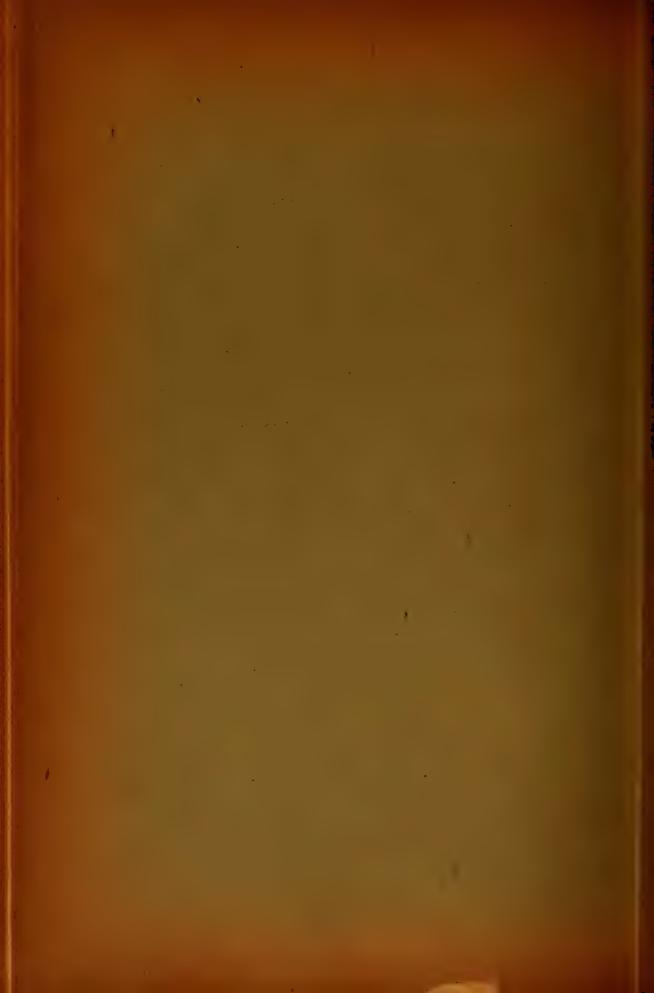
CR\$ 164.772,00

Quadro de discriminação da despesa

CONSIGNAÇÃO I — OBRAS 1 — Estudos e projetos; obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização a) Obras no edifício do Instituto de Meteorologia do Km 47 da rodovia Rio-São Paulo	64.772	CONSIGNAÇÃO II — DESAPROPRIA- ÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 04 — Desapropriação e aquisição de imóveis a) Aquisição de imóveis destinados à instalação de Postos de Meteorologia	100.000
Total da Consignação I	64.772	Total geral	164.772

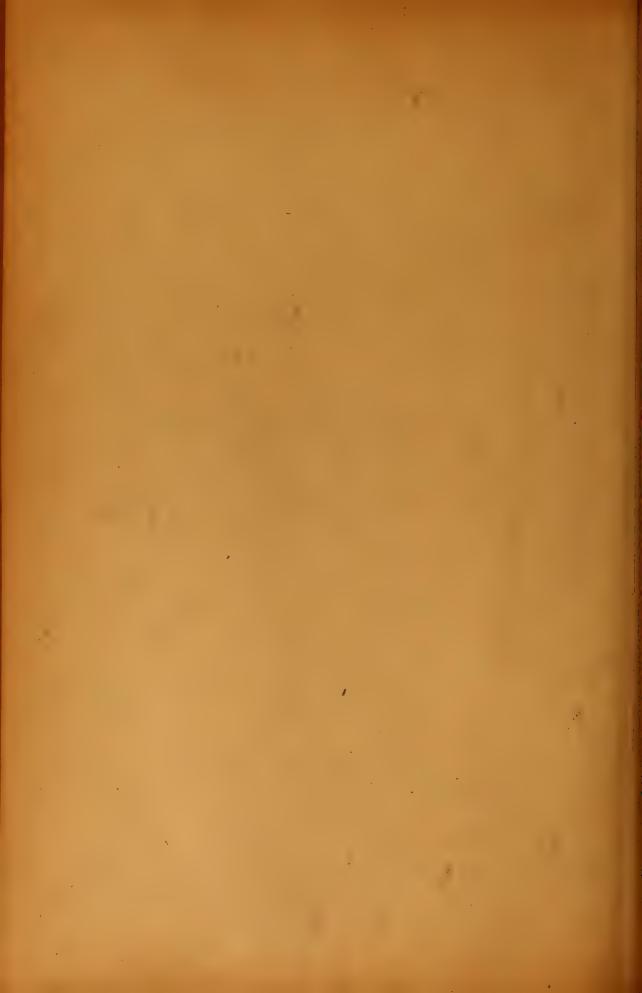


QUADROS INFORMATIVOS COMPLEMENTARES



Pessoal Permanente

	City
os Ocupados	54.091.800,00
a corrente	967.200,00
DOTAÇÃO FIXADA	55.059.000,00



VERBA 1 — PESSOAL — CONSIGNAÇÃO II — Pessoal Extranumerário

DEPENDÊNCIAS	04 — CON- TRATADOS	05 MEN- SALISTAS	06 — DIA-	07 - TARE- FEIROS	TOTAL.
	1	1	1		1 <u>-</u> 20 _
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
03 — Comissão de Eficiência		8.400			8,400
04 — Departamento de Administração	1				0.400
03 — Divisão do Material		394.200 58.200	93.000 42.600		487.200
05 — Divisão do Orçamento 06 — Divisão do Pessoal	_	299.400			156,000 200 40x
08 — Serviço de Comunicações	-	495.300 166.800	78.600 40.800		603 900 207 600
10 — Tesouraria		16.800			24.000
06 Serviço de Documentação		300.000	62.400		310.000
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas	116.400	180.600	999.300	512.000	1.808.300
02 — Universidade Rural 02 — Escola Nacional de Agronomia		544.800	570.000		1.114.800
03 — Escola Nacional de Veterinária		308.400 61.800	37.800 54.600		346,200 225,600
05 — Serviço Escolar		294.600			294,600
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas	493.200 310.800	784.200 639.900			5.271,300
03 — Instituto de Química Agrícola	31.200	455.400 229.200	79 800 63.600		566, 400 417, 600
05 — Instituto de Fermentação 06 — Instituto Agronômico do Norte.	-98.400	1.457.400	1.090.500		2.646 300
04 — Serviço Médico		397.200 45.600			45.600
				-	
05 — Superintendência de Edifícios e Parques		64.200			64.200
12 — Comissão Nacional de Gasogênio		0.000	9.600	_	9.600
Brasil	-	9.000 12.000	=		9,000 12 000
15 — Conselho Nacional de Caça	106.800	6.000 253.200	51.000		6 000 411 000
19 — Departamento Nacional da Produção Animal					
01 — Diretoria Geral	271.200	1.398.000	354 600		126,000 2,023 800
03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		890.400 635.600	765.900		1.656.300 4.725.60c
04 — Divisão de Fomento da Produção Animal		2.426.400 379.200	848.700 289.800		3,275 100 669,000
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral					
01 — Diretoria Geral	49.200		66.000	_	76 ±60
02 — Seção de Quartzo	_	151.200 2.962.200	3.303.800		151 200 6.615 200
02 — Divisão de Águas	571.200	1.045.200	676.400 432.600		2.292 500 787,200
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia		294.600 508.200	82.500		1.050.300
1 — Departamento Nacional da Produção Vegetal			11 400	_	11,400
01 — Diretoria Geral		93.000	11.400	-	93,000 36 600
02 — Portaria 02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	_ =	36,600 936,000	917.700		1 855 700
03 Divisão do Fomento da Produção Vegetal	55.200 27.600	1.895.400	3.810 000 2.461.500		5 760 600 5 992,100
22 - Servico de Economia Rural	-	2.592.600	177.000		2,769 600
24 — Serviço de Estatística da Produção	103.200	742.200 1.527.600	16 200 348,000		758 400 1 978 800
	90 400	1.462.200 2.902.800	2,915,400 241 500	- 1	4 45× 000 5 144 500
27 — Serviço de Meteorologia. 28 — Serviço de Proteção aos Indios. 29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	324.000 245.100	2.041.800 991.200	44,400 2,255 000	-	2 410 200 5 471 700
01 Escola Agrícola de Barbacena	'	117.000	474 500		591 300
TOTAL::	5.154.300	35.215.800	36.596.500	512.000	77.478.600
•					

Subconsignações 04-05-06-07	77.478.600
Subconsignação 08.:	921.400
TOTAL	78 400 000

VERBA 1 - Pessoal

		AÇÃO uzeiros)
	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
CONSIGNAÇÃO III — Vantagens		
09 — FUNÇÕES GRATIFICADAS		
Decretos-leis números:		
5 000 (27-11-1942) 6 100- (14-12- 1943) 6 653 (30- 6 - 1944) 5 251 (16- 2-1943) 6 170- (5- 1- 1944) 6 697 (14- 7 - 1944) 5 358 (30- 3-1943) 6 208- (19- 1- 1944) 6 731 (24- 7 - 1944) 6 394 (12- 4-1943) 6 288- (23- 2- 1944) 6 912 (29- 9 - 1944) 5 510 (21- 5-1943) 6 342- (13- 3- 1944) 7 048 (13- 11- 1944) 5 803 (9-91943) 6 345- (15- 3- 1944) 7 054 (16- 11- 1944) 5 929 (20-10-1943) 6 526- (24- 5- 1944)		
03 — Comissão de Eficiência		
Membros (3) a 9.600 Secretário.:::	28.800 4.200	33.000
		50.000
04 — Departamento de Administração 01 — Diretoria Geral		
Secretário.: 5.400 Auxiliar. 5.400	8.400	
05 — Divisão do Orçamento Secretário		
06 - Divisão do Pessoal	4.200	
Secretário	25.800	38.400
06 - Serviço de Documentação		
Secretărio	4.200 16.200 5.400 5.400	31.200
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
01 — Serviço de Administração Secretário	5.400	
02 — Universidade Rural		
02 — Escola Nacional de Agronomia		
Secretário.:::::: 5.400		
03 — Escola Nacional de Veterinária	,	
Secretário:::::: 5.400		
04 — Cursos de Aperfeiçoamento Especialização e Extensão		
Diretor:		
Assistente	33.600	39.000
17 0 11 1 71 11 1 1 1		
13 — Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil		
Secretário		4.200
Secretário.:::		
15 — Conselho Nacional de Caça		4.200
Secretário.::::		4 200
17 — Conselho Nacional de Proteção aos Indios		4.200
Secretário		4.200
		4.200

		DOTA(
		PARCIAL Cr\$	TOTAL, Cr\$
19 — Departamento Nacional da Produção Animal			
01 — Diretoria Geral			
Secretário	5.400 3.000	8.400	
06 — Instituto de Biologia Animal		1	
Chefe de Portaria		3.000	11.400
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral			
01 — Diretoria Geral			
Secretário	5.400 3.000 5.400 5.400	19.200	
02 — Divisão de Águas	al.		
Secretário Chefe de Seção (6) a 5.400. Chefe de Distrito (7) a 5.400. Chefe de Portaria	4.200 32.400 37.800 3.000	77.400	
. 03 — Divisão do Fomento da Produção Mineral			
Secretário Chefe de Seção (4) a 5.400. Chefe de Distrito (4) a 5.400.	4.200 21.600 21.600	47.400	
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia			
Secretário.::::: Chefe de Seção (4) a 5.400. Chefe de Distrito (4) a 5.400.	4 200 21.600 21.600	47.400	
05 — Laboratório da Produção Mineral			
Secretário. Chefe do Gabinete do Laboratório da Produção em Belo Horizonte Chefe de Seção (5) a 5.400. Chefe de Portaria.	4.200 5.400 27.000 3.000	39.600	231.000
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal		j	
01 Diretoria Geral			
Secretário	5.400 3.000 3.000 3.000	14-400	
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal			
Secretário Chefe de Seção (3) a 5.400 Chefe de Posto (13) a 4.200	4.200 16.200 54.600	. 75 000	
03 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal			
Secretário Chefe de Seção (3) a 10.800 Chefe de Seção (4) a 5.400 Chefe de Seção de Fomento (11) a 5.400 Chefe de Seção de Fomento (16) a 9.000	4.200 32.400 21.600 59.400 144.000	261 600	

		AÇÃO ruzeiros)
	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
04 — Divisão de Terras e Colonização		
Secretário	20.400	371., 400
22 — Serviço de Economia Rural		
Secretário	5.400 113.400 23.400 10.800	153.000
23 — Serviço de Estatística da Produção		
Secretário		4.200
24 — Serviço de Expansão do Trigo		
Secretário.:::: Chefe de Seção Chefe de Seção (3) a 5.400	4.200 4.200 16.200	24.600
25 — Serviço Florestal		
Secretário Chefe de Biblioteca. Chefe de Seção (7) a 5.400 Chefe de Seção de Administração. Administrador de Horto (4) a 5.400. Administrador de Parque (2) a 5.400. Administrador do Parque Succional de Iguaçú. Superintendente do Jardim Botânico. Chefe de Portaria.:	5.400 5.400 37.800 4.200 21.600 10.800 6.600 5.400 3.000	100,200
27 — Serviço de Meteorologia		
Secretário	4.200 25.200 5.400 5.400 59.400 4.200 27.000	130.800
28 — Serviço de Proteção aos Indios		
Chefe de Seção (2) a 5.400	10.800 4.200	15,000
29 — Superintendência do Ensino Agricola e Veterinário		
Secretário. Diretor de Aprendizado Agrícola (12) a 5,400. Diretor da Escola Agrícola de Barbacena. Chefe de Núcleo Agrícola de Barbacena (3) a 5,400. Chefe de Secretaria da Escola Agrícola de Barbacena. Chefe de Núcleo (36) a 4,200. Chefe de Turma (12) a 5,000. Chefe de Seção (4) a 5,400. Chefe de Seção de Administração.	4.200 64.800 12.000 16.200 4.200 151.200 36.000 21.600	714 (00
TOTAL	4.200	1.514.400
Funções a serem criadas no exercício	•	30.600
TOTAL DA S/C 09		1.545.000

	DOTAC (em cruz	
	PARCIAL Cr\$	TOTAL Cr\$
- GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO		
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		
02 — Universidado Rural		
02 — Escola Nacional de Agronomia		
Plínio de Almeida Magalhães Artur do Prado Othon Drumond Furtado de Mendonça. Cândido Firmino de Mello Leitão Júnior. Angelo Moreira da Costa Lima Roberto David de Sanson Mário Guedes Thomas Cavalcanti de Gusmão Antônio Barreto Honório da Costa Monteiro Filho. Octávio Domingues. Alcides de Oliveira Franco Waldemar Raythe de Queiroz e Silva. Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho. João Cândido Ferreira Filho	9,600 9,600 9,600 9,600 9,600 9,600 9,600 4,800 4,800 4,800 4,800 4,800	115.200
José de Moura Muniz Violantino dos Santos. Octávio Dupont. Cesar d'Albrieux Arthur Annibal do Rego Lins. Artidônio Pamplona. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta. Renato Guimarães de Souza Lopes. Thomaz da Rocha Lagôa. Eutychio Leal. Franklin de Ameida. Guilherme Edelberto Hermsdorff.	9,600 9,600 9,600 9,600 9,600 9,600 9,600 4,800 4,800 4,800	96.000 211.200

DOTAÇÕES CENTRALIZADAS -- VERBA 1 -- Pessoal

			DEFAKTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO — DIVISÃO DO PESSOAL	ACAG - DIVISAG E	DO PESSOAL	
SERVICOS		0	CONSIGNAÇÃO III	- VANTAGENS		
60	Funções gratifica- das	12 - Crutificação pos 14 serviço extraordi: nário	Grafificação de re- presentação	16 Cratificação de megistério	16 Gratificação de 17 Gratificação deres 19 Auxílio para di- magnifério de presentação de ferenças de enixa Gabinete	19 Auxílio para di- ferenças de caixa
	86	[5]		- C	. 1891	
01 — Cabinete do Ministro 03 — Comissão de Effeiência	33.000	- 1		I	213,000	;
06 - Departamento de Administração 01 - Diretoria Geral.	8.400	, ,	1			1
03 — Divisão do Material 04 — Divisão de Obras	11	6.200	11	Ţ	111	ii
00 — Divisito do Organentro 06 — Divisito do Pasucal.« 08 — Serviço de Comunicacões.	66.400	15.000	539.600	111		. 1 1
06 — Service de Documentação	1 000 13	10.000	1	11	11	9,600
07 - Seção de Segurança Nacional.	. 1	006.0	1 !	1	•	ı
10 Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronô- micas 01 Serviço de Administração	8,400	1,300	1			l .
02 — Universidade Rural 02 — Escola Nacional de Agronomia	6.400	2.600	1 1	115.200	11	10 1
04 Cursos de Aperfeiçoamento, Especialisa- ção e Extensão	22.800	6.000	1		1 1	
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional de Posquisas Agronô-						
02 — Instituto de Ecologia e Experimentação	1	6.600	1	1	1	1
03 — Instituto de Química Agricola.	111	1.300		1	11	11
05 — Institute de Fermentação 06 — Institute Agranômico do Norte	111	13.000	111	111	111	11
12 - Comissão Nacional do Gasogênio	1	1	-	1	1	! !
13 — Conselho de Fincalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.	4.200	1	32.400	ı	ı	1
14 - Conselho Florestal Federal	4.200	1	43.200	1	1	1
16 - Conselho Nacional de Cuça	4.200	1	28,800	-		

		DEPARTAMI	ENTO DE ADMINIS	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO — DIVISÃO DO PESSOAL	DO PESSOAL	
SERVIÇOS	CONSIGNAÇÃO 1V — INDENIZAÇÕES	Indenizações	CONSIGNAÇÃ	CONSIGNAÇÃO V — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	COM PESSOAL	CONSIG. VI — P. ADIDO E EM DISPONIBILIDADE
	22-Ajuda de custo	23 – Diárias	26—Substituições	26-Diferença de ven-	27 Outras despesas	29—Pessoul em dispo- nibilidade
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Crs
01 - Gabinete do Ministro	1	1	1	1	1	1
05 - Comissão de Eficiência	26.000	20.000	I	ı		1
04 - Departamento de Administração	1	000				
		28.800	-	1 1	: 1	1 1
05 — Divisão de Obras	18.800	30.000	11	1.1	1 :	1 1
06 — Divisão do Pessoal. 08 — Serviço de Comunicações		20.000	130,000	224.660	12.000.000	20.000
10 - Tesouraria		10.000	1	1	1	1
06 - Sprviço de Docemantação	10.000	15.000	1	P.	ı	1
07 - Seção de Segurança Nacional	12.500	12.000	ı	1	1	ı
10 - Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronô-						
01 — Serviço de Administração	20.000	20.000	į		0:1	1
02 - Universidade Rural	0000	000	•			
03 — Encola Nacional de Vaterinéria	3.000	000.000	ī	jſ		i ,
. ção e Extensão	130.000	64.000	1	1	1	i
05 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas 01 — Serviço Nacional do Pesquisas Agronô- pudas	68.750	140.000	. 1	į		1
Agricolan		40.000	ı	1	1	ſ
04 Instituto de Oleos.	13,600	26.000	1		1	§ 1
06 — Instituto de Fermentação	20.000	100,000	; [11.
12 - Comingto Nacional do Gasogênio	1	6.000	1	1	1	1
13 Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.		i	1	1	1	6
14 - Conselho Florestal Federal	,	1	1		1	;
15 - Conselho Nacional de Caça	1	1	4	,	1	

DOTAÇÕES CENTRALIZADAS — VERBA 1 — Pessoal

		DEPARTAMEN	TO DE ADMINISTR	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO — DIVISÃO DO PESSOAL	DO PESSOAL	
SERVIÇOS			CONSIGNAÇÃO III	- VANTAGENS		
	09-Funções gratificadas	12—Gratificação por serviço extraordiná- nário	14—Gratificação de re- presentação	por 14—Gratificação de re- 16—Gratificação de 17—Gratificação de resentação de ferenças de caixa Gabinete	17—Gratificaçãode re- presentação de Gabinete	19-Auxílio para di- ferenças de caixa
	Cr\$	Cr\$	\$20	Cr\$	S.S.	S. S
17 - Conselho Nacional de Proteção aos Indios.:::	4.200	35.000	1	1	1	1
18 - Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras	Maren	1	36.000	,	1	i
19 - Departamento Nacional da Produção Animal						
01 — Diretoria Geral. 02 — Divisão de Caça e Pesca.	8.400	5.000	11		11	1.1
04 — Divisão de Peresa Santaria Animal		4.000	H		- Lance	11
Annal O6 — Instituto de Biologia Animal	3.000	6.500	120.000	11		11
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral	000 01	1 700				
02 — Divisão de Aguas. 03 — Divisão do Fomento da Producão Mineral	77.400	10.400	1 1	11	11	
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia. 05 — Laboratório da Produção Mineral.	47.400	6.500	111		1 1 1	
21 - Departamento Nacional da Produção Vegetal						
02 — Divisão de Defesa Sanitária Vegetal	75,000.	1,300	11	11	1 !	
04 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal	261.600	6.500	11	11	1.1	1.1
22 - Serviço de Economia Rural	153.000	130.000	1	1		1
23 Serviço de Estatística da Produção, :::	4.200	006.9	1	1	1	1
24 Serviço de Expansão do Trigo	24.600	3,900	. 1	1	1	1
25 Serviço Florestal	100.200	6.200	1	1	1	1
27 Serviço de Meteorologia	130.800	13.000	1		1	1
28 - Serviço de Proteção aos Indios	15.000	6.500	1	I	1	1
29 Superintendência do Ensino Agrícula e Veterinário	314.400	6.500		1	1	ı
TOTAL. V.	1.545.000	486.300	000.009	211.200	213.000	5.600

DOTAÇÕES CENTRALIZADAS — VERBA 1 — Pessoal

CONSIGNAÇÃO IV INDENIZAÇÕES
22-Ajuda de custo
Cr\$
. 000'09
1
8
36.000 80.000 90.000
60.000
9.000 60.000 43.750 25.000
6.250 30.000 150.000 31.000
87.500
6.250
40.000
20.000
000.09
000.09
1.686 400

DOTAÇÕES CENTRALIZADAS — VERBA 2 — Material

		DEPA	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO — DIVISÃO DO MATERIAL	MINISTRAÇÃO — I	DIVISÃO DO MATE	RIAL	
SERVIÇOS	CONS. I — MATERIAL PERMANENTE	HAL PERMANENTE		CONS. II — MA	CONS. II — MATERIAL DE CONSUMO		
	04-Máquinas, moto- res, aparchos e aces- sórios, etc.	13-Móveis e artigos de l ornamentação; má- quinas, etc.	17-Artigos de expedi- ente; desenho, ensi- no, etc.	19-Combustíveis; ma- terial de lubrificação e limpeza; etc.	25-Matérias primas e produtos manufatu- rados, etc.	04-Máquinas, moto- 13-Móveis e artigos de 17-Artigos de expedi- 19-Combustíveis; ma- 25-Matérias primas e 26-Produtos químicos, 28-Vestuários, unifores, aparelhos e acese ornamentação; má- ente; desenho, ensi- e limpeza: etc. rados, etc.	28-Vestuários, uniformes e equipamentos, etc.
	. Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
ol - Gabinete do Ministro	10.000	10.000	40.000	104.000	7.500	1	12.000
03 — Comissão de Eficiência		2.000	5.000	ı	1	1	009
.04 Departamento de Adminis-							
01 — Diretoria Geral	Name	300	1.000	1.400	1	1	1.500
. 03 — Divisão do Material	8.000	16.000	16.900	36.000	3.000	1.000	18.000
04 — Divisão de Obras	5.000	6.000	33.600	200	1	800	4.000
05 - Divisão do Orçamento.	1.500	8.000	35.000	2.000	2.000	1	8.000
06 - Divisão do Pessoal	000'9	32.000	000.09	20.000	23.500	50.000	9.000
08 Serviço de Comunicações	i,	30.000	40.000	10.050	200	1	000.9
10 Tesouraria	3,000	9.000	7.200	8.000	200	1	1.600
07 Seção de Segurança Nacio-	3,000	8.000	6.000	ı	5.000	1	ı
TOTAL	36,500	117.300	243.800	181.650	42.000	51.800	60.700
				•			

	67
	3
	5
	2
	Ď
	ī
	-
	3
	1
ı,	9
1	É
1	-
į	9
	3
	G.
	3
	Ž
	1
	9
	7
	Z
i	5
	3
	9
	4
	457
1	
	3
	₹
	E
ı	
1	4
	3
1	K
1	ī
	5
-	1
J	
I	
	-
	3
Ì	AUAS
	3
	4
	j
	Ē
	P 1
	Ė
	KR
	i.
	3
	,
	CES
	M
	2
	X : 00
	-
	2
	-

			DEPARTAMENT	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO — DIVISÃO DO MATERIAL	AÇÃO — DIVISÃO	DO MATERIAL		
SERVIÇOS	29 — Acondiciona- monto e embala- gem; armasena- gem, carretos, etc.	30 — Agua e artigos 32 — Assinatura de para limpeas e de- sinfeção; serviços, etc.	32 - Assinatura de órgãos oficiais	33 — Assinatura de 38 — Publicações; recertes de pu- bicações periódi- cas	18 — Publicações; 4 serviços de in- pressão c de enca- dernação; clichés	90 - 01 - Adapta 41 - Passagens, conservoção de sonle de suas ba-bans moveis	transporte de pes- soal e de suas ba- gagens	42 Telefone, tele- fonemas, relegra- mas, rediogramas, etc.
	Cr8	Cr8	Cr.	\$ *5	\$15	\$-5	Cr8	5.8
01 — Gabinete de Ministro	8.000	2.000	1.180	3.000	8.000	106.000	70.000	27.000
03 — Comissão de Eficiencia.	1	1	210	;	3 000	1	20.000	1.100
.04 - Departamento de Administração								
01 — Diretoria Geral. 03 — Divessio do Material	33 000	2 500 175.000	1.200	1.200	3.000	3.500	1.000	4 0000 8,000
04 — Division de Outris. 05 — Division de Gegennente. 06 — Division de Pessoal.	1.000		1.500 1.500	1 i 1	4 500	6 000	20 000 15.000 8 000	1 600 9 500 4,000
10 - Treouraria	1 1	1.500	350	1.1	15.000	7.000	15.000	3,100
06 - Bervgo de Documentação	1	1	430	1	1	1	1	ı
07 — Segio de Segurança Nacional	1,000		280	i	3.000	1.600	15.000	2.000
10 - Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas								
01 Serviço de Administração	1	1	048	Î	1	i	ı	1
03 Udiversidade Rural				۰				
02 - Earola Nacional de Agronomía. 09 - Parola Nacional de Veterinária. 04 - Curaca de Ameliacamento Emecialismen	11	11"	280	11	11	11	1 i	1)
Extrassion	1	1	South	1	i			1
08 Servigo Nacional de Pesquesa Agronômicas								
01 — Servico Nacional de Pesquisas Agronômicas. 02 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agri-	1	i.	3.080	1	1	ı	1	t
colas 08 — Instituto de Química Agrícola.	11	11	630 560	11	11	11	11	1 1
	11	1 1	2.850	11	1.1	1.1	11	1 1
US Instituto Agroedmico do Norte	1	1	2.800	l	1	ı	1	8
19 — Comission Nacional de Gaeoglaie	1	1	2	1	1	21	1	1
13 Consult de Francia do las Espelições Artisticas e	pt	ή .	S1407E	ï	1	2		1

DOTAÇÕES CENTRALIZADAS — VERBA 2 — MATERIAL — CONSIGNAÇÃO III — Diversas despesas

, telegraramas,

			DEPARTAMENT	TO DE ADMINIST	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO — DIVISÃO DO MATERIAL	DO MATERIAL		
SERVIÇOS	29 — A condiciona- mento e embala- gem; armazena- gem, carretos, etc.	30 — Agua e artigos para limpeza e de- sinfeção; serviços, etc.	32 — Assinatura de órgãos oficiais	33 — Assinatura de recortes de pu- blicações periódi- cas	29 — Acondiciona- 30 — Agua e artigos 32 — Assinatura de 33 — Assinatura de 38 — Publicações; 40 — 01 — Adaptamento e embala- para limpeas e de- órgãos oficiais recortes de pu- serviços de im- ções, conservaços de gem, carretos, etc. etc.	40 — 01 — Adapta-gões, consertos e conservação de bens móveis	41 — Passagens, transporte de pes- soai e de suas ba- gagens	42 - Telefone, fonemas, teleg mas, rediogra etc.
	Cr\$	Sr5	\$5	Cr.s	Cr8	8-0	Cr\$	Cr\$
14 — Conselho Florestal Federal		1	120	1	1	1	1	
17 - Conselho Nacional de Protegão aos Indios	1	1	260	1	1	I	l	1
19 — Departamento Nacional da Produção Animal								
01 — Diretoria Geral	1	1	420	1	1	1	ı	ı
02 — Divisão de Caça e Pesca. 03 — Divisão de Defesa Sanitária Animal		11	1.610	11	11	11	11	11
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal			2.450		1 1	111	11:	
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral		ı	075	1			ı	
01 — Diretoria Geral.	1	ı	260	1	1	I	1	1
02 — Divisão de Águas. 63 — Divisão do Fomento da Produção Mineral	11	1 1	2.300	11	11	1.1	11	11
04 — Divisão de Geologia e Mineralogia	11	11	350	11	1.1	1.1	1.1	11
21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal								
01- Diretoria Geral.	1	1	700	I	1	1	1	l
02 — Divisão de Detesa Sautaria vegetal. 02 — Divisão do Fomento da Produção Vegetal. 04 — Divisão de Terrae e Colonisação.	14,1	111	5.000	1 1 1	1 1 1	1 1 1	1	1 1 1
22 — Serviço de Economia Rural	1	i	3.990	1	l	1	ı	1
23 Serviço de Estatística da Produção	1	1	400	1	1	1	1	1
24 — Serviço de Expansão do Trigo	1	1	1.000	1	1	1	1	1
25 — Serviço Florestal	1	ĺ	1.260	ı	ı	-	1	1
27 — Serviço de Meteorologia	ı	1	2.000	1	1	1	1	ı
28 — Serviço de Proteção aos Indios	1	1	4.200		1	1	1	1
29 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	1	1	1.610	ı	1	1	1	1
TOTAL	40.100	200.000	53.930	4.200	200.000	162.000	194.000	61.300



MINISTERIO DA FAZENDA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

1945 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO — BRASIL



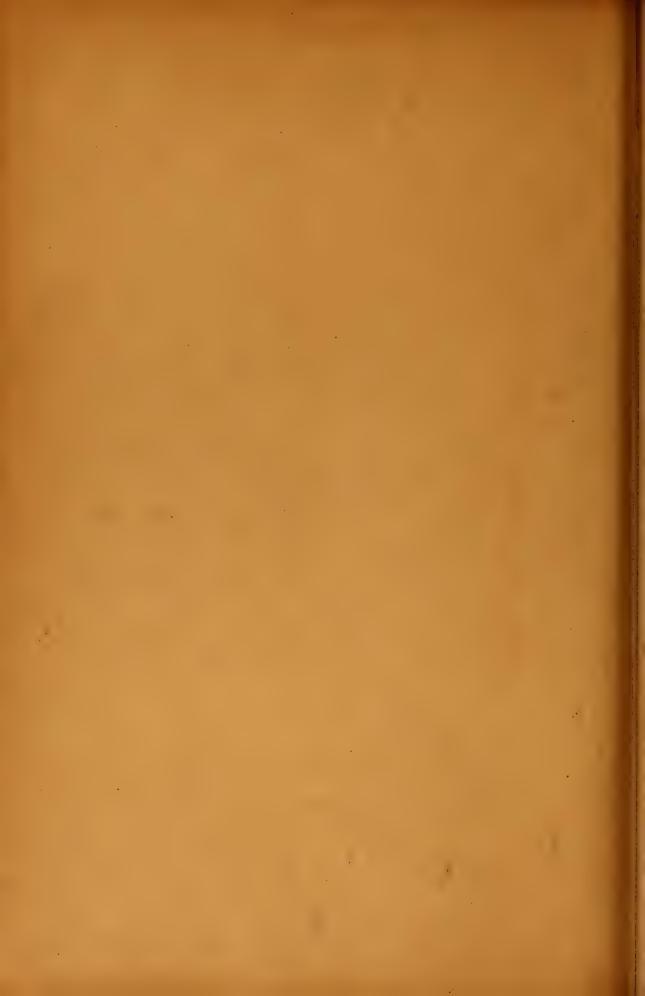


MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- ANTECEDENTES DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS
 - 1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
 - 2. SUGESTÕES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.
 - 3. DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29-12-43, INSTITUINDO O PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS.
- ORÇAMENTO DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA 1945

DECRETO-LEI N.º 7.213, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944.



ANTECEDENTES DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS

- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA AO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
- 2. SUGESTÕES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO.
- 3. DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29-12-43, INSTITUINDO O PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DA FAZENDA

- N. 2.733 Excelentíssimo Senhor residente da República.
- 1. Na conformidade das instruções ue me foram transmitidas por Vossa Exclência no sentido de proceder êste Mistério aos necessários estudos para a astituição de um novo "Plano de Obras", ara vigorar por cinco exercícios, a parr de 1944, incumbi dessa importante taría a Comissão de Orçamento, que se ouve da melhor forma no desempenho ela, apresentando-me, agora, o resultado e seus trabalhos, consubstanciado no retório anexo, que justifica, plenamente, s inclusos projetos de decretos-leis, elaorados pelo referido órgão e revistos por sta Secretaria de Estado.
- 2. A experiência demonstrou que o stema estabelecido pelo "Plano Especial e Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", a extinguir-se em 31 o mês corrente, deve continuar a ser plicado, embora com algumas modificados, aconselhadas pela prática.
- 3. As quantias previstas no Plano ara as indústrias básicas e as obras púlicas de caráter civil poderão, juntamente com as dotações da verba 5 Obras", do Orçamento Ordinário, constuir orçamento especial, paralelo ao Oramento Geral, enquanto que as despesas placionadas com o aparelhamento da desa poderão ser atendidas mediante créitos extraordinários ou especiais.
- 4. As vantagens de um orçamento esecial para obras públicas poderão, em sumo, ser assim enumeradas, como resaltou o referido órgão dêste Ministério:
- a) as obras públicas civis gozariam e regime contábil uniforme e mais comatível com as despesas dêsse gênero;

- b) as obras públicas ficariam enquadradas em regime contábil especial até que estudos posteriores indicassem regime próprio e definitivo;
- c) evitar-se-ia que o respeito a uma falsa anualidade orçamentária concorresse para conservar certas obras públicas sob métodos de realização opostos às exigências da técnica de construção;
- d) como as obras públicas constituem inversões de capital, que materialmente enriquecem o patrimônio público, e muitas delas são de caráter reprodutivo, sua realização pode, em parte, ser custeada por meio de operações de crédito, quando as receitas atribuídas ao Plano não forem suficientes para seu financiamento;
- e) a exclusão das obras públicas do Orçamento Geral proporcionaria um razoável e imediato equilíbrio entre as rendas normais e as despesas de custeio da administração do Estado; e
- f) tornar-se-ia possível o que me parece de alta relevância — a elaboração de um só plano nacional para as obras civis federais, em vez de planos parciais e dispersos.
- 5. As receitas atribuídas ao Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, ora em seu último ano de vigência, montam a Cr\$ 600.000.000,000 anuais. Para fazer face às despesas do novo plano de obras e equipamentos, ter-se-á, evidentemente, de contar com recursos provenientes de operações de crédito. Todavia, a arrecadação daquelas receitas vem atingindo quantias superiores à cota anual estabelecida em 1939, ao ser instituído o Plano. Contando-se, pois, com essas obras, com os

- 6. Isto pôsto, poderá o Govêrno:
- a) admitir a existência de um plano geral de obras públicas e equipamentos, de duração quinquenal, com a despesa total de Cr\$ 5.000.000.000,00;
- b) determinar que no Orçamento Geral as despesas de custeio da Administração, excluídas as obras públicas, se realizem dentro dos limites da receita normal, o que, desde já, isto é, para 1944, é perfeitamente realizável;
- c) atender às despesas de caráter militar atinentes a operações de guerra por meio de créditos extraordinários, enquanto durar o conflito em que o País se empenha; e
- d) estabelecer para o novo plano quinquenal normas excepcionais de distribuição, aplicação e contrôle dos créditos, semelhantes às admitidas no Plano que se vai extinguir, com as modificações que a experiência veio aconselhar.
- 7. As receitas necessárias à cobertura das dotações serão as atualmente atribuídas ao Plano Especial em extinção, acrescidas dos saldos eventuais do orçamento ordinário, dividendos de capitais da União classificados na renda patrimonial e, tanto quanto preciso, do produto de operações de crédito, além de outras receitas que, eventualmente, venham ser atribuídas ao "Plano".
- 8. Dêsse modo, o financiamento do Plano de Obras e Equipamentos será estudado em conjunto com o orçamento ordinário, ambos sob a orientação da Comissão de Orçamento. O plano sugerido tem caráter de continuidade, mas não pretere as demais atividades do Estado. O esquema da distribuição das suas receitas e despesas é o seguinte:

- 1) As receitas do Plano Especial instituído pelo Decreto-lei n.º 1.058, de 19 de janeiro de 1939, serão transferidas ao novo Plano de Obras e Equipamentos.
- 2) As despesas do Plano Especial passarão a ser autorizadas:
- a) pelo plano ora sugerido as destinadas a obras, edifícios civis e criação de indústrias básicas;
- b) por créditos extraordinários ou especiais — as dotações anteriormente destinadas aos ministérios militares e ao Ministério da Fazenda para aquisição de material bélico e aparelhamento e de defesa;
- 3) As despesas que constituíam a Verba 5 Obras, do Orçamento Geral da União, serão transferidas para o novo plano e ali discriminadas de acôrdo com os projetos e programas prèviamente aprovados;
- 4) Além dos créditos discriminados, haverá, para os órgãos que eram contemplados pelo antigo Plano Especial, uma dotação global destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alterações de projetos, obras a serem iniciadas, de prosseguimento de obras, equipamentos, segundo programa que no decorrer do exercício forem prèviamente aprovados por Vossa Excelência.
- 9. As inovações introduzidas no novo "Plano" podem ser assim resumidas:
- a) a aplicação dos recursos se fará sob a forma de orçamento especial, obedecidas as tabelas discriminativas;
- b) os créditos a aplicar serão distribuídos pelo Tribunal de Contas às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas por êste Ministério:
- c) quando forem celebrados, para a realização de despesas do "Plano", contratos ou ajustes de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00, ficarão tais atos sujeitos ao registo prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor, achando-se ainda prevista a hipótese de recusa de registo e a forma por que será examinada a execução dos contratos e ajustes; e

d) O Tribunal de Contas, procederá, também, ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos que, para êsse fim, serão anexados ao relatório circunstanciado concernente à prestação de contas das operações do "Plano".

10. Para a primeira etapa do novo "Plano" foram estimadas as seguintes receitas:

	Cr\$
1 — Taxa sôbre operações cambiais	300.000.000,00
2 — Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação	150.000.000,00
3 — Produto de cambiais provenientes do ouro reme-	130.000.000,00
tido para o exterior	_
4 — Juros das contas do Plano no Banco do Brasil	30.000.000,00
5 — Dividendos de capitais da União empregados	4
em sociedades de economia mista e autarquias	
de exploração comercial e industrial	50.000.000,00
6 — Produto de operações de crédito	200.000.000,00
7 — Saldos que forem apurados em Balanços	_
8 — Eventuais	270.000.000,00
Total da Receita	1.000.000.000,00

A despesa está fixada em igual importância, distribuída da seguinte forma:

	Cr\$
1 — Departamento Administrativo do Serviço Público	200.000.00
2 — Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000,00
3 — Ministério da Aeronáutica	90.000.000,00
4 — Ministério da Agricultura	83.212.210.00
5 — Ministério da Educação e Saúde	113.461.589,00
6 — Ministério da Fazenda	* 10.865.000,00
7 — Ministério da Guerra	81.400.000,00
8 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	31.524.778.00
9 — Ministério da Marinha	15.220.000,00
10 — Ministério das Relações Exteriores	3.500.000,00
11 - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1.500.000,00
12 — Ministério da Viação e Obras Públicas	554.116.423,00
Total da Despesa	1.000.000.000,00

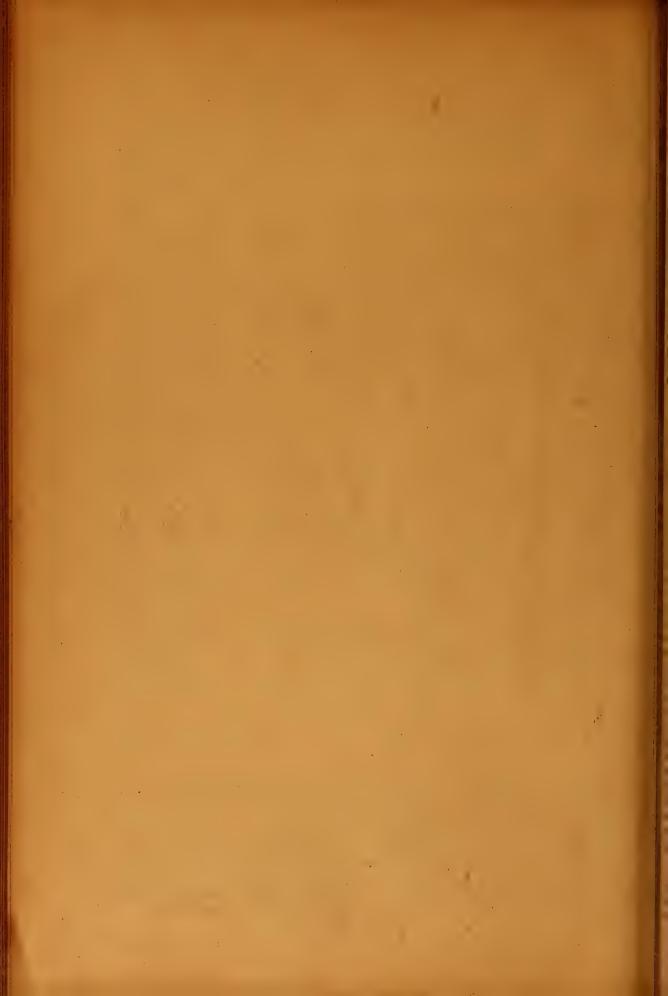
11. Diante do exposto, tenho a honra de, ao submeter o assunto à deliberação de Vossa Excelência, propor a expedição dos anexos projetos de decretos-leis, o primeiro, que institue o "Plano de Obras e Equipamentos" e dá outras providências; o segundo, que orça a receita e fixa a despesa dêsse novo "Plano" para o exercício de 1944.

12. Vossa Excelência, todavia, dignarse-á de resolver como julgar mais acertado.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1943. — A. de Sousa Costa.

Aprovado. — G. VARGAS. Em 30-12-943.

(Assinados Decretos-leis ns. 6.144 e 6.145, em 29 de dezembro de 1943.



Sugestões apresentadas, em 13 de dezembro de 1943, pela Comissão de Orçamento ao Sr. Ministro da Fazenda, sôbre o financiamento e contrôle das obras públicas

Senhor Ministro:

Esta Comissão vem, há muito tempo, empreendendo estudos e pesquisas a respeito do financiamento e contrôle das obras públicas e dos meios próprios para a unificação destas em plano nacional.

O PRIMEIRO PLANO QÜINQÜENAL

- 2. Por fôrça da lei que o instituíu, o "Plano Especial de Obras Públicas e Apa reihamento da Defesa Nacional" deverá extinguir-se a 31 de dezembro de 1943. A experiência demonstrou, porém, que o sistema por êle estabelecido deve continuar a ser aplicado, com algumas modificações. Em princípio, o Plano foi instituído, como seu nome indica, para atender não só às obras públicas como também aos empreendimentos que visassem ao aparelhamento da defesa nacional, inclusive instalação e exploração de indústrias básicas. Todavia êsse objetivo inicial não foi plenamente atingido. A criação das indústrias básicas nem sempre foi atendida pelo Plano. As obras públicas, por não obedecerem a programa prévio, obtiveram, através do Plano Especial, créditos para sua execução que pràticamente importavam em reforçar dotações para o mesmo fim constantes do orçamento ordinário. Quanto ao aparelhamento da defesa nacional, pode-se depreender que, em grande parte, a intenção visada foi satisfeita, porque o total dos créditos anualmente distribuídos para êsse fim correspondeu, aproximadamente, a 64% dos recursos do Plano.
- 3. A declaração do estado de guerra veio exigir para as despesas referentes à defesa nacional principalmente para se que mais de perto se prendem às ope-

rações militares — a abertura de créditos extraordinários. Ora, a presente situação é diferente daquela que precedeu a declaração de guerra quando o Govêrno tinha diante de si apenas um processo de preparação de seus órgãos de defesa, em virtude da corrida armamentista que ia pelo mundo. Agora, em plena beligerância, as despesas que à conta do Plano eram realizadas pelos Ministérios da Aeronáutica, da Guerra e da Marinha e pelo Ministério da Fazenda, também poderão ser, doravante, atendidas por meio de créditos extraordinários.

4. Destarte, as quantias previstas no Plano para as indústrias básicas e as obras públicas de caráter civil poderão, juntamente com as dotações da Verba 5 — "Obras" do Orçamento Ordinário, constituir orçamento especial paralelo ao Orçamento geral. Este orçamento especial de obras públicas substituiria o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que se vai extinguir em 31 de dezembro próximo.

NOVO PLANO QÜINQÜENAL

- 5. As vantagens do orçamento especial ora sugerido podem ser assim enumeradas, em resumo:
- 1 as obras públicas por êle custeadas gozariam de regime contábil uniforme e mais compatível com as despesas dêsse gênero do que o aplicado às demais despesas da administração;
- 2 as obras públicas ficariam enquadradas em regime contábil especial até que estudos posteriores indicassem regime próprio e definitivo;
- 3 evitar-se-ia que o falso respeito à anualidade orçamentária concorresse,

como frequentemente acontece, para que as obras públicas continuassem a executar-se sob as complicadas comprovações dos adiantamentos;

- 4 como as obras públicas constituem inversões de capital, que materialmente enriquecem o patrimônio público, e muitas delas são de caráter reprodutivo, sua realização pode, em parte, ser custeada por meio de operações de crédito, quando a receita ordinária não fôr bastante para seu financiamento;
- 5 a exclusão das obras públicas do Orçamento Geral proporcionaria um razoável e imediato equilíbrio entre as rendas normais e as despesas de custeio da administração do Estado;
- 6 tornar-se-ia possível a elaboração de um só plano nacional para as obras federais em vez de planos parciais e dispersos.
- 6. As despesas com obras públicas já estimadas no Orçamento Geral para 1944 alcançam, em números redondos, a Cr\$ 780.000.000,00. Adicionando-se a esta importância a parcela de Cr\$ 220.000.000,00, que no Plano Especial tem correspondido, aproximadamente, às obras públicas e emprendimentos industriais de caráter civil, poder-se-á admitir um total de Cr\$ 1.000.000.000,00, para ser empregado, em 1944, na realização de obras públicas e equipamentos diversos.
- - 8. Isto pôsto, poderá o Govêrno:
- b) determinar que no Orçamento Geral as despesas de custeio da Administração, excluídas as obras públicas, se realizem dentro dos limites da receita normal,

- o que, desde já, isto é, para 1944, é perfeitamente realizável;
- c) atender às despesas de caráter mi litar que vêm sendo efetuadas pelos Mi nistérios da Fazenda, Aeronáutica, Mari nha e Guerra, por meio de créditos ex traordinários, enquanto durar a guerra
- d) estabelecer para o novo plano quin quenal disposições de caráter excepciona relativas à distribuição, aplicação e controle dos créditos semelhantes às já admitidas no Plano que se vai extinguir, at que estudos posteriores indiquem um regime mais adequado às obras públicas.

NECESSIDADE DE PLANIFICAÇÃO

- 9. É fato incontestável que o sistema orçamentário brasileiro vem sendo aper feiçoado nos últimos anos. As verbas Pes soal e Material já encontram uma siste matização destacada. Entretanto, a Ver ba 5 - "Obras" é das que estão a exigi alterações fundamentais. O Plano Espe cial concorreu para salientar suas imper feições estruturais e trouxe a demonstra ção da necessidade de regimes diferente dos que se acham em vigor para as obra públicas. Foi em boa parte a preocupa ção de evitar as dificuldades de distribui ção, aplicação e contrôle dos créditos, im postas pelas leis de contabilidade em vi gor, que levou o Govêrno quando elabo rou o Plano Especial à adoção do regimo excepcional que o caracteriza. Essa ati tude pode ser compreendida como indica tiva de um movimento orientado contr normas obsoletas.
- 10. Por outro lado os inconveniente mais comumente apontados no atual re gime de execução das obras públicas fe derais podem ser assim resumidos:
- 1 falta de planejamento geral ca paz de interrelacionar as necessidades pú blicas que as várias obras e construçõe visam satisfazer:
- 2 dificuldades surgidas para o em prêgo em tempo útil das dotações, do qu resultam retardamento e interrupção de construções autorizadas.
- 11. A eliminação dêsses inconvenier tes está a exigir a implantação de regra gerais novas. Na primeira hipótese ex ge-se o que modernamente se vem ch mando planificação. De acôrdo com êss

incípio a realização de qualquer obra iblica é posta em função do problema ral que ela integra. Por exemplo: o ano de combate às sêcas inclui os proemas de transporte e os de colonizao. Este é o caso em que um setor a rgo de um órgão não pode funcionar teiramente desligado de setores a cargo · outros órgãos. Um caso mais simples o de duas providências da mesma natuza, executadas em regiões distantes uma outra, oferecem a aparência de falta coordenação. Um pôrto que se meora no Norte pode refletir a necessidade melhoramento de um pôrto do Sul. carvão e o minério de ferro mostram, r sua relevância, a interrelação que não pode descurar.

- 12. A segunda hipótese prende-se ao camento por projeto e não por exercio financeiro. Autorizada uma obra, equível em 2, 3 ou 5 anos, não convém ixar pendente de discussões o montante ser gasto em cada ano. O projeto comeende a inversão de capital em vários ercícios. Uma vez aprovado pela autolade competente, deve-se ter como establecido que os orçamentos dos exercícios seguintes serão automàticamente onesios das quantias que o projeto prevê ra cada ano.
- 13. Nesse particular é preciso progreca na técnica orçamentária até que se cheçe a romper com o regime básico de éditos anuais. As quantias previstas ra cada ano em projeto aprovado dem ser consideradas devidas e indiscutítis tanto quanto o são as prestações contuais. Iniciada a construção, qualquer ra só deve ser interrompida ou suspensa diante autorização superior, concedida face de justificação plena, mediante revestido de formalidades próprias incisive a publicação.
- 14. É claro que tais normas podem sof r as exceções oriundas dos fatores i ontroláveis. O que se impõe é a anui ão dos males capazes de serem previst. Esses males aumentam na proporcomo em que o Estado assume responsalidades cada vez maiores e alarga sua e era de prestação de serviços econômicociais. Os cânones inspiradores do cal regime de contabilidade pública t vez atendessem aos modestos serviços

que o Estado se atribuia há anos passados. Hoje, um grande esfôrço de aperfeiçoamento se torna imprecindível, a fim de que o Estado não continui a sofrer as críticas, às vêzes justas, que o acoimam de incapaz para as realizações impostas por sua própria evolução.

- 15. Segundo os "consideranda" do Decreto-lei n.º 1.058, de 1939, o Plano Especial foi instituído tendo em vista os seguintes objetivos:
 - a) criação de indústrias básicas:
 - b) execução de obras públicas;
- c) prover a defesa nacional de elementos necessários ao seu desenvolvimento;
- d) execução dêsses empreendimentos com recursos próprios, sem prejuízo do equilíbrio das receitas e despesas públicas.
- 16. Entretanto, a criação de indústrias básicas, a execução de obras públicas e o aparelhamento da defesa continuaram financiados também pelo orçamento ordinário. A instituição do plano presumiu acertadamente que aqueles três empreendimentos não precindiam de planificação em prazo inferior a 5 anos e que essa planificação seria dificultada pelo regime de contabilidade vigente. Em síntese, o Plano Especial significou a intenção de planificar sob regime orcamentário adequado à planificação. É êste o sistema que parece deva ser concretamente defendido. O Plano prestes a extinguir-se, como qualquer plano de obras, supõe a ocorrência de empreendimentos que só podem ser executados mediante conjuntos de projetos racionalmente entrelaçados. Parece ainda que as obras públicas civis federais, devendo influir sôbre todo o território nacional e sôbre tôda a estrutura econômico-social do País, não podem ser desmembradas em seu planejamento. Não se concebe um grupo de obras planificadas e outro não dentro do território nacional.
- 17. Sem levar em consideração os programas industriais, de fato só podem existir dois planos um de obras civis e outro de obras militares. Fora dêsses dois grupos só se admitem as obras de pequena extensão, de influência adstrita a zonas e grupos sociais a que execpecionalmente se destinem. Seriam as obras civis locais e de urbanismo, a cargo dos

municípios, as obras eventuais de reparação, de festejos, etc. e as extraordinárias determinadas pelas calamidades, guerra e crises.

- 18. Estes são os motivos por que a Comissão de Orçamento propõe que se reunam, doravante, em um só sistema os créditos do Plano Especial destinados a obras civis e os créditos da Verba "Obras" do orçamento ordinário.
- 19. A aplicação do Plano Especial, em extinção, durante cêrca de cinco anos sugere a impossibilidade de executar planos parciais de fundo nacional. É essa impossibilidade que vem dando a alguns créditos dêsse Plano a aparência de dotações esparsas. Quando as dotações não assumem êsse caráter suplementam os créditos do orçamento ordinário. O que de novo ocorreu foi a execução de obras e trabalhos sob regime excepcional de financiamento. Foram obras úteis e tão bem concebidas quanto o têm sido as custeadas pelo orçamento ordinário e não se contesta que a execução de várias delas foi facilitada pelo regime financeiro que as favoreceu.
- 20. Os problemas assim apresentados requerem soluções que se resumem em três ítens:
- 1) a necessidade da elaboração de um só plano para as obras públicas;
- a substituição do atual regime orçamentário por um outro adequado à presente fase da evolução do serviço público brasileiro;
- 3) a atribuição a um órgão central de planejamento, dependente de estudos posteriores, de competência para elaborar o plano, velar pela sua realização e atender às alterações que se tornarem necessárias.
- 21. Os dois motivos centrais já referidos com que se procura justificar a renovação de sistema do Plano Especial são atendidos na presente proposta. O argumento da imperiosidade do plano é satisfeito pela admissibilidade da planificação. Os argumentos a favor de medidas excepcionais sempre expressaram as imperfeições do atual regime contábil. Não se cogitou de normas excepcionais mas sim condizentes com a evolução dos serviços públicos.

- 22. É imprecindível promover estudos para a daboração de normas novas. Enquanto estas não forem instituídas convém aperfeiçoar a experiência alcançada com o Plano Especial e promover a instituição de um novo plano quinquenal de que se excluam as obras de defesa militar.
- 23. Quasi todos os males atribuídos ao sistema de financiamento de obras públicas são comuns ao regime ordinário da Verba 5 "Obras" e ao extraordinário do Plano Especial. Tanto na "Verba "Obras" como no Plano Especial não se encontram, rigorosamente, salvo algumas exceções, a sistematização e a previsão a tempo longo. O estudo das obras públicas leva diretamente aos métodos racionais de planificação. Nêsse sentido não há o que inovar, mas utilizar a experiência alheia e a nossa própria experiência no emprêgo daqueles métodos.
- 24. Planificar um setor da economia privada significa estabelecer domínio sôbre as fôrças cegas dessa economia, em que não se interfere eficazmente sem algo cortar da iniciativa individual e da livre concorrência. Mas, a Administração Pública exclui, por sua natureza, a existência dêstes dois atributos. Tôdas as atividades do Estado visam fins gerais. Quando êle intervém, é para regular a procura ou impedir os males da concorrência livre. Se seus fins são gerais no espaço e no tempo, sem subordinação ao lucro e ao êxito imediato, suas atividadas são, por natureza, atividades globais, genéricas e coletivas, que forçosamente devem obedecer a plano prèviamente concebido.
- 25. Pouco importa que os Governos não tenham sempre corporificado suas atividades em planos conhecidos como tais. Apenas se pode alegar que seus programas não foram racionalmente elaborados. Foram concebidos mediante os processos que agora se pretende superar, ditados pelas iniciativas isoladas de repartições ou de interêsses não coordenados. Isto acontece quando indivíduos ou grupos solicitam e as repartições propõem aos órgãos incumbidos da distribuição dos recursos públicos ou quando as próprias repartições, bem intencionadas, solicitam e fazem pressão sôbre aqueles órgãos. Se

as repartições os convencem a atendê-las, sem que se meça o grau de utilidade dos serviços propostos, tem-se a atividade dispersiva e anti-econômica, e tais dispersões, surgidas sob a forma de planos individuais, podem ser evitados com um plano nacional de obras públicas. Os projetos em qualquer caso sempre têm que partir de órgãos interessados em traçar caminho racional para o aproveitamento das possibilidades econômicas nacionais. Mas, ao se propor o aproveitamento, por exemplo, do Rio São Francisco, antes se deve pesquisar para saber se a conjuntura econômica mostra o aproveitamento daquele rio, e não um outro empreendimento, como o meio mais útil para o emprêgo dos capitais do Estado. Não se pode inverter somas vultosas por motivos de ordem sentimental. Neste sentido o País não é divisível em zonas, classes ou grupos sociais.

26. Para sistematizar, dentro dêsses imperativos, a aplicação dos capitais de que o Govêrno disponha, é imprecindível trabalhar com tôdas as variáveis suscetíveis de observação científica, tendo em vista tôdas as fôrças que definem o sentido do desenvolvimento econômicosocial. Este desenvolvimento é agora conduzido por influências que anteriormente não o atingiam. Vamos entrar na fase da industrialização, fase mais viva e mais difícil de dirigir que a agro-pecuária. As obras de saneamento, por exemplo, não mais terão por fim sòmente preparar a terra onde fixar o lavrador sadio. K necessário subordiná-las, assim como as de transporte — ferrovias, rodovias, dragagem, canalização e portos — ao surgimento de futuras zonas industriais e a novas correntes de mercadorias que elas vão determinar.

27. Não se pretende alegar que a tôdas as obras realizadas tenha faltado o estudo necessário quanto à sua oportunidade, extensão ou localização. Mas deseja-se tornar mais objetiva a coordenação que possibilite maior rendimento. O país entra em fase do desenvolvimento econômico caracterizada por fôrças mais vigorosas e de resultados mais complexos. Daí a necessidade de planejamento geral que possibilite trabalho de maior precisão, em que se aprenda o maior número

de fatos da vida econômica, ocorrentes sob as mais variadas formas em todo o território nacional. Qualquer rodovia nova, qualquer novo ramal ferroviário constitui um problema situado dentro do problema geral, resultante das necessidades comprovadas de saneamento, colonização, correntes comerciais, mineração, eletrificação, etc.

28. Em boa parte, essa coordenação de atividades já se vem realizando e o que agora se exprime é a necessidade de criar formas mais eficientes para todo o esfôrço que os órgãos do Govêrno vêm dispendendo. É óbvio que, sem formas apropriadas, algo dêsse esfôrço continuará a resultar em perdas lamentáveis.

FALTA DE COORDENAÇÃO SISTEMÁTICA DE . PROBLEMAS CORRELATOS

A título de exemplo é oportuno relacionar um grupo de problemas técnicos considerados por estudiosos e especialistas como problemas nacionais. São "slogans" que surgem freqüentemente na imprensa e em livros bem intencionados. Cada escritor ou articulista apresenta o seu problema como nacional. Eis alguns exemplos:

— Aproveitamento do Rio São Francisco (Energia hidráulica, irrigação, regularização).

- Saneamento do Vale Amazônico.

- Povoamento do Brasil Central (organização da agricultura, indústria, comércio, transportes, sistema de educação e saúde, fundação de cidades, etc...).
- Ligação terrestre (fluvial, rodo e ferroviário) do Centro Sul com o Nordeste e com o Norte. Ligação Bahia-Amazonas.
- Ligação Bahia-Piaui-Maranhão (extensão da Leste Brasileiro).
 - Rodovia Rio-Bahia.
- Trecho Ipameri-Belém (rodovia transbrasiliana).
 - Ferrovia Brasil-Bolivia.
 - Estrada Brasil-Paraguai.
 - Eletrificação da E.F.C. do Brasil.
- Ampliação do sistema conhecido como "Obras contra as Sêcas".
 - Sistema de Rotas Aéreas.
 - Eletrificação rural.

- 30. Não parece que a qualquer dêsses empreendimentos se possa chamar de nacional no sentido de chave ou de único meio de salvação. Nenhum dêles pode ser estudado ou executado isoladamente. São nacionais porque interessam à Nação, mas são interdependentes. Embora sem planejamento geral, o Govêrno da União tem tratado de quase todos. Basta uma ligeira leitura dos ítens do orçamento federal para encontrar vários dêles mencionados em dotações diversas. Quase todos êsses emprendimentos exigem somas vultosas que os orçamentos federais não podem comportar em prazo curto.
- 31. A necessidade do estudo de conjunto vai, muitas vêzes além da esfera federal, como se pode verificar mediante alguns exemplos. Veja-se de início a zona cacaueira do sul da Bahia. A economia regional dêsse produto é orientada pelo Instituto do Cacau, autarquia do Govêrno estadual da Bahia. Atendendo aos mais louváveis intuitos, aquele órgão estadual empreendeu melhoramentos na área cacaueira, que tem como centro econômico os ricos municípios de Ilhéus e de Itabuna. Melhoraram-se estradas e portos tendo por fim amparar essa região agrícola. Ocorre, porém, que o cacau não é um produto essencial. E tipicamente um produto de exportação e conquanto nos caiba aproveitar qualquer fonte de produção não se examinou em tempo se a conjuntura econômica brasileira indicava, na ocasião, a inversão de capitais em outros empreendimentos.
- 32. Outro exemplo é o da baixada do litoral paulista. Enquanto a industrialização se processa no planalto, essa região se conserva como pitorescamente a denominou um escritor — uma planície de bananeiras e mangues. Não só o planalto forja riqueza e as inverte na indústria como as encaminha para novos desbravamentos. Este é o caso da economia pioneira do oeste paulista e do norte do Paraná, onde se pratica a colonização pela iniciativa particular. Não se deve, porém, esperar que a iniciativa particular oriente, fundamentalmente, seus emprendimentos em têrmos de interêsse nacional. interêsse deve, porém, ser defendido por quem planeja obras públicas. Não se trata de impedir aos capitais particulares o ca-

- minho que o lucro legítimo lhes aponta, mas de atrai-los mediante a concessão de favores para zonas onde maior interêsse nacional necessite dêles. Esta tarefa é comum aos elaboradores de um plano nacional de obras públicas.
- 33. Os três exemplos citados baixada paulista, povoamento do noroeste do Paraná e as obras da região cacaueira da Bahia mostram a falta de coordenação, isto é, a falta de um plano nacional a que as obras se relacionem e de que dependam. O aproveitamento da baixada paulista ainda não surgiu como problema nacional. Mas não poderá ser deixado apenas a cargo do Govêrno Estadual. A economia do cacau é orientada pelo Govêrno Baiano. A penetração São Paulo-Norte do Paraná interessa a dois Estados e se realiza em zona estratégica onde há imigração e capitais estrangeiros.
- 34. Nenhum dos três problemas figura, entretanto, vultosamente como o das sêcas, nos orçamentos federais nem no ordinário nem no do Plano Especial. Mas, tanto êles como as sêcas, o Rio S. Francisco, o saneamento da Amazônia e os demais problemas abertos devem ser subordinados à conjuntura econômica do País que, por sua vez, é função da economia mundial. Éstes são os crivos a que obrigatòriamente devem ser submetidos todos os planos regionais. São êles que devem inspirar a política de inversão de capitais em obras públicas, e que devem determinar quais as obras e trabalhos a executar, como, onde e quando devem ser executados em plano nacional.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS CIVIS

35. Sem separar a construção de edifícios públicos do plano nacional de obras, é necessário focalizar algumas de suas particularidades. É o grupo das obras em que a técnica orçamentária mais progrediu até agora. Trata-se de grupo de maior homogeneidade e que maiores facilidades oferece à sistematização. Por isto não haverá muito que alterar nos processos que já o disciplinam. Falta, sem dúvida, reforçar os dispositivos em vigor e entrosar o setor da edificação em plano adequado. Todos os ministérios empreendem a construção de edifícios enquanto as demais obras e trabalhos são executadas exclusi-

vamente por determinados ministérios. Aquela generalidade aponta por si mesma as soluções que se vêm adotando. Cumpre coordenar em um órgão técnico de planeiamento os estudos das necessidades de trabalho em área coberta, que os servicos federais apresentam, evitando que o projetamento se disperse por várias reparticões. Será necessário providenciar para que as edificações se processem mediante prévia escolha entre as necessidades comprovadas. Quando, por exemplo, se cogitar de novo edificio para uma delegacia fiscal, para uma agência postal, para sede de uma escola ou para um hospital, a autorização não pode depender somente da prova de que a obra é urgente, inadiável ou indispensável. Éstes trés qualificativos podem ser atribuídos na mesma ocasião às exigências de várias outras repartições. Faltará, pois, conhecer as que mais precisam de novos edifícios e prover aquelas para que bastarem os capitais do Govêrno disponíveis para inversões dessa natureza.

36. É claro que o princípio da "realização do mais necessário entre tudo que é necessário" aplica-se a todos os serviços públicos e, portanto, a tôdas as obras públicas. Mas, já é da natureza das demais obras, tais como as de transporte, saneamento e colonização, a idéia de plano, ao passo que as solicitações de créditos para edificios ocorrem frequentemente de modo dispersivo. Pode acontecer que, nos quatro exemplos referidos — escola, delegacia fiscal, agência postal e hospital - nenhum satisfaça, mediante escolha rigorosa, à condição de mais urgente. Pode acontecer que o mais urgente seja um edifício para reunir repartições administrativas. Nas obras eventuais, de edifícios a construir isoladamente, é preciso verificar qual o mais urgente entre as várias propostas de edificação. A aprovação pela autoridade superior da construção de uma universidade importa em prova de que essa construção vultosa já mereceu os estudos indispensáveis. Seu vulto deve ter levado o Govêrno à consulta entre vários ministérios e órgãos sôbre a oportunidade da medida. Já se deve ter resolvido se a criação de universidades deve preceder, por exemplo, às obras de saneamento, irrigação, colonização e transporte, conhecidas como necessárias.

OBRAS DE DEFESA MILITAR

- 37. As despesas militares sempre constituem compartimento estanque dentro da Administração Pública. As obras de defesa não têm como motivo imediato o fim econômico-social que caracteriza as demais obras. Não é indiferente à estrategia da guerra o estado ou modo de aproveitamento de qualquer local ou zona. Todavia, nas obras públicas civis o bem estar social e seu desenvolvimento são fins imediatos procurados pelo Estado, ao passo que nas obras de defesa êsses fins não são diretos. A defesa militar quando os realiza sempre os considera em plano secundário porque seu objetivo principal é a salvaguarda da soberania nacional.
- 38. Se uma obra estritamente militar se torna impreciódivel em local onde não haja ou jamais possa haver circulação social, a obra porisso não deixa de ser executada. Mas, onde essa circulação existe, os técnicos militares procuram aproveitála. A êstes não interessa apenas o conhecimento dos projetos de desenvolvimento do sistema de circulação e transporte rios, portos, estradas, rotas aéreas). Eles precisam conhecer os planos do Govêrno em todos os ramos ligados à colonização, ao saneamento, à criação de cidades, à mineração e ao estabelecimento de indústrias e lavouras novas. Mesmo antes da guerra aérea ter chegado ao estágio atual já a defesa militar não podia restringir-se às fronteiras e às orlas litorâneas. Dêsse modo se observa a existência de lacos de efetivo interesse entre as obras civis e as militares, embora não haja reciprocidade completa. Em sentido estático, a defesa do país é organizada em relação a todo o território e a tôdas as suas populações e riquezas. Quando, porém, se trata de realizar obras civis, estas sofrem maior subordinação aos programas de defesa. Trata-se de subordinação fàcilmente regulada mediante a presença, nos órgãos de planejamento das obras civis, de delegados dos estados-maiores, · Atualmente, oficiais das nossas fôrças armadas integram vários conselhos econômicos, como os de minas, águas, petróleo, comércio exterior e comissões de planos de viação. Falta ligar, mais estreitamente, os estadosmaiores dos três ministérios com o setor das obras públicas. Mediante assistência

técnica ativamente prestada, os delegados militares poderão suprir ou evitar as consultas levadas aos órgãos de defesa nacional.

39. O planejamento das obras militares não se afasta, porém, dos princípios aplicáveis a quaisquer obras e trabalhos públicos. A elaboração dos projetos militares é enfeixada nos órgãos da defesa, não sòmente por motivos de especialização mas também pela necessidade de sigilo. Esta última condição exige dos técnicos militares conhecimentos mais amplos que os exigidos para as obras civis. A necessidade do sigilo dificulta a audiência de especialistas de quadros estranhos aos órgãos de defesa. Mas, para compensar essas dificuldades, os técnicos militares contam com a aceitação espontânea dos métodos racionais de planejamento. Isto, principalmente, porque a defesa armada sempre foi, é, e será um serviço público de reconhecida necessidade que não recebe nem tolera especificamente a oposição de interêsses pessoais. Os grupos nacionais de interêsse econômico nunca se opõem a que o Estado fortifique qualquer ponto do território, nem fazem pressão para que uma fortaleza seja construída em determinada região. Entretanto, interferem na construção de portos, açudes e estradas.

40. A liberdade de movimentos de que o Estado dispõe para a realização de obras militares está condicionada aos recursos financeiros e à concepção que tenham os governantes dos riscos a que a Nação se ache exposta. Dentro dos recursos postos em suas mãos, os estadosmaiores planificam em base nacional. A Constituição revela êsse senso de plano na organização da defesa, quando, no art. 162, entrega o estudo de tôdas as questões relativas à defesa do país a um só órgão, o Conselho de Segurança Nacional. Em face dêsses motivos e das considerações feitas a respeito da estrutura orçamentária do plano nacional de obras, a Comissão propõe que as despesas militares que vêm sendo autorizadas pelo Plano Especial passem a correr à conta de créditos extraordinários, até o fim da guerra. O estado de beligerância exige regimes ainda mais expeditos para as despesas dos ministérios militares e não impõe a reunião das obras militares e das civis em um so plano.

ORÇAMENTO A PRAZO LONGO

41. O regime orçamentário das obra públicas deve ser adequado à planifica ção. Estudadas as necessidades locais, em função das necessidades regionais e estadas nacionais, elabora-se um projeto que aprovado pela autoridade competente, não se deve subordinar a decisões periódicas tomadas durante o preparo de cada orçamento anual. Os órgãos de planejamento estabelecem, pela própria razão de seu funcionamento, um contato natural comos órgãos de previsão financeira, de modo a poderem acompanhar a vida econômica do país e conhecer o desenvolvimento das fontes de recursos.

42. Não se pode certamente determinar orçamento permanente e dotado de razoável inflexibilidade senão para os projetos a serem executados num período máximo de 5 exercícios, dentro do qual as dotações integrantes do plano aprovado sejam parcialmente concedidas. Essa limitação periódica não significa que quaisquer obras públicas só possam ser planejadas para execução, no máximo, em um quinquênio. Neste sentido é preciso conceituar o plano como um conjunto de projetos elaborados para execução coordenada e sucessiva. O plano ou conjunto de projetos é sempre dividido em grupos cuja execução se sucede no tempo, cada grupo admitindo execução simultânea. Só aos técnicos elaboradores dos planos cabe determinar a ordem a obedecer para execução das várias obras. Estabelecerão, como já acontece, que, por exemplo, em determinada região, a construção de rodovias deve preceder ou suceder à construção das ferrovias-tronco; que as obras de saneamento sejam executadas antes, ao mesmo tempo ou depois das do transporte. Em uma obra de vulto exequível em tempo longo, mas homogênea em seu conjunto, os especialistas não encontram dificuldades para fracionar-lhe a construção em períodos regulares. O fracionamento é comumente praticado na construção de estradas e de portos. É, porém, imperioso discipliná-lo e impedir que êle surja, sem método, na construção de edifícios e de

ôdas as obras em que a utilidade depende le integração ou ultimação.

43. Uma vez que se deixa de abordar iormas técnicas nesta exposição, é lícito embrar que o fracionamento se verifica m dois casos. O primeiro quando uma nidade de construção (uma estrada, um cude, um canal, etc.) é projetada para xecução em certo número de anos. Nesse aso, considerada tal unidade isoladamene, o fracionamento se realiza consecutiamente, no tempo. A construção do acule, do canal ou da rodovia, projetada ara execução durante 5 anos, é calculada m um custo que se divide em 5 parcelas nuais, a serem fixadas de início, mas seundo a intensidade dos trabalhos em ada etapa anual. Essas parcelas devem ozar de inscrição automática no plano fianceiro, da primeira até a última, desde ue não haja revisão de projetos.

44. O caso supra indicado é o de bras homogêneas, tais como as chamadas Unidades de construção" simples. O seundo é o de várias obras heterogêneas, onstituindo grupo tècnicamente autôno-10. Ainda sem qualquer sentido de terinologia especializada, pode-se oferecer omo exemplo dêsse grupo o conjunto das bras contra as sêcas do nordeste. Admie-se que as obras semelhantes, realizadas m outra região devam, como aquelas, importar açudes, estradas, canais de irriação e trabalhos de colonização. Ora, os laboradores dos projetos podem precisar, entro de um plano quinquenal, no priieiro ano, apenas de dotações para rodoias e açudes; no segundo ano, além desrs para início da colonização; no terceiro ode surgir o primeiro trabalho de irrigaio; no quarto ano do plano é provável, nda em caráter exemplificativo, que a mstrução dos açudes se ache ultimada e, orisso, não conste do orçamento qualquer otação para as respectivas despesas; fialmente, no último ano, o quinto, pode contecer que os projetos não mais inuam nem açudes nem rodovias, mas sòente irrigação e colonização. A sequêna nesse caso não se estabelece dentro da omogeneidade de uma unidade de consução, mas provàvelmente dentro de um tor do conjunto das obras contra as sêis. Ela se estabelece em ondas. ras surgem umas como dependentes das itras. Nesse caso, as dotações das obras

iniciadas depois do primeiro ano e até o último ano do plano, tôdas precisam de inscrição automática nos orçamentos anuais. O grupo de projetos forma um só plano seccional indivisível. Reduzir a dotação necessária, no segundo ano, para colonização ou, no terceiro ano, para irrigação pode significar a destruição de todo o plano como concepção de um grupo de serviços públicos que só devem ser executados em conjunto.

45. É imprecindível criar um regime de concessão de créditos que não permita a suspensão de obras e trabalhos em que. a utilidade decorra da entrega ao uso de tôdas as partes do seu conjunto. Que jamais se concedam créditos para a regularização de uma barra que, por exemplo, além da dragagem, exija a construção de um cais sem que tâmbém se conceda o crédito para a construção dêsse cais. Outro exemplo: as obras de uma universidade constituem um só projeto compreendendo pavilhões para aulas, bibliotecas, enfermarias, laboratórios, museus, campos de esporte, etc. Não se pode discutir cada ano as dotações para cada uma das obras do conjunto.

46. A suspensão e o adiamento só seriam autorizados nas calamidades públicas, incluídas entre estas as crises econômicas que reduzam a capacidade das fontes normais de rendas. E há um método a aplicar, como medida preliminar, quando as dificuldades financeiras desfalcarem os recursos normais e forçarem o adiamento de obras iniciadas. É a seleção racional das obras e trabalho comprovadamente adiáveis. A escolha não pode ser feita entre as obras de um setor, nem entre as de um só ministério. Deve ser realizada por especialistas capazes de abranger todo o sistema nacional de obras públicas e indicar, entre todos os servicos que o plano geral visa prestar, quais os menos necessários e, portanto, suscetiveis de interrupção. Será essa uma das mais complexas operações que se podêm entregar a um conselho de verdadeiros técnicos. Será necessário escolher entre todos os serviços federais qual a suscetível de sofrer adiamento e se a escolha recair nas obras públicas, cabe ao órgão que as planeja e controla escolher os projetos ou partes adiáveis. O adiamento que importar em

cifras vultosas exige autorização da autoridade superior.

- 47. Financistas há que admitem uma terceira categoria de despesas públicas, estranha às despesas ordinárias e extraordinárias. É a das "despesas ordinárias singulares". Não são ordinárias porque não se repetem na sequência dos exercícios e não são extraordinárias porque independem de calamidades, guerras e crises. O característico diferencial da terceira categoria de despesas é a distribuição dos respectivos créditos num período prèviamente determinado que abrange vários exercícios financeiros consecutivos. Nesta categoria estão compreendidos as obras de um projeto, grupo de projetos ou unidades de construção indivisíveis por natureza que, porisso, exigem orçamentos que se completem dentro de uma série ininterrupta de exercícios.
- 48. O que não parece defensável, quer na prática, quer em teoria, é atribuir ao plano a condição de alargamento do regime de dotações globais. Cada unidade de construção deve ser, tanto quanto possível, mencionada no orcamento do plano com a dotação que êste lhe atribuir para o ano respectivo. Mas se o plano não deve importar em generalização do regime de dotação global, pode e deve admiti-lo quando oportuno e indispensável. Nessa matéria não há também que inovar. São os entendimentos entre os órgãos ministeriais e a Comissão de Orçamento que vão resolver os casos surgidos e que exijam condições especiais de execução. Para isto, além das discriminações das despesas correspondentes aos programas de obras aprovados, haverá uma dotação global destinada a suprir, mediante destaques, as deficiências das parcelas discriminadas e as novas necessidades que surgirem no decorrer do exercício. Fora dessas exceções, a unidade de construção sempre deve constituir um emprendimento definido para fins de elaboração orçamentária, execução, contabilização, contrôle, estatística, informação ao público, etc. É a unidade de base com designação própria e número de ordem. Nela e nas fichas em que se resumam seus característicos também se podem basear as informações prestadas a órgãos de poder público e instituições interessadas.

- NOVA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA PARA OBRAS E EQUIPAMENTO
- 49. Em face das considerações apresentadas, impõem-se alterações no campo orçamentário, dispondo-se onde se devam inscrever as receitas e despesas do Plano Especial a extinguir-se e como agrupá-las em um só conjunto que abranja tôdas as obras públicas, inclusive as que vêm sendo dotadas pelo orçamento ordinário.
- 50. Em primeiro lugar, dada a situação de guerra, parece que se devem conservar sob regime de créditos extraordinários as obras e trabalhos mais diretamente relacionados com as operações militares. Em parte, algumas dessas obras quando financiadas pelo orçamento ordinário já gozavam de regime próprio e especial, caracterizado por dotações inscritas sem especificação por departamento. No Plano Especial, as obras e trabalhos militares têm regime global ainda mais amplo. O aparelhamento da defesa ainda se realiza, atualmente, por dois outros processos — o dos créditos extraordinários e o dos acôrdos denominados de "empréstimos e arrendamentos", resultantes da política de guerra das Nações Unidas. São, ao todo, quatro regimes de financiamento do aparelhamento de defesa, estranhos ao regime orçamentário normal. Os "empréstimos e arrendamentos" se caracterizam principalmente como recebimentos in natura. Escapam, portanto, às regras dos orcamentos financeiros. Mas, tanto êste regime como os três outros correspondem a exigências de guerra — de sigilo e emergência. Porisso, até o fim da guerra, tôdas as dotações atribuídas aos ministérios militares pelo Plano Especial podem passar a ser autorizadas por créditos extraordinários, como aliás se procede atualmente quanto a várias despesas militares. Mantidas estas em regime adequado à situação de guerra, resta dispor sôbre as despesas que vêm sendo autorizadas pelo Plano Especial para as indústrias básicas e para as obras públicas. Não é possível negar as relações existentes entre a obra pública civil, a defesa militar e a indústria. Mas essas relações não são de natureza a aconselhar a reunião de tôdas num, só plano de obras e aparelhamento da defesa. Contudo, é conveniente estabelecer a ligação das obras com os empreedimentos in-

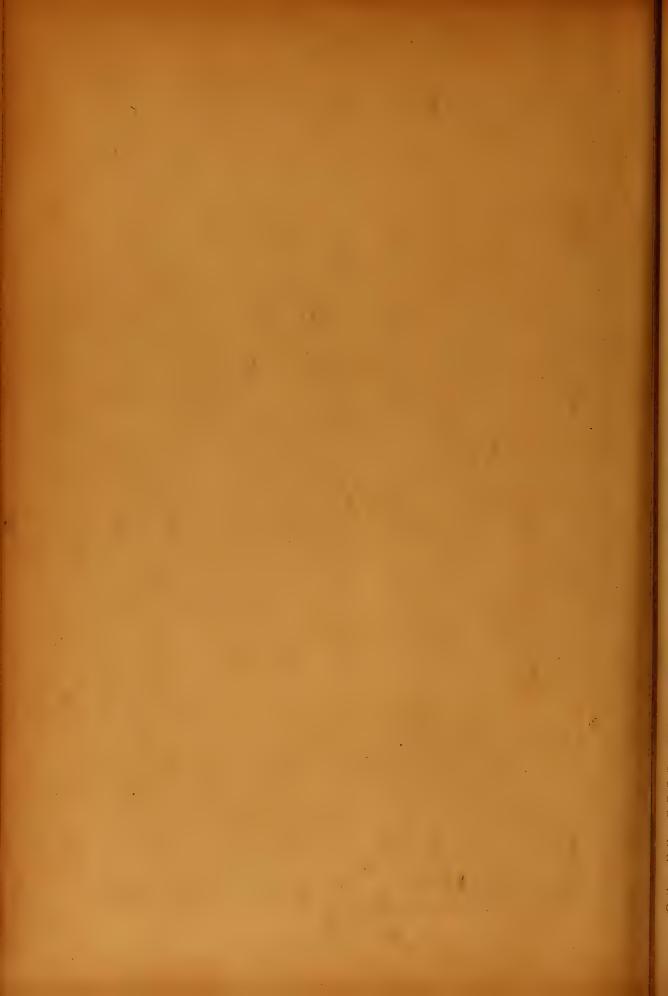
dustriais do Govêrno, de caráter civil. A substituição do atual "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional", por um "plano de obras e equipamentos" realiza a ligação necessária.

- 51. As receitas necessárias à cobertura das dotações dêsse conjunto serão as atualmente atribuídas ao Plano Especial em extinção, acrescidas dos saldos eventuais do orçamento ordinário, dividendos de capitais da União classificadas na renda patrimonial e, tanto quanto fôr preciso, do produto de operações de crédito.
- . 52. Dêsse modo, o financiamento do Plano de Obras e Equipamentos ora proposto será estudado em conjunto com o orçamento ordinário, ambos sob a orientação da Comissão de Orçamento. O plano sugerido tem caráter de continuidade mas não pretere as demais atividades do Estado. O esquema da distribuição das suas receitas e despesas é o seguinte:
- 1 As receitas do Plano Especial serão transferidas ao novo Plano de Obras e Equipamentos.
- 2) As despesas do Plano Especial passarão a ser autorizadas:
- a) pelo plano ora sugerido as destinadas a obras, edifícios civis e criação de indústrias básicas:
- b) por créditos extraordinários as dotações anteriormente destinadas aos ministérios militares e ao Ministério da Fazenda para aquisição de material bélico e aparelhamento de defesa.
- 3) As despesas que constituiam a Verba 5 Obras do Orçamento Geral da União serão transferidas para o novo plano e ali discriminadas de acôrdo com os projetos e programas prèviamente aprovados.
- 4) Além dos créditos discriminados, haverá, para os órgãos que eram contemplados pelo antigo Plano Especial, uma dotação global destinada às despesas decorrentes de projetos novos ou alterações de projetos, obras a serem iniciadas de prosseguimento de obras, equipamentos, segundo programas que no decorrer do exercício forem previamente aprovados pelo Sr. Presidente da República.
- 53. Mediante o sistema proposto, procura-se em têrmo de equilíbrio entre os pontos de vista, até agora em choque, na apreciação do regime apropriado às obras

- públicas. Ante os argumentos favoráveis à manutenção do regime excepcional de atribuição e contrôle dos créditos propõese, para a concessão, o processo de discriminação prévia em tabelas com uma reserva para distribuição a posteriori. Mantem-se o regime existente de contrôle, dependente das alterações que estudos ulteriores venham a aconselhar.
- 54. Por outro lado, é preciso notar que, ao defender-se a antiga tese da inclusão das obras do Plano Especial na verba "Obras" do orçamento ordinário, não se pretendia sòmente submeter tôdas as obras públicas a um só regime de contabilidade. Tinha-se em vista principalmente evitar os inconvenientes de dois programas que não se ajustavam convenientemente. De fato, a técnica de planejamento era desvirtuada pela ocorrência de dois blocos de receitas correspondendo cada uma a um conjunto de projetos e programas de obras.
- 55. A reunião de tôdas as obras em um só plano afasta em definitivo inconvenientes várias vêzes apontados. Buscando o equilíbrio dos pontos de vista referidos, talvez não se tenha atendido, quanto necessário e mediante o sistema proposto, à mobilidade dos projetos econômicos. Todavia, um notável progresso já caracteriza a satisfação dos designios procurados. Inicia-se nova etapa em que a experiência até agora adquirida é largamente aproveitada, sem prejuízo de novas formas que estudos posteriores venham a indicar.
- 56. Diante do exposto, Sr. Ministro, esta Comissão tem a honra de submeter à alta consideração de V. Excia. os dois projetos anexos de decretos-leis em que se institui o novo Plano de Obras e Equipamentos e se aprova o primeiro orçamento dêsse Plano para o exercício de 1944, redigidos ambos em moldes semelhantes aos que prevaleceram para o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional a extinguir-se.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Luiz Simões Lopes, presidente.

A S. Excia. o Sr. Ministro de Estado da Fazenda



DECRETO-LEI N.º 6.144, DE 29 DEZEMBRO DE 1943

Institui o "Plano de Obras e Equipamentos" e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

- Art. 1.º Fica instituído o "Plano de Obras e Equipamentos", para vigorar por cinco (5) exercícios, a partir de 1 de janeiro de 1944.
- Art. 2.º A execução total do "Plano" é estimada na importância de cinco bilhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000.000,00), anualmente aplicável, pela quinta parte, sob a forma do orçamento especial.
- Art. 3.º A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos" constituir-se-á dos seguintes recursos;
 - 1 Taxa sôbre operações cambiais.
- 2 Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação.
 - 3 Produto de cambiais provenientes de ouro remetido para o exterior.
- 4 Juros das contas especiais, abertas no Banco do Brasil S.A. para centralização dos recursos previstos neste decreto-lei e das contas do Plano a que se refere o Decreto-lei n.º 1.058, de 19 de janeiro de 1939.
- 5 Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista ou autarquias de exploração comercial ou industrial.
 - 6 Produto de operações de crédito.
- 7 Saldos que forem apurados nos balanços gerais da Receita e Despesa da União.
 - 8 Outras rendas que eventualmente lhe forem atribuídas.
- Art. 4.º Os recursos de que trata o artigo anterior serão arrecadados pelo Ministério da Fazenda e centralizados em conta especial no Banco do Brasil S.A., a ser movimentada exclusivamente pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, na conformidade das instruções expedidas pelo Presidente da República.
- Art.5.º O Presidente da República determinará, anualmente, a aplicação dêsses recursos pelos diversos Ministérios e demais órgãos da administração, destinando-os à execução de obras públicas e equipamentos.
- § 1.º A realização das despesas obedecerá às tabelas discriminativas, organizadas pela Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda e anexas ao decreto-lei que expedir o orçamento especial e de acôrdo com os destaques que, no decorrer do exercício, forem previamnte aprovados pelo Presidente da República.
- § 2.º O Tribunal de Contas distribuirá às repartições respectivas, na conformidade das tabelas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda, os créditos a serem aplicados na execução do "Plano".
- Art. 6.º Quando forem celebrados contratos ou ajustes, de valor superior a um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00), para a realização de quaisquer despesas à conta dos recursos do "Plano", ficarão tais contratos ou

ajustes sujeitos a registro prévio pelo Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Na hipótese de recusa de registro, poderá o Presidente da República mandar executar o contrato ou ajuste, se o bem público ou o interêsse da administração o reclamar.

§ 2.º O Tribunal de Contas examinará a execução dos contratos e ajustes a que se refere êste artigo, em face do relatório de que trata o art 10.

Art. 7.º As ordens de pagamento expedidas ou as disponibilidades existentes no Banco do Brasil S.A. para execução dos programas e projetos aprovados pelo Presidente da República à conta das respectivas dotações, serão, quando não utilizadas dentro do exercício, consideradas despesas efetivas e consequentemente levadas a "Restos a Pagar" em conta especial do "Plano".

Parágrafo único. Poderão, também, ser levadas a "Restos a Pagar" as despesas autorizadas, até 31 de dezembro, pelo Presidente da República e relacionadas para êsse fim, até 15 de janeiro seguinte, por autorização do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 8.º A comprovação primária das despesas realizadas para execução do "Plano" será feita perante os Ministros de Estado e dirigentes dos órgãos subordinados ao Presidente da República.

§ 1.º Examinadas e julgadas as contas por estas autoridades, deverão constituir, em seguida, objeto de circunstanciado relatório que será encaminhado, até 30 de junho de cada ano, ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 2.º Cabe ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda proceder à coordenação de todos os relatórios e submetê-los, com o parecer da Comissão de Orçamento, à consideração do Presidente da República para os fins do art. 10.

Art. 9.º A Contadoria Geral da República demonstrará as operações de receita e despesa com a execução do "Plano" em balanço à parte, incorporando, porém, os seus resultados ao balanço patrimonial da União.

Art. 10. Até 30 de setembro de cada ano, o Presidente da República, por intermédio do Ministério da Fazenda e em circunstanciado relatório, dará contas, ao Tribunal de Contas, das operações realizadas no exercício antecedente e constantes dos balanços da Contadoria Geral da República, com a aplicação do regime especial instituído por êste decreto-lei.

Art. 11. O Tribunal de Contas procederá ao exame das operações do "Plano" em face do relatório circunstanciado a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Procederá, igualmente, o Tribunal de Contas ao exame das despesas realizadas à conta dos créditos levados a "Restos a Pagar", em face dos elementos para êsse fim anexos àquele relatório circunstanciado.

Art. 12. O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

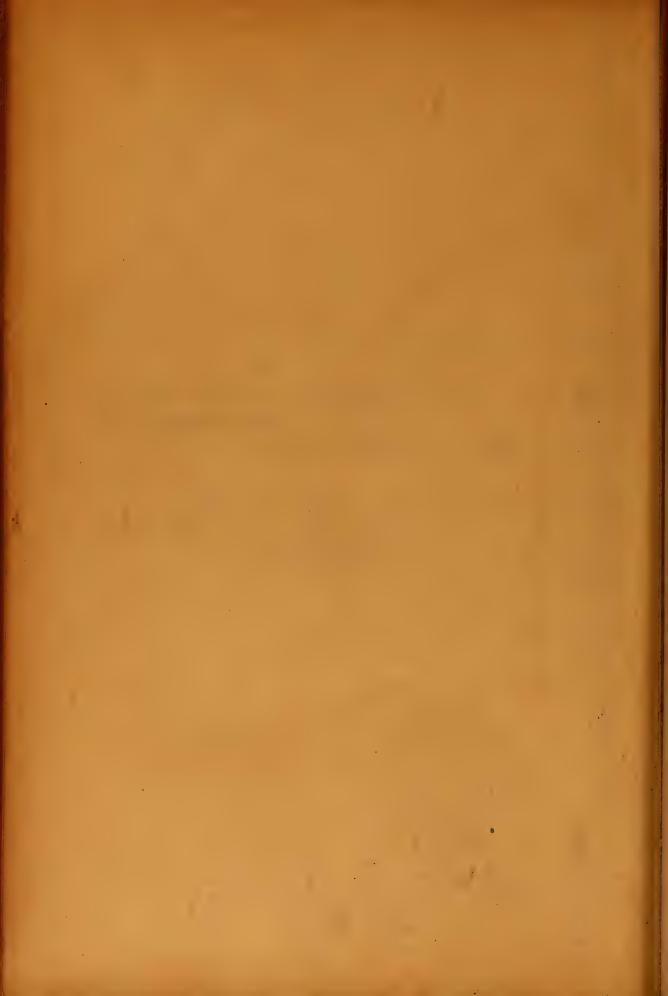
GETÚLIO VARGAS.

A. de Souza Costa.
Alexandre Marcondes Filho.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
J. P. Salgado Filho.

ORÇAMENTO DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS PARA 1945

DECRETO-LEI N.º 7.213 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

PARTE REFERENTE AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



DECRETO-LEI N. 7.213 — de 30 de dezembro de 1944

Orça a receita e fixa a despesa do "Plano de Obras e Equipamentos" para o exercício de 1945.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos têrmos do Decreto-lei n. 6.144. de 29 de dezembro de 1943.

DECRETA:

Art. 1.º — A Receita do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1945, é estimada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000,000) e constituir-se-á dos recursos que forem arrecadados sob as seguintes rubricas:

1.	Taxa sôbre operações cambiais	500,000,000,00
2.	Lucro das operações bancárias em que o Tesouro tenha coparticipação	150.000.000,00
3.	Produto de cambiais provenientes do ouro reme-	
	tido para o exterior	
4.	Juros das contas do Plano no Banco do Brasil	50.000.000,00
5.	Dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista e autarquias de	50.000.000,00
	exploração comercial e industrial	
6.	Produto de operações de crédito	200,000,000,00
7.	Saldos que forem apurados em Balanços	
8.	Eventuais	270.000.000,00
	TOTAL DA RECEITA Cr\$	1.000.000.000,00

Art. 2.º — A Despesa do "Plano de Obras e Equipamentos", no exercício de 1945, é fixada em um bilhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000.000.000) e obedecerá à seguinte distribuição:

1	Departamento Administrativo do Serviço Pú-	
1.	blico	200.000,00
2	Conselho Nacional do Petróleo	15.000.000.00
	Ministério da Aeronáutica	90.000.000,00
	Ministério da Agricultura	74.000.550,00
	Ministério da Educação e Saúde	61.976.592.00

6.	Ministério da Fazenda	6.865.000.00
7.	Ministério da Guerra	76.000.000,00
8.	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	60.000.000,00
9:	Ministério da Marinha	15.875.000,00
10.	Ministério das Relações Exteriores	5.375.000,00
	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.	6.512.953,00
12.	Ministério da Viação e Obras Públicas	588.099.119,00

Art. 3.º — Faz parte integrante dêste decreto-lei a tabela que o acompanha de discriminação das despesas do "Plano de Obras e Equipamentos".

Art. 4.º — Fica o Ministro da Fazenda autorizado a promover as operações de crédito que se fizerem necessárias, até o limite previsto na rubrica n. seis (6) do artigo 1.º dêste decreto-lei.

Art. 5.° — O presente decreto-lei entra em vigor em 1.° de janeiro de 1945.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

Henrique A. Guilkem.

Eurico G. Dutra.

P. de Leão Vetoso.

João de Mendonça Lima.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

J. P. Salgado Filho.

4 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DOTAÇÃO

CONSIGNAÇÃO I — Obras UI - ESTUDOS E PROJETOS: OBRAS A SEREM INICIADAS NO EXERCÍCIO E SUA FISCALIZAÇÃO 01 - Estudos e projetos 11 — Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Perquisas 416.048 Agronômicas.... 20 — Departamento Nacional da Produção Mineral 02 - Divisão de Águas.... 420,000 03 - Divisão do Fomento da Produção Mineral a) Estudos de razidas e projetos de mine-5 000.000 5.420.000 21 - Departamento Nacional da Produção Vagetal 6,336,048 500,000 04 — Divisão de Terras e Colonisação..... 02 — Obras a serem iniciadas no exercício e sua fiscalização 10 - Centro Nacional de Ensino e Pesquieas Agronômicas 03 - Servico Nacional de Pesquisas Agronômicas . 01 - Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas a) Obras na Estação Experimental de Coronel Pacheco, Minas Gerais.... 166,940 6) Obras na Sub-Estação Experimental de Aracará, 107.224 Sergipe..... c) Obras na Estação Experimental de trigo em Curi-256.080 tiba, Paraná..... d) Obras na Estação Experimental de Ponta Grossa, 184,266 Paraná..... c) Obras na Estação Experimental de Patos, Minas 183,552 848.062 Gerais..... 02 - Instituto de Ecologia e Experimentação Agricolas a) Obras na Estação Experimental de S. Simão, 83.470 S. Paulo..... b) Obras na Estação Experimental de Botncatú,

183.069

99.599

S. Paulo.....

1.031.161

DOTAÇÃ() (em cruzeiros)

- Departamento Nacional de Produção Ar	nimal		
02 — Divisão de Caça e Pesca			
a) Obras no Refúgio de Ani-			
mais em Linhares, Espí-			
rito Santo	200.000		
b) Obras no Refúgio de Ani-			
mais em Gerais, Bahia.	125.000	32 5,000	
04 — Divisão do Fomento da Produção			
Animal			
a) Obras na Inspetoria Re-			
gional de Fortaleza,			1
Ceará	225.956		
b) Obras na Fasenda Experi-			
mental de Criação em			
Bagé, Rio Grande do			
Sul	692.460		
e) Obras na Fazenda Experi-			
mental de Criação em			1
Pinheiro, Estado do Rio			
de Janeiro	13.997		
d) Obras na Fasenda Experi-	8		
mental de Criação em	- F		6
Campo Grande, Mato			
Grosso	536.342	1.468.755	
8			
06 — Instituto de Biologia Animal .			
a) Construção do edifício se-			
de da Estação de Pato-			
logia Animal em Pelo-		501 000	
tas, Rio Grande do Sul		521.908	2.315.663
Denotements National J. Burkey			
- Departamento Nacional da Produção Vegetal			
03 — Divisão do Fomento da Produção			
Vegetal	6		•
a) Obras no Campo de Ce-			
reais e Leguminosas de			
Sete Lagôas, Minas Ge-			
rais	jé .		-545.167
26 — Serviço Florestal			
a) Obras no Jardim Botânico			
e no Horto Florestal da			
Gávea		414.084	
b) Obras no Horto Florestal			
de Ibura, Sergipe	3-	125.076	
			2
c) Obras no Horto Florestal			
de Baltînho, Pernam- buco	~	1.000,000	1.539.859
			21007.003

21

				DOTAÇÃO (em cruseiros)
27 — Serviço de Meteorologia				
a) Obras no edifício do Ins-				
tituto de Meteorologia				
do Km 47 da rodovia				
Rio S. Paulo		64.772	5.296.592	11.632.640
- PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DE OBRAS INICIADAS EM EXERCÍC LIZAÇÃO; INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E EQUIPAMENTO	CIOS ANTERIORE	S E ŞUA FISCA-		
01 — Prosseguimento e conclusão de obras iniciadas em exercício	s anteriores e s	ua fiscalização		
04 — Departamento de Administração				•
04 — Divisão de Obras				
a) Conclusão das obras do Núcleo Industria Benfica, Distrito Federal		. 445.000		
Demica, Distillo Federal	• • • • • • • • • •			
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas		,		
03 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas				
01 — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas				
a) Obras do Instituto Agronômico do Sul	••••	1.430.000		
11 — Comissão de Construção do Centro Nazional de Ensino e Pesquisas Agronômicas				
a) Construção da Usina de Gás e Rêde de Distribuição	3.197.000			
A OL I F. C. I West words In				
 ó) Obras da Estação de Tratamento de Águas e Esgotos 	1.840.900			
c) Construção da Escola Nacional de Vete-				
rinária	2.000.000		'	
d) Construção do Centro Médigo	2.000.000	9.037,900		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
19 — Departamento Nacional da Produção Animal				
04 — Divisão do Fomento da Produção Animal				
a) Obras do Pôsto Esperimental de Api- cultura no Km 47 da rodovia Rio-				
S. Paulo	79.080			
b) Obras da Fazenda de Criação do Em 47 da rodovia Rio-S. Paulo	260.150	339.230		
		1		
20 — Departamento Nacional da Produção Mineral				
02 — Divisão de Águas				
a) Obras de aproveitamento hidro-elétrico				

DOTAÇÃO

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

04 — Divisão de Terras e Colonização

I — Obras das Colônias Agrícolas Nacionais

a,	Amazonas	2.000.000
6)	Pará	2.000.000
c)	Maranhão	2.000.000
d)	General Osório, Território	
	do Iguaçú	2.500.000
	Dourados, Território de	
	Ponta Porã	2.000.000
•	Coine	7 000 000

14.500.000 g) Piauí..... 1.000.000

II - Obras dos Núcleos Coloniais

a) Santa Cruz, S. Bento e		
Tinguá	3.000.000	
b) Duque de Caxias	400.000	
c) Senador Vergueiro	700.000	
d) Agro Industrial-S. Fran-	100	
cisco	3.700.000	7.800.000

3.700.000

22,300,000

25 - Serviço Florestal

a) Obras de organização dos Parques Nacionais

a)	Iguaçú	3.000.000
	Itatiaia	500.000
c)	Serra dos Órgãos	1.000.000

6) Obras de canalização do Rio Macacos, no Jardim Botanico.....

4.500.000

103.091

43.155.221

02 — Instalações, aparelhamento e equipamento

04 — Departamento de Administração

04 - Divisão de Obras

a) Instalação da maquinária de refrigeração no Núcleo Industrial Avícola de Benfica, Distrito Federal.....

500,000

4.603.091

19 — Departamento Nacional da Produção Animal

02 — Divisão de Caça e Pesca

a) Instalação frigorífica no Entreposto de Pesca na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul....

3.000.000

b) Instalação dos Entrepostos de Pesca em Manáus (Amazonas), Maracanã (Pará) e Cabedelo (Paraíba).....

2.400.000

DOTAÇÃO

c) Equipamento do Pôsto de
Piscicultura da Lagôa
dos Quadros e instalação
do Pôsto de Piscicultura
do Instituto Agronô-
mico do Sul

500.000

d) Equipamento para o Refúgio de Animais Silvestres em Linhares, Espírito Santo......

27,000 5,927,000

03 — Divisão de Defesa Sanitária Ani-

a) Instalações da Inspetoria Regional em Belo Hozonte, Minas Gerais...

250,000

b) Instatações da Inspetoria Regional em Recife, Pernambuco......

250.000 % 600.000

04 — Divisão do Fomento da Produção Animal

> a) Instalação da Usina de Laticínios na Fazenda Experimental de Criação de Bagé, Rio Grande do Sul.....

114.565 6,541.565

25 - Serviço Florestal

1.000.000 8.041.566

51.195.786

TOTAL DA CONSIGNAÇÃO I.....

62.829.426

CONSIGNAÇÃO II — Desapropriação e Aquisição de Iméveis .

04 -- DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

21 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

04 — Divisão de Terras e Colonização

a) Desapropriações decorrentes das decisões da Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras e das determinações do decreto n. 4.438, de 26-7-39.

400.000

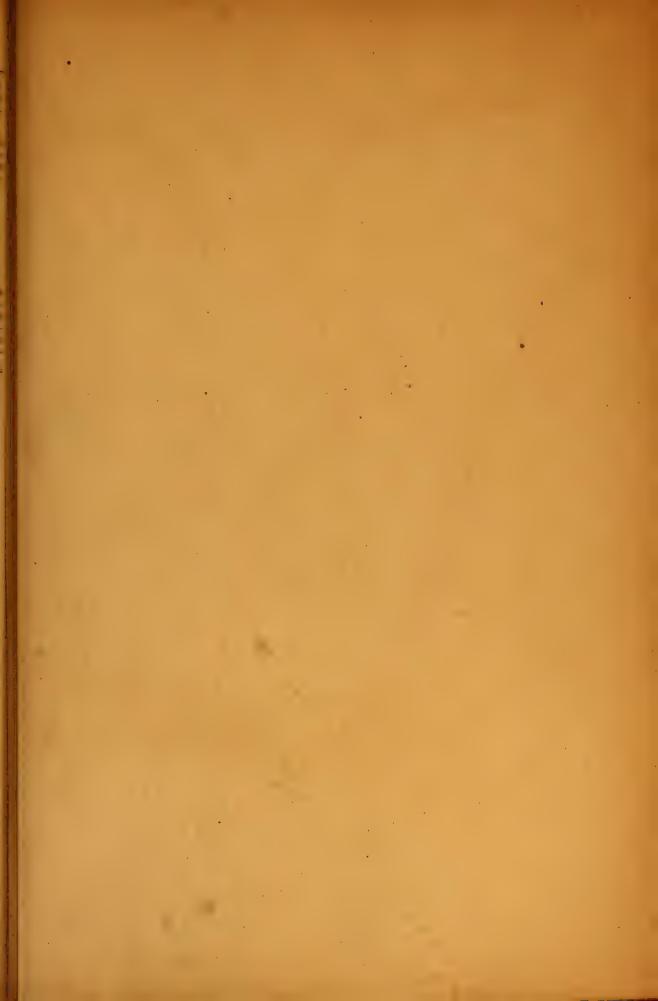
467.110 '867.110

25 - Serviço Florestal

a) Aquisição dos terrenos destinados à Estação Experimental de Quina .::.

300,000

	DOTAÇÃO (em cruzeiros)
27 — Serviço de Meteorologia	
a) Aquisição de imóveis destinados à instalação de Postos de Meteorologia 100.000	1.267.110
TOTAL DA CONSIONAÇÃO II	1.267.110
CONSIGNAÇÃO III — Disponibilidades	
05 — DOTAÇÃO DESTINADA ÀS DESPESAS DECORRENTES DE PROJETOS NOVOS OU ALTERAÇÃO DE PROJETOS, OBRAS A SEREM INICIADAS OU EM PROSSEGUIMENTO; EQUIPAMENTOS DIVERSOS, DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, SEGUNDO AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
04 — Departamento de Administração	
04 — Divisão de Obras	10.000.000
TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III	10.000.000
TOTAL GERAL	74.096.536

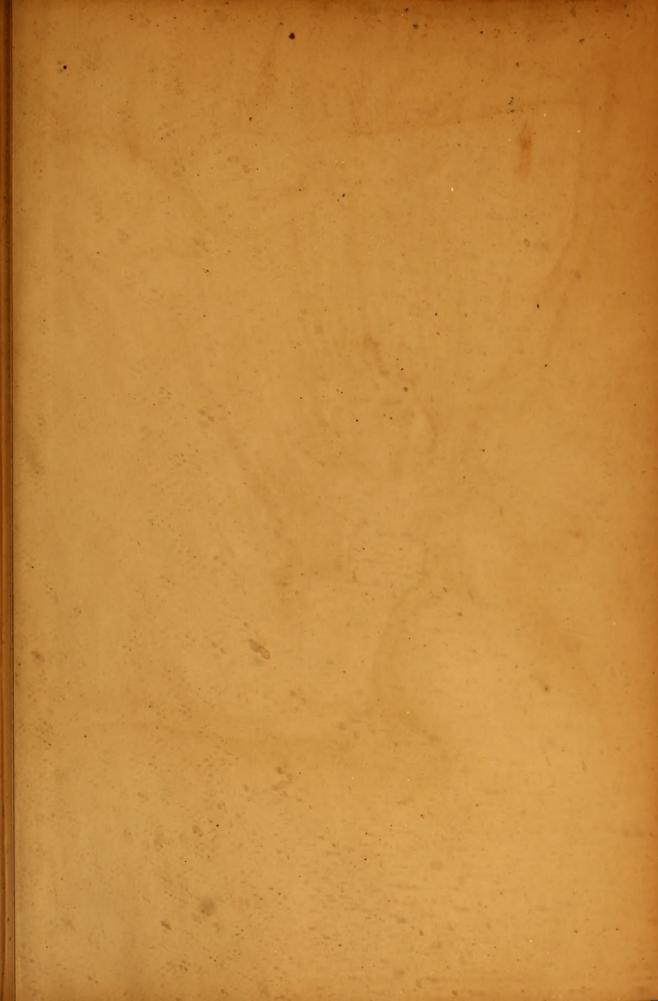


M. FAZET .

D.A.-NRA-GB

54054

COM. INVENTARIO PORT. 114/73



Este livro deve ser devolvido na úl-Nma data carimbada Imp. Macional —

Biblioteca do Ministério da Fazenda

8704-48

336.181 B823c

Brasil. Comissão de Orçamento

Quadros informativos 1945 v. 1

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

8704-48 536.181 13823e

19 45

Bolso de Livros - D.M.F. - 1.860

